

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

GERAÇÕES E PAPÉIS FAMILIARES

UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIAS ALENTEJANAS
RESIDENTES NUMA FREGUESIA DE SETÚBAL

I VOLUME

Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas

Dissertação de Doutoramento
em Sociologia da Família

ÉVORA

1993

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

GERAÇÕES E PAPÉIS FAMILIARES

UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIAS ALENTEJANAS
RESIDENTES NUMA FREGUESIA DE SETÚBAL

I VOLUME



80047

Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas

Dissertação de Doutoramento
em Sociologia da Família

Évora 1993

AGRADECIMENTOS

A execução deste trabalho seria impossível sem o empenho directo ou indirecto de muitas pessoas que contribuíram para a sua realização. A todos devo a minha consideração reconhecendo que ela não se esgota numa simples palavra de agradecimento.

Inicialmente empenhada na docência da disciplina de Gestão dos Recursos Familiares cujo tema fundamental é a família e o posterior envolvimento na docência da disciplina de Sociologia da Família, por sugestão do Senhor Professor Dr. Augusto da Silva, Chefe do Departamento de Sociologia, foram os principais antecedentes que me levaram a optar pela realização deste trabalho. Ao Professor Dr. Augusto da Silva devo o voto de confiança que depositou em mim, e estou imensamente grata pelas informações que me facultou e que muito facilitaram os primeiros contactos para o trabalho de campo. Estou-lhe igualmente agradecida por ter-me proporcionado as condições necessárias à conclusão deste trabalho, por ter aceite lê-lo e dar algumas sugestões.

Ao Senhor Professor Doutor Manuel Nazareth devo um agradecimento muito especial por, apesar da sua sobrecarga de trabalho, se disponibilizar e aceitar a responsabilidade da orientação desta tese e, inevitavelmente, dos compromissos daí decorrentes. O seu contributo foi precioso para a elaboração do plano de trabalho, para a versão e configuração das

matérias e para a sua forma final. Estou-lhe muito grata, pelo tempo que me dedicou, pelas sugestões, pistas de reflexão, comentários, críticas construtivas e pelo estímulo que me transmitiu, o que muito contribuiu para a sua concretização.

Para iniciar o trabalho de campo muito fiquei a dever à Dr^a Liliana de Sousa, que exercendo funções de assistente social em Setúbal, me forneceu as primeiras informações sobre as características e origens das famílias residentes nas várias freguesias, sugerindo-me e envolvendo-me directamente nos primeiros contactos com os respectivos Presidentes das Juntas.

Dirijo um agradecimento muito especial ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Sr. Humberto Daniel, pelo interesse e empenho a que demonstrou, pelas acções e contactos pessoais que estabeleceu e que foram indispensáveis à concretização desta pesquisa, pelo fornecimento de material timbrado para os primeiros contactos por escrito com as famílias, pela disponibilização de espaços e salas para entrevistas, reuniões, e para a preparação e formação dos inquiridores. Estou igualmente agradecida à sua Secretária, D. Luísa Correia, e aos restantes funcionários da Junta pelo seu empenho e disponibilidade, proporcionando-nos um bom ambiente de trabalho, as informações necessárias e as condições indispensáveis à consulta das fichas do Recenseamento Eleitoral.

Estou muito grata aos inquiridores em geral, que comigo colaboraram no trabalho de inquirição, e em particular, à San-

dra Zuleica e à Sandra Santos, a quem devo um louvor e um agradecimento muito especial, pela sua coragem, espírito de sacrifício e elevado sentido de responsabilidade por terem suportado tão difícil tarefa e, sobretudo, por terem aceite concluir o trabalho que tinha sido atribuído a alguns inquiridores desistentes.

A delegação do INE de Évora e aos funcionários responsáveis pela biblioteca agradeço todo o apoio institucional que proporcionaram à realização desta pesquisa.

Ao Dr. José Fernandes e aos colegas do Departamento de Sociologia, Dr. António Brito e, em particular, ao Dr. José Pinto, agradeço o rigoroso trabalho no tratamento informático dos resultados do inquérito.

Ao Sr. António Souto agradeço a sua colaboração no aperfeiçoamento do trabalho de processamento de texto e enquanto funcionário dos Serviços de Reprografia da Universidade de Évora agradeço a excelente colaboração, disponibilidade e rapidez com que sempre me ajudou na reprodução de grande parte do material incluído nos anexos. Agradeço igualmente a todos os funcionários do Serviço de Reprografia da U.E. que colaboraram na reprodução e apresentação final deste trabalho.

PLANO

I VOLUME

INTRODUÇÃO

I PARTE - FAMÍLIA E PAPÉIS FAMILIARES

CAPÍTULO I - ANÁLISE CRÍTICA DAS PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A FAMÍLIA x

CAPÍTULO II - OS PAPÉIS FAMILIARES: CONCEITOS, TEORIAS E FACTORES DA SUA EVOLUÇÃO x

II PARTE - EVOLUÇÃO DE ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA CONJUNTURA DEMOGRÁFICA E FAMILIAR DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

CAPÍTULO III - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

CAPÍTULO IV - EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS FAMILIARES x

CAPÍTULO V - A CONJUNTURA DEMOGRÁFICA E FAMILIAR DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NA EUROPA DOS DOZE

III PARTE - GERAÇÕES E PAPÉIS FAMILIARES: UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIAS ALENTEJANAS RESIDENTES NUMA FREGUESIA DE SETÚBAL

CAPÍTULO VI - QUESTÕES METODOLÓGICAS: INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DOS PAPÉIS

CAPÍTULO VII - NORMAS, COMPORTAMENTOS E CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS RELACIONADAS COM A ESTRUTURA E O DESEMPENHO DOS PAPÉIS FAMILIARES

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE

II VOLUME

ANEXO I - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA E DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO A NÍVEL INTERNACIONAL

ANEXO II - DESENHOS ETNOGRÁFICOS E PLANTAS DE CASAS PORTUGUESAS

ANEXO III - GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS SOBRE A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

ANEXO IV - QUESTIONÁRIOS

ANEXO V - QUADROS DE APURAMENTO DOS QUESTIONÁRIOS

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas caracterizam-se por constantes transformações. De um modo geral os sociólogos atribuem este fenómeno aos avanços tecnológicos e processos de industrialização e urbanização. A mudança social entrou no quotidiano das sociedades do nosso tempo e ocorre tão rapidamente ao ponto de torná-las bastante complexas devido à pluralidade de situações possíveis e à coexistência de vários modelos. Os seus efeitos reflectem-se nos padrões de comportamento como consequência da adaptação aos novos contextos e/ou meios sociais. A família é, sem dúvida, um dos grupos onde mais se fazem sentir os efeitos da mudança social, nomeadamente ao nível das estruturas dos papéis familiares, proporcionando a emergência de novos tipos de família.

O objectivo desta pesquisa consiste em analisar a estrutura dos papéis familiares relacionando-a com as formas de participação dos elementos da família no seu contexto social. Trata-se de uma pesquisa complexa, por penetrar numa área de estudo bastante delicada e por enfrentar algumas dificuldades metodológicas. Estas colocam-se principalmente na definição do próprio conceito de papel, no domínio das atitudes e no aspecto comparativo.

Em Portugal há poucos estudos que nos permitam avaliar a evolução dos papéis familiares e proceder à sua comparação segundo as diversas épocas e meios sociais. Com os elementos disponíveis é difícil conhecer o seu passado, tanto do ponto de vista histórico, como sociológico. Dispomos de algumas obras literárias mas temos de duvidar das descrições dos seus

autores, uma vez que estas não correspondem à atitude científica própria do conhecimento sociológico. Além disso, existem poucas pesquisas históricas que possam constituir fontes de base seguras. A sua óptica nem sempre é idêntica ou focam assuntos de interesse periférico ao que pretendemos realizar. A dificuldade destas fontes coloca-se essencialmente ao nível da interpretação. Perante tais circunstâncias seremos mais prudentes e objectivos se limitarmos o nosso estudo ao período contemporâneo analisando as famílias actuais sobre as suas atitudes, normas e comportamentos respeitantes ao desempenho dos papéis familiares.

O presente trabalho permite-nos distinguir o que se diz do que se faz, ou seja, distinguir entre regras, modelos e normas, por um lado, e as práticas, por outro. Partindo deste princípio, seria ousado esboçar as situações do passado sem correremos o risco de cair na imaginação histórico-sociológica, o que em termos comparativos nada adiantaria.

A sociologia contemporânea estuda os papéis familiares inspirando-se nas abordagens sociológica, psicossociológica, histórica e antropológica. Entre estas, a última tem a vantagem de situar uma cultura em comparação com outras revelando-nos que a divisão sexual dos papéis é uma questão de ordem cultural, sendo mínima a divisão baseada nas diferenças biológicas. Os observadores e estudiosos de várias culturas concluem que a realização das diferentes tarefas tem um significado simbólico. Algumas são mais honoríficas do que outras conferindo mais autoridade a quem as desempenha. A este propósito Martine Segalen (1981) refere que os estudos sobre a

repartição das tarefas nas sociedades exóticas demonstram que os homens poderiam realizar todas as tarefas femininas, embora não o façam, e que as estritamente masculinas não ocupam todo o seu tempo (Segalen, 1981: 189). A mesma autora afirma que este comportamento verifica-se nas sociedades camponesas e na sociedade contemporânea. "A divisão do trabalho não se baseia em factores biológicos nem na igualdade. Quaisquer tarefas realizadas pelos homens são sempre definidas como mais honoríficas. Este aspecto é praticamente comum a todas as sociedades" (Segalen, 1981: 189).

Segundo este princípio não existe nenhuma sociedade onde homens e mulheres tenham total liberdade para escolher os papéis que gostariam de desempenhar. As tarefas consideradas de mais alto nível, que não exigem força física, como o controle, a direcção e a tomada de decisão são essencialmente masculinas. "Nas sociedades exóticas como nas sociedades industriais os homens opõem-se a que as mulheres realizem tarefas de alto nível e são muito reticentes em realizar as tarefas desempenhadas pelas mulheres" (Segalen, 1981: 189).

Ultimamente, habituámo-nos a admitir a ideia de que o actual estatuto da mulher melhorou devido ao seu maior envolvimento na vida activa. No entanto, algumas análises concluem o contrário, em determinados casos, confundindo, por vezes, as convicções pessoais sobre a mudança familiar e dos seus papéis. Estas contradições justificam-se, em parte, pela existência de poucas teorias no domínio dos papéis familiares. Além disso, as que se conhecem são maioritariamente de origem anglo-saxónica.

No que respeita à sociedade portuguesa, a análise dos dados de um inquérito elaborado pela Direcção geral da Família (1988) mostra-nos que em 59% das famílias portuguesas compostas por pai, mãe e filhos com menos de 15 anos, residentes no continente, a mulher trabalha com remuneração e em 32% delas as mulheres são domésticas. Entre as mulheres activas, 48% apontam as dificuldades financeiras como a principal razão que as leva a trabalhar fora de casa. Só 12% declaram que trabalham por gosto e apenas 9% mencionam que o trabalho lhes proporciona uma valorização pessoal. Note-se também que mais de metade das trabalhadoras declaram que com o mesmo vencimento preferiam estar em casa e 41% preferia trabalhar fora de casa. São as mulheres de status e níveis de instrução mais baixos que mais gostariam de ser domésticas. As restantes preferem trabalhar fora do lar, embora, mais de metade das activas (56%) se manifeste a favor de uma redução de horário para dedicar mais tempo à família.

Evelyne Sullerot (1977: 6-37) refere que ao longo dos anos são as próprias mulheres que se subestimam ao sublinharem frequentemente o aspecto negativo, inferior e constrangedor dos seus papéis, em vez de procurarem transformá-los num poder conscientemente organizado. Além disso, os estudos de atitudes demonstram frequentemente que muitas mulheres trabalhadoras justificam a sua situação não por uma apologia do trabalho, mas como crítica à vida no lar. Por outro lado, as domésticas justificam-se sobretudo por considerarem muito duras as condições das mulheres no mundo do trabalho, e não por uma

afirmação dos poderes de esposa e mãe no lar (Sullerot cf. Segalen, 1981: 190). Estamos perante a dicotomia papel-status.

Papel e status são dois conceitos indissociáveis mas perfeitamente distintos. Os psicossociólogos definem o papel como uma resposta comportamental do indivíduo às normas sociais e aos modelos culturais (Segalen, 1981: 189). O papel consiste, para o indivíduo, em assumir as condutas esperadas, quer no seio da família, quer na sociedade em geral. O status é a representação dos diferentes papéis sociais desempenhados por um indivíduo, ou a recomposição das suas diversas posições (Mendras, 1975 cf. Segalen, 1981: 189). O indivíduo é identificado pelo seu status que na sociedade contemporânea se define consoante a profissão, o rendimento e o modo de vida. A divisão sexual dos papéis determina o lugar de cada um no lar e na sociedade. A um papel subalterno corresponde um status subalterno embora esta avaliação evolua de acordo com os valores sociais e o desenvolvimento tecnológico. A análise dos papéis familiares só é compreensível quando enquadrada na sociedade global e na sua cultura. É necessário avaliar em que medida as transformações económicas e sociais afectam a estrutura e o desempenho desses papéis.

Em Portugal o modelo familiar camponês prolonga-se pelo século XX⁽¹⁾. A industrialização de apenas algumas zonas do país provocou grandes assimetrias regionais e transformações profundas na nossa sociedade. Verificou-se um enorme êxodo

(1) Desenvolvemos e clarificamos esta afirmação no Capítulo IV referente à evolução das estruturas familiares em Portugal.

rural em algumas regiões, nomeadamente no alentejo, e assistimos a concentrações urbanas donde emergem novos modelos familiares e novos tipos de relações inter e intra-familiares. É necessário conhecer cientificamente a multiplicidade desses modelos, avaliando e comparando a sua evolução entre as várias gerações contemporâneas.

A opção pelo estudo das famílias alentejanas prende-se, fundamentalmente, com a especificidade da região donde são oriundas e pelo contraste que ela apresenta em relação às restantes regiões do continente, em termos culturais, sócio-económicos e demográficos. O alentejo tem características de uma sociedade tradicional. O atributo "tradicional" foi demonstrado empiricamente através de estudos e teses relativos às estruturas agrárias e sociais da região. Outras evidências empíricas podem e devem ser procuradas para explicar a sociedade tradicional alentejana.

A hipótese central da nossa tese pretende revelar em que condições o efeito geracional é factor explicativo relevante para a compreensão do carácter tradicional da sociedade alentejana. O objectivo deste estudo consiste em analisar a articulação entre a estrutura dos papéis familiares e as formas de participação dos elementos da família no seu contexto social. Para tal recorreremos ao estudo dos papéis familiares em famílias alentejanas de vários grupos etários residentes numa freguesia de Setúbal.

O alentejo não se modernizou, mantém uma economia de enclave, tradicionalmente agrícola, sem indústrias, tornando-

-se incapaz de oferecer alternativas de trabalho aliciantes, ou alternativas de pluriactividade, principalmente para as famílias de pequenos e médios agricultores. Este factor, só por si, desencoraja a fixação de famílias jovens na região. Por outro lado, a existência de grandes propriedades e a sua concentração num número restrito de famílias que não alteram os seus hábitos agrícolas e que não demonstram, ainda, capacidade para intervir activamente nos processos sociais e de criar mudança, parecem ser alguns dos factores responsáveis pela actual situação sócio-económica e demográfica da região alentejana.

No que se refere às migrações internas, o alentejo é uma das regiões que mais tem sofrido os seus efeitos registando saldos decrescentes desde os anos sessenta chegando, mais recentemente, a negativar. A ausência de outras actividades económicas tem contribuído para acelerar a desertificação da região. A sua população é, presentemente, uma das mais envelhecidas do país, registando-se aí um dos maiores índices de dependência demográfica do continente. A mobilidade geográfica, o desenraizamento das famílias do meio rural e o enfrentar de novas condições de vida num meio urbano, provoca, em termos culturais, um confronto e uma necessidade de ajustamento dos modelos e dos comportamentos familiares.

Admitimos que a mobilidade geográfica das zonas rurais para as zonas urbanas é um dos factores de aceleração de mudança dos papéis familiares, das formas de socialização, das formas de mobilidade e das relações inter e intra-familiares.

A opção por Setúbal (freguesia urbana) justifica-se por constituir uma das zonas do país que desde os anos sessenta tem sofrido os efeitos da industrialização e da urbanização. Em virtude destas transformações, a região de Setúbal continua a exercer um forte poder atractivo sobre as populações do interior, principalmente das zonas rurais dos distritos do sul do país, e, em particular, do alentejo, tendo estas contribuído fortemente para o seu processo de urbanização. Os alentejanos constituem uma parte bastante considerável da população actual desta cidade. Em termos de actividade profissional as famílias migrantes sofreram uma mobilidade sectorial. A primeira geração destas famílias era, em grande medida, constituída por indivíduos que trabalhavam na agricultura passando posteriormente a ocupar-se na indústria ou nos serviços.

Para identificar o universo da pesquisa foi necessário escolher uma freguesia onde reside o maior número de famílias alentejanas. Após informações dadas pelos presidentes das juntas de freguesia, a nossa opção recaiu na de S. Sebastião que é, entre todas, a mais populosa. Para identificar as famílias utilizámos o recenseamento eleitoral, tendo como únicos elementos disponíveis, o local de nascimento, a idade e a morada actual. Só as mulheres e os homens alentejanos foram seleccionados segundo as moradas e idades de forma a encontrar casais que posteriormente foram contactados para fornecer elementos para este estudo.

A investigação no terreno iniciou-se em finais de Janeiro de 1992 prolongando-se até ao final Maio do mesmo ano. Esta fase do estudo foi extremamente difícil devido à fraca adesão

das famílias, principalmente, das mais jovens e das pertencentes às classes média e média baixa. Fizeram-se várias tentativas de contactos, inclusivé, por autoridades oficiais, para motivar a participação das famílias nesta pesquisa. Porém, os resultados obtidos, apesar de não serem desanimadores, ficaram àquem das nossas expectativas. Foram várias as famílias, que estando em casa, não atenderam aos inquiridores. Muitas das que atenderam recusaram-se a responder, enquanto outras que aceitaram ser inquiridas recusaram-se a responder a questões de foro mais íntimo, nomeadamente, as relacionadas com o papel sexual.

A orientação conferida à pesquisa foi definida de modo a fazer destacar os principais factores e as variáveis que mais influenciam a mudança de atitudes e de comportamentos no desempenho dos papéis familiares⁽¹⁾. A idade, o sexo, o grau de instrução, o estado civil, a profissão, o rendimento e a dimensão da família são as principais variáveis dependentes. O nosso estudo sobre os papéis familiares obedece a uma metodologia comum no que respeita às dimensões de análise de modo a proporcionar vários elementos de comparação qualitativa dos papéis entre si e entre as várias gerações face às mesmas variáveis. Em termos gerais e, sempre que possível, analisamos cada papel em seis dimensões: o desempenho do papel, a competência para desempenhar o papel, a identificação com o papel, o esforço do papel, o conflito do papel e o poder do papel.

(1) Referimo-nos aos papéis socializante, cuidados com as crianças, económico ou abastecedor, terapeutico, parentesco, recreativo e sexual.

As técnicas utilizadas privilegiaram os contactos directos com os casais. O inquérito sob a forma de questionário revelou-se o meio mais eficaz para a recolha de informações sobre as normas, as atitudes e os comportamentos de cada elemento do casal sobre os vários papéis familiares. Elaborámos dois questionários idênticos, um para o marido e outro para a esposa, onde apenas variava a linguagem referente ao sexo do inquirido de forma que pudéssemos analisar as respostas de cada cônjuge e detectar as semelhanças e as divergências entre si em relação às mesmas questões.

Na apresentação dos resultados destacamos as seis dimensões em que orientámos o estudo dos papéis familiares. A estrutura do texto obedece à exposição e interpretação dos dados dando especial relevo à evolução qualitativa de cada papel segundo o sexo pelas várias gerações. Paralelamente procuramos dar uma explicação sociológica dos acontecimentos.

O presente trabalho está dividido em três partes. A I Parte incide sobre a relação família/papéis familiares. A sua exposição será feita em dois capítulos: o primeiro faz uma análise crítica das principais abordagens teóricas sobre a família; o segundo incide mais concretamente sobre os papéis familiares, suas teorias, conceitos e aspectos da sua evolução principalmente durante as últimas décadas. Toda a I Parte corresponde ao quadro teórico e conceptual em que nos baseámos para realizar a pesquisa.

A II Parte é dedicada ao estudo de algumas características da conjuntura demográfica e familiar da população

portuguesa nas últimas décadas procurando identificar os aspectos da sua unidade e diversidade no tempo e no espaço. A exposição processa-se em três capítulos, III, IV e V. No III analisamos a evolução da situação demográfica portuguesa nas últimas décadas, no Continente, a nível distrital, recorrendo aos indicadores principais. No IV capítulo analisamos a evolução das estruturas familiares portuguesas a partir de 1970 segundo as categorias sócio-económicas, o número de activos e o desemprego. Tendo em conta a transição demográfica e outros acontecimentos mais recentes na nossa sociedade salientamos neste capítulo algumas evidências e identificamos os principais factores responsáveis pela evolução dos papéis nas famílias portuguesas ao longo do século XX.

No V Capítulo abordamos, do ponto de vista meramente estatístico, a conjuntura demográfica e familiar portuguesa no contexto da Europa dos Doze, procurando, através da análise comparativa dos indicadores demográficos, identificar tendências convergentes e/ou divergentes entre os países da Comunidade Europeia.

A III Parte é totalmente dedicada à pesquisa empírica e a sua exposição faz-se em dois capítulos, VI e VII. No VI capítulo referimo-nos às questões metodológicas, nomeadamente as relacionadas com a construção do papel e as formas da sua medição. No VII capítulo, recorrendo ao tratamento dos dados dos inquéritos procede-se à análise das normas, dos comportamentos e das características psicológicas dos cônjuges relacionado-a com a estrutura e o desempenho dos papéis familiares. Devido ao número reduzido de famílias inquiridas, os resultados

obtidos não têm uma validade universal, mas demonstram, certamente, uma tendência que poderá estar próxima da actual realidade familiar alentejana, principalmente nas zonas urbanas industriais.

I PARTE

FAMÍLIA E PAPÉIS FAMILIARES:

ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

CAPÍTULO I

ANÁLISE CRÍTICA DAS PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A FAMÍLIA

1.1 - INTRODUÇÃO: OS PERÍODOS DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA SOBRE A FAMÍLIA

O conhecimento sobre a família, na sua fase pré-científica, é objecto de várias teorias filosófico-dogmáticas. Durante esse período a família é considerada como a incarnação das ideias platónicas relativas à justiça e ao amor (Proudhon, 1869: cap.III in Michel, 1983: 34) não sendo ainda reconhecida como instituição social. Esta fase persiste até à primeira metade do século XIX com Auguste Comte, Proudhon e Le Play.

Comte no seu *Système de Politique Positive* (1838) afirma que a sociedade compõe-se de famílias e não de indivíduos. Com esta afirmação Comte contribui para alimentar a polémica sobre a definição da unidade fundamental da análise sociológica ao considerar a família como o "elemento imediato da sociedade", ou seja, o "verdadeiro elemento sociológico". Esta definição desencadeou algumas especulações filosóficas donde surgiram várias propostas de modelos familiares como as de Proudhon⁽¹⁾ e Le Play⁽²⁾.

O modelo de família proposto até finais do século XIX e que viria a prolongar-se até ao século XX estava subjacente em

(1) Como condição "à construção da civilização" Proudhon (socialista) propunha um modelo de organização familiar que assentava na submissão da mulher ao marido e à sociedade (Proudhon, 1869: cap. III cf. Michel, 1983:34).

(2) Le Play (conservador), tal como Auguste Comte, considerava a família como a célula base da sociedade e defendia o tipo de família patriarcal monogâmica (modelo inspirado na Bíblia). Este modelo caracteriza-se pela transmissão integral da propriedade ao filho primogénito sendo designada por família tronco ou família troncal.

dois imperativos da ideologia dominante: a família enquanto "fenómeno natural" onde se excluía a determinação social do vínculo familiar e a concepção metahistórica da família considerando-a como um "dato natural". Durante este período a família ainda não era considerada uma instituição continuando a ser o alvo privilegiado do discurso ético-jurídico-religioso.

Após o contributo de Augusto Comte surgem outros autores interessados no conhecimento científico da realidade familiar, conhecimento esse que se baseia no positivismo e no racionalismo. Neste novo contexto podemos considerar dois períodos de grande reflexão sobre a família. O primeiro ocorre durante a segunda metade do século XIX (1855-1890), período que corresponde à primeira revolução industrial. Trata-se de uma época caracterizada por mutações económicas e sociais e por grande agitação ideológica e política. As novas ideias opõem-se às concepções estáticas da família, vinculadas ao jusnaturalismo, dando origem ao aparecimento dos primeiros textos de natureza sociológica, antropológica e psicológica sobre a família. É o chamado período do Darwinismo social. Os escritores da época passam a aplicar o conceito de evolução biológica de Darwin às mudanças ocorridas no seio da família. Os primeiros estudos pertencem a Bachofen, Morgan, Engels e mais tarde Westermarck e Durkheim. O segundo período desenvolve-se essencialmente nos Estados Unidos, ocorre entre 1946-1965, fase do pós-guerra e da segunda revolução industrial. Trata-se, tal como o primeiro, de uma época de grandes mudanças económicas, sociais, ideológicas e políticas. No domínio da sociologia da família este período caracteriza-se pela oposição à perspectiva evolu-

cionista própria da filosofia sociológica clássica e por ter substituído as "grandes teorias" pelas "teorias de médio alcance".

O novo discurso científico sobre a família e as suas mudanças reflecte uma relação muito forte entre esta e as transformações sociais, culturais e ideológicas, nomeadamente, a ideologia dominante. Os autores que mais se destacam neste período são Winch, Parsons, Levi Strauss, Goode, Konig, entre outros.

Entre estes dois períodos a produção de conhecimentos é mais lenta embora haja alguns contributos importantes de autores como Weber⁽¹⁾ Durkheim, Freud, Malinowski e Mead. Nesta época a família passa a ser considerada como instituição social histórica, cuja estrutura e funções são determinadas pelo grau de desenvolvimento da sociedade global. Da escola de Durkheim saiem alguns estudos da família na óptica institucional, passam a aplicar-se os métodos da investigação sociológica juntamente com contributos importantes da etnologia e da história. A ideia que preside à investigação sobre a origem histórica da família é a de "destotalizar e desmistificar o momento do nascimento colectivo da humanidade" tal como é apresentado pelas ideias e doutrinas religiosas, procurando reconstruir um processo lógico e articulado sobre a história

(1) Para Max Weber o indivíduo é o átomo da sociedade. Partindo deste princípio, Weber considera a sociologia como uma ciência compreensiva da acção social tendo como finalidade a compreensão do sentido e do significado que o actor dá ao seu comportamento (Weber, 1971). Este será, talvez, o principal motivo pelo qual Weber não dedicou nenhum trabalho exclusivamente à família. Todavia, nas suas obras *História Económica Geral* (1956) e *Economia e Sociedade* (1971) faz a análise da evolução das formas de organização familiar enquadrando-a na sua perspectiva geral do desenvolvimento da civilização.

do homem e a da organização social (Manoukian, 1974 in Lourenço, 1988: 27). Porém, como estes estudos não eram objecto de qualquer controle, a sua interpretação limitava-se ao postulado do evolucionismo unilinear dando origem às primeiras grandes teorias sobre a família.

O segundo período de investigação sociológica da família ao substituir as "grandes teorias" pelas "teorias de alcance médio", segundo designação de Robert Merton, mais específicas que as primeiras, permitiu o desenvolvimento da investigação de diferentes aspectos da vida familiar, possibilitando o levantamento e a verificação de hipóteses referentes à relação entre determinadas variáveis. Este período corresponde a uma nova fase de teorização e de desenvolvimento de novos métodos, nomeadamente, de investigação empírica da família. Ernest Burgess surge como um dos precursores destas investigações deixando o seu nome ligado aos estudos da escola interaccionista de Chicago.

Para além das teorias de alcance médio sobre a família, surgem os quadros conceptuais provenientes de diferentes escolas de pensamento. Estes divergem entre si em relação aos conceitos usados, às hipóteses de estudos e aos métodos de análise. O seu aparecimento contribuiu para aprofundar a definição de conceitos e para sugerir um leque mais vasto de hipóteses de estudo proporcionando algumas inovações no plano metodológico. Estes quadros não são teorias mas constituem linhas de orientação relativamente abstractas e amplas que permitem aos sociólogos nomear, classificar, ilustrar e pre-

cisar a extensão e a distribuição dos comportamentos familiares.

Tentando sistematizar os quadros conceptuais existentes, Hill e Hansen identificam cinco, classificando-os da seguinte forma: interaccionista, situacionista, desenvolvimentista, estrutural-funcional e institucional (Hill e Hansen, 1960: 299-311)⁽¹⁾. Em 1966 Nye e Berardo retomam e desenvolvem os quadros identificadas por Hill e Hansen, acrescentam-lhe o psico-analítico e apresentam a seguinte classificação: interaccionista, psico-sociológico, antropológico, estrutural-funcional, situacionista, institucional, económico, jurídico, cristão-ocidental, do desenvolvimento e psico-analítico. Cada quadro integra o mesmo tipo de elementos estruturantes, conceitos, hipóteses e métodos que permitem especificar três níveis de análise sobre a investigação familiar: o tipo de comportamento, o espaço social onde ele se produz e a sua dimensão no tempo social.

O desenvolvimento da sociologia empírica da família processa-se essencialmente nos Estados Unidos. A Europa não consegue acompanhar o ritmo, oferece-lhe fortes resistências, iniciando os primeiros estudos desta natureza muito mais tarde. Os primeiros países europeus a estudarem empiricamente a família foram os escandinavos e a Inglaterra seguindo-se a Alemanha Federal, a Bélgica e a França. Apesar do atraso europeu neste tipo de investigações, algo de novo surge em França, com Levi Strauss, durante a década de quarenta. Este

(1) Voltaremos a este assunto no ponto 1.5. deste capítulo.

autor aplica a abordagem estruturalista ao estudo dos sistemas de parentesco e de aliança nas sociedades arcaicas. Esta abordagem vai ser retomada por outros autores aplicada ao estudo das sociedades modernas.

Segundo Aldous e Hill (1967)⁽¹⁾ e Mogey (1971)⁽²⁾, cerca de 94% da produção científica sobre a família publicada até 1950 era de língua inglesa, sendo a maioria oriunda dos E.U.A. (Aldous e Hill, 1967 e Mogey, 1971 cf. Lourenço, 1988: 22). Só a partir da década de cinquenta a Europa procura acertar o passo no domínio da investigação empírica. As perspectivas dominantes dos estudos publicados em "inglês" e "em outras línguas" apresentavam diferenças significativas nos conteúdos, o que, segundo Aldous e Hill (1967) se deve a posicionamentos teóricos diferentes e à formação científica dos investigadores. Na Europa as pesquisas sobre a família publicadas em língua não inglesa eram efectuadas, basicamente, por sociólogos e antropólogos sendo a perspectiva dominante orientada para as relações família-sociedade. Estas abordagens faziam-se numa perspectiva histórica e demográfica revelando grande interesse por temas como o casamento e o divórcio. Os trabalhos publicados em língua inglesa eram orientados numa

(1) Joan Aldous e Reuben Hill elaboraram uma listagem de cerca de 13000 títulos sobre a família publicados entre 1900-1964. Além disso elaboraram um relatório sobre a análise de conteúdo desses textos baseando-se na bibliografia existente no "Inventory of Family Research" do Centro de Estudos da Família da Universidade de Minnesota, cujo objectivo consistia em aperfeiçoar um trabalho iniciado anteriormente por R. Hill, *Sociology of Marriage and Family Behavior, 1945-1956: A Trend Report and Bibliography*, publicado em 1958.

(2) Mogey realizou um estudo sobre análise de conteúdo onde apresenta as tendências da pesquisa sobre a família publicada fora dos E.U.A.

perspectiva individual-psicológica considerando a família como unidade de interação. Nos E.U.A., onde se produzia a maior parte das pesquisas sobre a família publicada em inglês, a equipa de investigadores era constituída por um leque mais variado de especialistas (sociólogos, psicanalistas, psicólogos sociais, etc.).

A partir dos anos 60 as gerações mais recentes de sociólogos americanos dão um novo impulso ao desenvolvimento da sociologia da família. Desde então tem havido um grande empenho na clarificação de conceitos já utilizados neste domínio, na criação de novos métodos, no aperfeiçoamento dos métodos mais antigos, na codificação de dados obtidos em todo o mundo e no desenvolvimento da investigação comparativa. Com Goode inicia-se em 1963 a primeira análise comparativa dos sistemas familiares numa perspectiva transcultural (Cross-cultural research) tentando-se um primeiro encontro entre a sociologia, a história e a etnologia (Goode, 1970). Este tipo de análise, especialmente caracterizada pelo enquadramento histórico e por manter o equilíbrio entre a perspectiva de considerar a família como uma unidade completa e a necessidade de enquadrá-la num contexto mais vasto e determinado teve grande influência sobre a sociologia da família produzida na Europa entre os anos 50 e 70.

Nos E.U.A. os sociólogos manifestam um especial interesse pela construção de "mini-teorias" e de modelos teóricos que possibilitam a operacionalização de variáveis mensuráveis. Estes modelos permitem retomar investigações anteriores, melhorando-as. Deste esforço resulta o aperfeiçoamento das

técnicas de operacionalização e de construção dos próprios modelos. As análises americanas caracterizam-se por manifestarem uma tendência para "separar a família dos quadros sociais historicamente definidos" (Demos e Boocock, 1978 cf. Lourenço, 1988: 24) e para "secundarizar as relações com outros grupos" (Berardo, 1981 cf. Lourenço, 1988: 24).

O desenvolvimento da sociologia da família não tem sido pacífico. Em 1959 Wright Mills manifesta-se preocupado com os problemas relacionados com a teoria e com o respectivo trabalho sociológico, denunciando que os sociólogos situam-se nos dois extremos de um contínuum. De um lado estão os "grandes teóricos" cujas análises do comportamento humano são tão amplas e abstractas que os seus escritos quase perdem significado. Estes parecem mais empenhados em estudar os problemas da vida que conduzem ao aparecimento e à queda de civilizações. Do outro lado do contínuum estão os "empiristas abstractos" que tentam medir tudo como o amor, o desejo, a paixão, o ajustamento, etc., tratando o comportamento humano como uma equação matemática. Mills critica estas tendências referindo que ambas se afastam do verdadeiro objecto da sociologia que é a compreensão do comportamento humano, tal como acontece e se manifesta na actividade dos grupos (Mills, 1959). O desenvolvimento da sociologia da família tem sido muito lento devido ao seu passado dominado pela etnografia e por problemas sociais que denotam a existência de inúmeros preconceitos. Grande parte da investigação sobre a família ignorou a importância dos factos históricos para a compreensão dos padrões e dos sistemas familiares.

Só a partir dos anos 60, com o interesse dos sociólogos pela História da Família e pelo interesse que a família representa para a História, se põem em causa os mitos e a retórica que alimentavam falsas presunções sociais sobre a família e que "obscureciam a realidade histórica da vida familiar" (Elder, 1978 in Lourenço, 1988: 24). Até aos anos 60 a História interessou-se muito mais pelo estudo do Estado do que pelo estudo da Família (Bourguière, 1972 cf. Lourenço, 1988: 24).

A década de 60 representa o início de uma nova fase na investigação da família. Esta viragem deve-se ao desenvolvimento teórico-conceptual verificado na sociologia durante os anos 50, nomeadamente nos domínios das teorias dos sistemas e da acção social (Nye, 1978 e Anderson, 1971), das teorias das classes e da estratificação social em simultâneo com o aumento da investigação em demografia histórica e em história da família.

Paralelamente às transformações teóricas e conceptuais alteram-se as formas de investigação sociológica sobre a família. As análises macroscópicas, abrangendo sociedades globais, assim como as pesquisas baseadas em fontes de informação secundária perdem alguma importância, valorizando-se o recurso ao inquérito a colectividades (aldeias, bairros, fábricas, etc.) ou a vários tipos de amostras (aleatórias ou outras) para verificação de hipóteses. Além disso, regista-se um aumento de análises conduzidas sob a forma de estudos de casos e à microescala, muito usados em estudos sobre a família ou em estudos sobre as relações família-comunidade. Nota-se a mesma tendência na história da família.

Perante o processo de mudanças (social e no domínio da investigação) permanece a preocupação de elevar o discurso da sociologia da família ao nível da teoria ou das teorias sociológicas. Porém, o fracasso explicativo das teorias da mudança social não o tem permitido. Este facto faz renascer o interesse pelos estudos à microescala, geralmente baseados em análises de sistemas de interacção em espaços limitados donde resultam perspectivas parciais sobre a transformação da sociedade (Boudon, 1979a).

A tradição mais recente que se vem definindo nas ciências sociais baseia a sua análise na actividade intencional (Lourenço, 1988: 25). Esta tendência já era visível em Weber e mais recentemente em Parsons, Boudon, Bourricaud, Habermas, entre outros. Esta considera o indivíduo como a unidade elementar da análise sociológica. Porém, os estudos empíricos sobre a família provam que é indispensável continuar a estudá-la nas suas várias dimensões, ou seja, enquanto quadro social e institucional, uma vez que, sem esse conhecimento não se pode compreender e interpretar a acção individual.

1.2. A ABORDAGEM DA FAMÍLIA BASEADA NO VECTOR TEMPORAL

O estudo da família baseado no vector temporal inclui as análises dos autores que se enquadram nas correntes evolucionista, propriamente dita, e desenvolvimentista. A primeira proporciona-nos conhecimentos do ponto de vista histórico e institucional extremamente úteis para estabelecer comparações

entre os agrupamentos familiares nas diferentes civilizações e projectar-lhes a sua evolução. A segunda procura caracterizar e analisar as fases de desenvolvimento da família ao longo do tempo histórico ou ao longo dos ciclos de vida familiar, consoante as diferentes etapas da sua existência.

1.2.1. A corrente evolucionista

A corrente evolucionista caracteriza-se essencialmente por fazer uma abordagem histórica e comparativa da família. Destacam-se nesta corrente, no final do século XIX e início do século XX os estudos de Morgan, Engels, Westermarck, Durkheim, e Mauss. As análises destes autores situam-se na corrente evolucionista unilinear sugerindo que todas as sociedades se movem de um estado simples para um estado mais complexo não prevendo a hipótese de regressão. O conceito unilinear pressupõe um progresso contínuo no sentido de uma mudança positiva, o que nem sempre acontece na corrente desenvolvimentista. Esta admite que a mudança pode diminuir de velocidade e que as eventuais consequências negativas poderão originar uma regressão do progresso, talvez em direcção à extinção ou à estagnação da sociedade e/ou das suas instituições. É neste ponto que reside a principal diferença entre evolucionistas e desenvolvimentistas.

As teorias antigas de Morgan (1976) e Engels (1976) falam-nos das etapas fundamentais da família desde a promiscuidade sexual, ou heterismo, na designação de Bachofen, até

às origens do actual casamento monogâmico⁽¹⁾. Estas teorias caracterizam-se por defenderem a tese da precedência das instituições matrilineares e por tentarem reorganizar os dados etnográficos de forma a construir uma sequência de formas familiares dispondo-as logicamente num contínuum. Morgan analisa a influência da sociedade sobre a forma e estrutura familiares. Segundo este autor a família está permanentemente num estado de mudança passando de uma forma inferior para uma forma superior à medida que a sociedade evolui como consequência do desenvolvimento tecnológico (Morgan, 1976).

Engels em *A Origem da Família da Propriedade e do Estado* (1976) retoma as etapas da família identificadas por Morgan e elabora a sua teoria que viria a tornar-se uma obra clássica. O principal contributo de Morgan e Engels consiste em atribuir uma importância considerável ao desenvolvimento tecnológico para explicar a estrutura de parentesco e o estatuto dos sexos desde a pré-história até à idade contemporânea.

Na ciência pré-histórica há autores que admitem as hipóteses de Morgan e Engels. Gordon Childe (1954) demonstra que desde o início do neolítico até à sua segunda revolução, o domínio das técnicas relacionadas com as actividades de subsistência e a transmissão de conhecimentos eram da responsabilidade das mulheres. Por essa razão, admite-se que na altura a filiação talvez se definisse por via matrilinear e houvesse uma civilização de dominância feminina (Gordon

(1) Segundo Morgan (1976) o heterismo implica que haja uma forma definida de casamento fora do qual se realiza o comércio sexual entre homens monógamos e mulheres não casadas; Engels (1976) utiliza este termo com o mesmo significado.

Childe, 1954: 52-99). Gordon Childe conclui que a partir da segunda revolução do neolítico⁽¹⁾, revolução que é considerada obra dos homens, o homem substitui a mulher como agente de produção e de transmissão de novos conhecimentos técnicos. A partir desse momento a filiação torna-se patrilinear e a estrutura da família e dos papéis dos sexos assumem formas idênticas às que existem nos nossos dias (Gordon Childe, 1958 cf. Michel, 1983: 36). Gordon Childe demonstra ainda como estas estruturas estão dependentes do desenvolvimento das técnicas e da utilização que cada sexo faz das grandes invenções tecnológicas em benefício da produção social. A "inteligência metalúrgica" adquirida pelo homem na segunda revolução industrial do neolítico assegurou-lhe até hoje a preponderância na família e na sociedade (Michel, 1983: 38).

A tese baseada na anterioridade das instituições matrilineares assenta nos seguintes argumentos: na ignorância da paternidade fisiológica nos tempos primitivos, na estreita relação mãe/filho, na não pertença do pai à família, entre as tribos nómadas, no número considerável de costumes matrilineares que permanecem nas sociedades patrilineares, em oposição aos raros traços patrilineares existentes nos povos matrilineares, no atraso das sociedades matrilineares relativamente às patrilineares e na ausência total de documentos históricos referentes à transformação de instituições patrilineares em

(1) Gordon Childe afirma que a segunda revolução neolítica é uma revolução industrial desencadeada por homens e caracteriza-se pela utilização da força do boi, do vento, do arado, do barco à vela, do conhecimento das propriedades físicas e mentais, dos processos químicos sobre a fusão do metal de cobre, da invenção do calendário solar exacto, da arquitectura em tijolo e das matemáticas aplicadas (Gordon Childe, 1958: 110 cf. Michel, 1983: 36).

matrilineares (Murdock, 1972: 189-190 cf. Lourenço, 1988: 28).

Morgan e Engels baseiam-se numa concepção materialista da história para provar que a produção e a reprodução das condições de vida imediatas constituem o elemento determinante da história, em última instância. Essa produção consiste, por um lado, na criação de meios de subsistência (alimentos, vestuário, alojamento e instrumentos), por outro, na propagação da espécie na família. É a importância respectiva destes dois tipos de produção que caracteriza as instituições sociais, ou seja, quanto menos desenvolvido for o trabalho maior é a predominância do poder exercido sobre a ordem social por intermédio dos laços de sangue. Esta afirmação é confirmada por G. Balandier nas suas investigações comparativas entre sociedades desenvolvidas e em vias de desenvolvimento (Balandier, 1957 cf. Michel, 1983: 38). Nas primeiras os laços de parentesco quase não se fazem sentir na vida quotidiana dos indivíduos nem nas instituições políticas e económicas, nas segundas, onde a produção é limitada, os deveres em relação ao parentesco alargado constituem as obrigações essenciais do indivíduo e dos grupos fundamentados no parentesco originando, assim, as instituições políticas e económicas.

O principal contributo de Engels consiste na análise sociológica da família monogâmica e das relações entre esta e a propriedade privada baseando-se em determinados traços institucionalizados da família moderna. Segundo Engels, a família monogâmica tem como principal finalidade "a procriação de filhos cuja paternidade seja indiscutível", ou seja, produzir herdeiros directos para mais tarde se apoderarem, por legítimo

direito, dos bens do pai. Para Engels a monogamia determina o fim da comunidade doméstica comunista considerando-a como o motor que desencadeia o aparecimento do primeiro tipo de família que "não se baseia em condições naturais, mas em condições económicas" (Engels, 1976: 81 e 85). Para este autor a monogamia não representa uma "reconciliação entre homem e mulher" nem a "forma mais elevada de matrimónio" mas sim o conflito entre ambos os sexos e o domínio exclusivo do homem. Tendo por base este conflito, Engels integra no quadro da família toda a problemática da teoria marxista, ou seja, a luta de classes. Por analogia, Engels considera que a família vive e reproduz, em miniatura, as mesmas contradições e antagonismos segundo os quais se move a sociedade em geral (Engels, 1976: 89).

Engels distingue dois tipos de casamento monogâmico: um no sentido etimológico do termo que resulta da união livre e consentida de dois indivíduos de sexo diferente, e outro de significado histórico. Este último corresponde ao que vulgarmente se chama "casamento por conveniência"; não resulta da união livre e consentida de dois indivíduos, é determinado por razões económicas, realiza-se dentro do mesmo grupo social, é arranjado pelos pais de ambos tendo como objectivo a conservação, o alargamento e a transmissão do património. Este casamento a que Engels chama "casamento monogâmico histórico" conduz ao aparecimento da família burguesa. O casamento monogâmico no sentido etimológico corresponde ao "casamento proletário". Neste não estão presentes os fundamentos da

monogamia enquanto realidade historicamente determinada, uma vez que não há património a transmitir (Engels, 1976: 94).

As bases da teoria evolucionista eram tão coerentes com os factos até então conhecidos que foram aceites quase sem excepção pelos cientistas sociais até finais do século XIX e ainda defendida por alguns (Keller, Sumner e Vinogradof) durante o século XX. Com a acumulação de novos dados etnográficos esta teoria cai em descrédito, nomeadamente, a partir de 1924 com a publicação da obra de Rivers intitulada *social Organization*. Murdock admite a "universalidade da família nuclear" (Murdock, 1972). Levi-Strauss afirma que o "tipo de família característico da civilização moderna (...) baseado no matrimónio monogâmico (...) é patente nas sociedades que parecem ter permanecido ao nível cultural mais simples" (Levi-Strauss, 1970: 98).

A teoria de Engels sobre a evolução da família é insustentável, quando considerada em detalhe, mas no seu conjunto constitui uma valiosa contribuição para esclarecer o problema (Weber, 1956: 44).

Emile Durkheim coloca-se, também, entre os evolucionistas unilineares. Apesar disso, este autor deu um notável contributo à sociologia da família. As suas principais referências neste domínio são o curso *A Família*, ministrado em Bordéus em 1888 e *A Divisão do Trabalho Social* editado pela primeira vez em 1893⁽¹⁾. Durkheim considera a família como uma instituição

⁽¹⁾ Para melhor esclarecimento sobre a sua sociologia da família, vide os textos recolhidos em E. Durkheim (1975).

social produzida por causas sociais e não um agrupamento de parentes. Para este autor a evolução da família assenta em dois movimentos de sentido contrário segundo a sua perspectiva da evolução das sociabilidades e da organização social: o aumento do "volume social" e a contracção progressiva da família. Durkheim defende que o aumento do "volume social" cria condições para uma maior "densidade moral". Este facto, por sua vez, contribui para aumentar a divisão do trabalho e a diferenciação social (Durkheim, 1984, vol.II) sendo estes acompanhados por uma contracção progressiva da família (Durkheim, 1975).

Os aspectos mais marcantes da sociologia da família de Durkheim são a emergência da contracção progressiva da família e a importância do casamento nas sociedades modernas. Durkheim e Mauss, no curso sobre a família, analisam formas de parentesco e de casamento procurando encontrar uma lógica para a evolução dos grupos domésticos utilizando um "esquema filogénico", segundo a designação de Mauss (Durkheim, 1975 e Mauss, 1975)⁽¹⁾. Para cada tipo de organização social existe um tipo de organização familiar e a cada um destes corresponde um tipo de casamento. Para Durkheim a família conjugal contemporânea, fundada no casamento, representa o termo de uma evolução resultante da lei da contracção progressiva. A família contrai-se à medida que o meio social se amplia. Com base nesta lei, este autor diz-nos que "é o agrupamento doméstico que emerge do agrupamento político e não o político que é proce-

(1) Para melhor esclarecimento sobre esta análise vide as lições de Durkheim *Introduction à la Sociologie de la Famille* (1828) e *La Famille Conjugale* (1892) em E. Durkheim (1975).

dente, por dilatação do doméstico" (Davy, 1931: 115 in Michel, 1983: 44). Neste contexto, Durkheim considera a família como um elemento activo da produção da moral⁽¹⁾ e, simultaneamente, uma instituição condicionada pela organização social. Este autor tende a considerar o meio social como uma realidade total, objectiva e materialmente definida, cujo funcionamento depende da eficácia das instituições que lhe são necessárias⁽²⁾. Nesta óptica, cada tipo social terá um conjunto específico de instituições, ou seja, um tipo de família, um tipo de Estado e um tipo de moral adequados às suas necessidades⁽³⁾.

Segundo Durkheim, a história da família, "a partir das origens" resume-se a um movimento contínuo de dissociação, ao longo do qual as funções por ela desempenhadas, primeiramente indivisas e confundidas umas com as outras, se separam gradualmente (Durkheim, 1984).

O autor de *A Sociedade Feudal* (Bloch, 1979), diz-nos que a história da sociedade revela a existência de ciclos de dilatação do grupo familiar seguidos de ciclos de contracção sendo estes determinados por factores políticos, sociais e económicos. A dimensão da família está dependente da capacidade do

(1) Para uma análise mais profunda sobre a moral e a anomia na obra de Durkheim vide Pizzorno (1963), Giddens (1984) e Parsons (1967 e 1968a).

(2) Para melhor esclarecimento vide R. Aron (1967).

(3) A óptica de Durkheim sobre o desenvolvimento social foi alvo de críticas e de acusações por parte de alguns autores. Foi-lhe atribuída a paternidade do "sociologismo" e a sua sociologia foi classificada de "determinista". Todavia, houve autores como T. Parsons (1967 e 1968a) e R. Boudon (1979a) que interpretaram a obra de Durkheim noutra perspectiva usando a linguagem das sociologias da acção.

Estado para proteger os indivíduos. Bloch dá-nos o exemplo da Gália onde a prosperidade do Estado durante o séc. IX permitiu a existência da família conjugal, mas, posteriormente entrou numa fase de declínio que justificou o aparecimento do grupo feudal e da família extensa durante os séculos X, XI e XII. Só a partir dos séc. XIII e XIV, quando as invasões se tornam mais raras, o Estado reforça-se, deixa de ser necessária a protecção no grupo de parentes alargado, verificando-se de uma forma generalizada um movimento de retracção dos grupos familiares _ "às vastas parentelas da há pouco (dos séculos X, XI e XII), vêem-se lentamente suceder grupos muito mais semelhantes às nossas pequenas famílias de hoje" (Block, 1979: 164). Para além destes factos históricos, Bloch refere que a contracção do grupo familiar não se verifica em simultâneo no interior da estrutura social como sugere Durkheim. Ela surge em primeiro lugar nas famílias burguesas e de artesãos e só mais tarde se estende às restantes classes sociais.

Em *Old Problems and New Queries in Family Sociology* (1970), König revela que nas classes inferiores da Antiguidade e da Idade Média a família mais comum era do tipo conjugal negando que se verificasse uma evolução unilinear da família alargada para a conjugal. König explica-nos que a evolução familiar é complexa e resultante de uma convergência. Este autor prova-nos que as famílias alargadas das classes superiores sofrem um processo de contracção, por outro lado, as famílias nucleares das classes inferiores da Roma Antiga e da Idade Média ascendem socialmente tornando-se muito valorizadas. Esta convergência resulta de duas evoluções diferentes.

A família nuclear universaliza-se, em termos quantitativos, ao mesmo tempo que aprofunda o seu significado (König, 1970: 602-622 cf. Michel, 1983: 48). Os elementos da classe média que se tornam economicamente dependentes adoptam igualmente o tipo de família conjugal.

Durkheim considera a família conjugal como o resultado da contracção da "família paternal". Esta caracteriza-se pela coabitação dos progenitores e das gerações seguintes, excepto as filhas e seus descendentes, enquanto na família conjugal a coabitação limita-se aos pais e aos filhos solteiros. As principais diferenças entre ambas residem nas formas de coabitação e nas regras jurídicas e morais que regem os dois tipos familiares. Na família conjugal a coabitação de um filho adulto é um facto meramente material ou moral, não decorrendo daí quaisquer consequências jurídicas. Durkheim afirma que nada na família conjugal se assemelha ao "estado de dependência perpétua" característico dos tipos de família paternal e patriarcal. Apesar destas diferenças mantêm-se laços familiares visíveis na obrigação de assistência aos pais na doença enquanto os filhos têm direitos sobre a herança dos pais. Durkheim afirma que na família actual (conjugal) apenas sobrevivem as obrigações jurídicas que já pertenceram a formas de família anteriores (Durkheim, 1975: 36).

Ao analisar a família conjugal Durkheim reconhece-lhe dois aspectos inovadores em relação a outros tipos de estruturas familiares. Um deles refere-se ao tipo de organização interna salientando que esta permite a individualidade dos seus membros, conferindo-lhe capacidade de posse de um patri-

mónio individual, o que não acontecia nas outras formas de organização familiar em que a comunidade doméstica se sobrepunha ao indivíduo. Outro aspecto refere-se à crescente intervenção do Estado na vida familiar tornando-se num factor da vida doméstica (Durkheim, 1975: 38). Seguindo este raciocínio, Durkheim conclui que a família conjugal não poderia ter nascido da família patriarcal ou da paternal, nem da fusão destas duas. Os laços indissolúveis em que se baseia o conceito de família conjugal só podem existir mediante a garantia da autoridade do Estado⁽¹⁾.

Segundo Durkheim as transformações da organização interna da família, enquanto consequência da forte intervenção do Estado, são acompanhadas por mudanças significativas nas relações matrimoniais e na sua forma de organização. O casamento ganha importância transformando-se num dos elementos fundamentais para a consolidação da família conjugal sendo o casal o centro da família. O casamento deixa de ser um contrato pessoal, passa a ser um acto público realizado na presença de um magistrado, ou seja, de um representante do Estado, e só poderá considerar-se válido se obedecer a determinados requisitos e formalidades. Outra mudança refere-se ao aparecimento do regime de casamento em comunhão de bens: "a comunhão de bens é, com efeito, a regra da sociedade matrimonial (...) enquanto o comunismo se retirava da sociedade doméstica ele reaparecia na sociedade matrimonial" (Durkheim, 1975: 46).

(1) Na família patriarcal ou na família "paternal" os laços familiares podiam romper-se pelo parente que quisesse deixar a família ou pelo pai (Durkheim, 1975: 38).

Marcel Mauss defende que a família conjugal "de facto" existe em toda a parte desde a Antiguidade mas "em direito raramente é reconhecida" (Mauss, 1947: 138 in Michel, 1983: 48). Com esta afirmação Mauss distancia-se de Durkheim mas revela-se evolucionista linear ao dizer que:

não derivamos do casal original mas de massas maiores ou menores que se concentraram pouco a pouco; a evolução fez-se por determinação de círculos concêntricos de parentesco cada vez mais estreitos. Não é, pois, necessário explicar o parentesco indiviso por uma multiplicação de lares mas, pelo contrário, explicar a família conjugal a partir do parentesco indiviso (Mauss, 1947: 139 in Michel, 1983: 49).

A história e a sociologia não confirmam a perspectiva evolucionista unilinear de Durkheim e Mauss. Os estudos dos historiadores e dos sociólogos como Marc Bloch, George Duby, Phillipe Ariès, Peter Laslett, René König e William Goode provam que a evolução da família se processa de uma forma muito mais complexa. Estes autores admitem que a convergência de factores económicos, políticos, demográficos e sociais explica que a família "de facto" ou "de direito", adopta tanto a forma conjugal como a forma alargada.

Presentemente, as análises sociológicas caracterizadas pelo evolucionismo unilinear foram abandonadas a favor do pluralismo e das convergências. Esta é a linguagem utilizada pelos autores mais recentes como Goode, Nimkoff, Middleton, Winch, Blumberg, Rogers, Lerner, Inkeles, entre outros.

Os evolucionistas actuais como Inkeles, Rogers, Lerner e Kahl baseiam-se nos conceitos de "modernização", "modernidade" e "modernismo" para explicar a mudança social e familiar. Estes termos referem-se a um processo de transformação que se considera moderno em relação a um ponto de origem tido como tradicional. Os conceitos de "tradicional" e "moderno" não são empregues num sentido valorativo, mas sim, para designar certas características sociais. Quando os evolucionistas se referem a uma sociedade moderna não significa, necessariamente, que se dirijam à sociedade urbana industrial ou à sociedade ocidental. Para estes autores o termo ocidental não é sinónimo de moderno, nem sociedade urbana industrial é sinónimo de sociedade moderna. A estratégia mais comum utilizada por estes teóricos consiste em desenvolver uma lista de características baseadas nas sociedades que consideram tradicionais e modernas e com base nela analisam os métodos de que as sociedades, os grupos ou os indivíduos se serviram para transitar da primeira situação para a segunda⁽¹⁾. É exactamente neste ponto que as suas hipóteses são evolucionistas e unilineares, ou seja, por não admitirem a hipótese de regressão à fase inicial de desenvolvimento.

Na óptica destes autores, todas as sociedades se movem em direcção ao modernismo, assim como os grupos e os indivíduos. Os conceitos chaves e os processos mais utilizados são os de urbanização, industrialização, alfabetismo, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento dos meios de comunicação de

(1) Para melhor esclarecimento sobre o evolucionismo destes autores vide Inkeles (1969: 208-25), Rogers (1969: 9), Lerner (1958: 57) e Kahl (1968: 37).

massa, participação económica e política e empatia.

Um dos temas cruciais e mais debatidos nas teorias evolucionistas e da modernização diz respeito ao produto final. Caminharemos para uma sociedade homogénea? Esta é a sua principal questão. Pondo a tónica nos sistemas familiares ela poderá formular-se da seguinte forma: o processo de modernização unilinear significa que haverá uma convergência de todos os sistemas familiares em direcção a um sistema familiar moderno, ou seja, um sistema familiar especialmente adaptado à sociedade moderna? Aqui as opiniões divergem.

Inkeles afirma que haverá uma convergência, não ao nível dos sistemas, mas ao nível individual, sendo possível identificá-la independentemente da cultura específica de origem (Inkeles, 1969: 225). Basendo-se nos resultados da sua investigação sobre a modernização, verifica que se mantém uma excepcional semelhança no impacto das variáveis educação, experiência operária e urbanização sobre a modernidade individual, apesar da enorme diversidade cultural dos homens que vivem tais experiências e dos níveis de desenvolvimento cultural das sociedades onde vivem.

Outros autores como Feldman e Hurd (1966) e Weinberg (1969), empenhados no estudo da mudança mais a nível social que individual, concordam com Inkeles sugerindo que as instituições sociais são independentes embora sejam conduzidas pela instituição económica e pela industrialização em direcção a uma uniformidade da estrutura social (Feldman e Hurd, 1966: 378-95 e Weinberg, 1969: 1-15).

Wilbert Moore discorda destes autores dizendo que a diversidade mantém-se devido às forças culturais mesmo que os níveis de modernização e de urbanização sejam praticamente idênticos (Moore, 1965). Por outras palavras, Moore considera que a influência das forças da modernização passam através de um poderoso filtro cultural cujo produto não é uniforme através das culturas. Em relação à mudança familiar, as teorias da modernização de tendência unilinear sugerem-nos um movimento do sistema de família extensa em direcção ao sistema de família nuclear, ou seja, uma unidade familiar na qual a participação dos seus membros aumenta consideravelmente fora da família, um sistema familiar mais receptor do que instigador de mudança e um sistema familiar socialmente subordinado à actividade económica, política e a outras esferas de actividade institucional.

1.2.2. A corrente desenvolvimentista

A corrente desenvolvimentista constitui mais uma forma de abordagem da família baseada no vector temporal. Os autores que se enquadram nesta corrente afirmam que os sistemas sociais, as unidades familiares, a instituição familiar ou as sociedades no seu todo caminham ao longo de ciclos de vida ou fases de desenvolvimento que correspondem ao nascimento, crescimento, maturidade e declínio (até à morte ou desaparecimento).

Um dos exemplos da abordagem desenvolvimentista aplicada ao estudo da família e da mudança familiar é a teoria cíclica de Carle Zimmerman (1947 e 1949)⁽¹⁾. Em *Family and Civilization* Zimmerman (1947) apresenta-nos um estudo sobre a família em sociedades que ainda não conheciam a escrita. Este autor analisa um período correspondente a 4000 anos de história e tenta estudar a mudança familiar desde o ano 1500 A.C. até ao presente organizando os seus dados por séculos, épocas históricas, tipos de famílias e respectivas fases de desenvolvimento. Com base neste estudo conclui que essas famílias são totalmente independentes umas das outras e que os povos primitivos derivam de outras sociedades que nada têm a ver com a sociedade ocidental, ou seja, não as considera antecessoras desta, nem representativas da primeira fase de desenvolvimento da sociedade civilizada (Leslie, 1982: 210). Zimmerman afirma que o conjunto de princípios determinantes do comportamento familiar na sociedade ocidental verifica-se em todas as sociedades do mundo, incluindo nesse universo, as civilizações Mediterrânica, Europeia, Americana, Australiana e Asiática. A maior parte da sua análise desenvolve-se à base de dados sobre a tradição ocidental que começa com a Antiga Grécia, prossegue através de Roma e termina com o estudo da América no século XX (Leslie, 1982: 210).

Zimmerman defende a existência de uma relação recíproca entre a família e a civilização e entre a organização familiar e a natureza da sociedade mais vasta, de modo que a mudança

(1) A tese de Zimmerman (1947) foi antecipada na Europa por Le Play (1879).

numa delas provoca mudança na outra. Segundo este autor a família é a principal causadora da mudança social mas também é mudada pelas alterações ocorridas na sociedade mais vasta. Zimmerman considera o sistema familiar em permanente competição com a Igreja e o Estado no que respeita ao controle dos seus membros e das relações familiares. Segundo este critério, Zimmerman identifica três tipos de famílias ao longo da história ocidental: a família depositária, a família doméstica e a família atomista⁽¹⁾. Estes três tipos de famílias são definidos segundo o poder que detêm, o seu raio de acção e o controle social que exercem. À medida que a família caminha pelas várias fases de desenvolvimento, alterna com a Igreja e o Estado a detenção do último poder sobre os indivíduos na sociedade (Leslie, 1982: 210).

A família depositária é a mais primitiva quanto ao seu aparecimento na história da civilização ocidental. Esta designação justifica-se pelo facto dos seus membros (vivos) não serem uma família em si, mas sim, os depositários vivos do seu nome, da sua propriedade e do seu sangue. Neste caso, a família em si é imortal, desenvolve um familismo extremo e é detentora de grande poder sobre os seus membros, poder esse que pode ser de vida ou de morte. A liberdade individual, pelo menos virtualmente, não existe e as questões de bem estar individual estão subordinadas ao bem estar do grupo. Nesta fase de desenvolvimento as famílias organizam-se em gens. A pertença nesta família baseia-se numa acção formal; os novos

(1) Zimmerman ao fazer esta classificação diz-nos que se trata de tipos ideais e não de tipos empíricos de famílias.

membros podem ser aceites ou rejeitados pelo grupo. O divórcio no verdadeiro sentido não existe mas o homem pode repudiar a esposa (mulher) se ela não cumprir as normas respeitantes à integração do grupo. O Estado surge em redor das várias linhas de famílias depositárias que se combinam e se organizam para o constituir concentrando, praticamente, todo o poder. Fora da família há pouco poder organizado e se o há não interfere nos assuntos familiares (Leslie, 1982: 211).

Sob a influência da família depositária a civilização move-se em direcção à grandeza. Surgem grandes desigualdades de poder e autoridade que conduzem ao enriquecimento de muitas famílias devido à mão de obra barata e a uma supervisão rigorosa. Mediante o abuso da autoridade as várias famílias depositárias entram em conflito e competição dando origem a que o Estado e a Igreja desenvolvessem as suas bases de poder e autonomia para impedir tais abusos (Leslie, 1982: 213). Esta nova conjuntura conduz ao aparecimento de um novo tipo de família - a doméstica.

A família doméstica partilha a autoridade sobre os seus membros com o Estado e a Igreja. Trata-se de um tipo familiar que encoraja o individualismo, dentro de certos limites, e protege os direitos individuais contra os abusos de autoridade. A gens tende a desaparecer. A família mantém-se forte embora oscile entre o familismo e o individualismo. O conceito de divórcio, propriamente dito, aparece, embora a sua prática seja pouco comum. Zimmerman considera que a família atinge nesta fase o ponto mais alto do seu desenvolvimento afirmando que o seu aparecimento corresponde a uma fase de maturidade da

civilização. Porém, Zimmerman considera que o movimento em direcção ao individualismo traz consigo uma força que conduz à destruição da família e da sociedade. O evoluir desta situação dá origem ao aparecimento da família atomista (Leslie, 1982: 211 e 213).

Na teoria de Zimmerman a família atomista assinala a fase mortal da família e da sociedade. Com o aumento do individualismo o Estado torna-se poderoso enquanto a autoridade da família sobre os seus membros declina progressivamente. As aspirações e objectivos individuais sobrepõem-se aos familiares, instala-se uma "baixa moral" debilitando-se a coesão familiar. O casamento torna-se um contrato civil sem responsabilidades morais para evitar o divórcio. Qualquer união pode terminar se impedir a satisfação dos objectivos pessoais. Zimmerman acredita que a importância dada aos direitos individuais, o aparecimento dos movimentos feministas, a tendência para os casais terem poucos filhos e a independência do jovem em relação ao controle dos familiares mais idosos constituem a morte da família enquanto principal transmissora de cultura. À medida que a família perde poder, a socialização dos jovens fica cada vez mais vinculada à esfera pública provocando a desintegração da sociedade (Leslie, 1982: 211 e 213).

A análise de Zimmerman foi, em parte, influenciada por uma análise paralela realizada por Pitirim Sorokin (1937) sobre a dinâmica social e cultural. A teoria de Zimmerman está impregnada de juízos de valor. A sua única virtude consiste no alcance da classificação histórica. Zimmerman foi contemporâneo da depressão de 1929 e das duas guerras mundiais. É

possível que a agitação desse período o influenciasse induzindo-o a fazer previsões derrotistas sobre a condição da família na civilização ocidental. Trata-se de uma teoria totalmente inaceitável no domínio da previsão embora tenha algum interesse do ponto de vista descritivo. Zimmerman faz afirmações que ainda ninguém provou serem verdadeiras ou falsas tirando partido da nossa ignorância sobre os dados referentes às sociedades anteriores à invenção da escrita.

A investigação da família numa óptica descritiva, histórica, comparativa e institucional continua a efectuar-se. Na Europa os seus adeptos contemporâneos são Pierre Bourdieu (1962) e René Köning (1970). Por outro lado a abordagem desenvolvimentista continua em franco progresso constituindo, de momento, uma tentativa para transcender os limites das várias abordagens procurando incorporá-las num esquema unificado. À sociologia rural esta abordagem proporcionou o conceito de ciclos familiares, aos psicólogos da criança e aos especialistas do desenvolvimento humano proporcionou os conceitos de tarefas e necessidades de desenvolvimento, aos interaccionistas e aos funcionalistas proporcionou os conceitos de papéis em função da idade e sexo, os modelos plurais e inúmeros conceitos ligados à noção de família enquanto sistema de actores que interagem. A abordagem desenvolvimentista foi delineada por Rowe (1966) e ajustada por Duvall (1962), Hill e Rodgers (1964).

Este tipo de análise revela-se muito útil e fecundo no estudo da interacção familiar, do ajustamento conjugal, do poder e autoridade na família, da distribuição de tarefas

domésticas, da comunicação, do acordo e conflito no casal e na família. Trata-se de uma abordagem que encara a família nas suas mudanças de composição e de papéis ao longo do tempo desde o casamento até à morte. Este longo período da vida familiar é dividido em diferentes fases consoante os estudos. As principais fases consideradas são: o casal sem filhos, casal com crianças em idade pré-escolar, casal com crianças em idade escolar, casal sem filhos (fase pós-parental) e, finalmente, a viuvez. Esta abordagem estuda as diferentes funções que a família desempenha relacionando-as com a presença e idade das crianças no lar. Os papéis do marido e da mulher mudam à medida que as crianças nascem, crescem e deixam a casa dos pais. Rodgers (1962) chama "sequências de papéis" a estas mudanças. Trata-se de uma abordagem que estuda a mudança no funcionamento interno da família e na participação dos seus elementos nas organizações comunitárias. Esta participação muda simultaneamente com os ciclos de vida familiar. A sociologia empírica utiliza largamente esta abordagem permitindo estudos bastante ousados, segundo opinião de Mills (1959).

1.3. A ABORDAGEM DA FAMÍLIA BASEADA NO VECTOR FUNCIONAL

A análise funcional da família é primeiramente atribuída a William Ogburn. Este autor pertence à "escola passiva" dos sociólogos da família, segundo uma expressão de Zimmerman (Leslie, 1982: 216). O seu pensamento sobre a mudança social e

familiar não é constante ao longo da sua vida. Podemos constatar-lo por intermédio das suas publicações que se estendem por mais de três décadas (1922 a 1955). O amadurecimento intelectual deste autor dificulta, em parte, a apresentação das suas análises.

Ogburn (1922) começa por elaborar uma teoria de alcance geral sobre a mudança social - a "teoria progressivista", conforme lhe chama Leslie (1982: 215), muito extensa e radical. Finalmente, nas suas últimas publicações verifica-se que o seu pensamento torna-se muito mais eclético. Para explicitar melhor a sua teoria referimos, em primeiro lugar, as suas formulações originais donde resultam os seus principais contributos para o estudo da mudança familiar. Posteriormente, apontamos as alterações do seu pensamento através das suas últimas publicações.

Ogburn analisa a família americana desde a era pré-industrial até meados da década de cinquenta procurando explicar as mudanças ocorridas durante os séculos XIX e XX. Com base no seu estudo conclui que a família não é um agente activo causador de mudança. Ogburn considera que esta surge sempre de fora e a família adapta-se passivamente às mudanças que ocorrem na sociedade mais vasta. Este autor apercebe-se deste fenómeno ao verificar uma elevada taxa de invenção existente numa sociedade orientada tecnologicamente.

Ogburn ao apresentar a sua teoria preocupa-se em distinguir a cultura material (técno-logia: fábricas, máquinas, meios de transporte, obras de engenharia, armamento, vestuário,

etc.) da cultura não material (valores, atitudes, costumes, instituições, etc.). Esta distinção é essencial para o seu pensamento e para explicar como ambas mudam.

Para Ogburn a mudança na cultura material tende a ser cumulativa e direccional enquanto a mudança na cultura não material não se caracteriza por qualquer regularidade (Leslie, 1982: 216). Este autor adianta ainda que a diferença entre as invenções materiais e os costumes coloca-se ao nível do consenso que geralmente se estabelece sobre o critério de avaliação das invenções (Leslie, 1982: 216). Por exemplo, uma máquina pode ser avaliada segundo a sua potência (cavalo-vapor que produz), o combustível que consome, o preço, a durabilidade, etc.. Havendo acordo sobre os critérios de avaliação é sempre possível produzir, rapidamente, uma máquina mais perfeita. Com este exemplo Ogburn pretende demonstrar que a cultura material dispõe de condições favoráveis para a mudança acelerando-se rapidamente com o tempo (Leslie, 1982: 216). Por outro lado, na cultura não material é muito mais difícil estabelecer consensos nos critérios de avaliação. Para justificar esta afirmação, Ogburn menciona que há sociedades que mantêm fortes divergências entre si sobre os respectivos sistemas económico e político mas são consensuais quanto ao tipo de maquinaria que utilizam. Além disso acrescenta que se verifica a mesma falta de consenso em relação à apreciação das artes.

Segundo esta óptica, a mudança nas instituições tende a ser lenta e sem uma direcção contínua. A distância cultural situa-se entre as taxas de mudança da cultura material e da

cultura não material (Leslie, 1982: 217). Ao defender a hipótese da distância cultural, Ogburn admite que a mudança numa parte da cultura exige ajustamentos correspondentes nas restantes partes que com ela se relacionam. Esses ajustamentos não são imediatos, podem demorar meses, anos ou décadas até se reestabelecer o equilíbrio cultural. O período da distância cultural caracteriza-se por ser uma fase de desorganização e desajustamento em que os costumes e as atitudes das gerações anteriores perdem eficácia dando origem a uma enorme angústia pessoal e grupal (Leslie, 1982: 217).

Ogburn admite que a mudança pode surgir tanto da cultura material como da não material mas defende que, na maioria dos casos, ela é originária da primeira sendo a segunda a sofrer o ajustamento.

Para exemplificar a distância cultural na família este autor descreve as alterações registadas nas funções familiares durante a passagem para a industrialização. Antes da industrialização a família estava ajustada às condições agrícolas. Para além da função biológica desempenhava as funções económica, educativa, religiosa e protectora. O casamento era um contrato estável assumindo uma disposição negocial e não a esperança de se alcançar a felicidade ou a satisfação pessoal. A produção realiza-se no espaço doméstico envolvendo toda a família. Com a industrialização a actividade produtiva passa para a fábrica separando-se o local de trabalho do espaço doméstico. O casal que anteriormente desempenhava um importante papel económico na família é forçado a sair de casa para trabalhar. Por outro lado, o afastamento das mulheres em

relação ao lar provocou o aparecimento de problemas na gestão doméstica e nos cuidados com as crianças. Porém, se elas deixam de trabalhar fora de casa sentem-se afectadas na avaliação da sua dignidade. A transformação do sistema económico provocou o aparecimento de sérios problemas para os cônjuges e para as crianças dando origem a uma "desfuncionalização" familiar.

Por outro lado, Ogburn afirma que o desenvolvimento verificado na cultura material desempenhou também um papel de desorganização. Para justificar esta afirmação Ogburn refere o exemplo do automóvel demonstrando que ele alterou completamente o comportamento dos jovens dando-lhes oportunidade de escapar à supervisão parental usufruindo do anonimato em poucos minutos (Leslie, 1982: 217). As velhas normas que regulavam o namoro tornaram-se rapidamente inoperantes na nova situação. Os encontros entre rapazes e raparigas são muito mais frequentes e os pais têm dificuldade em compreender a juventude. Surgem complicações que pais e filhos não conseguem superar. Estes são alguns exemplos do que este autor classifica de distância cultural e de desorganização social (Leslie, 1982: 217).

Ogburn, preocupado em explicar a desfuncionalização da família americana, elabora um relatório para o Presidente da "Hoover's Research Committee on Social Trends" (Ogburn e Tibitts, 1934) onde discute as sete principais funções que ela detinha antes dos tempos modernos realçando as mudanças que entretanto ocorreram provocadas pelo rápido avanço tecnológico (Leslie, 1982: 218).

Em relação à função económica aponta como principais mudanças o facto da casa deixar de ser o centro de produção de grande parte dos artigos que a família consumia. Primeiramente deixou-se de produzir instrumentos e mobiliário e em 1930 a maioria das famílias já não fabricava pão, conservas e vestuário. A produção destes bens, que em grande parte era assegurada pelas mulheres, foi transferida para outros agentes. Estas, ao verem reduzida a sua importância económica na família e já não se considerando como sócias nos negócios do marido, sentem necessidade de procurar emprego fora de casa. A partir deste momento a definição da contribuição económica da mulher sofre grandes alterações. Apesar das mulheres sem emprego continuarem a dedicar muitas horas ao trabalho doméstico, o facto de serem apenas "donas de casa" passa a ter uma conotação pouco lisonjeira. As famílias deslocam-se para a cidade à procura de emprego, instalam-se em habitações pequenas dissolvendo-se a habitação multifamiliar. O gás e a electricidade surgem como novas formas de energia domésticas simplificando a preparação e a conservação dos alimentos e das refeições. Aparecem os restaurantes, cultiva-se o bom gosto, o conforto e a urbanidade e aumenta rapidamente o número de pessoas que tomam as refeições fora de casa. Entretanto Os homens aumentam consideravelmente o seu trabalho fora do lar. Os filhos perdem grande parte do valor económico que detinham transformando-se em fonte de despesa. Entretanto, os economistas domésticos apresentam os primeiros cálculos sobre o custo económico da criança até atingir a idade adulta (Leslie, 1982: 218).

Quanto à função protectora, Ogburn refere que, tradicionalmente, a família protegia os seus membros das desgraças, prejuízos, ofensas e outros males proporcionando segurança económica na infância, na velhice ou nos tempos difíceis (dano, ofensa, insulto, doença, desemprego, etc.). Mais recentemente, grande parte desta protecção é assumida por organizações públicas e pelo Estado. Médicos, hospitais, seguros de saúde, subsídios de desemprego, e outras compensações aos trabalhadores tendem a substituir a protecção familiar. A polícia, a guarda e outros profissionais de segurança encarregam-se da protecção dos indivíduos contra os intrusos tornando desnecessários o cão de guarda ou a espingarda de família. A segurança social, a ajuda às famílias com crianças dependentes, a assistência médica, o seguro de desemprego, a possibilidade de trabalhar e estudar simultaneamente e outras facilidades que entretanto surgiram substituíram a protecção anteriormente proporcionada pela família (Leslie, 1982: 218).

Do ponto de vista religioso, Ogburn considera que a família foi, nos primeiros tempos, um grupo bastante unido. O casamento tinha um significado sagrado e o nascimento dos filhos era considerado uma dádiva de Deus ou uma obrigação divina. A família tinha a responsabilidade de ensinar aos descendentes a Sagrada Escritura e a manutenção dos padrões éticos. Era comum orar em família, dar a bênção, ler passagens da bíblia, cantar hinos, etc.. Modernamente, tais costumes já não se verificam no meio familiar. O casamento passa a ter um significado mais social do que sagrado sendo o nascimento dos filhos decorrente de um planeamento racional. A responsabi-

lidade do ensino da religião, da moral e do comportamento ético passa para a Igreja (Leslie, 1982: 219).

Na função recreativa Ogburn refere que houve grandes alterações. Os serões familiares, os cânticos em grupo e a preparação de goluseimas (doces tradicionais, caramelos, pipocas, etc.) eram formas comuns de recreio familiar na era pré-industrial. Modernamente houve um grande aumento na quantidade de tempo dedicado ao recreio criando-se facilidades no seu acesso. Assiste-se ao aumento do recreio comercial, principalmente no domínio do desporto, dos parques de diversão, das piscinas, clubes nocturnos, etc., levando os indivíduos para fora da família. Entretanto, o aparecimento da televisão provoca um recuo ao recreio familiar. Porém, com o aparecimento de vários canais e a aquisição de vários aparelhos por família espalhados por diferentes divisões da casa, separa novamente os seus membros assistindo cada um ao seu programa favorito (Leslie, 1982: 219).

A função educativa da família também mudou radicalmente. Em relação a esta função Ogburn refere que no período colonial a educação era transmitida à lareira durante os serões de família. Durante esse período a educação formal ainda não estava muito elaborada. Só a partir dos dois últimos séculos se assistiu ao desenvolvimento do ensino académico formal. A transmissão de vários tipos de conhecimento e de educação passam para as escolas e universidades. A escolaridade começa mais cedo e prolonga-se por muito mais tempo. Os estudos secundários, universitários e de pós-graduação tornam-se comuns na família americana actual. O sistema educacional

passa a competir com a família transmitindo determinados padrões aos jovens que, nem sempre, são compatíveis com os dos seus pais (Leslie, 1982: 219-220).

Quanto à função de atribuição de status, Ogburn refere que na era pré-industrial o facto de se ser membro de uma família definia o lugar de cada pessoa na comunidade, se ía ou não prosseguir nos estudos, o tipo de trabalho que iria desempenhar, com quem poderia casar, etc.. Modernamente estas funções foram minimizadas principalmente nas grandes cidades. Embora o modo de vida familiar seja, em grande medida, determinado pela profissão e pelo rendimento, é possível usufruir de um certo anonimato fora do ambiente de trabalho. A participação directa da família na definição do papel que cada um dos seus membros irá desempenhar na comunidade é muito menor. As crianças competem entre si mas fazem-no segundo os valores universalistas que lhes são transmitidos pelo sistema escolar e não pelos valores particularistas próprios da família pré-industrial (Leslie, 1982: 220).

Ogburn, preocupado com a desorganização familiar, com os lares desfeitos, com o aumento do divórcio e das suas consequências tenta explicar o fenómeno por intermédio da desfuncionalização. Porém, mais tarde admite que a família actual reforçou as suas funções residuais não confundindo a sua desfuncionalização com uma catástrofe eminente. A sua análise foi bem aceite e bastante difundida ao ponto de prevenir a ideia da completa desorganização da família ou do seu desaparecimento como instituição social (Leslie, 1982: 220-221).

Mais tarde, retomando a sua análise, Ogburn admite que paralelamente à perda assiste-se a um reforço de outras funções. Actualmente a família atende muito mais às funções de personalidade preocupando-se bastante com o desenvolvimento social e emocional dos seus membros, ou seja, com as relações entre marido e mulher e entre pais e filhos. Na família multifuncional estas funções não eram tão evidentes, uma vez que se valorizava mais a produtividade do que a qualidade das relações emocionais. O ajustamento conjugal e a felicidade não eram factores considerados na vida familiar, esperava-se apenas que cada um desempenhasse, tão bem quanto possível, as funções que lhe eram atribuídas. À medida que a família deixa de ser uma unidade produtiva, os casais ficam livres para cultivar o seu relacionamento preocupando-se com a felicidade e com a realização pessoal. Em relação à descendência, os pais, para além de atenderem às necessidades básicas dos filhos, procuram desenvolver-lhes a personalidade (Leslie, 1982: 221).

O mérito das análises de Ogburn reside essencialmente na descrição da mudança verificada na família e nas restantes instituições. Para demonstrá-lo Ogburn documenta o aumento da participação do governo, das empresas comerciais e da instituição educativa nos assuntos familiares. Nas primeiras publicações Ogburn sobrevaloriza o papel da invenção material como causa da mudança, mas, nas suas últimas formulações atribui também uma influência causal aos factores não materiais (ideologias, valores, controle dos nascimentos, etc.).

Embora este autor continue a afirmar que a tecnologia é o primeiro factor da mudança social, admite que esta é também influenciada por outros aspectos da cultura. Cabe-lhe o mérito de ter alertado uma geração para a importância da tecnologia na mudança social, sendo bastante rigoroso na descrição das mudanças mais recentes. No entanto é acusado de pouco rigor nas suas conclusões sobre o que faz a família actual.

A forma como Ogburn descreve a família colonial pode fazer-nos crer que se tratava de um modelo perfeito e que a família actual se fragilizou entrando em colapso. Na verdade a família colonial apenas representa uma variante histórica da família ocidental adaptada às condições agrícolas que então prevaleciam (Leslie, 1982: 222). Apontam-se-lhe outras críticas a propósito dos conceitos de distância cultural e de desorganização social. Estes conceitos são normativos e pressupõem que a mudança na cultura não material está sempre atrasada em relação à cultura material. Há evidências de que nem sempre acontece assim. Por exemplo, a música popular, a moda no vestuário, o calão, a gíria, a linguagem da juventude e as modas de curta duração (brinquedos, etc.) mudam rapidamente e de uma forma excêntrica (Leslie, 1982: 222).

A análise de Ogburn é, no entanto, menos pessimista que a de Zimmerman lançando algumas ideias que mais recentemente foram trabalhadas por Goode, Vincent, Nimkoff, Middleton, Winch e Blumberg. Apesar de Ogburn deixar transparecer uma certa nostalgia pelos "bons velhos tempos" e pouco entusiasmo em relação ao futuro, os sociólogos mais recentes, como Goode

(1964)⁽¹⁾ e Vincent (1966)⁽²⁾, souberam pôr de parte os aspectos valorativos da sua teoria baseando-se nela para realçar o papel da família nos processos de mudança e de socialização (Leslie, 1982: 222).

Parece-nos oportuno incluir na análise progressivista da família uma breve referência a Max Weber por ser-lhe vulgarmente atribuída a tese de que a "industrialização tem por efeito a redução da dimensão da família, a transformação da sua composição e a restrição das suas funções. Max Weber não elaborou nenhuma teoria sobre a família nem lhe dedicou nenhum trabalho em particular. Todavia, na sua *História Económica Geral* (Weber, 1956) e em *Economia e Sociedade* (Weber, 1971) refere-se em especial à análise da evolução das formas de organização familiar.

Para Weber a concepção de grupo familiar, ou de comunidade doméstica, baseia-se na existência de vínculos de natureza económica. A alteração destes vínculos, por sua vez, proporciona condições favoráveis à modificação das formas familiares. Na sua óptica, a constituição da família moderna seria favorecida pela emergência da economia monetária. Neste tipo de economia "a casa" deixa de ser um lugar de "produção" comum a toda a família transformando-se essencialmente num lugar de "consumo". Esta divisão entre os espaços de "produção" e de "consumo" dá origem à diferenciação entre profissão e habita-

(1) William Goode utiliza o conceito de *função mediadora* ("mediating function") ao papel da família nos processos de mudança e de socialização (Goode, 1964: 2-3).

(2) Clark Vicent utiliza o conceito de *função adaptativa* ("adaptative function") ao papel da família nos processos de mudança e de socialização (Vicent, 1966: 29-36).

ção e entre património da "empresa" e património da família. Para Weber, a comunidade doméstica actual é uma "família limitada" ou uma "comunidade de pais e filhos" baseada no casamento legítimo e monogâmico. A permanência do casamento é uma condição fundamental e tida como um pressuposto na restrição do direito de propriedade do pai sobre os bens do grupo familiar e na igualdade da consanguinidade paterna e materna, cujo significado prático se restringe, actualmente, a questões de herança (Weber, 1956: 41 e 42).

Para Weber as transformações ocorridas nas formas da comunidade doméstica e a progressiva diminuição das suas funções devem-se à convergência de factores internos e externos ao grupo familiar. Entre os factores internos, Weber salienta o aumento e a diferenciação das capacidades económicas paralelamente ao desenvolvimento dos meios económicos. No que respeita aos factores externos de dissolução, Weber considera-os resultantes do aparecimento de novos corpos sociais concorrentes que usurparam o espaço até então ocupado pela comunidade familiar (Weber, 1971: 399).

Ao estabelecer uma relação entre o desenvolvimento económico e o enfraquecimento do papel da família, Weber reconhece que não há, necessariamente, um paralelismo ou uma causalidade (1) absoluta entre ambos. Este autor defende que a "autoridade doméstica" e a "comunidade doméstica" são uma instituição

(1) Raymond Aron, ao analisar a causalidade em Max Weber, classifica-a de duas formas: causalidade histórica e causalidade sociológica. A primeira identifica as circunstâncias únicas que determinaram e provocaram um certo acontecimento. A segunda estabelece uma relação entre dois fenómenos de forma que o segundo seja provocado pelo primeiro (Aron, 1967:512 cf. Lourenço 1988:37).

independente das condições económicas reinantes em dado momento e da sua importância considerando que a sua estrutura exerce frequentemente uma forte influência sobre as condições económicas reinantes (Weber, 1971: 401). Para Weber, a contracção da comunidade doméstica não é o resultado automático de qualquer processo social e económico, nem assume um carácter universal no interior de uma sociedade em determinado momento histórico. Ela resulta da convergência dos "elementos dissolventes", que aliada a situações específicas, proporcionam um movimento de perda de algumas funções e de retracção diferencial do grupo familiar⁽¹⁾ (Lourenço, 1988: 38).

Weber completa a sua análise das opções sobre o volume da comunidade doméstica (inovadora em relação a Durkheim que defende a universalidade da contracção da família) com a análise do significado que o indivíduo, enquanto sujeito social, atribui ao agrupamento familiar (Lourenço, 1988: 38). A emergência de outros "corpos sociais" e a sua concorrência em áreas anteriormente ocupadas pela família cria um ambiente favorável a que se deixe de "considerar a comunidade doméstica como a detentora dos bens objectivos da civilização", instalando-se um espírito favorável à retracção da comunidade doméstica. Weber salienta que não se trata de uma mera posição subjectiva, "mas de uma situação objectiva, que é a causa do acréscimo do subjectivismo" (Weber, 1971: 400 in Lourenço, 1988: 38).

(1) As afirmações de Weber não se enquadram numa teoria geral, nem essa é a sua intenção. Elas reflectem o estudo da realidade e de problemas concretos dando já grande importância à investigação empírica (A. Giddens, 1984 e N. Timasheff 1979 cf. Lourenço, 1988:38).

1.4. A ABORDAGEM DA FAMÍLIA BASEADA NO VECTOR ESTRUTURAL- -FUNCIONAL

Esta abordagem constitui uma das orientações bastante utilizada na sociologia moderna e caracteriza-se por ser menos histórica que as baseadas no vector temporal. Quando aplicada ao estudo da família, esta análise incide mais sobre os mecanismos de integração entre a família e as restantes instituições sociais, particularmente, o sistema ocupacional, do que sobre a mudança familiar.

Na abordagem estrutural-funcional a família representa um sub-sistema social, ou seja, um dos vários componentes do sistema social total que desempenha determinadas funções para a sociedade. Nesta óptica, a família compõe-se de indivíduos que agem entre si em função de uma rede de estatutos e de papéis que têm como finalidade manter todo o sistema social. A aplicação desta abordagem à família implica o estudo das expectativas dos papéis dos outros membros da família, das suas disposições subjectivas, dos grupos de referência, da definição de situações e dos próprios mecanismos de conservação do sistema, ou seja, implica o estudo de todos os elementos que funcionam como mediadores responsáveis pela transformação da estrutura familiar num sistema aberto.

A abordagem estrutural-funcional considera a família como um sistema aberto às influências exteriores e às transacções (trocas) com os restantes agentes sociais, como por exemplo, a escola, o emprego, o mercado, etc.. O indivíduo é visto como

um elemento ligado a um sistema de papéis e estatutos que por sua vez lhe limita as iniciativas. Trata-se de uma abordagem que considera o indivíduo e a família mais como elementos passivos do que activos do sistema, realçando os aspectos estáticos da estrutura em detrimento dos da mudança. A sua aplicação permite-nos fazer análises micro e macro-funcionais. A análise micro-funcional incide sobre os comportamentos específicos das famílias individuais (unidades familiares). A análise macro-funcional interessa-se pela família enquanto abstracção para o estudo das instituições.

Deve-se a Talcott Parsons a aplicação mais sistemática da abordagem estrutural-funcional ao estudo da família. A sua análise baseia-se no sistema familiar americano, classificando-o como um sistema aberto, multilinear e conjugal. A tese de Parsons sobre a família sugere que a industrialização foi acompanhada do progressivo isolamento estrutural da família nuclear. Este autor tenta explicar a importância da família conjugal moderna e justificar o seu isolamento estrutural⁽¹⁾.

A sociologia de Parsons faz parte do conjunto das designadas sociologias da acção. Estas abrangem o essencial da tradição clássica alemã (como Weber e Simmel), da tradição clássica italiana (como Pareto e Mosca) e incluem correntes importantes da sociologia americana (como Sorokin, Homans, Merton, e Shils). A obra de Parsons abrange várias áreas das ciências sociais como a sociologia, economia, politologia,

(1) Para melhor esclarecimento sobre o pensamento de Parsons vide (Parsons e Bales, 1956), (Parsons, 1942: 804-18 e 1959: 241-74) e (Rodman, 1965: 262-86).

psicologia e antropologia, demonstrando um estilo de reflexão e pesquisa que Bourricaud (1977) designa de "ramificação" (cf. Lourenço, 1988: 38).

Esta abertura a todos os campos do social é fundamental para Parsons uma vez que tinha como objectivo construir uma teoria geral da acção que permitisse abordar o comportamento humano a partir de um quadro único de referência. Paralelamente, Parsons elabora proposições teóricas que são rapidamente reformuladas, revistas, clarificadas e alargadas no sentido de avaliar o desenvolvimento da sua própria teoria em termos de refinamento, articulação e extensão (Berger e Zel-ditch, 1969: 446). Porém, este esforço valeu-lhe algumas críticas por ter criado grande número de categorias vazias acumuladas e por terem pouco conteúdo empírico.

Habermas, referindo-se às categorias criadas por Parsons afirma que estas não devem ser consideradas como um trabalho prévio à construção de "teorias rigorosas", mas como orientação para a pesquisa social. As teorias da acção não satisfazem os "critérios de uma história teoricamente generalizada" mas permitem fazer generalizações empíricas que por vezes podem ser formuladas como teorias de médio alcance" (Habermas, 1987: 73-4 e 235-6 in Lourenço, 1988: 39).

Em Parsons, a sociedade não constitui uma totalidade fechada e independente que se auto-reproduz, nem os indivíduos e as suas actividades se encontram numa situação de total dependência em relação ao sistema normativo. A acção é, simultaneamente, fruto de constrangimento e de escolha; constrangi-

mento, por referir-se a dados inscritos na situação, e escolha, por esses dados se apresentarem sob a forma de alternativas (Bourricaud, 1977: 69 cf. Lourenço, 1988: 40). Para Parsons é indispensável considerar o indivíduo para explicar o funcionamento da sociedade enquanto sistema, uma vez que o sistema de papéis não é tão rigorosamente definido ao ponto de impedir a capacidade individual de interpretação (Lourenço, 1988: 40).

A teoria parsoniana caracteriza-se por fazer uma análise funcional, e não funcionalista, do sistema social. Este tipo de análise, que teve como precursor Max Weber, foi retomada por Parsons e Merton. Parsons (tal como Durkheim), contrariamente aos funcionalistas, insiste na "convergência entre o ponto de vista da consciência individual e o ponto de vista da consciência colectiva" (Bourricaud, 1975: 585 cf. Lourenço, 1988: 40). Parsons e Merton, na sua análise funcional, estudam, com todo o rigor, os sistemas enquanto tal, dando menos atenção às funções preenchidas pelos elementos dos sistemas sociais (Boudon, 1967: 205-6 cf. Lourenço, 1988: 40). Parsons utiliza o conceito de sistema enquanto sede de interdependências generalizadas e considera que a acção humana assume sempre os caracteres do sistema (Lourenço, 1988: 40). É desta forma que Parsons a define no que designa por "sistema geral da acção" e que constitui a base da sua teoria geral da acção formulada em 1937 *The Structure of Social Action* e reformulada em *Toward a General Theory of Action* (1957).

No âmbito do sistema geral da acção Parsons define quatro sub-sistemas gerais da acção humana _ o organismo, a personalidade, o sistema social e o sistema cultural _ que correspondem à aplicação de um "paradigma funcional" a utilizar na análise de qualquer sistema de acção (Lourenço, 1988: 40). Parsons refere quatro categorias funcionais imprescindíveis à manutenção do sistema:

a do controle do sistema, também designada por estabilidade normativa que corresponde ao sistema cultural; a da integração interna do sistema que corresponde ao sistema de interações, ou sistema social; a da orientação, ou de prosseguimento de fins, que corresponde ao sistema da personalidade; e a da adaptação generalizada ao meio ambiente (que na concepção de Parsons é constituído por outros sistemas) e que corresponde ao sistema orgânico (Lourenço, 1988: 40-41).

Para Parsons o conceito de sistema social não se refere a uma realidade concreta mas a um modo de analisar o real. É a interacção dos indivíduos que compõe o sistema social e cada um dos seus membros é simultaneamente actor social (com ideias, fins, atitudes, etc.) e objecto de orientação para os restantes actores sociais e para si próprio. Parsons considera que os sistemas de interacção são:

aspectos analíticos abstraídos dos processos totais da acção dos seus participantes. Ao mesmo tempo estes indivíduos são também organismos, personalidades e participantes nos sistemas culturais. Devido a esta interpretação, cada um dos outros sistemas de acção (...) é um ambiente do sistema social (Parsons, 1974: 20 in Lourenço, 1988: 41).

O sistema social situa-se ao mesmo nível de abstracção do sistema geral da acção de que é um dos componentes (Parsons, 1974a, 1974b e 1982 cf. Lourenço, 1988, 41).

Para Parsons uma sociedade é um sistema social "que alcançou o nível mais alto de auto-suficiência como sistema, em relação aos seus ambientes" (Parsons, 1974a: 21 in Lourenço, 1988: 41). Todavia, ao nível de análise existe uma diferença entre os conceitos de sociedade e de sistema social. O primeiro refere-se a uma realidade concreta, enquanto o segundo se situa ao nível cognitivo referindo-se a um instrumento imprescindível à análise de redes de relações inter-individuais e inter-grupais. Parsons, ao definir a sociedade como sistema de elevado nível de auto-suficiência, refere-se a um sistema abstracto de que os outros subsistemas de acção são os seus ambientes primários (Lourenço, 1988: 41). A teoria de Parsons baseia-se nesta perspectiva. Ela permite, na análise, ter sempre presente o sujeito-actor e a sua interacção com os outros actores _ "esta visão contrasta com a ideia comum de sociedade, composta por indivíduos humanos concretos (...) na qual os organismos e as personalidades dos seus membros estão no seu interior em vez de serem partes do seu ambiente" (Parsons, 1974a: 21 in Lourenço, 1988: 42).

Um dos conceitos mais importantes na sociologia de Parsons e indispensável à análise da sua teoria da família, é o conceito de diferenciação. Este conceito está implícito no próprio conceito de sistema social _ "um sistema social, no que diz respeito aos seus componentes estruturalmente significativos, é um sistema diferenciado" (Parsons, 1982: 113 in

Lourenço, 1988: 42). A diferenciação consiste na divisão de uma unidade de um sistema, em duas ou mais unidades, de forma que determinadas funções que anteriormente eram desempenhadas por uma unidade passam a ser desempenhadas por novas unidades especializadas nessas funções, enquanto a unidade anterior se especializa nas funções residuais (Lourenço, 1988:42). As novas unidades têm características e significado funcional diferente podendo recombina-se em estruturas mais complexas. O processo de diferenciação só resulta num novo sistema social se cada um dos novos componentes tiver uma "maior capacidade de adaptação que a daquele que anteriormente realizava essa função" (Parsons, 1974b: 40 in Lourenço, 1988: 42).

Na teoria de Parsons a diferenciação constitui um dos processos de mudança estrutural inerente ao processo de aumento de complexidade de um sistema, acompanhado do aumento do nível de especialização das unidades que o compõem. O exemplo mais marcante da sua teoria refere-se ao complexo processo de diferenciação da unidade económica de produção, relativamente ao agregado familiar, que acompanha o desenvolvimento da sociedade industrial⁽¹⁾. Parsons não parte do princípio de que a família conjugal é consequência da industrialização, visto que ela não é característica exclusiva das sociedades industriais. Todavia, afirma que nas sociedades não industriais a

(1) Parsons, baseando-se na noção de diferenciação e considerando-a, fundamentalmente, como um processo de especialização funcional, propôs-se construir uma teoria da evolução das sociedades, utilizando como conceitos centrais a "melhoria da adaptação" (adaptive upgrading), de integração e de manutenção dos fins. A teoria evolucionista de Parsons, de inspiração spenceriana, é considerada como um dos aspectos menos fecundos da sua obra. Vide (Parsons, 1974a e 1974b). Para melhor esclarecimento sobre este assunto ver F. Chazel (1974), particularmente o capítulo "Le Problème du changement structurel: de l'analyse de la différenciation fonctionnelle à la doctrine de l'évolution" (cf. Lourenço, 1988: 42-43).

família conjugal ou nuclear está integrada num sistema de parentesco alargado mantendo um estatuto preferencial de solidariedade em relação à família de procriação (casal e filhos), enquanto na sociedade industrial a família nuclear é um "subsistema diferenciado, embora não uma pequena sociedade" (Parsons, 1956: 19 in Lourenço, 1988: 43), onde os membros adultos desempenham papéis extra-familiares, essenciais à formação da sua personalidade (Lourenço, 1988: 43). Este tipo de família nuclear, estruturalmente isolada das solidariedades de parentesco e funcionalmente diferenciada de outros sistemas, constitui, para Parsons, o modelo familiar melhor adaptado aos sistemas sociais altamente diferenciados que são as sociedades industriais.

A análise da família constitui um dos temas de destaque na obra de Parsons. A sua teoria incide sobre três aspectos fundamentais: as funções da família americana, a estrutura familiar e os papéis masculinos e femininos. Segundo este autor, a sociedade americana, por ser bastante diferenciada, contrasta fortemente com as sociedades arcaicas onde a família exerce todas as funções. A família americana reduziu as suas funções especializando-se no suporte emocional do indivíduo, o que não lhe confere um papel menos importante na sociedade. Neste aspecto Parsons opõe-se a Ogburn. Este interpreta a perda de funções como uma forma de desorganização familiar enquanto para Parsons essa perda traduz-se num ganho, ou seja, a família fica mais livre para exercer melhor as funções que lhe restam, não resultando daí qualquer desorganização, pelo contrário, continua a ser uma unidade vital, altamente espe-

cializada em virtude do declínio de certos aspectos tradicionalmente associados a esta instituição (Parsons e Bales, 1956: 9).

Segundo Parsons, a análise das funções da família nas sociedades "altamente diferenciadas" não deve fazer-se directamente em relação à sociedade mas relativamente à personalidade. No plano macrossociológico, Parsons considera que a família desempenha apenas as funções de procriação e de identificação social para as crianças. Não lhe reconhece a função económica, visto que, enquanto família, não participa na produção, e, além disso, deixou de ser uma unidade no sistema político, no qual os seus membros só participam enquanto indivíduos e não como família (Parsons e Bales, 1956: 16). No plano microssociológico da personalidade, considera que ela desempenha duas funções fundamentais irredutíveis: a socialização primária da criança e a estabilização da personalidade adulta (Parsons e Bales, 1956: 16 e 17).

A função socializante da família tem a finalidade de transmitir à criança as ideias, valores e conceitos fundamentais da sociedade. Para o efeito, é necessário que os elementos responsáveis pela socialização estejam bem integrados no sistema e tenham adquirido as ideias e os aspectos fundamentais da sua cultura. Esta condição é essencial para a homeostasia, ou seja, para a estabilidade e equilíbrio do sistema social. Tendo por base este raciocínio, verifica-se que Parsons considera a família como um sub-sistema social e não uma pequena sociedade em si mesma (Parsons e Bales, 1956: 19).

A função socializante exerce-se, em primeiro lugar, por intermédio dos papéis parentais na família e, em segundo lugar, pelos papéis que o pai e a mãe desempenham nas outras instituições. A família não constitui o único agente de socialização. A escola, o grupo de iguais, etc., desempenham igualmente essa função prolongando-se para além da primeira infância.

Segundo Parsons, há dois aspectos que caracterizam a educação dos jovens americanos. Os pais esforçam-se por preparar os filhos para a sua autonomia e para as responsabilidades procurando intervir o menos possível na sua vida. Ao deixar as crianças livres para inovar e descobrir por si próprias os papéis que terão de assumir, os pais estão a prepará-las para uma sociedade que valoriza bastante a realização pessoal. Por outro lado, os pais utilizam a ligação afectiva ao filho como um recurso para a sua realização enquanto indivíduo. O afecto dado à criança é condicionado pelo seu sucesso na escola ou no grupo de iguais. Deste modo ela desenvolve uma forte motivação para o êxito e para a realização pessoal. Esta atitude é importante na sociedade americana onde o "activismo instrumental" constitui um dos valores essenciais (Rodman, 1965: 279).

A estabilização da personalidade adulta é, para Parsons, a segunda função microssociológica da família sendo primeiramente preenchida pelo casamento. Com o casamento cada cônjuge fica muito mais ligado um ao outro, enquanto os laços com os restantes membros da família de origem se enfraquecem, particularmente com os pais e irmãos (Parsons e Bales, 1956: 19-20). Parsons considera este aspecto relacional bastante nega-

tivo, uma vez que, cada um dos esposos não se pode apoiar tanto num parente como no seu cônjuge (Parsons e Bales, 1956: 20). Ego é o membro comum das famílias de orientação e de procriação. Cada cônjuge partilha a mesma família de procriação mas não a mesma família de orientação. Com o casamento cada indivíduo é parcialmente retirado de uma unidade de parentesco (família nuclear) e cria uma nova família.

O isolamento estrutural da família americana ou a pobreza das suas organizações de parentesco reflecte-se nos próprios termos que lhe estão inerentes. Só existe o termo "família", que geralmente se refere à família nuclear, e o termo "parentes", que não se refere a uma unidade de parentesco mas aos indivíduos com quem uma pessoa é vista como parente. A característica monogâmica é por demais evidente pelo facto dos termos "pai", "mãe", "marido", "esposa" se aplicarem a uma só pessoa num determinado momento (Leslie, 1982: 223). Em relação aos irmãos e irmãs também não existem distinções terminológicas aplicando-se a todos a mesma forma de tratamento.

Parsons sugere que o isolamento estrutural da família nuclear americana prolonga-se, tecnicamente, pelo parentesco bilateral ou multilinear. Isto significa que não se criam condições para se desenvolver qualquer grupo de parentes baseado em linhas de descendência. Cada geração selecciona os seus pares fora dos parentes sem se preocupar com o fortalecimento de laços com parentes das gerações mais novas (Leslie, 1982: 224-225). Não há lugar a parceiros preferenciais para o casamento. Além disso, não se alimentam favoritismos no relacionamento, quer com a linha familiar da mulher, quer com a do ma-

rido. Do ponto de vista dos pais mantem-se a mesma imparcialidade em relação aos seus filhos (Leslie, 1982: 225). Este aspecto é particularmente notório nas regras de herança. A distribuição da riqueza é igualitária, o que significa que nenhum dos filhos sentirá qualquer incentivo para prestar favores especiais aos seus pais ou para manter quaisquer tradições familiares (Leslie, 1982: 226).

Parsons, tal como Durkheim, considera a unidade conjugal e, particularmente, o casamento, como a "chave estrutural do parentesco" (Parsons, 1955). Com o casamento os indivíduos assumem novas fidelidades em relação ao cônjuge e aos filhos deixando para segundo plano a fidelidade em relação aos pais ou aos parentes mais próximos. Além disso, a família americana caracteriza-se por ser neolocal. Os casais jovens, geralmente, fixam residência fora do local e da influência dos pais de ambos. Segundo Parsons, este isolamento permite aos adultos encontrar no casamento e na família o seu equilíbrio emocional. O isolamento estrutural e geográfico da unidade conjugal favorece o amor romântico como base para o casamento e como a principal razão para o indivíduo se manter casado (Leslie, 1982: 227). Uma vez que a dimensão da unidade familiar é pequena e não há interferência de outros parentes, o casal consegue estruturar-se de forma a proporcionar uma enorme variedade de relações de papéis (Leslie, 1982: 227).

Outro aspecto fundamental da análise de Parsons sobre a família refere-se à ligação existente entre o sistema familiar e o sistema ocupacional. Para Parsons, o status da família

americana está intimamente ligado à ocupação do marido e, por sua vez, ao rendimento, prestígio e estilo de vida que ele proporciona. O homem é o ganha-pão da família detendo o papel instrumental. Na sociedade industrial o homem tem de sair de casa para ganhar a vida alterando os critérios na gestão das relações familiares. A sociedade industrial rege-se por critérios universalistas que nada têm a ver com o particularismo das relações familiares (Leslie, 1982: 227 e 228). Como estas não podem ser estruturadas de acordo com o critério universalista vigente na sociedade industrial, resolve-se o dilema através da segregação dos papéis familiares e ocupacionais, ou seja, pela "exclusão relativa" da mulher da vida profissional. Desta forma, o mundo da família e o mundo do trabalho ficam totalmente separados assegurando-se a estabilidade e a solidariedade da família conjugal⁽¹⁾. Parsons justifica a segregação dos papéis, ou seja, a sua diferenciação sexual, pelo próprio processo de diferenciação da sociedade.

Parsons considera esta segregação como uma forma de protecção da família e das relações no casamento. Sendo só o homem a desempenhar um papel competitivo no sistema ocupacional não há competição destrutiva no casal. Tal não aconteceria se a mulher tivesse uma ocupação tão exigente como a do marido. Embora o número de mulheres casadas com emprego tenha subido, a proporção das que ocupam posições elevadas não tem aumentado

(1) A análise de Parsons sobre a estrutura dos papéis familiares e da sua diferenciação por sexos foi baseada no trabalho de dois dos seus colaboradores: Morris Zelditch e Robert Bales. Bales e Parsons são co-autores de *Working Papers in the Theory of Action* e de *Family Socialization and Interaction Process*. Estes dois autores inspiraram alguns trabalhos sobre as "variáveis estruturais". Para melhor esclarecimento vide Parsons e Bales (1956) e Parsons (1982).

significativamente. A maioria das mulheres americanas trabalha em empregos temporários, mal pagos e subordinam nitidamente as suas ambições ocupacionais às do marido.

Parsons considera que a segregação dos papéis familiares e ocupacionais protege a família das rivalidades exteriores facilitando a mobilidade social e geográfica que a economia industrial exige. O isolamento da família nuclear permite ao casal prosseguir as exigências profissionais do marido e, simultaneamente, criar um modo de vida para si próprios de acordo com o trabalho que desenvolve e que é, necessariamente, diferente da vida dos seus pais. Em termos funcionais, podemos dizer que o sistema social enfraquece os laços familiares para não prejudicar a participação do homem no sistema ocupacional. Enquanto a mulher suportar a segregação de papéis, considerando-a eficaz e se conformar com o papel expressivo, a família mantém-se. Por outro lado, as relações conjugais poderão complicar-se se a mulher não se submeter a tal segregação e começar a competir⁽¹⁾. Neste caso, se o casal conseguir racionalizar e harmonizar as situações do marido e da esposa, a família mantém-se. Se não conseguir corre o risco de separação.

Na perspectiva de Parsons, e praticamente na sociedade americana, a ruptura do casal e o divórcio não são vistos como patologia, mas sim, como um meio de reajustamento dos papéis familiares de modo a conciliar as exigências do sistema ocu-

(1) Para Parsons só existe incompatibilidade entre o seu modelo de família conjugal e a actividade profissional da mulher se esta exercer uma carreira e não uma actividade remunerada, ou seja, no quadro das famílias de dupla carreira de acordo com a designação de Rhona e Robert Rapoport (1971).

pacional. Esta descrição aplica-se mais às famílias brancas urbanas da classe média.

Parsons sente dificuldade em realçar o aparente isolamento da família americana, assume essa posição na sua teoria mas não prova que a família nuclear esteja hoje, social e fisicamente, mais isolada do que a família da era pré-industrial. A sua teoria lançou muitas dúvidas e deu origem a inúmeras investigações.

A tese da família nuclear estruturalmente isolada foi duramente criticada por grandes nomes da sociologia americana da família. Parsons é acusado de afirmar que a família nuclear americana teria rompido completamente as relações sociais e de assistência mútua com o grupo de parentesco. Os sociólogos opositores esforçaram-se por demonstrar que Parsons tinha exagerado. Estudos posteriores provaram que a dispersão geográfica dos filhos em relação aos pais era menor do que Parsons afirmou e que nas famílias onde os filhos adultos já tinham deixado a casa dos pais eram frequentes os casos em que se mantinham relações entre as gerações (Kerckhoff, 1965: 93-4 cf. Lourenço, 1988: 46).

Marvin Sussman e Eugene Litwak surgem como os maiores críticos à sociologia de Parsons. Para Sussman, a família isolada não passa de um mito. Este autor afirma que nas famílias americanas de religião protestante e da classe média mantêm-se formas moderadas de ajuda unilateral dos pais aos filhos casados criando laços afectivos entre as gerações e dando uma certa estabilidade às suas relações (Sussman, 1959).

Litwak contraria Parsons dizendo que não existe incompatibilidade entre a manutenção das relações familiares alargadas e a ascensão profissional na sociedade industrial. A tese de Parsons, de considerar maior compatibilidade da família nuclear às exigências da economia moderna, não se verifica nos períodos posteriores ao início da industrialização. O parentesco não funcionou como um obstáculo à mobilidade geográfica, pelo contrário, foi uma base de auxílio para os que procuravam melhores condições de vida. Para defender a sua tese, Litwak utiliza o conceito de "família extensa modificada" em alternativa ao de família nuclear isolada referindo-se a um tipo intermédio entre as famílias extensa e nuclear. A família extensa modificada consistiria num conjunto de famílias nucleares, numa situação de "parcial dependência". Esta distingue-se da família "extensa clássica" por não exigir identidade geográfica, envolvimento profissional, nem uma estrutura hierárquica e distingue-se da família nuclear isolada por conservar um sistema de troca de serviços entre os seus membros (Litwak, 1960a e 1960b e 1965 cf. Lourenço, 1988: 46).

O conceito de "família extensa modificada" proposto por Litwak, apesar de usado por alguns sociólogos americanos, encerra algumas imprecisões "não definindo claramente a fronteira que separa este tipo de família da família extensa e da família nuclear isolada (como se pode avaliar a 'situação de parcial dependência', por exemplo); por outro lado, a designação de família extensa refere-se a um contexto social e cultural pré-industrial no qual os laços que unem os indivíduos

ao sistema de parentesco são por submissão e não por escolha livre e individual" (Lourenço, 1988: 46 e 47).

A tese da família nuclear isolada apresentada por Parsons no seu trabalho inicial, publicado em 1943, *The Kinship System of Contemporary United States* (1955), foi mal interpretado, o que lhe valeu severas críticas. Parsons não afirma categoricamente que a moderna família nuclear esteja totalmente isolada da família de orientação, mas sim relativamente, em comparação com outros sistemas de parentesco. Na moderna família nuclear os interesses de *ego* para com a família de procriação são maiores do que com a família de orientação. Parsons reafirma esta tese no seu trabalho publicado em dois volumes *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives* (1974a. e b.) dizendo: '(...) o isolamento não significa o rompimento radical de laços com a família ampla, sobretudo com os membros das famílias de orientação dos cônjuges que geralmente continuam importantes' (Parsons, 1974a.: 123 in Lourenço, 1988: 47).

Goode faz uma crítica mais construtiva ao conceito de família conjugal afirmando que ele não foi desenvolvido a partir de estudos empíricos sobre o comportamento da família urbana dos Estados Unidos. Goode considera que o conceito de família conjugal deve ser usado como 'medida e modelo de análise das tendências reais ou dos modelos (patterns) contemporâneos' (Goode, 1970:7 in Lourenço, 1988:47). Goode considera este conceito como um tipo ideal de família (no sentido weberiano), ou seja, como uma construção teórica que deriva da intuição e da observação, na qual 'diversas variáveis cruciais foram

combinadas para formar uma estrutura harmónica de hipóteses' (Goode, 1970: 7 in Lourenço, 1988: 47).

A abordagem estrutural-funcional é pouco explícita no que respeita à mudança social. A mudança aparece como mera consequência da necessidade de adaptação da família às novas condições. Está implícito que a estrutura da família ocidental era mais elaborada antes da industrialização e que a actual família conjugal isolada aparece como forma adaptada à sociedade industrial. Neste aspecto a teoria de Parsons permanece inconclusiva uma vez que não especifica o processo de mudança.

Entre os grandes críticos de Parsons destacam-se ainda os sociólogos feministas apontando que a ênfase dada à segregação dos papéis na família constitui uma forma de racionalização disfarçada para prejudicar a plena ocupação das mulheres, limitar as suas oportunidades de realização pessoal e perpetuar o sexismo.

Entre os adeptos desta abordagem figuram Kinsley Davis, Robert Merton, George Homans, Marion Levy, William Goode e Robert Winch, nos EUA; A. Girard e Levy Strauss, em França; e os sociólogos feministas como S. Rowbothan, nos EUA, M. Benston, J. Mitchell e J. Gardiner, na Inglaterra, Dorothy Smith no Canadá e C. Delphy, em França.

1.5. OS QUADROS CONCEPTUAIS DA SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA

Os quadros conceptuais ou abordagens conceptuais da sociologia da família surgem por necessidade de superar a inexistência de uma teoria geral da sociologia, por um lado, e de uma teoria da família, por outro. As teorias sociológicas revelam-se pouco fecundas quando aplicadas à análise de áreas específicas da acção social, como a família, o trabalho, a religião, etc. Para ultrapassar esta dificuldade foi necessário recorrer a outras formas de pesquisa que se revelassem mais eficazes que as teorias na formulação de problemas e na recolha de informação.

Como resultado dos esforços desenvolvidos no sentido de ultrapassar essa dificuldade surge a formulação de quadros conceptuais de análise da família (Sussman, 1968) e a teoria do ciclo de vida familiar (Cuisenier, 1977). Paralelamente investiu-se na construção de novos métodos e técnicas, como a do "painel de análise da família a três gerações" desenvolvido por Reuben Hill (1970) e as técnicas de "investigação experimental" (Sussman, 1968 e Michel, 1983)⁽¹⁾.

Em termos sociológicos, a noção de quadro conceptual não está rigorosamente definida mas é perfeitamente distinta da de teoria. A noção de quadro conceptual aplica-se a um conjunto

(1) A análise intergeracional tem sido alvo de críticas devido à sua ligação ao conceito de "desenvolvimento social a longo prazo" (long range social development). Este conceito tende a considerar a família como uma estrutura definida, negligenciando, por vezes, a sua referência ao meio social e cultural, historicamente definido (Helder, 1978; Segalen, 1981).

de conceitos que mantêm entre si uma unidade estabelecida por uma rede de proposições básicas que tendem a ser utilizados simultaneamente. Estas proposições funcionam como um guia na acção de pesquisa, na formulação de problemas e na recolha de informação⁽¹⁾. A noção de teoria "implica que as proposições, submetidas a verificação, sejam deduzidas de um certo número de proposições primárias" (Boudon, 1970: 203).

Em 1957, Reuben Hill, Alvin Katz e Richard Simpson identificam os primeiros quadros conceptuais. Mais tarde, Reuben Hill e Donald Hansen reanalisam estes quadros procurando sistematizá-los. Para esse efeito recorrem a uma grelha de cinco conceitos: tipo de comportamento, espaço social em que ocorre, dimensão temporal, objecto de análise e conjunto de proposições e de conceitos que utiliza. Com base nesta grelha Hill e Hansen identificam cinco quadros conceptuais: estrutural-funcional, institucional, interaccionista, situacional e do desenvolvimento, (Hill e Hansen, 1960: 299-311). Em 1966 Nye e Berardo retomam e desenvolvem os quadros conceptuais identificados por Hill e Hansen, acrescentam mais um, o psico-analítico, e apresentam uma nova classificação: interaccionista, psico-sociológico, antropológico, estrutural-funcional, situacional, institucional, económico, jurídico, cristão-ocidental, do desenvolvimento e psico-analítico. Todavia, esta classificação é difícil de justificar por não ser possível apresentar conjuntos de conceitos, de hipóteses e de postulados especifi-

(1) Para alguns autores a noção de quadro conceptual é mais restrita limitando-se a um conjunto de conceitos utilizados como esquema para fins classificatórios ou taxonómicos. Inclui-se nesta óptica a noção de quadro conceptual apresentada por Hans Zetteberg (Nye e Berardo, 1966: 2).

camente diferenciados. A classificação de Hill e Hansen afi-gura-se mais correcta e é a ela que nos referimos seguida-mente.

O quadro estrutural-funcional caracteriza-se por analisar a família em três grandes áreas funcionais: as funções da família, enquanto subsistema da sociedade; as funções da família, em relação a si própria, enquanto sistema social mais geral e auto-suficiente, ou seja, as funções que desempenha para assegurar a sua própria sobrevivência; e as funções da família, em relação a cada um dos seus membros, incluindo o desenvolvimento da personalidade.

Na primeira área funcional a análise incide sobre a rede de relações que a família estabelece com as unidades sociais mais vastas, ou seja, com a sociedade. Nesta óptica, os estudos procuram destacar as formas de socialização enquanto processo de transmissão de valores culturais, de integração dos novos membros da sociedade (particularmente a socialização da criança) e de estabilização da personalidade do adulto. Talcott Parsons e Robert Bales, entre outros, figuram entre os autores mais conhecidos que utilizaram este tipo de abordagem. Na segunda área funcional, os estudos dão particular relevo ao tipo de relações que a família estabelece com os outros subsistemas sociais como a economia, a política e a comunidade. Inserem-se nesta abordagem os estudos que procuram explicar a compatibilidade, congruência e/ou complementaridade existente entre as estruturas familiares, entre os sistemas de parentesco e os sistemas urbano-industriais e entre o sistema de papéis e a divisão do trabalho no interior da família. William

Goode e Neil Smelser figuram entre os nomes mais ligados a estudos desta natureza. Na terceira área funcional procura-se, fundamentalmente, estudar as relações recíprocas entre a família e a personalidade, ou seja, identificar a correlação existente entre determinado tipo de estrutura familiar e os papéis desempenhados pelos seus membros. Parsons, Bales, Bell, Vogell, Merton, Kingsley Davis, Georges Homans, Goode, Alain Girard e Levi-Strauss figuram entre os autores que mais se destacam neste tipo de análises.

O quadro institucional, inicialmente utilizado por antropólogos, constituiu uma das primeiras formas de abordagem da família. No século XIX, por influência da escola de Durkheim, esta perspectiva passa a ser adoptada pelos primeiros sociólogos organicistas e evolucionistas. Nesta fase, as instituições como o casamento e a família eram consideradas, na óptica organicista, como indispensáveis à sociedade por desempenharem funções vitais. Todavia, a sua análise limitava-se a uma explicação evolucionista enquadrada numa perspectiva histórica linear. Modernamente, a escola institucional afasta-se do evolucionismo unilinear e do organicismo original mostrando-se muito mais aberta às análises empíricas.

Presentemente, a análise institucional caracteriza-se pela sua globalidade, aborda a sociedade como um todo considerando as instituições integradas na ordem social exercendo entre si influências recíprocas. Nesta óptica as instituições passam a ser consideradas como soluções para resolver os problemas da sociedade e das comunidades locais, cabendo-lhe o exercício de determinadas funções e responsabilidades, como

por exemplo, do controle social ou da subsistência económica (Köenig e Bayer, 1966: 79). A família é considerada como uma das várias instituições da sociedade cujo objectivo consiste em satisfazer as necessidades pessoais e sociais. Embora a unidade de estudo desta abordagem sejam as instituições, a verdadeira análise aplica-se à sociedade, ou seja, à lógica do funcionamento das suas instituições.

As análises institucional e estrutural-funcional apresentam algumas semelhanças quanto ao sentido global das suas abordagens, embora, em termos descritivos e conceptuais sejam particularmente diferentes. A primeira caracteriza-se por ser uma investigação mais descritiva, histórica e comparativa. No domínio conceptual partem de conceitos básicos diferentes. O quadro estrutural-funcional desenvolve-se a partir do conceito de sistema social, enquanto o institucional parte do conceito de instituição. No que respeita à explicação da acção, o quadro estrutural-funcional interpreta o comportamento como um sistema de expectativas numa determinada estrutura de papéis, ou seja, num contexto de posições ou papéis interligados e independentes. Os institucionalistas consideram a acção e o comportamento do actor social como manifestações das necessidades humanas e sociais.

A análise institucional é particularmente utilizada nos estudos da mudança da estrutura e da organização familiares ou da mudança e dos seus efeitos sobre a família. Trata-se de uma abordagem que tende a considerar a família como variável dependente preocupando-se, essencialmente, em analisar o impacto das transformações da sociedade e das restantes instituições

sobre a família. Integram-se neste quadro conceptual os estudos históricos do séc. XIX e princípios do séc. XX realizados por Marx, Engels, Morgan e Durkheim. Entre os autores contemporâneos destacam-se Carle Zimmerman, Marvin Sussman, William Ogburn, e Meyer Nimkoff, nos E.U.A. e René Kónig e Pierre Bourdieu, na Europa. Todavia, mais recentemente surgiram alguns trabalhos, nomeadamente os de Goode e Nimkoff, também enquadrados no quadro institucionalista, onde a família é mais actuante e considerada como variável independente.

O quadro conceptual interaccionista caracteriza-se por estudar a família como uma unidade de pessoas em interacção onde cada elemento ocupa uma posição definida por um conjunto de papéis. Este quadro considera a família como uma unidade bastante activa, com uma vida própria, mutável e em crescimento, criando uma determinada estrutura de papéis resultante da interacção dos seus membros.

Na família, cada indivíduo apreende as normas e as expectativas dos restantes membros do grupo em relação ao desempenho dos papéis em determinadas situações. No meio familiar criam-se "jogos" de interacções abertas, que funcionam como estímulos, permitindo ao indivíduo definir os seus papéis em relação à sua própria concepção ou em relação às expectativas de um grupo de referência. A forma como cada elemento da família define e constroi os papéis em função dos jogos de interacção (processos internos) que se criam no meio-ambiente familiar constitui o principal objecto de análise do quadro interaccionista.

Em virtude do conceito de papel ser praticamente inseparável do de status, esta abordagem, ao analisar o desempenho dos papéis atribuí igualmente importância à análise do status e das suas relações com a autoridade e a iniciativa, com a comunicação, com os conflitos e com a sua resolução. Na óptica interaccionista o comportamento da família é visto como um processo adaptativo às novas situações que possam surgir, funcionando como estímulos, e às quais os restantes elementos da família deverão responder.

O quadro interaccionista analisa a família enquanto fenómeno social, estudando essencialmente os seus processos internos, ou seja, a acção dos seus membros no interior do grupo, dando menos atenção a estudos das relações entre a família e os restantes grupos sociais e instituições.

O quadro conceptual interaccionista foi proposto pela primeira vez em 1926 por Ernest Burgess desenvolvendo-se a partir dos seus trabalhos, deixando o seu nome ligado à escola interaccionista de Chicago. A origem deste quadro teve como antecedentes os trabalhos de Cooley, Mead, Simmel e Sorokin e o estudo das teorias da interacção de influência Weberiana no que se refere à concepção da acção social. Esta abordagem foi bastante utilizada pelos sociólogos da família, chegando a ser dominante nos E.U.A. até aos anos sessenta (Hill e Hansen, 1960 cf. Lourenço, 1988: 57). Na Europa, o quadro interaccionista aparece em trabalhos de André Michel, Louis Roussel, Pierre de Bie, René König e Robert e Rhona Rappoport.

O quadro situacional parte do princípio de que cada família constitui uma unidade de estímulos. Estes estímulos manifestam-se no interior do círculo familiar, organizam-se de forma diversa em relação ao indivíduo mediante determinada "situação social"⁽¹⁾, condicionando o seu comportamento. Nesta óptica, não existe nenhuma "situação familiar" que possa ser considerada como um tipo puro, ou resultante da influência de um factor especial. A análise da "situação familiar" faz-se por intermédio do estudo do comportamento de um dos membros dessa família, considerado como "ponto focal", tendo em consideração todos os estímulos que recaem sobre ele, dado que todos actuam inter-relacionadamente como partes do todo (Rallings, 1966 cf. Lourenço, 1988: 57). Esses estímulos podem ter a sua origem em objectos materiais ou em indivíduos envolvidos na "situação" em estudo.

O quadro situacional interpreta o comportamento como o resultado da presença e da actuação dos estímulos físicos, sociais e/ou culturais. Apesar da análise ter como ponto focal o indivíduo, tal não significa que defina obrigatoriamente a situação particular de cada elemento da família. O observador, apesar de considerar a família como uma realidade em constante movimento, na prática, procura delimitar a "situação" em estudo em função do espaço de tempo e dos elementos que a constituem. Considerando a regularidade dos padrões familiares e embora reconhecendo que cada situação em estudo é um caso úni-

(1) O conceito de "situação social" aplica-se a um 'conjunto de estímulos, exteriores ao organismo mas actuando sobre ele como uma unidade de estímulos específica ao organismo envolvido', conforme definição de James Bossard e Eleanore Boll, em *Family Situations* (Nye e Berardo, 1966: 137 in Lourenço, 1988: 57).

co, os teóricos do quadro situacional admitem que esta abordagem possui uma razoável capacidade de previsão do comportamento humano, não em termos universais, mas em termos probabilísticos, o que lhe confere um grande potencial ao nível da generalização (Rallings, 1966: 144 cf. Lourenço, 1988: 58). Este quadro representa um grande esforço na análise dedutiva das inúmeras situações familiares, na óptica do meio-ambiente físico, ou habitat, ou na óptica do meio-ambiente psicológico, contribuindo para o desenvolvimento da sua abordagem descritiva.

O quadro situacional assemelha-se ao interaccionista por considerar a família como uma unidade de interacção mas diverge na forma de análise ao estudá-la como "situação social" constituída por estímulos que lhe são exteriores (Hill e Hansen, 1960). Este quadro teve a sua origem nos trabalhos de William Thomas e de Florian Znanieck (*The Polish Peasant*) sendo posteriormente conceptualizado por Bossard e outros autores, embora tivesse pouca influência no desenvolvimento da sociologia da família (cf. Lourenço, 1988: 58). Entre os autores que utilizaram este quadro na óptica do habitat figuram Chombart de Lawe e Andréé Michel, em França, John Mogey, P. Wilmott e P. Young, em Inglaterra, e na óptica do meio psicológico destacam-se James Bossard e Eleanore Boll, nos E.U.A..

O quadro conceptual do desenvolvimento define a família como um "sistema semi-fechado de interacção de personalidades" (Hill e Rodgers, 1964: 178)⁽¹⁾. Ao nível da definição aper-

(1) Para aprofundar o quadro conceptual do desenvolvimento ver Hill e Rodgers (1964).

cebemo-nos de que este quadro apresenta algumas semelhanças com o estrutural-funcional e com o interaccionista por considerar a unidade familiar como um sistema de posições e de papéis que são desempenhados por actores sociais que são simultaneamente membros da família e indivíduos.

Este quadro surge como uma tentativa para unificar todas as abordagens possíveis do fenómeno família tendo sido construído especificamente para a esse fim. Em virtude das suas características, incorpora conceitos e proposições dos vários quadros conceptuais e de disciplinas afins, procurando harmonizá-los num esquema unificado. Entre os primeiros autores que contribuíram para a sua construção figuram Reuben Hill e Evelyn Duvall.

Um dos conceitos-chave deste quadro é o de ciclo de vida familiar que Hill e seus colaboradores aproveitaram da sociologia rural⁽¹⁾. A sua utilização permitiu introduzir a importante dimensão do "tempo social" na análise da interacção, proporcionando uma perspectiva longitudinal da história da cada sistema familiar. O conceito de "desenvolvimento" tem a sua origem na psicologia de Freud (Rowe, 1966: 198 cf. Lourenço 1988, 59) donde se formula o conceito de "developmental task", que neste quadro se refere ao desenvolvimento das tarefas e dos papéis dos membros da família ao longo das várias fases do seu ciclo de vida. Na óptica do desenvolvimento a família constitui um campo de interacção cuja complexidade aumenta à

(1) O conceito de ciclo de vida familiar foi definido primeiramente por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1931). Para aprofundar a análise sistemática da teoria do ciclo de vida familiar, ver Cuisenier (1977).

medida que à relação inicial marido-mulher se acrescentam novos sistemas de papéis decorrentes do nascimento e das fases de crescimento dos filhos. Este quadro, por considerar a família como um sistema semi-fechado dirige-se essencialmente para o estudo das transformações internas da organização e da estrutura familiar a partir de micro-análises do sistema de interação da unidade familiar durante determinado período de tempo, não se adaptando à análise macro-funcional das relações entre o sistema familiar e os restantes sistemas sociais.

Após esta breve referência às principais características dos vários quadros conceptuais é oportuno tecer algumas considerações sobre a sua utilização pelos investigadores.

Os quadros conceptuais têm a particularidade de serem mais flexíveis do que as teorias permitindo ao investigador seleccionar os conceitos estritamente necessários à formulação da investigação e à recolha dos dados que se pretende. Esses conceitos, são organizados de forma a estabelecerem uma rede de proposições básicas comuns formando uma unidade no seu conjunto.

Entre as vantagens apontadas aos quadros conceptuais, Hill e Hansen (1960) acrescentam que o esforço na sua identificação permite inventariar e codificar os diferentes tipos de investigações sobre a família, evidenciando as suas tendências, o que contribui, simultaneamente, para o desenvolvimento da sociologia da família por proporcionar uma acumulação de proposições e de postulados necessários à construção de teorias universalmente válidas. Todavia, a sua utilização

na análise comparativa de várias sociedades implica um uso criterioso dos conceitos e que a sua definição se faça, a priori, de uma forma homogénea e bastante rigorosa.

A flexibilidade dos quadros conceptuais permite aos investigadores situarem-se, ora num, ora noutra quadro, consoante os objectivos das suas investigações, não sendo necessário utilizar apenas um na sua totalidade. Além disso, é frequente, no mesmo trabalho, os autores recorrerem a conceitos originários de quadros diferentes (Mogey, 1969 e Hays, 1977 cf. Lourenço, 1988: 60), o que confirma a ideia de que nenhum deles é suficiente para a compreensão do fenómeno família na sua totalidade, sendo necessário recorrer à sua complementaridade explicativa.

1.6. AS SÍNTESES MAIS RECENTES SOBRE O ESTUDO DA FAMÍLIA

As diferentes abordagens que referimos anteriormente são utilizadas como ponto de partida para novas investigações, quer no domínio da descoberta, quer no domínio da justificação. Foram vários os autores que retomaram o estudo da família, nomeadamente, o estudo da sua mudança, baseando-se em algumas ideias sugeridas por Ogburn. Entre esses estudos figuram os de William Goode (1970), publicado pela primeira vez em 1963, os de Meyer Nimkoff e Russell Middleton (1960), também influenciados por Ogburn e os estudos de Robert Winch e Rae

Blumberg (1968 e 1972) melhorando as sínteses de Goode e de Nimkoff e Middleton.

William Goode, no seu livro *World Revolution and Family Patterns*, sintetiza as noções teóricas de alguns dos seus antecessores sobre as formas de reacção do sistema familiar face à mudança social. Uma das principais críticas que se lhe atribui prende-se ao facto de Goode limitar o seu estudo às sociedades urbanas-industriais bastante complexas. Outras críticas são feitas pelo próprio autor. Entre estas refere a ambiguidade inerente ao conceito de urbanização. Goode salienta que este conceito envolve inúmeras variáveis que podem ser utilizadas em pesquisas quantitativas. Além disso, defende que a urbanização não é a causa das mudanças, ela constitui essas mudanças. Outra crítica apontada por Goode diz respeito ao impacto da industrialização sobre a família. Nenhum argumento conseguiu mostrar, até hoje, nem mesmo teoricamente, como e onde ocorre esse impacto, nem como ambas interagem; apenas se demonstra e constata que a família dita nuclear e/ou conjugal está relativamente bem "ajustada" ao sistema industrial, seja ele capitalista ou não. Apesar de se ter conceptualizado os processos de industrialização e de urbanização como variáveis causais da mudança familiar, hoje constata-se que há inúmeras evidências sugerindo que o tipo modal de família antes da revolução industrial era do tipo conjugal. Admite-se que este tipo de família era mais comum entre as classes trabalhadoras. Teoricamente, poder-se-ia esperar que as famílias bem sucedidas dentro da sociedade urbana industrial, ou seja, as da classe superior, pudessem ser as mais propensas para exhibir as

características do sistema familiar conjugal. Todavia, tal não se verificou. As classes trabalhadoras, das quais se esperava que tivessem uma rede de parentes mais extensa, eram mais conjugais do que as famílias da classe superior.

As sínteses de Goode sugerem que as sociedades movimentam-se em direcção à modernização, industrialização e urbanização. A aparente diversidade de formas familiares nas sociedades tradicionais (patrilinear, matrilinear, poligâmicas ou monogâmicas, extensas ou nucleares) movem-se em direcção a uma convergência à qual chama "família conjugal".

Apesar das críticas que se possam apontar, o estudo de Goode é bastante profundo e muito útil na análise e avaliação da mudança familiar ao nível macrossociológico.

O trabalho de Nimkoff e Middleton (1960) consiste no estudo das relações existentes entre as actividades económicas predominantes numa determinada sociedade e o tipo de sistema familiar nela existente.

Se Goode é criticado por basear-se nas sociedades mais complexas, Nimkoff e Middleton são acusados de estudarem as sociedades mais simples. Estes dois últimos autores utilizaram os dados da *World Ethnographic Sample* de Murdock (1957-1959). A última amostra abrange 549 sociedades. Além destas, Murdock identificou dezasseis sociedades onde não havia dados disponíveis sobre os tipos de família.

Nimkoff e Middleton, depois de analisarem os dados de Murdock, anunciam como postulado que a influência dos padrões

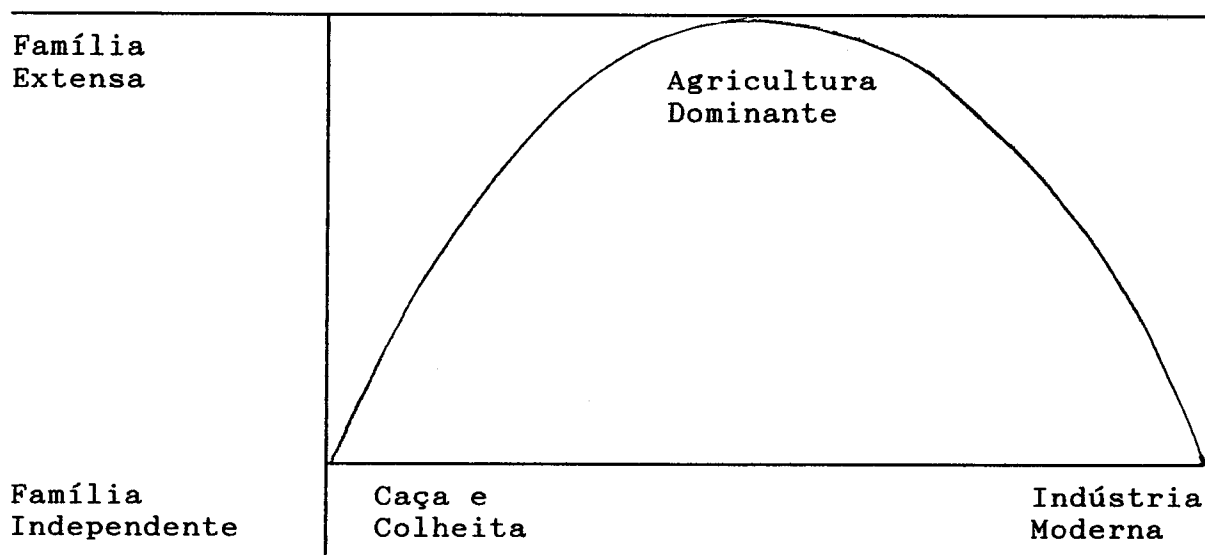
de subsistência sobre os tipos de família é modificada e "filtrada" através da interferência de três factores económicos: (a) a dimensão do fornecimento de alimentos (obtenção de alimentos, quantidade do abastecimento); (b) o grau de mobilidade espacial envolvido nas actividades de subsistência e; (c) o tipo e dimensão da propriedade familiar. Baseando-se nestes três factores concluem que o sistema familiar independente, ou seja, de tipo nuclear, surge sempre que as famílias têm de mover-se num vasto território chegando a um acordo sobre o modo como poderão obter alimentos suficientes para sobreviver (caça e recolha). Como estas famílias têm de percorrer grandes distâncias para obter alimentos, a acumulação, principalmente propriedade fixa, como terras e casas, é mínima sendo o grau de estratificação social também muito baixo. Todos se entreadjudam havendo pouca divisão do trabalho.

Por outro lado, estes autores verificam que o sistema de família extensa está associado ao desenvolvimento da agricultura, havendo pouca necessidade de se mover para colher ou armazenar os alimentos necessários à subsistência. Neste caso constitui-se um sistema fixo, mais extenso e muito mais estratificado.

Nimkoff e Middleton concluem que a sociedade industrial moderna, com a sua família pequena e independente, comporta-se ou representa, por analogia, uma sociedade mais simplificada de caça e colheita, em parte, pelas mesmas razões. A caça é móvel, logo, o caçador tem de perseguir a caça. De igual modo, o trabalhador industrial persegue o trabalho para arranjar emprego.

Com esta observação, Nimkoff e Middleton demonstram-nos como o estudo das sociedades mais simples pode ser complementado com o estudo de Goode sobre as sociedades mais complexas e mais recentes (e também mais modernas). Esta complementaridade deu origem à chamada "Hipótese Curvilínea" para explicar a mudança familiar ao longo do tempo (Ver Figura 1).

Figura 1. Hipótese Curvilínea



Fonte: Adaptado de Clayton (1979), p. 95.

Winch e Blumberg (1968) reanalisam a hipótese curvilínea de Nimkoff e Middleton procurando testá-la e retomam a tese de Goode no sentido de modificar e alargar as suas conclusões sobre a convergência dos sistemas familiares de todo o mundo em direcção a uma organização e ideologia da família conjugal.

Winch e Blumberg consideram mais apropriado substituir o conceito de "revolução mundial" de Goode pelo conceito de

"complexidade social". Estes autores justificam a sua atitude dizendo que o primeiro conceito está intimamente ligado à ideia de rápido desenvolvimento dos processos de industrialização, urbanização e modernização enquanto o conceito de "complexidade social" pode ser visto como um contínuum que vai do menos para o mais complexo.

No estudo da mudança familiar é importante estabelecer a relação tipo familiar versus estrutura familiar. Goode limita o seu estudo quase exclusivamente à unidade estrutural da família conjugal enquanto Nimkoff e Middleton dicotomizam os sistemas familiares em famílias independentes e famílias extensas. Neste aspecto Winch e Blumberg vão mais longe defendendo que a estrutura familiar pode expandir-se de modo a incluir vários conjuntos de papéis-posições (Winch e Blumberg, 1968: 75-76). Baseando-se na identificação desses conjuntos de papéis-posições é possível sub-dividir o sistema familiar em: família nuclear, família extensa, família nuclear incompleta e família doméstica. Desta forma Winch e Blumberg tentam explicar algumas das mais difíceis distinções que se podem estabelecer quando se discute o tipo de família ou a sua estrutura, uma vez que, ao descrever o sistema familiar como independente ou extenso geralmente ignora-se a enorme variedade de sub-tipos que estão englobados nestes dois conceitos gerais.

Winch e Blumberg revêem as ideias de Ogburn a propósito das funções da família e sugerem que um estudo adequado sobre a mudança familiar não se deve limitar à sua estrutura como variável dependente. Winch e Blumberg realizam um estudo onde confirmam a hipótese curvilínea de Nimkoff e Middleton e mais

recentemente, em 1972, recodificam e reanalisam os dados da amostra etnográfica mundial. Nas suas conclusões demonstram que é possível sintetizar a hipótese linear de Goode com a hipótese curvilínea de Nimkoff e Middleton.

1.7. AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA:

CONCLUSÃO

A história da sociologia da família evidencia claramente a presença dos modelos interpretativos dominantes de cada época. Houve o período de inspiração religiosa e filosófica, o de inspiração política e o das teorias científicas.

No final do séc. XIX as ideias de Darwin influenciaram o pensamento e as teorias relativas à evolução da sociedade e dos sistemas familiares. Acreditava-se, então, que os sistemas e formas de organização familiar das sociedades primitivas seriam, de algum modo, idênticas às da organização inicial e que o seu estudo permitiria formular um critério de interpretação do processo evolutivo da família. Todavia, os resultados destas pesquisas revelaram-se contraditórios e inconclusivos. Morgan e Engels identificam casos de "promiscuidade sexual" e de "casamento de grupo", enquanto Westermarck identifica casos de família monogâmica, Henry Maine prova que o patriarcado foi a primeira forma de família e Backofen demonstra a precedência do matriarcado. Nesta óptica, a família contemporânea seria interpretada como um dado adquirido pelo simples facto de se

encontrar na última fase de um longo processo evolutivo, dispensando um estudo directo e profundo. Este período da história da sociologia da família, embora importante, foi breve, e praticamente abandonado após o alvorecer das primeiras consequências da revolução industrial.

A par do processo de industrialização surgem rápidas transformações estruturais e novas situações familiares que mereceram a atenção dos investigadores abrindo-se novos campos de estudo. Entretanto, aumenta, o número de variáveis intervenientes na análise transformando-se também as relações que se estabelecem entre si. O interesse em estudar as formas emergentes de vida familiar ligadas às novas condições económicas sobrepõe-se às preocupações sobre a origem e evolução da família. Aspectos como a pobreza, o trabalho e o consumo doméstico constituem novos temas para a sociologia da família. Inserem-se neste âmbito os trabalhos de Le Play, em França, e mais tarde os de Zimmerman, nos EUA.

Ao longo do século XX surgem novos acontecimentos na vida familiar que prendem a atenção dos investigadores sociais. Aspectos como o divórcio, o declínio da natalidade, a delinquência juvenil, o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e a progressiva individualização da sociedade constituem os novos temas de reflexão, ampliando-se, mais uma vez, o âmbito da análise sociológica. A dissolução da família impõe-se como a questão fundamental de uma nova fase histórica da sociologia dando origem a inúmeras investigações enquadradas num contexto temático designado por desorganização familiar, ou por crise da família. Pertencem a esta fase as pri-

meiras obras de William Ogburn que fez uma análise funcional e progressivista da família. Todavia, estes estudos não incidiam directamente sobre as famílias, eram feitos ao nível macroscópico e conduzidos à distância, com base em dados estatísticos, ou seja, num contexto que oculta totalmente o indivíduo. Até às contribuições de Ogburn, inclusivé, utilizavam-se, apenas, duas variáveis explicativas estabelecendo-se uma relação binária entre a sociedade, considerada como variável independente, e a família, como variável dependente. Nesta fase, os problemas relacionados com a estrutura de papéis, com o comportamento sexual, etc., são secundarizados por acreditar-se, ainda, que as condições económicas constituíam os factores fundamentais da desorganização familiar. Mais tarde, Ernest Burgess cria a escola interaccionista de Chicago e inicia o estudo dos aspectos íntimos da família, dando, pela primeira vez, visibilidade a uma terceira variável, o indivíduo. A partir desse momento ficam criadas as condições para uma abordagem tridimensional da família (a sociedade, a família e o indivíduo).

A depressão e a II guerra mundial orientam novamente a investigação sociológica para o nível macroscópico, dando maior ênfase à relação entre a família e a sociedade. Reforça-se a análise institucional e iniciam-se simultaneamente as abordagens estrutural e estrutural-funcional que consistem em estudar a família enquanto sub-sistema da sociedade. Correspondem a este período as obras de Levi-Strauss, Carle Zimmerman e Talcott Parsons. A análise estrutural-funcional de Parsons caracteriza-se por ser tridimensional considerando a so-

cidade, a família e o indivíduo como variáveis independentes atribuindo-lhes igual importância no "jogo" da interacção.

A partir dos anos sessenta inicia-se uma nova fase da sociologia da família. Esta caracteriza-se pelo aparecimento dos quadros conceptuais, pelo desenvolvimento das análises da interacção dos vários elementos no seio da família e da interacção desta com a comunidade. Com os quadros conceptuais a abordagem sociológica penetra em novos campos de estudo, mas a sua vocação limita-se à classificação e descrição dos fenómenos familiares (Hill, 1966) não conduzindo à elaboração de uma teoria geral da família. Todavia, ao longo das últimas décadas registam-se avanços significativos na metodologia, na sistematização do conhecimento, na conceptualização dos vários domínios da vida familiar, nomeadamente, da sua constituição, da relação trabalho/família, dos sistemas de papéis e do poder marital, da socialização e da desorganização familiar.

Apesar destes avanços a sociologia da família continua a enfrentar duas grandes dificuldades. Por um lado, mantém-se o desfasamento entre a teoria e a pesquisa sociológica, devido à "proliferação de ideias directivas e de análises conceptuais independentes da confrontação empírica" (Lourenço, 1988: 61). Esta crítica, já apontada por Merton em 1953, aplica-se igualmente à actual produção do trabalho sociológico. Por outro lado, não se registam grandes desenvolvimentos teóricos em relação à análise da mudança familiar. As "teorias de alcance médio" de Robert Merton (1953), as "teorias auxiliares" de Hubert Blalock (1968) e, mais recentemente, as conclusões de Winch e Blumberg (1972) constituem propostas que permitem

uma maior aproximação à realidade embora não possibilitem ainda ultrapassar tais dificuldades⁽¹⁾.

Reuben Hill defende que:

o conceito de 'teoria da família' deveria ser construído a partir de 'generalizações modestas' resultantes da pesquisa empírica e de proposições mais vastas e globais 'relativas à evolução dos diferentes tipos de família' sendo a mediação feita a partir das 'proposições mais elaboradas de teorias parciais' (Hill, 1966 in Lourenço, 1988: 61).

Hill, inspirando-se na obra de H.L. Zetterberg, *On Theory and verification in Sociology* propõe a construção de esquemas teóricos a partir de um quadro conceptual. Este processo decorre em três fases. A primeira consiste na classificação dos comportamentos e na sua análise descritiva, a segunda, na construção de proposições explicativas desses comportamentos e a terceira, na sua organização em situações de covariância ou em relações de ordem do tipo "antecedente-consequente" (Hill, 1966, cf. Lourenço, 1988: 62). A constituição deste esquema ou modelo teórico é diferente da do quadro conceptual que lhe serviu de base. Ele corresponde à noção de "paradigma teórico", formulada por Merton, e resulta da selecção de um conjunto de conceitos de determinado quadro, organizados de forma a responder às exigências de um problema teórico específico e limitado. O conceito de paradigma representa "uma codificação

(1) Para melhor esclarecimento sobre a noção de teoria em sociologia e, nomeadamente, sobre a sua utilização por R. Merton, vide Boudon (1970). Para uma análise das teorias de Blalock, vide Castels (1972) e J. F. Almeida (1982) (cf. Lourenço, 1988: 61).

de conceitos e problemas que se impuseram à atenção do investigador, possuindo uma razoável capacidade explicativa" (Lourenço, 1988: 62).

A capacidade explicativa dos paradigmas tem sido posta à prova pela "teoria da troca" cuja aplicação à sociologia da família se revela de grande interesse. Esta assenta no indivíduo intencional que procura aumentar as recompensas e minimizar os custos das suas acções. Segundo esta teoria o indivíduo é dotado de capacidade de intenção e de previsão, embora nem sempre possua uma representação exacta das opções de que dispõe e das vantagens e inconvenientes que lhe são inerentes, procurando, em função dos recursos que possui, fazer a melhor escolha consoante as suas preferências. Note-se que esta teoria difere da abordagem de Mauss sobre a "troca e a dádiva", em que o acto de troca assenta na reciprocidade, no qual se empenha o grupo de pertença do indivíduo, por intermédio de um sistema de constrangimentos sociais (Lourenço, 1988: 62).

Construída por Thibault e Kelley (*The Social Psychology of Group*, 1959), a teoria da troca foi primeiramente utilizada para explicar a interacção face-a-face. Posteriormente foi desenvolvida por Burns e Homans sendo aplicada à análise de comportamentos sociais elementares (Homans, 1961) e de problemas mais vastos da estrutura social e do comportamento humano, inclusivé, na perspectiva temporal (Heath, 1976 cf. Lourenço, 1988: 62)⁽¹⁾. A sociologia de Raymond Boudon constitui um

(1) A "teoria da troca" é muito utilizada nos EUA e por outros autores, na sua maioria, de língua inglesa. Em França, os seus principais utilizadores, entre outros, são R. Boudon, M. Crozier e F. Bourricaud. Levi-Strauss, em *Les Structures Elementaires de la Parenté* (1967), faz uma abordagem semelhante à da "teoria da troca", embora o seu estudo recaia essencialmente sobre o problema de reciprocidade (cf. Lourenço, 1988: 62).

exemplo de uma perspectiva global do paradigma da troca. Boudon considera o *Homo Sociologicus* como um actor intencional dotado de preferências e a realidade social como o produto das acções individuais e dos efeitos paradoxais da agregação dessas acções (Boudon, 1979a. e b.; 1985 cf. Lourenço, 1988: 63).

No domínio da sociologia da família, nomeadamente ao nível da microanálise, o paradigma da troca tem contribuído para reinterpretar a maioria das "teorias parciais", aumentando-lhes o poder explicativo sobre a constituição, organização e funcionamento da unidade familiar e, em muitos casos, para reformular algumas mini-teorias como desenvolvimentos específicos da "teoria da troca" (Nye, 1978 e 1980 cf. Lourenço, 1988: 63).

Todavia, na perspectiva macroscópica a sua capacidade explicativa diminui substancialmente não permitindo ultrapassar a segunda grande dificuldade da sociologia da família que se coloca no estudo da mudança da organização e da estrutura dos sistemas familiares⁽¹⁾.

Durante as últimas décadas, os temas relacionados com a evolução da família na sociedade moderna têm ocupado um lugar de destaque na literatura sociológica. Os temas mais debatidos referem-se às transformações ocorridas no seio familiar relacionadas com a industrialização, a urbanização e a mobilidade social. Entre essas transformações apontam-se o desenvolvimento da família nuclear isolada, a perda progressiva de algu-

(1) Para uma informação mais profunda sobre as "teorias parciais" da família, ver Nye, 1978; para mais informação sobre a emergência de novas teorias sobre a família, ver Burr, Hill, Nye e Reiss, (1979).

mas funções e o crescimento das relações de companheirismo no seio do grupo conjugal. Estes temas deram origem a inúmeras análises sociológicas embora ainda se sobrevalorizassem os factores económicos por acreditar-se que eles eram determinantes no aparecimento da família moderna. Actualmente, devido ao desenvolvimento da pesquisa sobre a história da organização e estrutura dos sistemas familiares e de parentesco, tem-se uma noção mais flexível e interactiva das relações entre a economia e a família.

As transformações estruturais e da família estão intimamente relacionadas com contextos sociais e culturais específicos. Alguns autores provam que muitas das características atribuídas à família contemporânea, apontadas como efeito da industrialização, são anteriores a esta. Referimo-nos aos estudos de Peter Laslett (1978) e Philipp Ariès (1972). Laslett demonstra que em muitas regiões da Europa pré-industrial a família extensa não era a forma mais comum de unidade familiar. Ariès defende que a família moderna surge com a "descoberta da criança" enquanto categoria social diferenciada do adulto. Segundo este autor, este sentimento já existia no séc. XVIII entre os estratos sociais mais elevados (cf. Lourenço, 1988: 64). Por outro lado, a antropologia moderna também contribuiu para desmistificar algumas ligações simplistas entre tipo e grau de complexidade das sociedades e tipo de família (Levi-Strauss, 1979: 101 cf. Lourenço, 1988: 64).

Os principais desenvolvimentos da sociologia da família ao longo do séc. XX prendem-se com as abordagens relativas ao impacto da industrialização, atribuindo-lhe a responsabilidade

da destruição dos sistemas familiares e de parentesco pré-industriais. Inserem-se neste âmbito as teses de Durkheim, sobre a "contração progressiva" da família e a concepção da família conjugal, de Ogburn, sobre a "desfuncionalização" progressiva da família e a de Parsons sobre a funcionalidade da família "estruturalmente isolada" considerando-a bem adaptada às exigências da sociedade industrial. Estes autores subestimaram "a capacidade de interacção e plasticidade da família e dos laços de parentesco, cuja funcionalidade como elemento de adaptação no início da industrialização tem vindo a ser demonstrada" (Lourenço, 1988: 64)⁽¹⁾.

Apesar do desenvolvimento registado nos níveis teórico e dos métodos de análise, o estudo das transformações da família continua a defrontar-se com lacunas e interrogações. Todavia, o interesse crescente pela história da família tem contribuído para destruir algumas crenças e mitos, nomeadamente, dos evolucionismos unilineares, da família extensa cheia de virtudes e do determinismo dos factores económicos. A aproximação entre a história da família e a sociologia poderá contribuir para superar as tendências da tradição sociológica apontando '(o facto de) as teorias predominantes estarem divorciadas do mundo do comportamento dos grupos (...) (e o facto) dos estudos empíricos conferirem pouca atenção às tendências históricas e aos contextos' (Elder, 1978: 17 cf. Lourenço, 1988: 65)⁽²⁾

(1) Para melhor esclarecimento sobre este assunto, ver os trabalhos de Tamara Haraven (1978a.) e de R. Sennett (1980) (cf. Lourenço, 1988: 64).

(2) A contribuição da história para a sociologia da família tem-se feito com recurso a teorias e métodos da sociologia (Elder, 1981; Segalen, 1988) (cf. Lourenço, 1988: 65). Para aprofundar o reencontro entre a sociologia e a história da família, ver Demos e S. Bookcock (1978). Sobre a apresentação das novas tendências da investigação histórica sobre a família, ver M. Anderson (1984) e Lutz Berkner (1973) (cf. Lourenço, 1988: 65).

CAPÍTULO II

OS PAPÉIS FAMILIARES:

CONCEITOS, TEORIAS E FACTORES DA SUA EVOLUÇÃO

2.1. INTRODUÇÃO

Ao longo do primeiro capítulo apresentámos a produção sociológica e respectivos desenvolvimentos teóricos relativos à família. Neste capítulo centramos o nosso discurso principalmente sobre o conceito de papel, respectivas teorias e factores de evolução dos papéis familiares definindo alguns dos conceitos básicos que utilizamos ao longo do trabalho. No que respeita ao conceito de papel, identificamos os seus principais componentes e dimensões de análise de forma a utilizá-lo empiricamente no estudo sociológico dos papéis familiares e da sua evolução.

A evolução dos papéis familiares está intimamente relacionada com a evolução das estruturas e dos sistemas familiares sendo geralmente referida como mais um dos sintomas da mudança social. Apesar da investigação empírica não nos permitir afirmar como realidade universal a correlação entre o aparecimento de formas específicas de família e a implantação do sistema industrial, este, tem sido abusivamente apontado como o principal responsável pela mudança dos padrões familiares. É um facto que as teorias sociológicas dos papéis surgem, exactamente, durante o período de desenvolvimento e expansão do sistema industrial, porém, isso apenas prova que as mudanças se aceleraram vertiginosamente não podendo, de forma alguma, passar despercebidas aos olhos dos investigadores sociais.

Este capítulo pretende estabelecer a ligação entre a produção teórica e a prática da investigação empírica sobre os papéis familiares fazendo simultaneamente uma aproximação ao objectivo específico proposto neste trabalho. Para concretizar esta tarefa definimos, em primeiro lugar, os principais conceitos e noções a que recorreremos como instrumentos de análise.

*

* *

Neste momento, antes de nos debruçarmos concretamente sobre o desenvolvimento do conceito de papel, consideramos oportuno definir alguns termos e conceitos igualmente importantes e indispensáveis à elaboração do presente trabalho.

O termo família encerra alguma ambiguidade devido às múltiplas formas da sua utilização, quer na linguagem corrente, quer na linguagem científica. Na nossa sociedade aplica-se vulgarmente ao conjunto de indivíduos ligados por laços de consanguinidade e eventualmente por aliança e, também, ao grupo de pessoas que vive na mesma casa ou fogo, geralmente os pais e filhos. É importante salientar que esta designação é aplicada a duas realidades distintas. Por exemplo, a primeira parte desta definição refere-se ao grupo de parentes, devendo designar-se de forma mais rigorosa por parentesco, enquanto a segunda se refere ao grupo doméstico⁽¹⁾.

(1) Esta designação ambígua do termo família é igualmente utilizada por autores franceses e ingleses; ver, por exemplo, Henri Mendras (1975: 155) e Jack Goody (1978: 103) (cf. Lourenço, 1988: 70).

O conceito de parentesco aplica-se para designar uma relação biológica baseada em laços de consanguinidade (mãe-filho), e/ou uma relação social baseada na afinidade ou na aliança (marido-mulher) adquirida pelo casamento. O parentesco tem um carácter eminentemente social funcionando como factor de identificação e/ou de referência do indivíduo a um grupo (família), não sendo necessário mencionar ou existir laços de consanguinidade como acontece, por exemplo, na adopção. O parentesco caracteriza-se essencialmente pelo seu reconhecimento social (Radcliffe Brown e Forde, 1982: 15; Fox, 1972: 31 cf. Lourenço, 1988: 70)⁽¹⁾. Para Rodney Needham o parentesco enquanto "hipótese mínima" refere-se "à repartição dos direitos e à sua transmissão de uma geração a outra" (Needham, 1977: 105 in Lourenço, 1988: 71).

O termo família também se refere a um grupo social que tenha como principais características a coabitação e a presença de laços de parentesco. Neste caso é necessário distinguir as diferenças entre tipos de família e tipo de estrutura do agregado familiar. Levi-Strauss define a família como um grupo social que possui pelo menos três características:

tem a sua origem no casamento; compreende o marido, a mulher e os filhos nascidos dessa união e eventualmente outros parentes aglutinados a este núcleo; os membros da família estão unidos por laços legais, por direitos e obrigações de natureza económica, religiosa ou outra e

(1) Os termos que designam o parentesco evoluem à medida que os sistemas familiares se vão transformando. Para uma apresentação da evolução dos termos que designam o parentesco que acompanham o recuo da família extensa face à família nuclear, vide J. Goody (1985: 32-4 e Apêndice III) (cf. Lourenço, 1988: 70).

por uma rede precisa de direitos e interdições sexuais e por um conjunto variado e diversificado de sentimentos psicológicos como o amor, o afecto, o respeito, o medo, etc... (Levi-Strauss, 1979: 102 in Lourenço, 1988: 71).

No que respeita à composição e estrutura do agregado familiar esta definição não é satisfatória. Neste caso é preferível utilizar o conceito de grupo doméstico tal como foi formulado por Peter Laslett. Segundo este autor o grupo doméstico é constituído por indivíduos que devem possuir as seguintes características: viverem em coabitação (critério de localização), partilharem um conjunto de actividades (critério funcional) e estarem ligados por laços de consanguinidade ou de aliança (critério de parentesco). Os dois primeiros critérios são considerados como universais, enquanto o terceiro é geralmente considerado caso a caso por poder haver indivíduos no grupo doméstico que não partilham os laços de parentesco (Laslett, 1978: 23-40 in Lourenço, 1988: 72).

O termo "mudança social" suscita algum cepticismo pelo facto dos seus modelos e teorias formais não serem conclusivos, e, apesar disso, pretenderem ser generalizantes. Entre essas teorias formais situam-se o paradigma da análise funcional, de Merton, e a "teoria da diferenciação", de Parsons, às quais se atribui uma grande capacidade analítica embora não possam ser directamente aplicáveis à realidade.

A noção de mudança social pressupõe a existência de uma orientação da investigação e de reflexão original, profundamente assente na tradição sociológica. A análise da mudança implica necessariamente a compreensão dos "mecanismos de

persistência e fixação" (Nisbet, 1979 in Lourenço, 1988: 73), essenciais ao entendimento da lógica da própria mudança. Parsons, em *A Functional Theory of Social Change* dá grande relevo à distinção entre os elementos que mudam e os que permanecem dentro dos limites de tempo e de dimensão, porém, poderá ser igualmente importante para o estudo da mudança analisar a unidade dos opostos, ou seja, da persistência e da mudança, por resultarem de um mesmo processo (Lourenço, 1988: 73). Nesta óptica, será preferível utilizar o conceito de reprodução social, tal como foi formulado por Ives Barel, por integrar na mesma unidade as noções de persistência e de mudança (Lourenço, 1988: 73). Barel define a reprodução social como "a representação de um processo multiforme" podendo designar-se por outros termos "consoante o aspecto do processo sobre o qual nos debruçamos: crescimento, evolução, adaptação, diferenciação, assimilação, etc." (Barel, 1973: 135-154 in Lourenço, 1988: 75).

Note-se que o conceito de reprodução aparece, frequentemente, ligado à ideia de sobrevivência dos sistemas sociais, querendo com isso referir-se ao conjunto das condições mínimas de existência normal do sistema, ou seja, do seu crescimento, não contento aí qualquer conotação trágica (Barel, 1973, Parsons, 1982 cf. Lourenço, 1988: 75). A identificação do conceito de reprodução com a ideia de sobrevivência tem um efeito redutor da análise ao fazer da sobrevivência o único objectivo real do sistema. Para superar esta limitação Amitai Etzioni, em oposição ao "modelo de sobrevivência" utilizado pelos funcionalistas, cria um "modelo de eficiência", onde se

pressupõe uma configuração de interrelações entre os elementos do sistema que o torna mais eficiente na realização de determinado objectivo (Etzioni, 1967 cf. Lourenço, 1988: 75). Este modelo, nitidamente interaccionista e mais abrangente, tem a particularidade de obviar os inconvenientes das análises que dão especial atenção à satisfação das exigências funcionais do sistema, sendo, por isso, menos eficazes do que este para o registo e compreensão das mudanças significativas (Lourenço, 1988: 75).

A principal característica da reprodução social consiste na unidade da invariância e da mudança. Todos os sistemas sociais reflectem essa reprodução, nomeadamente, o sistema familiar no que se refere à estrutura dos papéis. A dificuldade da compreensão do funcionamento de qualquer sistema reside no facto da invariância e da mudança serem realidades construídas, obrigando a análise a um determinado nível teórico, de forma que, a decisão do que é mudança ou permanência depende do nível de abstracção e de generalização em que o investigador se situa (Lourenço, 1988: 78).

Por outro lado, qualquer sistema pode ser analisado como um subsistema de outro, que, pelas suas características, se assume como um metassistema. No caso da família, ela pode ser analisada como um sistema (ecossistema familiar) ou como um subsistema da sociedade, sendo esta entendida como um sistema global e auto-suficiente. Esta noção de sistema social, nomeadamente de ecossistema familiar, em que o meio é constituído por sistemas sociais mais vastos, pressupõe a existência de uma hierarquia de sistemas. Porém, na abordagem sistémica a

noção de hierarquia é extremamente ambígua, uma vez que, as relações entre cada parte e o todo são recíprocas e não unívocas, podendo revestir múltiplas formas. Por exemplo, o ecossistema familiar pode exprimir-se pelo critério do micro-meio-ambiente, em que a primeira fronteira inclui os meios físico e social, e, a segunda fronteira, que inclui os sistemas sociais (económico, político, sócio-cultural e tecnológico) e pelo critério do macro-meio-ambiente (físico, biológico e elaborado pelo homem), também designado por terceira fronteira (Deacon e Firebaugh, 1981: 8). Por outro lado, a hierarquização da sociedade pode exprimir-se por uma multiplicidade de critérios (tempo, espaço, complexidade, dominação, etc.). Em qualquer destes casos, mesmo que se utilize um único critério surge sempre uma multiplicidade de hierarquias. Por exemplo, se utilizarmos o critério da dominação, é possível identificar múltiplas hierarquias, nomeadamente, a política, a económica, a religiosa, etc. Estas hierarquias não são realidades estanques, sendo sempre possível identificar uma sobreposição relativamente a elementos, subsistemas e sistemas de níveis idênticos ou não.

O conceito de hierarquia fica menos ambíguo se for complementado pela noção de "autonomia funcional" formulado por Alvin Gouldner (1979). Segundo este autor, as partes de um sistema definem entre si diferentes graus de dependência que podem situar-se em dois casos extremos. Num deles, todas as necessidades seriam satisfeitas no interior do sistema, no outro, os elementos teriam um nível muito baixo de satisfação. Gouldner deixa transparecer claramente que a interdependência

pressupõe uma relação desnivelada e que a reciprocidade funcional entre os elementos de um sistema pode não ser simétrica. Cada componente goza de um nível diferente de autonomia, o que pressupõe que a autonomia funcional de cada um se refere ao grau ou ao nível de dependência e à probabilidade de sobreviver à sua separação do sistema (Lourenço, 1988: 74).

A noção de autonomia funcional, implica, porém, alguma contradição. A autonomia funcional só é possível quando se aceita que cada elemento do sistema possui uma "porção maior de cultura do que a necessária para desempenhar a sua função sistémica" (Gouldner, 1979: 208 in Lourenço, 1988: 74). Este facto leva-nos a crer "que os sistemas sociais particulares (ou subsistemas) reproduzem, parcialmente os traços peculiares dos sistemas globais e que estes reproduzem parcialmente, os traços específicos daqueles" (Lourenço, 1988: 74). Daqui deduz-se que a reprodução de um sistema não corresponde a um fenómeno isolado. "É precisamente por surgir acompanhada, ou realizar-se através dos processos de diferenciação, de hierarquização e de emergência de novos níveis, que assume, desde a sua origem, um carácter contraditório" (Lourenço, 1988: 74). É inegável que se a diferenciação e a hierarquização são necessárias 'à manutenção de uma totalidade elas constituem, ao mesmo tempo, uma ameaça potencial à manutenção dessa totalidade' (Barel, 1973: 215 in Lourenço, 1988: 74). Estes aspectos evidenciam claramente a natureza contraditória do processo de mudança permitindo a coexistência da persistência e da mudança como o resultado de um processo unitário.

Em suma, podemos dizer que a mudança social consiste no "resultado da interacção de estratégias de múltiplos actores, individuais e colectivos, e dos efeitos de agregação dessas acções que podem conduzir a resultados não esperados e mesmo contrários às decisões dos agentes" (Lourenço, 1988: 78). Embora o propósito deste trabalho não seja o de analisar a mudança social, nem de procurar a suas causas, este conceito será bastante utilizado paralelamente ao de evolução das estruturas dos papéis familiares. Esta descrição funciona apenas a título informativo identificando a forma como nos posicionamos em relação a este conceito.

2.2. O CONCEITO DE PAPEL

O "papel" é um dos conceitos sociológicos mais utilizados pelos cientistas sociais. Daí resulta uma falta de unanimidade em relação ao seu significado específico. A diversidade da sua utilização, quer na linguagem científica, quer não científica, é um testemunho da sua versatilidade. Se por um lado esse facto apresenta alguns inconvenientes, por outro, poderá ser um desafio ao seu próprio desenvolvimento ao nível científico. A sua diversidade está bem patente em toda a literatura científica que lhe tem sido dedicada, submetendo-o a revisões extensivas e sistemáticas. Entre essas revisões sobressaiem os trabalhos de Gross et al. (1958) e de Biddle e Thomas (1966).

Além disso existem múltiplas formas de tratamento e de uso deste conceito, nomeadamente, nas perspectivas antropológica, histórica, etnológica (intercultural) e interaccionista simbólica contribuindo largamente para a sua conceptualização. Banton (1965) desenvolve o conceito de papel do ponto de vista histórico e etnológico, (intercultural/transcultural) baseando-se numa óptica antropológica. Heiss (1968) dá grande relevo à teoria do papel em toda a sua obra sobre sociologia da família. Znaniecki (1965) desenvolve o conceito de papéis na perspectiva interaccionista simbólica. Jackson (1972) deixa-nos uma colecção de ensaios sobre a utilidade deste conceito na teoria sociológica.

Para além do contributo destes autores dispomos de outras obras e de inúmeros artigos de revistas que divulgam os principais aspectos relacionados com o desenvolvimento e uso do conceito de papel.

Nye e Gecas identificam, pelo menos, duas tradições sociológicas distintas em relação ao conceito de papel: a tradição estrutural ou estruturalista iniciada por Ralph Linton (1936 e 1945) e a tradição interaccionista que ganhou força e coerência a partir da psicologia social de George H. Mead (1934). A estruturalista define o papel como um elemento da cultura imprimindo-lhe um carácter normativo inerente a uma determinada posição ou status social enquanto a interaccionista dá mais ênfase às qualidades emergentes dos papéis (Nye e Gecas, 1976: 4 e 5).

Na óptica estruturalista, um papel representa os aspectos dinâmicos de um status ou posição. O indivíduo está socialmente ligado a um status e ocupa-o em relação a outros status. Sempre que o indivíduo acciona os direitos e deveres que constituem esse status, diz-se que está a desempenhar um papel (Linton, 1936: 114 cf. Nye e Gecas, 1976: 4). Mais tarde, Linton reforça o contexto cultural dos papéis ao afirmar que o "papel" é usado para designar o somatório dos padrões de cultura associados a um determinado status, o que inclui, as atitudes, os valores e os comportamentos atribuídos pela sociedade aos indivíduos que ocupam o status ou posição (Linton, 1945: 77 cf. Nye e Gecas, 1976: 4 e 5).

Na óptica interaccionista os papéis são considerados como regularidades comportamentais resultantes da interacção social. Nesta perspectiva "o papel refere-se a um modelo que pode ser encarado como o comportamento adequado de um único tipo de actor" (Turner, 1962: 25 in Nye e Gecas, 1976: 5). As características desta abordagem deram origem ao aparecimento de conceitos como "role playing" (desempenho do papel) e "role taking" (apropriação do papel ou identificação com o papel), permitindo realçar os aspectos processuais, desenvolvimentistas e criativos da interacção e do comportamento do papel, facto que não é tão evidente na abordagem estruturalista.

A tradição interaccionista, ao evidenciar os aspectos exteriores dos papéis resultantes da interacção social, tem contribuído para detectar e analisar os papéis emergentes. Para este efeito Ralph Turner (1970: 186 cf. Nye e Gecas, 1976: 5) aplica o conceito de papel a categorias que classifica de

"antagonist" (adversário) ou "dissenter" (opositor/dissidente). Este facto pode parecer absurdo por não existirem expectativas "evidentes" em relação ao comportamento considerado adequado ou necessário de alguém que se situe na posição de adversário ou de opositor do papel, nem essas posições fazem parte da cultura de uma sociedade. Sabemos que os indivíduos, enquanto membros de um pequeno grupo, diferem entre si no desempenho dos papéis, uns são menos cumpridores (mais opositores/dissidentes), enquanto outros são mais cumpridores e conformistas. Porém, não há nenhuma razão para se esperar que fiquem àquem das expectativas dos membros do grupo. Nye e Gecas (1976: 5) afirmam que a partir da análise de pequenos grupos é possível verificar que uma posição é sugerida por um determinado tipo de comportamento. Esta afirmação parece contraditória à óptica estruturalista que consiste em esperar determinado comportamento de pessoas que ocupam certas posições. Neste caso as posições são sugeridas a partir de tipos descritivos de comportamentos (Nye e Gecas, 1976: 5).

Turner, ao rever e discutir extensivamente os papéis familiares admite que alguns podem, em certa medida, derivar de posições culturalmente definidas. Inclui neste caso os papéis de cozinhar, de cuidar da casa e de cuidar das crianças, geralmente associados à posição de esposa e/ou mãe e, também, os papéis femininos, dos idosos e das crianças por corresponderem às posições de fêmea, de pessoa idosa ou de criança. Todavia, considera que há uma agregação muito mais vasta de papéis que não derivam de qualquer posição culturalmente definida. Estão neste caso os papéis de "encourager" (incitador, animador),

"harmonizer" (conciliador, harmonizador), "compromiser" (comprometedor, empreendedor), "aggressor" (agressor), "blocker" (opositor, bloqueador), "recognition seeker" (procurar reconhecimento ou gratidão), "mediator" (árbitro, mediador), "antagonist" (opositor, competidor, rival), "dissenter" (dissidente), "irresponsible critic" (crítico irresponsável), "advocate" (defensor), "challenger" (criativo, incentivador), "hero" (herói), "tyrannical" (tirano), "submissive" (submisso) e "authoritarian" (autoritário) (Turner, 1970: 185-216 in Nye e Gecas, 1976: 6). Na perspectiva estruturalista estes termos corresponderiam mais a estilos descritivos de comportamentos do que a papéis (Nye e Gecas, 1976: 6).

Esta descrição demonstra que as diferenças entre as abordagens estruturalista e interaccionista residem nos aspectos fundamentais (prescrições versus comportamentos) e nos tipos de contextos sociais considerados na análise dos papéis. A análise estruturalista adapta-se melhor ao estudo dos papéis em organizações formais ou grupos onde as definições culturais dos papéis são perfeitamente claras. A interaccionista ajusta-se melhor às análises dos papéis em grupos informais ou pobremente estruturados onde os papéis são vagamente definidos e onde se admite uma maior flexibilidade nos comportamentos do papel. A família constitui um excelente contexto para o estudo dos papéis uma vez que possui, simultaneamente, elementos de estrutura formal e de interação informal.

A maior parte dos especialistas reconhece dois elementos básicos no fenómeno papel. São eles: um conjunto de expectativas que fazem parte da cultura e o comportamento típico das

peças que têm um estatuto (posição). Ambos dão validade às expectativas culturais ou surgem para criar novos papéis. Os sociólogos, principalmente os mais interessados em analisar a estrutura social, preferem a óptica cultural, enquanto os psicólogos sociais, mais preocupados com o comportamento, preferem a definição comportamental. Para Gross et al. as diferenças não passam de uma questão semântica ao afirmar que "o que Linton e Newcomb definem como papel, Davis define como estatuto. O que Davis define como um papel, Newcomb chama comportamento do papel e Sarbin chama desempenho do papel" (Gross et al., 1958: 17 in Nye e Gecas: 1976: 6). Nye e Gecas sugerem que este aparente conflito de definições desaparece se substituirmos o termo "papel" por "um conjunto de expectativas culturais de comportamentos, atitudes e valores" quando se aplicam conceitos dinâmicos como "actuação do papel", "desempenho do papel" ou "comportamento do papel" aos comportamentos adoptados no desempenho do papel (Nye e Gecas, 1976: 6 e 7).

O estudo proposto neste trabalho está mais orientado para a abordagem estrutural uma vez que a família tem sido caracterizada por possuir uma estrutura de papéis altamente normativa. Com isto pretendemos dizer que existem certas obrigações e privilégios que têm sido atribuídos aos maridos, às esposas, às mães, aos pais (homens) e, em certa medida, às crianças, enquanto algumas actividades têm sido interditas a todos ou a alguns membros da família, consoante o meio ou a classe social a que pertencem. Mais recentemente assiste-se a uma maior flexibilização da estrutura dos papéis familiares embora as prescrições normativas e as proibições pareçam

continuar relativamente bem definidas, principalmente quando comparadas com as estruturas de outros pequenos grupos.

Estas características levam-nos a admitir que o conteúdo cultural dos papéis familiares, ou seja, as prescrições normativas e as proibições mantêm a sua influência no comportamento dos maridos, das esposas, dos pais (homens), das mães e das crianças. Do ponto de vista sociológico, para descrever e explicar o comportamento familiar afigura-se extremamente importante que ele seja analisado de forma a conhecer-se até que ponto ele é influenciado pelas orientações culturais do comportamento do papel. Esta forma de medida, aplicada simultaneamente a várias gerações, permite-nos descrever e analisar como evolui, entre si, o peso dessas orientações culturais e explicar, em parte, a evolução dos vários comportamentos familiares relacionando-os com o fenómeno da mudança social.

Como pretendemos aplicar este tipo de estudo optámos por seguir o desenvolvimento do conceito de papel na perspectiva estruturalista de acordo com a revisão e delineamento propostos por Nye e Gecas (1976: 7-14). Embora a nossa orientação se identifique com a perspectiva estruturalista, tal não significa que ignoremos o significado do comportamento do papel que não corresponde, necessariamente, às normas. As principais componentes do estudo envolve a medição do desempenho do papel e das sanções aplicadas para reforçar as prescrições e as proibições do papel. A sanção afigura-se extremamente importante, principalmente para distinguir entre prescrições (que são reforçadas) e as meras preferências por determinado comportamento em vez de outro.

2.2.1. Posição e papel / posição e papéis

Por vezes o conceito de papel aparece no singular ou no plural em relação a determinadas posições como, por exemplo, o papel de mãe ou os papéis de uma mãe. Quando Linton emprega o singular, procura reunir no conceito todos os comportamentos esperados da posição num papel. Quando Linton se refere aos papéis de um indivíduo, tem em consideração o facto de cada pessoa ocupar várias posições, envolvendo, cada uma, um papel. Consequentemente, cada pessoa desempenha vários papéis em virtude de ocupar várias posições (Linton, 1936: 114 cf. Nye e Gecas: 1976: 8).

Contrariamente a Linton, Merton, Gross et al. e Bates, argumentam que cada posição inclui vários papéis. Merton afirma:

Um determinado estatuto social envolve, não um simples papel associado, mas uma grande quantidade de papéis associados. Esta é uma característica básica da estrutura social. Este facto da estrutura pode ser classificado por um termo distintivo, subdivisões do papel (*role-set*), ou seja, *o complemento das relações do papel que a pessoa tem, em virtude de ocupar um determinado estatuto social* (Merton, 1957: 3 in Nye e Gecas, 1976: 8).

Merton exemplifica a sua afirmação referindo-se ao estatuto de um professor numa escola e às subdivisões do seu papel (*role-set*) em relação aos alunos, aos colegas, ao director da

escola, às organizações profissionais de professores, às associações de pais e professores, etc.. Deste exemplo conclui-se que: uma posição inclui, geralmente, mais do que um papel e que os papéis são estabelecidos pelo facto das pessoas ocuparem outras posições relevantes. Na óptica de Merton não são as obrigações em si que estão envolvidas directamente mas os serviços prestados a outras categorias de pessoas que ocupam outros estatuto (Nye e Gecas, 1976: 8).

Gross et al. assumem uma posição semelhante, embora com algumas diferenças. Para estes autores o papel compõe-se de vários *segmentos*, considerando cada um deles como um conjunto de comportamentos esperados que um grupo relevante estipula para quem desempenha o papel. "Um sector do papel (role sector) define-se como um conjunto de expectativas aplicadas à relação de uma posição central com uma simples posição intermédia (single counter position)" (Gross et al., 1958: 60 in Nye e Gecas, 1976: 8). Por exemplo, os professores de uma escola criam um conjunto de expectativas em relação ao comportamento do seu director, os funcionários criam outro, os pais dos alunos outro, etc. Cada um destes sectores de expectativas são considerados sectores do papel. Gross et al. evitam o uso directo do conceito de papel no plural preferindo realçar as diferentes facetas de responsabilidades incluídas na totalidade do papel. No entanto, esforçam-se por demonstrar a necessidade de fraccionar o conceito global em conjuntos ou sub-conjuntos mais homogéneos de expectativas. O uso do conceito "role-sector" (sector do papel) de Gross et al. corresponde ao de "role-set" (subdivisões do papel) de Merton. Em

ambos os casos aponta-se para a necessidade de desdobrar o conceito global em sub-unidades mais operacionais (Nye e Gecas, 1976: 8).

Bates é mais específico atribuindo o conceito de papéis (plural) a qualquer posição. Este autor define o papel como parte, e somente parte, de uma posição (Bates, 1956 cf. Nye e Gecas, 1976: 8 e 9). Por exemplo a posição de pai implica papéis como os de abastecedor, disciplinador, animador de convívio, etc. Bates é mais explícito que Merton ou Gross et al. por mencionar vários papéis em cada posição.

Desconhece-se se a maioria dos investigadores vê o papel no singular, composto de muitas actividades específicas sem organização interna, ou se o vê como múltiplos papéis associados a uma simples posição. Quando não se pretende referir as diferenças entre as expectativas das sub-unidades usa-se o conceito no seu sentido global, como por exemplo nas expressões o "papel da fêmea" ou o "papel do Preto" (Nye e Gecas, 1976: 9). Quando o investigador pretende subjectivar e descrever mais pormenorizadamente o conceito, sente necessidade de dividí-lo em sub-unidades mais homogéneas, vendo as expectativas do comportamento de um status no plural.

Além disso, a utilização do papel no singular, tal como Linton (1936 e 1945) faz, pode ser mais útil nas sociedades simples e estáticas do que nas sociedades dinâmicas e complexas. Conhecida a idade de uma pessoa numa sociedade estática, podemos, com alguma facilidade, referirmo-nos ao seu papel. Por exemplo, uma mulher de trinta anos seria casada,

teria filhos e ocupar-se-ia de tarefas específicas, bem segregadas das masculinas. Porém, nas sociedades ocidentais industrializadas, a mulher de trinta anos pode ser solteira, casada sem filhos, casada com filhos ou solteira com filhos. Pode estar, ou não, bastante ocupada com tarefas domésticas. Além disso, se só se especificar a posição, e se esta for muito geral, tal como a posição sexual, pouco se pode afirmar sobre o comportamento do papel relacionado com sexo. É por este motivo que Merton, Gross et al. e Bates preferem subdividir esta categoria global de papel em conjuntos mais específicos e concretos de expectativas que eles chamam de sectores do papel ("role sectors"), facetas ou subdivisões do papel ("role sets") e simplesmente papéis, respectivamente (Nye e Gecas, 1976: 9).

2.2.2. Subdivisões do papel ("role sets"), sectores do papel ("role sectors") e ramificações do papel ("role clusters")

As formulações de Merton (1957), Gross et al. (1958) e de Bates (1956) sobre o papel apresentam algumas semelhanças. Porém, em relação às divisões do conceito global em subdivisões mais homogêneas verificam-se diferenças significativas. Por exemplo, Merton (1957) e Gross et al. (1958) são unânimes em escolher outras posições como bases da subdivisão alegando que há diferentes conjuntos de expectativas por parte da categoria de pessoas servidas pelos ocupantes da posição. Segundo

este raciocínio, um sector do papel ("role sector") de director de uma escola compõe-se das expectativas dos restantes membros do quadro da escola, dos outros professores, dos pais dos alunos, das autoridades oficiais, etc. Para Merton (1957) a subdivisão do papel ("role set") compõe-se das diferentes expectativas do conjunto de pessoas que são servidas pelo director. Pelo contrário, para Bates os papéis compõem-se de um conjunto homogéneo de normas, ou seja, "um papel é parte de uma posição social que consiste de um subconjunto de normas sociais, mais ou menos integrado ou relacionado, que é distinto de outro conjunto de normas que formam a mesma posição" (Bates, 1956: 314 in Nye e Gecas, 1976: 10). Estes conjuntos de normas formam aglomerações (conjuntos) de papéis ("role clusters") que constituem uma posição social. Referindo-se ao meio familiar, Bates (1956) identifica os seguintes papéis: parceiro sexual, doméstico, professor e disciplinador. Todavia, não especifica as categorias especiais de pessoas servidas em cada papel. Estas afirmações levam-nos a concluir que, para Bates (1956), a subdivisão do conceito de papel baseia-se muito mais nas tarefas do que nas categorias de pessoas. Por exemplo, no papel doméstico a mãe serve igualmente o marido, os filhos, ou qualquer parente que com ela coabite.

Se aplicarmos o modelo de Bates (1956) ao papel de director de uma escola, em vez de sectores do papel ("role sectors") ou subdivisões do papel ("role sets"), encontraríamos um papel de gestor financeiro, um papel de administrador e/ou de gestor de pessoal, um papel de relações públicas e um papel para os assuntos disciplinares. Se aplicássemos

os modelos de Merton ou de Gross et al. à família, o pai teria subdivisões do papel que seriam constituídas a partir das posições de mãe, filho, filha, parente, etc., ou teria sectores do papel consoante as expectativas de cada um deles. Neste caso, as bases para a subdivisão do seu papel não seriam um conjunto de tarefas, obrigações ("duties") que ele deveria prestar a uma, duas ou várias categorias de indivíduos, como doméstico, socializador da criança, etc., mas sim as expectativas da esposa, dos filhos, dos professores, e assim por diante (Nye e Gecas, 1976: 10).

Bates (1956) acrescenta ainda que, embora uma posição se componha de vários papéis, podemos encontrar o mesmo papel em mais do que uma posição. Por exemplo, o papel de socialização da criança faz parte das posições de pai e de mãe, do professor, do líder de um grupo de jovens, etc.. Neste sentido, Bates argumenta que, embora os papéis sejam partes de posições, não se limitam a uma só posição. Esta característica do conceito acrescenta-lhe alguma complexidade, mas confere-lhe simultaneamente uma maior flexibilidade, uma vez que, algumas das responsabilidades do papel são partilhadas pelo pai e pela mãe ou entre os cônjuges, por outros membros da família ou por outras pessoas que ocupam posições em organizações sociais, tais como a escola, centros de dia, organizações infantis etc.. Esta flexibilidade maximiza a utilidade do conceito, adaptando-se facilmente ao estudo da mudança social dentro ou entre as organizações sociais (Nye e Gecas, 1976: 11).

2.2.3. Aspectos subculturais que influenciam as variações e as uniformidades das definições do papel

Em virtude do conceito de papel ser um conceito cultural, qualquer grupo pode defini-lo normativamente e reforçar a sua definição. Numa sociedade homogénea e mais estática um papel já se encontra normativamente definido e de uma forma rígida, estando menos sujeito a alterações subculturais. Todavia, nas sociedades heterogéneas, um papel pode ser normativamente definido em algumas subculturas e não o ser noutras. É igualmente possível que determinadas famílias criem normas distintas (Nye e MacDougal, 1958 in Nye e Gecas; 1976: 11), e que dentro de algumas famílias o marido tenha um conjunto de definições normativas sobre os papéis familiares diferente do da mulher. Partindo deste princípio, compreende-se que as normas, as sanções e o desempenho dos papéis possam variar. Pode acontecer que sejam defendidas por todos numa sociedade, só por alguns, ou apenas por alguma unidade social dentro dessa sociedade. Ao grau com que uma sociedade defende as normas, as sanções e o desempenho do papel, Jackson (1966) chama cristalização do papel "role cristalization". Se num inquérito um papel for afirmado por todos ou quase todos os inquiridos é considerado como totalmente cristalizado (Nye e Gecas, 1976: 11).

2.2.4. Papéis emergentes e papéis em desuso

O que acontece com as variações subculturais pode igualmente acontecer dentro de determinadas unidades sociais. A literatura mais recente sobre a família sugere que estão a aparecer novos papéis associados às posições parental e conjugal enquanto outros podem estar em declínio. Por exemplo, no artigo "New Burbens of Masculinity" Hacker (1957) refere-se a um novo papel sexual do homem. Mais tarde, Rainwater demonstra a presença da ideia de dever/obrigação (duty) no comportamento sexual dos homens protestantes acima da classe baixa (Rainwater, 1965: 104 cf. Nye e Gecas, 1976: 12). Entre esses, oitenta e cinco por cento manifestaram que se empenhavam em satisfazer sexualmente a sua mulher enquanto só trinta e sete por cento dos homens da classe baixa manifestaram essa preocupação. Nos chamados "papéis emergentes", um papel pode ser desempenhado pela maioria dos adultos de um determinado sector e não o ser noutros sectores da sociedade. Por outro lado, Nye e Gecas (1976) afirmam que se verifica um declínio das normas dos papéis do parentesco e do doméstico, embora, historicamente estivessem cristalizados.

Para testar a presença de um papel na estrutura normativa Nye e Gecas (1976) propõem que se pergunte a uma amostra de indivíduos se é obrigação (dever) do cônjuge ocupar-se no desempenho do papel e se o ocupante de uma posição fica sujeito a sanções se não o desempenhar. Se a maioria responder

afirmativamente às duas questões, diz-se que o papel existe, no sentido normativo, dentro dessa amostra.

O conceito de cristalização definido por Jackson (1966) permite-nos, por um lado, conhecer se os papéis existem ou não num sector de uma sociedade, por outro lado, permite-nos caracterizar os papéis segundo o grau de cristalização (mais ou menos cristalizados) (Nye e Gecas, 1976: 12).

2.2.5. Esboço dos papéis familiares

Em *The Cultural Background of Personality* Linton (1945) usa o conceito de papel para designar o somatório dos padrões de cultura associados a um determinado estatuto (Linton, 1945: 77 in Nye e Gecas, 1976: 12). À ideia básica de papel enquanto conjunto de expectativas culturais, Gross et al., Merton e Bates acrescentam que as expectativas de comportamento ligadas a um papel são demasiado numerosas e diversas para se subordinarem a um único conceito. Além disso, este parece ser mais eficiente se for usado no plural. Para cada posição existe um número de papéis, cada um composto por um conjunto de comportamentos relacionados entre si, mais ou menos homogéneos, normativamente atribuídos e proibidos, esperados daqueles que ocupam uma determinada posição. Este esboço do papel aproxima-se mais da concepção de Bates do que da de Merton em virtude de baseiar-se mais na semelhança de um conjunto de comportamentos do que com os estatuto com os quais estes comportamentos estão

relacionados. De acordo com este raciocínio os papéis maternos estão mais identificados com o papel doméstico ou recreativo do que com os papéis de filha mais velha, filho mais novo, etc.. (Nye e Gecas, 1976: 12).

Na literatura sobre a família é possível identificar oito papéis nas posições de cônjuge, de pai e/ou mãe, ou de ambas. Entre eles figuram: o abastecedor, o doméstico, o dos cuidados com as crianças, o da socialização da criança, o sexual, o recreativo, o terapêutico e o do parentesco. Tradicionalmente os papéis doméstico, o dos cuidados com as crianças e o sexual eram normativamente atribuídos à mulher, o de abastecedor, ao homem e os do parentesco e da socialização das crianças, a ambos. Porém, mais recentemente verifica-se uma tendência para a mulher partilhar o papel abastecedor e para o homem partilhar os papéis doméstico e dos cuidados com as crianças. Partindo deste princípio, uma parte da nossa pesquisa consiste em determinar em que medida os cônjuges sentem que os papéis deveriam ser partilhados e em que medida o são na realidade, quer entre os cônjuges, quer entre a família e as outras organizações sociais.

Em algumas sociedades os papéis terapêutico, recreativo e sexual masculino apresentam uma mudança no sentido em que a actividade desses papéis, anteriormente permitida ou facultativa, tende, actualmente, a ser atribuída. Por exemplo, um dos cônjuges poderia, no passado, apenas por gentileza, ouvir as lamentações sobre os problemas do outro, ou poderia escolher não o fazer sem se sentir em falta nas suas obrigações. Presentemente, os cônjuges tendem a considerar a assistência

terapeutica, ou seja, a entre-ajuda dos cônjuges, não como permitida, mas como uma obrigação ou um dever ("duty") (Nye, 1974 cf. Nye e Gecas, 1976: 13). Verifica-se a mesma atitude em relação ao papel recreativo e ao desempenho do papel sexual do marido apresentando progressivamente uma tendência para a sua cristalização.

Igualmente importante é a análise do processo inverso, ou seja, o da "descristalização" do papel, que consiste em avaliar o grau com que as responsabilidades do papel, anteriormente exigidas aos ocupantes de determinadas posições, se transformam actualmente, deixando de ser uma obrigação e passando a ser um comportamento meramente optativo ou preferencial. Admite-se e tem-se verificado este processo em algumas sociedades em relação aos papéis doméstico e do parentesco.

2.2.6. As dimensões de análise dos papéis

Pelo que ficou dito anteriormente verifica-se que o conceito de papel é bastante fértil e flexível permitindo aos cientistas sociais criar inúmeras derivações conceptuais, cuja finalidade consiste em proporcionar várias dimensões de análise. Neste trabalho propomo-nos analisar duas dessas dimensões aplicadas aos papéis familiares: a normativa e a comportamental. Na análise da dimensão normativa procuramos identificar o que se deve fazer e/ou quem deve fazê-lo. Na análise

da dimensão comportamental procuramos identificar o que se faz, quem faz e como se faz. Como parte integrante da análise comportamental damos especial atenção à identificação com o papel, ou seja, ao grau com que os indivíduos se identificam com os papéis que desempenham ("role commitment"), à avaliação da competência no desempenho do papel feita pelo próprio e pelo cônjuge ("role competence"), ao esforço do papel, ou seja, ao grau com que cada um se preocupa e se esforça no desempenho do papel ("role strain"), aos conflitos que os papéis geram ("role conflict") e ao poder do papel analisando os resultados em termos de tomada decisão, ou seja, quem toma mais vezes a decisão final em cada papel em caso de conflito ("role power")⁽¹⁾.

2.3. ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS TEORIAS SOCIOLOGICAS DOS PAPÉIS FAMILIARES

Os países anglo-saxónicos aparecem como os principais pioneiros na análise dos papéis familiares e na construção de teorias respectivas. Estas surgem, particularmente, durante o período de desenvolvimento e expansão do sistema industrial, inspirando inúmeras pesquisas empíricas que proporcionaram os primeiros dados sobre aspectos importantes da vida familiar e dos seus papéis. Além disso, estas teorias têm contribuído para alimentar algumas controvérsias contemporâneas, nomea-

(1) Retomaremos este assunto mais pormenorizadamente na III Parte.

damente, sobre a evolução dos papéis familiares no contexto da mudança social e, particularmente, da subida do trabalho feminino. Neste domínio, as mais utilizadas empiricamente são a teoria parsoniana da segregação dos papéis, a teoria da rede, a teoria sobre a hipótese da família de dupla carreira, a teoria da troca e a teoria do recurso.

2.3.1. A teoria parsoniana da segregação dos papéis

No I capítulo desenvolvemos os principais aspectos desta teoria. Para evitar repetições desnecessárias referimos que ela baseia-se na articulação dos papéis familiares com os papéis sociais. Segundo Parsons, do mesmo modo que o sistema social tende a especializar-se e a diferenciar-se, o sub-sistema familiar tende a diferenciar as funções dos sexos e das gerações. A especialização dos papéis masculinos e femininos tem como principal objectivo manter o sub-sistema familiar e proporcionar uma base para a socialização da criança. Ao pai compete o papel instrumental, ou seja, estabelecer os contactos com o exterior (sociedade) e abastecer economicamente a família através do exercício de uma profissão. À mulher cabe o papel expressivo ocupando-se principalmente das funções domésticas, dos cuidados com as crianças e de todos os aspectos de carácter afectivo. Parsons considera que a estrutura bipolar dos papéis familiares em função do sexo é fundamental para a formação da personalidade da criança.

Esta teoria tem sido violentamente criticada, principalmente por autores feministas e tem sido posta em causa por algumas análises sociológicas recentes, apoiando-se em casos concretos como refere Andrée Michel (1983: 95-130).

2.3.2. A teoria da rede

Esta teoria deve-se a Elizabeth Bott (1957) e aparece desenvolvida no seu livro *Family and Social Network*. Esta caracteriza-se por associar o grau de segregação dos papéis à densidade da rede de relações dos cônjuges fora do lar. Quanto mais estreitas forem as relações do casal com a sua rede de parentes, de amigos ou de vizinhos e quanto mais densa for essa rede, maior será a separação e a hierarquização das relações entre os cônjuges. Pelo contrário, quanto menos densa for essa rede menos pronunciada será a segregação entre papéis masculinos e femininos (Segalen, 1981: 208).

Elizabeth Bott explica a sua teoria por intermédio da pressão cultural. Quando as pessoas se relacionam intensamente com determinados indivíduos, mantendo entre si uma forte interacção e uma rede de relações muito densa, os membros dessa rede tendem a chegar a um consenso sobre as normas, a exercer uma pressão social informal para que os indivíduos se conformem com essas normas, a criarem numerosos laços entre si e a ajudarem-se mutuamente (Segalen, 1981: 208).

Se cada um dos cônjuges pertencer a uma dessas redes e se as condições permitirem que as redes se mantenham, as relações no casamento ajustar-se-ão às relações pré-existentes, ou seja, os cônjuges manterão as actividades e os relacionamentos fora do casal, tal como tinham em solteiros. Nestas condições é possível estabelecer uma segregação rígida dos papéis conjugais, uma vez que, cada um dos cônjuges poderá apoiar-se em alguém fora do casal (Segalen, 1981: 208).

Pelo contrário, se a maior parte das pessoas com quem o indivíduo se relaciona não estabelecer com ele uma forte interacção e mantiver uma fraca rede de relações, é provável observar-se uma diversidade de normas no seio dessa rede. Neste caso o consenso social e a assistência mútua serão menos frequentes. Se essas redes permanecerem fracas depois do casamento, é provável que o casal desempenhe conjuntamente (partilhe) as tarefas familiares. Este facto contribui para uma menor segregação dos papéis familiares tornando o casal mais igualitário (Segalen, 1981: 208).

A "lei de Bott", como lhe chama Mendras (1975: Cap. VIII cf. Segalen, 1981: 208), permite analisar as relações estruturais entre grupo doméstico, papéis familiares e suas mudanças. A este propósito Segalen refere dois exemplos: o primeiro caso aplica-se às sociedades camponesas onde a rede de parentes é densa e os papéis claramente definidos e segregados; o segundo caso aplica-se às situações decorrentes do êxodo rural. A instalação das famílias na cidade permitiu um certo afrouxamento da rede de parentes dando lugar a uma

indiferenciação e a uma maior complementaridade dos papéis (Segalen, 1981: 208).

2.3.3. Aspectos teóricos sobre a hipótese da família de dupla carreira

Esta abordagem teórica aplica-se ao estudo de famílias em que marido e mulher têm ocupações profissionais bastante exigentes em qualificações e responsabilidades. Deve-se a Robert e Rhona Rapoport (1971) a primeira análise estrutural dos constrangimentos sofridos por este tipo de família ao articular-se com as mudanças sociais. A hipótese deste estudo consiste em identificar os papéis de compromisso adoptados por estes casais para reduzir e enfrentar os dilemas e as tensões com que se defrontam. Estes papéis de compromisso podem, hipoteticamente, anunciar novas estruturas de relações tendentes a reforçar a colaboração entre os cônjuges. "O interesse desta hipótese consiste em considerar o conjunto de papéis como um todo articulado e não distinto, tomando em consideração o campo profissional e o campo doméstico" (Segalen, 1981: 209).

A análise estrutural aplicada por Robert e Rhona Rapoport (1971) aos novos comportamentos baseia-se numa avaliação económica dos grupos domésticos em termos metafóricos de "ganhos" e "perdas". Cada grupo doméstico avalia a sua situação e em função disso decide se é possível continuar como família de dupla carreira ou se é preferível mudar de vida tendo

em conta as tensões a que se sujeita. Os autores que aplicam esta análise distinguem cinco tipos de tensões:

1. **sobrecarga de papéis:** os benefícios usufruídos da dupla carreira têm um preço que se traduz numa sobrecarga de papéis obrigando o casal a sacrificar as tarefas menos essenciais (Segalen, 1981: 209);
2. **dilemas em relação às normas:** as normas seguidas por estas famílias afastam-se das que são seguidas por outros tipos de famílias pondo em causa certas atitudes ideológicas em relação ao papel dos sexos. Os dilemas mais comuns colocam-se nas atitudes ideológicas em relação ao "excessivo" envolvimento da mulher no trabalho ou na carreira profissional (Segalen, 1981: 209) ;
3. **dilemas na manutenção de uma identidade pessoal:** o facto de marido e mulher desempenharem os mesmos papéis pode originar a sensação de perda de identidade (Segalen, 1981: 209);
4. **dilemas relacionados com a rede social:** o casal avalia o que "ganha" e o que "perde" por frequentar a rede do conjunto em vez da sua própria rede, principalmente quando ambas concorrem entre si (Segalen, 1981: 209);
5. **dilemas sobre os sistemas de papéis e sobre os ciclos de papéis:** o casal de dupla carreira confronta-se com três sistemas de papéis: o sistema profissional de um, o sistema profissional do outro e o sistema familiar que partilham. Todos eles fazem exigências sobre o casal

consoante a sua posição no sistema e a fase do ciclo de vida familiar em que se encontram. Em determinado momento um dos cônjuges pode dedicar-se mais ao seu papel profissional enquanto o outro terá de adiar o momento de maior envolvimento profissional dedicando-se mais ao papel familiar. Para atender aos aspectos familiares prejudicam-se os profissionais e vice-versa, podendo este modelo funcionar em alternância. É possível estabelecer inúmeras espécies de combinações entre estes diferentes papéis segundo o duplo ciclo de vida, o familiar e o profissional (Segalen, 1981: 209).

Esta hipótese aplica-se a casais em que os cônjuges exercem uma actividade profissional de status e salário idênticos, situação que, em Portugal, é pouco frequente. Esta hipótese, ao verificar-se anularia as afirmações de Parsons. As investigações realizadas sobre estas famílias revelaram um maior grau de satisfação no lar do que nos das famílias do tipo parsoniano. Todavia, é necessário fazer um reparo importante. As investigações demonstram que o número de divórcios tende a aumentar com a qualificação profissional da mulher (Segalen, 1981: 210).

2.3.4. Aspectos teóricos sobre a hipótese dos custos de oportunidade comparados

Esta hipótese inspira-se na teoria das trocas internacionais de Ricardo sendo desenvolvida e aplicada aos papéis conjugais por Lemmenecier (1978). Este autor distingue duas categorias de bens: os produzidos no lar e os produzidos no mercado. Partindo deste princípio cada membro do grupo doméstico, por intermédio do rendimento que é capaz de obter, calcula a quantidade de bens vendáveis que se dispõe a sacrificar, mantendo o mesmo nível de satisfação, para produzir no lar uma unidade suplementar de bens não vendáveis (Segalen, 1981: 210). Esta teoria explica a segregação dos papéis, em última instância, pela diferença de investimento em capital entre os dois cônjuges, considerando idênticas as restantes características do homem e da mulher.

Partindo deste princípio o autor procura encontrar correlações entre a segregação dos papéis e a estabilidade do casamento. Admite, como hipótese prévia, que a distância entre o nível de instrução dos cônjuges conduz a atribuição dos papéis no casal. Lemmenecier, baseando-se nos seus estudos, afirma que essa distância afecta os custos de oportunidade de tempo e das produtividades domésticas entre marido e mulher originando uma nova divisão dos papéis no seio do casal. Baseando-se em concepções diametralmente opostas, a de Parsons e Bales que defende que as querelas (conflitos) são mais frequentes quando ambos os cônjuges trabalham e a dos Rapoport segundo a qual as

disputas são mais frequentes quando a mulher é doméstica, Lemmenecier constroi um quadro com duas variáveis económicas:

- o "rácio dos custos de oportunidade" (salário do marido sobre o salário potencial da mulher), deduzido do custo de oportunidade da mulher que não trabalha a tempo pleno imputando-lhe a taxa de salário que ela poderia receber no mercado de trabalho e da taxa de salário do marido (Segalen, 1981: 210);

- o "rácio de dotação em capital humano" (entre o número de anos de escolaridade do marido e o da mulher) (Segalen, 1981: 210).

Ao efectuar este estudo o autor teve a preocupação de introduzir outras variáveis de índole mais sociológica, como por exemplo: a frequência de querelas (conflitos), a pressão familiar e social, o estatuto do marido e variáveis externas (idade da mulher, o número de filhos, a idade do filho mais novo, o tipo de localidade onde se realiza a pesquisa) (Segalen, 1981: 210).

A medição do contributo de cada variável na dispersão dos custos de tempo entre tarefas assalariadas e domésticas, põe em evidência as diferenças dos custos de oportunidade ou de dotações em capital humano confirmando as hipóteses avançadas pelos sociólogos sobre a segregação dos papéis conjugais e a estabilidade do casamento (Segalen, 1981: 211).

"Esta hipótese tem a vantagem de substituir o aspecto subjectivo das relações humanas por uma quantificação tão

rigorosa como a que se aplica às trocas internacionais" (Segalen 1981: 211). Trata-se de uma teoria de fraco poder explicativo uma vez que é difícil quantificar os papéis e as relações. Além disso apontam-se como críticas o facto do índice "querela" (conflito) não abranger, por si só, a totalidade de situações de insatisfação no seio do casal e o facto da oposição entre tarefas domésticas e tarefas profissionais não ser confirmada pela prática; sabe-se que elas não são exclusivas e que ambos os cônjuges participam em maior ou menor grau nas primeiras (Segalen, 1981: 211).

2.3.5. A teoria do recurso

As fontes de controle conjugal são elementos importantes de mais um dos temas de discussão e pesquisa em sociologia da família, nomeadamente no estudo dos papéis conjugais. Entre as tentativas melhor conseguidas neste domínio salienta-se a teoria do recurso de Blood e Wolfe (1960) (Bahr, 1976: 179). Conhecem-se alguns pesquisas sobre este assunto embora não se tenha testado devidamente esta teoria (Safilios-Rothschild, 1970 cf. Bahr, 1976: 179). Permanecem desde os primeiros estudos algumas ambiguidades conceptuais e alguns problemas metodológicos (Bahr, 1976: 179).

Bahr afirma que Blood e Wolfe partem do princípio de que a competência comparativa entre marido e esposa é a principal

fonte de controle conjugal (marital). Bahr (1976), parafraseando Blood e Wolfe, refere que:

As fontes de poder nas relações tão íntimas como no casamento devem ser encaradas do ponto de vista dos recursos comparativos que marido e mulher trazem para o casamento do que pela força bruta. Um recurso pode ser definido como algo que um dos parceiros disponibiliza ao outro, ajudando-o a satisfazer as suas necessidades ou a atingir os seus objectivos. O poder desloca-se para o lado do parceiro que mais contribui em recursos para o casamento (Blood e Wolfe, 1960: 12 cf. Bahr in Nye 1976: 180).

A única característica que um recurso deve ter é que seja fundamental para a satisfação das necessidades do cônjuge. Cabem nessas características, por exemplo, a atracção física, o prestígio, as habilidades domésticas ou a capacidade para ganhar dinheiro. Um recurso pode não ter uma existência objectiva embora deva ser visto como tal. O controle do marido sobre a esposa depende dos seus recursos comparados com os dela. Se as necessidades dela ou a capacidade de abastecimento económico do marido diminuírem, o seu controle sobre ela diminuirá também (Wolfe, 1959 cf. Bahr, 1976: 180).

O controle e/ou o poder constitui a variável dependente na teoria do recurso. Na literatura usa-se mais o termo poder, no contexto dos papéis afigura-se mais apropriado o termo controle sendo mais preciso nas suas conotações do que o de poder. O controle define-se "como o grau com que um parceiro concorda com o outro face a um conflito" (Bahr, 1976: 180)).

Trata-se de uma variável contínua que vai desde o controle total por parte do marido até ao controle total por parte da mulher. A situação em que a frequência do controle de um dos cônjuges é idêntica à do outro corresponde ao ponto médio do contínuum e denomina-se de igualitária.

A teoria do recurso é compatível com a noção de troca social. A tese central da teoria da troca social diz que as pessoas procuram maximizar os seus benefícios maximizando as recompensas e minimizando os custos. A teoria do recurso admite que quanto mais recompensas (satisfação de necessidades) se recebe de um dos cônjuges, maior é a probabilidade do outro obedecer e/ou agir em conformidade com o outro cônjuge quando surgem conflitos ou diferenças de opinião. Por um lado, a troca é compensada pelos recursos que são negociados (trocados) por concordância ou condescendência. Por outro lado, este tipo de troca não é equilibrado para o que possui menos recursos fazendo com que ele se submeta. Deste modo, na óptica da teoria do recurso é possível afirmar que: obter recursos e agir em concordância (conformidade, sem conflitos) é mais vantajoso do que discordar na ausência de recursos (Bahr, 1976: 180). Esta afirmação não permite concluir que um dos parceiros deva submeter-se ao outro. Por vezes o marido pode submeter-se à esposa e vice-versa. Pode ainda acontecer que o consenso (concordância) seja demasiado difícil de estabelecer e que a troca não se faça. Neste caso o casal poderá situar-se perante conflitos não resolvidos recusando recursos. Bahr salienta que: pelo facto do controle de um dos cônjuges se exercer numa área não implica que se exerça noutra; pode haver, ou não, uma

relação entre o controle numa área e o controle noutra (Bahr, 1976: 181).

2.4. MODELOS FAMILIARES VERSUS PAPÉIS FAMILIARES

Quando se fala de modelos familiares geralmente mencionam-se dois que se contrapõem: o da família tradicional e o da família moderna. Presentemente pode dizer-se que ambos correspondem mais a ideias estereotipadas sobre a família do que a verdadeiros tipos de famílias.

O modelo dito tradicional, também designado por família do Antigo Regime, está associado ao grupo doméstico extenso, caracterizado pela coexistência de várias gerações, pela transmissão de um património e por um ambiente de boa convivência.

Na maior parte da literatura sobre a família o fenómeno da industrialização é apontado como o principal factor de destruição da família tradicional, sendo acusado de provocar a contracção do grupo doméstico e de criar as condições para a emergência da família conjugal (Durkheim). Para Le Play a crise da família tradicional constitui uma das causas fundamentais da crise da própria sociedade. Em oposição à tradicional, surge a família nuclear moderna, independente do grupo de parentes e da sua acção constrangedora, dotada de grande mobilidade. Parsons considera-a como a melhor adaptada às sociedades industrializadas. Todavia, os estudos da realidade

concreta (Laslett) permitem demonstrar que estes dois modelos de família não passam de modelos ideais.

Os estudos de Laslett (1972) provam que a nuclearização da família tradicional é anterior à industrialização em muitas regiões da Europa do norte, havendo casos que remontam ao séc. XVIII. Este autor constata a existência de modelos regionais diferenciados e a possibilidade de coexistência, numa mesma região, de grupos domésticos complexos e de grupos domésticos nucleares devido a factores económicos e sociais diversos (Segalen, 1980a e 1981; Shorter, 1977 cf. Lourenço, 1988: 80). Outro aspecto a salientar consiste no facto de sistemas familiares de unidades domésticas simples assistirem à transformação de famílias conjugais em famílias tronco (caso da Noruega em finais do séc. XVIII), devido ao crescimento demográfico que fez baixar os salários e diminuir a dimensão das explorações (Bourguière, 1986: 653 cf. Lourenço, 1988: 80).

As características que marcam a passagem do modelo familiar do Antigo Regime (anterior ao séc. XVIII) para a família moderna (séc. XIX e XX) são, essencialmente, a perda e transformação das funções que a família desempenha e a alteração do sistema de interacções que ligam os elementos (actores) que a compõem e não a diminuição das suas dimensões (Lourenço, 1988: 80)⁽¹⁾.

A principal função da família tradicional consiste na conservação e transmissão de um património, facto que permite

(1) Para aprofundar este assunto, vide as contribuições de Peter Laslett, Philippe Ariès, Jean Louis Flandrin, Edward Shorter e William Goode.

o exercício de um ofício, enquanto a função socializante é descurada, sendo fundamentalmente assegurada pela comunidade. A criança é rapidamente assimilada pelo grupo dos adultos, não vivendo muito tempo com a família, excepto o primogénito, que, eventualmente, assume a qualidade de herdeiro do património familiar (Ariés, 1972: 119-120 cf. Lourenço, 1988: 81). Ao longo do séc. XIX assiste-se progressivamente à destruição desse meio aberto de sociabilidade, deixa-se de viver na rua e nos lugares públicos (Ariés, 1972), a família começa a fechar-se, a procurar conforto e privacidade no lar, factos até então desconhecidos. Este movimento inicia-se na burguesia estendendo-se progressivamente a toda a sociedade. A planta da casa modifica-se, as divisões especializam-se (quarto, sala de jantar, sala de estar, cozinha, etc.), enquanto o corredor separa os locais de intimidade "individualizada", mesmo no interior da família (Shorter, 1977 cf. Lourenço, 1988: 81, Segalen, 1981: 194-205 e Lawrance, 1988)⁽¹⁾.

Durante o séc. XIX, na França rural e por toda a Europa, a noção de casal tinha ainda pouco significado, sendo necessário situá-lo no contexto da comunidade e do habitat. Baseando-se em vários autores Lourenço refere que:

Os domínios hoje considerados mais íntimos, eram controlados pelos vizinhos da aldeia. O casal funde-se numa rede mais vasta de inter-relações assentes na unidade de trabalho familiar, baseada ainda num sistema de entreajudas comunitária. Na sua vida quotidiana, o casal inte-

(1) Voltaremos a este assunto na II Parte, Capítulo IV, ponto 4.3. (Ver também Anexo II).

gra-se na unidade agregado familiar-exploração agrícola que se confunde com a casa e que serve de mediadora entre os indivíduos e a comunidade aldeã (Segalen, 1980a.). Até ao séc, XIX era ainda vulgar os habitantes da casa, familiares ou não, dormirem na mesma sala, que era aliás o local do trabalho artesanal a que a família se dedicava, em complemento da actividade agrícola (Segalen, 1980a.; Zonabend, 1980 in Lourenço, 1988: 81).

Devido a causas económicas, esta situação prolonga-se pelo pelo séc. XX em algumas regiões da Europa, e, nomeadamente, em Portugal. Basto (1942) e Picão (1983) referem que nos anos quarenta é ainda frequente pais e filhos dormirem no mesmo aposento. Nessa altura a família ainda constituía uma unidade de produção e a actividade nela desempenhada ocupava a maior parte do tempo de todos os seus elementos. As casas eram desconfortáveis, exíguas e com más condições de habitabilidade sendo um lugar de onde todos procuravam fugir. Fora das horas de trabalho a vida decorria na rua, junto ou perto das habitações, no caso das mulheres e crianças, e/ou nos lugares públicos, que em algumas regiões eram particularmente frequentados por homens.

Enquanto a família se manteve como unidade de produção, a função económica, indispensável à sua sobrevivência, era da responsabilidade de ambos os sexos. Para além do papel económico, a mulher desempenhava os de reprodutora, socializadora dos filhos e dos cuidados domésticos, conciliando com estes, a realização de importantes tarefas da unidade familiar de trabalho. O papel reprodutor tornava mais árduo o desempenho das suas tarefas. A mulher tinha filhos até ficar estéril, o

que acontecia por volta dos quarenta anos, passando entretanto por frequentes períodos de gravidez sem interromper a sua actividade (Laslett, 1978 cf. Lourenço, 1988: 82).

Este quadro manteve-se até ao aparecimento das transformações económicas e técnicas que acompanharam a revolução industrial. A criação da indústria introduziu novos modos de produção e uma nova ordem económica, que ao impôr-se, contribuiu para o quase desaparecimento da família enquanto unidade de produção/associação de trabalho e para a redução das suas funções. A produção industrial foi substituindo a artesanal criando locais e postos de trabalho fora de casa, ou seja, na fábrica. Assiste-se, então, ao aparecimento do trabalho assalariado, principalmente nas zonas urbanas, à separação dos espaços de trabalho do homem e da mulher, à alteração do sistema de relações e da estrutura dos papéis familiares pré-existentes e, conseqüentemente, do sistema de status dos seus membros, provocando, por vezes, grande descontinuidade, principalmente nos primeiros tempos da industrialização. Porém, a sociologia histórica revela-nos que, durante esse período, a família rural imigrada para os centros urbanos protegeu os seus membros da confrontação violenta com uma nova realidade social, funcionando como agente de mudança, socializando e preparando os seus membros para os novos modos de vida, facilitando a sua adaptação e integração no trabalho industrial (Hareven, 1978a. e b. cf. Lourenço, 1988: 84). Este precioso contributo da sociologia histórica conduziu à revisão e reformulação de alguns conceitos básicos sobre a capacidade adaptativa da família, como grupo, à mudança social e sobre a

forma como ela se processa nos diferentes níveis da realidade social. Ele veio provar como é importante reter a concepção de que o comportamento familiar pode situar-se diferentemente em relação aos contextos sociais em que se insere. No contexto do trabalho a família demonstrou ser capaz de adaptar-se a uma situação moderna, entendendo por moderna o simples facto de ser nova, enquanto em casa poderá manter os hábitos e as relações tradicionais.

Assiste-se, entretanto, a transformações profundas no comportamento demográfico. Estas não tardam em expandir-se e em exercer novas influências no quadro das sociabilidades familiares. Livi-Bacci (1978) analisa determinados parâmetros comuns a várias sociedades e admite como hipóteses abstractas a existência de dois modelos de família, a do "antigo regime" e a do "novo regime", que, em seu entender, traduzem tais transformações (Lourenço, 1988: 82)⁽¹⁾. O modelo que classifica de "antigo regime" corresponde a uma situação de equilíbrio demográfico elevado (fecundidade e mortalidade elevadas), com um crescimento lento, uma esperança de vida à nascença que ronda os trinta anos e uma descendência média de seis filhos por mulher. Até meados do séc. XIX a população europeia apresentava estas características. O modelo do "novo regime" caracteriza-se por um equilíbrio demográfico baixo (fecundidade e mortalidade baixas), com uma esperança de vida

(1) Para uma análise mais profunda sobre a evolução de fecundidade em Portugal, ver: para o período de 1860-1960, Livi-Bacci (1971); para uma perspectiva regional da sua evolução e declínio no período de 1930-1960, J. Nazareth (1977a. e 1979); para uma análise global no período de 1970-1980, J. Nazareth (1984).

à nascença próxima dos setenta anos. Esta é a situação das populações dos actuais países ditos desenvolvidos. No "novo regime" a idade da mulher ao 1º casamento baixa para os 25 anos, em média tem dois filhos, atingindo a dimensão desejada para a sua família até e durante os trinta anos.

As mudanças profundas registadas no calendário e na intensidade da fecundidade da mulher do "novo regime" alterou radicalmente o seu ciclo de vida e o de toda a família. Neste novo contexto ela reduz o tempo dedicado à procriação e aos cuidados físicos e materiais com os filhos, facto que é simultaneamente acompanhado por um aumento da esperança de vida em todas as fases do seu ciclo vital. Livi Bacci analisou os diferentes períodos do ciclo de vida da mulher em ambos os regimes tomando como indicador o número médio de anos de vida entre o nascimento do último filho e a idade de sessenta e cinco anos, ou seja, o período em que ela se liberta da sua função reprodutora e fica disponível para a vida activa. As diferenças são significativas. No "antigo regime" ela viveria 19 anos contra 34 no "novo regime". Tomando como ponto de referência a idade em que o último filho atinge a puberdade, fase em que a mulher se alivia da função maternal, e os anos que ela viveria até à idade em que deixa de ser activa (65 anos), são de 7 anos no "antigo regime" contra 18 anos no "novo regime" (Livi Bacci, 1978: 470 cf. Lourenço, 1988: 83).

Na família do "antigo regime" era frequente a interrupção do casamento por morte de um dos cônjuges deixando filhos pequenos por educar. Um casal jovem que conseguisse sobreviver ao período reprodutivo da mulher prolongava a procriação até

ela ficar estéril, o que acontecia por volta dos quarenta anos. O prolongamento do período reprodutivo originava a sobreposição de situações diversas, no que respeita às idades dos filhos e às suas etapas de crescimento, tornando-se difícil delimitar as diferentes fases de transição do ciclo de vida familiar. Quando o filho mais novo tinha idade para entrar para a escola, o mais velho preparava-se para casar. Neste contexto, e contrariamente ao que se verifica na família do "novo regime", os papéis e as funções familiares estavam menos vinculadas à idade, havendo menor segregação no desempenho das actividades entre os elementos dos diferentes grupos etários. Em virtude da esperança de vida ser relativamente curta, era também reduzida a possibilidade de haver sobreposição de gerações. O filho mais velho era, entre todos, o único que teria probabilidade de conviver com o pai no estado adulto.

O aumento da esperança de vida, o declínio da fecundidade e o abaixamento da idade no casamento contribuíram para a criação de um novo ciclo de vida familiar. Estas transformações iniciaram-se na Inglaterra, há dois séculos, tendo-se expandido rapidamente por todo o mundo ocidental. Entre as principais consequências apontam-se o alargamento do período de vida conjunta do casal, o aumento da possibilidade de sobreposição de gerações entre os membros da família e o aumento da probabilidade de se conhecer os netos. Segundo Tamara Hareven este fenómeno só se torna frequente e significativo no século XX, facto que "contraria o mito popular de que a solidariedade familiar do passado se baseava nos laços criados pela

presença de três gerações" (Hareven, 1978: 63 in Lourenço, 1988: 84).

Estas transformações profundas que marcam as principais diferenças entre a família do "antigo regime" e a do "novo regime", por não serem automáticas nem se processarem ao mesmo ritmo em todas as sociedades industriais, não nos permitem explicar claramente, nem na totalidade, a estrutura complexa do ecossistema familiar e a sua rede de interações no sistema industrial. Os modelos familiares apresentam grande diversidade e flexibilidade na forma como se interaccionam com a sociedade. Coexistem situações de mudança e de invariância. Ambas apresentam-se ao investigador como partes integrantes dos processos de transformação e reprodução dos sistemas familiares. O processo de adaptação da família à "modernização" da sociedade apresenta-se tão complexo que revela a verdadeira força do papel da família enquanto actor social e da sua capacidade de iniciativa na escolha e na rejeição dos novos valores inerentes à sociedade industrial. Esta capacidade de resistência e de iniciativa tem demonstrado que a relação família/indústria nem sempre confirma a tese da perda de funções da unidade familiar. Este facto tem sido demonstrado por alguns estudos, realizados nos meios rurais e urbanos nas sociedades contemporâneas, sobre o grupo doméstico integrado no contexto mais alargado do parentesco, revelando, por vezes, uma rede muito densa de interrelações (Lourenço, 1988: 85).

Comprovou-se que não existe incompatibilidade entre as relações de parentesco e o sistema industrial, embora se confirme que estas assumem "um carácter mais flexível, transpa-

rente e não estruturado quando comparadas com modelos dominantes em outros tipos de sociedades" (Lourenço, 1988: 86). Estudos mais recentes deram novos contributos ao conhecimento da complexidade do processo de emergência, consolidação e transformação dos sistemas de parentesco e familiares revelando a necessidade de uma análise diferencial no que se refere à separação entre a família e o trabalho, enquanto unidades funcionais distintas.

Os estudos de mobilidade social de Goode (1967), Boudon (1973) e Roussel (1976) revelam que nos estratos inferiores da sociedade existe uma maior separação entre a família e o trabalho enquanto nos estratos superiores a família continua a ser o principal veículo de transmissão de status. A análise diferencial evidencia também desigualdades de comportamento, quanto à estruturação dos grupos de parentesco. "Os estratos médios e superiores, estão, por definição (!), melhor adaptados à sociedade industrial embora, paradoxalmente, se afastem mais do ideal-tipo de família nuclear, do que os estratos inferiores" (Lourenço, 1988: 86). Os estratos superiores evidenciam um parentesco mais extenso e exercem maior controle sobre o mercado matrimonial (Goode, 1970, cf. Lourenço, 1988: 86). Este facto conduz à prática da homogamia social resultante de estratégias de conservação ou de aumento do património (ou do poder político) (König, 1981; Segalen, 1981 cf. Lourenço, 1988: 86).

Os vários estudos permitem tirar conclusões extremamente importantes no que respeita às interrelações família-sistema industrial. Por um lado, provam que as relações de parentesco,

embora facultativas, assumem a maior expressão no quadro das sociabilidades individuais e conjugais. Por outro lado, provam a existência de várias formas de solidariedade entre as gerações consoante a capacidade de apoio das famílias, resultante da posição social que ocupam. Roussel (1976) demonstra que os casais jovens tendem a escolher como local de habitação, lugares próximos da residência dos pais, o que permite contactos frequentes e uma maior entreaajuda. Numa primeira fase as novas famílias contam com a ajuda dos pais usufruindo de vários apoios, nomeadamente, na obtenção de emprego, na ajuda financeira para compra de casa ou de outros equipamentos, na prestação de serviços, como cuidar das crianças, assistência na doença, etc. (Michel, 1970; Roussel, 1975). Por último, provam a existência de uma adaptação desigual das famílias dos diferentes estratos sociais ao sistema industrial (Goode, 1970; Michel; 1969) facto que, segundo Lourenço (1988: 87), reforça a ideia de que nos encontramos na presença de duas variáveis independentes. Lourenço (1988: 87) parafraseando Haveren adianta que:

A complexidade das interrelações família-sistema industrial e a perenidade de certos comportamentos, acompanhada pela transformação de outros, parece confirmar a hipótese de que a emergência de novos modelos de sistemas familiares e de parentesco, resulta de uma espécie de "desordem controlada" que varia de acordo com pressões sociais e necessidades económicas (Haveren, 1978b.: 69).

2.4.1. Família, sistema industrial e factores de evolução do papel económico

O complexo processo de interacção família-sistema industrial gera grande polémica entre os cientistas sociais por não se conseguir uma unanimidade na identificação das transformações sociais, em geral, e dos sistemas familiares, em particular, ocorridas durante o período de expansão e consolidação do sistema industrial, na apreensão do seu significado e na sua explicação causal. Ogburn e Nimkoff (1955) em *Technology and Changing Family* baseando-se numa listagem elaborada por dezoito reputados sociólogos americanos⁽¹⁾ onde cada um menciona dez mudanças, que, em seu entender, consideram mais significativas, procuram pela primeira vez identificar as principais transformações ocorridas nos sistemas familiares. Foram apontadas 63 mudanças, das quais apenas o aumento do número de divórcios obteve unanimidade. Entre as oito mudanças mais referenciadas constam:

- a) aumento do número de dissoluções de casamentos
 - divócio;
- b) maior difusão do controle da natalidade;
- c) declínio da dimensão dos agregados familiares;
- d) aumento das relações sexuais pré e extramatrimoniais;
- d) declínio da autoridade do marido e dos pais;
- f) aumento da participação da mulher no mercado de trabalho;

(1) Entre esses sociólogos figuram Reuben Hill, Kingsley Davis, Ernest Burgess, Carle Zimmerman, Clifford Kirkpatrick, etc. (cf. Lourenço, 1988: 87).

- g) aumento do individualismo e da liberdade dos membros da família;
- h) aumento da transferência das funções protectoras para o Estado (cf. Lourenço, 1988: 87-88).

As transformações registadas nos sistemas familiares não podem ser atribuídas directa e exclusivamente à industrialização. Elas exprimem, sobretudo, o resultado do processo de interacção das famílias com as mudanças económicas e sociais globais que se acentuam com o alvorecer da Revolução Industrial, embora continuassem a manifestar-se com mais intensidade ao longo dos períodos de expansão e consolidação do sistema industrial. Entre estas mudanças, a que está mais directamente ligada à industrialização é o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Na sociedade pré-industrial o trabalho feminino não agrícola consiste na produção de conservas ou na tecelagem de lã ou de linho e mais tarde na indústria textil de base regional. Enquadrada na economia rural, o trabalho da mulher reparte-se ainda entre a empresa familiar e o serviço doméstico, situação que se desenvolveu durante os sécs. XVII e XVIII. Posteriormente a sua actividade evoluiu para as oficinas familiares que subsistiram até ao final do séc. XIX e princípios do séc. XX, mesmo nos primeiros países que se industrializaram (Lourenço, 1988: 88). Porém, com a industrialização a actividade da mulher muda de natureza. Ao ter acesso ao trabalho industrial ela passa a exercer uma actividade económica dotada de um ritmo próprio, fora dos limites do grupo doméstico, sujeita a um horário, auferindo uma remuneração individual (Guilbert, 1966 cf. Lourenço, 1988: 88).

O assalariamento da mulher e o progressivo aumento da taxa de actividade feminina são dois factores fundamentais para a análise da família contemporânea por aparecerem fortemente associados às principais alterações verificadas no sistema de trocas do grupo doméstico, nomeadamente, com as novas perspectivas no ajustamento dos papéis, com a repartição do poder familiar, com a evolução do divórcio (Kellarhals e Roussel, 1987 cf. Lourenço, 1988: 89) e, menos directamente, com as mudanças da estrutura dos sistemas familiares. A influência destes factores na vida familiar e no aumento da complexidade das relações entre a família e as mudanças ocorridas na sociedade justificam uma abordagem cuidada da sua evolução ao longo das últimas décadas.

2.4.1.1. Evolução da taxa de actividade feminina

No início do séc. XX alguns países europeus transformaram as suas economias agrárias em industriais. As novas necessidades de mão de obra permitiram ao homem deixar a sua ocupação no campo para trabalhar na fábrica, enquanto a mulher se mantinha em casa procurando assegurar isoladamente algumas ou a totalidade das tarefas que anteriormente cabiam à empresa familiar. Durante este período de transição muitas dessas empresas inviabilizaram-se e, conseqüentemente, as mulheres que nelas se ocupavam como trabalhadoras familiares agrícolas perderam o estatuto de economicamente activas passando a

inactivas e assumindo a condição de domésticas (Lourenço, 1988: 89).

Assiste-se, entretanto, ao êxodo rural e ao aumento da procura de emprego nas cidades nos sectores secundário e terciário. Porém, como a actividade não agrícola exige a presença física e o cumprimento de um horário rigoroso de muitas horas diárias num local de trabalho afastado de casa, os primeiros a abandonar o campo foram as populações mais jovens e menos sobrecarregadas com as tarefas domésticas, ou seja, homens e mulheres solteiras. As casadas, com ou sem filhos, só poderiam empregar-se se outras mulheres as substituíssem em casa, fundamentalmente, nos cuidados com as crianças. Estas circunstâncias aliadas ao decréscimo significativo de mulheres activas agrícolas originou, então, um decréscimo das taxas de actividade feminina. Esta tendência apenas foi interrompida durante a I Guerra Mundial, período em que duplicou o número de mulheres activas, voltando a descer posteriormente. Esta situação manteve-se até à II Guerra Mundial não havendo entretanto grandes mudanças no recrutamento da mão de obra feminina.

Registe-se que este cenário não é idêntico em toda a Europa Ocidental. Desde o início do século a Inglaterra, a França e a Alemanha conheceram taxas de actividade feminina mais elevadas que os países da Europa do sul, nomeadamente, que a Espanha, Grécia e Itália. Em 1930, nos primeiros, as mulheres representavam 29,8%, 36,5% e 37,5% da população activa total e tinham taxas brutas de actividade feminina de 26,9%, 37,1% e 36,8%, respectivamente, enquanto nos segundos as mulheres

representavam 13%, 28,2% e 22,8% da população activa total, sendo as taxas brutas de actividade feminina de 9,4%, 24,1% e 24%, respectivamente (Lourenço, 1988:90).

A comparação destes valores não é, porém, imediata e merece algumas reservas, uma vez que, os dados estão afectados pelas diferenças conceptuais e metodológicas na recolha e tratamento da informação de cada país. Alguns incluem a mão-de-obra familiar na população activa, enquanto outros a excluem, omitindo, por isso, o verdadeiro significado social e económico de alguns sectores da força de trabalho. Este facto é particularmente importante se se tratar de um país que ainda possua uma população agrícola apreciável.

A partir da década de cinquenta regista-se um novo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho passando a desempenhar uma actividade fora de casa embora em alguns países essa tendência se torne mais evidente a partir dos anos sessenta (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.D.). Este facto desencadeou grandes alterações na vida familiar e, muito particularmente, na situação de vida das mulheres. Ao longo das últimas décadas, e em especial na de oitenta, registou-se uma subida significativa da participação das mulheres na vida activa em simultâneo com a diminuição de trabalhadores familiares (Ver Anexo I, Quadro Nº I.1. e Gráficos Nºs I.1. e I.2.). Na Comunidade Europeia, a taxa média de actividade das mulheres com idades compreendidas entre os 14 e os 64 anos passou de 46,6% em 1983 para 51,0% em 1988, embora se situe a um nível inferior à dos homens (78,5%) (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.4.).

A taxa de actividade feminina apresenta, em termos globais, a mesma repartição que a taxa de actividade global, mas com valores mais baixos. Em 1988 nos países da Europa Ocidental essa taxa oscilava entre os 40 e os 60%. Abaixo dos 40% situavam-se a Espanha, a Itália meridional e insular, as ilhas Gregas e a Irlanda enquanto acima dos 60% situavam-se a Dinamarca, o Reino Unido e uma parte da Alemanha (Ver Anexo I, Figura Nº I.1.B.). Entre 1985 e 1988, em todos os Estados da Comunidade Europeia (CE), o emprego feminino aumentou significativamente mais que o masculino à excepção da RFA onde as taxas foram idênticas. Na maior parte desses Estados o aumento percentual do emprego feminino chegou a duplicar o masculino (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.2.). A maior dessas diferenças registou-se na Bélgica, tendo o emprego feminino aumentado 3% enquanto o masculino diminuiu, exactamente, 3%. Entre 1990-1991 nos países da CE, à excepção da Bélgica, da Irlanda, da Dinamarca e do Reino Unido o emprego feminino continuou a evoluir de uma forma mais positiva do que o dos homens (Ver Anexo I, Gráficos Nºs I.4. e I.5. e I.6.).

A participação da mulher no mercado de trabalho, contrariamente à do homem, caracteriza-se por grandes descon- tinuidades, consoante as fases do ciclo de vida familiar, por uma repartição desigual pelos diferentes sectores de acti- vidade económica e pelas profissões, por grandes variações de tempo de trabalho semanal, por concentrar-se num grupo muito restrito de posições, por serem, no regime de trabalho, pro- porcionalmente mais numerosas do que os homens no trabalho a tempo parcial e por terem taxas de desemprego superiores às

dos homens. Apesar destas características, o aumento da mão-de-obra feminina veio compensar a diminuição dos efectivos masculinos, em determinados grupos etários, quer por prolongamento dos estudos que leva a uma entrada mais tardia dos homens na vida activa, quer por antecipação da idade de reforma, direito que ficou a dever-se à extensão e melhoria dos programas de segurança social.

Os aspectos relacionados com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho merecem ser desenvolvidos de forma a sobressair a relação existente entre a intensidade da sua actividade e a evolução dos comportamentos e dos papéis familiares.

2.4.1.1.1. Evolução da repartição da mão-de-obra feminina por sectores de actividade e duração semanal do trabalho

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho depende, sobretudo, da evolução da criação de novos empregos no sector dos serviços. Este cenário verificou-se nos países mais industrializados da Europa nos anos 50 e 60, altura em que se registaram elevados índices de crescimento económico. Já em 1950 a Alemanha e a França empregavam no sector terciário mais de 33% dos seus efectivos de mão-de-obra feminina, enquanto na Inglaterra esse valor rondava os 23% (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.D.).

É extremamente difícil explicar a distribuição da mão-de-obra feminina pelos vários sectores, ramos de actividade e profissões, uma vez que, não foi ainda possível encontrar uma explicação única que satisfizesse todos os casos; "há situações que só a especificidade cultural de cada sociedade pode ajudar a explicar" (Sullerot, 1975 in Lourenço, 1988: 92).

A participação da mulher na agricultura apresenta-se de uma forma heterogénea, em parte, por ter sido sujeita a uma subavaliação estatística resultante da utilização inadequada de conceitos em relação ao trabalho familiar não remunerado, o que a faz parecer inferior à dos homens. Apesar das divergências culturais e dos erros estatísticos, registou-se no pós-guerra, principalmente entre 1950 e 1973, uma diminuição generalizada do número de mulheres activas agrícolas ao mesmo tempo que se criaram novos postos de trabalho nos sectores secundário e terciário. Embora se registasse uma forte deslocação da mão-de-obra para os outros sectores, em 1980 o trabalho familiar não remunerado ocupava mais de dois terços das mulheres que trabalhavam na agricultura nos países da Comunidade Europeia. Em relação à Europa Sullerot distingue três grupos de países que representam intensidades diferentes da participação da mulher no trabalho agrícola:

- um desses grupos incluía a Bélgica, a Dinamarca, a Holanda, a Inglaterra, a Irlanda e o Luxemburgo onde a proporção das mulheres na mão-de-obra agrícola se aproximava dos 20% e o peso das activas agrícolas no total do emprego feminino se situava abaixo dos 6%, sendo ainda mais baixos na Bélgica e na Inglaterra (1,6% e 1,5% respectivamente)

- outro grupo era formado por países mediterrânicos onde as mulheres representavam cerca de um terço dos activos agrícolas, apresentando valores mais elevadas nos países menos industrializados como a Grécia, acima dos 40%, e Portugal, acima dos 50% (Sullerot, 1975 cf. Lourenço, 1988: 95);

- outro grupo era constituído pela Alemanha e pelos países da Europa Central e Oriental onde, tradicionalmente, a mão-de-obra feminina ultrapassava a masculina (Sullerot, 1975 cf. Lourenço, 1988: 95).

Em quase todos os países da Comunidade Europeia, a grande maioria dos trabalhadores agrícolas não remunerados eram mulheres, chegando a atingir os 80% na Alemanha e 99,1% na Dinamarca (cf. Lourenço, 1988: 95). Estes valores permitem concluir que o trabalho feminino agrícola era essencialmente familiar e que os trabalhadores familiares eram predominantemente mulheres (Lourenço, 1988: 95). Era sempre o homem que aparecia na posição de agricultor mesmo que o seu trabalho principal se realizasse na fábrica, enquanto a mulher que se ocupava diariamente na exploração era sempre definida como trabalhadora familiar, situação que ainda hoje se verifica com bastante frequência.

A partir de 1973 e até meados dos anos oitenta regista-se na Europa Comunitária um abrandamento nos índices de crescimento económico de forma que a criação de novos empregos não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da população em idade activa provocando, inclusivé, desemprego entre os trabalhadores já existentes. Esta situação, porém, não se verificou com a mesma intensidade na Europa não Comunitária,

nos EUA, nem no Japão. Apesar desse abrandamento, em 1980, em quase toda a Europa, à excepção de Portugal e da Grécia, o número de mulheres que trabalhavam no sector terciário representava mais de metade da população activa feminina dos respectivos países. Todavia, entre 1986 e 1989 a situação do emprego na Europa melhorou registando-se um aumento da proporção da população em idade activa efectivamente empregada, diminuindo também, dentro do mesmo período, o desemprego na Comunidade a um ritmo superior ao registado em outras partes do mundo.

Entre 1985 e 1988 o emprego na Comunidade Europeia cresceu cerca de 4% o que representa um aumento líquido de 4,8 milhões de novos postos de trabalho, dos quais 1,9 milhões são ocupados por homens e 2,9 milhões são ocupados por mulheres (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.7.). Esta expansão do emprego registou-se mais intensamente no sector dos serviços, cerca de 5%, não sendo acompanhada por um elevado crescimento da produção (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.11.). Além disso, esta expansão caracteriza-se por ter criado uma maior proporção de empregos a tempo parcial do que a tempo integral. Estes novos empregos foram ocupados por trabalhadores no desemprego, por jovens ingressados pela primeira vez no mercado de trabalho e por indivíduos que até então não tinham sido contados como desempregados (Ver Anexo I, Quadros Nºs I.4. e I.5. e Gráfico Nº I.10.). Grande parte destes eram mulheres que não estavam incluídas na força de trabalho, mas que arranjam emprego durante esse período. Em 1988 os assalariados ocupavam 79% dos empregos masculinos e 84% dos empregos femininos onde as

ajudas familiares ainda representavam 6,2%, valor não negligenciável (ver Anexo I, Quadro Nº I.4. e Gráfico Nº I.10.).

Entre 1985 e 1988 a Europa comunitária criou poucos novos empregos na indústria registando-se pequenas alterações no emprego neste sector, à excepção dos países menos desenvolvidos como Portugal e Espanha onde aumentou significativamente.

O sector industrial, tal como o sector agrícola, revela-se menos atractivo para as mulheres, verificando-se, tendencialmente, um deslocamento preferencial para o sector terciário. Em todos os países industrializados, mais de dois terços das activas femininas exercem a sua profissão nos serviços, situação contrária à registada em 1950. Este facto foi mais evidente na Alemanha, onde no espaço de trinta anos a percentagem de mulheres nos serviços passou de 40% para 60%. Em 1988 este sector representava, na Comunidade Europeia, 59,2% do emprego total, o sector industrial, 33,2% e o sector primário 7,6%. No mesmo ano cerca de três quartos da mão-de-obra feminina da CE (73,1%) ocupava-se no sector dos serviços e um quinto (20%) na indústria, enquanto para os homens essa repartição era de 50,5% e 41,5%, respectivamente (Ver Anexo I, Gráficos Nºs I.8. e I.9.).

A repartição do emprego nos vários sectores não é idêntica em todos os países da CE. Em 1988 a agricultura continuava a ser uma fonte importante de emprego na Grécia e em Portugal, representando respectivamente 26,6% e 21,2% do seu emprego total, logo seguidos da Irlanda e da Espanha (Ver Anexo I, Quadro Nº I.3.). Na Alemanha a Indústria representava 40,5% do

emprego total e os serviços 55,0%, enquanto nos Países Baixos, no Luxemburgo e na Dinamarca o sector dos serviços detinha o maior número de empregos, ou seja, 67% do emprego total. Até 1988, na CE, o emprego nos serviços cresceu principalmente nos domínios da saúde e da educação, nos serviços à colectividade, nos serviços sociais e serviços pessoais e nas actividades ligadas aos sectores empresarial, bancário, finanças e seguros (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.12.). As mulheres empregam-se em maior número nas cinco primeiras actividades, encontrando-se ainda pouco representadas nas últimas quatro. Em 1991 o sector dos serviços representava, em média, cerca de 60% do emprego total da Comunidade Europeia. No resto do mundo verificou-se também um aumento da mão-de-obra feminina neste sector (Ver Anexo I, Quadro Nº I.6.).

A evolução das taxas de actividade das mulheres portuguesas, assim como a distribuição da mão-de-obra feminina por sectores de actividade, reflectem o baixo nível de desenvolvimento das estruturas económicas do país. Só a partir da década de sessenta com os efeitos conjuntos do crescimento de algumas indústrias, da emigração e da guerra colonial, que provocaram um decréscimo da mão-de-obra masculina, se verificou um aumento significativo do número de mulheres no mercado de trabalho⁽¹⁾.

No início da década de 80 a maior parte das activas portuguesas concentrava-se na agricultura e nos serviços, havendo apenas um quinto na indústria. A sua actividade limitava-se a

(1) Para uma visão mais profunda sobre este assunto, vide Manuela Silva (1980 e 1981).

um número restrito de profissões, facto igualmente registado noutros países europeus. Em 1980 cerca de metade da mão-de-obra feminina portuguesa ocupava as posições de trabalhadoras agrícolas, ou de operárias não agrícolas em sectores mais tradicionais como os têxteis, calçado, vestuário e alimentação e bebidas, quase exclusivamente femininos, onde o risco de desemprego é bastante elevado, como aliás se verificou após 1974.

De um modo geral, os sectores que em 1980 apresentavam as maiores taxas de feminização caracterizavam-se por serem os mais arcaicos e de baixa produtividade, por terem as tarefas mais monótonas e por exigirem um trabalho mais intenso. A terciarização da mão-de-obra feminina correspondia, fundamentalmente, à concentração das mulheres nos lugares menos nobres, ao pagamento dos salários mais baixos, sem hipóteses de promoção e de carreira e cujas funções se assemelham às que a mulher exerce no interior da família (educação, saúde, serviços pessoais e domésticos) (Lourenço, 1988:98)⁽¹⁾. Presentemente assiste-se a algumas evoluções positivas para as mulheres, embora ainda se encontrem largamente representadas nas posições mais desfavorecidas.

As estatísticas provam que em todos os países da CE o número de horas de trabalho semanal das mulheres é inferior ao dos homens. Este facto resulta, em parte, por elas se concentrarem mais no sector dos serviços, onde o número de horas de trabalho é inferior, mas, evidencia, sobretudo, um determinado

(1) Para uma análise mais profunda sobre a situação portuguesa, vide relatório da CITE (1982).

posicionamento dos sexos face ao emprego a tempo parcial. As estatísticas comunitárias demonstram que entre 1985-1988 o emprego a tempo parcial aumentou a uma taxa superior à do emprego a tempo integral, embora em alguns países essa proporção tenha baixado (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.13.A. e Nº I.13.B.). Dentro desse acréscimo global do emprego, 40% dos novos postos de trabalho foram ocupados por homens e 60% por mulheres. Apesar da informação correspondente ao acréscimo do emprego a tempo parcial e integral não estar disponível para Portugal e Espanha em 1985, sabe-se que mais de 35% do acréscimo líquido de empregos registou-se no tempo parcial, sendo a maioria destes (25% do total) ocupados por mulheres (Ver Anexo I, Gráficos Nºs I.14 e I.15). O acréscimo do emprego masculino a tempo parcial não foi além de um quarto.

Em 1988, 13,6% das pessoas empregadas na CE trabalhavam a tempo parcial, apresentando os Países Baixos o valor mais alto (30,4%) e a Espanha o valor mais baixo (5,4%). Em geral, o trabalho a tempo parcial aumentou na CE entre 1983 e 1988 tendo diminuído, apenas, na Grécia (de 6,5% para 5,5%) e estabilizado na Dinamarca e no Luxemburgo.

Em termos globais o número de mulheres com emprego a tempo parcial aumentou ligeiramente na Comunidade enquanto o dos homens diminuiu. Em 1988, 80% das pessoas a trabalhar a tempo parcial eram mulheres, das quais 63,6% eram casadas, enquanto os homens representavam apenas 18,2%. Em termos comparativos, os homens constituíam 68,1% das pessoas que trabalhavam a tempo inteiro (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.13.D.). Na Alemanha (ex-RFA) registou-se a proporção mais elevada de mulheres a tra-

balhar a tempo parcial (90,5%), das quais 75% eram mulheres casadas, enquanto na Itália elas detinham o valor mais baixo (62,2%), das quais 45,4% eram casadas (Ver Anexo I, Quadro Nº I.9.B.). Em 1988, na CE, os assalariados a tempo parcial trabalharam, em média, pouco mais de 19 horas por semana (19,3 para os homens e 19,4 para as mulheres) atingindo o valor máximo para os homens, no Luxemburgo (35,1 horas) e em Itália para as mulheres (23,1 horas) (Ver Anexo I, Quadro Nº I.9.C.).

Na CE, entre a totalidade de mulheres activas em 1988, 28,1% trabalhavam a tempo parcial, contra 3,9% dos homens activos (Ver Anexo I, Quadro Nº I.7.). Esta diferença entre os sexos verifica-se em todos os Estados-membros embora nos Países Baixos, no Reino Unido e na Dinamarca se registassem as percentagens mais elevadas de mulheres que trabalham a tempo parcial (57,7%, 44,2% e 41,5%, respectivamente) enquanto as percentagens mais baixas se registam na Grécia e na Itália, ambas com 10,4%, e, em Portugal, com 10,5% (Ver Anexo I, Quadro Nº I.7.) .

Este facto poderá ser sintomático de que a população feminina continua a procurar modelos de trabalho mais flexíveis, situação que é compatível com os constrangimentos familiares que afectam grande parte das mulheres casadas e com o actual aumento da pressão dos serviços para baixar os custos do trabalho, reduzindo, por essa via, a proporção dos custos indirectos ou fixos. As responsabilidades familiares relativamente aos cuidados com os filhos e com as lides domésticas limitam, em muitos casos, a disponibilidade da mulher para trabalhar com horário completo. Por outro lado, é o trabalho a tempo

parcial que em termos de mercado de emprego é mais penalizado nos salários, nas oportunidades de promoção, nas garantias de segurança social e nos despedimentos. Para muitas mulheres só existem duas opções: ou trabalham a tempo parcial, ou saem da vida activa temporariamente, ou de forma definitiva.

O trabalho a tempo parcial integra assalariados e não assalariados que, na CE, em 1988, constituíam respectivamente, 13,6% e 11,3%. A parte do tempo parcial era mais elevada nos assalariados do que nos não assalariados, na Bélgica, na Dinamarca e no Reino Unido (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.13.C.). Os assalariados da CE que em 1988 trabalhavam a tempo parcial concentravam-se em maior número nos serviços (18,6%) e na agricultura (14,8%), enquanto na indústria existiam apenas 5,3% (Ver Anexo I, Quadro Nº I.8.). A Itália, Portugal e a Grécia figuram entre os países comunitários que empregavam o maior número de assalariados a tempo parcial na agricultura, em 1988 (Ver Anexo I, Quadro Nº I.8.).

Em 1988, na CE, o tempo de trabalho semanal médio por semana era de 19,4 horas para as mulheres e 19,7 horas para os homens, ou seja, praticamente idênticos. Todavia, existem variações segundo os sectores e o estatuto profissional. A média mais longa regista-se na agricultura (22,5 horas), seguindo-se a da indústria (20,7 horas e por último a dos serviços (18,9 horas). Os independentes que trabalhavam a tempo parcial tinham uma duração semanal média de trabalho de 18,4 horas enquanto, os assalariados, 19,4 horas e os trabalhadores familiares não remunerados, 20,3 horas (Ver Anexo I, Quadro Nº I.9.A.).

Na CE a duração semanal média do trabalho dos empregados a tempo inteiro era de 42,5 horas em 1988, mais precisamente, 40,5 horas para as mulheres e 43,4 horas para os homens. Na agricultura registava-se a duração semanal média de trabalho a tempo inteiro mais elevada, 50,9 horas, seguindo-se os serviços com 42 horas e a indústria com 41,6 horas. Na CE os independentes a tempo inteiro trabalharam, em média, 50,8 horas por semana registando-se o valor máximo na Irlanda (60,5 horas) e o mínimo na Itália (45,6 horas) (Ver Anexo I, Quadro Nº I.10.). Os assalariados detêm a média mais baixa de horas de trabalho semanal a tempo inteiro, sendo de 40,7 horas, na CE, pertencendo os valores mais baixos à Bélgica (38 horas) e ao Reino Unido (43,6 horas). Na agricultura os assalariados trabalharam, em média, 43,6 horas, na indústria, 40,9 horas e nos serviços 40,4 horas.

As diferenças entre as médias por sectores verificam-se em todos os países da CE. As mulheres, quer como trabalhadoras independentes, quer como assalariadas, trabalharam, em 1988, menos horas por semana do que os homens. A duração média de trabalho semanal das mulheres assalaridas era de 39,1 horas, enquanto a dos homens era de 41,5 (Ver Anexo I, Quadro Nº I.11.). No caso dos trabalhadores independentes, essa média era de 48,2 horas para as mulheres e de 51,5 horas para os homens. A menor duração do trabalho das mulheres verifica-se em todos os Estados-membros e em todos os sectores económicos, excepto na Alemanha, onde elas trabalharam um pouco mais que os homens no sector agrícola, 44,6 contra 43,7 horas por semana. Analizando a situação na CE, por sexos e por grupos etá-

rios, verifica-se que o número de horas de trabalho habitualmente efectuadas por semana pelas mulheres é inferior ao dos homens (ver Anexo I, Gráfico Nº I.16.).

Um dos problemas que afecta grande número de empregados na CE diz respeito ao contrato temporário. Em 1988 estavam nesta situação 9,6% dos assalariados. As maiores proporções registavam-se em Espanha (22,4%), Portugal (18,5%) e Grécia (17,6%), enquanto as menores se situavam no Reino Unido (5,9%), Itália (5,8%), Bélgica (5,4%) e Luxemburgo (3,7%) (Ver Anexo I, Quadro Nº I.12.A.). No conjunto da CE, a maior parte dos assalariados com contrato temporário eram homens (54,7%), situação que se verifica na maioria dos Estados-membros, excepto no Luxemburgo, Bélgica e Reino Unido onde as mulheres representam, respectivamente, 60,0%, 58,7% e 56,9% (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.17.). Analisando esta categoria de trabalhadores por grupos etários, verifica-se que mais de metade eram jovens com idades inferiores a 25 anos. Esta situação é mais intensa na Alemanha, ex-RFA (66,2%), na Dinamarca (62,6%), na França (60,7%) e no Luxemburgo (60,0%). Na Bélgica, Grécia, Itália e Reino Unido as pessoas mais afectadas com os contratos temporários tinham idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos atingindo percentagens que oscilavam entre 41 e 52,8% (Ver Anexo I, Quadro Nº I.12.B.).

2.4.1.1.2. Estrutura de idades e participação da mulher no mercado de trabalho

A taxa de actividade das mulheres, contrariamente à dos homens, apresenta grandes variações consoante a estrutura de idades, apresentando características diferentes de país para país. Essas diferenças, embora associadas à estrutura de idades, evidenciam, também, a forma como determinados factores que lhe estão associados, nomeadamente, de ordem social, cultural, económica e, sobretudo, factores directamente relacionados com a constituição da família, tais como a idade ao casamento, a idade à maternidade e a atitude face à descendência, interferem na participação da mulher no mercado de trabalho e, em particular, no trabalho fora de casa.

O grau de desenvolvimento económico de cada país influencia fortemente a intensidade do emprego da mulher nos vários grupos etários. Nos países menos desenvolvidos a curva das taxas de actividade feminina e masculina por grupos de idade são muito semelhantes, embora a das mulheres apresente sempre valores mais baixos. A taxa eleva-se a partir dos grupos mais jovens, correspondentes às idades em que se inicia a vida activa, continuando a subir até aos grupos de idades intermédios, começando a descer à medida que se aproxima a idade em que deixam de ser activas. Esta situação verifica-se em países onde a maioria das mulheres são trabalhadoras familiares não remuneradas, ocupando-se na agricultura ou nas indústrias artesanais, conciliando a actividade profissional com

o papel de mãe (Lourenço, 1988: 99). Durante a década de setenta, nos países industrializados, as taxas de actividade feminina apresentavam um perfil diferente, registando-se o ponto mais alto no grupo dos 20-24 anos começando a baixar, de uma forma regular ou com algumas interrupções, à medida que se avançava na idade.

No início dos anos oitenta, um estudo das Nações Unidas revela um perfil das taxas de actividade feminina em forma de "M" correspondente às sociedades com os níveis mais elevados de desenvolvimento económico (Nações Unidas, 1981). Nestas sociedades, a taxa de actividade aumenta no grupo dos 20-24 anos, atingindo o seu primeiro pico, baixa entre os 25 e os 34 anos, voltando a subir, atingindo o segundo pico aos quarenta anos. "Este tipo de curva aparece relacionado a uma fecundidade baixa e a um fim precoce do período de procriação, permitindo às mulheres voltarem à vida activa relativamente jovens, normalmente na idade em que o filho mais novo entra para a escola" (Nações Unidas, 1981 cf. Lourenço, 1988: 99). Esta explicação da estrutura da taxa de actividade feminina por grupos de idade, embora se aproxime da realidade, não passa de um modelo. O estudo das Nações Unidas (1981) observou uma curva em "M" em países subdesenvolvidos, o que é absurdo, pois sabe-se que esta situação apenas predomina nos países fortemente industrializados (Lourenço, 1988: 100). Provavelmente, este facto prende-se a uma deficiente determinação dos volumes da população activa feminina e da sua distribuição por grupos etários, principalmente se o número de trabalha-

doras familiares for bastante elevado, mesmo que haja níveis de industrialização consideráveis.

Em 1988 a taxa de actividade (pop. 14-64 anos) apresentava algumas diferenças consoante o estado civil. Na Europa dos doze a taxa de actividade era de 60,1% para os solteiros (HM) e de 67,5 % para os casados (HM). A análise por sexos revela que, em 1988, as mulheres casadas tinham uma taxa de actividade de 49,1%, enquanto a das solteiras era de 54,5% (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.A. e Gráfico Nº I.5.A.). Esta diferença explica-se, em parte, pelo abandono da actividade, pelo menos temporariamente, das mães de família com filhos a cargo. A vida activa da mulher, principalmente da mulher mãe e da mulher casada, continua a aparecer dividida em fases, cujos limites correspondem a grandes grupos de idade em que se manifesta a interferência de vários factores, assumindo particular importância, os relacionados com a família.

Para os homens a situação é inversa, os casados têm uma taxa de actividade superior à dos solteiros, 87,1% e 64,5%, respectivamente, em 1988, na CE. Ao longo das últimas décadas a taxa de actividade masculina caracteriza-se por uma subida correspondente à idade de entrada no mercado de trabalho, estabilizando nos grupos etários seguintes em níveis elevados, diminuindo bruscamente a partir da idade de abandono da vida activa. Os limites de entrada e de saída da vida activa são fortemente influenciados por factores exteriores que se prendem com o nível de desenvolvimento económico das sociedades. São bem expressivas as diferenças verificadas entre os anos cinquenta e oitenta quanto às idades de entrada e de

saída da vida activa da população masculina. O prolongamento da idade escolar, bem como a criação e melhoria dos sistemas de segurança social (pensões de reforma, etc.), têm condicionado esses limites. Por outro lado, há países que sofrem mais intensamente os efeitos da presença de fortes contingentes de mão-de-obra agrícola no conjunto da população activa. Este facto, quando combinado com a actividade escolar, influencia a idade de entrada na vida activa, verificando-se também, em alguns países, que a idade de reforma não é acompanhada da interrupção da actividade agrícola.

Em 1988, na CE, a taxa de actividade feminina apresenta as seguintes características: até aos 24 anos para as mulheres casadas é relativamente baixa embora seja superior à das mulheres solteiras (58,2% e 45,5%, respectivamente); nos grupos etários seguintes a situação inverte-se, passando as solteiras a ter uma taxa mais elevada que as casadas (84,1% e 59,1%, respectivamente, no grupo dos 25-34 anos). Em quase todos os países da CE, à excepção da Dinamarca, França, Portugal e Reino Unido, que tinham a taxa mais elevada no grupo dos 35-44 anos, o ponto mais alto situava-se no grupo etário dos 25-34, para as mulheres casadas. No caso das solteiras, as taxas de actividade atingem os valores superiores no grupo dos 25-34 anos mantendo-se sempre mais elevadas que as das casadas nos restantes grupos etários, excepto no grupo dos 14-24 anos (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.B.). Saliente-se, no entanto, que existem algumas diferenças nos perfis consoante a presença de diversos factores. Por exemplo, a Dinamarca regista a taxa mais elevada das mulheres casadas,

superior à das solteiras até aos 54 anos e ultrapassando os 90% entre os 25 e os 44 anos. Pelo contrário, a Grécia, a Espanha, a Itália e o Luxemburgo apresentam as taxas de actividade das mulheres casadas mais baixas da CE, juntamente com a Irlanda, embora neste país a grande descida se verifique a partir do grupo etário dos 35-44 anos, inclusivé (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.B.).

A distribuição das taxas de actividade por sexos, segundo os grupos de idade, para além de ser sintomática do grau de desenvolvimento de um país, revela, sobretudo, a diversidade de atitudes da sociedade face ao exercício de uma profissão por parte do homem e da mulher. O papel mais atribuído ao homem continua a ser o exercício de uma actividade económica, enquanto a mulher sente que o seu papel de activa continua a ser prejudicado pela sobreposição de outros papéis que lhe são atribuídos, nomeadamente, o de dona de casa e o de mãe.

Em Portugal, o perfil da curva da taxa actividade feminina (TAF) demonstra que muitas mulheres abandonam definitivamente o mercado de trabalho por volta dos trinta anos, e, mais recentemente por volta dos 35 anos. Entre 1950 e 1978 o valor mais elevado da TAF situava-se no grupo etário dos 20-24 anos, começando a baixar gradualmente a partir desse grupo. Em 1981/82 entra-se num período de transição dos limites máximos das TAF deslocando-se o valor mais elevado para o grupo dos 25-29 anos (situando-se entre 74,1% e 71,3, respectivamente). A partir de 1986 os valores mais elevados passam simultaneamente para os grupos dos 25-29 e 30-34 começando a baixar gradualmente a partir dos 35 anos. Apesar disso, as taxas su-

biram em relação aos anos anteriores, para os mesmos grupos etários, e até aos 40 anos as TAF, a partir de 1987, têm sido sempre superiores a 70% (70,4%, em 1987, 73,5%, em 1988 e 1989 e 74,8, em 1990) (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.C.). A partir desse momento registaram-se algumas alterações no processo. As taxas começam a crescer mais fortemente a partir do grupo dos 20-24 atingindo o pico mais alto no grupo dos 30-34, começando a diminuir muito mais gradualmente do que acontecia até 1982 não se verificando um novo aumento depois dos 40 anos. Desconhece-se em que medida as mulheres portuguesas retornam à vida activa após a entrada do filho mais novo para escola. Admite-se, porém, que haja algum reingresso, embora a um nível relativamente baixo, uma vez que as taxas decrescem mais ligeiramente até à idade em que se retiram definitivamente. A leitura das taxas por grupos de idade, só por si, não nos permitem fazer um diagnóstico totalmente fiel. As taxas de actividade podem sofrer de um efeito de geração, ou seja, a saída de mulheres que se situam num determinado grupo de idade pode ser compensada pelo retorno de outras. Os poucos estudos sobre o trabalho da mulher em Portugal até 1983 não permitem confirmar esta hipótese⁽¹⁾.

Em suma, a grande evolução do trabalho feminino na Europa a partir da década de cinquenta, registou-se, em três grandes etapas. Em primeiro lugar assiste-se a uma subida significativa das taxas de actividade feminina em simultâneo com uma diminuição progressiva do estatuto de trabalhadora familiar,

(1) Sobre este assunto, vide Manuela Silva (1983) e CITE (1982).

no conjunto das mulheres activas. Por outro lado, durante as últimas décadas muitas mulheres abandonaram a situação de domésticas ou de domésticas agrícolas, transferindo-se para os sectores secundário e, em maior número, no terciário como assalariadas a tempo integral ou a tempo parcial.

Na terceira etapa assiste-se à tendência progressiva para se atenuar os efeitos do casamento, relativamente às atitudes da mulher, face ao trabalho (Lourenço, 1988: 103). Esta situação é mais evidente em alguns países Europeus, nomeadamente na Dinamarca e, a alguma distância, na Inglaterra e na França (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.B.).

O acesso da mulher ao mercado de trabalho está interrelacionado com o seu ciclo de vida, sofrendo os efeitos de um complicado sistema de interdependências que se prendem com as transformações verificadas no ciclo de vida da família. Além disso, a atitude da mulher face ao trabalho evolui lentamente, registando-se diferenças no interior da estrutura social em função de determinados factores. Entre estes destacam-se o nível de instrução e de qualificação profissional, o nível de rendimento familiar, o status social do cônjuge, etc.

O nível de instrução e de qualificação profissional aparece como um dos factores mais directamente relacionados com os comportamentos diferenciados das mulheres em relação à interrupção ou abandono da actividade por motivo de casamento. Alguns estudos realizados na Alemanha sobre as mulheres activas permitiram concluir que as mais instruídas e qualificadas, quando interrompem a actividade, fazem-no por um período mais

curto de tempo que as menos instruídas e menos qualificadas. Por outro lado, as que exercem profissões não qualificadas tendem a prolongar as ausências ou a procurar emprego a tempo parcial. Esta tendência tem-se acentuado nos últimos anos verificando-se simultaneamente uma generalização do fenómeno a vários países da Europa (Ver Anexo I, Quadro Nº I.9.B.). Este facto prende-se, em parte, ao aumento do número de mulheres em todos os graus de ensino e ao prolongamento do tempo de escolaridade, à ambição da realização profissional ou de prosseguimento de carreira, factores que são compatíveis com os actuais sentimentos de liberdade e de independência individual e económica. Este conjunto de factores tem contribuído positivamente para por em causa os papéis tradicionalmente atribuídos à mulher, na sociedade e na família, apelando para o complexo debate sobre a sua redefinição.

2.4.1.1.3. Factores familiares condicionantes da participação da mulher no mercado de trabalho: o estado civil, a idade na maternidade e o número de filhos

Tão importante como o aumento da participação da mulher na actividade económica é o acréscimo do número de mulheres casadas que exercem uma profissão. Entre o início da década de cinquenta e os primeiros anos da de oitenta a percentagem de mulheres casadas no total da mão-de-obra feminina passou, em grande parte dos países da Comunidade Europeia, de quarenta para sessenta por cento. Este aumento significativo do efec-

tivo de mulheres activas casadas atribui-se a um número variado e complexo de causas. Entre elas, uma das que mais pesou foi a escassez de mão-de-obra que se fez sentir a partir dos anos cinquenta, situação que se prolongou até finais da década de sessenta. Este facto permitiu que se assistisse pela primeira vez, em alguns países da Europa, principalmente na Bélgica e na Dinamarca, a um aumento substancial do números de mulheres activas casadas e com filhos na primeira infância. Na altura, as razões de natureza económica foram as mais apontadas pela maioria das mulheres casadas para trabalharem. Tais condições proporcionaram uma conjuntura favorável à sua entrada no mercado de trabalho sendo a principal motivação de ordem financeira. Porém, a abertura do mercado de trabalho às mulheres levanta novas questões de ordem social bastante complexas.

A partir dos anos cinquenta a Europa industrializada vive um período de grande expansão económica facto que proporcionou o aparecimento de esquemas de bem-estar social. Esta conjuntura facilitou o acesso da mulher casada ao mercado de trabalho, criando condições que a motivassem a continuar empregadas após o nascimento dos filhos, não abandonando o posto de trabalho, ou criando esquemas que lhe permitisse retomá-lo quando eles atingissem a idade escolar. Entre esses esquemas figuram a redução do horário de trabalho semanal de seis para cinco dias, a possibilidade de trabalhar a tempo parcial, a generalização dos electrodomésticos, o aumento das facilidades na confecção de refeições com o aparecimento de alimentos pré-cozinhados, o aparecimento de refeitórios e cantinas em al-

guns serviços ou de restaurantes económicos, o desenvolvimento de estruturas de apoio à criança, etc.. Outro factor importante foi a massificação do ensino donde resultou um aumento do número de mulheres que ingressaram nos níveis médios e superiores de instrução, facto que, em parte, contribui para prepará-las e motivá-las para o desempenho de uma carreira profissional (Ver Anexo I, Gráficos Nº I.18. e Nº I.18.A.). Todavia, continua a registar-se uma distribuição assimétrica dos sexos pelos vários domínios de estudo, sendo as ciências sociais uma das grandes preferências das mulheres. Em 1986-1987, para o conjunto da CE, 46% dos estudantes do ensino superior (3º grau) eram mulheres, embora em Portugal essa percentagem fosse superior a 52% (Ver Anexo I, Quadro Nº I.13.). Todavia, estes factores não explicam totalmente as inúmeras situações que caracterizam a participação da mulher no mercado de trabalho, no acesso ao emprego e o seu comportamento ao longo da vida activa.

As diversidades culturais consubstanciadas nas atitudes mais ou menos tolerantes da sociedade, dos empregadores e da população feminina em relação ao trabalho da mulher casada, quando realizado fora do lar, afiguram-se como possíveis factores determinantes das principais diferenças observadas na participação da mulher no mercado de trabalho. Estes factores são mais ou menos reforçados consoante a importância conferida ao casamento e aos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher, de mãe e de dona de casa, no quadro do sistema de interacção definido pela família, o que contribui, em parte,

para as suas diferentes posições no acesso e na forma de estar, no mundo do trabalho.

Actualmente admite-se que a mulher tem mais liberdade de escolha exigindo dos outros o respeito pela sua liberdade individual. Apesar disso, continua a sofrer os efeitos das condicionantes sociais e culturais, quer na orientação das suas escolhas no domínio de estudos, quer na participação na vida económica, devido à persistência de regras e de sistemas de papéis tradicionais no quadro da organização familiar e da sociedade em geral. Estes aspectos continuam a acentuar-se após o casamento, sendo particularmente visíveis no Luxemburgo, na Irlanda e na Espanha, onde, em 1988, se verificavam as mais baixas taxas de actividade das mulheres casadas em oposição às das solteiras nos mesmos grupos de idades (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.B.).

As actuais taxas de actividade das mulheres casadas, embora mais baixas que as das solteiras, têm sofrido um acréscimo relativo a partir do grupo dos 20-24 anos, merecendo, por isso, um comentário. Admite-se que o acréscimo a partir desse grupo etário possa significar, por um lado, o prolongamento dos estudos, por outro lado, o desaparecimento dos efeitos constrangedores do casamento em relação ao exercício de uma profissão por parte da mulher casada. Além disso, a diminuição da idade no casamento não provocou uma baixa das taxas de actividade das mulheres casadas, pelo contrário, registou-se um acréscimo da sua proporção no conjunto da mão-de-obra feminina (Ver Anexo I, Quadros Nºs I.2.D. e I.2.E. e Gráfico Nº I.19.).

Em Portugal verifica-se a mesma tendência dos restantes países da CE, registando-se um aumento constante das taxas de actividade das mulheres casadas e da sua proporção no total de activas, ou seja, acompanhando o aumento das taxas globais de actividade feminina (Ver Anexo I, Quadros N^os I.2.B., I.2.C. e I.2.E.). Estes aumentos revelam que se atenuaram os efeitos constrangedores do casamento em relação à actividade das mulheres casadas portuguesas. Estas, em 1988, tinham taxas de actividade superiores a 50% em todos os grupos etários, excepto a partir dos 45 anos (Ver Anexo I, Quadro N^o I.2.B.).

A análise das taxas de actividade feminina segundo o estado civil permite-nos, de certa forma, avaliar a capacidade de adaptação do grupo doméstico a situações novas. A título de exemplo, as taxas de actividade da categoria separadas/divorciadas são mais elevadas, em termos globais e por grupos etários, do que as restantes categorias, mesmo em relação à dos solteiros, atingindo os 80-70% entre os vinte e os cinquenta anos. Este facto prova que nestas categorias a intensidade do trabalho feminino é sempre superior. A situação é semelhante no caso das viúvas, embora a taxa global nos possa induzir em erro devido à influência dos indivíduos com mais de sessenta e cinco anos. Porém, ao longo das idades mais activas, as taxas de actividade das viúvas atingem sempre valores superiores às das casadas (Ver Anexo I, Quadro N^o I.2.F.).

Em 1981, a curva das taxas de actividade das mulheres casadas portuguesas inicia a fase descendente por volta dos trinta anos, à semelhança do total das activas, embora seja mais acentuada do que nas restantes categorias. Estas cate-

gorias têm a particularidade de apresentar valores mais altos e mais estáveis do que os das casadas, sendo mais significativos no caso das separadas-divorciadas. Porém, mesmo nesta categoria, os valores das taxas são sempre inferiores e menos estáveis que as dos homens. Acrescente-se ainda que, em todas as categorias, o número de mulheres que abandona extemporaneamente a vida activa é sempre superior ao dos homens. As características específicas da participação da mulher na vida activa segundo o estado civil e por grupos de idade dificultam a análise da sua trajectória pela vida activa, impedindo o conhecimento completo da sua actividade. Nas análises transversais perde-se muita informação, por isso, impõem-se algumas reservas quanto à comparação das suas taxas de actividade nas diferentes categorias. Registe-se que as categorias de viúvas e de separadas-divorciadas são alimentados pelas mulheres casadas, o que pressupõe que a sua atitude face ao trabalho não pode ser interpretada directamente face à nova situação, uma vez que muitas dessas mulheres já eram activas, quando casadas. Comparando as categorias de solteiras com a de casadas, verifica-se que, nas últimas, há uma menor intensidade do trabalho em todos os grupos etários o que poderá, em parte, atribuir-se ao efeito constrangedor do casamento sobre o exercício de uma profissão por parte da mulher casada.

Lourenço (1988) analisou graficamente a participação da mulher no mercado de trabalho em seis países da Europa relacionando as taxas de actividade feminina com a idade média ao primeiro casamento durante as últimas décadas. Concluiu que em qualquer dos casos registava-se uma atenuação dos efeitos do

casamento na intensidade do trabalho feminino, uma vez que em alguns casos as taxas estabilizaram (Dinamarca), na Inglaterra registou uma recuperação dos níveis das taxas anteriores (mais elevados), enquanto em França e na Bélgica observou uma subida das taxas no grupo etário a que corresponde a idade média ao casamento. Como dispunha de médias quinquenais e desconhecia o valor das taxas ano a ano foi impossível detectar o ano em que se quebrava a actividade profissional e se ele correspondia ao ano de casamento. Porém, em França e na Alemanha observou que algumas mulheres abandonavam o trabalho cerca de dois anos depois do casamento, o que poderia corresponder, de certa forma, ao intervalo primogenésico (Lourenço, 1988: 107).

Entretanto registaram-se algumas alterações. Em 1988 a curva das taxas de actividade, por grupos etários das mulheres casadas portuguesas, avançou na idade atingindo o ponto mais alto no grupo dos 35-44 anos, começando a descer posteriormente até atingir os sessenta e cinco anos. Esta situação verificou-se também na Dinamarca, na França e na Inglaterra, embora com valores mais elevados (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.B.). Estas alterações podem, em parte, constituir um dos sintomas das importantes transformações operadas nas relações marido-mulher ao longo das últimas décadas, mas também na mudança simultânea do calendário da fecundidade.

Saliente-se que estas considerações sobre a participação da mulher na vida activa foram feitas à margem de uma análise longitudinal não se baseando, por isso, no conhecimento do efeito de geração, que em princípio se pressupõe importante. As análises transversais a que, por falta de informação esta-

tística, tivemos de nos submeter, omitem elementos importantes como, a idade de ingresso no mercado de trabalho e as idades no casamento e na maternidade, em simultâneo, que, conjuntamente com as condições estruturais e/ou conjunturais (caso de guerras ou grandes conflitos mundiais) podem encorajar ou contrariar (como acontece nos períodos de crise económica e de forte desemprego) a participação da mulher no mercado de trabalho. Para se proceder a uma análise rigorosa necessitaríamos de informações que integrassem numa única perspectiva, a idade, a geração e o ano de ingresso na vida activa das categorias de solteiras e de casadas, relacionando-as, simultaneamente, com as condições concretas que, em cada momento, influenciaram a participação da mulher no mercado de trabalho.

No que respeita às transformações registadas nas últimas décadas, é pertinente referir as mudanças de atitudes em relação às diferentes categorias que compõem o estado civil e em relação à composição dos agregados domésticos, uma vez que ambas se afastam do quadro tradicional. Não se pode continuar a ocultar estatisticamente a tendência crescente das uniões de facto (que começaram por ser mais numerosas na Europa do Norte),⁽¹⁾ em que a coabitação não é acompanhada de casamento (Ver Anexo I, Quadro Nº I.17.), nem o aumento do número de famílias monoparentais (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.20.)⁽²⁾, nem o acrés-

(1) Encontram-se algumas referências sobre este assunto em C. Conim (1975), A. N. de Almeida (1984) e P. Descamps (1935); sobre o mesmo assunto noutros países, vide P. A. Audirac (1982), M. Volland (1985), J. P. Sardon (1985) e Nações Unidas (1981). Sobre a emergência de novos modelos matrimoniais, L. Rousset (1975 e 1979) (cf. Lourenço, 1988: 110).

(2) Em 1982, 7,5% dos núcleos familiares eram compostos por mães com filhos solteiros, não se conhecendo se essas 186 mil mães eram responsáveis pela família, visto que poderiam viver no quadro alargado de famílias com vários núcleos, nem qual o seu estado civil. Registe-se, também, "que a proporção deste tipo de núcleos, relativamente ao total, não apresenta

cimo do número de agregados unipessoais (Ver Anexo I, Quadros Nº I.15. e I.15.A.). A omissão destes factos impossibilita o cruzamento destas situações com as variáveis relativas ao trabalho, limitando irremediavelmente uma análise mais minuciosa e concreta, proporcionando um conhecimento muito parcial da realidade.

Durante algum tempo admitiu-se que a intensidade da participação da mulher no mercado de trabalho era função do número de filhos e das idades destes, particularmente do mais novo. Porém, actualmente, assiste-se a um aumento da participação na vida económica das mulheres casadas com filhos menores. Perante tais evidências admite-se que seja despropositado "fazer julgamentos sobre as relações de causalidade entre fecundidade, por um lado, e actividade e não actividade, por outro" (Lourenço, 1988: 111). Alguns estudos sobre as variações das atitudes face à fecundidade limitaram-se à descrição das atitudes por se ter provado que a questão é demasiado complexa, sendo extremamente difícil definir os elementos determinantes (Marc e Marchand, 1984 cf. Lourenço, 1988: 111) e classificar as diferenças de atitudes entre as categorias sócio-profissionais (Lery, 1984 cf. Lourenço, 1988: 111). A dificuldade persistiu quando se pretendia avaliar as variações das atitudes face à fecundidade entre países e no interior dos mesmos, devido a assimetrias regionais (Sullerot, 1975 cf. Lourenço, 1988: 111). Ao pretender-se analisar os efeitos constrangedores da fecundidade sobre a actividade da

uma variação uniforme relativamente à dimensão dos lugares: 8% nos centros urbanos de 10 mil e mais habitantes, ela passa para 6,3% nos aglomerados populacionais com mais de 2 mil e menos de 5 mil, para subir novamente para 8,2% nos lugares com mais de 100 mil e menos de 200 mil habitantes" (cf. Lourenço, 1988: 110).

mulher fora de casa, impõe-se que a observação recaia, fundamentalmente, sobre o número de filhos e a idade média na maternidade.

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido de uma forma generalizada à redução do número de filhos por família, facto que pressupõe, de igual modo, uma redução progressiva do período de procriação. A mulher passou a controlar a fertilidade alterando radicalmente o calendário da fecundidade reduzindo o intervalo de tempo que decorre entre o nascimento do primeiro filho e a altura em que o filho mais novo entra para a escola. Ao fazê-lo reduz simultaneamente o período em que teria menor disponibilidade para exercer uma profissão. Segundo um relatório das Nações Unidas "já em meados da década de setenta, na maioria dos países Europeus, cerca de 75% dos nascimentos tinham origem em mulheres com menos de trinta anos" (Nações Unidas, 1981 in Lourenço, 1988: 111). Associando este facto ao aumento da esperança de vida, as mulheres alongam o período em que se encontram disponíveis para exercer uma actividade económica, libertando-se relativamente cedo do constrangimento de filhos em idade pré-escolar.

Entre 1960 e 1988, em muitos países Europeus, as mulheres alteraram o calendário da fecundidade, registando-se as taxas de fecundidade mais elevadas no grupo etário dos 25-29 anos, com excepção de Portugal e da Grécia. Desde meados do decénio 1960-1970 que se verifica uma tendência acentuada para a redução da dimensão da família. Em todos os países da CE, o número total de nascimentos diminuiu significativamente. Porém, se analisarmos os nascimentos segundo a sua categoria, observa-se

que são sobretudo as categorias mais elevadas, principalmente a partir do terceiro filho que foram marcadas pela redução da fecundidade posteriormente a 1964. Em Portugal, os nascimentos de categoria 3 e seguintes baixaram 77% entre 1960 e 1988, 72% na Itália e apenas 40% na Irlanda. Este facto deve-se a uma quebra generalizada da fecundidade em todos os grupos etários, facto que se reflectiu na redução acentuada da descendência média no conjunto da CE (Ver Anexo I, Quadros N^{os} I.16. e I.18.).

Simultaneamente à tendência para a redução da família verifica-se um retrocesso da idade de maternidade. A idade média da mãe, na altura do nascimento do primeiro filho, sofreu uma evolução paralela à da idade média para o primeiro casamento; rejuvenesceu até ao início dos anos setenta (24,4 anos em 1970 contra 25,5 anos em 1960), registando-se posteriormente um retrocesso da idade média, que se situa em 25,9 anos em 1987, para a Europa dos Doze (Ver Anexo I, Gráficos N^{os} I.19. e I.21.). As actuais características da família na CE definem-se por uma maternidade mais tardia e por uma dimensão mais reduzida das famílias, acompanhadas de uma maior descendência fora do casamento (Ver Anexo I, Gráfico N^o I.22.). Embora a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho se situe nos 25,9 anos, o período activo de fecundidade mantém-se muito curto. Relacionando este facto com a diminuição da descendência média, grande parte das mulheres consegue chegar aos trinta anos com a actividade de procriação concluída. Da mesma forma, ao chegar aos 35 anos os filhos já não se encontram na

fase pré-escolar, ficando mais livres para exercer uma actividade fora de casa.

Apesar destas considerações genéricas se basearem na análise estatística, não faltam exemplos que nos levam a duvidar da existência de relações de causalidade entre a actividade feminina e o número de filhos. Essa relação, se existe, é pouco clara e só é explicável no contexto de realidades específicas muito concretas. Por exemplo, no início da década de setenta, na Bélgica, as taxas de actividade das mães com crianças em idade pré-escolar era superior à das mulheres mais velhas, sem filhos ou com filhos mais velhos (OCDE, 1980: 21 cf. Lourenço, 1988: 112). "Em contrapartida, em França, em 1981, a grande maioria das mulheres activas tinha um ou dois filhos e perto de um quarto não tinha nenhum, enquanto cerca de um terço das não activas tinham três ou mais filhos" (Villac, 1983: 46 in Lourenço, 1988: 113).

Apesar de algumas diferenças observadas na intensidade da participação das mulheres no mercado de trabalho, os dados confirmam que a maior parte opta pelo exercício de uma actividade profissional. Porém, não se pode ser categórico em afirmar que essa opção seja a variável determinante do modelo de família composto por casal com um ou dois filhos ou de outros fórmulas mais recentes, embora se reconheça que estas favorecem o exercício de uma actividade fora de casa. As informações demográficas disponíveis, só por si, não chegam para tirar essa conclusão. Para se conhecer a relação entre o desejo de ter filhos e o contexto sócio-económico que favorece ou dificulta a realização desse desejo, é necessário dispor de

informações sobre as trajectórias individuais dos dois cônjuges, sobre os aspectos demográficas e sócio-profissionais de ambos e das respectivas famílias de origem (Lery, 1984: 29 cf. Lourenço, 1988: 113). Em Portugal, só a partir do Recenseamento de 1981 se tem informações sobre a fecundidade e a condição da mulher perante o trabalho não estando ainda totalmente disponíveis os elementos do Recenseamento de 1991 para se proceder a um estudo evolutivo.

Os dados disponíveis sobre a situação portuguesa (Recenseamento de 1981) omitem as idades dos filhos referindo apenas a sua condição de "não activos". Estes dados por englobarem várias situações, não nos permitem avaliar directamente se a presença de crianças em idade pré-escolar ou escolar exercem algum constrangimento sobre a actividade profissional da mulher que trabalha fora de casa. A única observação possível e que se aproxima da análise pretendida incide sobre o grupo de mulheres com idades entre os 20 e os 49 anos, com filhos não activos, por coincidir com a idade fecunda onde se situa o maior número de casos de mães com filhos em idades pré-escolar e escolar e por se verificar nesse intervalo uma maior intensidade do trabalho feminino (Ver Anexo I, Quadros Nº I.20. e I.21.).

A leitura dos quadros evidencia dois tipos de atitudes das mulheres quanto ao número de filhos. Aproximadamente metade das activas só tinham um filho e 37% tinham dois filhos, percentagem significativa. Por outro lado, as não activas com um filho eram pouco mais de um terço do total de inactivas (36,5%) e um pouco mais (39,6%) tinham dois filhos, percentagem

gem que não se afasta muito da das activas com dois filhos. Em suma, apenas 13,3% das activas tinham mais de dois filhos, enquanto no caso das não activas essa percentagem elevava-se para 24% . Todavia, a relação entre o número de filhos e a intensidade do trabalho apresenta variações consoante a idade e dentro do mesmo grupo etário. Esta relação resulta fundamentalmente do efeito de geração e das idades dos filhos (à medida que se avança nos grupos etários diminui a probabilidade de se encontrarem filhos em idade pré-escolar), factores que condicionam a atitude da mulher ao exercício de uma actividade fora de casa. Porém a variação das atitudes, dentro do mesmo grupo etário, face ao trabalho, afigura-se influenciada pelo número de filhos (Ver Anexo I, Quadro Nº I.21.).

Analisando a informação do Quadro Nº I.21. (Anexo I) verifica-se que em todos os grupos etários; à excepção do primeiro (20-24 anos), a taxa de actividade das mulheres com um filho é sempre superior à taxa de actividade total (TAT) e à taxa de actividade das mulheres casadas (TAMC). No caso das mulheres com dois filhos, as suas taxas de actividade apresentam valores muito próximos da TAT e da TAMC, excepto no primeiro grupo etário. A partir do terceiro filho verifica-se uma mudança significativa de atitude face ao trabalho, facto que se observa pelos valores das taxas de actividade dessas mulheres, que em todos os grupos etários são inferiores às respectivas TAT e TAMC. Esta situação permite confirmar que a intensidade do trabalho feminino, dentro do mesmo grupo etário, aparece associada ao número de filhos embora seja necessário encontrar outras variáveis para se conhecer e expli-

car sociologicamente as diferentes atitudes face ao trabalho e à natalidade.

A análise dos dados permite-nos concluir que a presença de um filho parece não constituir elemento constrangedor da participação da mulher no mercado de trabalho e que a presença de um segundo filho não altera significativamente as taxas de actividade nos vários grupos de idade registando-se apenas uma ligeira diminuição. Apesar disso, observa-se que a partir do grupo etário dos 30-34 anos as taxas de actividade iniciam uma descida progressiva sem qualquer recuperação intermédia. Esta descida das taxas pode ser sintomática de que a actividade da mulher fora de casa se tornou inconciliável com a vida familiar ou que se tornou pouco compensadora em termos económicos. Recorde-se alguns dados que mencionámos na introdução deste trabalho relativos a uma investigação conduzida pela Direcção Geral da Família (1988) sobre a vida quotidiana das famílias portuguesas compostas por pai, mãe e filhos com menos de 15 anos, residentes no continente. Nesse estudo, mais de metade das mulheres activas declararam que auferindo o mesmo rendimento preferiam estar em casa, enquanto 41% respondeu que preferia trabalhar fora de casa. Além disso, só 12 % das activas declararam que trabalhavam por gosto e 48% mencionaram as dificuldades financeiras como a principal razão que as levava a trabalhar fora de casa.

2.5. FAMÍLIA, PAPÉIS FAMILIARES E SOCIEDADE: COMPONENTES DE UM NOVO CICLO DE VIDA FAMILIAR - CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo procurámos justificar e demonstrar, com base em alguns exemplos, que a existência do fenómeno "família", bem como a evolução das suas características, constituem uma realidade inseparável do funcionamento da organização social, à qual é indispensável e da qual depende. Quaisquer transformações verificadas na família só são compreensíveis e explicáveis em função do conjunto dos processos de mudança e de evolução da sociedade global onde ela se insere. Os exemplos aqui abordados, como a revolução demográfica, o desenvolvimento sócio-educativo, o acesso da mulher ao mercado de trabalho, etc. não passam de meros contributos e/ou de sintomas de um determinado estado de desenvolvimento global atingido na sociedade. Nenhum destes factores, tomados isoladamente, ou como um todo, estabelece uma relação única explicativa das transformações registadas nos sistemas familiares.

A explicação para a revolução demográfica que as sociedades europeias têm assistido desde o séc XIX não pode ser unicamente atribuída à industrialização pelo simples facto de se observarem certas regularidades tendênciais ou estatísticas. Estas regularidades não são nem podem ser tomadas como determinismos rigorosos, uma vez que a elas se sobrepõe o "determinismo sociológico próprio dos grupos e das sociedades globais" (Girard, 1984: 31 in Lourenço, 1988: 133). As transformações demográficas não são únicas e só podem ser inter-

pretadas em relação a quadros sociais específicos. Pode-se falar em análises dessas transformações podendo, todas elas, contribuir para caracterizar a família contemporânea. Um dos aspectos mais marcantes é, sem dúvida, a redução da dimensão da família resultante do maior controle da fertilidade e do conseqüente decréscimo da fecundidade. Esta característica é comum à maioria dos países europeus. Em 1989, na Europa dos Doze, o número médio de filhos por mulher era de 1,6 (contra 2,8 em 1965 e 2,1 em 1975), valor nunca antes registado, resultando numa diminuição do número de filhos por casal.

A generalização deste comportamento leva-nos a admitir que nesses países existe uma atitude mais favorável à constituição da família restrita podendo, em 1975, ser apontada como uma imagem do que seria desejável pelo conjunto dos membros da sociedade. O modelo de família restrita a dois ou três filhos, primeiramente característica dos estratos superiores das sociedades europeias, transformou-se rapidamente num "modelo colectivo" (Girard, 1983) sendo posteriormente adoptado pelas famílias de todos os níveis sociais. Presentemente, a situação está longe de ser ideal em virtude das gerações mais novas terem acentuado a restrição familiar passando a ter apenas um ou dois filhos. Este comportamento é seriamente comprometedor por situar-nos abaixo do limiar de renovação das gerações, situação que contribui para aumentar vertiginosamente o envelhecimento do conjunto da população europeia.

Outra característica da família contemporânea diz respeito ao aumento progressivo da participação da mulher no mer-

cado de trabalho. A sociedade industrial criou um vasto conjunto de condições e de factores sociais e económicos que lhe facilitaram o acesso ao exercício de uma actividade económica fora do lar, tornando-a uma alternativa vantajosa ao trabalho doméstico e à qual as mulheres, mesmo casadas e com filhos, não param de corresponder. Esta situação é comprovada pelo aumento significativo das taxas de actividade feminina nos vários grupos etários e por estado civil. Por outro lado, o aumento da profissionalização da mulher tem vindo a alterar a divisão do trabalho no lar, e das próprias interacções, impondo uma redefinição dos papéis sociais e familiares ao ponto de desencadear o aparecimento de uma nova estrutura de papéis.

A transformação dos papéis atribuídos ao homem e à mulher processa-se a um ritmo incomparavelmente mais lento ao do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Ela continua a acumular o trabalho profissional com o trabalho doméstico e com as restantes funções e papéis que lhe são atribuídos no seio da organização familiar. Ao longo deste capítulo analisámos as flutuações da actividade da mulher tendo-se confirmado que elas mantêm uma forte relação com as variações do estatuto matrimonial e com as diferentes fases do ciclo de vida familiar. Em muitos casos a mulher oscila entre a dedicação exclusiva à família e o exercício de uma actividade fora de casa; continua a passar do papel de mãe ao de trabalhadora assalariada, consoante as necessidades da família. Esta faceta da actividade feminina contribui para uma situação desfavorável da posição das mulheres no emprego, correspondendo ao exercício de uma profissão sem ambições de carreira, situação

em que se encontra a maioria das activas. Apesar disso, o aumento generalizado das taxas de actividade feminina, particularmente das mulheres casadas e não casadas com filhos, revelam que tendem a atenuar-se os efeitos constrangedores do casamento e da presença de filhos face ao emprego. Em contrapartida estas flutuações não se observam na população masculina.

Para o homem as alterações do estatuto matrimonial, o nascimento dos filhos e as diferentes fases do ciclo de vida familiar não afectam negativamente o exercício da actividade profissional, pelo contrário. A sociedade continua a avaliar diferentemente a "paternidade" e a "maternidade". Para o homem o nascimento dos filhos é um acontecimento vivido fora do local de trabalho. Além disso, a paternidade pode interferir positivamente com a sua actividade profissional. A atribuição ao homem do papel de principal abastecedor económico da família juntamente com o estatuto de pai contribui decisivamente para se considerar que o nascimento de um filho, representa um acréscimo da responsabilidade económica do homem, funcionando esse acontecimento como um pretexto para lhe reforçar o direito a uma carreira.

Para a mulher a situação inverte-se. A partir do momento em que passa a ser mãe, vive as consequências da sua maternidade no emprego e no dia-a-dia familiar. O estatuto de mãe funciona como um elemento de "hiperfeminização" do estatuto social das mulheres (Devreux, 1984: 124), e como elemento desestabilizador da sua situação profissional.

A simples leitura das tendências, das médias e dos indicadores estatísticos pode ser falaciosa, pois pode fazer-nos crer que as transformações da família se processam a um ritmo mais acelerado do que se verifica na realidade. Admite-se que o aumento das taxas de actividade feminina resultou, em primeiro lugar, do crescimento económico. Mais recentemente, esse aumento pode também ser entendido como um dos principais sintomas da relação existente entre a evolução social e a evolução económica. Esta relação tem exercido fortes pressões sobre a família, mas apesar disso, registam-se poucas alterações na distribuição dos papéis sociais no interior da família mantendo-se relativamente próxima da distribuição tradicional. Mediante tais circunstâncias pode dizer-se que a mudança da família tem sido acompanhada da invariância de alguns componentes do sistema familiar.

Outra característica da família contemporânea refere-se à transformação do ciclo de vida familiar. Esta mudança, extremamente importante em termos sociológicos, surge como consequência directa da contracção do período activo de fecundidade donde resultou a diminuição do número de filhos por família. Estes factores acrescidos do prolongamento do tempo de vida, ao generalizar-se a toda a população contribuíram decisivamente para alterar o ciclo de vida das famílias e o próprio ciclo individual dos seus membros. O período que decorre entre o nascimento do primeiro e do último filho é cada vez mais curto. Além disso, quando o filho mais novo está em condições de sair de casa dos pais, estes ainda são activos começando a preparar-se para viver uma nova condição - a de reformado, que

acumula com uma nova fase da vida que se torna cada vez mais longa - a terceira idade. A transformação do ciclo de vida decorre da mudança do tempo social da família e vice-versa.

II PARTE

**EVOLUÇÃO DE ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA CONJUNTURA
DEMOGRÁFICA E FAMILIAR DA POPULAÇÃO PORTUGUESA
NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

INTRODUÇÃO

A análise da conjuntura demográfica e familiar da população portuguesa nas últimas décadas é fundamental para se compreender a evolução, entretanto verificada, nos papéis familiares, uma vez que há uma influência recíproca entre si. Presupõe-se que nas regiões onde se verificaram as maiores mudanças nos comportamentos demográficos sejam as mesmas onde os papéis familiares sofreram mais alterações evoluindo de uma certa forma e num determinado sentido.

Como sabe, até 1960, Portugal apresenta uma nítida diversidade de padrões demográficos e de estruturas familiares perfeitamente identificadas e enraizadas em determinadas zonas do país. Em termos globais não se conseguia caracterizar a "família portuguesa", uma vez que, geograficamente, apresentava estruturas e padrões demográficos diversos. Essa diversidade foi analisada por Leon Poinsard (1910) e Paul Descamps (1935). Estes autores acreditavam que, na época, "a forma de propriedade determinava em grande medida a organização familiar". Este princípio teve algum poder explicativo para justificar o contraste entre a complexidade relativa das estruturas familiares do norte e a forte nuclearidade nas famílias do sul. Existem alguns estudos antropológicos e reconstituições de documentos históricos a testemunhá-lo, porém, só por si, não constituem explicação suficiente das variações regionais das estruturas familiares portuguesas. Robert Rowland (1984) conseguiu provar a insuficiência explicativa desse princípio,



analisando os dados do Recenseamento de 1960 (o primeiro a incluir informações sobre as estruturas familiares), classificando os agregados domésticos segundo a tipologia de Cambridge e fazendo uma análise estatística da covariação entre a estrutura dos agregados domésticos e uma grande variedade de indicadores sócio-económicos e demográficos.

Durante os últimos trinta anos, Portugal sofreu uma transição demográfica bastante significativa. Este facto pressupõe a ocorrência de grandes alterações nas estruturas familiares e nos comportamentos (individuais e/ou familiares) com fortes reflexos nos indicadores demográficos, e certamente, no desempenho dos papéis familiares. Todavia, interessa salientar que as principais alterações verificaram-se durante a década de 80.

Tendo como ponto de partida as conclusões do estudo de Rowland (1984), baseado no Recenseamento de 1960⁽¹⁾, o principal objectivo da II Parte do nosso trabalho consiste em ana-

(1) As principais conclusões de Rowland foram que:

O peso relativo do emprego agrícola e não agrícola na economia local só tem efeitos significativos sobre a estrutura dos agregados domésticos no sul: isto sugere que no Minho poderá existir um sistema familiar regional no interior do qual as variações que possam existir não têm nada a ver com as diferenças entre áreas rurais e urbanas. (...) parece poder-se concluir que no Minho a urbanização e o desenvolvimento de actividades não agrícolas não têm qualquer efeito significativo sobre as estruturas familiares (Rowland, 1984: 19).

A posse da terra em si (independentemente do título de posse: propriedade de arrendamento, etc.) tem efeitos muito limitados sobre a estrutura dos agregados domésticos em qualquer das regiões. Os efeitos em cada caso parecem, contudo, diferentes (Rowland, 1984: 19).

Parece haver uma forte relação entre a propriedade e a estrutura do agregado doméstico no Minho, enquanto que no sul esta relação não é significativa. No Minho, as correlações parecem confirmar que um sistema de família troncal ('famille souche') está associado à propriedade da terra e a uma preocupação com problemas de herança" (Rowland, 1984: 19).

lisar se Portugal mantém a diversidade regional nas estruturas ou se tende a manifestar uma maior uniformidade. Obedecendo a este objectivo, dividimos a apresentação da II Parte em três Capítulos, III, IV e V.

No III Capítulo debruçamo-nos sobre a evolução da situação demográfica portuguesa durante as últimas décadas analisando alguns indicadores demográficos mais directamente relacionados com os comportamentos e as estruturas familiares nos vários distritos do Continente. Em virtude de se ter registado um decréscimo bastante significativo das taxas de natalidade e de fecundidade e de se terem alterado muito ligeiramente outros comportamentos demográficos, como a idade ao primeiro casamento e a idade das mães ao nascimento do primeiro filho, procurámos, também, analisar em que medida estes factores se fizeram sentir e/ou acompanhar de um aumento da participação da mulher na vida social, nomeadamente, no mercado de trabalho e no prolongamento dos estudos. A elaboração deste capítulo permite-nos compreender e interpretar mais claramente o conteúdo do II Capítulo, em particular no que se refere ao ponto 2.4.1.1. e seguintes, sobre a evolução da taxa de actividade feminina em Portugal. A complementaridade destas análises é fundamental para se compreender a transformação global da sociedade portuguesa, e, em particular, a evolução dos papéis familiares.

No IV Capítulo debruçamo-nos muito concretamente sobre a evolução das estruturas familiares portuguesas utilizando a tipologia de Cambridge. A nossa análise será feita a nível distrital (principalmente no Continente) e em termos globais,

por zonas rurais e urbanas (Continente). Para o efeito utilizamos os dados dos Recenseamentos de 1970 e 1981, analisando-os segundo as categorias sócio-económicas, o número de activos e o número de desempregados.

Por outro lado, interrelacionando os estudos de alguns autores⁽¹⁾, quer do ponto de vista histórico-geográfico, quer do ponto de vista demográfico e histórico-demográfico, verifica-se que Portugal, por ser um país mediterrânico e atlântico revela características específicas, muito particulares (Ribeiro, 1986) partilhando de um sistema cultural e sócio-histórico Ibérico. Rowland afirma que há divisões regionais portuguesas que se prolongam pela Espanha e que a própria Península Ibérica, em muitos aspectos, encontra o seu complemento na Itália (Rowland, 1984: 14). Rowland refere ainda que a zona mediterrânica, devido às suas características próprias, tem-se afirmado como um campo cultural de diferenças quando comparado com as sociedades continentais e com o sudeste europeu, assumindo por vezes um estatuto de subalternidade por se distanciar dos padrões demográficos e das estruturas familiares identificados no noroeste europeu (Rowland, 1984: 14-15). Tendo em conta as considerações destes autores e o facto de sermos um dos países da Comunidade Europeia, considerámos oportuno dedicar-lhe o V Capítulo. Neste capítulo, utilizando o critério meramente estatístico, procuramos analisar em que medida a conjuntura demográfica e familiar portuguesa se

(1) Referimo-nos a estudos de Orlando Ribeiro (1986), Vitorino M. Godinho (1977), J. Nazareth (1984), (1978), (1977a), (1977b), Nazareth e Sousa (1983), Massimo Livi-Bacci (1978), Leon Poincard (1910), Paul Descamps (1935), Emílio Willems (1963), Robert Rowland (1984), entre outros.

aproxima ou afasta dos padrões da Europa dos Doze, ou se existe uma maior ou menor proximidade dos nossos indicadores em relação aos dos países mediterrânicos.

Apesar de se terem registado grandes mudanças, muito particularmente na última década, tais características continuam a suscitar grande interesse pela análise da sua experiência histórica e da sua diversidade regional referentes aos padrões demográficos e aos sistemas familiares. O seu estudo permite, por um lado, o conhecimento da realidade nacional, no sentido de avaliar a sua unidade e diversidade e, por outro lado, permite-nos fazer uma análise comparativa dos padrões regionais ocidentais e meridionais, que apesar das evoluções registadas, ainda se verificam no contexto da Europa Mediterrânica.

Conscientes de tais particularidades, não pretendemos neste trabalho fazer uma análise comparativa, do ponto de vista sociológico, das nossas estruturas familiares, dos padrões demográficos e dos papéis familiares com os mediterrânicos ou com os da Europa Ocidental. A análise comparativa dos vários indicadores estatísticos tem apenas a intenção de permitir-nos visionar melhor, em termos europeus, as regiões onde os padrões demográficos e familiares mais se aproximam e/ou afastam dos padrões tradicionais. De igual modo, pressupõe-se que nas regiões onde se verificam as maiores mudanças demográficos e familiares sejam as mesmas onde os papéis familiares mais evoluíram num determinado sentido, afastando-se, pelo menos, no desempenho de algumas tarefas dos vários papéis familiares em relação aos modelos até então existentes.

Repetimos, porém, que o principal objectivo da II Parte consiste em destacar como evoluíram internamente as estruturas familiares portuguesas recorrendo à interpretação de alguns indicadores demográficos disponíveis, atendendo ao facto deles, implicitamente, constituírem sintomas das principais alterações entretanto verificadas nos papéis familiares. Procuramos, sempre que possível, dar uma explicação sociológica da evolução interna relacionando-a com as diferentes estratégias familiares que a suportam. Dito de outro modo, interessa-nos conhecer se a diversidade das estruturas familiares se mantém, ou, se se caminha progressivamente para uma uniformidade de comportamentos demográficos procurando identificar os factores responsáveis por tal situação.

No sentido de completar o desenvolvimento da II Parte, consideramos oportuno incluir nela uma reflexão sobre os principais factores de evolução dos papéis familiares em Portugal ao longo do século XX.

CAPÍTULO III

**EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA PORTUGUESA
NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

3.1. EVOLUÇÃO GLOBAL DA POPULAÇÃO: INTRODUÇÃO

Analisando os dados dos últimos recenseamentos verifica-se que entre 1960 e 1970 a população portuguesa (Continente e Ilhas) diminuiu apresentando um diferencial de -2,5%, equivalente a uma perda de 226.100 indivíduos (Conim e Carrilho, 1989: 27). Durante a década de sessenta apenas cinco distritos do Continente (Braga, Aveiro, Lisboa, Porto e Setúbal) apresentavam um crescimento efectivo positivo. O crescimento do distrito de Braga deveu-se, sobretudo, ao seu elevado nível de natalidade. Nos outros quatro, os saldos positivos deviam-se às migrações internas. Os restantes distritos e as Regiões Autónomas tinham variações negativas situando-se entre -12% e -26% (casos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Vila Real, Viseu e Região Autónoma dos Açores) (cf. Conim e Carrilho, 1989: 27).

Durante a década de setenta e até 1987 a situação inverteu-se. A variação passa a ser fortemente positiva excepto para os distritos de Beja, Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Vila Real. Entre 1970 e 1981 a variação percentual da população portuguesa foi de +23,5%, entre 1981 e 1985 foi de +3,6% e entre 1981 e 1991 foi de +0,2%. Os dois primeiros aumentos devem-se, essencialmente, ao regresso de cidadãos nacionais dos países africanos de expressão oficial portuguesa, à redução dos fluxos emigratórios e ao regresso de emigrantes da Europa Ocidental.

Entre 1960 e 1986, a Taxa de Crescimento Natural (TCN) passou, respectivamente, de 13,3% para 3,2%, o que equivale a um decréscimo de 77% (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.1.) Em 1988 a Taxa Média Anual de Crescimento Natural reduziu-se para 2,4% enquanto a Taxa de Crescimento Efectivo (TCE) se situava em 0,4% em 1987 e em 0,3% em 1989 (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.2.). Este decréscimo foi constante à excepção dos anos entre 1975 e 1977, em parte devido ao aumento da natalidade provocado pelo retorno de mulheres em idade fecunda provenientes dos países africanos de expressão oficial portuguesa. Este decréscimo acentuado da TCN entre 1960 e 1986 é uma das características determinantes da mudança demográfica registada em Portugal nas últimas três décadas. Em meados dos anos oitenta, Portugal deixou de ser um dos países europeus com níveis de crescimento natural mais elevado aproximando-se dos valores registados nos países mais desenvolvidos, onde a intensidade da fecundidade já não assegura a substituição das gerações. Numa óptica distrital a TCN apresenta situações diversas. Alguns distritos do interior e do Alentejo têm TCN negativas desde os anos setenta.

Em 1987, sete distritos do continente (Beja, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre e Santarém) apresentavam saldos fisiológicos negativos. Em 1989 passaram a ser dez os distritos que se encontravam nessa situação (Coimbra, Viana do Castelo e Vila Real) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.1.).

O crescimento efectivo da população portuguesa nas últimas três décadas foi condicionado pela sua evolução natural (nascimentos menos mortes) e pela intensidade do fenómeno mi-

gratório (entradas menos saídas por migração), principalmente dos anos sessenta, cujo valor excedeu um milhão de indivíduos (entre legais e indocumentados). Este fluxo emigratório contribuiu para que as Taxas de Crescimento Efectivo fossem negativas no último quinquénio dos anos sessenta. Esta situação só se inverteu a partir dos anos de 1974, 1975 e 1976 como reflexo do regresso de portugueses das ex-colónias, da forte redução do fluxo emigratório e do regresso dos emigrantes da Europa Ocidental. A conjugação destes três factores reflectiu-se na TCE, que começou a subir, passando a ter valores positivos. Entre 1985 e 1990 o crescimento efectivo da população portuguesa baixou ligeiramente chegando aos -0,2% atingindo, de momento, uma situação de estabilidade. Este facto resulta de um crescimento natural em diminuição e do reduzido saldo migratório negativo (Ver Anexo III, Quadro Nº III.5.). O crescimento natural diminuiu atingindo presentemente os 0,1% ao ano aproximando-se do "crescimento zero" das populações, situação que é generalizada nas sociedades europeias.

Entre 1981 e 1991 a população quase que estabilizou passando de 9.833.000 para 9.853.000. Este reduzido aumento deve-se, fundamentalmente, à diminuição do crescimento natural (diferença entre o número de nascimentos e o número de mortos). Registe-se que o índice Sintético de Fecundidade (número médio de filhos por mulher) passou de 2,1 (limite mínimo para que as gerações se renovem) em 1981, para 1,9 em 1983 e para 1,5 em 1989. Desde 1983 Portugal deixou de ser uma das reservas demográficas da Europa. Ao longo desta década, cerca de 40% dos concelhos registaram um crescimento natural negativo.

Como já referimos, o efeito das migrações é um dos factores responsáveis pelo reduzido crescimento da população portuguesa entre 1981-1991. Durante esta década o seu crescimento efectivo total limitou-se a +0,2%. Este facto aparece como consequência de dois movimentos de sinal contrário: um crescimento natural positivo (+3,6%) e um crescimento migratório total negativo (-3,4%). O comportamento migratório foi um pouco inesperado, particularmente, no que se refere ao regresso de emigrantes, ficando àquem das expectativas e por se verificarem mais saídas por emigração do que o admitido (Carrilho et al, 1993: 4).

No que respeita ao crescimento efectivo cujas variações dependem da conjugação do crescimento natural com o migratório, algumas regiões compensaram as perdas migratórias com crescimentos naturais elevados. Em termos genéricos persiste a litoralização do crescimento natural. Segundo os actuais valores por NUTS II as regiões Autónomas (Açores, +7,4% e Madeira +6,0%) e a região Norte detêm os CN mais elevados (+6,6%) seguindo-se Lisboa e Vale do Tejo (+2,5%). O valor mais baixo do CN do Continente, e único negativo, regista-se no Alentejo (-1,4%), onde as perdas migratórias (apesar de não serem muito superiores, em termos relativos, às de outras regiões) não têm sido compensadas por ganhos no crescimento natural. No período de 1981-1991 apenas 30% dos concelhos apresentam um crescimento total positivo.

Os valores regionais dos crescimentos migratórios refletem a conjuntura negativa das migrações externas a nível nacional (Carrilho et al, 1993: 6). Os valores provisórios do

Recenseamento de 1991 assinalam o Algarve como a única região com uma entrada migratória líquida positiva (+5,3%). As restantes regiões do Continente evidenciam perdas, sendo as mais reduzidas em Lisboa e Vale do Tejo (-1,5%) e as mais fortes no Norte e no Alentejo (-4,7%). As regiões autónomas, por seu turno, apresentam perdas mais consideráveis: Açores (-9,7%) e Madeira (-5,8%).

A análise sub-regional (NUTS III) dos crescimentos migratórios revela que apenas em três regiões se verifica uma atracção migratória líquida: o Algarve (+5,3%), a Península de Setúbal (+4,7%) e o Oeste (+0,2%) (Carrilho et al, 1993: 6). Curiosamente, estes valores não traduzem a polarização clássica das cidades de Lisboa e Porto.

... (a grande Lisboa surge, nestes dados, com uma perda migratória de -3,8%, a qual, em valores absolutos, excede o ganho da região de Setúbal; estes dados reflectem, porém, a diminuição da própria cidade de Lisboa e não a dos concelhos periféricos da margem norte) (Carrilho et al, 1993: 6).

No seu conjunto a proporção entre homens e mulheres não se alterou durante a última década (1981-1991). Há 48% de homens para 52% de mulheres. Esta repartição é considerada normal em períodos estáveis, sem grandes convulsões sociais (guerras, migrações) e deve-se principalmente à ligeira sobre-mortalidade masculina.

Queremos salientar que na análise que se segue sobre a evolução das características da conjuntura demográfica da po-

pulação portuguesa optámos por não incluir a mortalidade por não ser relevante para o nosso estudo.

3.2. EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL

Desde 1960 que os níveis regionais de crescimento efectivo da população reflectem nitidamente o carácter selectivo dos fenómenos migratórios externos e internos. Ao longo dos últimos trinta anos permanece um forte poder de atracção dos distritos do litoral, continuando a acentuar-se a concentração populacional nas zonas mais industrializadas do país, embora na última década se processasse menos intensamente que na anterior.

Entre 1960 e 1985 a população do Continente passou de 93,3% para 94,9%, respectivamente, atingindo os 95% em 1991. Durante o período de 1960-1987 a população dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, passou, no total geral, de 32,2% para 44,2%. Se a esta juntarmos a dos distritos de Aveiro e Braga, verifica-se que os cinco distritos mais populosos do litoral concentravam quase metade da população do Continente, 45,8% em 1960, e mais de metade em 1987, 58,6% . Esta concentração agravou-se continuamente até 1989 (62,1%), verificando-se uma descida insignificante em 1991. No mesmo ano (1991) os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal comportam 47% da população total (47,2% em 1989) e juntando a dos distritos de Aveiro e Braga totalizam 62% (contra 62,1% em 1989).

A disparidade entre a concentração da população no litoral e o despovoamento do interior do país é bastante significativa continuando a acentuar-se. Nos últimos trinta anos a densidade populacional do Continente passou de 93,2 hab/km² em 1960, para 110,1 hab/km² em 1989, atingindo o valor mais elevado, baixando para 105,3 em 1991. Durante este período os distritos de Lisboa e Porto têm densidades muito superiores aos restantes. Em Lisboa passou de 500,9 hab/km² em 1960 para 771,4 hab/km² em 1989 e para 747,5 hab/km² em 1991. No Porto passou de 498,3 hab/km² em 1960 para 705,3 hab/km² em 1989 e para 677,4 hab/km² em 1991 (Ver Anexo III, Quadro Nº III. 2. e Mapa Nº III.1). Bastante distanciados, em termos quantitativos, ficam, por ordem decrescente, os distritos do litoral a norte do Tejo (Braga, Aveiro, Viana do Castelo, Leiria e Coimbra), que em 1960 tinham densidades entre 223,3 hab/km² e 109,9 hab/km² passando, em 1989, para valores compreendidos entre 292,4 hab/km² e 113,1 hab/km² e, em 1991, baixando para 279,1 hab/km² e 108,3 hab/km². No litoral norte só o distrito de Viana do Castelo diminuiu de densidade ao longo dos últimos trinta anos. Os restantes tinham, em 1960, densidades inferiores a 100 hab/km², sendo os do interior do país e do Alentejo (Guarda, Castelo Branco, Bragança, Portalegre, Évora e Beja) os que apresentavam valores mais baixos (entre 51,2 hab/km² e 27,1 hab/km² em 1960, diminuindo para 34,0 hab/km² e 16,4 hab/km², em 1991).

A sul do Tejo, até 1989, apenas dois distritos aumentaram a densidade, Setúbal e Faro. Em Setúbal foi a que subiu mais intensamente ultrapassando os 100 hab/km² a partir de 1974

passando para 159,6 hab/km² em 1989 e para 140,9 hab/km² em 1991. Entre 1989 e 1991 regista-se uma diminuição geral da densidade em todos os distritos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.2.)

A nível regional (NUTS III), as regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo concentram, presentemente, mais de dois terços do total da população portuguesa. O Centro comporta cerca de 18% enquanto as regiões do Alentejo, Algarve, Açores e Madeira, no seu conjunto, apenas perfazem 14% da população total do país.

Estes valores testemunham a continuidade do nosso desequilíbrio demográfico durante as últimas três décadas permanecendo a tendência para o despovoamento do interior. Este fenómeno surge como consequência do desenvolvimento assimétrico do país. Mantendo-se esta tendência, assistiremos ao agravamento dos desequilíbrios no desenvolvimento regional e nacional nos domínios económico, social, cultural e político.

Entre 1981 e 1991 a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, em conjunto, aumentaram o seu peso de 24,8% para 25,1% do total da população portuguesa (num país de cerca de 10 milhões de habitantes, 2 milhões e meio encontram-se concentrados nesta área); o Grande Porto viu elevar a sua proporção relativa de 11,4% para 11,8% do total. O peso destas duas regiões no país continua a ser elevado: mais de 1/3 do total (36,9%). Mas parece verificar-se alguma desaceleração das polarizações metropolitanas. O caso de Lisboa é o mais evidente: o ganho efectivo do conjunto desta área parece ser, apenas, de +1,4%, o que, no conjunto da década é pouco mais do que uma estabilização; o grande Porto aumenta, no global, cerca de +4,5%. Mesmo se estes ainda necessitam de ser corrigidos,

algumas tendências de reequilíbrio territorial se parecem, pois, verificar: quer uma maior disseminação do povoamento ao longo do litoral, quer, pontualmente, o crescimento demográfico de algumas zonas urbanas do interior (Carrilho et al, 1993: 8).

Os resultados preliminares do Recenseamento de 1991 revelam variações da população segundo a dimensão dos lugares, ou seja, dos povoamentos rural e urbano entre 1981 e 1991. Partindo da definição estatística de "centros urbanos" como as "localidades" com mais de 10.000 habitantes ou capitais de distritos (definição que encerra múltiplos inconvenientes), Portugal aumentou o seu grau de urbanização de 29,7% para 33,8% durante a última década (1981-1991). Com base nesta definição as regiões (NUTS II) evidenciam uma grande heterogeneidade. Lisboa e Vale do Tejo surge como a região mais "urbanizada" apresentando um grau de concentração de 53,3% para 54,9% (em relação ao total da população regional), seguindo-se, em 1991, a Madeira (com um aumento de 17,4% para 41,9%), o Norte (passando de 21,6% para 25,4%), o Algarve (de 24,1% para 23,4%), o Centro (de 11,6% para 19,2%), o Alentejo (de 14,3% para 16,2%) e Açores (13,8% para 13,6%) (Carrilho et al, 1993: 22) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.2.C.).

Os valores obtidos com base na definição de "centro urbano" como as localidades com 10.000 e mais habitantes, podem induzir a uma subavaliação da urbanização portuguesa quando comparada com a taxa de urbanização dos países europeus, que ronda os 70% da população total. "Não se compreendem, em termos comparativos, os baixos valores 'urbanos' das regiões mais

desenvolvidas (incluindo mesmo Lisboa) - por muito que Portugal seja ainda um país 'rural'" (Carrilho et al, 1993: 22). Além disso, esta definição concentra o fenómeno "urbano" na região de Lisboa e Vale do Tejo. Se tivermos em conta o peso dos valores absolutos da população "urbana" regional no país verifica-se "que ela ultrapassa metade do total (54,5%); se lhe juntarmos a região Norte, que conta com cerca de 1/4 do total (26,2%), obteremos uma imagem - não de todo irreal - da concentração urbana nessas duas grandes regiões" (Carrilho et al, 1993: 23).

A subavaliação mantém-se em relação a outras formas de urbanização específicas e das regiões litorais do país, nomeadamente do Norte, Centro e Algarve. Apesar disso, esta definição permite detectar variações nos valores do peso relativo das concentrações urbanas. Nas regiões Norte, Centro e Madeira aumentaram a sua participação no total embora ainda não atinjam os 50%. As restantes regiões, incluindo Lisboa, diminuem o seu peso. Repare-se que Lisboa diminuiu de 59,6% para 54,5% (Ver Anexo III, Quadro Nº III.2.C.). Esta definição, apesar das suas condicionantes permitiu detectar ritmos de concentração e de desconcentração urbana. Os ritmos mais elevados de aumento das "taxas de urbanização" regional registaram-se na Madeira, Centro e Norte, muito particularmente nas duas primeiras, enquanto nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo as taxas de urbanização aumentaram muito ligeiramente. No Algarve e nos Açores esta definição permitiu detectar desconcentrações (Carrilho et al, 1993: 23).

Se em vez dos lugares de 10.000 e mais habitantes analisarmos o fenómeno da urbanização por lugares com 2.000 ou mais habitantes, a taxa de urbanização global do país aumenta de 43,1% para 48,9% (Ver Anexo III, Quadro Nº III.2.D.). Estes valores, apesar de mais razoáveis são ainda baixos quando comparados com as taxas de urbanização dos países da Comunidade Europeia. Segundo este critério, em 1991, a hierarquia das regiões mais "urbanizadas" seria: Lisboa e Vale do Tejo (passando de 71,8%, em 1981, para 73,8%, em 1991), Algarve (passando de 40,5% para 47,7%), Açores (passando de 43,4% para 46,4%), Alentejo (passando de 40,5% para 45,6%), Madeira (passando de 20,9% para 43,8%), Norte (passando de 29,9% para 36,4%) e Centro (passando de 20,0% para 28,3%).

Esta abordagem da "urbanização" portuguesa permite fazer uma leitura diferente da ocupação do território evidenciando algumas distorções regionais, fazendo sobressair certas formas de "urbanização de pequeno nível", ou "urbanização difusa", muito comum nas regiões industrializadas do litoral Centro e Norte do país. Analisando o mesmo fenómeno com base na junção das "localidades" de população entre 2.000 e 10.000 habitantes, incluindo-as na categoria do "urbano", conclui-se que o povoamento parece geograficamente mais concentrado no sul (Alentejo) e nos Açores (Carrilho, 1993: 23).

Esta abordagem permite identificar algumas dinâmicas do povoamento detectando aumentos regionais generalizados de concentração. Desta análise sobressaiem os casos do Algarve e dos Açores, enquanto a situação de Lisboa aparece como relativamente menos importante. Além disso, conclui-se que as varia-

ções baseadas nesta definição são mais homogéneas que as anteriores (Carrilho et al, 1993: 23).

3.3. REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADES

Na década de oitenta registou-se uma mudança estrutural na população portuguesa acentuando-se o fenómeno do seu duplo envelhecimento (na base e no topo). Entre 1981 e 1991 a percentagem de jovens (indivíduos com menos de 14 anos) baixou de 25,5% para 20,2% enquanto, no mesmo período, a percentagem de idosos (indivíduos com mais de 65 anos) subiu de 11,4% para 13,5% (Ver Anexo III, Gráficos Nºs III.3. e III.4. e Quadro Nº III.2.A.). A redução da natalidade é o principal factor explicativo deste envelhecimento. A proporção de idosos aumenta a um ritmo médio anual de 1,7% enquanto a população jovem tem evoluído a uma taxa média de -2,3% ao ano. O aumento da esperança de vida e a redução da mortalidade não influenciaram directamente esta situação por incidirem também na mortalidade infantil, permitindo ganhos de vida simultâneos na infância e na velhice.

A principal diferença entre as pirâmides de 1981 e 1989/1991 reside na considerável diminuição da base, onde os efectivos dos zero aos catorze anos tendem a estar cada vez menos representados. Por outro lado, verifica-se um ligeiro alargamento no topo assinalando o aumento da proporção de idosos. Estas alterações na estrutura etária da população estabelece

novos equilíbrios entre os vários grupos etários e novas relações entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de 15 anos e com 65 e mais anos).

Em 1981, por cada 100 jovens (indivíduos com menos de 15 anos) existiam 45 idosos (indivíduos com 65 e mais anos). Em 1991, por cada 100 jovens existiam 67 idosos.

Ao longo da última década o índice de dependência total baixou de 59 para 51, ou seja, em 1981 cada 100 indivíduos em idade activa tinham a cargo 59 jovens e idosos, em 1991 esse índice passou para 51. Os índices de dependência de jovens e idosos evoluíram em sentidos opostos resultando sobretudo da quebra acentuada dos níveis de fecundidade. A diminuição da mortalidade não exerceu grande influência por reflectir-se em todas as idades, principalmente na mortalidade infantil.

Em termos globais, acentuou-se o envelhecimento da população portuguesa, situação que é mais evidente nas Regiões Autónomas do que no Continente. Apesar disso, e segundo as Estatísticas Demográficas de 1992 do Eurostat, Portugal apresenta um nível de envelhecimento menos grave do que a Europa dos Doze. Em 1990, Portugal detinha a segunda mais elevada proporção de jovens dos 0-14 anos, 21% (depois da Irlanda com 27%, registando-se a mais baixa na RFA, 15%) e uma das menores proporções de idosos, 13% (conjuntamente com a Espanha, Luxemburgo e Países Baixos). Todavia, a nível regional há situações

de envelhecimento extremamente graves, nomeadamente no Alentejo (Ver Anexo III, Quadro Nº III.2.B.).

Entre 1981 e 1991 registou-se uma perda global de 515.845 indivíduos do grupo dos 0-14 anos. Em termos de grandes regiões (NUTS II), o Norte sofreu a maior quebra desse grupo etário contabilizando menos 210.553 indivíduos, em segundo lugar a região de Lisboa e Vale do Tejo, com menos 158.123 indivíduos, e em terceiro lugar a região Centro com menos 92.680 indivíduos. Estes valores equivalem, no conjunto, a uma perda de 89% da população com menos de quinze anos. As menores quebras de jovens registaram-se no Algarve e nos Açores (Ver Anexo III, Quadro Nº III.2.B.).

À excepção do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo, todas as regiões assinalam uma perda de população do grupo etário dos 15-24 anos entre 1981 e 1991.

No total da população em idade activa (15-64 anos) a região Norte, em virtude das elevadas taxas de natalidade do passado recente, regista o maior aumento do grupo dos 25-64 anos (15,9%) ultrapassando o triplo do valor observado nas regiões Centro e de Lisboa e Vale do Tejo. Em relação a este último grupo (25-64 anos) apenas o Alentejo regista uma percentagem negativa (-4,5%).

O maior aumento percentual da população com 65 e mais anos (idosos) entre 1981 e 1991 ocorreu na região de Lisboa e Vale do Tejo (24,8%) imediatamente seguida pela região Norte (17,8%).

Segundo as alterações verificadas nas estruturas etárias da população portuguesa durante a última década, as regiões (NUTS II), para 1991, no que se refere ao índice de envelhecimento, apresentam a seguinte hierarquia: Alentejo (108,0), Algarve (94,9), Centro (85,5), Lisboa e Vale do Tejo (71,6), Madeira (46,6) e Açores (46,3). A análise por sub-regiões revela, porém, situações extremamente preocupantes, registando-se índices muito superiores a 100, nomeadamente, no Pinhal interior Sul (161,6), Beira Interior Sul (157,1) e Alto Alentejo (125,0). Ao nível de concelhos a situação é por vezes, ainda mais grave, havendo três idosos por cada jovem. Estão neste caso os concelhos de Idanha-a-Nova (286,7), Gavião (284,7), Vila Velha de Ródão (283,0) e Nisa (268,3) (Carrilho et al, 1993: 17).

Quanto à Dependência Total, ao nível de NUTS II, os índices mais elevados registam-se nos Açores (64,0) devido ao peso dos jovens e no Alentejo (58,2) devido ao peso dos idosos. Em termos de concelho, o de Idanha-a-Nova apresenta a maior população a cargo (por cada 100 adultos há 89 jovens e idosos a cargo) sendo o elevado envelhecimento da zona o principal responsável pela situação (Carrilho et al, 1993: 17).

Mantendo-se a tendência para o agravamento do envelhecimento demográfico, Portugal terá de preparar-se para fazer um esforço de reflexão em termos sócio-políticos devido às implicações deste acontecimento a todos os níveis, nomeadamente, na oferta de trabalho, na saúde e segurança social, nos hábitos de consumo e de lazer, entre outros, e da integração dos idosos na família.

3.4. EVOLUÇÃO DA NATALIDADE E DA FECUNDIDADE

A diminuição do volume global dos nascimentos durante os últimos trinta anos é uma das características mais marcantes da transição demográfica portuguesa. Em 1960, Portugal teve um volume global de nados-vivos de 214 mil indivíduos de ambos os sexos. Entre 1960 e 1967 esse volume baixou ligeiramente para um valor médio superior a 200 mil. A partir de 1967 a tendência decrescente acentuou-se progressivamente registando-se em 1991 cerca de 116 mil nascimentos. Este valor comparado com o de 1960 representa um decréscimo de 45,8% no volume de nascimentos. Esta redução só é contrariada em 1975 e 1976, facto que se explica pelo retorno de portugueses das ex-colónias e pelo impacto que esta nova população teve na fecundidade. A partir dessa data o decréscimo é constante tornando-se mais evidente entre 1976 e 1987 (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.5.).

A Taxa Bruta de Natalidade (TBN) que em 1960 rondava os 24%. passou para 19,2%. em 1976 e para 11,8%. em 1987 mantendo o mesmo valor em 1991. Entre 1960 e 1987 a intensidade da natalidade sofreu uma redução de mais 50% (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.6.). Embora este decréscimo fosse generalizado, verificam-se situações diferentes da sua evolução a nível distrital.

Em 1970 havia três distritos do Continente (Braga, Porto e Aveiro - ordem decrescente) que apresentavam as TBN mais elevadas, entre 24,1%. e 20,3%. . Os restantes distritos, no mesmo ano, situavam-se entre 20%. e 10%. . Registavam-se TBN

entre 20%. e 15%. em Lisboa, Viana do Castelo, Viseu, Coimbra, Vila real e Leiria (ordem decrescente). As taxas mais baixas, entre 13,8%. e 10,6%. registavam-se nos distritos de Bragança, Setúbal, Santarém, Faro, Guarda, Portalegre, Évora, Castelo Branco, e Beja (ordem decrescente) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.3. e Mapa Nº III.2.).

A partir de 1980 todos os distritos do Continente tinham TBN inferiores a 20%. (Braga tem a mais elevada, 19,7%. e Portalegre a mais baixa, 11,7%.) verificando-se uma tendência para uma maior aproximação dos seus valores. Ao longo dos anos oitenta as TBN continuaram a descer atingindo em 1989 valores entre 14,6%. (em Braga mantendo-se este distrito com o valor mais elevado) e 9,2%. (em Santarém, valor mais baixo). Em 1991 verifica-se uma relativa estabilização distrital das TBN, embora os distritos de Braga, Porto e Aveiro continuem a registar os valores mais elevados do Continente, 15%. , 13,9%. e 12,7%. , respectivamente. A maioria dos distritos (dez) tem TBN entre 11,5%. e 9,6%. (Faro, Viseu, Vila Real, Leiria, Viana do Castelo, Lisboa, Setúbal, Coimbra, Santarém e Bragança - ordem decrescente). Os restantes distritos (Beja, Guarda, Portalegre, Castelo Branco e Évora) registam as TBN mais baixas do Continente, apontando-se o de Évora com um valor nunca antes atingido (6,5%). Saliente-se que à excepção de Évora, único distrito do sul que apresenta uma descida de 42,8% nas TBN entre 1960 e 1991, verificaram-se quebras na ordem dos 38% nos distritos que ainda detêm as TBN mais elevadas do Continente (Braga, Porto e Aveiro). Os restantes

distritos, durante o mesmo período, apresentam descidas de 28,9% (Santarém), 22% (Portalegre) e 11,3% (Beja).

Em 1991, as TBN por NUTS III (Ver Anexo III, Quadro Nº III.3.B.) demonstram sensivelmente a mesma tendência registada para 1989. A região norte mantém a taxa mais elevada, 13,4%, em segundo lugar o Algarve com 11,5%, em terceiro as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Centro com 10,7% e 10,6%, respectivamente, e por fim o Alentejo com a TBN mais baixa do Continente, 9,5%. Este valor justifica-se, fundamentalmente, pelo envelhecimento progressivo da população alentejana provocado pelo fenómeno migratório.

A descida generalizada da TBN é bastante significativa aparecendo associada a mudanças no comportamento da fecundidade. Um dos aspectos mais marcantes dessa mudança consiste na evolução da ordem de nascimentos dos nados-vivos segundo as idades das mães (Ver Anexo III, Quadro Nº III.4.).

Entre 1960 e 1991 assiste-se progressivamente a uma forte concentração da proporção de nascimentos de 1ª e 2ª ordens, passando de 54,8% para 84,0%, respectivamente, enquanto os de 3ª ordem e mais baixaram de 45,2% para 16,0%. Esta evolução explica-se, sobretudo, pelas transformações ocorridas na intensidade e no calendário da fecundidade da mulher portuguesa.

A análise torna-se mais clara se observarmos atentamente a evolução histórica das Taxas de Fecundidade Geral por grupos de idade (TFG) das portuguesas entre 1960 e 1989 nos distritos do Continente (Ver Anexo III, Quadro Nº III.6. e Gráficos Nºs III.7. e III.8.).

Fazendo uma apreciação global verifica-se que nos últimos trinta anos as TFG apresentam uma tendência decrescente em todos os grupos etários embora se registem algumas variações significativas nos dois primeiros grupos (dos 15-19 e dos 20-24 anos). Nos restantes o decréscimo é praticamente contínuo. No grupo dos 15-19 anos, as TFG invertem a tendência. Esta é crescente entre 1960 e 1977, passando a decrescer ligeiramente de 1977 a 1989. O grupo dos 20-24 anos apresenta maior irregularidade, mas, a partir de 1983 a descida torna-se contínua.

A evolução das TF foi relativamente lenta durante os anos 60 e 70. As principais mudanças ocorreram na década de 80, período em que se verificaram decréscimos constantes em todos os grupos etários. As Taxas Globais de Fecundidade Geral reduziram-se significativamente ao longo dos últimos trinta anos passando de 85,9% em 1960, para 78,8% em 1970, para 50,4% em 1986 e para 45,7% em 1989, o que representa uma baixa de 46,8% na sua intensidade. Estas alterações foram as principais responsáveis pelo decréscimo das Taxas Brutas de Natalidade durante o mesmo período.

Analisando a evolução das Taxas de Fecundidade Geral (TFG) por distritos do Continente, nos anos 80, verifica-se que a descida da sua intensidade foi generalizada mas não homogénea (Ver Anexo III, Quadro Nº III.7.). Entre 1981 e 1989 a TFG do Continente passou de 63,0% para 44,8%. . Em 1981 os distritos de Braga, Viseu, V. Real, Bragança, Aveiro, V. do Castelo, Porto e Guarda (ordem decrescente) tinham TFG superiores à média (do Continente), cujos valores se situavam entre 82,3% e 64,2%. . Os restantes distritos tinham, no

mesmo ano, taxas inferiores à média (do Continente), registando-se as mais baixas, em Setúbal (55,7%) e Lisboa (52,7%). Em 1989 há doze distritos (Braga, Faro, Viseu, Porto, Portalegre, V. Real, Évora, Guarda, Beja, Aveiro, Leiria e C. Branco - ordem decrescente) com TFG superiores à do Continente (44,8%), situando-se entre 54,9% e 44,9%. As restantes são inferiores a 44,8%, mantendo-se os distritos de Lisboa (39,6%) e Setúbal (36,0%) com os valores mais baixos, o que já se observava em 1981.

As análises das Taxas de Fecundidade Geral por grupos de idade (TFG) provam que durante os últimos 20 anos, principalmente durante a década de 80, houve grandes mudanças nas intensidades das fecundidades geral e específica em todos os distritos do Continente. Todavia, essas transformações não ocorreram da mesma forma e ao mesmo ritmo em todos os distritos (Ver Anexo III, Quadros N^{os} III.7. e III.8.).

Em 1970, a diferença percentual da intensidade da fecundidade entre os distritos de TFG mais elevada (Braga, 116,4%) e mais baixa (Évora, 55,9%) era de 52,0%, passando em 1981 para 36,0% (entre Braga, 82,3% e Lisboa, 52,7%) e em 1989 para 34% (entre Braga, 54,9% e Setúbal, 36,0%).

Analisando as variações percentuais das TFG dos distritos (do Continente) em relação à TFG do Continente em 1970 verifica-se que, só os distritos mais ao norte (Braga, V. Real, Viseu, Porto, Aveiro e Bragança) tinham TFG superiores à média. Entre 1970 e 1981, e, mantendo o mesmo valor de referência, as TFG desceram em todos os distritos, embora o de

Braga fosse o único que ainda apresentava variação positiva (em relação à TFG do Continente em 1970). As variações mais fortes, durante o mesmo período, registaram-se nos distritos de Lisboa, Setúbal, C. Branco, Santarém, Évora, Portalegre, Faro, Beja e Coimbra (entre 34,0% e 22,3%). Os de Guarda, Porto, V. do Castelo, Aveiro e Bragança desceram entre 19,6% e 12,6% e, finalmente, V. Real e Viseu registaram as variações mais baixas, entre 5,6% e 1,8% . Os distritos do norte mantêm, em 1981, as TFG mais elevadas do Continente (Ver Anexo III, Quadro Nº III.9.).

Analisando as variações entre 1970 e 1989, verifica-se que todos os distritos registaram descidas bastante fortes. Em Setúbal, Santarém e Lisboa registaram-se as maiores baixas (entre 54,9% e 50,4%), seguindo-se V. do Castelo, Coimbra, Bragança, C. Branco, Leiria, Guarda, Aveiro, Évora, Beja, V. Real e Portalegre (entre 47,7% e 40,9%). Finalmente os distritos do Porto, Viseu, Faro e Braga apresentavam as menores variações (entre 38,5% e 31,3%) durante os últimos vinte anos.

A análise das variações percentuais de cada distrito em relação às TFG do Continente em 1981 e em 1989 permite-nos concluir que entre esse período as descidas das TFG acentuaram-se em relação à década anterior. Os distritos de Setúbal, Santarém, Lisboa, V. do Castelo, Coimbra e Bragança - - ordem decrescente - registaram as maiores descidas colocando-se abaixo da TFG do Continente em 1989. Além disso conclui-se que:

- o distrito de Braga mantém a TFG mais elevada do Continente registando a menor descida percentual desde 1970;

- os distritos de Viseu, Faro e Braga apresentam as menores descidas percentuais das TFG durante os anos 80 (entre 19,7% e 12,9%);

- o distrito de Setúbal tem em 1981 a segunda TFG mais baixa do Continente, continuando a descer fortemente até 1989, registando nesse período a maior queda percentual (-54,9%);

- o distrito de Faro tinha em 1981 uma TFG abaixo da do Continente, registando em 1989 a segunda menor descida percentual da TFG, passando a ter valores acima da média desde 1985.

A análise das variações percentuais das TFG nos distritos do Continente entre 1970 e 1989 (Ver Anexo III, Quadros Nº^s III.9. e III.10.) permite-nos concluir que houve uma maior aproximação dos valores interdistritais das TFG, mas evidencia também uma grande heterogeneidade nas respectivas variações. Este efeito pode resultar, em parte, do facto da TFG ser um indicador grosseiro não eliminando os efeitos das estruturas da população feminina em idade fértil (15-49 anos), ou seja, não tem em conta as proporções de mulheres nos vários grupos etários residentes em cada distrito. A comparação interdistrital dos níveis de fecundidade geral só faz sentido se eliminarmos, tanto quanto possível, os efeitos das respectivas estruturas, o que se consegue por intermédio dos índices de Coole. Um desses índices é o Indicador de Fecundidade Geral (If) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.11.).

O If varia entre zero e um. A fecundidade geral é tanto maior quanto mais se aproximar de um (no limite máximo seria

igual a um) e tanto menor quanto mais se aproximar de zero (no limite mínimo seria igual a zero).

A análise do If por distritos evidencia que (Ver Anexo III, Quadro III.11.):

- em 1970 o distrito de Braga regista o If mais elevado do Continente (0,319), seguindo-se os de V.Real, Viseu, Porto, Aveiro e Bragança, ordem decrescente (entre 0,287 e 0,256), com If superiores ao do Continente (0,223) . O distrito de V. do Castelo tem If igual ao do Continente (0,223), enquanto os restantes não atingem esse valor (Guarda, Leiria, Coimbra, Lisboa, Beja, Portalegre, Faro, Santarém, C. Branco, Setúbal e Évora, ordem decrescente, entre 0,207 e 0,161);

- em 1981 o distrito de V. Real tem o If mais elevado (0,239), seguindo-se os de Viseu, Braga, e Bragança, ordem decrescente (entre 0,239 e 0,200), e ainda os de V. do Castelo, Aveiro, Guarda, Porto, Beja e Leiria (entre 0,190 e 0,175) com If acima do do Continente (0,174). Coimbra iguala esse valor (0,174) enquanto os restantes distritos (Portalegre, Faro, Évora, Santarém, C. Branco, Setúbal e Lisboa, ordem decrescente (entre 0,168 e 0,146), têm os If mais baixos do Continente;

- em 1989 o distrito de Faro regista o If mais elevado (0,142), seguindo-se os de Braga, Viseu, Porto, Portalegre, Évora, Beja, Aveiro e Leiria (ordem decrescente, entre 0,140 e 0,122) com If acima do do Continente (0,121), enquanto os de V. Real e C. Branco igualam esse valor (0,121). Os restantes distritos (Guarda, Coimbra, Bragança, Lisboa, V. do Castelo,

Santarém e Setúbal (ordem decrescente entre 0,120 e 0,102) registam os If mais baixos do Continente.

As diferenças percentuais entre os valores extremos do If passaram de 49,5% em 1970 (entre Braga e Évora), para 38,9% em 1981 (entre V. Real e Lisboa) e para 28,2% em 1989 (entre Faro e Setúbal). Estes valores evidenciam, por um lado, uma descida muito forte e generalizada da intensidade da fecundidade geral, por outro, mostra-nos que existe alguma heterogeneidade nos comportamentos da fecundidade e nas estruturas da população.

Saliente-se que em 1970 havia seis distritos com If acima do do Continente (sendo todos do norte). Em 1981 há dez distritos nessa situação, o que significa que houve distritos onde os If desceram mais intensamente, ao ponto de se aproximarem dos que já tinham valores bastante baixos provocando simultaneamente uma grande quebra no If do Continente.

Em 1989 há nove distritos com If superiores ao do Continente, incluindo distritos do norte, centro e sul, o que significa que os valores interdistritais continuam a aproximar-se atingindo níveis bastante baixos, entre 0,102 (Setúbal) e 0,142 (Faro). Em termos globais o If do Continente sofreu uma quebra de 45,7% na sua intensidade entre 1970 e 1989.

Analisando conjuntamente os valores distritais das TFG (Quadro Nº III.7., Anexo III), das variações percentuais das TFG (Quadro Nº III.10., Anexo III) e das variações percentuais dos If (Quadro Nº III.12., Anexo III) verifica-se que nem sempre existe um paralelismo entre esses valores, para os mesmos

anos, o que evidencia o efeito das estruturas da população. As variações dos If são quase sempre superiores às variações das TFG (entre 1981 e 1989), exceptuando os distritos de Coimbra, Faro e Setúbal. As reduções verificadas no If e na TFG evidenciam claramente uma mudança dos comportamentos da fecundidade das mulheres portuguesas. Todavia, essa mudança não se pode explicar unicamente pelas proporções de mulheres nos grupos de idades mais fecundas (dos 20-24 e dos 25-29 anos em relação ao total de mulheres dos 15-49 anos residentes nos distritos - Ver Anexo III, Quadro Nº III.13.).

As mudanças verificadas no comportamento e na intensidade da fecundidade das mulheres portuguesas reflectem-se fortemente na descendência final, ou seja, no número médio de filhos por mulher. A descendência média (DM) era de 3 filhos por mulher em 1960, baixando sucessivamente para 2,8 em 1970, para 1,7 em 1985 e para 1,5 em 1989, o que equivale a uma redução de 47% .

A análise distrital da descendência média nos anos oitenta revela que (Ver Anexo III, Quadro Nº III.14.):

- em 1981, só os distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém tinham DM inferior a 2 filhos por mulher (entre 1,79 e 1,99) enquanto nos distritos de Viseu, Braga e V. Real a DM ainda se aproximava dos três filhos por mulher (entre 2,77 e 2,68);

- em 1985 a DM baixa sensivelmente em todos os distritos mantendo-se apenas os de Braga e Viseu com uma DM de 2 filhos por mulher;

- em 1989 mantêm-se as descidas em todos os distritos, situando-se entre 1,73 (Faro, valor mais elevado) e 1,31 e

1,28 (em V. do Castelo, Santarém, Setúbal e Bragança, valores mais baixos). Estes valores justificam-se pelas TFG nos grupos de idades mais fecundas, principalmente, dos 20-24 anos e dos 25-29 anos (Ver Anexo III, quadro Nº III.8.).

Os distritos que têm maior DM em 1989 (Faro e Braga, ordem decrescente) são os que têm TFG mais elevadas nos grupos etários dos 20-24 e dos 25-29 anos. Acontece exactamente o inverso nos quatro distritos que registam as DM mais baixas (V. do Castelo, Santarém, Setúbal e Bragança).

A Taxa Bruta de Reprodução (TBR), ou seja, a descendência média final que as mulheres em idade fecunda deixaram para assegurar o processo de substituição das gerações passou sucessivamente pelos seguintes valores: 1,50 em 1960, 1,34 em 1970, 1,03 em 1981, 0,81 em 1985, 0,75 em 1987 e 0,71 em 1989 (Ver Anexo III, Quadro Nº III.15.). As Taxas Líquidas de Reprodução (TLR) seguem a mesma tendência registando-se valores idênticos aos das TBR. Mantendo-se os actuais níveis de reprodução já não se conseguirá assegurar a substituição das gerações no futuro. A explicação para as variações distritais das TBR e das TLR são as mesmas apresentadas para os If (indicadores de fecundade geral) e para a DM.

Em 1989 os distritos de Faro e Braga (ordem decrescente) apresentam os If, as DM, as TBR e TLR mais elevadas, enquanto os distritos de Santarém, Setúbal, e V. do castelo registam os valores mais baixos desses indicadores. Repare-se que o distrito de Faro foi o que manteve os If, as DM e as TBR mais estáveis durante a década de 80 (-18,4%, variações da DM e da

TBR), enquanto os de Santarém, Setúbal, V. do Castelo e Bragança registaram, no mesmo período, as maiores descidas em termos percentuais (entre -39,6% e -38,2%, variações da DM e da TBR) (Ver Anexo III, Quadros Nºs III.12., III.16. e III.17.).

Analisando as variações percentuais da DM (Ver Anexo III, Quadro Nº III.16.) e as variações das TBR nos distritos do Continente (Ver Anexo III, Quadro Nº III.17.) constata-se o paralelismo entre as variações percentuais das DM e das TBR por distritos. Entre 1970 e 1981 as maiores descidas das DM e das TBR registaram-se em Lisboa e Setúbal, seguindo-se C. Branco, Santarém, Faro, Évora e Portalegre. Em 1981 havia nove distritos com DM e TBR acima das do continente, entre eles, Viseu, Braga, V. Real, Bragança e V. do Castelo, com variações entre +30,7% e +11,3%, seguindo-se Guarda, Aveiro, Beja e Porto, com variações entre +7,5% e +1,9% (variações da DM). Estes valores demonstram que em 1981 havia uma grande heterogeneidade distrital em relação a estes indicadores (DM e TBR).

Entre 1981 e 1989 os níveis distritais destes indicadores baixaram fortemente e de uma forma generalizada. Daí resultou uma maior aproximação dos valores interdistritais, e, simultaneamente, uma grande quebra na DM e na TBR do Continente. O distrito de Faro aparece como única excepção por ter sofrido as menores variações durante a década de 80, registando em 1989 os valores mais elevados da DM e da TBR no Continente. Os restantes distritos que, a seguir a Faro, sofreram as menores descidas nestes indicadores, para o mesmo período, foram Braga, Porto, Viseu, Évora e Portalegre (entre 23,1% e

29,2% , variações da DM). Estes seis distritos são os que, em 1989, registam variações positivas nas DM e TBR.

Procurando destacar os comportamentos da fecundidade que levam estes seis distritos a registarem variações positivas relacionámos simultaneamente os valores das TFG, dos If, das DM e das TBR em 1989 (Ver Anexo III, Quadros N^{os} III.8., III.11., III.14. e III.15.). Desta análise conjunta conclui-se que:

- o distrito de Faro assegura o If, a DM e a TBR mais altas do Continente registando TFG elevadas, principalmente, nos grupos dos 15-34 anos (o grupo dos 15-19 anos - em Faro - é o 2^o mais forte do Continente na TFG, enquanto no distrito de Beja este grupo ocupa a 1^a posição); o grupo dos 20-24 anos (o mais fecundo) tem em Faro a TFG mais elevada do Continente; o grupo dos 25-29 anos (o segundo grupo mais fecundo) tem a 2^a TFG mais forte do Continente, a seguir a Braga; finalmente, o grupo dos 30-34 anos situa-se entre os três mais fortes, depois de Braga e Viseu). Em suma, o distrito de Faro apresenta um calendário de fecundidade muito jovem, apresentando-se exactamente como o mais jovem e o mais curto do Continente⁽¹⁾;

- o distrito de Braga assegura a 2^a posição nos valores mais elevados do If, da DM e da TBR, em 1989, registando as TFG mais altas do Continente nos grupos dos 25-29 anos e dos 30-34 anos, ocupando a 3^a posição das TFG no grupo dos 20-24

(1) Recorde-se que, segundo o Recenseamento Geral da População de 1991, o distrito de Faro regista o maior crescimento populacional do País em relação a 1981 (+5%).

anos (depois de Faro e Beja) e a 2ª mais forte no grupo dos 35-39 anos (depois de V. Real). Este facto demonstra que o calendário de fecundidade do distrito Braga, não só é jovem, como se prolonga por um período mais longo;

- o distrito do Porto assegura a 3ª posição em relação ao If, DM e TBR registando TFG por grupos de idade superiores à média do Continente em todos os grupos etários à excepção do dos 15-19 anos, embora se aproxime dos valores mais altos das TFG registadas nesse grupo etário. Neste distrito o calendário da fecundidade é mais longo prolongando-se por grupos de idades mais avançadas;

- o distrito de Viseu assegura a 4ª posição em relação ao If, DM e TBR registando TFG acima da média do Continente em todos os grupos etários, exceptuando o dos 25-29 anos;

- o distrito de Portalegre assegura a 5ª posição registando o 4º lugar entre as TFG mais elevadas no grupo dos 15-19 anos (depois de Beja, Faro e Évora) e a 2ª TFG mais elevada no grupo dos 20-24 anos (depois de Faro).

Vejamos, entretanto, os distritos que apresentam os If, as DM e as TBR mais baixas do Continente. Em 1981 os de Lisboa, Setúbal e Santarém destacavam-se já do resto do país registando DM inferiores a 2 filhos por mulher e TBR abaixo de 1,00 (Lisboa, 0,87, Santarém, 0,97 e Setúbal, 0,92). Segue-se imediatamente o distrito de C. Branco, que em 1981 ainda tinha uma DM de 2,01 filhos mas registava uma TBR inferior a 1,00 (0,98). Além deste surgem quatro distritos com DM abaixo e/ou igual a 2,10 filhos p/mulher (Faro, com 2,03, Évora com 2,04, Portalegre com 2,07 e Coimbra com 2,10).

Analisando as TFG por grupos de idade destes distritos, para 1981, e, relacionando-as com os respectivos If, DM e TBR, verifica-se que a inferioridade dos valores desses indicadores deve-se às baixas TFG registadas nos grupos de idades mais fecundas (20-24 anos e 25-29 anos, principalmente). Estavam nesta situação os distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém. seguem-se imediatamente C. Branco, Faro, Évora e Portalegre com TFG inferiores à média do Continente nos grupos dos 25-29 anos e dos 30-34 anos (os grupos mais fecundos).

Analisando a mesma situação para 1989, verifica-se que houve, não só, uma descida generalizada do If, das DM e das TBR, mas também, uma maior aproximação dos respectivos valores distritais. A diferença percentual entre os valores limites (máximo e mínimo) do If passou de 38,9% em 1981 (entre V. Real e Lisboa), para 28,2% em 1989 (entre Faro e Setúbal). A diferença percentual da DM passou de 35,4% em 1981 (entre Viseu e Lisboa), para 26,0% em 1989 (entre Faro e Santarém e/ou V. do Castelo). A TBR tinha em 1981 uma diferença percentual 35,6% (entre Viseu e Lisboa), passando para 27,1% em 1989 (entre Faro e Santarém).

Procurámos saber se as variações interdistritais destes indicadores apresentavam alguma relação com a proporção (%) de mulheres nos grupos de idades fecundas em relação ao total de mulheres dos 15-49 anos residentes nos distritos. Relacionando os valores do Quadro Nº III.8. com os dos Quadros Nºs. III.7., III.11., III.13, III.14. e III.15. verifica-se que, em 1989, o distrito onde se registam os valores mais elevados da DM, do If e da TBR (Faro) tem fracas proporções (%) de mulheres nos

grupos etários mais fecundos (dos 20-24 anos e dos 25-29 anos) mas detém as mais altas TFG nesses dois grupos.

Os distritos de Santarém e V. do Castelo têm as DM, os If e as TBR mais baixas em 1989 por possuírem as TFG mais baixas nos grupos de idades mais fecundas, embora existam em maior proporção (%) em relação ao total de mulheres dos 15-49 anos residentes nos respectivos distritos.

A década de 80 embora se caracterize por uma descida generalizada destes indicadores, os distritos apresentam alguma heterogeneidade, nomeadamente, no comportamento da fecundidade por grupos etários. Além disso, as proporções de mulheres nos grupos etários mais fecundos sofreram algumas alterações devido às migrações internas e/ou externas. Este fenómeno pode influenciar, de algum modo, as TFG por grupos de idade, os If, as DM e as TBR distritais. Todavia, a intensidade das descidas destes indicadores sugerem que a mulher portuguesa controla a sua fertilidade reduzindo cada vez mais o seu período reprodutivo. As variações interdistritais parecem associadas a factores que interferem nas condições que conduzem à mudança do comportamento da fecundidade e não propriamente à proporção de mulheres nos dois grupos de idades mais fecundos.

O prolongamento da escolaridade, a melhoria das condições vida, o aumento da participação da mulher na vida activa e a intensidade com que essa participação se processa, aliado a outros factores de desenvolvimento regional, geram situações diferenciadas (a nível distrital) condicionando a velocidade

de ocorrência de certos acontecimentos que poderão estar na origem da mudança dos comportamentos da fecundidade. O meio (rural/urbano) e o ritmo a que estes factores se manifestam afigura-se-nos como os principais agentes responsáveis pelas variações interdistritais destes indicadores.

As natalidades legítima e dentro do casamento reduziram-se substancialmente, entre a década de 70 e 80. Analisando as Taxas de Fecundidade Legítima (TFL) e Dentro do Casamento (TFDC) por distritos do Continente verifica-se que a média passou de 120,1% em 1970, para 85,7% em 1981, o que equivale a uma redução de 28,6% na sua intensidade (Ver Anexo III, Quadro Nº III.18.).

As variações percentuais das TNDC, entre os respectivos valores distritais, em 1981, e o valor da TNDC do Continente, em 1970, vão desde -49% (Setúbal, maior descida)⁽¹⁾ e +13% (Braga). O distrito de Braga é o único do Continente que, apesar de ter baixado 32,6% em relação à sua intensidade de 1970, regista ainda, em 1981, uma variação positiva ao longo da década em relação à média do Continente em 1970 (ver Anexo III, Quadro Nº III.19.). Os restantes distritos têm variações negativas.

As maiores descidas da TNDC registaram-se nos distritos do sul (Setúbal, Faro, Lisboa, Évora, Beja, e Portalegre), entre -49,0% e -39,6%. Seguem-se os distritos do centro (San-

(1) Esta descida é, em parte, compensada com o aumento da natalidade fora do casamento que neste distrito é bastante forte.

tarém, C. Branco, Leiria e Coimbra) com variações entre -38,1% e -28,3% . Os distritos mais ao norte registam as menores descidas percentuais (Guarda, Aveiro, Porto e Bragança), entre -8,2% e -3,5% .

A diferença percentual entre os distritos de maior e menor TNDC passou de 65,6% (entre Braga e Setúbal) em 1970, para 54,9% (entre Braga e Setúbal) em 1981. Esta diferença demonstra que há uma grande heterogeneidade distrital no que respeita à intensidade da natalidade dentro do casamento. Os valores destas taxas podem estar influenciados pelos efeitos das estruturas das populações distritais. Para obviá-los calculámos os Indicadores distritais de Fecundidade Legítima (Ig) para 1970 e 1981, o que nos permite fazer uma leitura mais realista (Ver Anexo III, Quadro Nº III.20.).

Os valores limites do Ig variam entre zero e um. Quanto mais se aproximam de zero, menor é a fecundidade dentro do casamento, quanto mais se aproximam de um, maior é essa fecundidade. Analisando os valores do Ig verificamos que o distrito de Braga é o mais elevado em 1970 e 1981, enquanto o de Setúbal regista os níveis mais baixos no mesmo período. Em 1970, os distritos do norte (Braga, V. Real, Viseu, V. do Castelo, Porto, Bragança e Aveiro, ordem decrescente) registam os Ig mais intensos, entre 0,604 (Braga) e 0,417 (Aveiro). A sul, o distrito de Faro constitui uma excepção apresentando um Ig (0,484) superior aos de Viseu, V. do Castelo, Porto, Bragança e Aveiro. Acima do valor médio do Continente (0,344), em 1970, figuram os distritos de C. Branco e Guarda, situando-se os

restantes (Coimbra, Leiria, Portalegre, Lisboa, Santarém, Beja, Évora e Setúbal) abaixo desse valor.

Entre 1970 e 1981 verifica-se uma descida irregular mas generalizada do Ig. Todavia, a diferença percentual entre os distritos de maior e menor Ig continua muito elevada, passando de 66,7% em 1970 (entre Braga e Setúbal), para 53,8% em 1981 (entre Braga e Setúbal). Esta diferença é bastante significativa e permite-nos dizer que se manteve a heterogeneidade distrital no que respeita à natalidade dentro do casamento. Em termos globais o Ig baixou 30,5% entre 1970 e 1981. O distrito de Braga é o único que, apesar de ter descido, mantém uma variação positiva, em relação à média do Continente, entre 1970 e 1981.

O distrito de Faro, em dez anos inverteu totalmente a variação do Ig em relação à média do Continente, passando de um valor muito acima da média em 1970 (+40,7%), para um valor muito abaixo da média em 1981 (-47,1%). O distrito de Coimbra tinha uma variação negativa em 1970 (-8,1%), passando a ser positiva em 1981 (+1,7%). Os restantes distritos mantiveram variações negativas, em relação à média do Continente, ao longo da década, sendo o de Setúbal o que mais desceu (-51,2%). Seguem-se ainda os distritos de Lisboa, Faro, Évora, Santarém, Beja e Portalegre com descidas bastante fortes do Ig (entre -47,1% e -36,3%) e mais moderadas nos de C. Branco, Coimbra, Aveiro e Porto (entre -29,4% e -21,8%). As menores descidas do Ig registaram-se nos distritos do norte (Guarda e Bragança, entre -17,7% e -3,2%). As migrações internas e externas poderão, de algum modo, influenciar estas variações.

Apesar de se registarem grandes mudanças nas intensidades dos Ig, não se alteraram as posições relativas dos distritos em relação às médias do Continente. Em 1970 e em 1981 encontramos os mesmos distritos acima e abaixo dessas médias, exceptuando os de Faro e Coimbra, cujas posições se inverteram ao longo desse período. Os distritos de Braga, Viseu, V. Real, V. do Castelo, Bragança e Guarda registam os Ig mais elevados, seguindo-se os de Aveiro e Porto, ordem decrescente.

Analisando as Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idade (TFL) e Dentro do Casamento (TFDC) por distritos do Continente em 1970 (únicas TFDC disponíveis, Ver Anexo III, Quadro Nº III.22.) verificamos que o grupo etário dos 15-19 anos é o mais fecundo em todos os distritos, à excepção do de Faro cujo valor é incrivelmente mais baixo em relação aos restantes. No distrito de Faro, os grupos de idades dos 25-29 e dos 30-34 anos registavam as TFDC mais elevadas. Além disso, o grupo dos 35-39 anos ocupava o 3º lugar, em relação aos distritos do Continente, com taxa bastante elevada, registando-se também as TFDC mais altas nos grupos dos 40-44 anos e dos 45-49 anos. Esta situação é única no Continente em 1970. Os restantes distritos registam as TFDC mais elevadas nos grupos dos 15-19 anos e dos 20-24 anos. Fazendo uma análise distrital mais pormenorizada, verifica-se que há grandes diferenças, não só, nas intensidades das TFDC de cada grupo etário, mas também, na forma como elas perduram ao longo da idade fecunda (15-49 anos).

Os distritos do norte (V. Real, Braga, Viseu, Porto, Bragança, Aveiro e Guarda, ordem decrescente) apresentam as TFDC mais intensas a partir do grupo dos 15-19 anos, continuando com valores muito acima da média até ao grupo dos 40-44 anos. Em 1970 o distrito da Guarda tinha TFDC acima da média do Continente em todos os grupos etários, à excepção do dos 15-19 anos.

Os distritos do centro (C. Branco, Coimbra, Santarém e Leiria) apresentavam valores mais irregulares, consoante os grupos etários, tendo por vezes apenas um ou dois grupos com TFDC acima da média do Continente.

Os distritos do sul (Lisboa, Setúbal, Beja e Évora) à excepção de Faro tinham, em 1970, TFDC inferiores à média em todos os grupos etários (às quais se opõem as mais fortes Taxas de Ilegitimidade e Fora do Casamento, como veremos a seguir).

A evolução do número de nascimentos fora do casamento apresenta duas tendências distintas durante os últimos trinta anos. Entre 1960 e 1975 registou-se um decréscimo contínuo. A partir dos anos oitenta a situação inverte-se começando a crescer progressivamente (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.9.).

As Taxas de Nascimentos Fora do Casamento (TNFC) do Continente (designadas por Taxas de Ilegitimidade antes de 1975) passaram de 102% , em 1960, para 74% em 1975, o que equivale a uma descida de 26,5% . A partir de 1975 TNFC começa a subir passando para 126% , em 1985, e para 158% , em 1991, o que equivale a uma subida de 53% entre 1975 e 1991. Analisando os

valores das TNFC por distritos entre 1960 e 1991 (Ver Anexo III, Quadro Nº III.3.A.), verifica-se que há uma grande heterogeneidade distrital no comportamento destas taxas.

Vejamos o posicionamento dos distritos em relação à TNFC do Continente em 1960, 1970, 1980 e 1991:

- em 1960 há seis distritos (todos do sul e o de Lisboa) com TNFC acima da média (102%), Beja, Setúbal, Évora, Faro, Lisboa e Portalegre (ordem decrescente), com TNFC entre 290% e 123% ;

- em 1970 a TNFC do Continente baixa para 76% , havendo oito distritos (onde se mantêm os do sul) com valores acima dessa média (Beja, Setúbal, Évora, Faro, Lisboa, Bragança, Portalegre e Santarém - ordem decrescente com TNFC entre 274% e 77%.) ;

- em 1980 a média da TNFC sobe para 95%, mantendo-se os distritos do sul com valores superiores ao do Continente (Faro, Setúbal, Lisboa, Évora e Beja - ordem decrescente, com TNFC entre 177% e 155%.) ;

- em 1991 a média da TNFC continua a subir, atingindo os 158%, passando a ser sete os distritos com valores superiores ao do Continente (Faro, Beja, Setúbal, Lisboa, Vila Real, Évora e Portalegre - ordem decrescente, com TNFC entre 318% e 193%).

Uma análise mais minuciosa das TNFC permite-nos concluir que tende a aumentar o número de nascimentos fora do casamento. Os distritos do sul (Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre e Setúbal) registam historicamente as TNFC mais elevadas do continente entre 1960 e 1991 . A partir de 1980 os

valores das TNFC crescem continuamente em todos os distritos. Em 1991 apenas três (Braga, V. do Castelo e Guarda - ordem decrescente) registam TNFC inferiores a 100%. (entre 62% e 98%). Entre todos, o de Faro foi o que mais subiu, passando para o 1º lugar desde 1980, registando em 1991 o seu valor máximo (318%). Os distritos de Braga, Guarda e V. do Castelo registam historicamente as TNFC mais baixas do Continente (ordem crescente) (Ver Anexo III, Mapa Nº III.3.).

Analisando indicadores mais precisos que as TNFC como são os casos das Taxas de Fecundidade Ilegítima (TFI - Taxa assim designada até 1970-1974) e a Taxa de Fecundidade Fora do Casamento (TFFC) para 1981 verifica-se que se confirmam as tendências referidas anteriormente. Os valores subiram em todos os distritos excepto nos do Porto e Bragança (Ver Anexo III, Quadro Nº III.23.). Em 1970 os distritos de Beja, Setúbal, Lisboa, Évora e Bragança, ordem decrescente, têm as TFFC mais elevadas do Continente (entre 33,3% e 20,0%) enquanto C. Branco, Guarda, Braga, V. do Castelo, Coimbra e Aveiro registam os valores mais baixos. Repare-se que Faro tem, em 1970, uma TFFC inferior à do Continente (11,7%), registando a maior subida e o valor mais alto em 1981 (46,7%). Em 1970 há seis distritos (Beja, Setúbal, Lisboa, Évora, Bragança e Portalegre, ordem decrescente, entre 33,3% e 16,2%) com TFFC superiores à do Continente (15,8%) para o mesmo ano.

Em 1981 o valor médio da TFFC sobe para 18,3%, havendo seis distritos (Faro, Setúbal, Beja, Évora, Lisboa e Portalegre, ordem decrescente, entre 46,7% e 21,5%) com valores acima dessa média. O distrito de Faro ultrapassa todas as su-

bidas enquanto o distrito de Bragança fica ligeiramente abaixo da média do Continente, em 1981, contrariamente ao que sucede em 1970. Repare-se que em 1970 os distritos que mais se aproximam da média são os de Santarém e Leiria, e, em 1981, o de Bragança.

A análise das TNFC e das TFFC permite-nos chegar a conclusões idênticas. Todavia, como estes indicadores não estão isentos dos efeitos das estruturas das populações distritais, calculámos os respectivos Indicadores de Fecundidade (Ilegítima) e Fora do Casamento (Ih) para 1970 e 1981 (Ver Anexo III, Quadro Nº III.24.).

Os Ih, no limite, variam entre zero e um (quanto mais se aproximam de zero, menor é a fecundidade fora do casamento, quanto mais se aproximam de um, maior é essa fecundidade).

Em 1970 o Ih é mais elevado nos distritos de Beja, Setúbal, Lisboa, Évora, Bragança e Portalegre, ordem decrescente, entre 0,099 e 0,047, valores acima da média do Continente (0,042). Seguem-se Santarém, Leiria, Faro, V. Real, Porto e Viseu, ordem decrescente, entre 0,039 e 0,030, e, Coimbra e V. do Castelo com 0,024 e 0,021, respectivamente. Os valores mais baixos do Ih registavam-se em Braga, Aveiro, Guarda e C. Branco, ordem decrescente, entre 0,019 e 0,012.

Em 1981 o distrito de Faro regista o maior valor do Ih (0,128), seguido de Setúbal (0,107), Beja (0,099), Évora (0,087), Lisboa (0,072) e Portalegre (0,059), com valores acima da média do Continente (0,050), para o mesmo ano.

Os valores do Ih, entre 1970 e 1981, confirmam, em termos genéricos, as conclusões anteriores, verificando-se uma subida em todos os distritos do Continente, exceptuando Bragança e Porto, onde descem ligeiramente, e de Beja, onde se mantém.

Entre 1970 e 1981, em termos globais, o Ih subiu 19% baixando ligeiramente as diferenças percentuais entre os valores distritais extremos (87,9%, em 1970, entre Beja e C. Branco, passando para 83,6%, em 1981, entre Faro e Braga). As subidas mais intensas registaram-se nos distritos do sul (Faro, Setúbal, Beja, Évora, Lisboa e Portalegre, ordem decrescente), registando-se, ainda, variações positivas em 1981 (em relação ao Ih do continente em 1970) nos distritos de Bragança, Santarém e Leiria (Ver Anexo III, Quadro Nº III.25.). Os restantes distritos apresentam variações negativas, registando-se as mais baixas em Braga, C. Branco, V. do Castelo, Guarda, Aveiro, Porto e Coimbra (entre -50,0% e -23,8%), seguindo-se V. Real (-4,8%) e Viseu (-2,8%).

3.5. EVOLUÇÃO DA NUPCIALIDADE

Nos últimos trinta anos a evolução geral do número de casamentos apresenta duas tendências opostas. Entre 1960-1975 verifica-se um acréscimo ligeiro e constante. Em 1975 atinge o número máximo (mais de 100 mil casamentos), mantendo valores bastante elevados em 1976 e 1977. Posteriormente observa-se uma tendência decrescente até 1985. A partir de 1986 os núme-

ros variam muito ligeiramente, embora se manifeste uma leve tendência crescente até 1991 (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.10.).

Em 1975 é aprovada em Portugal a lei do divórcio para os indivíduos casados catolicamente. Esta lei permitiu que se realizassem nos anos seguintes (principalmente entre 1975 e 1977) muitos casamentos que estiveram impedidos por força da lei anterior a 1975 formalizando situações de facto que até então não tinham tradução jurídica. Passado este período, o volume global de casamentos retoma o seu ritmo normal registando pequenas variações anuais.

Em 1960 realizam-se, em média, cerca de 70 mil casamentos por ano. De então para cá, salvo entre 1975-1977, as Taxas Brutas de Nupcialidade (TBNup) registam pequenas variações ao longo das últimas décadas, passando de 7,8%. em 1960, para 9,0%. , em 1970, para 7,7%. , em 1981, e para 7,3%. , em 1991 (valores para o Continente, Açores e Madeira).

Em termos distritais e regionais as variações das TBNup (no Continente) são de algum modo significativas (Ver Anexo III, Mapa Nº III.4. e Quadros Nºs III.26. e III.3.B.). Em 1970 os distritos de Lisboa e Setúbal têm as taxas mais elevadas (10,0%. e 10,2%. respectivamente) situando-se ainda acima da média do Continente (8,4%.). os de Aveiro, Faro, Leiria e Porto (entre 8,7%. e 8,6%.), enquanto os de Bragança (6,2%.). e Vila Real (6,9%.). registam os valores mais baixos (efeito das migrações).

Em 1981 a situação inverte-se em relação a alguns distritos. A média do Continente baixa para 7,7%. situando-se acima desse valor alguns distritos do norte e centro (Viana do Castelo, Aveiro, Braga, Vila Real, Viseu, Porto e Guarda - entre 8,9%. e 8,2%). Coimbra iguala o Continente (7,7%) e os restantes têm valores abaixo da média sendo os de Setúbal (6,1%), Lisboa (6,2%), Faro (6,7%) e Portalegre (6,8%) os que registam TBNup mais baixas. Estes valores continuam a descer até 1985 voltando a subir muito ligeiramente em 1991 em alguns distritos (Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Lisboa, Porto, Setúbal, V. do Castelo, Vila Real e Viseu). No norte as taxas são tendencialmente mais elevadas que no sul. O distrito de Évora tem em 1991 a TBNup mais baixa jamais registada no Continente (4,2%) desde 1970.

Em 1991 o valor médio da TBNup, no Continente, é de 7,3%. mantendo-se acima desse valor, apenas, os distritos situados mais ao norte (Braga, Porto, Aveiro, Viana do Castelo, Viseu e Vila Real - ordem decrescente - entre 9,1%. e 7,8%). A análise da TBNup por NUTS III demonstra que a situação não se alterou mantendo-se as regiões do norte e centro com os valores mais elevados (8,6%. e 7,1%), seguindo-se Lisboa e Vale do Tejo com 6,4%. e finalmente o Alentejo e Algarve com as taxas mais baixas, 5,9%. e 5,6., respectivamente (Ver anexo III, Quadro Nº III.3.B.).

3.5.1. Evolução da nupcialidade geral

Vejamos como se comporta a Taxa de Nupcialidade Geral (TNG) por distritos do Continente, sendo este indicador menos grosseiro do que a TBN (Ver Anexo III, Quadro Nº III.27.).

Entre 1970 e 1981 verifica-se uma descida significativa da TNG em todos os distritos do Continente excepto nos de Évora e Vila Real que subiram ligeiramente. Em 1970 o distrito de Évora regista a TNG mais baixa do Continente (8,90 %) situando-se ainda abaixo da média, Vila Real, Santarém, Faro, Portalegre, Coimbra, Bragança, Castelo Branco, Viana do Castelo, Viseu e Guarda. Acima da média (13,16%) situam-se Lisboa, Porto, Braga, Beja e Aveiro (entre 13,45% e 14,11%).

Em 1981 o distrito de Beja (9,49%) regista a maior descida da TNG (32,7% em relação à sua TNG em 1970) mas os valores mais baixos verificam-se em Portalegre (8,46%) e Faro (8,55%) seguindo-se Lisboa, Castelo Branco, Évora, Santarém, Beja e Coimbra com TNG entre 8,46% e 9,98%. Estes distritos e ainda o de Bragança (10,20%) situam-se abaixo da TNG média do Continente (10,31%) em 1981.

Entre 1981 e 1989 verifica-se uma descida generalizada destas taxas registando-se em 1985 o valor médio mais baixo do Continente (8,70%). Os distritos do sul continuam a registar as TNG mais fracas destacando-se particularmente os distritos de Setúbal (6,61%), Faro, Beja, Portalegre, Santarém e Lisboa entre (7,54% e 7,90%). Bragança é, entre os distritos do

norte, o que apresenta menores valores seguindo-se ainda, os de Coimbra e Guarda com TNG abaixo da média do Continente (8,93%) em 1989.

Vejamos, seguidamente, como se comporta a Taxa de Nupcialidade Geral dos Solteiros (TNGS) em 1970 e em 1981 nos distritos do Continente (Ver Anexo III, Quadro Nº III.27.).

As TNGS têm, em alguns distritos, comportamentos inversos aos das TNG. Repare-se que em 1970 os distritos do centro e sul (Leiria, Portalegre, Lisboa, Setúbal, Faro, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra e Guarda - ordem decrescente - com valores entre 53,35% e 46,70%) registam as TNGS mais elevadas, situando-se acima da média do Continente (46,18%). Os distritos do norte registam valores mais baixos que a média, sendo Viana do Castelo, Braga e Bragança os que apresentam as TNGS mais fracas. Évora e Beja são, entre os distritos do sul, os únicos que têm TNGS inferiores à média embora se aproximem dela.

Em termos globais, a TNGS baixa 9,7% entre 1970 e 1981. A nível distrital só as de Aveiro, Santarém e Évora registam variações positivas em relação aos respectivos valores de 1970 (+10,8%, +0,8% e +0,4%, respectivamente). Entre estes, só no distrito de Aveiro a subida é significativa (+10,8%) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.29.).

Em 1981 têm TNGS acima da média do Continente (41,69%) os distritos de Santarém, Évora, Leiria, Aveiro, Setúbal, Coimbra, Faro, Viseu, Guarda, Portalegre e Beja (ordem decrescente, entre 46,56% e 42,36%). Abaixo da média situam-se

Bragança, registando o valor mais baixo (36,47%), Braga, Lisboa, Viana do Castelo, Vila Real, Porto, e Castelo Branco (ordem crescente, entre 38,96% e 41,00%). Os valores da TNGS, em 1981, indicam que houve uma maior aproximação inter-districtal da nupcialidade dos solteiros, embora os valores mais baixos continuem a registar-se em alguns distritos do norte (Bragança, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Porto). Nos distritos do sul, o de Lisboa regista a TNGS mais baixa em 1981.

Entre 1970 e 1981 as maiores descidas districtais, em relação à TNGS de 1970, em percentagem, registaram-se em Bragança, Braga, Lisboa, Viana do Castelo, Vila Real, Porto, Castelo Branco (entre -21,0% e -11,2%), seguindo-se Beja, Portalegre, Guarda, Viseu, Faro, Coimbra, Setúbal e Leiria com descidas percentuais menos intensas (entre -8,3% e -1,0%) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.29.).

A diferença percentual entre os distritos que registam os valores mais altos e mais baixos da TNGS passa de 31,02% em 1970 (entre Leiria e Viana do Castelo), para 20,10% em 1981 (entre Aveiro e Bragança).

As Taxas de Nupcialidade Geral (TNG) e de Nupcialidade Geral dos Solteiros (TNGS) não estão isentas de efeitos das estruturas das populações districtais. Para obviarmos esses efeitos calculámos os Indicadores de Nupcialidade (Im) por distritos do Continente para 1970 e 1981 (Ver Anexo III, Quadro Nº III.30.). Estes, no limite, variam entre zero e um (a nupcialidade é menor quanto mais se aproximar de zero e

maior quanto mais se aproximar de um). Vejamos a sua evolução entre 1970 e 1981.

Analisando os indicadores de nupcialidade (Im), verificamos que, em termos globais, o Im aumentou 10% entre 1970 e 1981. A nível distrital registam-se variações mais fortes (caso de Faro onde o aumento foi de 126,1% em relação ao respectivo valor de 1970). Este distrito tem em 1970 o valor mais baixo do Im, passando em 1981 para o segundo mais forte, depois de Setúbal. Setúbal mantém os Im mais elevados em 1970 e 1981.

Em 1970 situavam-se abaixo do Im do Continente (0,598) os distritos de Faro, Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Castelo Branco, Bragança, Viseu, Porto e Beja - ordem decrescente - entre 0,326 e 0,581. Os Im mais baixos registam-se em Faro e Beja, e, nos distritos mais ao norte. Os distritos do centro situam-se acima da média, sendo Setúbal, Santarém, Lisboa e Portalegre, os que têm Im mais elevados (ordem decrescente, entre 0,687 e 0,628), seguindo-se Leiria, Coimbra, Aveiro e Évora (ordem decrescente, entre 0,623 e 0,605).

Em 1981, todos os distritos registam variações positivas verificando-se uma maior aproximação interdistrital nos valores do Im. A diferença percentual entre os distritos de maior e menor Im passa de 52,5% em 1970 (entre Setúbal e Faro), para 25,7% em 1981 (entre Setúbal e Viana do Castelo). O distrito de Faro aparece como a única excepção opondo-se totalmente à posição relativa que detinha em 1970. Analizando o Quadro Nº III.31. (Anexo III) verifica-se que em 1981, só os distritos

de Viana do Castelo e Braga têm variações negativas em relação à média do Continente de 1970, registando os Im mais baixos. Em 1981 predominam os distritos do norte com Im abaixo da média desse ano (Vila Real, Braga, Bragança, Guarda, Porto, Viseu, Castelo Branco e Aveiro -ordem crescente - entre 0,563 e 0,657). Acima da média situam-se os de Setúbal e Faro com os valores mais altos (0,758 e 0,737, respectivamente) seguindo-se Évora, Beja, Santarém, Portalegre, Leiria, Lisboa, Coimbra e Vila Real (ordem decrescente, entre 0,697 e 0,669).

3.5.2. Intensidade da nupcialidade

A intensidade da nupcialidade⁽¹⁾ é um indicador que nos permite conhecer a percentagem de homens e mulheres que casam entre os 15 e os 50 anos. Vejamos como variou este indicador segundo o sexo por distritos do Continente em 1970 e 1981. Analisando o Quadro Nº III.32. (Anexo III) verifica-se que, em termos globais, a intensidade da nupcialidade (IN) aumentou 2,2% para os homens e 5,7% para as mulheres entre 1970 e 1981, sendo a IN dos homens superior à das mulheres (em relação ao valor médio do Continente). Em 1970 a IN das mulheres é superior à dos homens, apenas nos distritos de Beja e Faro. As IN dos homens (INh) mais elevadas do Continente registavam-se nos distritos de Castelo Branco, Coimbra e Santarém com 95%,

(1) A intensidade da nupcialidade (I) é calculada pela fórmula $(I=1-T50)$, sendo o $T50=(5T45+5T50)/2$ (esta fórmula permite-nos calcular o celibato definitivo) e o $5Tx=N2$ de celibatários à idade x/total de indivíduos na idade x (método de Hajnal).

seguinto-se Aveiro, Leiria e Porto com 94%, e, ainda com valores acima e/ou igual ao do Continente (92%) situavam-se Portalegre (93%), Braga, Guarda, Lisboa e Viana do Castelo. Os restantes distritos têm INh inferiores à média destacando-se o de Beja com o valor mais baixo (80%), seguindo-se Setúbal (88%), Faro (89%), Bragança, Évora e Vila Real (com 90%) e Viseu (91%). Entre 1970 e 1981 a INh subiu em todos os distritos excepto nos de Castelo Branco e Portalegre, onde se manteve.

Em 1981 os valores mais elevados do INh registam-se nos distritos do Porto, Santarém e Coimbra com 96%, seguindo-se os de Aveiro, Castelo Branco, Leiria, Lisboa e Setúbal com 95%, enquanto os de Braga e Évora igualam a média (94%). Abaixo deste valor (INh de 1981) figuram Beja (88%) com o INh mais baixo do Continente, seguindo-se Bragança, Faro, e Vila Real com 91% e Guarda, Portalegre, Viana do Castelo e Viseu com 93%. A diferença percentual entre os distritos de maior e menor INh passou de 18,8% em 1970 (entre Castelo Branco, Coimbra, Santarém e Beja) para 9,1% em 1981 (entre Coimbra, Porto, Santarém e Beja).

Em 1970 a Intensidade da Nupcialidade das mulheres (INm) é, em média, 5,7% inferior à dos homens (para o mesmo ano). A INm regista os valores mais elevados nos distritos de Leiria com 93%, Castelo Branco e Santarém com 92%, Portalegre (91%), Bragança e Faro (90%), situando-se, ainda, acima da média, os de Guarda (89%), Coimbra e Setúbal (88%). Os distritos de Évora, Vila Real e Viseu igualam a média (87%). Abaixo deste valor figuram os distritos de V. do Castelo, com o INm mais baixo do Continente (80%), seguindo-se os de Beja (83%), Braga

(85%), Aveiro, Lisboa e Porto (86%). Entre 1970 e 1981 a INm subiu 5,7% . A diferença percentual entre os distritos de maior e menor INm passou de 16,3% em 1970 (entre Leiria e Viana do Castelo), para 14,3% em 1981 (entre Setúbal/Portalegre e Viana do Castelo).

Em 1981 a INm é, em média, 2,2% inferior à dos homens (para o mesmo ano, enquanto em 1970 essa inferioridade era 5,7%). A INm é mais elevada nos distritos de Setúbal e Portalegre (96%), seguindo-se os de Faro com 95%, Leiria e Santarém com 94%, Castelo Branco e Évora com 93%, enquanto as de Beja, Bragança e Coimbra igualam a média (92%). Abaixo deste valor encontram-se os distritos de Viana do Castelo, com a INm mais fraca do Continente (84%), Viseu (87%), Braga (88%), Aveiro e Porto com 90% e Guarda, Lisboa e Vila Real com 91% .

Note-se que entre 1970 e 1981 a Intensidade da Nupcialidade das mulheres subiu em todos os distritos, à excepção do de Viseu onde se manteve. As subidas mais intensas (em relação aos respectivos valores de 1970) registaram-se nos distritos do sul, Beja, Setúbal, Évora, Faro, Lisboa e Portalegre, seguindo-se, no norte, os de Viana do Castelo, Aveiro, Porto e Coimbra. Apesar da subida o distrito de Viana do Castelo mantém a INm mais baixa do Continente em 1981. A Intensidade da Nupcialidade dos homens também subiu em todos os distritos (entre 1970 e 1981) à excepção dos de Castelo Branco e Portalegre, onde se manteve. As subidas mais intensas (em relação aos respectivos valores de 1970) registaram-se nos distritos do sul, Beja, Setúbal, Évora, Lisboa e Faro, seguindo-se, no norte, os de Viseu, Braga e Porto. Apesar do distrito de Beja

assinalar em 1981 a maior subida da INh em relação à que detinha em 1970, continua a ter o valor mais baixo do Continente.

3.5.3. Idade média ao primeiro casamento

A idade média ao 1º casamento⁽¹⁾ tem variado pouco ao longo dos últimos trinta anos apresentando uma tendência decrescente para ambos os sexos até 1984, registando-se de novo uma subida em 1988. Para os homens a Idade Média ao 1º casamento passou, em termos globais, de 26,9 anos, em 1960, para 26,6 anos, em 1970, para 25,2 anos, em 1984 e para 25,9 anos em 1988. Para as mulheres, e em relação aos mesmos anos, passou de 24,8 anos, para 24,3 anos, para 22,7 anos e para 23,3 anos, respectivamente. Entre 1960 e 1970 não há alterações significativas. Estas ocorrem principalmente nos primeiros anos das décadas de 70 e 80.

Vejamos como evoluiu a idade média ao 1º casamento por sexos nos distritos do Continente entre 1970 e 1981 (Ver Anexo III, Quadro Nº III.33.). Em 1970 a Idade Média dos homens ao 1º casamento (IMh) é mais elevada no distrito de Bragança

(1) O cálculo da idade média ao 1º casamento é feito pela seguinte fórmula $\bar{X} = 15 + \frac{45}{\Sigma} \frac{1 - T50}{T50} \frac{5Tx}{5}$ em que 5Tx= Nº de celibatários à idade x/Total de indivíduos à idade x. Recorde-se que (1-T50) representa a Intensidade da nupcialidade, sendo o T50=(5T45+5T50)/2 e o 5Tx=Proporção de celibatários no grupo x, x+5 do recenseamento (5Tx=Celibatários à idade x/Total de indivíduos na idade x)..

(27,2 anos), seguindo-se os de Vila Real, Castelo Branco, Beja, Faro, Guarda, Portalegre, Évora, V. do Castelo, Viseu e Braga (entre 26,8 e 25,9 anos - valores acima da média do Continente - 25,6 anos). Em contrapartida o distrito de Setúbal regista a IMh mais baixa do Continente (24,6 anos), seguindo-se os de Lisboa, Coimbra e Aveiro com 25,3 anos, Santarém com 25,5 anos (valores abaixo da média do Continente) e Porto com 25,6 anos igualando à média.

Entre 1970 e 1981 a IMh desceu em todos os distritos reduzindo-se 0,9 anos no Continente. Em 1981 a IMh mais elevada continua a registar-se em Bragança (25,9 anos), seguindo-se por ordem decrescente, Castelo Branco (25,5 anos), Guarda (25,3 anos), V. Real (25,2 anos), Faro, Lisboa e V. do Castelo (25,0 anos) - valores acima da média para 1981. No mesmo ano, a IMh mais baixa, registou-se nos distritos de Aveiro, Évora e Setúbal (24,2 anos), seguindo-se por ordem crescente, os de Coimbra e Viseu, com 24,5 anos, e Beja e Leiria com 24,6 anos (valores abaixo da média).

A diferença entre a IMh mais elevada e a mais baixa passa de 2,6 anos em 1970 (entre os distritos de Bragança e Setúbal), para 1,7 anos em 1981 entre (Bragança e Aveiro/Évora/Setúbal).

Em 1970 a Idade Média das mulheres ao primeiro casamento (IMm) é mais baixa que a IMh em todos os distritos do Continente. As IMm mais elevadas registam-se maioritariamente no norte. Todavia, em 1970, o valor mais alto verifica-se no distrito de Castelo Branco, 25,1 anos, seguindo-se por ordem de-

crescente, os de Bragança com 24,9 anos, Guarda e Viana do Castelo com 24,7 anos, Vila Real, Braga e Viseu entre 24,2 e 24,0 anos. Para além destes, situam-se ainda acima da média do Continente os distritos de Évora, Leiria e Portalegre (entre 23,7 e 23,6 anos), enquanto os de Beja e Santarém igualam a média (23,2 anos).

Entre 1970 e 1981 as IMm desceram em todos os distritos exceptuando os de Faro e Bragança, onde subiram, atingindo as 1ª e 2ª IMm mais elevadas do Continente (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.11.). Durante o mesmo período a IMm desceu 1,1 anos, em termos globais. A IMh é sempre superior à IMm excepto nos distritos de Faro e Bragança, em 1981, excedendo a dos homens em 3,4 anos e 0,5 anos, respectivamente. Em 1981 para além de Faro e Bragança, registam IMm acima da média do continente (22,1 anos), os distritos de V. do Castelo, C. Branco, Guarda, Portalegre e Vila Real (entre 22,8 e 22,5 anos), seguindo-se os do Porto, Braga e Lisboa (entre 22,4 e 22,2 anos). Abaixo da média, por ordem crescente, encontra-se o distrito de Setúbal com o valor mais baixo (21,2 anos), seguindo-se os de Viseu (21,3 anos), Beja (21,5 anos), Évora (21,6 anos), Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém (entre 21,7 e 21,9 anos). A diferença entre as IMm mais elevada e mais baixa passou de 3,2 anos em 1970 (entre Castelo Branco e Setúbal) para 7,2 anos em 1981 (entre Faro e Setúbal).

3.5.4. Celibato definitivo

Entre 1970 e 1981 o celibato definitivo (CD) sofreu alterações significativas para ambos os sexos, praticamente, em quase todos os distritos do Continente. Em termos globais o CD⁽¹⁾ baixou 30% para os homens e 33,6% para as mulheres. Todavia, a nível distrital registam-se grandes diferenças que interessam pormenorizar (Ver Anexo III, Quadro Nº III.34.).

Em 1970 o celibato definitivo das mulheres (CDm) é superior ao dos homens excepto nos distritos de Beja, Faro e Setúbal. O celibato definitivo dos homens (CDh), em 1970, variava entre 20% (Beja - valor mais alto) e 4,97% (Santarém - valor mais baixo), verificando-se as maiores percentagens nos distritos do sul. Entre estes situam-se, por ordem decrescente, Beja (20%), seguindo-se Setúbal, Faro e Évora (entre 12,39% e 10,32%). O distrito de Bragança é o único do norte em que o CDh ultrapassa os 10% . Situam-se ainda acima da média do Continente (8,14%), Vila Real, Viseu, V. do Castelo e Lisboa entre 9,90% e 8,46% . Abaixo da média situam-se, por ordem crescente, Santarém, que regista o valor mínimo (4,97%), seguindo-se C. Branco, Coimbra, e Leiria (entre 5,17% e 5,66%), Porto, Aveiro e Portalegre (entre 6,04% e 6,69%) e Braga e Guarda com 7,26% e 7,84%, respectivamente.

(1) O celibato definitivo é calculado pela fórmula $T50 = \frac{5 T45 + 5 T50}{2}$ sendo o 5Tx=Nº de celibatários à idade x/total de indivíduos na idade x.

Em 1970 o CDm era, em média, 35,8% superior ao dos homens, variando entre 19,84% (V. do Castelo) e 7,53% (Leiria). Os CDm mais elevados verificavam-se em V. do Castelo (19,84%), seguindo-se, por ordem decrescente, Beja (16,83%), Braga (15,02%), Lisboa (14,38%), Aveiro, Porto e Viseu (entre 13,81% e 13,47%) e Vila Real (12,72%). Abaixo da média do Continente (12,68%), situam-se, por ordem crescente, Leiria, que regista o valor mais baixo (7,53%), seguindo-se C. Branco, Santarém e Portalegre (entre 8,01% e 8,56%), Bragança, Faro e Guarda (entre 10,11% e 10,57%), Coimbra e Setúbal (com 11,73% e 11,79%, respectivamente) e Évora (12,61%).

Em 1981 o CDh desceu em todos os distritos à excepção de C. Branco e Portalegre, onde subiu ligeiramente, variando entre 11,97% (Beja) e 4,09% (Coimbra). Beja mantém-se com o valor mais elevado, seguindo-se, por ordem decrescente, Vila Real (9,32%), Bragança e Faro (com 8,69% e 8,60%, respectivamente), V. do Castelo (7,38%), Portalegre, Guarda e Évora (entre 6,80% e 6,31%) e Braga (5,74%) com valores acima da média do Continente (5,70%). Abaixo da média situam-se Coimbra, registando o menor CDh (4,09%), seguindo-se, por ordem crescente, Porto, Santarém, Aveiro, Setúbal e Leiria (entre 4,39% e 4,87%) e C. Branco (5,32%).

Entre 1970 e 1981 a diferença entre as percentagens dos distritos de maior e menor CDh passou de 15,03% , em 1970 (entre Beja e Santarém), para 7,88% em 1981 (entre Beja e Coimbra).

Em 1981 o CDM era, em média, 32,3% superior ao dos homens, variando entre 16,1% (V. do Castelo) e 3,7% (Portalegre). Entre 1970 e 1981 o CDM desceu em todos os distritos do Continente mantendo-se V. do Castelo com o valor mais elevado (16,1%). Os valores acima da média do Continente (8,4%) surgem, por ordem decrescente, em Viseu (13,1%), Braga (12,1%), Porto, Aveiro, Guarda e V. Real (entre 9,8% e 9,2%), Lisboa e Coimbra (com 8,7% e 8,4%, respectivamente). Abaixo da média situam-se Portalegre, registando o menor CDM (3,7%), seguindo-se, por ordem crescente, Setúbal (4,0%), Faro (4,6%), Leiria (5,6%), Santarém, Beja e Évora (entre 6,2% e 6,7%), C. Branco e Bragança (com 7,5% e 7,8%, respectivamente). Em 1981 os distritos do norte registam os valores mais elevados do CDM. As maiores descidas ocorreram no sul em relação aos respectivos valores registados em 1970 (Setúbal -66,2% ; Beja -62,3% ; Faro -55,0% ; Évora -46,8% ; Lisboa -39,4% ; Porto -28,9% e Bragança -22,8%).

Não obstante as alterações verificadas entre 1970 e 1981 a diferença percentual entre os distritos de maior e menor CDM manteve-se muito próxima passando de 12,3% em 1970 (entre V. do Castelo e Leiria), para 12,4% em 1981 (entre V. do Castelo e Portalegre). Apesar do CDM ter descido em todos os distritos, a diferença entre as percentagens limites subiu muito ligeiramente. Este facto evidencia a persistência de uma certa heterogeneidade distrital no que respeita ao celibato definitivo, principalmente das mulheres em alguns distritos do norte (V. do Castelo, Viseu, Braga, Porto, Aveiro, Guarda e Coimbra). Mais ao sul, embora com diferenças menores, o CDM é

superior ao CDh (casos de Lisboa, C. Branco e Évora). Nos restantes distritos (Bragança, Faro, Portalegre, Setúbal e V. Real) o CDm é inferior ao CDh.

3.5.5. Dissolução do casamento por divórcio e viuvez

O número de divórcios em Portugal aumentou significativamente a partir de 1975 (ano em que foi aprovada a lei do divórcio para os indivíduos casados catolicamente). Entre 1975 e 1977 o acréscimo foi quase vertical, dando-se posteriormente uma descida até 1980. Durante a década de 80 verifica-se uma evolução irregular embora a tendência média seja crescente. Em 1991 regista-se o maior número de divórcios 10.619 (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.12.).

Analisando a evolução das Taxas Brutas de Divórcio (TBD) nos distritos do Continente (Ver Anexo III, Quadro Nº III.35.) verifica-se que entre 1985 e 1991 as TBD subiram em todos os distritos registando-se os valores mais baixos, em 1991, nos de Guarda, Braga e Viseu (entre 0,346% e 0,451%). Os de Lisboa, Setúbal Coimbra e Faro (ordem decrescente) registam as TBD mais elevadas do Continente, em 1991, sendo os únicos que se situam acima da média.

Em relação ao Continente a TBD subiu 94,6% entre 1970 e 1991 e 33,8% entre 1981 e 1991. A diferença percentual entre os distritos de maior e menor TBD passou de 99,1% em 1970 (entre Lisboa e Viseu) para 88,5% em 1985 (entre Lisboa e Braga),

para 84,1% em 1988 (entre Lisboa e Bragança) e para 80,2% em 1991 (entre Lisboa e Guarda). Estas diferenças provam a existência de grandes heterogeneidades distritais em relação ao divórcio (facto para o qual contribuem, em grande medida, as estruturas das populações distritais), apesar do número de ocorrências ter aumentado de forma generalizada.

Analisando as TBD em relação ao valor médio do Continente (nos respectivos anos em análise) verifica-se que situavam-se acima da média, por ordem decrescente, os seguintes distritos:

- _ em 1970 e 1985, Lisboa e Setúbal;
- _ em 1987 e 1988, Lisboa, Setúbal e Porto;
- _ em 1989, Lisboa, Setúbal, Faro.
- _ em 1991, Lisboa, Setúbal, Coimbra e Faro

Os distritos mais industrializados têm desde 1970 as TBD mais elevadas, superiores a 1%. . O distrito do Porto apesar de apresentar a TBD mais alta dos distritos do norte, regista, em 1991 um valor abaixo da média do Continente contrariamente ao que se verificou em 1987 e 1988. Os valores mais baixos verificam-se em Évora, Guarda e nos distritos do norte (Braga, Viseu, Bragança), oscilando entre 0,326%. e 0,518%., enquanto Vila Real, Viana do Castelo, Santarém, C. Branco, Portalegre e Beja apresentam valores médios entre 0,624%. e 0,665%. . Em 1991 os distritos do Porto e Leiria são os que mais se aproximam da média do Continente (1,021%.) com 0,928%. e 0,961%., respectivamente.

A partir da aprovação da lei do divórcio para os casados catolicamente e paralelamente ao aumento da sua ocorrência observa-se uma tendência decrescente do número de casamentos interrompidos por separação (501 em 1970, 848 em 1974, 148 em 1985, 177 em 1989 e 143 em 1991 - valores para o Continente).

O distrito de Braga tinha, em 1987 e 1989, as maiores percentagens de casamentos interrompidos por separação e as TBD mais baixas. Por outro lado, os distritos de Bragança, Guarda e V. Real apresentam, simultaneamente, os menores valores das TBD e das percentagens de casamentos interrompidos por separação. Em 1991 o distrito do Porto assegura a maior percentagem de separações seguindo-se os de Lisboa, Braga e Viana do Castelo (Ver Anexo III Quadro Nº III.36.). As estruturas da população, entre outros elementos demográficos de que ainda não dispomos, têm certamente algum poder explicativo para estes valores.

Seguidamente analisamos a dissolução do casamento por viuvez. Em termos globais a Taxa Bruta de Viuvez (TBV) aumentou 22,4% nos últimos trinta anos (entre 1970 e 1991). Entre 1970 e 1981 registou-se uma subida de 14,2%, enquanto entre 1981 e 1989 subiu 9,5% (Ver Anexo III Quadro Nº III.37.). A subida da TBV deve-se, sobretudo ao aumento generalizado do número de casamentos, principalmente entre 1975 e 1977, após a legalização do divórcio.

Fazendo uma análise distrital verifica-se que o interior e o sul (Portalegre, C. Branco, Guarda, Beja, Évora, Santarém

e Faro - ordem decrescente de 1989) registam as TBV mais elevadas desde 1970.

Relacionando o Quadro Nº III.37. (TBV, indicador bastante grosseiro) com o Quadro Nº III.32. (Intensidade da Nupcialidade - IN) e o Quadro Nº III.34. (Celibato Definitivo), para os valores referentes a 1970 e 1981, observamos que nem sempre existe uma coerência nos dados devido aos efeitos das estruturas das populações distritais. Além disso, a intensidade da nupcialidade envolve todos os casamentos realizados (1º, 2º e mais casamentos de solteiros, divorciados e viúvos). Não obstante este facto, os Quadros Nºs III.32 e III.34. são coerentes.

Os Valores mais baixos das TBV em 1991 registam-se em Braga, Évora e Porto (ordem crescente entre 3,5% e 3,9%) seguindo-se Aveiro, Lisboa e Setúbal com taxas entre 4,0% e 4,4%. . Em termos globais a diferença percentual entre os distritos que registam a maior e menor TBV aumentou passando de 47,0% em 1970, entre Lisboa (4,8%) e Braga (2,5%), para 49,7% em 1981, entre Guarda (6,4%) e Braga (3,2%), para 51,6% em 1985, entre Guarda (6,5%) e Braga (3,2%), para 54,0% em 1989, entre Portalegre (6,7%) e Braga (3,17%) e para 51,8% em 1991, novamente entre Braga (3,5%) e Portalegre (7,3%). Estas diferenças percentuais são igualmente sintomáticas de que se agravaram os desníveis das estruturas das populações distritais, observando-se as TBV mais baixas onde se registam as maiores proporções de jovens (casos de Braga e Porto) e as mais altas nos que têm menores proporções destes em relação à população de 60 e mais anos. Logicamente a pro-

babilidade de viuvez aumenta nos distritos onde a intensidade da nupcialidade é mais elevada e onde a população está mais envelhecida, independentemente do aumento efectivo da esperança de vida. Apesar de não dispormos de dados que nos permitam calcular a intensidade da nupcialidade por distritos em 1991 e de não podermos compará-las com as TBV, as mais elevadas registam-se, para o mesmo ano, nos distritos do interior, casos de Portalegre, Castelo Branco, Beja e Guarda, com valores entre 7,3%. e 6,8%. . Além destes, e para o mesmo ano (1991), os distritos de Vila Real, Bragança, Santarém, Viseu, Coimbra, Viana do Castelo, Faro e Leiria têm TBV entre 5,8%. e 5,1%., valores que se situam acima da média do Continente (4,7%). Os restantes distritos têm TBV próximas ou abaixo dessa média (Lisboa, Setúbal, Aveiro, Porto, Évora e Braga - ordem decrescente, com valores entre 4,4%. e 3,5%).

3.5.6. Casamento católico e não católico

Uma das características sociológicas mais marcantes da evolução dos casamentos em Portugal reporta-se ao acréscimo do número de casamentos não católicos (Ver Anexo III Quadro Nº III.38. e Gráfico Nº III.13.).

A divisão entre os conceitos de casamento católico e não católico é bastante criticável uma vez que revela uma tendência de monopolização religiosa. Este conceito tende a considerar como único casamento religioso, o casamento católico,

ignorando as cerimónias de outras religiões em relação ao casamento. Estes conceitos, implícita e erradamente parecem insinuar que todos os que não casam catolicamente "não têm religião".

Durante as últimas três décadas a percentagem de casamentos não católicos, em Portugal, passou de 9,3% em 1960, para 13,4% em 1970, para 25,4% em 1980 e para 28% em 1991. Estas percentagens cresceram, ligeiramente, entre 1965 e 1970 registando-se as maiores subidas a partir de 1975, atingindo os valores mais altos entre 1987 e 1991.

Todavia, a nível distrital verifica-se uma grande heterogeneidade nas respectivas percentagens de casamentos não católicos. Os distritos do sul (Setúbal, Faro, Lisboa, Beja e Évora) apresentam os níveis mais elevados desde 1960. O distrito de Setúbal regista a percentagem mais alta de sempre de casamentos não católicos em 1980 (61%), mantendo-se desde então com os valores mais altos do Continente até 1989. Em segundo e terceiro lugares, em 1980, destacam-se os distritos de Lisboa (53,1%) e Faro (42,1%), embora com tendências opostas até 1991. No de Faro as percentagens continuaram a subir passando para primeiro lugar em 1991, com 52,1%, enquanto o de Lisboa desceu para 45%. Em 1991 os distritos de Faro e Setúbal voltam a ocupar os dois primeiros lugares com 52,06% e 52,1%, respectivamente.

A partir de 1980 o número de casamentos não católicos começa a aumentar de forma generalizada embora no norte, contrariamente ao que se verifica no sul, a grande maioria dos

casamentos (mais de 85%) sejam celebrados catolicamente. Os distritos de Braga, Viseu, Guarda, V. do Castelo, V. Real e Bragança mantêm até 1989 as menores percentagens de casamentos não católicos, entre 7,1% e 13,5%, valores muito abaixo da média do Continente nesse ano (26,8%). Em 1991 há apenas quatro distritos que se mantêm abaixo dos 15%, Braga, Guarda, Viseu e Vila Real com valores compreendidos entre 8,5% e 13,8%. À excepção dos distritos de Faro e Setúbal que actualmente ultrapassam os 50%, registaram-se subidas bastante acentuadas, desde 1980, nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Coimbra, atingindo valores entre 43,1% e 22,4%, em 1991. Entre estes, e para o mesmo ano, apenas o de Coimbra (22,4%) se situa abaixo da média do Continente (26,8%).

3.6. CONCLUSÃO

Após a análise dos principais indicadores demográficas da população portuguesa nas últimas décadas verifica-se que, internamente, Portugal mantém alguma diversidade. Apesar disso observa-se uma tendência para uma maior aproximação entre os padrões regionais. A análise dos vários indicadores revelam-nos que a evolução tem sido lenta, registando-se as maiores transformações ao longo dos anos 80. O envelhecimento progressivo da população, o decréscimo da natalidade e as alterações no calendário da fecundidade são os aspectos predominantes que caracterizam a actual conjuntura demográfica portuguesa. Vejamos concretamente como se manifestam as principais evo-

luções e a sua possível relação com o desempenho dos papéis familiares.

No que respeita aos indicadores de natalidade e de fecundidade, vejamos os principais aspectos em que a diversidade regional é mais evidente:

- a descendência média sofreu uma descida significativa em todos os distritos do Continente, principalmente a partir de 1985. Esta descida foi mais intensa no norte, ao ponto de alguns distritos nortenhos apresentarem, em 1989, descendências médias inferiores à do Continente (exceptuando Braga, que regista a 2ª DM mais forte, Porto e Viseu). O distrito de Faro tem a maior DM, em 1989, enquanto os de Santarém e Setúbal têm os valores mais baixos. Este indicador revela alguma heterogeneidade distrital, cuja explicação só será possível analisando simultaneamente uma multiplicidade de factores.

- a natalidade dentro do casamento, em 1981, sofreu uma redução significativa em todos os distritos, porém, os valores mais elevados continuam a registar-se no norte, enquanto os distritos de Setúbal, Lisboa e Faro se distanciaram fortemente desses valores apresentando as Taxas de Fecundidade Dentro do Casamento mais baixas do Continente;

- a natalidade fora do casamento é um dos indicadores que, historicamente, mais diferencia o norte do sul. Esta subiu em todos os distritos mas atingiu valores muito mais elevados no sul chegando, inclusivamente, a agravarem-se as diferenças regionais no que respeita à sua intensidade. Os

distritos de Faro e Setúbal registam, em 1989, um aumento substancial dos Indicadores de Fecundidade Ilegítima e Fora do Casamento nunca registados nas décadas de 60 e 70. Imediatamente a seguir estão os distritos de Beja, Évora, Lisboa e Portalegre;

- os Indicadores de Fecundidade Geral (IF) baixaram significativamente e de forma generalizada. Apesar disso, os valores mais altos continuam a registar-se nos distritos do norte, nomeadamente, nos de Braga, Viseu e Porto, embora o IF mais elevado do Continente se registe no distrito de Faro. Entre os distritos do sul, o de Faro surge como única excepção nos valores do IF enquanto Santarém e Setúbal apresentam os valores mais baixos;

- as Taxas Específicas de Fecundidade Geral desceram de intensidade em quase todos os grupos etários e em todos os distritos do Continente, principalmente, nos anos 80. Todavia, os valores das Taxas de Fecundidade Geral apresentam alguma heterogeneidade a nível distrital no que respeita aos vários grupos etários.

A descida brusca da natalidade aliada às mudanças registadas no calendário da fecundidade das mulheres portuguesas sugerem que, presentemente, as famílias, e particularmente as mulheres, preocupam-se seriamente em planear as várias fases ou ciclos de vida de forma a conciliar o bem estar da família e o seu desenvolvimento harmonioso. As mulheres, casando relativamente cedo, optando por ter apenas um ou dois filhos e abreviando o intervalo entre os nascimentos, libertam-se rela-

tivamente cedo (normalmente até aos 35 anos) das tarefas referentes aos cuidados com as crianças pequenas ou partilham-nas com outras instituições até à entrada destes para a escola.

A família pequena de tipo nuclear (só com pais e filhos), com poucas crianças e com pequenas diferenças de idade entre si permite à mulher/mãe desempenhar mais facilmente os papéis doméstico e dos cuidados com as crianças e ainda partilhar o desempenho de outros papéis familiares, nomeadamente o papel económico, sentindo-se mais disponível para exercer uma profissão. Este facto contribui para elevar o nível de rendimento da família, e consequentemente, o seu nível de vida. Demonstrámos no segundo capítulo que, um e dois filhos não impedia a mulher portuguesa de trabalhar fora de casa, porém a partir do terceiro desce drasticamente o número de mulheres que exerce uma profissão. Além disso, a família pequena e relativamente isolada tem mais liberdade para estruturar os papéis familiares em função do seu próprio ritmo de vida ou como mais lhe convier sem se submeter ao controle e possíveis críticas de outros parentes.

A partilha do papel económico por ambos os cônjuges afigura-se como um dos factores fundamentais que desencadeou as principais mudanças no desempenho dos papéis familiares. Este fenómeno, apesar de se fazer sentir em todas as regiões, e particularmente entre os casais mais jovens e de meia idade, é mais frequente nas regiões do litoral, mais urbanizadas e industrializadas, sendo estas as que apresentam maior propensão para se afastar dos modelos tradicionais de família e

das respectivas formas de desempenho dos papéis familiares. Logicamente, as regiões de população mais envelhecida figuram entre as que detêm formas mais tradicionais de desempenho dos papéis.

No que respeita aos indicadores de nupcialidade destacam-se as seguintes alterações:

- a idade média ao primeiro casamento baixou significativamente entre 1970 e 1981, para ambos os sexos, em todos os distritos excepto nos de Bragança e Faro, onde se registaram subidas para as idades médias das mulheres. Apesar de não estarem ainda disponíveis os dados do Recenseamento de 1991, admite-se que a idade média de ambos os sexos ao primeiro casamento tenha subido ligeiramente e de forma generalizada em relação aos valores observados em 1981;

- os Indicadores de Nupcialidade subiram em todo o Continente, entre 1970 e 1981, mas os valores mais elevados registam-se nos distritos do sul, nomeadamente, Setúbal, Faro, Beja, Santarém e Portalegre;

- a Intensidade da Nupcialidade para ambos os sexos subiu de forma generalizada, entre 1970 e 1981, embora fosse mais significativa para as mulheres. Os valores mais elevados da IN das mulheres, em 1981, registavam-se nos distritos do sul (Setúbal, Portalegre e Faro), com percentagens iguais e/ou superiores a 95% ;

- a forma de celebração do casamento (católico e/ou não católico), é, presentemente, um dos aspectos que mais

caracteriza a diferença entre o Norte e o Sul, não só, na expressão da religiosidade católica, mas também, na constituição formal da família. O número de casamentos católicos continua a ser maioritário nos distritos do norte, enquanto que, em alguns distritos do sul essa forma de celebração passou a ser inferior e/ou igual a 50% (casos de Setúbal e Faro). Saliente-se que no sul, para além da religiosidade parecer menos expressiva existe uma forte concorrência de outras religiões que procuram captar os seus crentes;

- o Celibato Definitivo desceu para ambos os sexos, em todos os distritos do Continente (entre 1970 e 1981), embora ainda se verifiquem algumas diferenças que até 1960 eram características da divisão do país em padrões do norte e padrões do sul. De um modo geral, em 1981, o CD continua a ser mais elevado para as mulheres em alguns distritos do norte, nomeadamente, V. do Castelo, Viseu e Braga, enquanto os valores mais baixos se registam em Portalegre, Setúbal e Faro.

Para o mesmo período (1970-1981), o CD dos homens baixou de forma generalizada, mantendo-se o distrito de Beja com o valor mais elevado do Continente, tal como acontecia em 1970, juntamente com outros distritos do sul (Setúbal, Évora e Faro) e Bragança, sendo este a única excepção em relação aos valores do CD (homens) na zona norte. Em 1981, os valores mais baixos do CD dos homens, registavam-se, sobretudo, nos distritos do litoral, concretamente, nos de Coimbra, Porto, Santarém, Setúbal, Aveiro e Leiria;

- o número de divórcios aumentou em quase todos os distritos, principalmente durante os últimos anos da década de 80. As taxas mais elevadas registam-se nos distritos do centro e sul (Lisboa, setúbal, Faro), seguindo-se os do Porto, Leiria e C. Branco. Os distritos do norte, exceptuando o do Porto os restantes distritos do norte apresentam as Taxas de Divórcio mais baixas do Continente. As mulheres figuram entre os principais queixosos no casamento sendo elas que apresentam o maior número de pedidos de divórcio. Este facto está de algum modo relacionado com a partilha da mulher no desempenho do papel económico, com a facilidade com que adquire a sua independência económica, com o aumento do seu poder na família e com o aumento do seu grau de exigência em relação ao desempenho do marido nos vários papéis familiares, dando origem a conflitos de gravidade variável, podendo ou não terminar em divórcio.

Mais uma vez, esta situação, é mais observável nas regiões do litoral, mais urbanizadas e industrializadas, mais propensas a gerar situações de mudança. Nas regiões do interior, mais envelhecidas e onde as esposas não partilharam ou não partilham o papel económico, nem são economicamente independentes, as mulheres têm menos poder de exigência em relação ao desempenho dos papéis do marido, há menos conflitos (explícitos ou não) por parte da esposa, há menos pedidos de divórcio, as mulheres são mais submissas e o desempenho dos papéis familiares tende a seguir o modelo tradicional.

No que respeita à mortalidade por suicídio verificam-se igualmente diferenças entre o norte e o sul, sendo mais forte

nas regiões do sul, concretamente nos distritos de Beja, Faro e Portalegre, atingindo mais intensamente a população viúva masculina, seguindo-se por ordem decrescente, os divorciados, os solteiros e os casados (Ver Anexo III, Quadros Nº^s III.39., III.40., III.40.A.1. e III.40.A.2. e Mapa Nº III.5.).

A análise dos dados revela que o casamento parece proteger os homens do suicídio. A população masculina manifesta-se mais vulnerável do que a feminina para suportar os efeitos da solidão, perante a viuvez, o divórcio e o celibato. Este facto afigura-se fortemente relacionado com as formas sexualizadas de socialização.

Alegando factores de ordem cultural, as famílias de características tradicionais diferenciam sexualmente a educação dos filhos e das filhas. Era e continua a ser frequente os pais (pai e mãe) pouparem mais os rapazes do que as raparigas em inúmeras tarefas salvaguardando a posição dos machos, considerando que estes devem ser preparados para executar tarefas exteriores ao lar, como futuros abastecedores das suas próprias famílias. Ao serem poupados e afastados das tarefas mais directamente relacionadas com a subsistência, nomeadamente de grande parte das tarefas do papel doméstico relacionadas com a alimentação, cuidados de higiene do vestuário e da casa, ficam para toda a sua vida numa situação de extrema dependência dos serviços das mulheres da família (mãe, irmã, esposa, filha e/ou nora) que quase exclusivamente se ocupam dessas tarefas. Pelo contrário, as mulheres, educadas para serem dóceis e para manterem a sua subsistência e a da sua família assimilam que o seu papel consiste mais em confortar os

outros do que esperar que as confortem. Tal facto, aparentemente, parece prepará-las melhor para superar a solidão e a carência afectiva.

Entre os problemas mais graves que a grande maioria dos viúvos idosos enfrentam no nosso país, revela-se, sobretudo, ao nível das carências económicas decorrentes do seu baixo nível educacional, da fraca participação social e do isolamento em relação aos filhos e/ou outros parentes sofrendo os efeitos de algumas formas de marginalização. Recorde-se que a maior percentagem de pobres são pessoas idosas, e, entre estes, devido à sobremortalidade masculina, a sua maioria são mulheres idosas, solteiras e/ou viúvas, com ou sem filhos.

Muitas destas situações ficaram a dever-se ao efeito migratório, foram muitas as famílias de origem e de procriação que se afastaram geograficamente, e, em caso de viuvez (de um dos pais), os filhos tendem a oferecer resistência em viver junto com o pai ou mãe sobrevivente (idoso ou não), alegando falta de tempo e de espaço e/ou sobrecarga de tarefas (caso a filha e/ou nora trabalhe fora de casa), permanecendo isolados dos filhos e de outros parentes, entregues a si próprios ou num lar de idosos enfrentando uma extrema solidão e carências de ordem afectiva e económica (voltaremos a este assunto na III Parte, Capítulo VII, ao abordarmos o papel do parentesco).

CAPÍTULO IV

**EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS FAMILIARES
PORTUGUESAS A PARTIR DE 1970**

4.1. INTRODUÇÃO

Até à década de sessenta não dispomos de informação estatística sobre as estruturas familiares portuguesas. Existem, porém, alguns estudos referentes às três primeiras décadas do século XX. Entre eles destacam-se os de Leon Poinsard (1910) e Paul Descamps (1935). Estes dois autores, seguidores de Le Play, preocupados com a dissolução das formas "tradicionais" de família em Portugal e com os efeitos "dissolventes" provocados por um sistema de herança igualitário, estudaram a situação portuguesa, tendo como fonte básica de informação, a "monografia familiar". Este método baseia-se no estudo de uma família "típica" de cada região ou categoria profissional. Privados de informações estatísticas, o que os impediu de recorrer a outros métodos de análise, os seus estudos revelaram vestígios de comunitarismo nas montanhas do norte e formas de família troncal no noroeste.

Estes autores, fascinados com os resultados das suas pesquisas acreditavam que a forma de propriedade condicionava, em grande medida, a organização familiar sendo as práticas de transmissão da propriedade o factor determinante para mantê-la estável ou instável, para conservá-la ou dividí-la (Poinsard, 1910: 38). No seu ponto de vista, em condições normais, os sistemas familiares, as formas de posse da terra e as práticas de herança estariam intimamente ligados. Segundo este raciocínio, se as formas de família não refletissem preocupações com a manutenção e transmissão da propriedade, isso seria uma

prova da sua dissolução, e, conseqüentemente, a organização familiar dos não proprietários seria um reflexo da sua forma desenraizada de existência social (Rowland, 1984: 15).

Mais tarde, já na década de sessenta, o sociólogo brasileiro Willems (1962), seguindo Descamps, estuda as estruturas familiares portuguesas identificando algumas diversidades regionais. Confirma que, no norte, a estrutura familiar encontra-se subordinada ao modo de conservação ou de expansão da propriedade familiar. Nesta região a expansão da propriedade familiar é reconhecida como o objectivo fundamental, em detrimento dos objectivos individuais. Para o efeito, retêm-se os filhos solteiros na exploração, condição que favorece o casamento tardio. Segundo Willems, este facto é mais a regra do que a excepção entre os camponeses. Além disso, este autor testemunhou que no Minho e Trás-os-Montes os costumes locais contribuían para evitar a divisão das propriedades familiares:

O casamento só é permitido a um dos filhos, normalmente ao mais velho. Para que a família se mantenha pequena, o pai tende a adiar tal decisão tanto quanto possível. O filho que casa herda a propriedade dos pais indivisa, mas espera-se dele que assuma a responsabilidade pelos irmãos solteiros que compartilharão dos privilégios e deveres da sua casa (Willems, 1962: 72-3, cf. Rowland, 1984: 16).

A descrição de Willems sobre as estruturas familiares alentejanas opõe-se à do norte. No alentejo a família alargada quase não existe e as uniões consensuais são frequentes. Dis-

tingue dois tipos de família: a camponesa, fortemente integrada e a do proletariado rural, que em oposição à primeira, apresenta uma estrutura frouxa e relativamente instável, com uma forte tendência para a anomia (Willems, 1962: 16).

Mais recentemente, em 1971, Livi Bacci, seguindo Descamps, procura explicar as variações inter-regionais da nupcialidade invocando a propriedade da terra e as práticas de herança. Bacci argumenta que a baixa nupcialidade do norte manifestada no casamento tardio e num nível elevado de celibato definitivo, é reflexo de tentativas que poderão considerar-se como estratégias para evitar uma maior fragmentação da propriedade. Bacci sugere que a nupcialidade é muito mais intensa no sul porque "a maior parte da população rural é constituída por trabalhadores agrícolas: estes por certo não têm problemas de herança por resolver" (Bacci, 1971: 52-3). Os estudos de Descamps, Willems e Bacci baseiam-se no princípio formulado por Poinsard (1910), de que a organização familiar é determinada pela forma que revestem as relações de propriedade. Este princípio foi analisado por outros autores e aparece implícito em grande parte da bibliografia sobre a "família tronco" (cf. Bourdieu, 1962). Este princípio, teve, em Portugal, algum poder explicativo para o contraste entre a complexidade relativa das famílias do norte e a nuclearidade das famílias do sul (alentejana e algarvia). Rowland analisa as primeiras informações estatísticas sobre as estruturas familiares portuguesas incluídas no Censo de 1960, fazendo uma aproximação à "tipologia de Cambridge" dos agregados domés-

ticos⁽¹⁾. A sua análise, embora baseada em categorias pouco satisfatórias, é extremamente importante por permitir uma visão integral dos padrões familiares regionais antes da forte corrente emigratória para a Europa e da migração das populações rurais para as cidades.

Baseando-se na sua classificação efectua uma análise estatística da covariação entre a estrutura dos agregados domésticos e uma grande variedade de indicadores sócio-económicos e demográficos conseguindo provar que o princípio formulado por Poinard é insuficiente à explicação das variações regionais das estruturas familiares portuguesas. Para cada um dos dezoito distritos do Continente, Rowland relaciona a frequência relativa de cada um destes tipos de agregado doméstico com a percentagem de "camponeses" na população activa⁽²⁾.

Por intermédio da sua tipologia Rowland demonstra claramente que o sistema familiar torna-se mais nuclear de noroeste para nordeste e de norte para sul (Ver Anexo III Quadro Nº III.42. e Mapa Nº III.7. referente aos agregados de tipo 3). Os valores desse quadro confirmam a diversidade regional já identificada em alguma bibliografia qualitativa e

(1) Na aproximação à "tipologia de Cambridge" Rowland utiliza as seguintes categorias: 1. Isolados; 2. Todos os agregados não incluídos nas restantes categorias; 3. Casais com ou sem filhos; solteiros, viúvos e divorciados com filhos; 4. Idêntica à categoria (3.) com parentes desde que não constituam um casal; 5. Agregados com dois casais co-residentes.

(2) Rowland considera como "camponeses" os membros não assalariados da população activa agrícola. Para evitar distorções só utiliza os números respeitantes à população activa masculina e exclui da análise os distritos de Lisboa e Porto.

em estudos locais realizados por sociólogos e antropólogos. Os resultados das correlações de Rowland confirmaram que, em 1960, existia uma relação entre economia camponesa e a estrutura dos agregados domésticos. Quanto maior era a proporção de camponeses na população activa maior era a proporção de agregados múltiplos (tipo 5), e menor a dos agregados familiares simples, ou famílias nucleares (tipo 3). O facto de existirem proporções elevadas de agregados de tipo 1 e 2 associados à agricultura camponesa é um reflexo de, no Censo de 1960, se terem incluído nestas categorias as mulheres de emigrantes com ou sem filhos. Recorde-se que a emigração individual masculina (de homens casados) é um padrão típico de economias camponesas. Por outro lado, no Alentejo, a existência de muitos casais não casados impediu que Rowland calculasse a proporção de agregados do tipo 5, fixando-os arbitrariamente em zero (Rowland, 1984). Mediante os resultados das correlações, Rowland argumenta que estes não permitem concluir que os camponeses tendem a viver em agregados domésticos de estrutura mais complexa que os não camponeses:

os agregados de estrutura complexa são um traço característico de áreas em que predomina a economia camponesa mas não permitem qualquer conclusão a respeito da estrutura dos agregados domésticos de camponeses e não camponeses em cada uma destas áreas (Rowland, 1984: 17).

4.2. EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS A PARTIR DE 1970

Em 1970 e 1981 os agregados familiares do tipo 3, ou seja, agregados familiares simples, são, inequivocamente, maioritários em todos os distritos do Continente registando valores mais elevadas em 1970 (Ver Anexo III Quadro Nº III.43. e Mapa Nº III.7.). Em 1981 este tipo de agregados mantém a sua superioridade numérica mas apresenta uma ligeira descida percentual em todos os distritos em relação aos respectivos valores de 1970. O distrito de Viana do Castelo é o único do Continente que em 1981 não atinge os 70% (69,3% - recorde-se que este distrito detém os valores mais elevados do celibato definitivo das mulheres). As correlações que Rowland estabeleceu para 1960 esbatem-se até 1970, embora pareçam recuperar algum significado em 1981. Relacionando a evolução percentual dos agregados domésticos dos tipos 4 e 5 com a percentagem de camponeses e com as zonas rural e urbana, não se consegue identificar, de imediato, uma relação directa entre as proporções de camponeses e de famílias mais complexas. Entre 1960 e 1970 as maiores percentagens de famílias com dois núcleos familiares (tipo 4) localizavam-se no litoral, principalmente no litoral norte e nos distritos de Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro. Estes valores podem reflectir várias situações, entre elas, a entreaajuda temporária, até se conseguir a integração social e económica dos familiares migrantes que abandonaram as

zonas rurais e a actividade agrícola e se deslocaram do interior para o litoral à procura de outro modo de vida. Em 1981 a percentagem deste tipo de agregados reduziu-se substancialmente, embora os valores mais elevados se mantivessem no litoral norte e no Algarve (Ver Anexo III Mapa Nº III.7.).

Em 1981 os agregados de três e mais núcleos familiares (tipo 5) registaram uma subida percentual em relação a 1960, atingindo os valores mais elevados nos distritos do norte e Centro (V. do Castelo com 11%, Vila Real e Viseu com 7,7%, Braga, Bragança, Aveiro, Guarda e Coimbra, com valores entre 6% e 7%). Entre estes distritos só os de Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu e Viana do Castelo mantinham as maiores percentagens de camponeses (entre 26,5% e 20,1%), enquanto os restantes distritos do norte e centro apresentavam percentagens muito mais baixas (entre 9,4% e 10,3%). Em Portugal, e principalmente a partir dos anos setenta, o argumento da proporção de camponeses na população activa, só por si, torna-se bastante limitado para explicar, minimamente, qualquer fenómeno sobre as estruturas familiares, nomeadamente, o aumento generalizado da proporção de agregados complexos de três e mais núcleos, em 1981. Em termos globais, este aumento, resultou de várias circunstâncias, podendo algumas ser mais transitórias do que outras. Entre estas poderiam encontrar-se famílias emigrantes (incluindo retornados dos países de expressão oficial portuguesa) que procuraram reinstalar-se em Portugal, passando a viver com familiares até arranjarem casa. Por outro lado, esse aumento poderia ser consequência de situações de reforma (em condições precárias para atender às

necessidades mais prementes), de desemprego temporário ou prolongado colocando algumas famílias de todos os grupos etários em situações críticas de pobreza e de dependência económica.

Os agregados familiares simples (tipo 3), com três ou quatro indivíduos eram indiscutivelmente majoritários em todas as categorias sócio-económicas, quer nas zonas rurais, quer nas zonas urbanas (Ver Anexo III Quadros Nº III.44. e III.45.). Relacionando este facto com a proporção de camponeses, verifica-se que, tanto em 1970 como em 1981, em termos gerais, a maioria dos Patrões e Isolados Agrícolas (residentes em zonas urbanas ou em zonas rurais do Continente) viviam em famílias pequenas.

Em 1970, 34,6% das famílias do Continente viviam em zonas urbanas. Entre estas, 26,2% tinham menos de cinco indivíduos (10,7% com dois e 15,5% com três ou quatro indivíduos) e 8,4% tinham mais de cinco indivíduos (7,2% entre cinco e sete indivíduos e 1,2% com mais de oito) (Ver Anexo III Quadro Nº III.44). Da totalidade das famílias residentes nas zonas urbanas do Continente, em 1970, a maioria (34,4%) pertencia à categoria de Empregados Não Especificados, seguindo-se a de Operários Qualificados e Não Qualificados (21,5%), Estudantes/ /Não Activos e Outros Não Activos (19%), Patrões e Isolados Não Agrícolas (17,1%) e, a uma distância percentual considerável, a de Agricultores - Patrões e Isolados (2,4%) .

Em 1970, 7,5% das famílias residentes nas zonas urbanas do Continente tinham quatro ou mais filhos. Estas pertenciam

maioritariamente às categorias de Outros Activos Não Especificados (25%), membros das Forças Armadas (22%), Trabalhadores Agrícolas por Conta de Outrém (17,8%), Directores de Empresas e Chefes de Serviços (14,3%), Profissões Liberais e Similares (12,5%), Agricultores - Patrões e Isolados (11,2%) e Operários - Especializados/Qualificados e Não Especializados (10,9%). Referindo-nos concretamente à categoria de Patrões e Isolados Agrícolas, verifica-se que a maioria (33,7%) não tinham, ou viviam sem filhos, enteados, genros ou noras, seguindo-se 29,3% que tinham dois ou três filhos, 25,8% tinham um filho e apenas 11,2% tinham quatro ou mais filhos.

Em 1970, 26% das famílias urbanas tinham 2 ou três filhos. Estas pertenciam maioritariamente às categorias das Forças Armadas (36,5%), Directores de Empresas e Chefes de Serviços (35,7%), Profissões Liberais e Similares (34,4%), Operários - Especializados e Qualificados e Não Especializados (30,5%), Agricultores - Patrões e Isolados (29,3%), Patrões e Isolados Não Agrícolas (27,5%), Empregados não Especificados (27,2%) e Trabalhadores Agrícolas por Conta de Outrém (26,7%).

Como referimos anteriormente a categoria de Activos não Especificados, era, na zona urbana, a que registava maior percentagem de famílias com quatro e mais filhos. É provável que grande parte delas fosse oriunda de zonas rurais, ligadas a actividades agrícolas, que ao longo dos anos sessenta procuraram nas cidades uma nova forma de vida (Ver Anexo III Quadro Nº III.45.).

Em 1970, 65,4% das famílias do Continente viviam em zonas rurais. A maioria (33,3%) pertencia à categoria de Patrões e Isolados Agrícolas. Tal como na zona urbana, a maior parte das famílias agrícolas (38,1%) vivia sem filhos, enteados, genros ou noras, seguindo-se 27,7% com 2 ou três filhos e 10,8% com quatro ou mais filhos (Ver Anexo III Quadro Nº III.45.). As famílias mais numerosas (com quatro e mais filhos) residentes na zona rural representavam, em 1970, 11,8% do total no Continente. Estas estavam mais representadas na categoria de Directores de Empresas e Chefes de Serviços (33,3%), seguindo-se com uma boa diferença percentual os Operários Especializados e Qualificados e Operários Não Especializados (18,7%), Outros Activos não Especificados (17,9%), Patrões e Isolados não Agrícolas (11,5%), Trabalhadores Agrícolas por Conta de Outrém (11,4%) e Agricultores - Patrões e Isolados (10,8%).

Entre a totalidade das famílias do Continente que em 1970 viviam em zonas rurais, 47,7% tinham menos de cinco indivíduos (19,8% com dois indivíduos e 27,9% com quatro) e 17,7% tinham mais de cinco indivíduos (14,4% entre cinco e sete indivíduos e 3,3% com mais de oito) (Ver Anexo III Quadro Nº III.44.). Ao todo, 30% das famílias residentes nas zonas rurais tinham dois ou três filhos. Estas estavam mais representadas nas categorias de Operários Especializados e Qualificados e Operários não Especializados (38,3%), Empregados não Especificados (34,8%), Directores de Empresas e Chefes de Serviços (33,3%), Forças Armadas (30,8%), Patrões e Isolados não Agrícolas e Trabalhadores Agrícolas por Conta de Outrém (30,7%) e, em sétimo lugar, a de Agricultores - Patrões e Isolados (27,7%).

Em 1970, no total, 35% das famílias do Continente, quer na zona rural, quer na zona urbana, não tinham, ou viviam sem filhos, enteados, genros ou noras (33,1% e 38,6%, respectivamente). Todavia, as famílias mais reduzidas (com um filho) estavam mais representadas na zona urbana do que na rural (27,9% e 25,1%, respectivamente). As famílias com dois e três filhos e com mais de quatro existiam em maior percentagem na zona rural do que na zona urbana (41,8% e 33,5%, respectivamente). Todavia, verifica-se também que as famílias de agricultores, não eram, em termos percentuais, as mais numerosas e que a maior parte delas viviam sem filhos, enteados, genros ou noras. A leitura destes dados, só por si, leva-nos a admitir que poderiam ser várias as categorias sócio-económicas das famílias que viviam em agregados complexos (com duas ou mais famílias), tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas, embora a probabilidade, por vezes, pareça ser maior no meio rural. Repare-se que a média dos agregados com dois núcleos no Continente, passou de 11,6%, em 1960, para 1,3%, em 1981. Conforme já referimos, em 1970, as percentagens mais elevadas de famílias com mais de dois núcleos familiares encontravam-se no litoral norte e centro (distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Viseu com percentagens da ordem dos 6% a 7,4%) e mais ao sul nos distritos de Lisboa e Faro (4%) (Ver Anexo III Mapa III.7.). Este facto pode representar, em parte, uma situação já identificada por Rowland em 1960, principalmente no noroeste, mas, simultaneamente, poderá ser o reflexo do fluxo migratório das famílias para o litoral, sendo primeiramente acolhidas por familiares que já lá residiam. Em 1981 as percentagens mais elevadas dos agregados

familiares com dois núcleos mantiveram-se apenas no litoral norte e no Algarve embora com valores inferiores aos registados em 1970. Curiosamente, para os agregados com três e mais núcleos familiares, que em 1981 aparecem desagregados dos de dois núcleos, verifica-se que os valores percentuais são sensivelmente superiores aos de 1960 e 1970, sendo todos os distritos do norte e centro os mais atingidos por esta situação (Viana do Castelo, Vila Real e Viseu com percentagens entre 11% e 7,7% e Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Bragança e Guarda com valores da ordem dos 6% a 7%). Apesar destas variações, em 1970, verifica-se já uma tendência para a diminuição da dimensão familiar embora seja mais intensa na zona urbana do que na zona rural.

Em 1981, a nuclearidade das famílias portuguesas ultrapassa os 95% em 16 distritos do Continente, sendo os de Lisboa (91,2%) e Porto (93,2%) os únicos que se encontram abaixo desse valor (Ver Anexo III Quadro Nº III.46.). Analisando os agregados compostos por duas ou mais famílias segundo as categorias sócio-económicas verifica-se que, em todos os distritos do Continente, a maior percentagem desses agregados compõe-se de pessoas que procuravam o primeiro emprego, podendo, por isso, tratar-se de uma fase transitória. Todavia, em 1981 regista-se um acréscimo percentual dos agregados com três e mais famílias em todos os distritos, apresentando características idênticas às do caso anterior (pessoas à procura do primeiro emprego, pessoas inactivas e/ou dependentes de outras). Poderiam estar nestes casos, muitas famílias regressadas dos países africanos de expressão oficial portuguesa,

famílias emigrantes que regressaram, famílias em processo de migração interna procurando emprego e casa, entre outras.

É oportuno salientar que entre 1960 e 1981/89 registou-se um aumento generalizado da percentagem de famílias do tipo 1 (Isolados) (Ver Anexo III Quadros N^{os} III.43. e III.44.A. e Mapa N^o III.7.). Este facto resultou, em parte, do envelhecimento da população, aumentando a incidência da viuvez e do número de pessoas que passaram a viver sós ou como consequência de opções de outros grupos etários mais jovens. Uns optaram por viver sós após um possível divórcio ou separação, outros optaram pelo celibato definitivo ou por um casamento mais tardio. Todavia, a principal causa deste aumento parece ter sido o envelhecimento da população, uma vez que este fenómeno é mais visível nos distritos do interior onde se encontram as maiores proporções de idosos.

Os agregados não conjugais (tipo 2) sofreram uma quebra generalizada principalmente na década de oitenta. Nos anos sessenta e setenta as percentagens mais elevadas deste tipo de agregados verificavam-se nos distritos do norte devido à forte incidência da emigração individual masculina nessas regiões (Ver Taxas de Emigração no Anexo III Quadros N^{os} III.47 e III.48). No norte grande parte destes agregados eram constituídos por esposas e filhos de emigrantes. Ao longo dos anos sessenta e setenta muitas dessas mulheres emigraram com os seus filhos, juntando-se aos maridos que já se encontravam no exterior fazendo baixar os valores percentuais destes agregados. No sul a situação era diferente, não estando particularmente ligada à emigração, mas sim, à forte incidência de ca-

sais não casados e de mães solteiras vivendo com filhos, e em parte, à migração interna. Recorde-se que nos distritos do sul registam-se historicamente as taxas mais elevadas de nascimentos fora do casamento. Além destes casos contam-se também os homens e/ou mulheres separados, divorciados e/ou viúvos vivendo com filhos.

Em 1981, os valores percentuais dos agregados não conjugais baixaram em todos os distritos do Continente atingindo valores insignificantes. Este facto explica-se, em parte, pela diminuição progressiva da emigração individual masculina, pelo regresso de muitos emigrantes, particularmente nos distritos do norte e centro, pelo internamento de idosos em lares de terceira idade, etc., e pela alteração de outras circunstâncias que proporcionavam a existência deste tipo de agregados.

Segundo as informações estatísticas mais recentes, cerca de 70% dos agregados domésticos portugueses tinham, em 1989, dois e mais indivíduos e menos de cinco (Inquérito aos Orçamentos Familiares, INE, 1992). Esta concentração é maior no Continente do que nas Regiões Autónomas, elevando-se aos 75% do total. Os agregados com cinco ou mais indivíduos têm menos expressão no Continente (14%) do que nas Regiões autónomas (31%) (Ver Anexo III Quadro Nº III.44.A. e Gráfico Nº III.17.). Nos Açores e Madeira os agregados de 5 indivíduos e de 6 e mais indivíduos têm percentagens praticamente idênticas.

Durante a última década (1981-1991) o número de famílias aumentou cerca de 9%, no conjunto do país. Este acréscimo conjugado com o reduzido aumento da população permite-nos concluir que se registou uma diminuição da sua dimensão média, passando de 3,4 pessoas por família, em 1981, para 3,1 em 1991. Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) (INE, 1992) havia, em 1989, 5,38% de agregados familiares com 6 e mais indivíduos.

4.2.1. Os agregados familiares segundo as categorias sócio-económicas

A análise dos agregados familiares portugueses por categorias sócio-económicas dos representantes das famílias, em 1989, revela que cerca de 6,8% pertenciam à categoria de Empresários da Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca. Do total destes agregados 10,4% pertenciam a Empresários não Agrícolas (Ver Anexo III, Quadro Nº III.49. e Gráfico Nº III.18.). A proporção entre Empresários Agrícolas e não Agrícolas era superior nos Açores (de 9,6% para 6,1%, respectivamente). No Continente a proporção era contrária à do Açores sendo de 6,4% para os primeiros e de 11,4% para os segundos. Na Madeira a distribuição destes empresários estava mais equilibrada. As famílias de Trabalhadores por Conta de Outrém na Agricultura, Caça e Pesca tinham percentagens mais elevadas nas Regiões Autónomas do que no Continente. Nas categorias de Profissões Liberais, Quadros Dirigentes, Técnicos e Similares e Operá-

rios, as famílias do Continente estavam mais representadas do que as das Regiões Autónomas, apresentando a Madeira os valores mais próximos do Continente. Os Trabalhadores por Conta de Outrém no Comércio e Serviços apresentavam valores muito próximos nas várias Regiões (NUTE I), sendo o da Madeira o mais elevado (INE, 1992).

4.2.2. Os agregados familiares segundo o número de activos

Analisando os agregados familiares portugueses, em 1990, segundo o número de activos, verifica-se que os de dois indivíduos activos eram predominantes, com 35,5% do total, seguindo-se os de um activo com 26,1% do total. Nas regiões autónomas, e particularmente na Madeira, registavam-se os valores mais baixos de agregados sem elementos activos. Nos Açores os de um activo eram maioritários com 34,6% do total. Na Madeira os agregados com dois activos eram os mais representativos (34,3%) registando-se também uma percentagem relativamente apreciável dos de três activos (13,3%). Nas regiões do Continente os agregados com dois elementos activos apresentavam as maiores percentagens, embora os valores mais elevados se observassem na Região de Lisboa e Vale do Tejo (Ver Anexo III Quadros N.ºs III.50 e III.51. e Gráfico N.º III.19.).

Em 1990, cerca de 23,2% do total dos agregados não tinham qualquer indivíduo activo. O Alentejo e o Algarve figuravam entre as regiões onde os agregados sem qualquer activo eram predominantes atingindo, em 1989, 32,8% do total, seguidos pelos agregados com dois elementos activos, com 31,8% (Ver Anexo III Quadros Nºs III.50. e III.51. e Gráfico Nº III.19.).

4.3. FACTORES DE EVOLUÇÃO DOS PAPÉIS FAMILIARES EM PORTUGAL AO LONGO DO SÉCULO XX

Ao longo do século XX os portugueses tiveram oportunidade de conhecer e viver em dois regimes políticos opostos; o primeiro, de cariz autocrático, que terminou com o movimento do 25 de Abril de 1974, e o segundo, de cariz democrático que actualmente se mantém. Durante o primeiro período as famílias conheceram uma vida bastante austera, controlada e monótona vivida sob a alçada do regime totalitário do Estado Novo. Deus, Pátria e Família eram os símbolos orientadores de uma educação e socialização autoritárias, baseadas em valores tradicionais, orientados para a segregação dos papéis sexuais e para a homogeneização das preferências, das atitudes e dos comportamentos.

Ao longo de cinco décadas o Estado Novo impôs aos portugueses uma única religião, um único partido e um único modelo familiar - o totalitário. Segundo este modelo o homem desempenha um papel instrumental no contínuum vida privada/vida pública, é o legítimo chefe da família, o seu representante

nos lugares públicos e o seu ganha-pão oficial. A atribuição destas funções ao homem/marido/pai legitimava-lhe o exercício da autoridade familiar, tendo plenos direitos e poderes sobre a mulher e os filhos, cabendo-lhe a última palavra na tomada de decisão. A mulher possui um status subalterno não tendo qualquer representatividade na vida pública. É-lhe atribuído um papel meramente expressivo, totalmente dedicado à vida privada, ocupando-se da gestão das tarefas rotineiras ligadas às actividades domésticas e à satisfação das necessidades físicas dos membros da família. Este modelo faz justiça ao ditado de épocas anteriores "o lugar do homem é a rua e o da mulher, a casa". ao qual corresponde uma forte segregação dos papéis e dos espaços dentro da família e fora dela. Apesar das mudanças verificadas na sociedade portuguesa durante as últimas décadas este modelo persiste em algumas regiões, principalmente rurais e nas mais envelhecidas do interior do país podendo, no entanto, ter sofrido alguma flexibilidade devido à evolução das condições de vida actuais.

Até 1970 mais de metade das famílias do Continente (65,4%) viviam em zonas rurais e 48,3% destas ocupavam-se na agricultura (das quais 33,3% dos chefes de família eram patrões e isolados e 15,0% eram trabalhadores agrícolas por conta de outrém. As taxas de analfabetismo mantiveram-se extremamente elevadas até à década de 60 (40,3%, HM, Portugal) começando a descer a partir desta data, passando sucessivamente para 26,6% (HM), em 1970, para 18,3% (HM), em 1981 e para 11,2% (HM), em 1991. Historicamente as mulheres apresentam taxas de analfabetismo superiores às dos homens.

A partir da década de 60 surgem algumas indústrias nas regiões do litoral (Lisboa, Porto e Setúbal), inicia-se a emigração, o êxodo rural e a desertificação do interior, factos que contribuíram para o desequilíbrio do desenvolvimento sócio-económico do país. Grande parte das famílias vivia pobremente devido ao fraco desenvolvimento da agricultura e das restantes actividades económicas, incapazes, por si só, de absorver o excesso de mão-de-obra. Como resposta a este impasse, e, procurando aumentar o nível de vida, inúmeras famílias, principalmente das regiões norte e centro, optaram pela emigração (legal e clandestina) que numa primeira fase foi essencialmente masculina. Este aspecto da nossa emigração constituiu, de certa forma, um factor importante na evolução dos papéis familiares proporcionando às mulheres alguma visibilidade social pelo facto de passarem a desempenhar papéis e a assumirem responsabilidades que a anterior permanência e/ou proximidade física masculinas lhes retirava.

Por outro lado, ao longo das últimas três décadas acen- tuaram-se o êxodo rural e a concentração urbana como conse- quência das fortes migrações internas para as cidades e para as regiões mais industrializadas do litoral. Esta nova dis- tribuição espacial das populações originou uma maior mobi- lidade geográfica e profissional para ambos os sexos. O contacto urbano, as novas formas de vida e as novas condições de trabalho e de habitação desencadearam a alteração de hábi- tos e de comportamentos que a um ritmo variável se reflectiram nos papéis e na interacção familiar.

Estes factores ganharam maior expressão após a segunda metade dos anos setenta. Os valores democráticos vão chegando progressivamente a todas as instituições. Aumenta a consciencialização pelos direitos humanos e reivindica-se a sua observância independentemente do sexo, idade, raça e ideologia política e/ou religiosa. A liberdade emerge como valor fundamental e assiste-se, conseqüentemente, a alterações significativas em todos os domínios do direito (civil, da família, do trabalho, da educação, etc..). A sociedade portuguesa torna-se pluralista assistindo-se à coexistência de vários modelos em todos as facetas da vida social (familiar, religiosa, política, económica, etc..).

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia contribuiu decisivamente para acelerar estas e outras mudanças. Ao nível do desenvolvimento sócio-económico faz-se apelo a uma maior participação das mulheres na vida pública. Os países da Comunidade Europeia assumiram o compromisso de eliminar progressivamente todo o tipo de discriminações contra as mulheres em todos os domínios da vida social, e, conseqüentemente, nas formas de sua socialização, nos seus papéis sociais e familiares e nas relações familiares.

Conforme demonstrámos, Portugal, durante as últimas décadas, e principalmente na de 80, registou uma baixa significativa nas Taxas de Fecundidade e um forte aumento nas Taxas de Actividade Feminina. Estes dois factores influenciaram fortemente as relações do casal provocando alterações nas atitudes, nos comportamentos e no equilíbrio de forças e de poder nas relações familiares. Estas mudanças não surgiram simulta-

neamente em todos os meios sociais e em todas as regiões do país, nem se fizeram sentir ao mesmo ritmo e com a mesma intensidade. Elas não são lineares nem únicas, continuam a coexistir várias normas e padrões de comportamentos embora se verifique uma certa tendência, principalmente nas regiões mais urbanizadas, de convergência para o modelo de referência mais recente.

Demonstrámos, também, que a limitação dos nascimentos, no Continente, verificou-se em primeiro lugar nas regiões do sul e só mais tarde se estendeu para norte. Quanto aos meios sociais, foram os casais urbanos da classe média que mais cedo manifestaram esse comportamento. As famílias operárias iniciaram-no um pouco mais tarde e finalmente as famílias rurais.

Martine Segalen referindo-se à sociedade francesa, salienta três factores que mais influenciaram a partilha dos papéis no casal. São eles: o regresso do homem ao lar, a subida do trabalho feminino e a transformação rápida das mentalidades (Segalen, 1981: 211). Ao longo do nosso estudo conseguimos provar e identificar a presença destes factores na sociedade portuguesa, embora estes se tornassem mais visíveis a partir de meados dos anos setenta, particularmente nas regiões do litoral mais fortemente urbanizadas.

O regresso do homem ao lar, tal como os outros factores, desempenhou um papel extremamente importante na mudança das relações e dos papéis familiares. O avanço tecnológico proporcionado pela electricidade, nomeadamente o aparecimento da televisão e, mais recentemente, de outros equipamentos, as novas

formas de construção e de organização do espaço doméstico e a manifestação crescente das necessidades estéticas, de conforto e de auto-realização, abrem aos indivíduos (homem e mulher) e às famílias portuguesas novas alternativas de vida em comum, no lar, que é agora um espaço de desenvolvimento pessoal e familiar, pensado para toda a família e não apenas, como outrora, um lugar reservado à mulher e às crianças.

Durante os últimos cem anos as casas portuguesas registaram algumas modificações qualitativas nas formas de construção e na organização do espaço interior. As residências que datam do final do século XIX são geralmente pequenas e com pouco espaço privado. Apesar disso, é possível distinguir dois tipos de construções; as mais modestas e simples habitadas por famílias das classes trabalhadoras, na sua maioria rurais, e as mais amplas e elaboradas habitadas por famílias mais abastadas, proprietárias agrícolas.

Até meados do século XX a situação mantém-se não aparecendo novas formas de arquitectura. As aldeias, vilas e cidades permanecem por muitas décadas com o mesmo tipo de casas registando-se apenas um aumento no número de habitações. Nas regiões onde o tipo de povoamento é mais disperso encontram-se casas rudes isoladas. Nas de povoamento concentrado e no interior das povoações as habitações são geralmente pegadas umas às outras, alinhadas ao longo das ruas e das estradas, obedecendo, em ambos os casos, às mesmas formas de construção, igualmente rudes e exíguas. Estas características perduraram até aos anos 50 e 60, sendo nessa altura bastante frequente encontrar casas sem esgotos, água, electricidade e sem

condições higiénicas, nomeadamente, de arejamento e de luminosidade. Além disso, em muitas delas ainda não existia uma separação entre o espaço público e o privado.

Durante as últimas décadas, principalmente a partir dos anos 60, Portugal atravessou uma crise generalizada de falta de habitações, desencadeando-se uma nova fase nas formas e tipos de construção. Surgiram nessa altura os primeiros bairros de habitação social para abrigar as famílias que migraram para as cidades e/ou para as zonas mais industrializadas do país. A partir da segunda metade dos anos setenta e à medida que se vai consolidando o Poder Local, as Autarquias e os Municípios passam a intervir mais activamente na melhoria das condições de vida das populações, investem nas infraestruturas básicas, impõem novas formas de urbanização e de construção passando a exercer um maior controle nas condições de habitabilidade das novas residências, obedecendo, aliás, a imposições legais.

Algumas teorias antropológicas ao pronunciarem-se sobre as formas de construção defendem que a organização do espaço está intimamente relacionada com as estruturas social e simbólica das sociedades (Morgan e Durkheim). Uma das afirmações que admite este argumento refere que as formas de construção são coerentes com as estruturas social e simbólica e com as necessidades comportamentais das sociedades. Segundo estas teorias as formas de construção assumem uma relação passiva e estática com a sociedade e a cultura. Porém, a literatura antropológica mais recente demonstra que as abordagens sincrónicas não se adaptam à explicação das mudanças que se têm verificado nas novas formas de construção, dando origem ao



aparecimento de outras abordagens que procuram explicar essas mudanças com base na interacção dinâmica entre a acção e o significado.

Bourdieu, seguindo as últimas tendências, argumenta que o significado espacial é criado pela acção, e esta, por sua vez, é inspirada por esquemas conceptuais representados na ordem do espaço (Moore, 1986: 77, cf. Lawrance, 1988). O hábito, ao dar origem às regularidades da acção liga a actividade ao conhecimento no espaço.

Referindo-nos, em termos gerais, às formas de construção existentes nas localidades portuguesas poderemos identificar quatro tipos de habitações que correspondem a diferentes áreas habitacionais. Estes tipos de casas distinguem-se pelo número de divisões e pelos tipos de espaços que comportam, pela sua organização interior e pelos usos e significados que esses espaços têm para os seus ocupantes. A cada tipo de habitação corresponde determinada categoria de residentes, padrões de comportamento e estilos de vida.

Presentemente, ainda podemos observar que nas zonas mais antigas das localidades portuguesas permanecem as casas mais velhas, desconfortáveis e exíguas sendo geralmente habitadas pelas famílias mais pobres, por casais idosos e viúvos. Esta população, na sua maioria reformada, apresenta um modelo de comportamento mais "tradicional" lembrando um estilo de vida próprio de uma época anterior. A principal divisão destas habitações é a casa de entrada, quase sempre com chaminé ou lareira utilizada para cozinhar e para o aquecimento durante o

inverno. Aí recebem-se as visitas, preparam-se e tomam-se as refeições. Trata-se de uma divisão de uso múltiplo que funciona simultaneamente de cozinha, sala de visitas, sala de estar e casa de jantar. O grande inconveniente deste tipo de casas, principalmente quando se usa lenha ou carvão, consiste na impossibilidade de separar espacialmente as actividades sujas das limpas, uma vez que tudo se processa na mesma divisão, ou seja, na casa de entrada. As restantes divisões da casa ficam recuadas, partem da cozinha podendo ser contíguas ou separadas por um corredor (Ver Anexo II, Desenhos Nº^s II.1., II.2. e II.3. e Figura Nº II.1). Quando contíguas não existe o mínimo de privacidade.

Para a população que reside nestas condições a casa é considerada o espaço da mulher, cabendo-lhe a total responsabilidade da sua manutenção e limpeza, sendo este último aspecto extremamente importante para a reputação da dona de casa, particularmente no sul do país (Alentejo). Após o cumprimento das tarefas domésticas (limpar, arrumar, cozinhar, etc.) a mulher, e em especial a mulher alentejana, ocupa a maior parte do seu tempo livre em casa ou conversando com as vizinhas mais próximas. O homem que aí habita reconhece a sua casa como um espaço totalmente feminino não encontrando nela um lugar próprio para si, de entretenimento ou de repouso depois das horas de trabalho. Para ele a casa resume-se a um local para dormir e tomar as refeições. O seu tempo livre é passado na rua, na taberna ou no café juntamente com outros homens que vivem nas mesmas condições. Este tipo de famílias por habitarem em casas exíguas e sem espaços privados abertos

reforçam a segregação sexual dos espaços e dos papéis familiares e sociais.

As casas do final do século XIX e início do século XX habitadas pelas famílias mais abastadas situam-se igualmente nas zonas mais antigas das localidades. Todavia, estas casas caracterizam-se por terem divisões adicionais suficientes para segregar espacialmente as funções sujas das limpas. Além disso, os cuidados domésticos e de limpeza são da responsabilidade dos empregados (criados) e não da dona de casa. Neste tipo de habitação a cozinha situa-se na parte menos acessível do prédio recebendo-se as visitas numa sala (sala de estar e/ou sala comum ou casa de jantar). Outra característica importante destas habitações consiste na existência de uma casa de entrada "hall" ou de um corredor permitindo aos residentes tratar de assuntos particulares (negócios, etc.) com privacidade, impedindo a entrada de estranhos nas divisões mais reservadas. Este pormenor não se verifica nas residências humildes.

Nas casas humildes não existe a transição entre o espaço privado e o público e a exiguidade às vezes é tão grande que muitas das funções familiares transitam para a rua junto à porta de entrada. Nestes casos a rua funciona como extensão da casa, nomeadamente, da casa de entrada (que serve simultaneamente de cozinha, sala de estar, etc.), tradicionalmente frequentada por mulheres e crianças. Para estas famílias, e principalmente para os homens, a vida ainda se processa no exterior, na rua ou em lugares públicos, uma vez que o "lar" (residência) não oferece as condições mínimas de lazer, de

conforto, de refúgio, de repouso, de desenvolvimento pessoal e de outras formas de interação entre os membros da família tornando-se num lugar de onde todos procuram fugir (Basto, 1942: 12).

As habitações rudes construídas durante as primeiras décadas do século XX apresentam algumas mudanças importantes na organização do espaço interno em relação às construídas anteriormente. A maioria delas já inclui uma sala e um "hall" ou corredor (Ver Anexo II, Desenho Nº II.4. e Figura Nº II.3.). Esta característica é extremamente importante no que respeita à organização dos restantes espaços da casa. A sala geralmente situa-se perto da porta da rua e a cozinha passou para as trazeiras da moradia havendo uma porta para o quintal, caso este exista. Os comportamentos dos residentes destas habitações assemelham-se aos das casas mais abastadas; a imagem da família é preservada, o recreio informal ocorre na sala, que constitui uma divisão à parte, enquanto a rotina diária tem lugar na cozinha.

As casas de construção mais recente afastam-se mais ainda das formas de construção tradicionais (Ver Anexo II, Figura Nº II.4.). Muitas são vivendas (residências separadas umas das outras ou semi-separadas) com espaços abertos à frente, ao lado e/ou atrás, cercadas por muros ou arbustos. A organização interna do espaço também mudou havendo geralmente um corredor em forma de L ou T. As cozinhas são concebidas para a instalação de utensílios e de equipamentos modernos; a chaminé reduz-se a uma pequena abertura sobre o fogão ou por vezes usa-se, apenas, um exaustor de fumos. Estas casas, agora sem

chaminé ou lareira passam a ser aquecidas com aquecedores portáteis eléctricos e/ou a gaz, verificando-se mais recentemente a existência de aparelhos de ar condicionado. Adicionaram-se novos espaços a estas casas; uma ou duas casas de banho e mais do que uma sala (sala de estar e sala de jantar).

As mudanças verificadas ao longo do tempo nas formas das casas e na introdução de novos espaços mudou os usos e os costumes em alguns espaços específicos. Estas mudanças influenciam comportamentos e reflectem mudanças no conhecimento e nos valores. A adição da sala foi uma das mudanças espaciais mais importantes na construção das casas rudes e na remodelação das casas mais antigas. Esta, sendo uma divisão para receber formalmente as visitas ou convidados, representa a separação entre as actividades limpas e as sujas. O espaço para cozinhar opôs-se ao espaço para tomar as refeições e ao de entretenimento, embora estejam funcionalmente ligadas e combinadas nas casas modestas das famílias mais pobres. Verifica-se, por vezes, em casas velhas remodeladas, a separação destes espaços. Esta característica da separação dos espaços é frequente quando os residentes dispõem de um espaço para fazer uma cozinha e uma casa de jantar nas suas novas casas ou nas residências (apartamentos) urbanas. Esta característica parece ser comum entre outros povos latinos. John Zeigel observou uma separação semelhante em residências portorriquenhas, em Nova Iorque (Lawrence, 1988:7). Em contraste com a sala limpa, a cozinha "suja" é um espaço habitualmente usado para a activi-

dade diária. A cozinha evoca imagens das pessoas mais pobres (povo) enquanto a sala aspira à burguesia.

Durante a última década assiste-se, principalmente no alentejo, ao aparecimento de uma nova divisão contruída nas traseiras da casa, no quintal ou junto à garagem, separada do edifício, vulgarmente chamada de casa da matança ou cozinha alentejana. Este fenómeno tem as suas origens no ritual anual da matança do porco, proporcionando um espaço para preparar os enchidos e onde não falta a chaminé da cozinha tradicional para fazer o fumeiro. Desta forma separam-se radicalmente as actividades "sujas" das limpas. Na casa da matança ou cozinha tradicional é frequente encontrar-se uma mesa e várias cadeiras. Em todas as casas novas e/ou remodeladas existe uma cozinha moderna, embora algumas famílias raramente a utilizem. Lawrence (1988), quando realizou o seu estudo numa localidade alentejana, verificou que eram frequentes os casos em que estas cozinhas se encontram totalmente desequipadas e afirma que as razões mais apontadas para a preferência de utilização da cozinha tradicional ou casa da matança em detrimento da cozinha moderna eram de ordem económica e cultural. As famílias afirmavam ser mais económico cozinhar a carvão e/ou a lenha do que com gaz ou electricidade alegando que a comida fica mais saborosa. Além disso, o uso da casa da matança mantém a cozinha moderna e as restantes divisões sempre limpas de resíduos de carvão e de gordura.

Além disso, Lawrence (1988) observa que na casa da matança é frequente haver água corrente, fogão a gaz e frigorífico. Este facto permite admitir que o uso desta divisão ul-

trapassa largamente o período da matança do porco, prolongando-se ao longo do ano para cozinhar, aquecer, conviver e receber os amigos íntimos. Só em ocasiões especiais ou para convidados menos íntimos se come na casa de jantar. Lawrance (1988) adianta, ainda, que as casas novas estão limpas e são um espaço totalmente privado.

As mudanças nas formas das casas revelam importantes transformações na estrutura e no comportamento familiares. Os comportamentos masculinos e femininos têm mudado ao longo dos tempos e através das classes sociais passando gradualmente de formas de segregação sexual para formas de cooperação conjugal, podendo falar-se a este propósito de um contínuum de comportamentos que tem num dos extremos formas de segregação e no extremo oposto formas de cooperação. A mudança parece ser mais significativa no que se refere à identificação da família com aspectos relativos à classe social e às influências urbanas como as reveladas pela cozinha, sala e casa da matança. Segundo Denise Lawrance (1988) o princípio que aparentemente conduz estas distinções e comportamentos reside na oposição entre limpo e sujo. A adição da sala pelos trabalhadores agrícolas nas casas mais antigas constitui uma tentativa de procurar igualar a sala nas casas dos proprietários agrícolas mais abastados. Esta não é a mesma motivação reflectida nas novas casas de hoje. Actualmente, nas zonas rurais os residentes mais jovens e mais afluentes decoram a sala e as restantes divisões com equipamentos modernos, como uma espécie de "modelo" de modernidade importado das áreas urbanas. Enquanto o conceito de classe do proprietário agrícola se opunha ao do

trabalhador, presentemente, o conceito de urbano contrasta com o de rural (Lawrance, 1988). Por outro lado, a introdução da casa da matança, e o seu provável papel no futuro, parece tornar-se uma metáfora que liga o rural ao sentimento da tradição popular (Lawrance, 1988).

A evolução das formas de construção, dos significados dos espaços, das mudanças no conhecimento, dos valores, dos padrões de comportamento e dos papéis familiares estão intimamente relacionadas com o avanço tecnológico. A electrificação das casas deu origem a novas formas de relação familiar, sendo o primeiro grande impacto provocado pela rádio e mais tarde pela televisão. A partir de meados dos anos 50 a televisão portuguesa iniciou as suas emissões permitindo que a casa se transformasse cada vez mais num lugar de expansão, de repouso e de lazer. À medida que a electrificação do país se completa e a televisão chega a todos os lares, o homem encontra, finalmente, por via do lazer, um motivo para ficar em casa, partilhando com a mulher e os filhos o mesmo espectáculo e o mesmo discurso.

A pouco e pouco e à medida que se eleva o nível de vida, o homem (marido) procura melhorar o conforto no lar, faz investimentos na habitação, embeleza-a e compra bens de consumo úteis para toda a família. Em muitos casos são os homens que tomam a iniciativa da aquisição de novos equipamentos domésticos, máquinas de lavar roupa e louça, frigoríficos, etc., apesar das mulheres serem as principais utilizadoras. Este comportamento introduz uma nova repartição do orçamento familiar ao nível da despesa. O homem, embora disponha de um pecú-

lio para os seus gastos pessoais, passa a reservar uma parte do seu rendimento para a compra de bens de uso colectivo (familiar). A compra de um ou de dois automóveis e da segunda habitação são alguns exemplos da nova repartição do rendimento e da aplicação de capitais e de poupanças num número cada vez maior de famílias portuguesas. Este fenómeno está, sem dúvida, relacionado com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e com a descida das taxas de natalidade proporcionando um acréscimo bastante significativo dos níveis de rendimento e de poupança desencadeando uma nova distribuição das despesas e, progressivamente, provocando alterações/mudanças na estrutura dos papéis familiares.

A construção de vivendas com espaços privados abertos incentiva o regresso do homem ao lar proporcionando-lhe uma imensidade de ocupações onde dedica uma parte cada vez maior do seu tempo livre. A habitação, seja a primeira ou a segunda, pode ser transformada indefinidamente (Segalen, 1981). Agora, juntamente com a sua família, o homem interessa-se pelo melhoramento da casa, pela sua conservação, pelo conforto, pela re-decoração, pela jardinagem, etc.. Este homem, regressado a casa, sente que esta é também um espaço seu de desenvolvimento pessoal e familiar, uma fonte de prazer, reunindo aí condições para se ocupar, cultivar e repousar, desfrutando de privacidade, e, simultaneamente do convívio, do recreio e do lazer familiares. Este novo lar afigura-se muito mais interactivo e cooperante. Os seus ocupantes adquirem novos hábitos culturais, novos valores, e novos conhecimentos sobre a utilização dos espaços, partilhando cada vez mais a vida doméstica, re-

servando mais tempo para a vida em família, condições indispensáveis, entre outras, para o bem estar e para o desenvolvimento pessoal e familiar.

Nas famílias operárias e das classes inferiores a nova repartição dos papéis familiares é menos perceptível e muito mais lenta, embora tenda a evoluir no mesmo sentido. Esta evolução está intimamente ligada à elevação dos níveis de instrução, às transformações económicas e sociais, à melhoria das condições e do nível de vida e ao desenvolvimento das formas de interacção dos indivíduos de ambos os sexos dentro e fora da família. Durante os últimos dez anos os grupos domésticos portugueses das classes média e média alta, mais afluentes e de níveis educacionais mais elevados foram os primeiros a manifestar esta tendência.

4.4. CONCLUSÃO

Após esta breve análise da evolução das estruturas familiares portuguesas, a partir de 1970, e de acordo com os últimos dados referentes ao Recenseamento de 1991, conclui-se que a tendência predominante consiste na redução da sua dimensão sendo a família com um só núcleo largamente maioritária em todos os distritos. A nossa análise prova que as famílias mais numerosas não são necessariamente as dos camponeses, nem vivem predominantemente nas zonas rurais.

Prova-se também que em 1981, as percentagens mais elevadas de famílias de estruturas mais complexas (com três núcleos) encontravam-se nos distritos do norte e centro, enquanto as de dois núcleos tinham maior representatividade no litoral norte e no Algarve. Este facto deveu-se ao fluxo migratório para as regiões do litoral, tal como se registou nos anos sessenta e setenta, embora com menor intensidade. Se tal se confirmar, é possível que durante a última década tenham diminuído as percentagens de famílias com dois núcleos nessas regiões, e, provavelmente as de agregados complexos com três núcleos. A falta de dados mais recentes referentes ao último Recenseamento (1991) impede-nos, de momento, de confirmar se tal se verificou ou não.

Presentemente, devido à situação económica que o país atravessa e às novas tendências de urbanização, mais descentralizadas do que as verificadas nas décadas anteriores, prevê-se que este fluxo continue a diminuir de intensidade, pelo menos nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo. Tudo dependerá da dinâmica da política económica que as várias regiões conseguirem desencadear nos tempos mais próximos, provavelmente virada para uma política de fixação das populações, tornando as regiões mais atractivas tentando repovoar as mais desertificadas.

CAPÍTULO V

**A CONJUNTURA DEMOGRÁFICA E FAMILIAR DA POPULAÇÃO
PORTUGUESA NA EUROPA DOS DOZE**

Para ficarmos com noções mais claras sobre as semelhanças e as diferenças sócio-demográficas entre os países da Comunidade Europeia, sobre as suas tendências globais e sobre a nossa especificidade, consideramos oportuno fazer uma breve análise descritiva e comparativa da evolução de alguns indicadores nos países da Europa dos Doze e na Comunidade no seu conjunto.

5.1. - MOVIMENTO DA POPULAÇÃO, ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS E DENSIDADE POPULACIONAL NA EUROPA DOS DOZE: INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos (1960-1990) a população da CE passou de 279 para 327 milhões de habitantes, o que equivale a um aumento de 48 milhões de indivíduos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.60 e Gráfico Nº III.27.). Em 1950 a população que residia na Europa dos Doze representava 10% da população mundial passando em 1 de Janeiro de 1990 a representar apenas 6% dessa população. Durante este período todos os países da Comunidade aumentaram os seus efectivos em percentagens variáveis de país para país que vão desde 9% na Bélgica, 15% em Portugal a 31% nos Países Baixos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.60.).

As taxas de crescimento natural apresentam grandes variações de país para país. Em 1989 destaca-se a ex-RFA com o único crescimento natural negativo (-0,3%, equivalente a menos 16000 indivíduos) devido ao forte envelhecimento da estrutura da sua população e a uma fecundidade bastante baixa (Ver

Anexo III, Gráfico Nº III.28.A.). Em contrapartida a Irlanda continua a registar o crescimento natural mais elevado da Comunidade (5,8%) devido a uma natalidade forte, apesar de apresentar uma redução desde o início da última década (1980-1990). Em 1989, a França e os Países Baixos têm valores intermédios (4,2% e 4,0%, respectivamente) seguindo-se Portugal e Espanha (em quarto e quinto lugares, respectivamente) com um crescimento natural de 2,2%, o Reino Unido com 2,1% e o Luxemburgo com 1,8%. Os restantes países apresentam valores inferiores a 1%.

No que respeita ao saldo migratório as diferenças são bastante significativas. Este apresenta-se negativo unicamente na Espanha (-0,3%) e na Irlanda (-12,1%) tendo este último, o valor mais baixo da CE. Os restantes países apresentam saldos migratórios positivos, embora se destaque largamente a ex-RFA com 16,1% (o que equivale a um milhão de pessoas) devido aos efeitos dos recentes acontecimentos na Europa de Leste, e, em segundo lugar o Luxemburgo com 7,4% (o que equivale a 2800 pessoas). Os restantes países da CE apresentam saldos migratórios mais moderados, entre 2,6% nos Países Baixos, 1,0% em Portugal (ocupando o sexto lugar) e 0,6% na Itália (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.28.B.).

Em relação ao crescimento total verifica-se que na ex-RFA e no Luxemburgo o efeito da imigração sobrepõe-se ao crescimento natural dando origem a um crescimento total positivo nesses países (15,8% e 9,2%, respectivamente) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.28.C.). Em 1989, o crescimento natural da Comunidade resultante dos nascimentos menos os óbitos atinge

584.000 pessoas, mas, por ter um saldo migratório positivo, o crescimento total atinge 1.758.000 indivíduos. A partir de 1960, o crescimento anual da população da CE apresenta uma tendência decrescente, embora, não uniforme. A Comunidade passa de 2.284.000 pessoas em 1960 para 1.758.000 em 1989, apresentando o valor máximo em 1992 (3.254.000) e o mínimo em 1985 (790.000) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.61. e Gráfico Nº III.29.).

A evolução da situação demográfica da CE caracteriza-se fundamentalmente pelo envelhecimento da sua população. Esta característica é comum a todos os países membros embora se manifeste com intensidades diferentes. Os países do norte da Europa foram os primeiros a sentirem os efeitos do envelhecimento (ex-RFA e o Reino Unido) e mais tarde a Irlanda e os do sul da Europa (Espanha, Portugal e Grécia).

Em 1989 a pirâmide etária da CE apresenta todas as características de uma população envelhecida. Sofreu um estreitamento da base devido à diminuição da natalidade e um alargamento do vértice devido ao prolongamento da duração de vida. Comparando as pirâmides etárias de 1960 e 1989 verifica-se que em meados dos anos sessenta registou-se uma quebra da fecundidade (após o "baby boom" que se seguiu à II guerra Mundial), fenómeno que se acentuou em meados dos anos setenta, altura em que os países do sul da Europa (Itália, Espanha, Portugal e Grécia) iniciaram o decréscimo da fecundidade (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.30.). Em 1988/1989 a RFA e o norte da Itália apresentam-se como as regiões mais envelhecidas da Comunidade. Nestas regiões a proporção de indivíduos com menos

de vinte anos é inferior a 23% . Em 1988, Portugal era, depois da Irlanda, o segundo país da CE com a maior proporção de jovens com menos de vinte anos, cerca de 30% do total, enquanto a Irlanda rondava os 38% (Ver Anexo III, Quadro Nº III.62., Gráfico Nº III.31. e Mapa Nº III.9.).

Em 1988 a idade média da população da Europa dos Doze era de 34,3 anos enquanto a do mundo era de 24 anos. Em relação ao resto do mundo a Europa dos Doze é uma região "velha" continuando em progressivo envelhecimento. A RFA apresentava a idade média mais avançada (37,2 anos), a Irlanda a mais jovem (27,7 anos), enquanto Portugal (31,3 anos) ocupava a segunda posição entre os países mais jovens da CE, depois da Irlanda, situando-se abaixo da idade média Comunitária. No mesmo ano, para além de Portugal e da Irlanda situavam-se ainda abaixo da idade média da Europa dos Doze as das populações da Espanha, Países Baixos e França (entre 27,7 anos e 33,3 anos). Entre os países Europeus mais "velhos" e com idades médias superiores à Comunitária figuram a RFA, a Dinamarca, o Luxemburgo, a Itália, a Bélgica e o Reino Unido (Ver Anexo III, Quadro Nº III.63. e Gráficos Nº III.32. e III.33.).

Em 1988, os jovens com menos de vinte anos representavam apenas um quarto do total da população Comunitária, enquanto os indivíduos com mais de sessenta anos representavam um quinto. As perspectivas para o futuro apontam para um equilíbrio da proporção jovens/pessoas idosas por volta do ano 2010, invertendo-se a situação a partir do ano 2020 a favor das pessoas idosas. Em 1988, em Portugal, tal como na Irlanda e na Espanha, esta situação afigurava-se menos grave que nos

restantes países da CE (Ver Anexo III, Gráficos Nº III.32. e III.33.).

A densidade populacional da Europa Comunitária aumentou de 124 hab/km², em 1960, para 144 hab/km², em 1989. As zonas mais densamente povoadas dispõem-se ao longo de uma diagonal que se estende do noroeste da Inglaterra até ao norte da Itália, passando pelo norte da Bélgica, pelo sul dos Países Baixos e pelas regiões industrializadas do Ruhr (é a chamada banana). Fora desta faixa de grande concentração populacional ficam as aglomerações de Paris, Roma, Madrid, Barcelona e Lisboa, encontrando-se rodeadas de regiões com densidades mais fracas. Em regra, as zonas mais densamente povoadas correspondem às regiões mais industrializadas ou a centros administrativos (capitais de Estado). As costas mediterrânicas da Espanha, e das rivieras italiana e francesa tornaram-se densamente povoadas a partir dos finais dos anos sessenta devido ao desenvolvimento do turismo, facto que desencadeou um grande aumento do volume de emprego nessas regiões. A Irlanda e os países do sul da Europa (Grécia, Espanha e Portugal) à excepção da Itália, apresentam as densidades mais fracas (51 hab/Km², 76 hab/km², 77 hab/km² e 112 hab/km², respectivamente) sendo, igualmente, os menos desenvolvidos da Comunidade (Ver Anexo III, Quadro Nº III.64. e Mapa Nº III.10.).

5.2. NATALIDADE/FECUNDIDADE/ESPERANÇA DE VIDA

O número de nascimentos na CE sofreu uma diminuição de 26% entre 1960 e 1989, embora as variações se processassem em ritmos diferentes. Esta quebra foi ininterrupta até 1986, passando a registar-se ultimamente pequeníssimas variações anuais de subida e de descida. Verificou-se um ligeiro aumento a partir de 1988 (+1,7%) relativamente a 1987 e uma descida de -1,1% em 1989, em relação a 1988. Durante o mesmo período, Portugal registou a maior diminuição do volume de nascimentos dos países da CE (44,4%), seguindo-se, por ordem decrescente, a Itália (38,9%), a Espanha (37,9%), a Grécia (35,7%), a Alemanha (30,1%), a Bélgica (21,9%), os Países Baixos (20,9%), a Dinamarca (18,4%), a Irlanda (16,4%), o Reino Unido (15,4%), a França (6,8%) e o Luxemburgo, que actualmente regista o mesmo número de nascimentos de 1960 (Ver Anexo III, Quadro Nº III.64.). Estes valores demonstram claramente que a quebra da fecundidade ocorreu primeiramente nos países do norte da Europa (excepto na Irlanda). As maiores descidas registaram-se entre 1965 e 1975 (na Bélgica, Dinamarca, RFA, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido) estabilizando ou diminuindo a intensidade das quebras no decénio seguinte.

Nos países do sul da Europa (Itália, Grécia, Espanha e Portugal) a quebra da fecundidade iniciou-se mais tarde, já nos anos setenta, manifestando-se, porém, muito rapidamente, atingindo níveis de fecundidade ainda mais baixos do que os registados nos países da Europa do Norte (casos da Espanha e

Itália). Em 1989, a Irlanda era o único país da CE que mantinha o indicador conjuntural de fecundidade (2,11) próximo do limiar de renovação (2,10 filhos por mulher)⁽¹⁾. Em termos europeus, o indicador conjuntural de fecundidade tem oscilado entre 1,55 filhos por mulher em 1987, 1,60 filhos em 1988 e 1,58 filhos em 1989, permanecendo abaixo do limiar de renovação das gerações desde meados dos anos setenta (Ver Anexo III, Quadro Nº III.65. e Gráfico Nº III.35.)⁽²⁾. Em 1989, Portugal tinha o quarto mais baixo indicador conjuntural de fecundidade (1,5 filhos por mulher) depois da Itália, Espanha, e RFA (todos inferiores a 1,5 filhos por mulher). Com os actuais níveis de fecundidade da CE os nascimentos apenas asseguram três quartos da renovação das gerações.

Analisando as Taxas de Fecundidade por grupo etário nos países da Europa dos Doze, em 1988, verifica-se que os países do sul da Europa (Itália, Espanha e Portugal) registam as taxas mais baixas, em quase todos os grupos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.66.).

Na CE a redução da fecundidade e, conseqüentemente, a tendência para a redução da dimensão da família manifestou-se, sobretudo, a partir de 1965. Porém, a diminuição do número de

(1) "O indicador conjuntural de fecundidade de um período é obtido adicionando as taxas de fecundidade por idades de um dado ano; representa o número de filhos que teria uma mulher se tivesse, em cada idade, o comportamento de fecundidade observado durante esse ano" (EUROSTAT, 1991: 20)

(2) "Renovação de gerações: nível de fecundidade tal que a reprodução líquida seja igual a 100. Nas condições actuais de mortalidade na Europa Ocidental e do desequilíbrio dos sexos à nascença, a fecundidade necessária à renovação das gerações é de 2,1 filhos por mulher (limiar de renovação de gerações)" (EUROSTAT, 1991: 20).

nascimentos foi mais significativa nas categorias elevadas, nomeadamente a partir do terceiro filho. Entre 1960 e 1988 Portugal reduziu em 77% o número de nascimentos das categorias três e seguintes, a Itália 72% e a Irlanda 40% (sendo esta a menor redução registada nos países da CE, durante o mesmo período) (Ver Anexo I, Quadro Nº I.18.).

A tendência para a redução da família tem sido acompanhada por um retrocesso da idade de maternidade. A idade média da mãe na altura do nascimento do primeiro filho sofre uma evolução paralela à da idade média para o primeiro casamento. Até aos princípios da década de setenta assistiu-se a um rejuvenescimento (24,4 anos em 1970 contra 25,5 em 1960) registando-se posteriormente uma tendência para o aumento dessa idade média, que, em 1987, era de 25,9 anos na CE (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.21.).

É oportuno salientar que, paralelamente à descida do número de nascimentos, e dado que o casamento concorre cada vez mais com diferentes formas de união consensual, o número de nascimentos fora do casamento aumentou consideravelmente em todos os países da Comunidade, embora com pontos de partida e ritmos muito diferentes. Em termos globais, em 1960, 4,5% dos nascimentos da CE ocorriam fora do casamento, passando para 17,1%, em 1989 (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.20.). A Dinamarca, assume destacadamente a primeira posição (45%) atingindo quase metade dos nascimentos, seguindo-se a França (28,4%) e o Reino Unido (26,6%) onde mais de um quarto dos nascimentos ocorrem fora do casamento. Em 1989, Portugal ocupava a quarta posição (14,5%), seguindo-se com valores mais próximos dos nossos, a

Irlanda (12,6%), o Luxemburgo (11,8%) e a Bélgica (11%), enquanto Grécia, a Itália, a Espanha, a RFA e os Países Baixos registavam as menores percentagens de nascimentos fora do casamento (2,1%, 6,1%, 10,0%, 10,3% e 10,7%, respectivamente) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.70.).

Actualmente, em relação aos nascimentos e à família, a Comunidade Europeia caracteriza-se por evidenciar uma maternidade mais tardia, famílias mais reduzidas e uma maior descendência fora do casamento.

Durante os últimos quarenta anos (1950-1990) a esperança de vida à nascença, no conjunto da Comunidade Europeia, passou de 64 para 72 anos, para os homens, o que significa um aumento de 8 anos, e de 68,2 para 78,6 anos, para as mulheres, que se traduz num aumento de 10,4 anos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.67.). Neste domínio o progresso foi geral de forma que, entre 1985-1988, a esperança de vida à nascença ultrapassava, em todos os países Comunitários, os 70 anos para os homens e os 76 anos para as mulheres (Ver Anexo III, Quadro Nº III.68. e Gráfico Nº III.36.). Durante o mesmo período (1985-1988) a Espanha tinha, em relação aos homens, a esperança de vida mais elevada (73,1 anos), enquanto a França registava o valor mais elevados para as mulheres (80,0 anos). Em todos os países da CE as mulheres asseguram uma esperança de vida mais elevada que a dos homens aos 30, 60 e 75 anos de idade (Ver Anexo III, Quadro Nº III.68.).

Apesar do aumento da esperança de vida se verificar em ambos os sexos, a sobremortalidade masculina sobressai como

uma das características dominantes da evolução demográfica da CE. Assiste-se progressivamente ao aumento da diferença, em número de anos, entre a esperança de vida dos homens e a das mulheres. Em termos genéricos esta diferença passou de 4,2 anos, em 1950, para 6,6 anos, em 1988, embora em França se eleve para 8,2 anos (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.37.). Este facto dá origem a uma "sobrefeminização" da população idosa, de forma que, aos 90 anos há, em média, 2 mulheres por homem (Ver Anexo III, Quadro Nº III.69.).

Em 1989, Portugal tinha uma esperança de vida de 71,2 anos para os homens e 78,2 anos para as mulheres. Estes valores aproximam-se da média Comunitária em 1988 (72,0 anos para os homens e 78,6 anos para as mulheres) embora sejam ligeiramente inferiores. Os países que neste indicador mais se aproximam da realidade portuguesa são a Dinamarca, o Luxemburgo e o Reino Unido com valores entre 70,6 anos e 72,0 anos, para os homens, e de 77,7 anos e 77,9 anos, para as mulheres. Em 1989 a França mantém a maior esperança de vida para ambos os sexos (72,5 anos para os homens e 80,7 anos para as mulheres) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.54. e Gráfico Nº III.21.).

5.3. NUPCIALIDADE/IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO/DIVÓRCIO

Entre 1960 e 1989, a nupcialidade na CE sofreu, em termos globais, uma quebra significativa, passando de 2.194.000 casamentos para 1.941.000, o que equivale a uma redução de 11,5%

(Ver Anexo III, Quadro Nº III.71 e Gráfico Nº III.38.). Esta evolução observou-se em quase todos os países da Comunidade, embora haja pequenas variações relativas de país para país. Na Dinamarca, no Luxemburgo e na RFA o número de casamentos estagnou ou diminuiu desde o decénio de 1960-1970. O maior número de celebrações ocorreu em 1972. A partir desse momento desce até 1986, passando a subir, ligeiramente, até 1989. Esta subida é acompanhada pelo aumento do número de novos casamentos atingindo, em 1987, quase o dobro dos celebrados em 1960 (303.000 novos casamentos de homens e 278.000 novos casamentos de mulheres, em 1987, contra 183.000 e 146.000, respectivamente, em 1960).

A idade média no primeiro casamento conheceu um período de rejuvenescimento entre 1950 e meados dos anos setenta sendo, em 1975, de 25,6 anos para os homens e de 23,0 anos para as mulheres. Mais recentemente inverte-se essa tendência aumentando as idades para 27,1 e 26,4 anos, respectivamente, em 1987 (Ver Anexo I, Gráfico Nº I.19.). Este aumento traduz novos comportamentos das populações Comunitárias face ao casamento.

A pirâmide etária, segundo o estado matrimonial resultante dos Recenseamentos de 1981-1982, evidencia uma proporção importante de jovens solteiros, facto que revela um fraco interesse dos jovens pelo casamento (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.39.). Por outro lado, assiste-se, simultaneamente, a uma maior fragilidade das uniões celebradas. O número de divórcios passou de 125.000, em 1960 para 534.000, em 1988 (Ver Anexo III, Quadro Nº III.72.). Entre 1960-1970 o aumento do número

de divórcios foi lento, acelerando-se progressivamente nas décadas seguintes. Em 1988, relativamente a 1960, o número de divórcios aumentou cinco vezes nos Países Baixos, quatro vezes e meia na Bélgica e três vezes e meia em França. Esta tendência originou algumas reformas legislativas sobre o divórcio, passando a ser admitido em Espanha e na Itália. A Irlanda é, actualmente, o único país da CE onde o divórcio não é legal.

Em 1989, Portugal celebrava 7,4 casamentos por mil habitantes, o que significa que tinha a mais elevada Taxa de Nupcialidade (TN) da Europa Comunitária (7,4%). A TN do Reino Unido (6,8%) era a mais próxima da nossa, seguindo-se as da Alemanha e da Bélgica, embora com valores inferiores (ambas de 6,4%). A França tem a Taxa de Nupcialidade mais baixa da Comunidade (5,0%). Em contrapartida, Portugal registava, no mesmo ano, um dos valores mais baixos das Taxas de Divórcio (1,0%) depois da Itália, Espanha e Grécia (com valores entre 0,5% e 0,6%). O Reino Unido e a Dinamarca registavam as Taxas de Divórcio mais elevadas (entre 2,9% e 3,0%) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.55. e Gráfico Nº III.22.).

A pirâmide etária da CE segundo o estado matrimonial, resultante dos Recenseamentos de 1981-1982, evidencia que após os 60 anos o número de mulheres viúvas é muito superior ao dos viúvos devido à maior longevidade feminina (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.39.).

5.4. MORTALIDADE GERAL/INFANTIL/PERINATAL

No que respeita à mortalidade, os países da Europa dos Doze apresentam diferenças significativas entre si, e por sexos, dentro de cada país (Ver Anexo III, Quadro Nº III.73.). As taxas de mortalidade (total) variavam, em 1987, entre 7,6% e 9,6%. . A Espanha, a Grécia e os Países Baixos registavam os valores mais reduzidos (7,6%, 7,8% e 7,9%, respectivamente), Portugal tinha uma taxa de mortalidade relativamente elevada (9,0%), enquanto a Irlanda e o Luxemburgo asseguravam as mais altas (9,6%). A análise das taxas por sexos revela que a mortalidade feminina é inferior à masculina, em todos os países da CE e em todos os grupos de idade (Ver Anexo III, Quadros Nºs III.73. e III.74.). Em 1987, as menores taxas de mortalidade masculina registavam-se na Grécia (9,3%) e na Espanha (9,8%), em Portugal era relativamente elevada (11,5%), enquanto no Luxemburgo (12,4%) e na Irlanda (12,1%) verificavam-se as mais altas. Para o mesmo ano, as taxas de mortalidade feminina oscilavam entre 5,6% e 7,6%. . As mais baixas registavam-se em Espanha (5,6%) e nos Países Baixos (5,9%), Portugal situava-se nos 7,1%, enquanto as mais elevadas pertenciam, tal como para os homens, à Irlanda (7,6%) e ao Luxemburgo (7,5%). A sobremortalidade masculina é uma realidade em todos os grupos etários, embora se torne muito mais evidente a partir dos 45 anos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.74.).

Ao longo dos últimos trinta anos (1960-1990) a taxa de mortalidade infantil (TMI) dos países da Europa dos Doze baixou para menos de um quarto ao passar de 34,8%, em 1960, para 8,1%. (resultado definitivo), em 1989 (Ver Anexo III, Quadros N^{os} III.56. e III.75. e Gráfico N^o III.40.). Presentemente a CE ocupa o terceiro lugar mundial das TMI mais baixas, depois do Japão e da Suécia.

Portugal continua com uma TMI bastante acima da média comunitária, registando o valor mais elevado da Comunidade Europeia. Em 1989, a nossa TMI era de 12,1%. enquanto a da Europa dos Doze se situava nos 8,1%. . A Grécia e o Luxemburgo registam o segundo valor mais elevado da TMI (9,9%), depois de Portugal. Situavam-se ainda acima da média Comunitária, a Itália (8,8%), a Bélgica (8,6%), o Reino Unido (8,4%) e a Espanha (8,3%). Os Países Baixos apresentavam o valor mais baixo (6,8%) situando-se também abaixo da TMI média Comunitária, a França (7,4%), a Dinamarca (7,5%), a RFA (7,5%) e a Irlanda (7,6%).

A taxa de mortalidade perinatal⁽¹⁾ acompanhou praticamente o mesmo ritmo da TMI, passando de 35,9%, em 1960, para 9,6%, em 1988, facto que contribuiu para baixar a taxa de mortalidade infantil (Ver Anexo III, Quadros N^{os} III.56. e III.76. e Gráfico N^o III.23.). Em 1988/89 a RFA registava a taxa mais baixa de mortalidade perinatal dos países da CE

(1) "Mortalidade perinatal: mortalidade relativa às crianças nados mortas e às falecidas durante a primeira semana" (EUROSTAT, 1991:20)

enquanto Portugal registava as mais elevadas oscilando entre 16,6%. e 15,2%. em 1988 e 1989, respectivamente.

Consideramos oportuno fazer uma breve referência à mortalidade por suicídio na Comunidade Europeia, embora, em 1986, ele representasse apenas 1,3% das causas de morte no conjunto da população da CE (que totalizou, apesar de tudo, 42.710 casos de óbito). Em termos globais, a taxa de mortalidade por suicídio, na CE, é baixa, apresentando variações significativas segundo o sexo e os grupos de idade. Em 1986, as taxas de mortalidade por suicídio apresentavam, para ambos os sexos, uma tendência crescente à medida que se avançava na idade. No caso dos homens, oscilava entre 1,1 por 10.000 habitantes, no grupo dos 15-24 anos, e 6,7, no grupo com 75 e mais anos. Quanto às mulheres, as taxas variavam entre 0,3 por 10.000 habitantes, no grupo dos 15-24 anos, e 1,7, no grupo dos 75 e mais anos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.85. e Gráfico Nº III.49.). Todavia, no mesmo ano, praticaram o suicídio 16,4% de homens e 11,0% de mulheres na faixa etária entre os 25 e os 34 anos, diminuindo nas faixas seguintes, até se tornar insignificante após os 65 anos (0,9% para os homens e 0,7% para as mulheres) devido ao elevado número de óbitos provocados por outras causas de morte (cancro, doenças cardio-vasculares, causas insignificantes nos grupos mais jovens) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.86.). Entre a totalidade de óbitos por suicídio (42.710) ocorridos na CE, em 1986, 70% (29.747) foram de homens, dos quais, a maioria (64%), estava em idade activa (25-64 anos).

A taxa de mortalidade por suicídio apresenta diferenças significativas entre os países da CE, para ambos os sexos. Em 1986, a taxa média de mortalidade de suicídio, na Europa dos Doze, situava-se em 1,9 por 10.000 habitantes, para os homens, e em 0,8, para as mulheres. A Dinamarca apresentava os valores mais elevados (3,6 por 10.000, para os homens, e 2,0, para as mulheres) e a Grécia os mais baixos (0,6 e 0,2, respectivamente). Para os homens, em 1986, as taxas mais elevadas de mortalidade por suicídio registaram-se na Dinamarca (3,6), na França (3,3), na Bélgica (3,1), na RFA (2,7) e no Luxemburgo (2,5). Abaixo da média (1,9) situavam-se Portugal e os Países Baixos (ambos com 1,4), a Irlanda, o Reino Unido e a Itália (com 1,2), a Espanha (1,0) e a Grécia (0,6), apresentando os valores mais baixos. Para as mulheres, as taxas mais elevadas eram as da Dinamarca (2,0), Luxemburgo (1,5), Bélgica (1,4), França (1,3), RFA (1,2) e Países Baixos (0,8), igualando a taxa média comunitária de mortalidade feminina por suicídio. Abaixo dessa média situavam-se Portugal, Itália e Reino Unido (com 0,5), a Irlanda (0,4), a Espanha (0,3) e a Grécia (0,2). Os países do sul da Europa Comunitária, juntamente com a Irlanda e o Reino Unido apresentam as mais baixas taxas de mortalidade por suicídio, para ambos os sexos. Admite-se que o número de suicídios fosse superior ao registado, havendo casos que não foram declarados como tal nas certidões de óbito (Ver Anexo III, Gráficos Nº III.50. e III.51.).

5.5. AGREGADOS FAMILIARES

Os Recenseamentos da População efectuados nos países da Comunidade Europeia em 1981-1982 revelaram a existência de 11.485.000 agregados familiares privados ⁽¹⁾ englobando 98,5% da população total. Os agregados familiares colectivos ⁽²⁾ representavam apenas 1,5% do total da população Europeia, embora se registassem algumas variações significativas de país para país (3,2% na Irlanda, valor mais elevado e 0,6% em Portugal, valor mais baixo) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.58). Cerca de metade dos agregados familiares Europeus (49,8%) tinham uma ou duas pessoas (22,3% e 27,5%, respectivamente), enquanto os de cinco e mais pessoas não iam além de 13,3% (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.25.). Cada agregado tinha, em média, 2,8 pessoas, embora os países do sul (Grécia, Espanha e Portugal) e a Irlanda registassem uma média mais elevada (de 3 a 3,6) (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.26.). A maioria dos agregados familiares privados são constituídos por uma única família (83% em Espanha, 61% na Dinamarca). Os agregados compostos de

(1) O agregado familiar privado define-se por "grupos de pessoas, quaisquer que sejam os laços que as unem, que vivem no mesmo alojamento, a título de residência principal e tomam as suas refeições em comum. Os agregados familiares privados podem ser compostos de uma pessoa que viva sozinha (agregados de uma única pessoa ou agregado de pessoa só), ou de várias pessoas que podem constituir um ou vários núcleos familiares (agregados múltiplos)" (EUROSTAT, 1991, p. 30).

(2) O agregado colectivo define-se como o "conjunto de pessoas que vivem numa colectividade por razões sociais, económicas ou administrativas e que, em geral, não têm nenhum laço de parentesco entre si (pessoas idosas em lares de terceira idade, comunidades religiosas, militares no quartel, doentes e pessoal nos hospitais, detidos nas prisões, estudantes nas cidades universitárias, etc.)" (EUROSTAT, 1991, p. 30).

duas ou mais famílias são raros verificando-se as percentagens mais elevadas em Portugal (7%) e Espanha (3,4%) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.59.). Os agregados não familiares⁽¹⁾, ou seja, de pessoas que viviam sós representavam, em 1981-1982, mais de um quinto do total dos agregados da Comunidade Europeia. Todavia, esta proporção era maior na Dinamarca (38,4%) e na então República Federal Alemã (33,8%) e muito menor em Espanha (10,2%), Portugal (12,8%) e Grécia (14,6%). A maior parte destes agregados, em todos os países da CE, eram constituídos por mulheres com mais de 65 anos (em 1981-1982, na RFA, 12,4% dos agregados eram constituídos por mulheres sós com mais de 65 anos, percentagem mais elevada da CE) (Ver Anexo I, Quadro Nº I.15.A.).

Em 1981-1982 as famílias monoparentais apresentavam uma distribuição variável de país para país, tendo a sua maior expressão na Irlanda (9,5%), no Reino Unido (8,4%) e na Itália (8,1%)⁽²⁾. Estas famílias eram, na maioria, compostas por mãe e filhos (Ver Anexo I, Gráfico I.20.).

Em 1989 verifica-se que os países da Europa dos Doze mantêm a sua diversidade na dimensão dos agregados familiares. Continuam bem demarcadas duas regiões particularmente distintas: os países da Europa do Norte e os países

(1) Os agregados não familiares são constituídos por pessoas que não têm entre si laços familiares no sentido de núcleo familiar (pais, filhos). Chama-se núcleo familiar a uma família constituída pelos pais com os filhos, por um casal sem filhos ou por um dos pais com filhos (EUROSTAT, 1991: 30).

(2) Diz-se que uma família é monoparental quando é constituída por um dos pais, o pai ou a mãe, que vive com o seu ou os seus filhos.

Mediterrânicos. Portugal afasta-se da média comunitária principalmente na proporção de agregados com apenas um indivíduo, apresentando o segundo valor mais baixo (13,8%) depois da Espanha, e nos agregados com cinco e mais indivíduos, apresentando o terceiro valor mais elevado (16,6%) depois da Irlanda e da Espanha (26,2% e 22,4%, respectivamente). No primeiro caso, a Espanha e a Grécia figuram entre os países que mais se aproximam da situação portuguesa (10,5% e 17,4%, respectivamente, não atingindo 20% do total), enquanto a Dinamarca se destaca com a maior percentagem de agregados com um indivíduo (passando de 38,4% em 1981 para 57,7% em 1989) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.57., Gráfico Nº III.24. e Mapa Nº III.8.)..

Em 1989 o desnível mantém-se em relação aos agregados com cinco e mais indivíduos. A Dinamarca e a Alemanha registam as percentagens mais baixas (2,1% e 5,2%, respectivamente) enquanto a Irlanda, a Espanha e Portugal apresentam os valores mais elevados (26,2%, 22,6% e 16,6%, respectivamente). Com valores intermédios figuram o Luxemburgo (10,1%), a França (9,8%), a Bélgica (9,3%) a Itália (9,1%), e a Holanda e Reino Unido (ambos com 8,1%). A Irlanda é o único país da Europa Comunitária onde a maior percentagem de agregados, em relação ao total, pertence à categoria de cinco e mais indivíduos. No mesmo ano (1989), em Portugal, este tipo de agregados ocupava a quarta posição (em termos percentuais) em relação ao total (Ver Anexo III, Quadro Nº III.57., Gráfico Nº III.24. e Mapa Nº III.8.).

5.5.1. Agregados familiares segundo o número de filhos

Os Recenseamentos de 1981-1982 revelaram que, no conjunto da Comunidade, quatro em cada dez agregados familiares privados tinham filhos com idade inferior a 15 anos. A média Comunitária de agregados familiares sem filhos era de 62,4% (Ver Anexo III, Quadro Nº III.77). Os países do norte da Europa são os mais representativos dos agregados sem filhos. Entre estes, a RFA apresentava a maior proporção (72,4%), situando-se também acima da média, a Dinamarca (69,5%), a Bélgica (67,8%), o Reino Unido (66,2%), os Países Baixos (66%) e o Luxemburgo (65,7%). Pelo contrário, os países do sul da Europa e a Irlanda registavam as menores proporções desses agregados. A Itália (61,1%) estava ligeiramente abaixo da média Comunitária, seguindo-se a Grécia (57,3%), a Irlanda (54,3%), Portugal (53,1%) e Espanha (50,5%).

Segundo os mesmos dados, no Conjunto da CE, os agregados familiares com três ou mais filhos não ultrapassavam os 6,5%. A Dinamarca (3,6%), a RFA (2,9%) e os restantes países do norte da Europa (excepto a Irlanda que registava o valor mais elevado) tinham as proporções mais baixas destes agregados. Pelo contrário, a Irlanda (19,1%), a Espanha (12,1%) e Portugal (8,4%) apresentavam, neste caso, as maiores percentagens. Os agregados com cinco e mais filhos, na CE, representavam apenas 0,6% aparecendo a Irlanda destacada com a maior percentagem (3,9%) imediatamente seguida de Portugal (1,5%) e da Espanha (1,4%).

Segundo os Recenseamentos de 1981-1982, a proporção de casais unidos pelo casamento sem filhos (ou vivendo sem filhos, podendo estes, ter qualquer idade) era relativamente considerável nos países da CE (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.40.). As proporções oscilavam entre um quinto e um terço excepto na Irlanda, que registava a percentagem mais baixa (18,3%), e na França, com o valor mais elevado (38,3%). A Dinamarca, o Reino Unido, a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos eram, depois da França, os países que tinham as maiores percentagens de casais sem filhos. Portugal ocupava a sétima posição, com cerca de 27,5% enquanto a Irlanda, a Espanha, a RFA e a Itália apresentavam as proporções mais baixas desses casais.

Em suma, podemos dizer que nos países da Europa do Norte (excepto a Irlanda) economicamente mais desenvolvidos e de população mais envelhecida, os agregados familiares tendem a ser mais reduzidos do que os dos países mediterrânicos.

Os mesmos Recenseamentos (1981-1982) revelaram algumas diferenças significativas entre os países da CE no que respeita às famílias monoparentais, ou seja, às percentagens de casos em que os filhos não viviam no seio de um núcleo familiar constituído por um casal, unido ou não pelo casamento. A RFA e a França registavam as menores percentagens de famílias monoparentais (5,8% e 6,2%, respectivamente), seguindo-se os Países Baixos (8,2%), Portugal (8,7%), Espanha (9,0%) e Bélgica (9,6%), com valores inferiores a 10%, enquanto a Irlanda (13,6%), a Dinamarca (12,2%), o Reino Unido (12,0%), a Itália (10,5%) e o Luxemburgo (10,0%) tinham os valores mais elevados

(entre 10,0% e 13,6%). Nestes casos os filhos (um ou mais) viviam com um adulto (um dos progenitores) sendo este, mais frequentemente, a mãe. A monoparentalidade assumida pela mãe oscilava entre 4,9% e 10,8% (4,9% na RFA, 7,6% em Portugal e 10,8% na Irlanda) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.79). Os casos em que a monoparentalidade era assumida pelo pai eram incomparavelmente menos frequentes oscilando entre 0,9% e 3,0% (0,9% na RFA e em França, 1,1% em Portugal, 2,6% no Reino Unido, 2,8% na Irlanda e 3,0% na Itália (Ver Anexo III, Quadro Nº III.78.)).

5.5.2. - Desemprego e agregados familiares

Em 1988, na CE, 33,7% dos desempregados eram chefes de agregados familiares, 22,9% eram cônjuges do chefe do agregado familiar e 38,9% eram filhos do chefe do agregado familiar (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.41.). Todavia, estes valores apresentavam grandes variações de país para país. Para o mesmo ano, a Itália (13,8%), Portugal (16,9%), Espanha (20,9%) e Grécia (22,0%) registavam as percentagens mais baixas de chefes de agregados familiares desempregados (entre 13,8% e 22,0%) enquanto nos mesmos países mais de 50% dos desempregados eram filhos de chefes de agregados familiares. A Dinamarca, pelo contrário, registava a maior percentagem de chefes de agregados familiares desempregados (81,9%) e a menor de filhos ou filhas desempregados (3,9%).

Em 1988, no conjunto da CE, havia cerca de 10% dos agregados familiares que tinham pelo menos um desempregado e em 4% dos agregados todos os elementos da família estavam sem emprego (Ver Anexo III, Quadro Nº III.80.). Estas percentagens eram mais elevadas na Irlanda (18,1% e 9,1% respectivamente) e na Espanha (20,4% e 6,6%) enquanto em Portugal eram de 7,9% e 1,5% . Os valores mais baixos registavam-se no Luxemburgo onde havia apenas 2,1% dos agregados familiares com pelo menos um desempregado seguindo-se a Dinamarca (5,9%) e a RFA (6,3%).

Neste momento é oportuno fazer uma breve análise do desemprego na Europa dos Doze nos últimos anos. Em 1977 o número de desempregados, no conjunto da CE, rondava os 5 milhões. Em 1986 atinge o seu valor máximo, 14,9 milhões, baixando para 12,7 milhões em 1989, o que equivale a 9% da população activa (Ver Anexo III, Gráfico Nº III.42.). A análise por sexos prova, inequivocamente, que o desemprego afecta muito mais as mulheres (11,9%) do que os homens (7,0%) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.81.).

Em 1989, as taxas de desemprego oscilavam entre 17% (Irlanda e a Espanha) e 1,8% (Luxemburgo). Acima da média Comunitária situavam-se a Itália (11,1%), a França (9,5%) e os Países Baixos (9,3%). Abaixo da média situavam-se o Luxemburgo (1,8%), Portugal (5%), a RFA (5,5%), o Reino Unido (6,7%), a Dinamarca (6,7%), a Grécia (7,8%) e a Bélgica (8,5%). O desemprego feminino era em todos os países superior ao masculino situando-se entre 25,2% (Espanha) e 2,7% (Luxemburgo). Em Portugal a taxa de desemprego das mulheres era de 7,2%, registando-se as mais elevadas em Espanha (25,2%), Irlanda

(18,8%) e Itália (17,4%). O desemprego masculino oscilava entre 16,1% (Irlanda) e 1,4% (Luxemburgo). Em Portugal essa taxa era de 3,4% enquanto a Irlanda (16,1%) e a Espanha (12,7%) registavam os valores mais altos.

Em 1989, na CE, 17,4% dos jovens com menos de 25 anos estavam desempregados, sendo a maior parte, mulheres (20,1%). Todavia, estes valores apresentavam grandes variações segundo os países, oscilando entre 33,8% (Espanha) e 3,7% (Luxemburgo), e, para as mulheres, entre 42,1% (Espanha) e 3,9% (Luxemburgo). Os países mais atingidos pelo desemprego dos jovens com menos de 25 anos, em 1988, foram a Espanha (33,8%), a Itália (32,1%), a Grécia (26,1%) e a Irlanda (23,6%). Além destes, refira-se ainda as regiões norte, oeste e sul da França, as zonas meridional e oriental da Bélgica e, em Portugal, o Alentejo e a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Apesar de tudo, Portugal ocupava, então, o oitavo lugar da CE com uma taxa de 11,6% (taxa referente aos desempregados com menos de 25 anos) (Ver Anexo III, Mapa Nº III.12.).

Nos países da CE mais afectados pelo desemprego dos jovens com menos de 25 anos, em 1988, as taxas de desemprego das mulheres desse grupo etário atingiram valores bastante elevados (42,1% em Espanha, 38,8% na Itália e 36,2% na Grécia). Todavia, em Portugal, essa taxa foi de 15,4%, inferior à média europeia (Ver Anexo III, Quadro Nº III.81.).

Em 1989, no conjunto da Comunidade, os desempregados à procura do primeiro emprego representavam um quarto do total das pessoas que procuravam emprego (Ver Anexo III, Gráfico

Nº III.43.). Entre estes incluíam-se os jovens saídos da escola e os que concluíram os estudos ou qualquer tipo de aprendizagem.

Analizando o desemprego segundo as idades dos desempregados verifica-se que o grupo de pessoas mais atingidas situa-se entre 20 e 34 anos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.82. e Gráfico Nº III.44.). Em 1988, a idade média dos desempregados, no conjunto da CE, era de 31,7 anos. Porém, a estrutura de idades dos desempregados apresentava algumas diferenças significativas, principalmente entre os países do norte e os do sul da Europa. Nos países do sul, a idade média dos desempregados era inferior à média Comunitária (26,8 anos na Itália, 28,4 anos em Portugal, 29,4 anos na Grécia e 29,6 anos em Espanha), enquanto nos países do norte (excepto no Luxemburgo que era de 29,1 anos) a idade média dos desempregados era sempre igual ou superior a 31,9 anos, pertencendo a mais elevada à RFA (37,2 anos).

A análise da estrutura das idades dos desempregados na CE, por sexo, em 1988, revela que, em média, as mulheres desempregadas eram mais jovens que os homens desempregados (30,5 anos e 32,5 anos, respectivamente). Este facto registou-se em todos os países da CE, em 1988, excepto na Itália, nos Países Baixos e no Luxemburgo, onde existia igualdade etária entre os desempregados de ambos os sexos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.82.). No Conjunto da Europa dos Doze, as idades médias dos desempregados (31,7% anos para o total, 32,9 anos para os homens e 30,5 anos para as mulheres) eram mais baixas do que as

idades médias das forças de trabalho (37,5 anos para o total, 38,4 anos para os homens e 36,1 anos para as mulheres).

O problema do desemprego na CE e a sua manutenção a um nível elevado tornou-se ainda mais preocupante por coincidir com o agravamento do desemprego de longa duração. É cada vez maior o número de desempregados em situação precária e com dificuldades para reentrar no mercado de trabalho. Em 1988, na CE, 52,1% dos desempregados (51,7%, homens e 52,5%, mulheres) estavam no desemprego há mais de 12 meses (Ver Anexo III, Quadro Nº III.83.). Estes encontravam-se em maior número, na Bélgica (75,6% de todos os desempregados), na Itália (67,5%), na Irlanda (63,3%) e na Espanha (57,4%). Em Portugal, no mesmo ano, estavam nesta situação 47,2% dos desempregados enquanto o Luxemburgo registava a percentagem mais baixa (31,1%). Entre 1983 e 1988, o desemprego de longa duração aumentou na maioria dos países da CE, excepto na Dinamarca onde diminuiu (de 32,2% para 22,9%) e no Luxemburgo, Reino Unido e Países Baixos, onde praticamente estabilizou.

Em 1988, na CE, as mulheres registavam as percentagens mais elevadas de desempregados de longa duração (50,9% eram mulheres e 49,1% eram homens). As situações mais graves (para as mulheres) observavam-se na Irlanda (70,4% contra 29,6%), na Grécia (69,1% contra 30,9%) e em Portugal (62,2% contra 37,8%) (Ver Anexo III. Gráfico Nº III.45.). Os Países Baixos e o Reino Unido eram os únicos países da CE que, em 1988, tinham mais homens do que mulheres na situação de desempregados de longa duração (53,0% de homens contra 47,0 de mulheres, no primeiro, e, 72,6% de homens contra 27,4% de mulheres, no segundo).

Em termos globais, as taxas mais elevadas de desemprego da CE, em 1989, registavam-se nas regiões com maior atraso no desenvolvimento, onde persistiam indústrias tradicionais em crise (bacias siderúrgicas, etc.). As regiões mais afectadas, em 1989, situavam-se nos extremos norte e sul da CE (Irlanda, Irlanda do Norte, uma parte da Espanha e o Mezzogiorno), no norte da França e no sudoeste da Bélgica (Ver Anexo III, Mapa Nº III.11.).

5.5.3. Pobreza e agregados familiares

A EUROSTAT utiliza as "despesas nacionais médias equivalentes" como indicador para medir a pobreza relativa por país e define como pobres as pessoas que se encontram abaixo do nível dos 50% na escala das "despesas nacionais médias equivalentes" do seu país, por exemplo, "menos de 50% de 6.721 ecus na Dinamarca, em 1985, ou menos de 50% de 2.618 ecus em Portugal, a preços constantes de 1980" - EUROSTAT, 1991: 78) (Ver Anexo, III. Gráfico Nº III.46.).

Em 1980, a França registava o maior número de pobres (10,3 milhões, equivalente a 19,1% da sua população, baixando para 15,7% em 1985) cedendo o lugar ao Reino Unido, em 1985, atingindo, igualmente, 10,3 milhões de pessoas, equivalente a 18,2% da sua população contra 14,6% em 1980. Porém a proporção de pessoas pobres em relação à população total de cada país apresentava grandes diferenças oscilando entre 6,3% (Bélgica)

e 31,4% (Portugal), em 1980, e entre 5,9% (Bélgica) e 32,7% (Portugal), em 1985. Portugal registava, destacadamente e nos dois momentos, as mais elevadas taxas de pobreza da CE. Entre 1980-1985 a proporção de pobres aumentou na maioria dos países comunitários, excepto na Bélgica, RFA, Grécia, Espanha e França, mantendo-se os países do sul (Portugal, 32,7%, Espanha, 18,9%, Grécia, 18,4%, França (15,7% e Itália, 15,5%) e ainda a Irlanda (19,5%) e o Reino Unido (18,2%) com os valores mais elevados. As taxas de pobreza mais baixas registavam-se na Bélgica (5,9%), Dinamarca (8,0%), RFA (9,9% e Países Baixos (11,4%) (Ver Anexo III, Quadro Nº III.84. e Gráfico Nº III.47.).

Não obstante estes valores, a participação de cada país para o número de pobres na CE deve ser analisada consoante a sua representação na população Comunitária. Por exemplo, a população Dinamarquesa participa em 1,6% na população total da Comunidade, mas tem 0,8% dos pobres da CE. A Bélgica representa 3,1% da população Comunitária, mas tem 1,2% dos pobres da CE. Pelo contrário, a população do Reino Unido representa 17,6% da Comunitária, mas abriga 20,7% dos pobres da CE. Da mesma forma, Portugal contribui apenas com 3,2% da população Comunitária, mas detém 6,7% dos pobres da Comunidade (Ver Anexo III, Gráfico Nº III. 48.).

5.5.4. Estruturas de consumo dos agregados familiares

Para se ter uma ideia aproximada do nível e do modo de vida dos europeus recorre-se frequentemente à análise das suas escolhas enquanto consumidores de bens e serviços. Os países da Comunidade Europeia discriminam o consumo final por funções⁽¹⁾ sendo este conceito muito próximo do de consumo privado nacional (Ver Anexo III, Quadros N^os III.87. e III.88.). A discriminação do consumo final por funções, em anos diferentes, revela-nos a evolução das estruturas de consumo indicando-nos simultaneamente quais as prioridades dos consumos dos agregados familiares de cada país (Ver Anexo III, Quadro N^o III.89.). Note-se, porém, que a evolução das estruturas de consumo é influenciada pelo rendimento das famílias e pelas evoluções diferenciadas dos preços e dos serviços, dificultando, por vezes, a análise comparativa das escolhas de consumo privado.

(1) O consumo final "representa o valor dos bens e serviços utilizados para a satisfação directa das necessidades humanas, quer individuais (consumo final dos agregados familiares) quer colectivas (consumo colectivo das administrações públicas e das administrações privadas). O consumo final nacional aqui mencionado refere-se ao consumo final dos residentes no território económico e no estrangeiro (conceito nacional). Divide-se em: 1) consumo privado, que constitui a soma dos consumos dos agregados familiares e dos consumos das administrações privadas (organismos privados sem fins lucrativos); 2) consumo público, que representa o consumo das administrações públicas (centrais, regionais, locais, de segurança social). Por outro lado, o consumo final dos agregados familiares discriminado por função de consumo é o efectuado no território económico (EUROSTAT, 1991: 80).

Entre 1970 e 1988, na Comunidade, a parte do rendimento consagrada à alimentação-bebidas-tabaco baixou de 29,8% para 21,3%. Todavia, a Irlanda, a Grécia e Portugal por possuírem os mais baixos PIB (Ver Anexo III, Quadro Nº III.90. e Gráfico Nº III.53.) e os mais baixos salários da CE (Ver Anexo III, Quadro Nº III.91. e Gráfico Nº III.54.), eram os únicos países da Europa dos Doze onde, em 1988, os agregados familiares consagravam as percentagens mais elevadas do rendimento (quase 40%) a esse tipo de produtos (Ver Anexo III, Quadro Nº III.89. e Gráfico Nº III.52.). As restantes evoluções são menos significativas e por vezes contrárias à tendência Comunitária. Por exemplo, a percentagem do rendimento destinado ao vestuário-calçado diminuiu de 9,2% para 7,8% na CE, entre 1970 e 1988 enquanto em Portugal essa percentagem do rendimento aumentou de 9,05% para 10,26%, valor superior à média Comunitária. Em relação ao alojamento-aquecimento e iluminação registou-se, no mesmo período, um aumento na Comunidade de 15,0% para 16,8% do rendimento, enquanto em Portugal baixou de 6,76% para 4,95% . Na Comunidade, a parte do rendimento consagrada aos transportes e comunicações passou de 11,9% para 14,9%, do rendimento, tendo aumentado em Portugal para 15,36%, percentagem superior à da média Comunitária. Por outro lado, nas percentagens do rendimento destinadas à saúde e ao lazer, Portugal fica, estatisticamente, abaixo das médias da CE (Ver Anexo III, Quadro Nº III.89. e Gráfico Nº III.52).

5.6. CONCLUSÃO

Este capítulo tem a vantagem de nos mostrar que, estatística e demograficamente, a diversidade é um fenómeno observável, não só ao nível interno, como ao nível dos países da Comunidade Europeia. Tal como Rowland salientou, em 1984, os países mediterrânicos e a Irlanda mantêm actualmente características e padrões demográficos diferentes dos registados nos países da Europa mais a norte, embora a tendência, em alguns casos, seja para uma maior aproximação.

Em termos qualitativos, ou seja, sociológicos, a interpretação da diversidade é difícil e muito discutível. Além disso, essa explicação não faz parte do objectivo do presente trabalho. A intenção deste capítulo limita-se à mera comparação estatística e factual da situação demográfica dos doze países da Comunidade Europeia para que as conclusões da II Parte ultrapassem a observação exclusiva destes fenómenos dentro das nossas fronteiras. Pretende-se, apenas, confrontar os padrões existentes num contexto mais geral, assumindo descomplexadamente os nossos particularismos, não esquecendo, porém, a nossa condição de país membro da Europa Comunitária.

CONCLUSÃO

Após esta longa abordagem das principais características demográficas da população portuguesa, das estruturas dos agregados familiares e da sua evolução, da breve análise comparativa, meramente estatística, com os restantes países da Comunidade Europeia, e ainda, da alteração de alguns aspectos sócio-culturais, consubstanciados na transformação rápida das mentalidades e dos comportamentos da população portuguesa, e da sua interrelação com a mudança das estruturas e dos papéis familiares, impõe-se-nos, agora, destacar os aspectos mais marcantes da sua actualidade.

Internamente, Portugal mantém alguma diversidade nos padrões demográficos regionais, embora, se verifique uma tendência para uma maior aproximação entre si. A análise dos vários indicadores revela-nos que a evolução tem sido lenta, observando-se as maiores transformações ao longo dos anos 80. O envelhecimento progressivo da população e o decréscimo da natalidade são os aspectos predominantes que caracterizam a actual demografia portuguesa, à semelhança do que já se verificou nos países da Comunidade Europeia.

Em Portugal, a idade média ao primeiro casamento baixou significativamente (entre 1970 e 1981) para ambos os sexos, em todos os distritos (tendência contrária à que se regista na CE), excepto nos de Bragança e Faro, onde se registaram subidas para as idades médias das mulheres. Os Indicadores de Nupcialidade subiram em todo o Continente, entre 1970 e 1981,

embora os valores mais elevados se registem nos distritos do sul. Ao longo do mesmo período subiu a intensidade da nupcialidade para ambos os sexos, embora fosse mais significativa para as mulheres. Os valores mais elevados da IN das mulheres, em 1981, registavam-se nos distritos do sul (Setúbal, Portalegre e Faro), com percentagens iguais e/ou superiores a 95%. Portugal é, presentemente, um dos países Comunitários que tem taxas de nupcialidade mais elevadas.

A forma de celebração do casamento (católico e/ou não católico), é, presentemente, um dos aspectos que mais caracteriza a diferença entre o Norte e o Sul. Os casamentos católicos continuam a ser maioritários nos distritos do norte, enquanto que, em alguns distritos do sul essa forma de celebração passou a ser inferior e/ou igual a 50% (casos de Setúbal e Faro).

O Celibato Definitivo desceu para ambos os sexos, em todos os distritos do Continente (entre 1970 e 1981), embora ainda se verifiquem algumas diferenças que até 1960 eram características da divisão do país em padrões do Norte e padrões do Sul. De um modo geral, em 1981, o CD continua a ser mais elevado para as mulheres em alguns distritos do norte, nomeadamente, V. do Castelo, Viseu e Braga, enquanto os valores mais baixos se registam no sul (Portalegre, Setúbal e Faro). O CD dos homens baixou de forma generalizada, mantendo-se o distrito de Beja com o valor mais elevado do Continente, tal como acontecia em 1970, juntamente com outros distritos do sul (Setúbal, Évora e Faro) e Bragança, sendo este a única excepção em relação aos valores do CD (homens) na zona norte. Em

1981, os valores mais baixos do CD dos homens, registavam-se nas zonas mais industrializadas do país, ou seja, nos distritos do litoral (Coimbra, Porto, Santarém, Setúbal, Aveiro e Leiria). Na Comunidade verifica-se uma tendência contrária à registada em Portugal. O celibato definitivo tem vindo a aumentar e, conseqüentemente, verifica-se um acréscimo simultâneo do número de famílias unidas sem casamento e do número de filhos nascidos fora do casamento.

O número de divórcios também aumentou em quase todos os distritos, principalmente durante os últimos anos da década de 80, embora as taxas sejam inferiores à Comunitária. As taxas mais elevadas registam-se nos distritos do centro e sul (Lisboa, setúbal, Faro), seguindo-se os do Porto, Leiria e C. Branco.

Quanto aos Indicadores de Fecundidade Geral (IF) verificou-se uma baixa significativa e generalizada, tal como se regista na Comunidade. Apesar disso, os valores mais altos continuam a registar-se nos distritos do norte, nomeadamente, nos de Braga, Viseu e Porto, embora o IF mais elevado do Continente se registre no distrito de Faro.

A natalidade dentro do casamento sofreu, em 1981, uma redução significativa em todos os distritos (tendência que também se verifica na CE), porém, os valores mais elevados continuam a registar-se no norte, enquanto os distritos de Setúbal, Lisboa e Faro se distanciaram fortemente desses valores, apresentando as Taxas de Fecundidade Dentro do Casamento mais baixas do Continente.

A natalidade fora do casamento, é um dos indicadores que, historicamente, mais diferencia o norte do sul. Esta subiu em todos os distritos mas atingiu valores muito mais elevados no sul, chegando, inclusivamente, a agravarem-se as diferenças regionais no que respeita à sua intensidade. Os distritos de Faro e Setúbal registam, em 1989, um aumento substancial dos Indicadores de Fecundidade Ilegítima e Fora do Casamento, nunca registados nas décadas de 60 e 70. Imediatamente a seguir estão os distritos de Beja, Évora, Lisboa e Portalegre. Na Comunidade esta situação é ainda mais frequente do que em Portugal.

A descendência média figura entre os indicadores que dão visibilidade à nossa heterogeneidade regional. A sua descida foi bastante significativa em todos os distritos do Continente, principalmente a partir de 1985, sendo mais intensa no norte, ao ponto de alguns distritos nortenhos apresentarem, em 1989, descendências médias inferiores à do Continente, excepto no de Braga. O distrito de Faro é, em 1989, o que tem a maior DM, enquanto os de Santarém e Setúbal têm os valores mais baixos. Portugal situa-se, actualmente, entre os países da Comunidade que tem descendência média mais baixa.

No que respeita à família, a tendência predominante consiste na redução da sua dimensão, tal como na CE, sendo a de um só núcleo, esmagadoramente maioritária em todos os distritos do Continente.

Do ponto de vista do comportamento demográfico, Portugal continua a evidenciar sintomas de diversidade cujas origens se

situam em sistemas culturais regionais, também diversos. Apesar disso vislumbra-se uma tendência para uma maior aproximação dos padrões demográficos, devida, em parte, ao aumento relativo das taxas de urbanização e ao desenvolvimento de novas actividades, principalmente urbanas (industriais, turísticas, serviços, etc.). Portugal atravessa um período de transição, enfrentando grandes desafios e grandes dificuldades, muitas delas provocadas pelas fortes assimetrias do desenvolvimento regional. As regiões, umas mais urbanizadas e de populações mais jovens, outras mais desertificadas e com problemas de envelhecimento populacional, confrontadas com as suas especificidades culturais, com as suas experiências de desenvolvimento e com seu potencial económico, demográfico e político, possuem factores que influenciam e condicionam diferentemente as várias gerações, o que contribui para a manutenção da diversidade cultural, ou seja, de vários tipos de famílias, de várias estruturas de papéis familiares, de formas diferenciadas de interacção/participação de cada o sexo na família e na sociedade, ou seja, de atitudes e de comportamentos também diversos.

Existe, presentemente, na sociedade Portuguesa inúmeros factores de mudança que vão progressivamente produzindo os seus efeitos nas várias gerações. Entre esses factores destacam-se a consolidação da vivência democrática, o cumprimento dos compromissos assumidos com a Comunidade Europeia, uma maior mobilidade, uma maior exposição a novos sistemas de valores e a novos meios de comunicação, um maior acesso às novas tecnologias, uma maior disponibilidade de fontes de infor-

mação, maior liberdade de escolha, de expressão, de realização e de desenvolvimento pessoal, o aumento da escolaridade, o aumento da população activa feminina, a progressiva emancipação da mulher, os esforços empenhados no desenvolvimento regional, entre outros. Estes factores, tão presentes no nosso quotidiano, constituem, no seu todo, verdadeiras formas embrionárias de mudança. A complexidade do actual momento histórico, acrescida da diversidade e simultaneidade de acontecimentos e de factores de mudança, apresenta uma tal riqueza de interacções que constituem uma autêntica vertigem à interpretação sociológica, e que, do ponto de vista do comportamento sócio-demográfico, poderá conduzir a resultados meramente previsíveis, mas não imediatamente visíveis.

Em termos europeus, apesar de se verificar uma tendência para uma maior aproximação nos padrões demográficos, nas estruturas e nos comportamentos familiares, Portugal, juntamente com os países da Europa Mediterrânica e com a Irlanda, mantém algumas características regionais particulares que não se identificam com as dos países da Europa do Norte. Entre estas, destacam-se a manutenção de uma menor proporção de agregados de um só indivíduo, menor atracção pelo celibato, menores taxas de urbanização, menores taxas de divórcio e de mortalidade por suicídio, menor proporção de filhos nascidos fora do casamento, nupcialidade mais intensa e mais precoce, maior precocidade no nascimento do primeiro filho, maior proporção de famílias rurais e camponesas, maior proporção de famílias numerosas, maior percentagem de agregados complexos, maior proporção de famílias pobres, salários mais baixos, menor

proporção de gastos em conforto e nas actividades de lazer, culturais e afins, mantendo, no seu conjunto, estruturas de consumo que, estatisticamente, revelam níveis de vida inferiores aos da média comunitária. Além disso, os indicadores de cariz demográfico e de consumo (económicos) estão implicitamente associados a tipos de famílias e às respectivas estruturas de papéis familiares. A análise comparativa, meramente estatística, que aqui fizemos revela, de algum modo, que os países comunitários da Europa Mediterrânica, juntamente com a Irlanda, detêm, em termos globais, mais do que os países da Europa do norte, características que, de algum modo, se aproximam mais das das famílias ditas tradicionais.

Como se sabe, há inúmeros factores (históricos, económicos, religiosos e políticos) que contribuem para a diversidade regional (não só nos padrões demográficos como nos padrões culturais) nos países mais ao sul da Comunidade Europeia. Porém, relacionando esse facto com as respectivas estruturas dos papéis familiares que suportam essa diversidade, tudo leva a crer que Portugal, juntamente com os países mediterrânicos e a Irlanda, apesar das evoluções registadas, mantem-se entre os países que, em termos globais, mais revelam a presença de modelos tradicionais de família, e consequentemente, de estruturas tradicionais de papéis familiares.

III PARTE

**GERAÇÕES, SOCIALIZAÇÃO E PAPÉIS FAMILIARES:
UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIAS ALENTEJANAS RESIDENTES
NUMA FREGUESIA DE SETÚBAL**

INTRODUÇÃO

A III Parte é essencialmente dedicada à pesquisa empírica. A sua exposição obedece à sequência de operações teóricas e práticas necessárias à sua aplicação no terreno e à análise dos resultados.

Conforme mencionámos na introdução geral ao trabalho, para concretizar esta investigação considerámos mais adequado ter como objecto real um espaço industrializado submetido a um processo acelerado de urbanização por apresentar-se, teoricamente, mais propício a provocar mudança nos comportamentos, nos valores e nos papéis familiares das populações oriundas de comunidades rurais, onde são observáveis comportamentos vulgarmente designados por conservadores e/ou de cariz tradicional. A opção recaiu na área urbana de Setúbal, local de grande atracção de populações onde se destacam largamente as de origem alentejana. Depois de ouvidas as autoridades locais e beneficiando do seu conhecimento real da situação, optámos por fazer o estudo na Freguesia de S. Sebastião, por possuir o maior número de residentes de todas as origens, nomeadamente de alentejanos, e de todos os grupos etários.

Na introdução geral mencionámos, também, as principais razões que nos levaram a optar pelo estudo de famílias alentejanas atingidas pelo fenómeno migratório e pela exposição às influências do meio urbano industrial, procurando ao longo do trabalho justificar a pertinência da nossa pesquisa. Salien-

tamos, porém, que o nosso estudo não tem a pretensão de generalizar os resultados, nem foi preparado nesse sentido, todavia, acreditamos que eles poderão reflectir aspectos sociológicos importantes comuns a grande parte das famílias portuguesas. Acreditamos, também, que a metodologia aqui utilizada e o seu futuro aperfeiçoamento poderá contribuir positivamente para aprofundar o conhecimento sociológico das famílias portuguesas, nomeadamente, das tendências das atitudes e dos comportamentos no desempenho dos papéis familiares independentemente das influências directas dos fenómenos migratórios, da urbanização e da industrialização.

Para a recolha de dados utilizámos o Recenseamento Eleitoral da Junta de Freguesia de S. Sebastião, sendo consultados os ficheiros que, segundo informações dos funcionários da Junta e por nós confirmada, continham o maior número de cidadãos recenseados de origem alentejana. Com base nesta fonte dispunhamos, apenas, de dados individuais como a idade, o local de nascimento e o local de residência. A partir destes escassos elementos, e principalmente em função do local de residência, procurámos identificar casais alentejanos que posteriormente foram contactados para inquirição. A recolha da informação documental iniciou-se em meados de 1991 prolongando-se até ao final do mesmo ano.

Paralelamente à pesquisa documental e para se conseguir uma maior sensibilização e adesão da população a esta iniciativa, o Presidente da Junta de Freguesia manifestou total apoio e dedicação redigindo uma carta circular informando as famílias e as autoridades locais da realização deste estudo,

sublinhando o seu carácter estritamente científico e confidencial, fazendo apelo à colaboração das populações. Esta atitude teve algum impacto embora não se atingisse totalmente o efeito desejado. Muitas famílias recusaram-se a participar manifestando um clima de desconfiança em relação ao destino e finalidade dos dados desta investigação.

O recrutamento e preparação dos inquiridores decorreu durante o mês de Janeiro de 1992. No recrutamento deu-se preferência às mulheres, embora surgissem alguns homens que mais tarde acabaram por desistir. Entre os inquiridores que conseguiram resistir até ao final apenas um era do sexo masculino. Este tinha a particularidade de ser, simultaneamente, colaborador e acompanhante de uma das inquiridoras. A preparação dos inquiridores foi exaustiva e bastante exigente, levando alguns a desistir nesta fase confessando-se incapazes de aplicar o inquérito.

Após algumas experiências de observação, de entrevistas e de pré-testes de inquirição, sempre difíceis de concretizar devido às características específicas da pesquisa, o método de estudo que se revelou mais adequado foi o de inquérito directo por questionário, sendo os próprios inquiridos a assinalar as suas respostas, sem ter de responder de viva voz. O trabalho de campo iniciou-se nos finais de Janeiro de 1992 prolongando-se até ao final de Maio do mesmo ano. Esta fase foi bastante complicada e difícil de concretizar principalmente devido ao elevado número de recusas dos casais em responder ao inquérito e ao desgaste provocado pelas tarefas de inquirição, havendo algumas desistências por parte dos inquiridores.

As características deste estudo exigiu um inquérito longo e bastante complexo. Este facto aliado ao elevado número de pessoas analfabetas conduziu-nos, inevitavelmente, à inquirição directa dos casais no seu domicílio, num horário pós-laboral e aos fins de semana, sendo praticamente inevitável que ambos os cônjuges estivessem simultaneamente presentes, condição que grande parte dos casais, e principalmente as mulheres, exigiram para responder ao inquérito.

Este facto, contrariamente ao que pretendíamos, mas que não conseguimos evitar, resultou, como seria de esperar, e segundo a opinião dos inquiridores, em algumas dificuldades na obtenção de respostas, apercebendo-se que estas nem sempre eram satisfatoriamente honestas, levando, em muitos casos, à sua recusa, particularmente nas questões mais delicadas e íntimas sobre a vida do casal.

O carácter aparentemente mais sincrónico do que diacrónico, que por razões de praticabilidade explicativa, se imprime a esta pesquisa permite-nos destacar e analisar sociologicamente, as semelhanças e as diferenças nas atitudes e nos comportamentos observados nas várias gerações contemporâneas procurando descrever e explicar, sempre que possível, os aspectos do processo de socialização responsáveis pela continuidade e/ou pela mudança das definições normativas, das atitudes e dos comportamentos no desempenho dos papéis familiares. Interessa-nos saber se os casais das várias gerações diferem ou não entre si e de que forma, quer na definição normativa, quer no desempenho dos papéis familiares.

Caso haja mudança interessa-nos conhecer o seu sentido, se se afasta ou não do modelo tradicional, e em que papéis ela ocorre.

O Capítulo VI é inteiramente dedicado às formulações teóricas sobre o conceito de papel pondo-se à prova a flexibilidade da sua utilização no estudo dos papéis familiares. Além disso faz-se uma descrição detalhada das questões metodológicas e dos instrumentos do inquérito construídos a partir dessas formulações, mediante os dados que se pretende recolher e sobre os quais recai a componente analítica e compreensiva do nosso estudo.

O Capítulo VII é dedicado à análise e explicação sociológica dos dados referentes às normas, comportamentos e características psicológicas relacionadas com a estrutura dos papéis familiares. Tal como mencionámos na introdução geral ao trabalho, um dos objectivos desta pesquisa consiste em estabelecer um paralelismo entre a estrutura dos papéis familiares e as formas de participação (interacção) dos elementos da família no seu contexto social analisando a sua evolução ao longo das gerações. Outro objectivo consiste em distinguir o que se diz do que se faz, ou seja, distinguir entre regras, modelos e normas, por um lado, e as práticas, por outro, procurando identificar se entretanto se registaram algumas evoluções nos domínios normativo e/ou comportamental, e, caso se verifique, qual o seu sentido. Com base nestes objectivos a nossa hipótese de trabalho consiste em identificar em que condições o efeito geracional é factor explicativo relevante para a compreensão do carácter tradicional da sociedade alentejana.

Na impossibilidade de se compreender a totalidade da realidade social, a explicação que aqui se apresenta resulta, exclusivamente da qualidade das respostas obtidas por via do inquérito e das características do universo estudado.

CAPÍTULO VI

**QUESTÕES METODOLÓGICAS:
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DOS PAPÉIS**

6.1. INTRODUÇÃO

Cabe-nos aqui aprofundar o assunto abordado no ponto 2.2.6. do II Capítulo. Aí demonstrámos a fertilidade e flexibilidade do conceito de papel, facto esse, que permite aos cientistas criar inúmeras derivações conceptuais, cuja finalidade consiste em proporcionar várias dimensões de análise do papel.

Como já referimos, propomos-nos analisar duas dessas dimensões aplicadas aos papéis familiares: a normativa e a comportamental. Na análise da dimensão normativa procuramos identificar o que se deve fazer e quem deverá fazê-lo. Na análise da dimensão comportamental procuramos identificar o que se faz, quem faz e como se faz. Como parte integrante da análise comportamental damos especial atenção à identificação com o papel, ou seja, ao grau com que os indivíduos se identificam com os papéis que desempenham (role commitment), à avaliação da competência no desempenho do papel, feita pelo próprio e pelo cônjuge (role competence), ao esforço do papel, ou seja, ao grau com que cada um se preocupa e se esforça por desempenhar o papel (role strain), aos conflitos que os papéis geram (role conflict) e ao poder do papel analisando o resultado final proveniente da ocorrência do conflito (role power).

Impõe-se-nos, agora, descrever como utilizámos o conceito de papel na investigação empírica proposta neste trabalho. Para que a apresentação seja suficientemente clara, inumeramos

em primeiro lugar os conceitos desenvolvidos a partir do conceito básico de papel, descrevendo-os brevemente e indicando a sua utilidade na pesquisa sobre a família. Finalmente, descrevemos os indicadores empíricos desenvolvidos para cada papel. Para tal seguimos as orientações metodológicas sugeridas por Nye (1976: 15-26) donde resultou a elaboração do inquérito que serviu de base ao nosso trabalho de campo (Ver Anexo IV) e a respectiva análise dos papéis que desenvolvemos no Capítulo VII.

6.2. AS DIMENSÕES NORMATIVAS DO PAPEL

Segundo a revisão de Nye e Gecas apresentada no II Capítulo, ponto 2.1., o conceito de papel aparece delineado como um conjunto de normas ou como uma parte da cultura que atribui e proíbe comportamentos aos ocupantes de uma ou mais posições. Todavia, estes autores referem que nem todos os papéis familiares são igualmente normativos (Nye e Gecas, 1976). Além disso, Jackson (1966) e outros autores salientam que há papéis que se encontram mais cristalizados do que outros na estrutura normativa. Supõe-se também que existem outros papéis embora não o possamos garantir. Teremos de utilizar formas diferentes para analisar os papéis tradicionais que a maioria das pessoas, ou quase, considera como verdadeiros e existentes e para aqueles em que existe alguma base para se supor que emergem do comportamento opcional e se transformam num comportamento

atribuído ou proibido e para aqueles que saiem da estrutura normativa e se transformam num comportamento opcional.

Na nossa pesquisa assumimos que existem os papéis da socialização e dos cuidados com as crianças, o abastecedor ou económico e o doméstico, que designamos por papéis tradicionais, e admitimos a hipótese de existência dos papéis terapéutico, recreativo, sexual masculino e do parentesco, que designamos por papéis hipotéticos. Tendo em consideração estes aspectos seria desnecessário perguntar aos inquiridos se existe uma obrigação ou um dever (duty) em relação aos cuidados e à socialização das crianças, de ganhar dinheiro para sustentar a família ou de executar as tarefas domésticas. Teremos apenas de perguntar a quem cabe a obrigação ou o dever de desempenhar o papel e se essa responsabilidade é partilhada ou não (Nye, 1976: 16). Nye sugere que se utilize uma questão normativa para se medir a categoria de papéis tradicionais. Vejamos o seguinte exemplo aplicado ao papel doméstico:

Quem acha que deveria fazer o trabalho doméstico?

- (1) só o marido
- (2) o marido mais do que a mulher
- (3) o marido e a mulher igualmente
- (4) a mulher mais do que o marido
- (5) só a mulher
- (6) outro (comente)

Pode-se formular questões do mesmo teor para os papéis dos cuidados com as crianças, socialização da criança e abastecedor ou económico (Nye, 1976: 16).

Para os papéis hipotéticos (terapêutico, recreativo, sexual e do parentesco) dá-se aos inquiridos a oportunidade de responderem que não é obrigação de ninguém. A redacção da pergunta pode variar ligeiramente conforme as diferentes possibilidades de partilha do papel. Nye (1976: 16) atribui o máximo de hipóteses ao papel recreativo propondo uma questão do seguinte teor:

Na sua opinião quem tem a obrigação de organizar e iniciar o recreio familiar?

- (1) somente o marido
- (2) o marido mais do que a mulher
- (3) o marido e a mulher igualmente
- (4) tanto faz - não interessa quem inicia, se alguém tiver uma ideia aceita-se e cumpre-se
- (5) a mulher mais do que o marido
- (6) somente a mulher
- (7) não é obrigação de ninguém

Nye (1976: 17) propõe outra variante para elaborar questões normativas dando o seguinte exemplo para o papel terapêutico:

Algumas pessoas consideram que não faz parte da obrigação da mulher ajudar o marido nos seus problemas pessoais; outras consideram que essa é a sua obrigação. O que pensa sobre isso?

(A mesma questão para o marido).

- (1) ela devia fazê-lo
- (2) é preferível que ela não o faça
- (3) fica ao critério dela
- (4) ela não deveria fazê-lo

6.2.1. Sanções que reforçam as normas

Para Nye (1976: 17), a norma de que alguém deveria desempenhar ou abster-se de um conjunto de actos pode interpretar-se de várias formas que vão desde um modelo idealizado (que ninguém realmente espera que ocorra) até à mera preferência por determinado tipo de comportamento por considerar-se que é melhor do que outro. Nye sugere que se opte por prescrições e proibições suficientemente realistas de forma que representem padrões de comportamento verdadeiramente possíveis, analisando-se posteriormente como tais comportamentos se submetem às normas. O teste aplicado a este modelo consiste em verificar se existem sanções negativas para o não desempenho do papel. As sanções permitem evidenciar que a sociedade ou grande parte dela considera o papel suficientemente importante esperando que a maior parte dos ocupantes dessa posição se conforme às normas do papel, reforçando as sanções (Nye, 1976: 17). Jackson (1966) refere-se a esta dimensão designando-a por "intensidade".

Em relação aos papéis tradicionais (doméstico, abastecedor, cuidados com as crianças e socialização das crianças), Nye sugere que as sanções sejam redigidas em termos de acções (ostracismo) contra os que persistem em não se conformar às normas. Por exemplo, no papel da socialização das crianças, a questão pode redigir-se da seguinte forma:

Se uma mulher não ensinar aos seus filhos o que eles precisam saber para poderem cuidar de si próprios e para conviver com as outras pessoas, como se sentiria em relação a essa mulher e à sua família? (Assinale todas as respostas que correspondem aos seus sentimentos).

- (1) não os escolhia para amigos íntimos
- (2) não queria que os meus filhos brincassem com os dela
- (3) não gostaria de estar no mesmo grupo social
- (4) não gostaria de falar com eles muitas vezes
- (5) não gostaria de tê-los como vizinhos
- (6) não me faria qualquer diferença

Estas hipóteses de respostas permitem medir a presença e a severidade da sanção em relação à pessoa que viola esta norma. A mais severa corresponde à hipótese 5.

Em relação aos papéis emergentes não se justifica o uso do ostracismo e de sanções tão fortes. Em vez disso é preferível perguntar aos inquiridos se reprovam fortemente, se reprovam, se não se preocupam com isso ou se aprovam que o cônjuge não desempenhe o papel. Neste caso, a reprovação representa uma forma de sanção. Em relação ao papel abastecedor, Nye sugere que se formulem questões sobre estes dois tipos de sanções (as de ostracismo e as reprovação) por terem forças diferentes (Nye, 1976: 18). Pode reprovar-se que o marido não se esforce por abastecer economicamente a sua família, mas, apesar disso, não se lhe demonstrar um sentimento de ostracismo.

É importante salientar que as normas, os papéis e as sanções que os reforçam comportam-se mais como variáveis do que como entidades discretas. Numa população, qualquer membro da sociedade, ou, parte dela, pode concordar com a existência de um papel (no sentido normativo) sem que isso seja totalmente verdade para o todo. Poderá dizer-se o mesmo em relação às sanções. É de esperar que as proporções de aceitação e/ou de sanção variem de papel para papel, sem se obter uma unanimidade absoluta. Todavia, é necessário estabelecer alguns padrões que nos permitam afirmar que um papel existe numa determinada sociedade. Se a maioria de uma população afirmar a existência de um papel e sancionar negativamente o seu não desempenho, assume-se que esse papel existe nessa população no momento em que se recolhe essa informação (Nye, 1976: 18).

Esta forma de conceptualização e de medição das normas permite obter graus de consenso em relação aos papéis e às variações sobre os consensos e a força das sanções aplicadas.

6.2.2. As normas sobre a partilha dos papéis

É importante conhecer quem e como os ocupantes das diferentes posições devem desempenhar um papel. Numa sociedade onde a estrutura dos papéis é extremamente segregada sabe-se que as normas sobre a partilha do papel são mínimas. Porém, os estudos realizados em sociedades tecnologicamente mais avançadas apresentam uma tendência para um aumento na partilha dos

papéis. Por exemplo, o estudo sobre famílias portuguesas realizado pela Direcção Geral da Família (1988) prova que o papel de socialização das crianças é partilhado pelo pai, pela mãe e pelos professores, sendo a escola e outras instituições afins, os locais preferidos dos pais, para deixar os filhos durante as horas de trabalho ou de ausência.

O estudo das normas sobre a partilha dos papéis assume particular interesse nos períodos em que se defendem grandes mudanças no seu desempenho. Nye refere que não tem de existir, necessariamente, uma correspondência entre as dimensões normativa, desempenho e poder do papel, admite, apenas, que a medida dessas discrepâncias seja um sintoma de satisfação ou de instabilidade conjugal e/ou de outros aspectos pessoais e/ou grupais. Neste caso, podem formular-se questões que nos permitam saber de que modo as normas sobre a partilha de um papel são afectadas pela partilha noutro papel. Por exemplo, como é que o emprego da mulher (a tempo inteiro) afecta as normas sobre o desempenho do papel doméstico (Nye, 1976: 19).

6.3. O DESEMPENHO DO PAPEL (DIMENSÃO COMPORTAMENTAL)

Nye refere (1976: 19) que o comportamento do papel dos actores que ocupam posições relevantes pode não coincidir, necessariamente, com as normas definidas para esses papéis, sendo aspectos perfeitamente separáveis. Partindo deste princípio, é necessário construir medidas do desempenho do papel.

Neste caso, Nye sugere que se utilizem dois tipos de questões, visto que, alguns papéis são desempenhados primeiramente pelos cônjuges para si próprio e por cada um deles, enquanto outros são desempenhados para terceiras pessoas e por vezes por terceiras pessoas, da mesma forma que o fazem para cada cônjuge. Em relação ao primeiro caso, e utilizando como exemplo, a medição do papel terapeutico, Nye (1976: 20) sugere que se elabore uma questão do seguinte teor:

Se tiver um problema que a aborreça e contar ao seu marido, como é que ele reage? (Assinale todas as situações que correspondem ao seu caso)

- (1) geralmente ouve mas não faz nada para a ajudar
- (2) geralmente compartilha os seus sentimentos
- (3) geralmente prefere não ser incomodado pelos seus problemas
- (4) geralmente critica-a por ter o problema
- (5) geralmente tenta ajudá-la a resolver os seus problemas
- (6) dá-lhe segurança e afecto

Nye refere ainda que, embora o papel terapeutico seja extremamente importante para o adulto, a sua sobrevivência não depende, aparentemente, do seu desempenho dentro do grupo familiar, ou mesmo do seu desempenho por outra pessoa não pertencente à família (Nye, 1976: 20). Neste caso, devemos assumir que nem todos os cônjuges o desempenham. As respostas 3 e 4 são consideradas como recusa ao desempenho do papel.

Prosseguindo a análise do desempenho do papel, ou seja, da sua dimensão comportamental, Nye sugere mais duas medidas

potencialmente importantes: uma que mede a divisão do trabalho entre os cônjuges e outra que mede a divisão entre eles e outras pessoas envolvidas no desempenho do papel, quer dentro da família, quer fora dela (outras instituições sociais, etc.). No presente estudo realçamos os aspectos referentes ao primeiro caso, ou seja, à divisão do trabalho entre os cônjuges. Eis um exemplo sugerido por Nye (1976: 20) sobre a partilha do papel dos cuidados com as crianças:

Quem cuida das necessidades físicas dos seus filhos?

- (1) só o marido
- (2) o marido mais do que a mulher
- (3) o marido e a mulher igualmente
- (4) a mulher mais do que o marido
- (5) só a mulher
- (6) outro (qual)

Esta forma de delineamento do papel admite o seu desempenho por outros membros da família e também a ajuda de outras pessoas exteriores à família ou de outras instituições. Quando se trata de uma ajuda exterior à família admite-se que seja paga. No presente estudo perguntamos quais são as outras pessoas que ajudam no desempenho dos papéis dos cuidados com as crianças, de socialização, doméstico, abastecedor ou económico e terapêutico.

Sempre que nos referimos à partilha do papel é importante realçar a distinção entre papel enquanto unidade de cultura, ou seja, um conjunto de obrigações e responsabilidades atribuídas aos ocupantes de uma posição (tais como mãe ou pai) e o desempenho do papel, o conflito do papel e outros conceitos

comportamentais. Com isto queremos dizer que a partilha do papel pode ser entendida simultaneamente ao nível cultural e comportamental. Por exemplo, Nye (1976: 21) refere que muitas mães americanas partilham o desempenho do papel económico, embora isso não signifique que ela tenha a obrigação de o fazer, ou que seja vítima de sanções negativas se não entrar na força de trabalho. Nye utiliza outro exemplo no que se refere ao papel sexual do homem, mencionando que aparece agora como cristalizado, transformando-se num elemento normativo da cultura americana, que o homem ao participar na relação deve esforçar-se por satisfazer sexualmente a sua parceira (Nye, 1976: 21).

6.3.1. A competência no desempenho do papel

A forma, ou seja, a competência com que se desempenha um papel é uma componente extremamente importante. Este conceito é largamente utilizado em algumas perspectivas teóricas e muito particularmente na teoria da troca social. Segundo esta teoria, quem é competente no desempenho dos papéis proporciona mais recompensas aos membros do grupo do que os menos competentes. Presentemente, a competência pode ser entendida no sentido negativo da sua dimensão pela recusa do papel ou por outros tipos de não desempenho.

Nye sugere a utilização de dois grupos de referência para avaliar a competência do inquirido e a do cônjuge. São eles, a

sociedade no seu todo, e, aqueles com quem trabalham e/ou observam (os vizinhos). Estes grupos permitem obter avaliações e sentimentos diferentes sobre a competência (Nye, 1976: 21). No presente trabalho o grupo de referência foi substituído pela opinião do inquirido ao pedir-lhe que fizesse uma comparação entre os membros do casal, autoclassificando-se e classificando o seu cônjuge. Nye exemplifica, colocando ao homem a seguinte questão sobre o papel abastecedor:

Os homens variam muito na habilidade para abastecer a sua família. Como se considera nesta tarefa?

- (1) um abastecedor excepcionalmente bom
- (2) melhor do que a média dos abastecedores
- (3) um abastecedor médio
- (4) um abastecedor um pouco abaixo da média
- (5) um abastecedor fraco
- (6) não está apto ou não consegue arranjar trabalho

No nosso estudo utilizámos questões deste teor para todos os papéis à excepção do papel sexual por acreditar-se que os cônjuges têm pouca informação sobre o desempenho do papel sexual dos outros casais para autoavaliar-se e para avaliar o seu cônjuge.

O conceito de competência foi primeiramente desenvolvido pela teoria da troca com a intenção de medir as recompensas, porém, a sua utilidade potencial revela-se consideravelmente superior às expectativas iniciais. Presentemente este conceito utiliza-se para prever e explicar a partilha do papel com a pessoa mais competente e com maior probabilidade de bom desempenho, e ainda, no estudo do poder familiar, sendo estas

duas componentes, partes integrantes da teoria da troca. Nesta óptica, tem mais poder no papel quem for mais eficiente no seu desempenho.

6.3.2. Identificação com o papel

Nye (1976: 22) refere que há inúmeras razões para se conceptualizar e medir a identificação com o papel, considerando-a como um fim em si, comparável aos estudos sobre a satisfação conjugal ou satisfação ocupacional (no trabalho). Além disso, pode ser utilizada como variável independente, nomeadamente, na análise da satisfação conjugal. Este conceito tem grande interesse para o estudo da mudança social, e da partilha do papel entre os cônjuges, permitindo detectar se determinado papel deixou de existir, se deixou de ser desempenhado por grande parte das famílias ou se passou a ser maioritariamente ou integralmente desempenhado por pessoas ligadas a instituições sociais. Nye refere alguns destes exemplos revelados pelos seus estudos sobre famílias americanas:

- o facto de poucas mulheres americanas (incluídas na sua amostra) se identificarem com o papel doméstico permite alimentar a expectativa de aumento das taxas de refeições tomadas fora de casa e de uma diminuição das taxas de refeições preparadas e tomadas em casa;

- a forte identificação dos pais americanos com o papel dos cuidados com as crianças e/ou com o papel da socialização da criança poderá sugerir que a procura dos serviços de cuidados de crianças (creches, jardins de infância, amas, etc.) seja inferior ao que se supunha (Nye, 1976: 23)?

Nye chama a atenção para o carácter multidimensional da identificação com o papel. A identificação inclui: uma satisfação ou insatisfação intrínsecas directamente associadas com o desempenho das actividades do papel, o sentimento (ou perda de sentimento) de que o desempenho do papel é essencial para ocupar a posição de cônjuge, de pai ou de mãe, e, os sentimentos positivos ou negativos relacionados com a possibilidade de encontrar outra pessoa para desempenhar o papel de acordo com os padrões de interacção já existentes na família.

Para medir a identificação com o papel pode perguntar-se a quem o desempenha se estaria disposto a delegar ou a partilhar a responsabilidade do papel se pudesse beneficiar dessa alternativa. Em relação ao papel doméstico, Nye (1976: 23) propõe que se formule a questão nos seguintes termos:

Suponha que tinha um rendimento acima da média de forma que pudesse pagar a uma pessoa competente para ajudá-la nas tarefas domésticas. Acha que o faria?

- (1) tenho a certeza de que o faria
- (2) talvez fizesse
- (3) faria
- (4) talvez não o fizesse
- (5) tenho a certeza de que não o faria

Esta questão está redigida de forma a sobrestimar a identificação com o papel, uma vez que implica a presença de uma pessoa não pertencente ao grupo familiar a desempenhar um papel dentro do espaço social da família. Parte-se do princípio de que muitas famílias não toleram a presença de um não familiar (estranho), independentemente das suas capacidades e utilidade.

6.3.3. O esforço do papel

O esforço do papel tratado como variável dependente permite-nos conhecer os problemas do actor no desempenho do papel. Como o esforço é um custo pode também ser utilizado como indício de satisfação ou de insatisfação conjugais e, em alguns casos, como indício de doença mental.

Nos estudos sobre a família o esforço aparece ligado a estados mentais como, preocupação, ansiedade ou culpa. Estes estados, embora possam estar interrelacionados não são intermutáveis. No estudo sobre os papéis Nye sugere a utilização do grau de preocupação como indicador empírico. Utilizando como exemplo a preocupação relacionada com o desempenho do papel doméstico, Nye (1976: 24) sugere uma questão do seguinte teor:

De um modo geral, como se sente em relação à forma como cuida da sua casa?

(1) preocupo-me frequentemente porque gostaria de fazer melhor

- (2) preocupo-me de vez enquanto
- (3) não me preocupo muito com isso, tanto faz
- (4) geralmente sinto que faço um bom trabalho
- (5) estou completamente satisfeita com a forma como cuido da casa

6.3.4. Conflitos nos papéis

O conflito de papéis é um tema muito debatido sendo geralmente conceptualizado como conflito entre papéis (interrole conflict). Esta situação manifesta-se quando as normas ou os padrões de comportamento de um papel se revelam incompatíveis com as de um segundo papel do actor. Usamos a mesma expressão para nos referimos ao esforço do papel (intrarole strain), nomeadamente, no caso em que duas ou mais categorias de pessoas têm expectativas diferentes (conflituosas) em relação ao comportamento que consideram apropriado para um determinado papel. No nosso trabalho ambos os conceitos estão implícitos na conceptualização do conflito nos papéis. Todavia, é possível identificar outras fontes de conflito como, por exemplo, o não desempenho do papel. Nye (1976: 24), referindo-se ao seu estudo sobre famílias americanas, verificou que 30% dos maridos e 15% das mulheres recusavam-se a desempenhar o papel terapêutico ou faziam-no de uma forma mais prejudicial do que útil. Outros discordavam da forma como partilhavam o papel ou de quem tinha a responsabilidade de tomar decisões (ou a decisão final) no papel. Outra fonte de conflito relaciona-se com o nível de competência do desempenho do papel, desenvolvendo-

-se mais frequentemente se esse nível for bastante baixo. Tendo em conta a definição de conflito em sentido lato estes exemplos enquadram-se, principalmente, no conflito dentro do papel, embora tenham um sentido mais amplo do que o próprio termo. No nosso estudo quando falamos de conflito nos papéis referimo-nos aos manifestos abertamente. Utilizando como exemplo, o papel recreativo, Nye (1976: 24) sugere que se pode medir o conflito formulando uma questão do seguinte teor:

Com que frequência, se alguma vez aconteceu, você e a sua mulher discordam abertamente ou discutem sobre o recreio familiar?

- (1) muito frequentemente
- (2) frequentemente
- (3) às vezes
- (4) raramente
- (5) nunca

Esta forma de questionar afigura-se adequada, apenas, para proporcionar informações sobre o conflito aberto e será sobre este que nos debruçamos no presente trabalho. Esta questão seria insuficiente se pretendessemos obter informações adicionais sobreposições de conflito não aberto entre os cônjuges. Nesse caso seriam necessárias questões de outro tipo, que permitissem medir todas as situações de conflito do papel, ou seja, fazer uma análise num sentido mais compreensivo. Muitos autores provaram que nem todas as situações de conflito dos casais se manifestam abertamente. Por exemplo, Levinger (1966), ao estudar casais em processo de divórcio verificou

que os comportamentos que mais desagradavam o outro cônjuge nunca resultavam em conflito aberto (cf. Nye, 1976: 25).

6.3.5. O poder do papel

A medição do poder do papel constitui uma das formas de avaliação do poder conjugal, tendo evoluído bastante nesse sentido. Blood e Wolfe (1960) criaram alguns dos instrumentos de medida do poder conjugal, sendo no entanto criticados por incluírem uma grande variedade de itens, por não se referirem a um papel específico e por não permitirem especificar a discordância aberta (ou seja, a discordância ou conflito que atinge o nível verbal). Nye, tendo em conta as deficiências dos instrumentos de Blood e Wolfe propõe outra forma de medida baseando-se nos desacordos manifestos especificamente em cada papel. Segundo a proposta de Nye, com uma única questão consegue-se obter informações (indicadores) sobre o poder de cada papel. No presente estudo, para não dificultar ainda mais a aplicação do inquérito, não aplicámos as medidas do poder nos papéis sexual e terapêutico. Para se obter indicadores de poder, e utilizando como exemplo o papel recreativo, Nye (1976: 25) sugere uma questão do seguinte teor:

Se há um desacordo em relação ao recreio familiar, quem toma a decisão final?

- (1) sempre o marido
- (2) o marido mais vezes que a mulher

- (3) o marido e a mulher igualmente
- (4) a mulher mais vezes que o marido
- (5) sempre a mulher
- (6) não há qualquer desacordo neste papel

Este indicador apresenta vantagens mas mantém a limitação já referida que consiste no facto de nem todos os desacordos atingirem o nível verbal. Algumas decisões são toleradas pelo cônjuge por conhecer a atitude que ele tomaria preferindo tolerá-las em vez de entrar em discussão aberta.

O poder do papel constitui um dado importante para a análise interna do fenómeno papel. Recorde-se que no presente estudo pergunta-se quem deverá desempenhar o papel, quem o desempenha, com que frequência surge o desacordo nesse papel, e, finalmente, quem toma as decisões em caso de desacordo. À primeira vista parece razoável que a pessoa a quem normativamente é atribuída a responsabilidade do papel, seja a mesma que o desempenha, e que toma as decisões em relação a ele quando surgem diferenças de opinião.

6.4. A POPULAÇÃO INQUIRIDA

Já mencionámos e justificámos os motivos que nos levaram a optar pelo estudo de famílias alentejanas residentes numa freguesia urbana de Setúbal (Freguesia de S. Sebastião). O nosso objecto de estudo compõe-se de famílias (casais unidos ou não pelo casamento) de todas as idades, em que ambos os

cônjuges são alentejanos, com filhos de qualquer idade, podendo ou não viver com os pais. Para identificar o nosso universo consultámos os ficheiros do Recenseamento Eleitoral da Freguesia de S. Sebastião. A partir de escassos dados individuais referentes ao local e data de nascimento e morada conseguimos identificar 396 famílias (casais) que satisfaziam os requisitos do nosso objecto de estudo. Optámos por inquirir todo o universo por ser relativamente reduzido, embora na prática, e por motivos alheios à nossa vontade, esse objectivo não se concretizasse, conseguindo-se inquirir, apenas, 191 famílias, totalizando 381 inquéritos, dos quais 191 são de mulheres e 190 são de homens.

Vejamos, sinteticamente, as características gerais do nosso universo por grupos etários e sexos. Dos 20-29 anos foram inquiridos 9 indivíduos (3 homens e 6 mulheres); dos 30-39 anos, 48 (18 homens e 29 mulheres); dos 40-49 anos, 135 (65 homens e 70 mulheres); dos 50-59 anos, 106 (56 homens e 50 mulheres); dos 60-69 anos, 55 (31 homens e 24 mulheres); dos 70 e mais anos, 28 (17 homens e 11 mulheres). As mulheres são, em média, mais jovens que os homens (Ver Anexo V, Quadro Nº V.1.).

O nível médio de instrução dos inquiridos é bastante baixo. Apresentando os dados por ordem decrescente das percentagens segundo os níveis de instrução, verifica-se que a maioria, 66,1% tem entre um a quatro anos de escolaridade, ou seja, apenas frequentou a instrução primária (este valor equivale a 252 indivíduos, incluindo 125 mulheres e 127 homens, ou seja, 65,4% das mulheres e 66,8% dos homens); em segundo lugar

figuram os analfabetos com 12,6% (o que equivale a 48 indivíduos, 32 mulheres e 16 homens, ou seja, 16,8% das mulheres e 8,4% dos homens); segue-se 7,1% que tem entre sete e nove anos de escolaridade (o que equivale a 27 indivíduos, 13 mulheres e 14 homens, ou seja, 6,8% das mulheres e 7,4% dos homens); 6,3% tem entre dez a doze anos de escolaridade (o que equivale a 24 indivíduos, 12 mulheres e 12 homens, ou seja, 6,3% de cada sexo); 3,9% tem entre cinco a seis anos de escolaridade (o que equivale a 15 indivíduos, 3 mulheres e 12 homens, ou seja, 1,6% das mulheres e 6,3% dos homens); 0,3% tem entre treze e quinze anos de escolaridade (apenas 1 homem e zero mulheres); 0,3% tem mais de dezasseis anos de escolaridade (apenas 1 homem e zero mulheres) e 13,4% não respondeu (o que equivale a 13 indivíduos, 6 mulheres e 7 homens, ou seja, 3,1% das mulheres e 3,7% dos homens). Em média, as mulheres apresentam níveis de instrução inferiores aos dos homens (Ver Anexo V, Quadro Nº V.2.).

Quanto ao distrito de nascimento, 211 indivíduos (55,4%) são oriundos do distrito de Beja, 98 (25,7%) são do distrito de Évora e 72 (18,9%) são do distrito de Portalegre.

Questionados sobre o distrito de residência de seus pais, 44,7% dos inquiridos responderam que estes residem no distrito de Setúbal; 22,3% têm os pais a residir no distrito de Évora; 13,8% no distrito de Portalegre; 9,6% no distrito de Beja; 1,1% no distrito de Lisboa; 1,1% noutros distritos e 7,4% não responderam.

Quanto ao estado civil actual, 366 (96,1%) são casados (183 mulheres e 183 homens); 7 (1,8%) são viúvos (4 mulheres e três homens); 4 (1,0%) são divorciados (2 mulheres e 2 homens); 1 (0,3%) é separado (1 homem); 1 (0,3%) é solteiro (1 mulher) e 2 (0,5%) não responderam (1 mulher e 1 homem). Quanto ao estado civil anterior, 350 (91,9%) eram solteiros; 15 (3,9%) eram casados; 4 (1,0%) eram divorciados e 12 (3,1%) não responderam.

Questionados sobre o estado civil dos seus filhos, 53,8% dos casais responderam que têm filhos casados; 38,6% têm filhos solteiros e 7,6% não responderam. Entre os que têm filhos casados, 82,4% responderam que estes residem no distrito de Setúbal, 5,1% têm filhos residentes no distrito de Lisboa, 0,9% têm filhos residentes noutros distritos e 10,6% não responderam.

Questionados sobre a religião, 64,6% dos inquiridos consideram-se católicos (o que equivale a 246 indivíduos, 137 mulheres e 109 homens, ou seja, 71,7% das mulheres e 57,4% dos homens); 30,2% responderam que não têm religião (o que equivale a 115 indivíduos, 44 mulheres e 71 homens, ou seja, 23% das mulheres e 37,4% dos homens); (1,6%) são testemunhas de Jeová (o que equivale a 6 indivíduos, 3 mulheres e 3 homens); 0,5% são protestantes (o que equivale a 2 indivíduos, 1 mulher e 1 homem); 0,3% é da Assembleia de Deus (apenas 1 mulher); 0,3% é de outra religião (apenas 1 mulher) e 2,6% não responderam (o que equivale a 10 indivíduos, 4 mulheres e 6 homens, ou seja, 2,1% das mulheres e 3,2% dos homens). Entre os inquiridos que responderam ter religião, 69,2% não são pra-

ticantes; 23,7% são praticantes e 7,1% não responderam. Em média, as mulheres manifestam maior religiosidade que os homens (Ver Anexo V, Quadro Nº V.3.).

Quanto à condição perante o trabalho verifica-se que a maioria dos homens trabalha na indústria (53, ou seja, 27,8%) ou são empregados de serviços (50, ou seja, 26,3%), seguindo-se em terceiro lugar a categoria de reformados (50, ou seja, 26,3%) e em quarto lugar a categoria de pequeno comerciante (18, ou seja, 9,5%). As mulheres são maioritariamente domésticas (81, ou seja, 42,6%), seguindo-se as reformadas (35, ou seja, 18,3%) e em terceiro lugar as categorias de empregadas de serviços e de outros activos (cabendo a cada uma 28 casos, o que equivale a 14,7%, respectivamente) seguindo-se a de pequeno comerciante (7, ou seja, 3,7% das mulheres). Resumidamente, 22,3% do total dos inquiridos são reformados (35 mulheres e 50 homens o que equivale a 18,3% do total das mulheres e 26,3% do total dos homens). Repare-se que as domésticas (81) representam 42,4% das mulheres inquiridas (191). Em relação ao total das domésticas, 8,6% (7) têm entre 30-39 anos, 50,6% (41) têm entre 40-49 anos, 32,1% (26) têm entre 50-59 anos, 7,4% (6) têm entre 60-69 anos e 1,2% (1) tem mais de 70 anos (Ver Anexo V, Quadro Nº V.4.).

Em relação ao rendimento mensal líquido, 13,1% recebem menos de 30 mil escudos (29 mulheres e 21 homens, o que equivale a 15,2% das mulheres e 11,1% dos homens); 13,4% dos inquiridos recebem entre 30 e 49 mil escudos (29 mulheres e 22 homens, o que equivale a 15,2% das mulheres e 11,6% dos homens); 10,5% recebem entre 50 e 69 mil escudos (13 mulheres

e 27 homens, o que equivale a 6,8% das mulheres e 14,2% dos homens); 12,1% recebem entre 70 e 89 mil escudos (13 mulheres e 33 homens, o que equivale a 6,8% das mulheres e 17,4% dos homens); 10,8% recebem entre 90 e 119 mil escudos (6 mulheres e 35 homens, o que equivale a 3,1% das mulheres e 18,4% dos homens); 2,1% recebem entre 120 e 139 mil escudos (2 mulheres e 6 homens, o que equivale a 1,0% das mulheres e 3,2% dos homens); 0,8% recebem entre 140 e 159 mil escudos (0 mulheres e 3 homens, ou seja, 1,6% dos homens); 0,3% (apenas um indivíduo/homem) recebe mais de 200 mil escudos; 37,0% não responderam (99 mulheres e 42 homens, o que equivale a 51,8% das mulheres, onde se incluem as domésticas, e 22,1% dos homens). Em média, as mulheres têm rendimentos líquidos mensais inferiores aos dos homens. Repare-se que as categorias de rendimentos mais baixos têm maior percentagem de mulheres enquanto as categorias de rendimentos mais elevados têm maior percentagem de homens (Ver Anexo V, Quadro Nº V.5.).

6.5. CONCLUSÃO

Conforme mencionámos, durante a fase do trabalho de campo os inquiridores depararam-se com dificuldades de vária ordem. Do total das 396 famílias (casais) identificadas para inquirição, 5,8% (23) não chegaram a ser localizadas por indicarem moradas fictícias, desconhecidas, ou que já não existiam na altura em que decorreu o trabalho de campo; 7% (28) das famílias não foram contactadas por terem mudado de residência (se-

gundo informações de vizinhos) não tendo, na altura, actualizado o Recenseamento Eleitoral; 4,5% (18) das famílias foram procuradas várias vezes nas suas residências, não sendo contactadas por estarem ausentes e 8% (32) famílias recusaram responder ao inquérito. Ficaram por inquirir 105 famílias, o que corresponde a 26,5% do total das que conseguimos identificar (396).

O inquérito é individual e foi respondido por cada um dos cônjuges. Isto significa que a cada família (casal) correspondem dois inquéritos. Foi necessário elaborar dois questionários idênticos, um para mulheres e outro para homens, devido às diferenças terminológicas, uma vez que as perguntas incluem expressões como "o seu marido" e/ou "a sua mulher". O inquérito das mulheres tem mais uma questão que o dos homens referente ao papel abastecedor/económico(1).

Responderam ao inquérito 191 famílias/casais (o que equivale a 48,2% dos 396 identificados) passando estas a constituir o nosso universo. No total conseguimos inquirir 392 indivíduos (homens e mulheres), correspondentes aos 191 casais. Entre estes, um dos homens, depois de preenchê-lo recusou-se a entregá-lo. Desta forma obtivemos 191 inquéritos de mulheres e 190 de homens, totalizando 391 inquéritos.

Pelas razões já mencionadas os resultados não nos satisfazem totalmente mas, apesar disso, conseguimos tirar algumas

(1) Referimo-nos à Pergunta nº 46 do Questionário das mulheres, ver Anexo IV.A..

conclusões. Estivemos sempre conscientes de que se tratava de uma investigação muito exigente, que os portugueses não estão habituados a participar neste tipo de estudos, oferecendo, por isso, grande resistência e reagindo com desconfiança. Apesar do inquérito ser necessariamente longo e susceptível de provocar algum cansaço, não foi propriamente esse motivo que levantou as maiores dificuldades. Estas surgiram, sobretudo, nos casais em que ambos os cônjuges estavam presentes na inquirição (por sua exigência), principalmente, quando eram surpreendidos com questões de autoavaliação e/ou de avaliação recíproca e nas questões sobre o papel sexual. Durante a fase de entrevistas e de pré-inquérito confirmámos estas dificuldades mas, mesmo assim, decidimos correr o risco recolhendo a informação possível.

O elevado número de analfabetos e o baixo nível educacional da maioria dos inquiridos dificultou significativamente o trabalho dos inquiridores sobrecarregando-os nas tarefas de interpretação e de esclarecimento das questões, e ainda, no preenchimento dos respectivos questionários. Para garantirmos uma maior autenticidade das respostas pretendíamos que o inquérito fosse aplicado aos cônjuges, separadamente, preenchendo cada um o seu próprio inquérito, evitando, tanto quanto possível, as respostas de viva voz, para que não se sentissem intimidados, servindo o inquiridor, apenas, para marcar o ritmo da inquirição e para prestar todos os esclarecimentos necessários. Como este princípio nem sempre funcionou, consideramos que esse facto reduziu, em parte, a au-

tênticidade de algumas respostas, impondo-nos, por isso, certas reservas na interpretação e análise dos resultados.

CAPÍTULO VII

**NORMAS, COMPORTAMENTOS E CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS
RELACIONADAS COM A ESTRUTURA E O DESEMPENHO
DOS PAPÉIS FAMILIARES**

7.1. INTRODUÇÃO

Ao longo deste capítulo debruçamo-nos sobre a análise de cada papel a partir dos dados recolhidos por via do inquérito. A sua exposição obedece a uma certa ordem. Em primeiro lugar faz-se uma apreciação global realçando as suas principais características. Seguidamente procede-se a uma análise pormenorizada das dimensões normativas e dos comportamentos em cada papel segundo o sexo e grupos de idade. Estas análises permitem-nos identificar se houve ou não evoluções/mudanças nas normas, nos comportamentos e nas características psicológicas em relação aos papéis familiares, quais as tendências mais recentes, qual o seu sentido, se há reforço de papéis, no sentido da "cristalização", se há papéis emergentes ou se há papéis em desuso. Em suma, pretende-se revelar em que medida o efeito geracional é factor explicativo relevante para a compreensão do carácter tradicional da sociedade alentejana.

Relembramos, porém, que a autenticidade da interpretação e a validade das conclusões finais dependem, exclusivamente, da qualidade dos dados que nos chegaram pela via do inquérito e da veracidade das respostas.

7.2. OS PAPÉIS DE SOCIALIZAÇÃO E DOS CUIDADOS COM AS CRIANÇAS

Estes dois papéis são geralmente considerados como os fundamentais da família enquanto sistema social e enquanto instituição. Os autores que se referem à perda de algumas funções da família são unânimes em reconhecer que a socialização e os cuidados com as crianças são os seus "elementos definitivos"⁽¹⁾. Por essa razão, consideramos que há uma certa lógica em abordar-se conjuntamente estes dois papéis. Todavia, os aspectos conceptuais e empíricos serão abordados separadamente.

No âmbito do nosso trabalho, a socialização refere-se ao desenvolvimento social e psíquico, ou seja, aos processos e actividades que ocorrem dentro da família que contribuem para o desenvolvimento da criança enquanto pessoa social, moral e competente. Faz parte da tarefa socializante ensinar às crianças o que está certo e o que está errado, desenvolvendo-lhes o sentido de responsabilidade e a sua competência no desempenho das tarefas diárias como, comer, fazer a sua higiene, vestir-se adequadamente, fazer os trabalhos da escola, saber como dirigir-se às outras pessoas e saber comportar-se na convivência com os outros. Todo este processo é influenciado pelo estilo de interacção entre pais e filhos, como por exemplo, o tipo de disciplina, as ajudas e os apoios de que se dispõe e as características da comunicação na relação pais-filhos.

(1) Para uma leitura mais profunda sobre esta perspectiva vide Reiss, (1965); Weigert e Thomas, (1971).

Enquanto o papel socializante se refere ao desenvolvimento das capacidades sociais e psicológicas, o papel dos cuidados com as crianças refere-se à sua manutenção física e psicológica. Fazem parte deste papel as actividades que se destinam a mantê-las asseadas, alimentadas, agasalhadas, protegidas de perigos físicos e de experiências psicologicamente chocantes. Subentende-se que uma criança está a ser bem socializada enquanto está a ser bem cuidada e vice-versa. Em termos comportamentais, estes dois papéis sobrepõem-se. No entanto, ambos incluem actividades distintas e podem ser desempenhados separadamente consoante as pessoas que têm a seu cargo a responsabilidade de cada papel.

Geralmente os papéis da socialização e dos cuidados com as crianças surgem intimamente ligados a uma determinada posição na família - a posição de pais. LeMasters (1974), referindo-se à sociedade americana, descreve a transição para a posição de pais como uma crise para o indivíduo e para o casamento, uma vez que envolve o reajustamento de papéis pré-existentes, a adopção de novos papéis e a redefinição das relações familiares anteriormente estabelecidas.

Na óptica da análise dos papéis ou da teoria do papel ("role theory") é possível identificar alguns factores que caracterizam a transição para a paternidade (e para a posição de pais) que normalmente é mais problemática para os indivíduos do que o ajustamento aos papéis conjugal e ocupacional. Rossi (1968), referindo-se à sociedade americana, identifica quatro características da paternidade que torna a posição de pais difícil para os indivíduos:

1 - exercem-se grandes pressões culturais sobre os indivíduos casados para assumirem o papel de pais, principalmente sobre as mulheres. Rossi considera a maternidade como o principal ponto de transição na vida da mulher.

Ao nível dos valores culturais, o homem não tem liberdade de escolha no que respeita ao trabalho: ele tem de trabalhar para assegurar a sua posição (estatuto) de homem adulto. O equivalente para a mulher tem sido a maternidade. Há uma pressão considerável sobre as raparigas e as mulheres jovens para considerarem a maternidade necessária para a realização da mulher enquanto indivíduo e para assegurar a sua posição (estatuto) como adulta (Rossi, 1968: 30, cf. Nye, 1976: 35).

Rossi refere ainda que a consequência psicológica desta pressão cultural sobre a mulher para ter filhos leva a que o desejo latente e a prontidão psicológica para a paternidade seja por vezes contraditória com o verdadeiro desejo do casal e com a sua actual capacidade para desempenhar adequadamente esse papel (Rossi, 1968: 29, cf. Nye, 1976: 35). Esta tensão psicológica pode assumir a forma de ansiedade, culpa e/ou frustração em relação à paternidade;

2 - ser pai ou mãe nem sempre é um acto voluntário, muitas mulheres engravidam sem desejar. Por outro lado, os pais não podem escolher os seus filhos, excepto quando os adoptam, ficando perplexos com as responsabilidades que têm de assumir com eles, quer estes sejam do seu agrado ou não (LeMasters, 1974: 51, cf. Nye, 1976: 35). Muitos pais têm de conformar-se por só terem filhos do sexo masculino, quando gostariam de ter

uma filha e vice versa, por terem filhos temperamentais ou pouco inteligentes, etc., aceitando a sorte que o "destino" lhes reservou;

3 - a posição de pais é relativamente irreversível. Uma vez adquirida, geralmente permanece para toda a vida, a não ser em caso de morte ou de entrega das crianças para adoção. "Podemos ter ex-cônjuges e ex-empregos mas não ex-filhos" (Rossi, 1968: 32, cf. Nye, 1976: 35);

4 - os papéis associados à paternidade figuram entre os mais pobremente definidos e para os quais as pessoas estão mais mal preparadas para desempenhar. A sua preparação é, quando muito, informal e esporádica. Os conselhos dos peritos em desenvolvimento infantil são, por vezes, contraditórios, confusos e inconsistentes e nem sempre baseados na investigação empírica. Apesar destas circunstâncias não serem as mais favoráveis, as expectativas da sociedade sobre os papéis paternais são bastante elevadas. LeMasters (1974) refere que os pais americanos não ficam satisfeitos se os seus filhos forem tão bons como eles; preferem que estes sejam melhores do que os seus progenitores. Porém, não há regras rigorosas sobre o que constitui uma boa paternidade e que tipos de interações pais-filhos produzem os melhores resultados. O que se escreve sobre este assunto é relativamente vago e ambíguo. Daí resulta que os jovens pais, não só, não estão preparados para assumir tal posição, como não dispõem de informação de qualidade baseada em estudos empíricos.

Para além destes problemas apontados por Rossi, LeMasters acrescenta que há, geralmente, uma atitude romântica sobre a paternidade ainda mais irrealista do que a que se refere ao casamento (LeMasters, 1974: 50, cf. Nye, 1976: 36). Esta atitude idealista, bastante comum, tende a descrever as crianças como algo bonito e a paternidade como uma fonte de divertimento. Este pré-juízo pode afectar o exercício da paternidade, quando ela acontece, ao verificar-se que a realidade é muito mais complexa e diferente do que, idealisticamente, se pretende fazer crer. Apesar das dificuldades, a maioria dos indivíduos faz os possíveis para sobreviver como pais, esforçando-se por desenvolver as suas capacidades no desempenho destes papéis.

Tendo em mente o que acabámos de descrever analisemos seguidamente como os pais (casais/cônjuges) alentejanos negociam entre si os papéis da socialização e dos cuidados com as crianças dentro do sistema normativo que apreenderam e ajudam a definir e a reproduzir, como avaliam o seu desempenho nesses papéis e como descrevem os conflitos e os esforços que enfrentam, assim como a satisfação sentida no seu desempenho.

7.2.1. Caracterização do papel da socialização

Tanto quanto se sabe, a mãe tem-se envolvido muito mais directamente na educação e nos cuidados das crianças do que o pai. Este facto deriva da tradicional divisão do trabalho na

família. Segundo essa divisão há os papéis domésticos (cuidados com a casa), cuidados com as crianças e a socialização da criança atribuídos à mulher/esposa/mãe, considerados como a sua principal ocupação, e, o papel abastecedor/económico atribuído ao marido/pai como a sua principal actividade e responsabilidade.

Modernamente, os movimentos e as associações de mulheres, e concretamente, as esposas mais jovens, reivindicam cada vez mais uma maior igualdade na família, procurando difundir uma ideologia igualitária das relações conjugais. Apesar disso, as normas sociais continuam a atribuir à mãe maior responsabilidade na socialização das crianças do que ao pai.

7.2.1.1. Definições normativas e sanções do papel

Para identificarmos as normas referentes à socialização utilizámos algumas tarefas específicas deste papel e pedimos aos inquiridos para exprimirem as suas opiniões sobre quem deveria ter a responsabilidade de executar cada tarefa. Propusemos cinco categorias de respostas que vão desde "sempre o marido" até "sempre a mulher" (Ver Anexo IV.A. ou IV.B., Pergunta Nº 14).

O resultado final é avaliado segundo a média ponderada das respostas em cada categoria, por sexos (e também por grupos de idade para a análise geracional), ou seja, as médias são calculadas com base nos seguintes coeficientes: só o pai

(ou sempre marido) = 1, o pai mais do que a mãe (ou o marido mais do que a mulher) = 2, o pai e a mãe igualmente (ou o marido e a mulher igualmente) = 3, a mãe mais do que o pai (ou a mulher mais do que o marido) = 4, sempre a mãe (ou sempre a mulher) = 5. Tendo em conta estes coeficientes, se as médias ponderadas das respostas forem iguais a 3,0 indicam que o desempenho do papel é igualitário; se as médias forem inferiores a 3,0 indicam que o pai (ou o marido) deveria desempenhar ou desempenha mais o papel do que a mãe (ou a esposa); se as médias forem superiores a 3,0 indicam que a mãe (ou a esposa) deveria desempenhar ou desempenha mais o papel do que o pai (ou o marido). Seguimos o mesmo raciocínio e o mesmo tipo de tratamento para todas as questões, quer na análise global, quer na análise geracional.

A análise dos dados referentes às normas sobre as tarefas da socialização da criança (sem referir o sexo) evidenciam uma tendência igualitária, ou seja, a categoria com maior frequência de respostas é a que atribui ao pai e à mãe a mesma responsabilidade. No caso dos homens as percentagens de respostas igualitárias situam-se, em termos percentuais, entre 78,4% e 82,6%, e, em termos de médias, entre 2,92 e 3,09, enquanto as das mulheres oscilam entre 73,3% e 82,6% e 3,0 e 3,22, respectivamente. Daqui deduz-se que, em termos normativos, os maridos (pais) tendem a manifestar-se mais igualitariamente do que as esposas (mães), embora se considerem mais responsáveis que as mães nas tarefas de ensinar as crianças a comportar-se, ensiná-las a distinguir o bem do mal e castigá-las e discipliná-las. As esposas (mães), por sua vez, consideram-se mais

responsáveis que os maridos (pais) em todas as tarefas, excepto na de ensinar a criança a distinguir o que está bem do que está mal (cuja média é igual a 3,0, ou seja, igualitária). A tarefa que tende a ser menos igualitária, para ambos os cônjuges, é a de ensinar a criança a comer e a vestir-se correctamente, atribuindo-se maior responsabilidade à esposa/mãe.

A análise das médias por sexos, revelam que, normativamente, as mulheres exigem mais da mãe do que os homens. As médias dos homens variam entre 2,92 (na tarefa de corrigir e disciplinar as crianças) e 3,09 (na tarefa de ensinar as crianças a comer e a vestir-se correctamente) enquanto as das mulheres situam-se entre 3,0 e 3,32. Em termos globais (média ponderada total), as famílias inquiridas tendem a responsabilizar mais as mães nas tarefas de cariz mais prático e imediato (de ensinar a criança a comer e a vestir-se, ensiná-la a comportar-se e ajudá-la nos trabalhos da escola) responsabilizando ligeiramente mais os pais (maridos) nas tarefas de ensinar a criança a distinguir o que está bem do que está mal, a assumir responsabilidades e castigá-las e discipliná-las, ou seja, tarefas, que atribuem ao homem uma maior autoridade moral na família. Saliente-se que são apenas os maridos/pais que, normativamente, tendem a autodefinir-se com maior responsabilidade nestas tarefas. As esposas/mães tendem a não considerar os maridos/pais como tal, uma vez que, na média ponderada total, não lhes atribuem maior responsabilidade em nenhuma das tarefas (Ver Anexo V, Quadro Nº V.6.).

A maior auto-responsabilização das esposas/mães no papel socializante das crianças poderá prejudicar, em certa medida, o maior envolvimento dos maridos/pais na socialização dos filhos. Por força da tradição, em que "o lugar do homem era a rua e o da mulher a casa" e em que o contacto do pai com os filhos era menos intenso do que o da mãe, mesmo que essa situação se tenha hoje alterado, as mulheres (mães) tendem a duvidar do empenhamento dos homens (pais) no desempenho de tais tarefas, continuando a atribuir-lhes menor responsabilidade.

A análise comparativa das respostas, prova que cada um dos cônjuges tende a atribuir uma maior responsabilidade normativa ao seu próprio sexo, do que a que lhes é atribuída pelo sexo oposto.

Fazendo a análise destas normas por gerações, verificam-se algumas diferenças que merecem a nossa atenção (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.A., Anexos ao Quadro Nº V.6.).

No grupo etário dos 20-29 anos os maridos (pais) tendem a responsabilizar-se igualitariamente em todas as tarefas. Porém as esposas tendem a responsabilizar mais as mães do que os pais em todas elas. Este grupo é, entre todos, o único em que os maridos (pais) tendem, normativamente, a considerar-se tão disponíveis como as esposas (mães) para desempenhar as diferentes tarefas do papel socializante.

No grupo dos 30-39 anos as esposas/mães consideram-se mais responsáveis que os maridos/pais em todas as tarefas, enquanto estes tendem a atribuir mais responsabilidade à mãe no

cumprimento da maioria das tarefas, excepto nas de ensinar as crianças a assumir responsabilidades e de ajudar nos trabalhos da escolas, que tendem a ser igualitárias, e na tarefa de castigar e disciplinar as crianças em que responsabilizam ligeiramente mais o pai do que a mãe. Os maridos desta geração revelam-se menos igualitários que os da anterior.

No grupo dos 40-49 anos, ambos os cônjuges tendem a atribuir ao pai mais responsabilidades nestas tarefas do que à mãe, excepto na de ensinar a criança a comer e a vestir-se correctamente, em que só as esposas tendem a considerar-se mais responsáveis. Nesta geração existe uma certa consensualidade entre os sexos revelando uma tendência para responsabilizar ligeiramente mais o marido/pai do que a esposa/mãe no papel socializante.

No grupo dos 50-59 anos ambos os cônjuges tendem a atribuir mais responsabilidade à mãe do que ao pai em todas as tarefas, excepto na de ensinar as crianças nos trabalhos da escola, que recai mais sobre o pai. Este facto está, possivelmente, relacionado com a maior taxa de analfabetismo das mães, impedindo-as de ajudar os filhos. Esta geração apresenta um certo consenso entre os cônjuges na definição normativa do papel socializante, embora contrária à anterior, cabendo à esposa/mãe a maior responsabilidade.

No grupo dos 60-69 anos os maridos atribuem maior responsabilidade à mãe em todas as tarefas, excepto, na de disciplinar e castigar as crianças. As esposas consideram as mães mais responsáveis que os pais em todas as tarefas, excepto nas

de ensinar a criança a distinguir o bem do mal e de ensiná-la a assumir responsabilidades. Além disso atribuem maior responsabilidade ao pai na tarefa de castigá-las e discipliná-las. Nesta geração a esposa/mãe tende a ser mais responsabilizada que o marido/pai, embora este tenda a considerar-se como mais competente/responsável para disciplinar as crianças, facto que tende a ser reconhecido pelas esposas do mesmo grupo etário.

No grupo dos 70 e mais anos só os maridos atribuem ao pai mais responsabilidade que à mãe em todas as tarefas, enquanto as esposas tendem a considerá-las igualitárias. Estes dados provam que os maridos/pais desta geração consideram-se, normativamente, os principais elementos socializantes das crianças, porém as esposas/mães tendem a não lhes reconhecer essa posição nem abdicam da sua quota parte de responsabilidade nestas tarefas, uma vez que as consideram igualitárias. Esta geração tende a apresentar a maior divergência entre os cônjuges na definição normativa do papel socializante.

Curiosamente, em todas as gerações, excepto na de 70 e mais anos, as esposas/mães tendem a atribuir maior responsabilidade à mãe do que ao pai, no cumprimento das tarefas da socialização da criança.

Para termos a noção da importância que os cônjuges atribuem ao papel socializante e para avaliar a intensidade das normas que regulam o desempenho deste papel recorreremos à análise das sanções a que ambos se sujeitam caso não o desempenhem convenientemente. Para tal, perguntámos aos cônjuges

qual o grau de importância (Pergunta Nº 15 do Anexo IV.A.) e como reagiam em relação a uma mulher/mãe e à respectiva família que não ensinasse aos seus filhos o que eles necessitam saber para cuidar de si próprios e para conviver com as outras pessoas (Pergunta Nº 16 do Anexo IV.A.). A grande maioria dos cônjuges respondeu que era extremamente importante (entre 71,1% e 73,2%) e uma percentagem razoável respondeu que era importante (entre 19,4% e 23,2%).

Em relação às sanções, as maiores percentagens são de não respostas. Este resultado revela um certo embaraço dos indivíduos ao serem confrontados com esta questão, fazendo-nos crer que nunca tinham pensado muito nisso. Curiosamente, e apesar da maioria considerar o papel extremamente importante, as sanções não são demasiado fortes. A seguir às não respostas as situações mais pontuadas são as não gostar de falar com eles muitas vezes, entre 33,2% (H) e 37,7% (M); a indiferença, entre 33,2% (M) e 35,6% (M); não escolhê-los para amigos íntimos, entre 22,0% (M) e 22,1% (H); e impedir brincadeira entre os filhos, entre 13,7% (H) e 11,5% (M). A sanção mais forte seria a de não querer tê-los como vizinhos havendo, apenas, 7,9% dos maridos e 4,7% das esposas que aplicariam esta sanção. Neste caso e na aplicação das sanções mais fortes os maridos afiguram-se ligeiramente mais duros que as esposas.

A análise geracional das sanções revela as maiores divergências nas situações de indiferença e de não gostar de falar com eles muitas vezes. Os casais mais jovens e os mais idosos revelam-se os mais indiferentes, embora nos pareçam que as razões por que o fazem sejam diferentes.

Os casais mais jovens, por experimentarem um maior isolamento social, ou seja, admite-se que tenham uma experiência de menores relações de vizinhança, têm também menos conhecimento sobre o cumprimento dos outros neste papel, podendo, por isso, mostrar-se mais indiferentes (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.A.). Em relação aos casais mais idosos, subentende-se que, por terem vivido experiências menos individualizantes, ou seja, por terem experiências anteriores de relações de vizinhança mais intensas e de maior interconhecimento pessoal, por passarem grande parte do seu tempo a conviver com os outros (ou seja, com os seus iguais), mesmo que uma parte da tarefa da socialização coubesse à família, grande parte dela era feita pela própria sociedade, originando um maior nivelamento dos comportamentos, não se justificando, por isso, sanções muito forte (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.). A geração mais jovem é, aparentemente, a mais tolerante nas sanções, embora seja a que apresenta maior percentagem em não gostar de falar muitas vezes com a mãe e respectiva família que não ensina os filhos a cuidar de si próprios e a relacionar-se com as outras pessoas.

As gerações dos 30-39 e dos 70 e mais anos são, em comparação com as restantes, as que dão maior importância ao facto dos filhos saberem relacionar-se com as outras pessoas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.). As regras de convivência das gerações mais idosas (70 e mais anos) tendiam a nivelar os comportamentos, não dando lugar a grandes divergências entre os indivíduos e as famílias, não levantando grandes suspeitas sobre o cumprimento deste papel, parecendo não justificar



sanções fortes a nível individual (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.A.). Esta indiferença individual parece-nos, no entanto, mais aparente do que real, pois sabe-se que as sanções sociais nas sociedades de interconhecimento, como é a alentejana, são bastante duras, não tolerando situações de desvio de comportamento. A leitura da indiferença destas gerações leva-nos a crer que, pela experiência da sua própria socialização enquanto jovens, ainda entendem a sanção mais ao nível societal do que individual, mesmo que presentemente vivam num contexto social diferente, onde o interconhecimento pessoal e o controlo social são menos visíveis e se fazem sentir com muito menos intensidade.

A sanção mais forte, que corresponde a não querer ter essa família como vizinha não atingiu grandes proporções, sendo os homens das gerações de 50-59 anos (12,5%) e 70 e mais anos (11,8%) os que se revelam mais duros (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.A.).

A análise do grau de reprovação dos cônjuges em relação ao pai e à mãe que não ensina aos filhos o que eles necessitam saber para cuidar de si próprios e para relacionar-se com os outros, revela que a maioria reprova fortemente essa atitude embora a sanção mais forte, em termos globais, recaia mais sobre a mãe, quer nas respostas dos maridos, quer nas das esposas. Estas reprovam menos fortemente os pais (59,2%) do que as mães (62,8%) que não cumprem essa tarefa. Contrariamente, os maridos reprovam mais fortemente que as esposas, quer os pais/homens (62,6%) quer as mães (64,2%) que não cumprem essa missão (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.B.).

A análise por gerações da reprovação pelo não cumprimento desta tarefa revela que a penalização varia consoante os grupos de idade. Na geração dos 20-29 anos as esposas (83,3%) penalizam fortemente o pai e a mãe que não a cumprem, enquanto os maridos afiguram-se mais tolerantes, embora 66,7% destes reprovem fortemente o seu não cumprimento, quer pelo pai, quer pela mãe. Nas gerações dos 30-39, 40-49 e 50-59, e de 60-69 anos a reprovação dos maridos e das esposas recai ligeiramente mais sobre o pai. Na geração dos 70 e mais anos, a situação inverte-se sendo as mães as mais reprovadas por ambos os cônjuges.

Porém, em termos globais, a análise da reprovação do pai e da mãe que não cumprem convenientemente as tarefas do papel socializante revela que as mães são mais penalizadas do que os pais, o que significa que a sociedade tem mais expectativas sobre a mãe no desempenho deste papel (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.B.).

7.2.1.2. O desempenho do papel da socialização

Ao compararmos o que se deve fazer (ou seja, quem deve fazer) com o que se faz (ou seja, quem faz) verificamos diferenças significativas entre a norma e o comportamento.

Quando se faz referência ao sexo dos filhos, e se pergunta quem efectivamente ensina às raparigas e aos rapazes as respectivas tarefas socializantes, a distribuição das percen-

tagens de respostas sofrem algumas alterações em relação às respostas referentes à definição normativa do papel (Ver Anexo V, Quadro Nº V.6.).

Em primeiro lugar chamamos a atenção para as percentagens relativamente elevadas de não respostas, principalmente em relação ao papel socializante do pai e da mãe em relação aos rapazes. As respostas dos pais (pai e mãe) revelam que ambos se empenham relativamente mais na socialização das raparigas do que na dos rapazes. Apesar da maior percentagem de respostas ser igualitária verifica-se, curiosamente, que, em termos globais, os pais responderam um pouco mais igualitariamente que as mães, principalmente na geração mais jovem) e que as mães tendem a autoresponsabilizar-se ligeiramente mais nestas tarefas do que os maridos as responsabilizam (Ver Anexo V, Quadros Nºs V.6.1. e V.6.2.).

Repare-se que, na análise global, as médias das respostas dos maridos e das esposas são, nestes dois casos concretos, algo diferentes das verificadas na definição normativa (Quadro Nº V.6., Anexo V). Em relação às filhas, ambos os cônjuges atribuem ligeiramente mais responsabilidade ao pai apenas nas tarefas de formação moral (ensiná-las a assumir responsabilidades e de castigá-las e discipliná-las). Nas restantes, ambos tendem a responsabilizar mais a mãe, recaindo sobre ela uma maior sobrecarga na socialização das filhas (Ver Anexo V, Quadro Nº V.6.1.).

Em relação à socialização dos rapazes, ambos os cônjuges atribuem maior responsabilidade ao pai em todas as tarefas,

excepto nas de formação social (de ensinar os filhos/rapazes a comer e vestir-se correctamente) recaindo estas mais sobre a mãe e na tarefa de ensinar os filhos a comportar-se, em que só os maridos responderam igualitariamente (Ver Anexo V, Quadro Nº V.6.2.). As esposas tendem a responsabilizar mais o pai do que a mãe nas tarefas de socialização dos rapazes. Em termos globais, estas respostas evidenciam alguma divisão sexual do papel socializante responsabilizando-se mais o pai pela socialização dos rapazes e ligeiramente mais a mãe pela socialização das filhas. A análise geracional permite-nos, porém, fazer várias leituras.

A análise do desempenho do papel socializante por gerações demonstra que:

- na geração mais jovem (20-29 anos), quer em relação às filhas, quer em relação aos rapazes, os maridos/pais revelam, maioritariamente, tendências mais igualitárias para todas as tarefas. Contrariamente, as esposas/mães consideram a mãe muito mais responsável que o pai no seu desempenho havendo percentagens consideráveis (na ordem dos 16%) a responder que só elas as desempenham. Estas revelam uma posição de superioridade em relação ao marido/pai no desempenho do papel socializante sendo muito mais intransigentes e autoconfiantes que as esposas/mães das outras gerações (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.1.A. e V.6.2.A.);

- na geração dos 30-39 anos, os maridos tendem a responsabilizar mais a mãe do que o pai na socialização das filhas, excepto na tarefa de formação moral (castigá-las e discipliná-

-las). As esposas responsabilizam mais o pai do que a mãe na socialização das filhas, quer em tarefas de formação moral, quer social (ensiná-las a comportar-se, a assumir responsabilidades, ajudá-las nos trabalhos da escola e castigá-las e discipliná-las).

Em relação aos rapazes os maridos desta geração consideram o pai relativamente mais responsável que a mãe apenas nas tarefas de ensiná-los a assumir responsabilidades e de castigá-los e discipliná-los, enquanto as esposas consideram a mãe mais responsável que o pai em todas as tarefas. Nesta geração parece haver uma troca de posições dos cônjuges/pais em relação ao sexo dos filhos. A mãe autoresponsabiliza-se mais na socialização dos rapazes enquanto o pai é mais responsabilizado pela socialização das raparigas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.1.A. e V.6.2.A.);

- na geração dos 40-49 anos ambos os cônjuges tendem a atribuir relativamente mais responsabilidade ao pai do que à mãe nas tarefas de ensinar as filhas a comportar-se, ensiná-las a distinguir o bem do mal, ensiná-las a assumir responsabilidades, ajudá-las nos trabalhos da escola e castigá-las e discipliná-las. Em relação aos rapazes, ambos os cônjuges atribuem mais responsabilidade ao pai do que à mãe, excepto na tarefa de ensinar os rapazes a comer e vestir-se correctamente em que só os maridos responderam de forma igualitária. Curiosamente, as esposas desta geração atribuem ao pai mais responsabilidade do que à mãe em todas as tarefas da socialização dos rapazes assumindo claramente uma posição de inferioridade

no papel socializante (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.1.A. e V.6.2.A.);

- na geração dos 50-59 anos, em relação às raparigas, os maridos atribuem maior responsabilidade à mãe do que ao pai em todas as tarefas, excepto na de castigá-las e discipliná-las, enquanto as esposas atribuem maior responsabilidade ao pai do que à mãe em todas as tarefas, excepto na de ensinar as filhas a comer e vestir-se correctamente. Em relação aos rapazes, ambos os cônjuges atribuem ao pai mais responsabilidade que à mãe em todas as tarefas. Nesta geração, tal como na anterior, as esposas assumem claramente uma situação de inferioridade em relação aos maridos no papel socializante (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.1.A. e V.6.2.A.);

- na geração dos 60-69 anos a situação inverte-se em relação às duas gerações anteriores. Em relação às filhas os maridos/pais atribuem mais responsabilidade à mãe do que ao pai em todas as tarefas, excepto nas de ajudá-las a fazer os trabalhos da escola e de castigá-las e discipliná-las. Por sua vez, as esposas/mães responsabilizam mais a mãe do que o pai em todas as tarefas. Em relação aos rapazes, os maridos atribuem à mãe mais responsabilidade que ao pai em todas as tarefas, enquanto as esposas se autoresponsabilizam mais em todas elas, excepto nas de formação moral (ensinar os rapazes a assumir responsabilidades e castigá-los e discipliná-los). Nesta geração a esposa/mãe assume e é reconhecida pelo marido/pai como tendo uma posição de grande responsabilidade nas tarefas de socialização das raparigas e dos rapazes, embora na formação moral das filhas o pai tenda a responsabilizar-se um

pouco mais do que a mãe (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.1.A. e V.6.2.A.);

- na geração dos 70 e mais anos, quer em relação às filhas, quer em relação aos rapazes, ambos os cônjuges atribuem mais responsabilidade à mãe do que ao pai em todas as tarefas de socialização. Os maridos/pais desta geração revelam nitidamente um maior distanciamento em relação às tarefas socializantes delegando-as às esposas/mães. Por sua vez, estas assumem e é-lhes reconhecida pelos maridos uma posição de superioridade no desempenho deste papel (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.1.A. e V.6.2.A.).

Em suma, a análise geracional revela frequentemente que o sexo da criança é uma variável importante na interação pais/filhos deixando transparecer que existem expectativas diferentes para os rapazes e para as raparigas estabelecendo relações diferenciadas (segundo as gerações) conforme o sexo da criança.

No que respeita à ajuda aos pais no desempenho das tarefas de socialização, a percentagem de não respostas é bastante elevada (entre 69,5% e 72,6%), o que pressupõe que a grande maioria não recebeu quaisquer ajudas no seu desempenho (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.C.). Todavia, em termos globais, para os que responderam ter recebido alguma ajuda, as maiores percentagens vão para a escola ou outra organização (entre 4,7% e 8,4%) e para os não familiares (provavelmente, avós, entre 6,8% e 7,9%), para as irmãs ou irmãos mais velhos (entre 5,8% e 8,4%) e, finalmente, com percentagens bastante mais

baixas, os avós (entre 1,1% e 2,1%). Estas respostas revelam que estas famílias são, essencialmente, nucleares havendo algumas esposas/mães, que trabalhando fora de casa, recorreram a ajudas exteriores à família.

A análise geracional das ajudas aos pais nas tarefas socializantes revela que:

- na geração dos 20-29 anos, 100% dos inquiridos (HM) não responderam. Este facto leva-nos a crer que, tendo filhos, não beneficiam de qualquer ajuda, ou que um dos cônjuges está desempregado, ou que ambos os cônjuges conseguem alternadamente partilhar estas tarefas. Note-se que os maridos/pais desta geração responderam de forma muito mais igualitária que as esposas no desempenho destas tarefas, autoresponsabilizando-se e considerando-se aptos a fazê-lo;

- nas restantes gerações verifica-se que os casais beneficiam ou beneficiaram de algumas ajudas nas tarefas socializantes. Entre elas, as que apresentam maiores percentagens são as de não familiares, escola e outras instituições, filhos mais velhos que ajudam os irmãos mais novos, e finalmente os avós das crianças (mais a avó do que o avô), sendo as gerações dos 30-39 e a dos 60-69 anos as que mais beneficiaram desta última ajuda na socialização dos seus filhos. Curiosamente, os maridos/pais da geração dos 70 e mais anos responderam que beneficiaram mais da ajuda de não familiares (17,6%) do que qualquer outra geração (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.3.C.). As respostas destes maridos/pais levam-nos a pensar que eles próprios admitem que as tarefas de socialização dos seus

filhos foi em grande medida desempenhada pela sociedade (amigos e/ou vizinhos) uma vez que estes viveram a sua juventude e uma parte da idade adulta no alentejo, beneficiando das regras de convivência da sociedade tradicional e/ou de interconhecimento. Por outro lado, as respostas das esposas/mães da geração de 70 e mais anos são totalmente contrárias às dos maridos, ou seja, afirmam não ter beneficiado de quaisquer (0%) ajudas de não familiares. Recorde-se que estas consideraram-se muito mais envolvidas do que os maridos nas tarefas do papel socializante. Tudo leva a crer que estas esposas/mães tenham uma percepção diferente, provavelmente mais perspicaz que a dos maridos/pais sobre a participação/ajuda dos não familiares na socialização dos seus filhos.

Fazendo uma análise de conjunto, e, a avaliar pelas elevadas percentagens de não respostas em todas as gerações, ficamos com a percepção de que ambos os cônjuges/pais não são, nem foram, muito ajudados no desempenho deste papel. Por outro lado, podemos admitir a hipótese dos pais (pai e mãe) não gostarem de delegar tais tarefas a pessoas que não pertençam à esfera familiar, considerando que estas devem desempenhar-se em casa atribuindo grande parte dessa responsabilidade aos próprios pais (assunto a discutir mais adiante quando nos referirmos à identificação com o papel).

7.2.1.2.1. - Estilos de desempenho

Os estilos de desempenho são uma dimensão importante do papel socializante, uma vez que, por um lado, evidenciam estratégias dos pais no desempenho do papel, por outro, revelam formas de interação pais/filhos. Para analisarmos os estilos perguntámos aos pais (pai e mãe) como procederiam com a criança em três circunstâncias diferentes (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 21):

- (A) o que faria para conseguir que o seu filho/filha entre 8 a 10 anos fizesse o que você pretendia, caso ele/ela não concordasse consigo;

- (B) se um dos seus filhos/filhas partisse acidentalmente um objecto que você aprecia muito, o que faria;

- (C) se um dos seus/suas filhos/filhas lhe desobedecesse intencionalmente depois de você lhe mandar fazer qualquer tarefa, o que faria.

Estas questões destinam-se a identificar os comportamentos mais comuns dos pais para conseguir o consenso dos filhos (A), na aplicação de castigos em caso de comportamento accidental das crianças (B) e na aplicação de castigos em caso de desobediência deliberada (C).

As cinco categorias de respostas dos pais e das mães que apresentam as maiores percentagens têm intervalos razoáveis revelando alguma heterogeneidade entre os comportamentos dos

pais/homens e os das mães. No geral, os cinco comportamentos mais comuns para as três situações (A, B e C) foram os de discutir o problema (entre 12,5% e 42,2%), ralhar e/ou gritar (entre 8,9% e 29,8%), diminuir a mesada (entre 4,4% e 12,6%), ignorar o comportamento (entre 6,7% e 13,3%) e lembrar a criança do que faz (entre 2,4% e 13,3%). As respostas menos assinaladas foram as de reduzir o afecto e de isolar a criança (ambas entre 0% e 1,0%) Estas respostas correspondem a indivíduos das classes de rendimento mais baixas. Por outro lado, as não respostas atingem percentagens relativamente elevadas (entre 4,4% e 25%), pertencendo os valores mais altos às mães de escalão de rendimento mais elevado. Este facto reduz substancialmente o rigor da nossa interpretação. Todavia, a leitura geral e imediata do Quadro Nº V.6.4. (Anexo V) permite-nos identificar algumas diferenças nos comportamentos dos pais e das mães em relação aos filhos consoante a gravidade das situações.

Fazendo uma análise mais detalhada das várias situações por sexos e escalões de rendimento (< ou = 89.000\$00 e > ou = a 90.000\$00) verifica-se que na situação (A), ou seja, de procurar estabelecer consensos, o comportamento mais assinalado pelos pais e pelas mães de ambos os escalões foi o de discutir o problema (entre 25,0% e 42,2%), em segundo lugar, para os pais/homens do escalão inferior, foi o de ralhar ou gritar, e, em terceiro lugar, diminuir a mesada. As mães do escalão superior são relativamente mais duras que as do escalão mais baixo e do que os pais, utilizando simultaneamente (em 12,5%

dos casos) a diminuição da mesada, lembrar a criança do que faz e recusar-lhe privilégios.

Na situação (B) onde se pretende avaliar os castigos aplicados por um comportamento acidental, pais e mães de ambos os escalões de rendimento tendem mais a discutir o problema e ralhar e gritar, enquanto as mães do escalão mais elevado adoptam simultaneamente (com a mesma percentagem, 12,5%) ralhar e gritar, diminuir a mesada, discutir o problema, fazer a criança sentir-se culpada e lembrá-la do que faz. Mais uma vez as mães, e principalmente as do escalão de rendimento mais elevado, tendem a utilizar maior número de castigos do que os pais/homens, o que pressupõe que se preocupam mais com o comportamento e disciplina dos seus filhos.

Na situação (C) onde se pretende analisar os tipos de castigos nos casos de desobediência deliberada, os pais/homens de ambos os escalões de rendimento tendem, em primeiro lugar, a discutir o problema (entre 29,1% e 26,7%), em segundo, ralhar ou gritar (entre 28,2% e 24,4%) e em terceiro, diminuir a mesada (entre 9,7% e 6,7%). As mães do escalão mais baixo, em primeiro e segundo lugares procedem da mesma forma que os pais (homens) do seu escalão, em terceiro lugar, 10,7% responde que ignora o comportamento, 7,1% bate (única situação em que a percentagem deste comportamento é a mais elevada). Entre as mães do escalão mais elevado, a maior percentagem (25,0%) ralha e grita e, simultaneamente, em segundo lugar (com iguais percentagens, 12,5%) responderam que diminuem a mesada, ignoram o comportamento, discutem o problema e lembram a criança do que faz. Note-se que as mães e os pais pertencentes ao

escalão de rendimento mais baixo são os que mais batem nos filhos sendo também os pais/homens deste escalão os únicos a responder que isolam a criança.

A análise geral destas respostas levam-nos a admitir que existe neste universo e nos dois escalões de rendimento, dois tipos de comportamentos das mães, as que tendem mais a ignorar os comportamentos dos filhos e as que tendem a castigá-los mais, ou seja, de forma mais diversificada e talvez mais rigorosa do que os pais. As esposas/mães mais activas no papel socializante utilizam estratégias diferentes das dos maridos/ pais aplicando simultaneamente vários tipos de castigos, estabelecendo formas mais diversificadas de interacção com os filhos. Por outro lado, os pais/homens de todas as gerações, à excepção dos mais jovens tendem a ignorar menos os comportamentos dos filhos nas várias situações do que as mães.

A análise geracional permite-mos complementar a leitura anterior e averiguar o rigor dos pais e das mães nos estilos de desempenho do papel socializante (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.4.A. - Situações A, B e C).

A geração mais nova (20-29 anos), tem crianças de tenra idade não tendo ainda enfrentado os problemas educacionais que os filhos mais velhos levantam aos pais. Esse motivo poderá explicar, em parte, a diferença de comportamentos desta geração em relação às restantes. Por exemplo, nas situação (A) e (B) os pais/homens tendem exclusivamente (100%) a discutir o problema, enquanto a maior percentagem de mães (33,3%) prefere, na situação (A) ignorar o comportamento. Por outro lado,

as que tomam uma atitude responderam com igual percentagem (16,7%) que discutem o problema, fazem a criança sentir-se culpada, lembram-lhe o que ela faz ou utilizam outro comportamento. Na situação (B) 33,3% das mães responderam que ignoram o comportamento, enquanto outras 33,3% responderam que fazem a criança sentir-se culpada, e, em segundo e terceiro lugares (com a mesma percentagem, 16,7%), responderam que discutem o problema e utilizam outro comportamento.

Na situação (C) nenhum dos pais/homens ignora o comportamento. A maioria deles (66,7%) respondeu que discute o problema e em segundo lugar (33,3%) recusa privilégios. Quanto às mães, 33,3% responderam que ignoram o comportamento, 33,3% recusam privilégios enquanto 16,7% fazem a criança sentir-se culpada e utilizam outro comportamento. As mães desta geração, tal como os pais, preferem não bater utilizando vários castigos. Os pais/homens parecem ser incomparavelmente mais brandos, talvez para preservar uma melhor interacção com os filhos pequenos preferindo que seja a mãe a aplicar os castigos, provavelmente por lidarem mais de perto com eles.

Na geração dos 30-39 anos os pais/homens são mais intervenientes do que os da geração anterior nas três situações (A, B e C) e talvez mais actantes que as mães da sua geração. As percentagens dos que responderam ignorar o comportamento foram, respectivamente, 22,2%, 16,7% e 22,2%, enquanto as das mães foram de 10,0%, 16,7% e 10,0%. Na situação (A) os pais e as mães tendem, em primeiro lugar, a discutir o problema (44,4% H e 43,3% M). Em segundo e terceiro lugares, os pais/homens ralham ou gritam e lembram à criança o que ela faz

(11,1%) e/ou utilizam outro comportamento (5,6%), enquanto 10% das mulheres responderam que diminuem a mesada, 3,3% fazem a criança sentir-se culpada, lembram-lhe o que ela faz ou utilizam outro comportamento. Na situação (B) os pais e as mães tendem mais para gritar ou ralhar (33,3% e 40,0%, respectivamente), seguindo-se 22,2% dos pais/homens que discute o problema e diminui a mesada, 11,1% reduz a mesada e lembra à criança o que ela faz e 5,6% utiliza outro comportamento. Entre as mães, 29,2% responderam que discutem o problema, 6,7% reduzem a mesada e fazem a criança sentir-se culpada e apenas 3,3% lembram à criança o que ela faz, recusam privilégios ou utilizam outro comportamento. Os pais/homens desta geração por terem filhos mais crescidos (adolescente) sentem-se visivelmente mais responsabilizados e talvez mais autorizados que as mães para actuar no papel socializante.

Nas gerações seguintes (40-49, 50-59 e 60-69 anos) os comportamentos dos pais e das mães são mais intervenientes e mais duros do que nas gerações anteriores, aumentando ligeiramente as percentagens de pais e mães que aplicam vários tipos de castigos. As mães tendem, mais do que os pais, a fazer a criança sentir-se culpada lembrando-lhe o que ela faz, sendo, porém muito fraca a percentagem das que responderam que reduzem o afecto (apenas 1,4% dos 40-49 anos). A redução do afecto pelos pais/homens atinge valores reduzidos mas relativamente mais elevados que os das mães, oscilando entre 1,5% na geração dos 40-49 anos, 1,8% na geração dos 50-59 anos e 3,2% na geração dos 60-69 anos. O isolamento da criança é uma prática que apenas foi mencionada por 3,2% dos pais/homens da

geração dos 60-69, sendo estes os que tratam os filhos com mais dureza. Estas gerações, principalmente as duas mais idosas, correspondem ao período em que o homem era reconhecido como o verdadeiro chefe da família fazendo exercer a sua autoridade.

Em todas as gerações, excepto na dos 30-39 anos e na dos 70 e mais anos, a mãe parece ser mais interveniente que o pai na aplicação dos castigos. Na situação (A), em que os pais (pai e mãe) procuram o consenso da criança, apenas 1,5% dos pais e 4,3% das mães da geração dos 40-49 anos e 4,2% das mães da geração dos 60-69 anos responderam que batiam.

Na situação (B), em que os pais castigam as crianças por um comportamento accidental, apenas responderam que batiam 1,5% dos pais/homens e 4,3% das mães da geração dos 40-49 anos, 1,8% dos pais dos 50-59 anos e 3,2% dos pais e 4,2% das mães dos 60-69 anos.

Na situação (C), em que os pais (pai e mãe) castigam os filhos por desobediência deliberada, as percentagens de pais e mães que responderam que batiam é superior à da situação (B), oscilando entre 1,5% e 7,1% em todas as gerações, excepto na dos 20-29 anos e as mães da geração de 70 e mais anos. As maiores percentagens de mães que batem nos filhos, mediante a situação (C), pertencem à geração dos 40-49 anos (7,1%) e dos 60-69 anos (4,2%), enquanto as dos pais/homens situam-se na dos 30-39 anos (5,6%) e na dos 70 e mais anos (5,9%).

Em termos genéricos pode dizer-se que a maioria dos pais (pai e mãe) prefere castigar sem recorrer à violência física, mesmo em caso de desobediência deliberada. A redução do afecto, embora pouco mencionada, é mais frequente nos pais do que nas mães, atingindo o valor mais elevado nos pais/homens da geração dos 60-69 anos, assim como o isolamento da criança que apenas é referido por 3,2% dos pais/homens da mesma geração. Estes, por serem os que mais recorrem ao exercício da autoridade, à violência física e ao isolamento da criança afiguram-se-nos como os que castigam mais duramente as crianças, prejudicando a interacção pai/filhos.

Para avaliarmos as dificuldades que os casais sentem ao educar os seus filhos, analisemos as respostas dos cônjuges sobre as reacções dos pais e das mães quando contam um ao outro as dificuldades que sentem no desempenho dessa tarefa (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.). Em todas as gerações é maior a percentagem de pais do que de mães que contam ao cônjuge os problemas sentidos na educação dos filhos. As mães parecem queixar-se menos, excepto as da geração dos 60-69 anos, que corresponde àquela em que os homens recorrem mais à violência física e exercem mais autoridade nas tarefas socializantes. Por outro lado, a geração dos 30-39 anos regista a maior percentagem de cônjuges que contam os problemas um ao outro, enfrentando os problemas da adolescência dos filhos, e, em segundo lugar a dos 60-69 anos. Curiosamente estas duas gerações correspondem àquelas em que os pais/homens se afiguram mais intervenientes nas tarefas socializantes.

Em geral, a maioria dos pais (50,4%) e das mães (51,3%) ouvem as queixas e mostram-se compreensivos quando o cônjuge lhes põe os problemas havendo 17,4% dos maridos e 14,8% das mulheres que tentam entreajudar-se na sua resolução. Repare-se, porém, que 9,1% dos maridos e 10,4% das esposas responderam que o cônjuge ouve mas não faz nada. Por outro lado, o número de não respostas é apreciável (14,9% dos homens e 13,9% das mulheres), estando estas mais concentradas nas gerações dos 40-49, 50-59, 60-69 e 70 e mais anos, impedindo-nos de conhecer melhor as suas reacções nesta situação.

Fazendo uma análise mais detalhada destes pormenores, por gerações, verifica-se que (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.):

- na dos 20-29 anos os cônjuges responderam igualmente, mostrando-se ambos compreensivos, tentando entreajudar-se (50%/H e 50%/M);

- na geração dos 30-39 anos é maior a percentagem de maridos (77,8%) do que a das esposas (66,7%) que exprime ao cônjuge ter problemas na educação dos filhos. Este valor leva-nos a crer que os pais/homens desta geração preocupam-se bastante com a educação dos filhos revelando, pelo menos aparentemente, mais preocupações a esse respeito do que as mães. No entanto, metade dos maridos (50%) responderam que as esposas mostravam-se compreensivas, mas apenas 21,4% deles responderam que as estas procuravam ajudá-los a resolver tais problemas. Quanto às esposas, 80% responderam que os maridos mostravam-se compreensivos, mas só 15% delas disseram que estes as ajudavam (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.).

A análise global das respostas dos indivíduos desta geração revela que os pais e as mães sentem que a sociedade tornou-se mais exigente e competitiva apelando a um desempenho mais responsável da parte deles em relação à educação dos filhos. Comparando esta geração com as restantes, excepto a dos 20-29 anos, estes casais revelam maior preocupação com a educação dos filhos procurando empenhar-se mais nessa tarefa, esforçando-se para acompanhar e corresponder, dentro das suas capacidades, ao aumento das exigências da sociedade (e das instituições sociais) em relação à educação dos filhos. Por outro lado, os maridos parecem confiar nas esposas, que embora menos queixosas, auxiliam-nos mais a educar os filhos do que estes as ajudam. Esta análise permite-nos concluir que as mães desta geração têm, na verdade, um papel muito mais activo do que as análises anteriores (das normas e do desempenho) deixam transparecer (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.);

- na geração dos 40-49 anos a situação é relativamente idêntica à da geração anterior, embora, em termos percentuais, as confidências aos cônjuges sejam inferiores e de valores mais próximos entre ambos os sexos, sendo relativamente superior a percentagem de maridos que confidenciam com as esposas (55,4% dos maridos contra e 52,9% das esposas). Em termos relativos esta geração parece ter sentido menos problemas com a educação dos filhos do que a anterior. Mais uma vez, os maridos revelam que as esposas são mais compreensivas do que eles. Apesar disso, só 15% destes responderam que as esposas tentam ajudá-los. Em relação às esposas, 48,8% responderam que os maridos mostram-se compreensivos e 18,6% revelaram que estes

tentam ajudá-las a resolver os seus problemas na educação dos filhos, o que corresponde a um valor ligeiramente superior ao revelado pelas mulheres da geração anterior (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.).

Em termos genéricos, grande parte dos pais desta geração demonstram-se preocupados com a educação dos filhos, embora em menor percentagem do que os da geração anterior (30-39 anos). Entre as esposas que revelam aos maridos os seus problemas, a percentagem das que responderam que os maridos tentam ajudá-las (20,9%) é superior à da geração anterior. Este resultado poderá significar que os pais/homens desta geração reconhecem-se e/ou são, em parte, reconhecidos pelas mulheres como tendo mais autoridade e maior responsabilidade para o fazer;

- na geração dos 50-59 anos mais de metade dos cônjuges responderam que contam um ao outro as suas preocupações com a educação dos filhos (55,4% dos maridos e 52% das esposas). A partir desta geração verifica-se um aumento das percentagens de cônjuges que responderam que o marido e/ou a esposa ouvem as lamentações mas não fazem nada para ajudar. As mulheres parecem sentir-se mais prejudicadas nessa tarefa, uma vez que apenas 6,9% responderam que os maridos tentam ajudá-las a resolver os problemas educacionais dos seus filhos, enquanto 15,6% dos homens disseram que as esposas os ajudam (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.).

Confirma-se novamente, à semelhança das duas gerações anteriores, que as mães parecem estar mais directamente envol-

vidas no desempenho das tarefas de educação dos filhos do que os pais/homens;

- na geração dos 60-69 anos a situação altera-se ligeiramente, em relação às anteriores, sendo um pouco superior a percentagem de mulheres que contam aos maridos as suas preocupações na educação dos filhos (61,3% dos homens e 62,5% das mulheres). Comparativamente às gerações anteriores, verifica-se uma percentagem superior de mulheres (12,5%) a queixar-se que os maridos ouvem as suas lamentações mas não fazem nada para as ajudar, apenas 37,5% dos maridos mostram-se compreensivos (enquanto estes responderam que 42,9%, das mulheres o são), 12,5% das mães revelaram que os maridos preferem não ser aborrecidos com esses problemas e apenas 12,5% delas disseram que os maridos tentam ajudá-las (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.).

Estes casais viveram grande parte da sua vida na sociedade tradicional e/ou de interconhecimento, em que o homem passava mais tempo na rua do que em casa com a família, enquanto a mulher dedicava-se quase exclusivamente ao arranjo da casa e a cuidar dos filhos. Apesar da mudança de meio social (passagem do meio rural para o meio urbano) conservaram posteriormente os mesmos hábitos. A análise global das respostas dos casais desta geração permite-nos concluir que embora o pai se preocupasse com a educação dos filhos, comparando o seu comportamento com os pais/homens das gerações analisadas anteriormente, revelam nitidamente uma maior abstenção e afastamento no desempenho das tarefas da educação dos filhos de-

legando a maior responsabilidade na esposa/mãe (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.);

- na geração de 70 e mais anos verifica-se, pela primeira vez, que menos de metade dos cônjuges revelam um ao outro os problemas sentidos na educação dos filhos. Surgem também as percentagens mais elevadas de cônjuges que ouvem as lamentações mas não fazem nada para resolver os problemas (33,3% dos homens dizem que as esposas ouvem mas não fazem nada enquanto 60% destas têm as mesmas queixas em relação aos maridos). Estes casais apresentam as maiores taxas de analfabetismo, principalmente das mulheres. Os maridos desta geração, a avaliar pelas respostas das esposas, correspondem aos que menos se preocuparam com a educação dos filhos. Repare-se que 0% das mulheres responderam que os maridos mostravam-se compreensivos e/ou que estes tentavam ajudá-las. Contrariamente 33,3% dos homens revelaram que as esposas mostravam-se compreensivas embora 0% deles respondesse que as mulheres tentavam ajudá-los. Obviamente, elas não os ajudavam porque eles também não se empenhavam nessa tarefa, esta era exclusiva da esposa. Só assim se compreende que ambos os cônjuges respondessem que não se entreajudavam nessa tarefa (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.5.). Esta resposta parece ser sintomática de que a educação dos filhos, que teve lugar na sociedade tradicional, de interconhecimento, de fortes relações de vizinhança, era, em grande medida exterior à família e mais da responsabilidade da sociedade que se encarregava de nivelar os padrões de comportamento.

Em suma, a análise por grupos de idade dos estilos de desempenho do papel socializante e, nomeadamente, das reacções dos cônjuges/pais face aos problemas da educação dos filhos, revela-nos que se registaram mudanças significativas nos comportamentos e nas atitudes dos casais ao longo das várias gerações, registando-se progressivamente, à medida que nos aproximamos da gerações mais jovens, um maior empenhamento e responsabilização dos pais, ou seja, da família, na educação dos filhos. Em todas as gerações, embora na mais jovem, não pareça a esposa/mãe permanece sempre mais envolvida que o marido/pai no desempenho desta tarefa.

7.2.1.2.2. - A competência no desempenho do papel socializante, o esforço, a identificação e o conflito do papel

Para analisarmos a competência dos casais no desempenho do papel socializante pedimos a ambos os cônjuges que se auto-avaliassem e que se avaliassem reciprocamente (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 23). As respostas a esta questão encontram-se no Anexo V, Quadros Nº V.6.6.

A análise global das respostas por sexos, revela que as maiores percentagens de maridos/pais e de esposas/mães, quer na autoavaliação, quer na avaliação recíproca classificaram-se nas categorias "educa bem" e "educa razoavelmente" (na ordem dos 30% a 35,1%). As mulheres tendem a autoavaliar-se mais favoravelmente que os homens, nomeadamente na categoria "educa

excepcionalmente bem" (12,6% das mulheres contra 9,5% dos homens). Por outro lado, 17,4% dos maridos e 16,2% das esposas admitem que os pais/homens educam os filhos melhor que a média. Nesta categoria os homens tendem a sobreavaliar-se mais do que as mulheres (17,4% e 13,1%, respectivamente. Na categoria "não educa muito bem" 3,7% dos maridos e 3,7% de esposas autoavaliaram-se como tal, embora em relação à avaliação do cônjuge fossem relativamente mais benevolentes (2,1% dos homens responderam que as esposas não educam muito, enquanto 3,1% destas revelaram o mesmo em relação aos maridos). Lembremos, porém, que estas respostas podem estar algo viciadas, uma vez que houve muitos casais em que ambos os cônjuges estavam presentes assistindo às respostas um do outro. Este facto permite-nos admitir que, para evitar susceptibilidades no relacionamento do casal, algumas dessas respostas podem estar qualitativamente sobreavaliadas em relação à realidade enquanto outros não responderam. As não respostas surgem apenas nas gerações dos 40-49, 50-59, 60-69 e 70 e mais anos, sendo as duas últimas as que apresentam maiores percentagens, principalmente na avaliação do cônjuge.

Vejamos, mais pormenorizadamente, em que medida a análise geracional nos permite fazer leituras diferentes da autoavaliação e da avaliação recíproca dos cônjuges (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.):

- na geração dos 20-29 anos, 33,3% dos maridos e 50% das esposas consideram que educam os filhos melhor do que a média dos pais, 66,7% dos homens e 33,3% das mulheres consideram que educam bem e 16,7% das mulheres e 0% de homens consideram que

educam razoavelmente. Estes 17,6% de esposas que se autoclassificaram como educadoras razoáveis, revelam um certo descontentamento em relação ao seu próprio desempenho levando-nos a admitir duas hipóteses; por um lado, elas poderão ser mais exigentes em relação às expectativas das mães na educação dos filhos do que os maridos/pais, não se sentindo, porém, devidamente preparadas para desempenhar melhor o papel, ou, por outro lado, poderá significar que não se identificam muito com o papel (assunto a abordar mais adiante).

Em relação à avaliação recíproca, 33,3% dos maridos e 50% das esposas consideram os cônjuges como educadores melhores que a média (as esposas manifestam-se relativamente mais tolerantes para os maridos do que estes o são para elas), 66,7% dos homens e 33,3% das mulheres consideram o cônjuge como bom educador, havendo 0% de homens e 16,7% de mulheres (as mesmas que referimos anteriormente) a responder que o seu cônjuge educa razoavelmente. Esta geração (20-29 anos) é, em relação às restantes, a única em que nenhum dos cônjuges se autoclassifica como educador excepcional, nem reconhece o cônjuge nessa categoria. Pela sua inexperiência em matéria educativa, e pelo facto de terem crianças de tenra idade, apenas conhecem os problemas educacionais dos filhos na fase pré-ecolar, não sendo ainda confrontados com os da fase escolar e da adolescência. Estes casais vivem na expectativa de conseguir aprender e aperfeiçoar-se à medida que os filhos crescem. Em termos globais a avaliação de ambos os cônjuges, recíproca e não recíproca, é, aparentemente boa em termos qualitativos. A totalidade destes maridos (100%) autoclassifica-se como melhores

educadores que as esposas (83,3%) embora elas não os classifiquem dessa forma (houve 83,3% das mulheres que consideram os maridos como bons educadores e 16,7% como educadores razoáveis). Esta divergência nas respostas leva-nos a crer que as esposas/mães desta geração são mais exigentes que os maridos/pais na educação dos filhos, penalizando-se mais a si próprias e o cônjuge (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.);

- na geração dos 30-39 anos 16,7% dos maridos e das esposas classificam-se a si e aos cônjuges como educadores excepcionais, 27,8% dos homens e 3,3% das mulheres autotransformam-se em educadores melhores do que média, 44,4% dos homens e 53,3% das mulheres consideram-se bons educadores, 5,6% dos homens e 23,3% das mulheres consideram que educam razoavelmente e 5,6% dos homens e 3,3% das mulheres responderam que não educam muito bem. Em suma 88,9% dos homens e 73,3% das mulheres autotransformam-se de bons educadores, enquanto 11,2% dos maridos e 26,6% das esposas autoavaliam-se como educadores menos bons. Curiosamente, em termos genéricos, os maridos/pais desta geração, em conformidade com as suas respostas na definição normativa do papel socializante, tendem a sobrestimar-se mais do que as esposas/mães (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.).

Na avaliação recíproca, 16,7% dos maridos e 16,7% das esposas consideram o cônjuge como educador excepcional, 27,8% dos homens e 6,7% das mulheres classificam o cônjuge como educador melhor do que a média, 44,4% dos homens e 46,7% das mulheres consideram o cônjuge como bom educador, 5,6% dos homens e 26,7% das mulheres consideram o cônjuge como educador

razoável, 5,6% dos homens e 0% das mulheres respondem que o cônjuge não educa muito bem e 3,3% das e 0% dos homens revelam que o cônjuge não está apto para educar. Resumindo, 88,9 % dos maridos reconhecem as esposas como boas educadoras enquanto apenas 70,1% destas consideram os maridos como tal. Estes valores revelam que os maridos/pais tendem a classificar-se a si e as esposas/mães qualitativamente melhor do que elas se classificam a si e os maridos. Esta avaliação pressupõe que as esposas/mães desta geração, tal como as da anterior, têm, aparentemente, expectativas mais ambiciosas do que os maridos/ /pais sobre a educação dos filhos, assumindo-se mais críticas e responsáveis, demonstrando que são muito mais activas do que eles no desempenho deste papel. Curiosamente, esse desempenho é reconhecido pelos maridos/pais apesar destes se terem auto-classificado como melhores educadores do que elas. Na verdade as esposas/mães desta geração não reconhecem os cônjuges como tal (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.);

- na geração dos 40-49 anos, 6,2% dos maridos e 4,3% de mulheres não responderam, 10,8% dos homens e 11,4% das mulheres responderam que educam excepcionalmente bem, 15,4% dos homens e 18,6% das mulheres consideram-se melhores educadores que a média, 33,8% dos homens e 37,1% das mulheres classificam-se como bons educadores, 30,8% dos homens e 27,1% das mulheres autoclassificam-se como educadores razoáveis, 3,1% dos homens e 1,4% das mulheres consideram que não educam muito bem, enquanto 6,2% de homens e 4,3% de mulheres não responderam. A maioria dos maridos (60%) e das esposas (67,1%) vêem-se como bons educadores, enquanto 33,9% dos homens e 28,5%

das mulheres autoclassificam-se como menos bons, o que nos parece uma percentagem elevada. Apesar disso, a maioria dos pais (pai e mãe) consideram-se bons educadores dos seus filhos. Contrariamente ao que sucede nas duas gerações anteriores, a percentagem de esposas/mães da geração dos 40-49 anos autoclassificam-se como boas educadoras sendo o único caso em que esta percentagem supera a dos maridos/pais (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.).

Na avaliação recíproca, 63,1% dos maridos e 65,7% das esposas consideram os cônjuges bons educadores. Por outro lado 30,7% dos maridos e 28,5% das esposas consideram os cônjuges educadores menos bons. Neste caso as esposas classificam mais favoravelmente os maridos do que estes as classificam. Apesar do resultado desta avaliação, a maioria dos maridos/pais reconhece que as esposas/mães educam bem os seus filhos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.);

- na geração dos 50-59 anos, 8,9% dos maridos e 14% das esposas classificam-se como educadores excepcionais, 16,1% dos homens e 12% das mulheres responderam que educam melhor que a média, 41,1% dos homens e 26% das mulheres consideram que educam bem, 32,1% dos homens e 42% das mulheres classificam-se como educadores razoáveis, 0% de homens, 2% das mulheres afirmam que não educam muito bem os seus filhos, enquanto 1,8% de maridos e 4% de esposas não responderam. Resumidamente, 66,1% dos homens 52% das mulheres consideram-se bons educadores, enquanto 32% dos homens e 44% das mulheres autoclassificaram-se como educadores menos bons. Mais uma vez, os maridos tendem a sobrestimar-se, contrariamente às esposas, sendo até

agora a geração em que aparece a maior percentagem de esposas/mães que se classificam como educadoras menos boas. Admite-se que nesta geração, por haver muitas mulheres analfabetas e com instrução primária incompleta, a sua auto-estima, poderá, de algum modo, ser afectada pelo seu baixo nível educacional, levando grande parte delas a subestimar-se e/ou a tomar consciência das suas fracas potencialidades como educadoras dos filhos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.).

Na avaliação recíproca, 7,1% dos maridos e 14% das esposas classificaram os cônjuges como educadores excepcionais, 17,9% dos homens e 12% das mulheres consideram os cônjuges melhores educadores do que a média, 41,1% dos homens e 26% das mulheres consideram os cônjuges bons educadores, 30,4% dos homens e 42% das mulheres classificaram os cônjuges como educadores razoáveis, 0% dos homens e 2% das mulheres consideram que os cônjuges não educam muito bem, enquanto 3,6% de homens e 4% de mulheres não responderam. Em suma, 66,1% dos maridos e 52% das esposas classificaram os cônjuges como bons educadores, enquanto 30,4% dos homens e 44% das mulheres classificaram-nos como menos bons. Estas respostas provam, mais uma vez, que na avaliação recíproca, os maridos tendem a classificar as esposas qualitativamente melhor do que estas os classificam. Daqui conclui-se que estas esposas/mães não estão satisfeitas com o seu desempenho, nem com o dos maridos, no papel educativo dos filhos, penalizando-se a si e os maridos. Estas afiguram-se as mais conscientes da má preparação de ambos os cônjuges/pais para o exercício das tarefas socializantes dos seus filhos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.);

- na geração dos 60-69 anos, 6,5% dos maridos e 12,5% das esposas consideram-se educadores excepcionais, 19,4% dos maridos e 4,2% das esposas classificam-se como educadores melhores que a média, 12,9% dos maridos e 29,2% das esposas responderam que educam bem, 35,5% dos maridos e 41,7% das esposas consideram que educam razoavelmente, 12,9% dos maridos e 8,9% das esposas consideram que não educam muito bem, enquanto 12,9% dos maridos e 4,2% das esposas não responderam. Em resumo, apenas 38,8% dos maridos/pais e 41,7% das esposas/mães se autot classificam como bons educadores, não atingindo metade do total dos cônjuges de ambos os sexos. Por outro lado, 48,4% de homens e 50% das mulheres classificaram-se como educadores menos bons, valores nunca atingidos nas gerações analisadas anteriormente. Estas respostas revelam que a maioria dos maridos/pais e das esposas/mães têm plena consciência de que não estão preparados para educar suficientemente bem os seus filhos. Esta geração é atingida por taxas elevadas de analfabetismo, principalmente das mulheres. Grande parte destas famílias viveu no alentejo até à idade adulta, saindo de lá com filhos ainda pequenos ou em idade escolar. A escola e a sociedade desempenhavam, na altura, o principal papel na educação das crianças, substituindo-se em grande medida ao desempenho da tarefa educativa que poderia e/ou deveria ser desempenhada e/ou complementada pelos pais (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.).

Na avaliação recíproca, 6,5% dos maridos e 8,3% das esposas classificam os cônjuges como educadores excepcionais, 19,4% dos maridos e 4,2% das esposas, responderam que os côn-

juges educam melhor do que a média, 12,9% dos maridos e 29,2% das esposas consideraram os cônjuges como bons educadores, 38,7% dos maridos e 41,7% das esposas classificam os cônjuges como educadores razoáveis, 6,5% dos maridos e 8,3% das esposas consideram que os cônjuges não educam muito bem, 3,2% dos maridos e 0% das esposas responderam que os cônjuges não estão aptos para educar, enquanto 12,9% dos maridos e 8,3% das esposas não responderam.

Em suma, apenas 38,8% dos maridos e 41,7% das esposas consideram que os cônjuges educam bem, enquanto 48,4% dos maridos e 50% das esposas classificam os cônjuges como educadores menos bons. Na avaliação recíproca, apesar de nenhum dos cônjuges/pais se considerar maioritariamente como bom educador, os maridos/pais classificam as esposas/mães qualitativamente mais mal do que estas classificam os maridos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.). Nesta geração a maioria dos cônjuges de ambos os sexos tem plena consciência da sua má preparação e do mau desempenho no papel socializante para, em termos educativos, assumir digna e plenamente um dos papéis mais importantes da paternidade.

- na geração dos 70 e mais anos, 5,9% dos maridos e 9,1% das esposas consideram que educam excepcionalmente bem, 11,8% dos maridos e 9,1% das esposas classificam-se como educadores melhores que a média, 35,3% dos maridos e 27,3% das esposas consideram que educam bem, 41,2% dos maridos e 27,3% das esposas revelam-se como educadores razoáveis, 0% dos maridos e 18,2% das esposas consideram que não educam muito bem, enquanto 5,9% dos maridos e 9,1% das esposas não responderam.

Por outras palavras, 53% dos maridos e 45,5% das esposas autoclassificam-se como bons educadores, enquanto 41,2% dos maridos e 45,5% das esposas consideram-se menos bons. Os maridos/pais desta geração sobrestimam-se mais do que as esposas/mães na educação dos filhos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.).

Na avaliação recíproca, 5,9% dos maridos e 0% das esposas classificam os cônjuges como educadores excepcionais, 17,6% dos maridos e 18,2% das esposas consideram que os cônjuges educam melhor que a média, 29,4% dos maridos e 27,3% das esposas responderam que os cônjuges educam bem, 35,3% dos maridos e 18,2% das esposas consideram que os cônjuges educam razoavelmente, 0% dos maridos e 18,2% das esposas afirmam que os cônjuges não educam muito bem, enquanto 11,8% dos maridos e 18,2% das esposas não responderam. Em resumo, 52,9% dos maridos e 45,5% das esposas classificam os cônjuges como bons educadores, enquanto 35,3% dos maridos e 36,4% das esposas consideram os cônjuges como educadores menos bons. Estes valores provam que os maridos/pais e as esposas/mães classificam-se reciprocamente mais mal do que uns e outros se autoclassificam. Nem os maridos, nem as esposas confiam na competência dos respectivos cônjuges no desempenho do papel educativo dos seus filhos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.).

Em geral, no que respeita à competência educativa dos pais (pai e mãe) as gerações variam bastante entre si. Verifica-se que, apesar de todos sentirem dificuldades, os progenitores das gerações mais jovens, para além de terem mais anos de escolaridade, afiguram-se, pelo menos aparentemente,

mais confiantes esforçando-se por serem mais competentes do que os das gerações mais idosas, procurando corresponder aos novos desafios da vida actual, chamando a si grande parte da responsabilidade educativa. Esta tendência poderá estar relacionada com a maior identificação dos pais (pai e mãe) das gerações mais jovens com o papel socializante da criança, ou trata-se apenas de corresponder ao maior apelo que as várias instituições exigem actualmente aos pais mais jovens (mais adiante voltaremos a este assunto).

LeMasters (1974) ao discutir as dificuldades do desempenho do papel paternal na sociedade americana apresenta uma lista de frases do senso comum relacionadas com a paternidade sendo essas do seguinte teor: "criar filhos é divertido", "os filhos melhoram o casamento", "todos os casais devem ter filhos" (LeMasters, 1974: 18-30, cf. V. Gecas in Nye, 1976: 47). Estas frases também são do senso comum na sociedade portuguesa. Todavia, mais recentemente, algo parece estar a mudar em relação à paternidade passando também a fazer parte do senso comum, principalmente nas gerações mais jovens, frases como estas: "não há crianças más - há maus pais", "as crianças serão bem sucedidas se tiverem 'bons' pais", e assim por diante (LeMasters, 1974: 18-30, cf. V. Gecas in Nye, 1976:47). Ao aceitar-se estes dois últimos pressupostos sobre a paternidade, estamos a tributar aos pais a responsabilidade de serem bem sucedidos na educação (criação e desenvolvimento) dos seus filhos, uma vez que, se estes se tornarem "maus" as culpas serão atribuídas aos pais. Esta condição aliada a outros aspectos problemáticos da paternidade (também apontados por LeMas-

ters e que mencionámos na introdução ao estudo do papel socializante), como por exemplo, a falta de orientações sobre o que se deve fazer no papel, provoca em muitos pais grande constrangimento e ansiedade sobre o seu desempenho do papel socializante.

Para analisarmos o esforço deste papel perguntámos a ambos os cônjuges como se sentem em relação à perfeição com que educam e/ou educaram os seus filhos (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 25). Vejamos como se sentem os maridos/pais e as esposas/mães em relação ao desempenho do papel socializante (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.7.).

A leitura global das respostas revela que 42,1% dos maridos e 37,7% das esposas sentem que fazem um bom trabalho, 27,3% dos maridos e 37,2% das esposas sentem-se preocupados com o seu desempenho, 13,2% dos maridos e 10,5% das esposas dizem que não pensam muito nisso, enquanto apenas 12,6% dos maridos e 9,9% das esposas responderam sentir-se satisfeitos com a forma como o fazem. Na análise recíproca os maridos consideram que as esposas sentem praticamente o mesmo que eles, enquanto estas manifestam que os maridos preocupam-se relativamente menos do que elas.

Vejamos o que se passa em termos geracionais (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.7.):

- na geração dos 20-29 anos, 100% dos maridos e 50% das esposas sentem que fazem um bom trabalho, enquanto 16,7% das mães responderam que se preocupam às vezes, 16,7% disseram que não pensam muito nisso e apenas 16,7% afirmam-se satisfeitas

sobre a forma como o fazem. Na análise recíproca, 100% dos maridos responderam que as esposas sentem que fazem um bom trabalho, enquanto 66,7% destas responderam que os maridos sentem que fazem um bom trabalho e 33,3% acham que eles não pensam muito nisso. A análise das respostas dos casais desta geração mostra claramente que a tarefa socializante dos filhos (neste caso mais pequenos) está mais centrada na posição de esposa/mãe do que na de marido/pai atribuindo-se a ela a maior responsabilidade de desempenhar bem o papel (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.7.);

- na geração dos 30-39 anos, 44,4% dos maridos e 40% das esposas sentem que fazem um bom trabalho, 27,8% dos maridos e 40% das esposas preocupam-se com a forma como o fazem, 11,1% dos maridos e 16,7% das esposas não pensam muito nisso e apenas 16,7% dos maridos e 3,3% das esposas afirmam-se satisfeitos com a forma como o fazem. Na análise recíproca, 27,8% dos maridos e 36,7% das esposas responderam que os cônjuges se preocupavam, 50% dos maridos e 40% das esposas acham que os cônjuges fazem um bom trabalho, enquanto 16,7% dos maridos e apenas 3,3% das esposas responderam que os cônjuges sentem-se satisfeitos com a forma como o fazem. Nesta geração verifica-se que os maridos/pais preocupam-se mais do que os da anterior, facto que é reconhecido pelas esposas, embora estas pareçam preocupar-se mais do que eles. Tal como na geração anterior, a análise do esforço do papel revela que este centra-se mais na posição de esposa/mãe do que na marido/pai, sendo atribuída à primeira a maior responsabilidade de um bom desempenho (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.7.);

- na geração dos 40-49 anos, 23% dos maridos e 38,5% das esposas preocupam-se com a forma como o fazem, 43,1% dos maridos e 37,1% das esposas sentem que fazem um bom trabalho, enquanto 16,9% dos maridos e 11,4% das esposas afirmam-se satisfeitos com a forma como o fazem. Na análise recíproca, 23% dos maridos e 38,6% das esposas reconhecem que os cônjuges preocupam-se com a forma como o fazem, 43,1% dos maridos e 35,7% das esposas responderam que os cônjuges fazem um bom trabalho e 16,9% dos maridos e 11,4% das esposas responderam que os cônjuges estão satisfeitos com o seu desempenho. Mais uma vez as esposas/mães desta geração manifestam mais preocupação e maior esforço do que os maridos/pais no desempenho do papel socializante (Ver Anexo V, Quadros N^o V.6.7.);

- na geração dos 50-59 anos, 32,2% dos maridos e 36% das esposas responderam que se preocupam, 21,4% dos maridos e 14% das esposas afirmam que não pensam muito nisso, 33,9% dos maridos e 32% das esposas sentem que fazem um bom trabalho enquanto 8,9% dos maridos e 12% das esposas sentem-se satisfeitos com a forma como o fazem. Na avaliação recíproca 25% dos maridos e 34% das esposas responderam que os cônjuges se preocupam, 23,3% dos maridos e 16% das esposas consideram que o cônjuge não pensa muito nisso, 33,9% dos maridos e 32% das esposas responderam que os cônjuges sentem que fazem um bom trabalho enquanto 10,7% dos maridos e 10% das esposas consideram que os cônjuges sentem-se satisfeitos com a forma como o fazem. Nesta geração, ambos os cônjuges parecem, preocupar-se com o bom desempenho do papel socializante, embora o esforço e

a responsabilidade continue a centrar-se mais na posição de esposa/mãe (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.7.);

-na geração dos 60-69 anos, 35,5% dos maridos e 41,6% das esposas responderam que se preocupam, 38,7% dos maridos e 37,5% das esposas sentem que fazem um bom trabalho, enquanto 12,9% dos maridos e 12,5% das esposas afirmam-se satisfeitos com a forma como o fazem. Na avaliação recíproca, 35,5% dos maridos e 33,4% das esposas responderam que os cônjuges se preocupam, 35,5% dos maridos e 37,5% das esposas afirmam que o cônjuge sente que faz um bom trabalho, enquanto 16,1% dos maridos e 12,5% das esposas consideram que os cônjuges sentem-se satisfeitos com a forma como o fazem. Nos casais desta geração ambos os cônjuges manifestam-se e reconhecem-se mutuamente muito preocupados com a perfeição com que educam os filhos, embora a esposa/mãe continue a manifestar-se mais preocupada e mais responsável do que o marido/pai (Ver anexo V, Quadros Nº V.6.7.);

- na geração dos 70 e mais anos, 17,6% dos maridos e 27,3% das esposas responderam que se preocupam com a forma com educaram os seus filhos, 11,8% dos maridos e 9,1% das esposas não pensam muito nisso, 58,8% dos maridos e 54,5% das esposas sentem que fizeram um bom trabalho, enquanto apenas 5,9% dos maridos e 0% das esposas consideram-se satisfeitos com a forma como o fizeram. Na análise recíproca verifica-se que os cônjuges avaliam-se mutuamente da mesma forma que responderam sobre si próprios.

Aparentemente, os cônjuges/pais desta geração parecem menos preocupados que os das restantes com a perfeição com que educaram os seus filhos (excepto a dos 20-29 anos) apesar de mais de metade dos maridos e das esposas sentirem que fizeram um bom trabalho. Na verdade estes casais manifestam muita insatisfação, particularmente da parte das esposas/mães (repare-se que nenhuma delas respondeu que estava satisfeita com a forma como o fez) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.7.).

Fica aqui bem claro que os casais de todas as gerações acusam grandes dificuldades na educação dos filhos, sendo sempre poucos os maridos/pais e as esposas/mães que se consideram totalmente satisfeitos com o seu desempenho. As esposas/mães tendem, por regra, a culpabilizar-se mais do que os maridos/pais, revelando maior responsabilidade e maior identificação com o papel. Além disso, os resultados deixam transparecer que estes não as têm ajudado suficientemente no desempenho deste papel, revelando-se menos identificados com ele (como se confirma mais adiante).

Para avaliar a identificação dos maridos/pais e das esposas/mães com o papel socializante tentámos saber se, caso tivessem possibilidades económicas estariam na disposição de pagar a uma pessoa competente para ajudá-los (aos pais e às mães) a educar e a ensinar os seus filhos a cuidarem de si próprios e a conviverem com as outras pessoas (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 23).

Fazendo uma análise global das respostas verifica-se que a grande maioria dos maridos (63,7%) e das esposas (73,3%)

responderam que talvez sim e certamente que sim (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.8.). A observação imediata destes quadros revela-nos, pelo menos aparentemente, que os maridos/pais identificam-se mais do que as esposas/mães com o papel socializante dos filhos, o que parece contraditório com as conclusões a que chegámos. Este resultado obriga-nos a fazer uma leitura e uma interpretação sociológica mais minuciosas e interrelacionadas com as análises anteriores.

Não se pode, de forma alguma, concluir apressadamente que a maioria dos pais (pai e mãe) não se identifica com o papel socializante, estes reconhecem-se, simplesmente, mal preparados para o fazer. Está implícito nas suas respostas o reconhecimento simultâneo (principalmente por parte das esposas/mães) da sua impreparação, mas também, a responsabilidade de se assumirem como pais, não se recusando a pagar a alguém que consideram competente para o fazer substituindo-os ou complementando-os nessas tarefas. Em parte, é o que acontece quando os pais confiam a educação dos filhos à escola (entendida aqui na sua globalidade, ou seja, no sentido de sistema educativo), transferindo para os professores a maior parte da tarefa educativa.

Resumindo, o que está implícito nas respostas, não é propriamente uma recusa ao desempenho do papel, nem se pode dizer que não haja identificação com ele, mas sim, o reconhecimento da responsabilidade e da dificuldade do seu desempenho delegando-o a outrém que consideram mais competente do que eles para o fazer. Daí resulta a maior percentagem de esposas/mães

a manifestar que "talvez pagassem a quem o fizesse por elas" ou que "certamente pagariam a quem o fizesse".

Os dados e as análises anteriores sobre as diferentes dimensões do papel socializante, que numa leitura apressada pareciam contraditórios, afiguram-se agora compatíveis com as respostas dos Quadros Nº V.6.8.. Relembramos que, no nosso universo, a maioria dos indivíduos tem um nível bastante baixo de educação formal, sendo relativamente mais grave a situação das esposas/mães. Até agora, os dados provam que as mães envolvem-se bastante, e mais do que os pais, na socialização dos filhos. Todavia, elas não escondem, em nenhuma das gerações, o enorme esforço, o acrescido sentido de responsabilidade em relação aos maridos/pais, e, nas gerações mais idosas, principalmente a partir dos 50 e mais anos, manifestam-se claramente insatisfeitas pelo seu desempenho neste papel, e pelo desempenho do seu cônjuge, concientes de que tal decorre da sua mal preparação e da falta de ajuda competente no desempenho deste papel. Os casais mais jovens (entre os 20 e os 49 anos anos), mesmo que não se sintam totalmente preparados nem satisfeitos com o seu desempenho, dispõem, apesar de tudo, de mais ajudas como, creches, jardins de infância, escolas, etc..

A análise geracional dos dados por sexos reforça estas conclusões (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.8.). Um dos aspectos mais importantes a realçar consiste no facto de serem mais os maridos/pais do que as esposas/mães a oporem-se à ideia de pagar a uma pessoa estranha à família para educar os seus filhos. Este caso verifica-se nas gerações dos 40-49, 50-59 e 60-69 anos. As esposas/mães, concientes de que desempenham

mais o papel do que os maridos/pais, como aliás se provou, sentem que, se tal acontecesse, seriam as mais beneficiadas pela ajuda.

Por outro lado, procurando não ocultar uma leitura mais fria, esta questão pode ser utilizada como indicador do grau com que um indivíduo se identifica com o papel socializante. A relutância demonstrada pelos cônjuges/pais em delegar a outrém o desempenho do papel, mesmo que lhes seja economicamente possível e normativamente permissível, pressupõe a existência de um forte compromisso psicológico em relação ao papel e provavelmente uma sensação de satisfação no seu desempenho. Se aplicarmos friamente esta inferência metodológica à análise dos dados do nosso universo, e atendendo às suas características, concluimos que a maioria destes cônjuges/pais (pai e mãe e principalmente as mães) revelam um fraco nível de identificação com o papel socializante. Todavia, como não pretendemos, neste estudo, analisar o auto-conceito paternal (dos pais e das mães), não possuímos elementos adicionais que nos permitam explicar esta atitude de uma forma transparente.

É ainda provável que os cônjuges tenham interpretado esta questão (Pergunta Nº 24 do Anexo IV) de uma maneira diferente da que nós pretendíamos, encarando-a, possivelmente, mais do ponto de vista da educação formal. A utilização do indicador de identificação dos pais com o papel socializante teve a vantagem de levantar-nos algumas dúvidas e de colocar-nos perante outras hipóteses de trabalho que merecem um estudo específico.

A análise global das respostas revela-nos que 67,9% dos maridos e 68,1% das esposas raramente ou nunca discordam sobre a forma como educam os filhos. Apenas 5,2% dos maridos e 9,5% das esposas responderam que discordam muito frequentemente e/ou frequentemente, enquanto 22,1% dos maridos e 18,3% das esposas discordam algumas vezes. No total, 27,3% dos maridos e 27,8% das esposas responderam que discordam com a forma de educar os filhos.

A análise por gerações e sexos permite-nos fazer uma leitura mais realista do conflito no papel. Os casais mais jovens são os menos conflituosos, por razões já apontadas. Nas restantes gerações o conflito é mais acentuado, particularmente nas dos 30-39, 40-49 e 50-59 anos. Nas gerações dos 30-39 e 50-59 anos os maridos/pais tendem a discordar mais do que as esposas/mães, enquanto nas restantes inverte-se a tendência (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.9.).

Analisando as respostas dos cônjuges a respeito de quem decide sobre a forma de educar os filhos, 44,2% dos maridos e 42,9% das esposas responderam que a decisão é tomada igualmente por ambos os cônjuges (cuja média é 3,0) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.10.). Porém a média final das respostas de ambos os sexos é superior a três (3,57/maridos e 3,53/esposas, sendo a dos maridos ligeiramente superior). Os valores destas médias significam que os cônjuges de ambos os sexos reconhecem que as esposas/mães decidem mais do que os maridos/pais sobre a forma de educar os filhos. A análise geracional confirma este maior poder decisional das esposas/mães excepto na geração dos 70 e mais anos, em que apenas estas atribuem ao mari-

do/pai maior poder de decisão neste papel, cuja média é inferior a 3,0, ou seja, 2,27 (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.10.). Repare-se que a maior percentagem de não respostas sobre quem toma a decisão final corresponde às esposas/mães desta geração (36,4%), o que nos leva a admitir que a realidade possa ser diferente da que o quadro nos mostra.

Se considerarmos quem toma a decisão final numa área de desacordo, como um indicador do poder conjugal, os resultados indicam-nos que a esposa/mãe tem mais poder do que o marido/pai no papel socializante, em todas as gerações, excepto na de 70 e mais anos. No entanto, recordamos que nenhuma das esposas/mães (0%) com mais de setenta anos responderam estar satisfeitas com a forma como o cônjuge educou os filhos.

A análise global dos dados permite-nos ainda concluir que a definição normativa do papel não coincide com a comportamental embora se verifiquem algumas diferenças geracionais. O papel socializante centra-se mais na posição de esposa/mãe do que na de marido/pai, quer em termos comportamentais, quer em termos de poder. Ficam, porém, algumas dúvidas e indefinições em relação à geração dos 70 e mais anos devido à elevada percentagem de não respostas, principalmente das esposas.

7.2.2. - Caracterização do papel dos cuidados com as crianças

No senso comum verifica-se uma certa confusão em distinguir as tarefas envolvidas nos papéis dos cuidados com as crianças e no da sua socialização. De facto, elas podem desempenhar-se simultânea e paralelamente. Daí resulta que as diferenças entre si nem sempre pareçam óbvias. Na verdade, o desempenho destes dois papéis envolve contactos íntimos com as crianças e o cumprimento de actividades interrelacionadas que se destinam a um determinado fim. Por exemplo, enquanto alimentamos as crianças podemos contribuir para a sua socialização ensinando-lhes as regras de uma boa alimentação. Neste caso há sobreposição de papéis; ao mesmo tempo que as alimentamos e ensinamos a serem competentes estamos cuidando delas permitindo-lhes que aprendam a cuidar de si próprias.

Independentemente da sobreposição existem diferenças básicas que justificam um tratamento em separado. A socialização relaciona-se com o desenvolvimento das capacidades sociais e mentais, enquanto o papel dos cuidados com as crianças relaciona-se com o seu desenvolvimento físico e psíquico. O primeiro tem a finalidade de transformá-las em pessoas socializadas enquanto o segundo visa o desenvolvimento de um organismo saudável. As tarefas socializantes caracterizam-se por uma maior complexidade, variam de família para família, são mais susceptíveis de provocar frustrações podendo conduzir a resultados, por vezes, imprevisíveis. As tarefas dos cuidados

com as crianças são, por sua vez, essencialmente mecânicas e de rotina.

Para além destas diferenças salientamos que estes dois papéis não são isomorfos, ou seja, diferem bastante entre si na sua importância relativa ao longo do tempo de vida na interacção pais-filhos. Por exemplo, quando as crianças são pequenas, os cuidados físicos são extremamente importantes caracterizando a maior parte das actividades dos pais em relação aos filhos. Porém, à medida que estes crescem e desenvolvem as suas capacidades físicas e mentais, as tarefas de socialização dos pais assumem uma importância primordial. Quando se fala em cuidados com as crianças está quase sempre implícita a ideia de crianças pequenas.

7.2.2.1. - Definições normativas, normas e sanções do papel dos cuidados com as crianças

Na sociedade portuguesa, as tarefas dos cuidados com as crianças estiveram sempre muito mais associadas à posição de mãe do que à de pai. A total dependência das crianças pequenas, os conselhos dados às mães para amamentar ao peito (pelo menos durante os primeiros três meses de vida, caso a mãe seja empregada fora de casa alegando vantagens para a saúde da criança) aliada ao facto das mulheres, tendencialmente, assumirem maior responsabilidade nas actividades domésticas do que os homens e destes trabalharem mais fora de casa do que elas, são os principais factores apontados para atribuir à mãe maior

responsabilidade neste papel. Relacionando, comparativamente, a divisão do trabalho dos pais (pai e mãe) nas tarefas dos papéis socializante e dos cuidados com as crianças, este último, constitui, indiscutivelmente, uma sobrecarga muito maior para a mãe do que o primeiro, pelo menos nos primeiros tempos (meses/anos) de vida dos filhos.

Definimos este papel como o conjunto de actividades que se destinam a manter a criança asseada, alimentada, aquecida, protegida de experiências chocantes e de perigos que possam causar-lhe danos físicos. Para conhecermos a definição normativa deste papel perguntámos às famílias quem deveria cuidar das necessidades físicas dos seus filhos (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 28).

A análise global das respostas prova que ambos os cônjuges tendem a responsabilizar relativamente mais a mãe do que o pai neste papel. Os maridos atribuem mais responsabilidade à mãe do que as próprias esposas em todas as tarefas, excepto na de evitar que as crianças sofram choques emocionais, tarefa que os maridos/pais consideram igualitária enquanto as esposas/mães responsabilizam mais o pai, e, na tarefa de protegê-las dos perigos em que ambos os cônjuges/pais responsabilizam mais o pai (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.1.). Os maridos da geração dos 20-29 anos são os únicos a considerar todas as tarefas igualitárias, contrariamente às esposas da sua geração que responsabilizam mais a mãe do que o pai em todas elas.

Uma análise mais pormenorizada das várias tarefas por gerações permite-nos verificar algumas diferenças na definição

normativa do papel. Em relação aos cuidados de higiene da criança (quem deve cuidar da sua higiene e quem deve mantê-las limpas), só os maridos do grupo dos 20-29 anos consideraram estas tarefas igualitárias enquanto os dos 40-49 anos são os únicos que tendem a responsabilizar um pouco mais o pai do que a mãe. As esposas que mais responsabilizam a mãe nestas tarefas são, curiosamente, as da geração mais jovem (dos 20-29 anos) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.1.).

Em relação à questão "quem deve alimentar as crianças" todas as gerações responsabilizam mais a mãe do que o pai excepto a dos 40-49 anos, em que os cônjuges de ambos sexos responsabilizam relativamente mais o pai e ainda as esposas dos 50-59 e dos 60-69 anos. Estas respostas levam-nos admitir que a pergunta não foi bem interpretada, levando-nos a supor que entenderam a questão de outra forma, confundindo-a com "quem deve ganhar para sustentar as crianças".

Nas tarefas respeitantes a "quem deve evitar que as crianças sofram choques emocionais" e "quem deve protegê-las dos perigos" surgem as principais divergências. Em relação à primeira, só os maridos e as esposas das gerações dos 40-49 e dos 50-59 e as esposas dos 60-69 anos responsabilizam mais o pai do que a mãe. Na segunda tarefa os cônjuges de ambos os sexos das três gerações mencionadas anteriormente responsabilizam mais o pai do que a mãe. Implicitamente, estas respostas sugerem-nos que estas gerações viveram alguma violência na família, provavelmente provocada mais vezes pelo marido/pai em relação aos filhos e/ou à esposa. Repare-se que os maridos/pais destas gerações responsabilizam-se mais a si próprios nestas

duas tarefas e são igualmente reconhecidos como tal pelas esposas dos mesmos grupos etários.

Em suma, a geração dos 20-29 anos constitui uma exceção em relação às restantes sendo a única em que os maridos responderam igualitariamente em todas as tarefas e a única em que as esposas responsabilizam muito mais a mãe do que as das outras gerações. Os cônjuges de ambos os sexos dos restantes grupos de idade, à exceção dos de 70 e mais anos, tendem a responsabilizar mais a mãe nas três primeiras tarefas e mais o pai nas duas últimas. Na geração dos 70 e mais anos os cônjuges de ambos os sexos responsabilizam mais a mãe do que o pai em todas as tarefas, embora os maridos tendam a responsabilizá-la mais do que as próprias esposas.

A análise das respostas dos casais às Perguntas Nº 29, 32 e 33 provam que em todas as gerações os cônjuges/pais de ambos os sexos valorizam bastante o papel dos cuidados com as crianças reprovando fortemente o pai e/ou a mãe que não cuida das necessidades físicas dos filhos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.2., Quadros Nº V.7.2.A. e Quadros Nº V.7.2.B.). Na análise global verifica-se que mais de 70% dos pais (pai e mãe) responderam que a satisfação das necessidades físicas dos filhos é extremamente importante para ambos. Mais de 50% dos cônjuges de ambos sexos responderam que reprovam fortemente o pai e/ou a mãe que não cuida dos filhos, sendo a mulher/mãe ligeiramente mais reprovada por ambos os sexos do que o marido/pai. Os maridos tendem a reprovar mais intensamente o não cumprimento deste papel do que as esposas. As sanções contra os pais (pai e mãe) negligentes são bastante fortes, registando-se as

percentagens mais elevadas nas sanções mais duras, nomeadamente, não querer tê-los como vizinhos, nem escolhê-los para amigos íntimos. As percentagens de maridos que responderam a sanção mais dura (não querer tê-los como vizinhos) é ligeiramente superior à das esposas nas gerações intermédias (dos 30-69 anos), excepto na de 70 e mais anos, em que se verifica o contrário.

Esta análise permite-nos concluir que não se registam grandes diferenças entre as várias gerações, segundo os cônjuges de ambos os sexos, no que respeita à importância do papel dos cuidados com as crianças e às sanções sobre a negligência dos pais (pai e/ou mãe) no seu desempenho. Conclui-se que ele sempre foi e continua a ser bastante importante para ambos os cônjuges/pais, registando-se, um reforço das sanções nas gerações mais jovens (20-29 e 30-39 anos) à semelhança do que se regista na geração dos 70 e mais anos. Os cônjuges de ambos os sexos destas gerações demonstram uma clara tendência para sancionar mais fortemente que as restantes (atingindo os 100% em ambos os sexos), ou seja, aplicando a sanção mais dura aos pais (pai e mãe) negligentes ao responderem que não queriam tê-los como vizinhos (Ver Quadros Nº V.7.2.B.).

Aparentemente e aplicando a terminologia de Jackson conclui-se que, neste universo, o papel dos cuidados com as crianças encontra-se cristalizado, registando-se, inclusivé, um reforço do seu desempenho, facto que é testemunhado pela forte intensidade das sanções.

7.2.2.2. - O desempenho do papel dos cuidados com as crianças, a competência, o esforço, o conflito do papel e variações no seu desempenho

Ao analisarmos a definição normativa deste papel verificamos que se atribui à esposa/mãe mais responsabilidade que ao marido/pai no seu desempenho. Porém, comparando a definição normativa (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.1.) com o desempenho (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.1.A.) verifica-se que a mãe está em todas as tarefas muito mais sobrecarregada do que a definição normativa nos faz crer. A média total das respostas é superior a três em todas as tarefas, o que significa que a mãe desempenha mais este papel do que o pai. Na análise total por sexos dos cônjuges verifica-se que só as esposas atribuem ligeiramente mais responsabilidade ao pai em proteger os filhos dos perigos, cuja média é 2,99, muito próxima de 3,00 que significa tarefa igualitária.

Analisando o desempenho das várias tarefas por gerações verifica-se que:

- a geração do 20-29 anos, é, em relação às três primeiras tarefas (quem cuida da higiene das crianças, quem as mantém limpas e quem as alimenta) a que mais segrega o seu desempenho (100% dos maridos e 83% das esposas responderam que elas são mais da responsabilidade de mãe e 16,7% das esposas consideram que estas tarefas pertencem exclusivamente à mãe. Nas restantes gerações entre 23,5% e 48,2% dos cônjuges de ambos

os sexos responderam que estas tarefas são igualitárias, sendo as gerações dos 40-49 e dos 50-59 anos as que apresentam as percentagens mais elevadas de respostas nessa categoria. Apesar disso, em todas as gerações, a maioria dos maridos e das esposas tendem a responsabilizar mais a mãe do que o pai nessas tarefas.

Em relação às duas últimas (quem evita que as crianças sofram choques emocionais e quem as protege dos perigos) as respostas tendem a ser mais igualitárias embora se verifiquem algumas diferenças significativas entre as gerações. Os maridos da geração mais jovem (20-29 anos) são os únicos a responder de forma igualitária, contrariamente às esposas da sua geração que atribuem à mãe muito mais responsabilidade nestas tarefas do que ao pai. As esposas/mães mais jovens parecem autoresponsabilizar-se e sobrestimar-se muito mais do que as restantes no desempenho de todas as tarefas do papel dos cuidados com as crianças. Este facto levanta-nos a hipótese de fazer duas leituras; por um lado pode ser um sintoma de reforço da identificação da esposa/mãe com este papel, por outro lado, pode também evidenciar uma sensação de maior esforço no seu desempenho em relação às esposas das outras gerações (mais adiante voltaremos a este assunto). Saliente-se que estamos a falar da esposa que se situa na posição de mãe e não da mulher em sentido lato.

Procurámos saber quem ajuda a família (neste caso, mais a mãe do que o pai) a cuidar das necessidades físicas dos filhos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.1.B.). A avaliar pelo elevado número de não respostas de cônjuges de ambos os sexos (mais de

68% das esposas e mais de 71% dos maridos em relação às várias tarefas) somos induzidos a concluir que essa ajuda é muito esporádica, o que contribui para sobrecarregar ainda mais a posição da mulher/mãe no desempenho deste papel. A análise global dos dados revela-nos que existe alguma ajuda feminina, nomeadamente da irmã mais velha (filha mais velha do casal), da avó, e de um não familiar (também do género feminino) seguindo-se, imediatamente, a ajuda do irmão mais velho (filho mais velho do casal). Apesar disso, não chega a 10% o número de maridos e de esposas (casais) que beneficiam de ajuda no desempenho deste papel (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.1.B.).

A análise geracional da ajuda no desempenho das tarefas dos cuidados com as crianças revela-nos que:

- na geração mais jovem os cônjuges de ambos sexos reconhecem que as avós ajudam a manter as crianças limpas e a alimentá-las. Nas restantes gerações, embora mais significativamente nas de 60-69 e 70 e mais anos, a irmã mais velha, ou seja, a filha mais velha do casal, é quem mais ajuda a mãe a cuidar de todas as tarefas do papel. A ajuda de não familiares, embora não seja muita mencionada beneficia/beneficiou entre 7,1% e 12,9% das famílias das várias gerações, excepto da mais jovem, sendo os casais dos 30-39 anos e dos 60-69 anos que apresentam as maiores percentagens desta ajuda. Incluem-se nestes casos o recurso a amas, creches ou a ajuda de vizinhas enquanto as mães se ausentam para trabalhar fora de casa. A divisão sexual do trabalho neste papel mantém-se ao nível das ajudas sendo os indivíduos do sexo feminino da família (avó e

irmã mais velha) ou fora dela que mais se encarregam de o fazer.

Quando os cônjuges confidenciam entre si os problemas relacionados com a satisfação das necessidades físicas dos filhos, a maioria dos maridos/pais (57%) e das esposas/mães (54,1%) respondeu que o cônjuge mostra-se compreensivo, 13,2% dos maridos tentam ajudar as esposas e 14,5% delas tentam ajudar os maridos a resolver os problemas no desempenho deste papel (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.3). Curiosamente as esposas da geração mais jovem (20-29 anos) são as que menos contam ao cônjuge os problemas que enfrentam neste papel (apenas 33,3% destas contam ao maridos). Porém, entre as que contam, 50% responderam que o marido mostra-se compreensivo e outros 50% responderam que o marido tenta ajudar. Mais uma vez fica-nos a dúvida em relação às mães mais jovens; ou há uma forte identificação da sua parte com o papel e desempenham-no com grande à vontade, ou fazem-no com grande esforço (sujeito a confirmação quando analisarmos a identificação com o papel e o esforço do papel). Entre todas as gerações, os maridos dos 30-39 anos (78,6%) são, em termos percentuais, os que consideram as esposas mais compreensivas enquanto as esposas dos 70 e mais anos (16,7%) consideram os maridos como compreensivos quando lhes falam dos problemas sobre os cuidados com os filhos.

Em suma, as esposas/mães da geração mais jovem parecem ser as menos confiantes na ajuda dos cônjuges para resolver os problemas que enfrentam neste papel, o que constitui exceção em relação às restantes gerações. Impõe-se-nos, aqui, admitir várias hipóteses: pode não se tratar de falta de confiança no

cônjuge; pode acontecer que estas esposas estejam, aparentemente, mais identificadas com o papel, em relação às das outras gerações sentindo-se mais confiantes e mais seguras no seu desempenho enfrentando menos dificuldades que as esposas/mães dos grupos de idades mais avançadas; por outro lado pode acontecer que estas mães se sintam inexperientes e/ou não muito motivadas no seu desempenho, fazendo-o com muito esforço, preferindo não confiá-lo ao cônjuge, evitando, assim, exprimir os seus problemas e as suas angústias no desempenho deste papel.

Para analisarmos a competência dos cônjuges/pais em relação ao desempenho do papel com os cuidados das crianças pedimos aos cônjuges de ambos os sexos que se autoavaliassem e que se avaliassem reciprocamente (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 35). A análise global dos dados revela que os maridos e as esposas reconhecem-se a si próprios e os respectivos cônjuges medianamente competentes no desempenho do papel (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.4.).

A análise geracional permite-nos fazer uma leitura mais minuciosa revelando que:

- na geração dos 20-29 anos os maridos tendem a sobreavaliar a sua competência e a das esposas, muito mais do que elas se consideram a si e ao marido (33,3% dos maridos contra 16,7% das esposas consideram que cuidam os filhos melhor que a média e 66,7% dos maridos contra 0% das esposas consideram que cuidam bem). Curiosamente, 50% das esposas consideram que cuidam razoavelmente os filhos e 33,3% responderam que não cuidam

muito bem. Por outro lado, elas também não reconhecem competência suficiente ao cônjuge para desempenhar o papel. Estes valores afiguram-se nos sintomáticos de alguma insatisfação das mães no desempenho do papel. Resta-nos confirmar se tal acontece por inexperiência ou por se considerarem mães muito mais exigentes do que as das outras gerações, por fraca identificação com o papel, ou, por sentirem que o fazem com grande esforço e sem ajuda do cônjuge ou de outra pessoa mais competente. Saliente-se que estas esposas/mães foram, em relação às das restantes gerações, as que deram respostas mais pessimistas na avaliação da sua própria competência e da do cônjuge no desempenho do papel dos cuidados com as crianças. Contrariamente aos maridos da sua geração, e aos cônjuges de ambos os sexos das restantes gerações, elas evidenciam claramente sintomas de frustração no desempenho deste papel.

Nas restantes gerações as respostas das esposas são incomparavelmente mais optimistas na autoavaliação e na avaliação dos cônjuges levando-nos a crer que há da parte delas uma maior identificação com o papel. Em suma, a análise geracional da competência dos pais no desempenho do papel dos cuidados com as crianças evidencia uma diferença de atitude nas mães mais jovens.

As gerações dos 20-29 e a dos 70 e mais anos são as únicas em que na avaliação recíproca e na autoavaliação nenhum dos cônjuges respondeu que cuida excepcionalmente bem. Os maridos dos 30-39 (11%) e as esposas dos 60-69 anos (16,7%) são os que melhor se autoclassificam neste papel considerando que cuidam excepcionalmente bem, avaliação essa que é, em parte,

confirmada pelos cônjuges. Nas restantes gerações a grande maioria dos pais (pai e mãe) considera que cuida bem ou melhor que a média. As esposas dos 30-39, dos 40-49 e dos 70 e mais anos (entre 45,5% e 50%) parecem ser as mais identificadas com o papel considerando que cuidam melhor que a média. por outro lado, os maridos da geração dos 70 e mais anos (17,6%) são os que se classificam mais mal neste papel.

Para termos uma ideia da identificação dos pais (pai e mãe) com este papel perguntámos se estariam dispostos a pagar a uma pessoa competente para ajudá-los a cuidar dos seus filhos, caso tivessem possibilidade de o fazer (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 36). Curiosamente, a percentagem de esposas/mães que estariam dispostas a pagar auxílio nessas tarefas é ligeiramente superior à dos maridos/pais (45,5%M contra 42,1%H responderam "certamente que sim" e "talvez sim" e 35,6% das mães e 34,2% dos pais responderam que "poderiam fazê-lo") (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.5.). Por outro lado, a percentagem de mães que responderam "talvez não" e "de certaza que não o fariam" é inferior à dos pais (14,6%/M e 20%/H). Estes valores são, sobretudo, sintomáticos de que as esposas/mães são muito mais sobrecarregadas do que os maridos/pais neste papel, sendo elas que mais beneficiariam directamente da ajuda. A média geral das respostas dos cônjuges de ambos os sexos (entre 2,56/H e 2,43/M) significa que a maioria dos pais poderia pagar uma ajuda competente, ou melhor, encara positivamente essa hipótese. Uma interpretação mais fria das respostas permite-nos afirmar que estes pais (pai e mãe) desempenham o papel mais

por obrigação e por não terem quem os ajude do que por uma forte identificação com ele (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.5.).

A análise geracional permite-nos confirmar o que acabámos de dizer. Observando as médias ponderadas das respostas dos cônjuges/pais de ambos os sexos por grupos de idade verifica-se que todas elas são inferiores a 4,00 (esta média corresponderia à identificação total com o papel, ou seja, pressunha que todos respondessem "de certeza que não pagaria a outrem para cuidar dos filhos". As médias mais próximas de 1,00 correspondem à menor identificação com o papel). Repare-se que os maridos/pais dos 20-29 e as esposas dos 70 e mais anos são os que têm médias mais baixas (1,67 e 1,73, respectivamente), sendo estes os que demonstram menor identificação com o papel. Por outro lado, os maridos/pais dos 30-39 anos são, entre os cônjuges de ambos os sexos das restantes gerações, os que revelam maior identificação com o papel, manifestando-se menos dispostos a pagar a outrem para cuidar dos seus filhos achando que essa tarefa pertence mais aos pais e à família do que a elementos exteriores a ela (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.5.).

Comparando as respostas dos cônjuges sobre a sua competência nos papéis socializante (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.6.) e dos cuidados com as crianças (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.4.) verifica-se que os cônjuges/pais, em geral, consideram-se ligeiramente mais competentes no primeiro do que segundo. Comparando a identificação dos cônjuges/pais com estes mesmos papéis (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.8. e V.7.5.) verifica-se que se identificam ligeiramente mais com o segundo do que com o primeiro. Recorde-se, porém, que o desempenho do pa-

pel socializante é muito mais complexo que o dos cuidados com as crianças.

Para analisarmos o esforço dos cônjuges/pais no desempenho deste papel perguntámos como se sentem e como acham que o cônjuge se sente em relação à forma como cuidam das necessidades físicas dos filhos (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 37). Em termos globais 38,9% dos maridos/pais e 43,9% das esposas/mães responderam que preocupam-se frequentemente ou às vezes, 16,3% dos pais e 13,1% das mães responderam que não pensam muito nisso, 40% dos pais e 38,2% das mães consideram que fazem um bom trabalho ou que estão satisfeitos com a forma como o fazem. A avaliação recíproca aproxima-se da autoavaliação. Daqui deduz-se que grande parte dos cônjuges/pais (mais as mães do que os pais) sentem alguma insatisfação/frustração em relação ao seu desempenho.

A análise do esforço por gerações revela-nos que só os maridos/pais mais jovens (100%) sentem que fazem um bom trabalho, enquanto as esposas/mães são menos optimistas (50% sente que faz um bom trabalho, 33,3% não pensa muito nisso e 16,7% preocupa-se às vezes). Os cônjuges/pais das outras gerações afiguram-se mais preocupados ou não pensam muito no assunto. As mães de 70 e mais anos são, entre todas, as que mais responderam sentir que fazem/fizeram um bom trabalho. Comparando as médias ponderadas das respostas sobre o esforço dos cônjuges/pais nos papéis da socialização com as dos cuidados com as crianças (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.7. e V.7.6. - quanto mais baixo for o valor da média, ou seja, mais próximo de um, maior é o esforço) verifica-se que se esforçam ligeiramente

mais no segundo apesar deste papel ser muito mais previsível (é perfeitamente notório quando uma criança está subalimentada ou doente, etc.) e psicologicamente mais fácil de desempenhar do que o primeiro. Este facto parece confirmar que os pais inquiridos não estão criteriosamente envolvidos no desempenho do papel socializante, ou fazem-no superficialmente e/ou um pouco ao acaso. Por este papel ser muito mais complexo e passível de criar frustração do que o dos cuidados com as crianças seria de esperar que exigisse mais esforço em virtude das dúvidas que geralmente se levantam aos pais (pai e mãe) sobre a forma como procedem na educação dos filhos. Parte-se do princípio de que não há receitas milagrosas nem únicas para o procedimento do pai, da mãe e/ou de ambos para se obter crianças felizes, seguras de si, produtivas, etc, ou seja, bem socializadas. Se não há grande envolvimento, não se estabelecem grandes metas/objectivos, nem grandes compromissos, nem se criam grandes expectativas. Consequentemente, se não há grande esforço para se atingirem determinados objectivos também não há motivos para se sentirem os fracassos, nem haverá grandes frustrações. Esta atitude revela uma fraca exigência no que respeita à educação dos filhos no sentido da sua auto-realização pessoal, à semelhança da fraca aspiração de auto-realização pessoal dos próprios pais (pai e mãe).

O conflito no papel dos cuidados com as crianças é pouco significativo embora as esposas/mães discordem mais frequentemente que os maridos/pais (9,5% contra 5,2%) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.7.). A maioria dos maridos (67,9%) e das esposas (68,1%) responderam que raramente ou nunca discordam sobre

a forma como cuidam dos filhos. A análise geracional das médias ponderadas das respostas sobre o conflito neste papel revela-nos que esta situação é comum a todas as gerações embora os casais mais jovens, particularmente as esposas, sejam os que se revelam menos discordantes.

Comparando as médias ponderadas dos conflitos nos papéis socializante com as dos cuidados com as crianças verifica-se que a situação é muito semelhante entre si, embora seja ligeiramente maior no segundo, em parte, pelas mesmas razões referidas no ponto anterior. Este resultado parece-nos coerente com as conclusões retiradas até ao momento, embora a situação contrária, devido à complexidade do papel socializante, se afigure mais provável (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.9. e V.7.7. - quanto mais baixos são os valores das médias, ou seja, mais próximos de um, maior é o conflito).

Analisando as respostas globais dos cônjuges sobre a resolução do conflito no papel, ou seja, quem decide em relação à forma de cuidar das crianças caso haja desacordo, verifica-se que as médias são superiores a três (entre 3,71 e 3,73), o que equivale a dizer que a esposa/mãe influencia mais a decisão final (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.8.). Comparando as médias ponderadas das respostas sobre a resolução do conflito nos papéis socializante e dos cuidados com as crianças verifica-se que em ambos a esposa/mãe tem maior poder na decisão final (Ver Anexo V, Quadros Nº V.6.10. e V.7.8.). Todavia, esse poder é superior no papel dos cuidados com as crianças.

A análise geracional confirma que, neste papel, o poder da esposa/mãe mantém-se em todas as gerações, sendo particularmente legitimado pelos maridos/pais dos 30-39 e pelas esposas/mães dos 60-69 anos, cuja média é 4,00, o que equivale a dizer que é sempre ela quem toma a decisão final. O poder acrescido da esposa/mãe no papel dos cuidados com as crianças em relação ao papel socializante está intimamente relacionado com o maior desempenho e maior responsabilização desta nos cuidados com os filhos.

Existe alguma literatura, principalmente americana, onde se encontram descrições e análises das diferenças verificadas na socialização e nos cuidados com as crianças segundo a classe social⁽¹⁾. Alguns desses estudos sobre a família evidenciam variações significativas no desempenho destes dois papéis segundo a dimensão da família, o ciclo de vida familiar e o emprego da mãe.

A nossa amostra é pouco diversificada em termos de classes sociais dificultando a nossa análise segundo essa variável. No entanto, salientamos que em relação ao esforço do papel a literatura sociológica, quer de carácter conceptual (Gode, 1959), quer de carácter empírico, sugere que as famílias das classes superiores preocupam-se mais com o desempenho dos papéis paternais do que as das classes inferiores. Além disso, revela que as famílias da classe média são, entre todas, as

(1) Para aprofundar este assunto vide Bronfenbrenner (1958), Kerckhoff (1972) e Hess (1970). Em relação às famílias portuguesas vide estudo sobre o Quotidiano das Famílias Portuguesas da Direcção Geral da Família (1988).

que exibem tendências mais igualitárias nas normas, no desempenho e no poder dos papéis socializante e dos cuidados com as crianças (Kirpatrick, 1963, cf. Gecas, 1976: 55), sendo, simultaneamente, as menos conflituosas e as que tendem a evidenciar maior esforço nestes papéis (LeMasters, 1974, cf. Gecas, 1976: 55).

Como verificámos, o nosso universo é mais igualitário ao nível das normas do que ao nível do desempenho. O desempenho destes papéis nada tem de igualitário sendo a mãe quem detém a maior responsabilidade das tarefas. Esta situação é, porém, mais evidente no papel dos cuidados com as crianças.

No que respeita ao emprego das mães, os estudos mais recentes revelam que quando a esposa trabalha fora de casa o marido tende a partilhar mais estes e/ou outros papéis. A teoria da troca explica esta tendência afirmando que: quando a esposa partilha o papel económico, ou seja, ajuda o marido num papel que é mais da responsabilidade deste do que dela, a esposa consegue obter ajudas do marido nos papéis que estão mais directamente associados à posição de esposa/mãe, nomeadamente, nos papéis doméstico e dos cuidados com as crianças. Esta troca de serviços funciona na base da "distribuição da justiça" (Gecas, in Nye, 1976: 57). Nos casais onde não existe partilha nas tarefas domésticas, no sentido da "distribuição da justiça", surgem mais facilmente conflitos nos papéis (principalmente por parte da esposa) relacionados com a falta de tempo e com a eficácia do seu desempenho nas tarefas domésticas.

Quanto à composição da família, existe alguma literatura que se refere a diferenças no desempenho dos papéis socializante e dos cuidados com as crianças segundo a diversidade nas idades das crianças, segundo a idade dos pais (pai e mãe) e segundo a dimensão da família. Os pais mais jovens tendem a identificar-se mais com o papel paternal, sendo os que mais rejeitam a ideia de atribuir tais responsabilidades a uma pessoa bem preparada para esse efeito. Em relação ao papel socializante tende a haver uma maior especialização nestas tarefas por parte dos pais mais jovens. A mãe assume maior responsabilidade em ensinar as crianças a comer e vestir-se correctamente enquanto o pai tende a responsabilizar-se mais em disciplinar e ensinar as crianças a assumirem responsabilidades. O nosso universo revela, de certa forma, esta tendência e também uma certa segregação; o pai ensina mais os rapazes e a mãe ensina mais as raparigas.

Os estudos empíricos americanos salientam que a preocupação sobre os cuidados das crianças aumenta com a dimensão da família, principalmente para os maridos/pais. No nosso universo, aparentemente sucede o contrário, as esposas/mães parecem preocupam-se relativamente mais do que os maridos com a perfeição com que desempenham as tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades físicas das crianças, independentemente do número de filhos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.7.6.). Note-se, porém, que as famílias estudadas são relativamente pequenas (50% delas têm dois filhos, 29% têm um filho, 11% têm 3 filhos e apenas 4,8% têm mais de três filhos, Ver Anexo V, Quadro Nº V.5.A.). Entre as famílias estudadas há

apenas nove que têm mais de três filhos (há três em que a mulher/mãe se situa no grupo etário dos 40-49 anos, uma em que a mulher tem entre 50-59 anos, três situam-se no grupo dos 60-69 anos e duas com 70 e mais anos. A maioria das famílias (63,4%) tem entre duas a três pessoas, 29,5% tem entre quatro e cinco e apenas 3,7% tem seis ou mais pessoas (Ver Anexo V, Quadro Nº V.5.B.).

Os mesmos estudos revelam que as mães que têm em casa crianças em idade pré-escolar preocupam-se mais com os cuidados dos filhos do que as que têm crianças em idade escolar. Os maridos/pais revelam a mesma tendência que as mães nestas preocupações. No nosso universo apercebemo-nos de que os casais mais jovens (que são os que têm crianças mais pequenas) são os que, em termos percentuais, se manifestam mais satisfeitos sobre a forma como cuidam das necessidades físicas dos seus filhos (apenas 16,7% das mulheres dos 20-29 anos responderam que se preocupam às vezes), as restantes gerações, tendo filhos mais velhos manifestam preocupar-se mais. Admita-se que os casais de idades mais avançadas sentem mais dificuldades económicas ou de outra ordem no desempenho deste papel.

7.3. O PAPEL ECONÓMICO/ABASTECEDOR E O PAPEL DOMÉSTICO

Os papéis económico/abastecedor e doméstico fazem parte dos chamados papéis tradicionais da família. O primeiro consiste na produção e/ou na obtenção de bens e serviços necessários à família por intermédio da troca de outros bens e serviços. O segundo consiste em trabalhar os bens, prepará-los e/ou conservá-los para uso familiar, incluindo as actividades de limpeza e/ou de reparação sempre que as necessidades de uso o exijam no sentido de proporcionar prazer e conforto aos membros da família. Estes dois papéis são complementares e envolvem os mesmos bens embora em diferentes pontos da sua preparação e utilização pelos membros da família.

7.3.1. Caracterização do papel económico e estrutura normativa

As normas sociais tendem a atribuir ao marido/pai maior responsabilidade de suportar a família desde que esteja apto a fazê-lo. Actualmente, e cada vez mais, o desempenho deste papel deixa de ser exclusivamente reservado ao homem. Refira-se que, em 1990, Portugal tinha uma Taxa Global de Actividade Feminina de 74,8% e as Taxas de Actividade das mulheres casadas portuguesas, por grupos de idade, em 1988, eram de 56,9% no grupo dos 15-24 anos, 50,5% no grupo dos 25-34 anos, 52,4%

no grupo dos 35-44 anos, 41,4% no grupo dos 45-54 anos e 14,3% no grupo dos 55-64 anos (Ver Anexo I, Quadro Nº I.2.B).

Tradicionalmente, na sociedade portuguesa atribuía-se quase totalmente ao marido a responsabilidade de ganhar dinheiro para sustentar a família. No nosso estudo perguntámos a ambos os cônjuges quem deveria desempenhar essa tarefa (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 40). A maioria dos cônjuges de ambos os sexos (71,7%) respondeu que deveria ser o marido e a mulher igualmente, sendo em geral as mulheres as mais favoráveis à norma do desempenho igualitário do papel (66,3% dos maridos e 77% das esposas). Apesar disso, os valores das médias ponderadas das respostas é ligeiramente inferior a 3,00, (que corresponderia à igualdade) o que equivale a dizer que esta responsabilidade recai, normativamente, um pouco mais sobre o marido do que sobre a esposa (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.1.).

Analisando as respostas por gerações e por sexos verifica-se que em todas elas a maior percentagem de respostas corresponde ao desempenho igualitário embora as suas médias ponderadas sejam inferiores a 3,00 em todos os grupos de idade excepto no dos 30-39 anos (cônjuges de ambos os sexos) e no caso dos maridos dos 20-29 anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.1.). As esposas da geração mais jovem, contrariamente aos maridos que responderam de forma igualitária, atribuem mais responsabilidade ao marido para ganhar dinheiro para a família do que à esposa.

Prosseguindo a análise da dimensão normativa, perguntámos a ambos os cônjuges quem na sua família deveria ganhar

dinheiro (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 41). A maioria das respostas tende para o desempenho igualitário embora as médias ponderadas, no seu conjunto, não cheguem a 3,00, o que significa que este universo continua a responsabilizar ligeiramente mais o marido nesta tarefa (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.1.A.). Na análise geracional só os maridos dos 20-29 e as esposas dos 30-39 anos responderam igualmente. Ambos os sexos das gerações dos 40-49 e dos 50-59 anos estão normativamente próximas da posição igualitária.

Perguntámos também a ambos os cônjuges se acham que a esposa deve trabalhar, independentemente do ordenado do marido ser alto ou baixo ou de ter filhos pequenos e/ou em idade escolar (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 42). A maioria dos cônjuges de ambos os sexos (58,5% HM) respondeu que a mulher deve trabalhar em qualquer circunstância, sendo as esposas as mais favoráveis a esta situação (55,8% dos homens e 61,3% das mulheres), enquanto apenas 4,2% dos maridos e 4,2% das esposas responderam que elas têm obrigação de trabalhar. Todavia, há uma percentagem razoável de cônjuges de ambos os sexos que consideram perfeitamente admissível que a esposa não trabalhe (21,1% dos maridos e 18,3% das esposas consideram preferível a mulher não trabalhar e 15,8% dos maridos e 12,6% das esposas responderam que ela não tem essa obrigação). Repare-se que os valores das médias ponderadas são sempre superiores a 2,00 (a média igual a 2,00 corresponde à resposta de que a mulher deve trabalhar em qualquer circunstância). Estas médias revelam que apesar da maioria ter respondido que ela deveria fazê-lo em qualquer circunstância é apreciável a percentagem de indiví-

duos que consideram admissível e preferível que ela não o faça.

Curiosamente, a análise por gerações revela-nos que os maridos dos 20-29 anos são os que mais preferem que a mulher não trabalhe quando o marido tem um ordenado alto ou quando têm crianças pequenas e/ou em idade escolar. Contrariamente, a totalidade das esposas desta geração respondeu que ela deve trabalhar em qualquer circunstância (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.2.). As gerações dos 40-49, 50-59 e 60-69 anos (ambos os sexos) foram as únicas a responder que a esposa tem obrigação de trabalhar (10% das esposas dos 50-59 e 12,9% dos maridos dos 60-69 anos, apresentam as percentagens mais elevadas nesta resposta).

Para termos uma noção das prescrições normativas sobre o papel económico perguntámos aos inquiridos de ambos os sexos como reagiriam em relação a um marido/pai (e à respectiva família) que não ganha o suficiente para sustentar a sua família (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 43). As respostas revelam uma fraca sanção (43,7% dos maridos e 44% das esposas reponderam que não lhes faria qualquer diferença e em segundo lugar 32,6% dos maridos e 35,6% das esposas revelaram que não gostariam de falar com eles muitas vezes). A sanção mais forte, que seria a de não querer tê-los como vizinhos, apenas foi mencionada por 1,6% dos maridos e 4,7% das esposas, no total. As esposas tendem a sancionar esta situação mais fortemente do que os maridos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.3.).

A análise por gerações revela-nos que os casais mais jovens optam pelas sanções 1 e 2, ou seja, não os escolheriam para amigos íntimos nem gostariam de falar com eles muitas vezes. Os cônjuges mais indiferentes pertencem às gerações dos 40-49 e dos 50-59 anos (ambos os sexos). Curiosamente a sanção mais forte (não querer tê-los como vizinhos) foi maioritariamente expressa por esposas (7,1% do grupo 40-49 anos, 6% dos 50-59 anos e 4,2% dos 60-69 anos) e apenas por 3,1% dos maridos dos 40-49 anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.3.).

Se numa família o marido e a mulher não trabalham para se sustentar economicamente (Ver Anexo IV.A, Pergunta Nº 44), a maioria dos inquiridos de ambos os sexos respondeu que reprova fortemente, ou apenas reprova, que qualquer dos cônjuges não desempenhe o papel. Em termos normativos, ambos os sexos tendem a sancionar ligeiramente mais o marido do que a esposa, sendo as gerações dos 70 e mais anos (ambos os sexos) e a dos 20-29 anos (homens) que mais sancionam este comportamento (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.3.A.).

7.3.2. - O desempenho do papel económico: a partilha do papel com as mulheres

No nosso universo 21% das esposas são domésticas, 9% são reformadas e 70% têm uma actividade remunerada (1), ou seja,

(1) Ter uma actividade remunerada não significa necessariamente ter emprego.

partilham com o marido o desempenho do papel económico. Em 1,6% das famílias (casais) inquiridas o marido/pai não está apto para trabalhar e em 4,2% delas a esposa/mãe não está apta para exercer uma actividade. Em relação ao rendimento anual, 39% do total dos maridos e 37% do total das esposas recebem menos de mil contos por ano, 39% dos maridos e 11% das esposas recebem entre mil e dois mil contos/ano, 0,5% dos maridos e 0% das esposas recebem mais de dois mil contos/ano e 22% dos maridos e 52% das esposas não responderam.

Para analisarmos o desempenho do papel perguntámos a ambos os cônjuges quem ganha dinheiro para a família (Ver Anexo IV, Pergunta Nº 45). De acordo com os dados globais, 47,9% dos maridos e 47,8% das esposas responderam que ambos ganham o mesmo, 20% dos maridos e 13,6% das esposas responderam que o marido ganha mais do que a mulher, 21,1% dos maridos e 22,5% das esposas responderam que só o marido ganha dinheiro, 5,3% dos maridos e 10,5% das esposas responderam que ganham mais do que o marido e 1,1% dos maridos e 1% das esposas responderam que só elas ganham dinheiro para sustentar a família. Analisando os valores das médias ponderadas globais, verifica-se que são inferiores a 3,00 (que corresponderia ao desempenho igualitário) o que significa que o marido ganha mais do que a mulher (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.2.A.).

Analisando as respostas segundo as gerações, o único caso em que a média ponderada das mulheres é superior a 3,00 (3,17) corresponde à geração dos 20-29 anos, o que equivale a dizer que há neste grupo etário algumas mulheres (33,3%) que ganham mais do que o marido (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.2.A.). A

geração dos 50-59 anos apresenta a maior percentagem de famílias em que apenas o marido ganha dinheiro para a família, logo seguida da dos 60-69 anos.

Procurámos saber junto das esposas quais os motivos que as levam a trabalhar (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 46 do questionário das mulheres). A análise global das respostas revela que 24,6% trabalha para conviver com os outros, 18,8% trabalha para ajudar a pagar as contas, 8,9% respondeu que trabalha para se manter ocupada, 6,3% respondeu que trabalha para elevar o nível de vida da família, 0% respondeu que trabalha para se realizar pessoalmente e 41,4% não respondeu (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.4.).

A análise das respostas por gerações permite-nos fazer uma leitura mais detalhada. A maioria das não respostas foram das mulheres mais velhas, principalmente com 70 e mais anos (72,7%), entre 60-69 anos (58,3%), entre 50-59 anos (50%) e entre 40-49 anos 35,7%). As maiores percentagens de respostas expressas são das esposas dos 20-29 e dos 30-39 anos (33,3%, respectivamente) revelando que trabalham para conviver com os outros. Em segundo lugar (entre 28,6% e 8,1%) figuram as que trabalham para ajudar a pagar as contas, sendo em maior número as da geração dos 40-49 anos (28,6%), seguindo-se por ordem decrescente as dos 30-39 anos (23,3%), as dos 20-29 anos (16,7%), as dos 50-59 anos (10%) e finalmente as dos 60-69 e de 70 e mais anos (com 8,3% e 9,1%, respectivamente). As esposas que trabalham para elevar o nível de vida da família situam-se nas gerações entre os 20 e os 59 anos (16,7% dos 20-

-29, 10% dos 30-39, 5,7% dos 40-49 e 8% dos 50-59 anos). Entre as esposas que responderam trabalhar para se manterem ocupadas 16,7% são da geração dos 20-29 anos, 13,3% têm entre 30-39 anos, 10% têm 40-49, 6% têm entre 50-59 e 8,3% têm entre 60-69 anos.

7.3.2.1. - Características das famílias em que a mulher partilha o papel económico

Slocum e Nye referindo-se (1976, in Nye, 1976:85) a estudos até então realizados em famílias americanas, revelam que as esposas dos homens de status profissional mais baixo são as que mais partilham o papel económico, enquanto as esposas dos homens que detinham um status profissional mais elevado são as que menos partilham o papel (note-se que estas observações foram anteriores a 1976).

No nosso universo, onde na maioria das famílias o homem possui um status baixo verifica-se que grande parte das esposas são domésticas (81), ou seja, 43%, em relação ao total, sendo na sua maioria (41) do grupo dos 40-49 anos, e em segundo lugar (26) do grupo dos 50-59 anos. Esta tendência afigura-se contrária à dos estudos americanos realizados, pelo menos, até 1976. O principal motivo que levava as mulheres americanas a trabalhar (esposas dos homens das classes inferiores) era a aspiração de aproximar os níveis de consumo da sua família ao das famílias em que o homem usufruía de mais rendimento. No nosso universo a maioria das esposas (41,4%)

não respondeu à Pergunta Nº 46 sobre "Se trabalha, por que o faz". Entre as respostas expressas 24,6% respondeu que trabalha para conviver com os outros, 18,8% trabalha para pagar as contas e apenas 6,3% respondeu que trabalha para elevar o nível de vida da família (Ver Anexo V, Quadro Nº V.8.4.). A análise imediata das respostas expressas afigura-se demasiado conformista com a situação adquirida parecendo não demonstrar grande aspiração por parte destas esposas, para obter níveis de consumo mais próximos dos das famílias da classe média. Por outro lado, a elevada percentagem de não respostas, coloca-nos algumas reservas. Admitimos, também, que estas esposas, por qualquer motivo, preferiram não revelar frontalmente os verdadeiros motivos que as levam a trabalhar. Recorde-se que o estudo da Direcção Geral da Família, sobre o Quotidiano das Famílias Portuguesas (1988) revela-nos que a maioria das esposas trabalha para superar as dificuldades económicas e para ajudar a pagar as despesas da família.

Quanto à relação entre o nível educacional das esposas e a partilha do papel económico, os estudos mais recentes revelam que as esposas com níveis educacionais mais elevados são as que mais tendem a partilhar este papel. No nosso universo, apesar do nível educacional das mulheres ser muito baixo, as mais jovens são as que atingiram níveis mais elevados e entre estas, principalmente dos 20-29 e dos 30-39 anos, verifica-se tendencialmente uma maior partilha do papel económico. Apesar disso, registe-se que 26,6% das esposas dos 30-39 anos são domésticas. No grupo dos 20-29 anos 100% das esposas são activas. Entre as da geração dos 20-29 anos, 16,6% têm entre 7

a 9 anos de escolaridade e 83,3% têm entre 10 a 12 anos de escolaridade. Entre as esposas do grupo dos 30-39 anos 50% têm entre 1 a 4 anos de escolaridade, 6,6% têm entre 5 a 6 anos, 23,3% têm entre 7 a 9 anos e 20% têm entre 10-12 anos de escolaridade (Ver Anexo V, Quadros Nº V.2., V.5.C., V.5.D. e V.5.E.).

No nosso universo há 110 famílias (68%) em que a esposa auferem um rendimento, proveniente do salário, de pequenos trabalhos ou de reforma. O impacto da partilha das mulheres no papel económico não se afigura muito significativo, uma vez que a maioria delas, por terem um baixo nível educacional, auferem remunerações baixas, não conseguindo elevar substancialmente o rendimento familiar. Recorde-se que, quanto ao rendimento mensal auferido, 22,1% dos maridos e 51,8% das esposas não responderam. Analisando o rendimento das esposas que responderam a esta questão (Pergunta Nº 92) verifica-se, que 31,5% delas auferem menos de trinta mil escudos, 31,5% auferem entre trinta mil e quarenta e nove mil escudos, 14,1% recebe entre cinquenta e sessenta e nove mil escudos, 14,1% recebe entre setenta e oitenta e nove mil escudos, 6,5% recebe entre noventa e cento e dezanove mil escudos e apenas 2,2% recebe entre cento e vinte e cento e trinta e nove mil escudos. Em suma, 66% das esposas que recebem algum rendimento não atingem os cinquenta mil escudos. Recorde-se que, segundo dados oficiais do INE (INE, Portugal Social, 1992), a remuneração média mensal líquida total (ganha), no Continente, em 1989, era de 58.295 escudos (HM), de 55.542 escudos para os homens e de para as 42.617 escudos para as mulheres. Os

rendimentos das esposas do nosso universo aproximam-se do salário médio das mulheres do Continente. Registe-se que apenas 47,3% das famílias inquiridas (89) responderam à questão sobre o rendimento familiar.

Analisando as classes de rendimento familiar por grupos etários verifica-se que:

- na classe dos 20-59 mil escudos/mês, ou seja, inferior a 600 contos anuais, há apenas uma família dos 30-39 anos, três famílias dos 40-49 anos, uma dos 50-59 e uma dos 60-69 anos, ou seja, 6,1% do total das famílias que responderam à questão sobre o rendimento familiar.

- na classe dos 60-99 mil escudos/mês, ou seja, na ordem dos 1.100 contos anuais, há quatro famílias do grupo dos 40-49 anos, seis dos 50-59, nove dos 60-69 e nove com setenta e mais anos, ou seja, 31,5% do total das famílias que responderam a esta questão;

- na classe dos 100-139 mil escudos/mês, ou seja, na ordem dos 1.700 contos anuais, há duas famílias dos 20-29 anos, seis dos 30-39, sete dos 40-49 seis dos 50-59 três dos 60-69 e uma com 70 e mais anos, ou seja, 28,1% das famílias que responderam a esta questão;

- na classe dos 140-179 mil escudos/mês, ou seja, dos 2.250 contos anuais, há duas famílias do grupo dos 20-29 anos, três dos 30-39, duas dos 40-49 e quatro dos 50-59 anos, ou seja, 12,4% das famílias que responderam a esta questão;

- na classe dos 180-219 mil escudos/mês, ou seja, dos 2.800 contos anuais, há duas famílias dos 20-29 anos, quatro dos 30-39, cinco dos 40-49, duas dos 50-59 e duas dos 60-69 anos, ou seja, 16,9% das famílias que responderam a esta questão;

- na classe dos 220 mil escudos/mês ou mais, ou seja, com rendimento anual igual ou superior a 3.000 contos, há apenas duas famílias dos 40-49 anos, uma dos 50-59 e uma dos 60-69 anos, ou seja, 4,5% das famílias que responderam a esta questão (Ver Anexo V, Quadro Nº V.5.H.).

Analisando as classes de rendimento mensal das famílias em que as esposas declararam partilhar o papel económico (89 ao todo, o que equivale, apenas, a 47,3% das famílias inquiridas) verifica-se que mesmo assim há 6,7% dessas famílias (6) cujo rendimento mensal não atinge os 60 mil escudos, o que equivale a um rendimento inferior a 850 contos por ano. A maioria delas (28), ou seja, 32% tem um rendimento mensal entre 60-99 mil escudos, ou seja, à volta de 1.100 contos anuais. Estes valores, apurados em 1992, revelam que 38,7% das famílias do nosso universo, em que as esposas partilham o papel económico, encontram-se abaixo das receitas líquidas médias anuais para 1989/1990 cujo valor era, para o Continente, de 1.278 contos. Imediatamente a seguir há 25 famílias num total de 89, ou seja 28,1%, cujo rendimento se situa entre 100-139 mil escudos por mês, ou seja, cerca de 1700 contos anuais. Entre 140-179 mil escudos há 12,4%, ou seja, cerca de 2.250 contos por ano. Entre 180-219 mil escudos por mês há 16,9% das famílias, ou seja, auferindo cerca de 2.800

contos por ano e com 220 mil escudos por mês ou mais há apenas 4,5%, o que equivale a um rendimento anual igual ou superior a 3.000 contos (Ver Anexo V, Quadro Nº V.5.G.).

A análise destes valores revela que, pelo menos 38,7% das famílias inquiridas, mesmo sendo reduzidas, e apesar da mulher partilhar o papel económico, apresentam um per capita bastante baixo, quer em relação aos países industrializados, quer em relação ao per capita médio nacional. Para estas famílias a partilha da mulher no papel económico não chega para retirá-las da situação precária em que se encontram. Nas restantes famílias em que a mulher partilha o papel económico (61,3% num total de 89 famílias) o rendimento familiar ultrapassa o rendimento médio para 1989/1990. Nestes casos pode considerar-se que o rendimento da mulher contribui para elevar o nível de vida da família.

As respostas referentes à forma como os casais gerem o rendimento familiar revelam que o comportamento predominante consiste na existência de um fundo comum para os gastos da família (responderam desta forma 70% dos maridos e 57,1% das esposas). Em segundo lugar verifica-se o caso em que a esposa gere todo o dinheiro (assim responderam 10% dos maridos e 20,4% das esposas), em terceiro lugar situa-se o caso em que o marido gere todo o dinheiro (assim responderam 7,9% dos maridos e 9,9% das esposas). Apenas 7,9% dos maridos e 6,8% das esposas responderam que cada um gere o seu dinheiro enquanto 4,2% dos maridos e 5,8% das esposas não responderam (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.5.).

A análise por gerações revela que em todas elas o fundo comum é o modelo predominante. As gerações dos 20-29 e dos 50-59 anos têm as maiores percentagens de casos em que as esposas gerem todo o dinheiro (33,3% e 26%, respectivamente). O modelo de comportamento em que o marido gere todo o dinheiro e dá à esposa o suficiente para as despesas do dia a dia surge, apenas, nas gerações entre os 40 e os 70 e mais anos, com percentagens entre 5,9% e 17,1% . Neste caso as gerações dos 40-49 e a dos 60-69 anos são as mais representativas (17,1% e 16,1%, respectivamente) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.5.). Nos casos em que apenas um dos cônjuges gere todo o rendimento é mais frequente ser a esposa a fazê-lo. Decisivamente, neste universo não existe a imagem do marido gestor do fundo familiar. Este facto leva-nos a admitir que há esposas activas e não activas que gerem isoladamente o rendimento familiar. As esposas trabalhadoras (activas) não adquirem, por esse facto, maior probabilidade do que as outras de se tornarem gestoras isoladas do rendimento familiar ou de serem co-gestoras. Por outro lado, os casais mais jovens (dos 20-29 e dos 39-39 anos) tendem a gerir mais democraticamente o rendimento familiar optando mais abertamente do que os das restantes gerações pelo modelo do fundo comum.

7.3.2.2 - A competência e o esforço do papel económico

Para avaliarmos a competência dos maridos e das esposas como abastecedores económicos da sua família pedimos aos inquiridos para se autoavaliarem e avaliarem o cônjuge. Os resultados globais revelam que as maiores percentagens da autoavaliação e da avaliação recíproca situam-se, em primeiro lugar, no bom abastecedor e em segundo no abastecedor razoável (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.6.). As esposas tendem a classificar mais os maridos como bons abastecedores do que estes as classificam. Em geral, 56,4% dos maridos e 57% das esposas autoclassificam-se como bons abastecedores. Entre estes, 1,6% dos maridos e 5,2% das esposas consideram-se abastecedores excepcionais, 13,7% dos maridos e 16,2% das esposas consideram que abastecem melhor que a média e 41,1% dos maridos e 35,6% das esposas consideram que abastecem bem. Na categoria de abastecedores razoáveis e menos bons autoclassificaram-se 37,4% dos maridos e 32,9% das esposas, enquanto 1,6% dos maridos e 4,2% das esposas consideram que não estão aptos para trabalhar.

A análise por gerações revela que os cônjuges mais jovens estão pouco satisfeitos com a sua própria competência como abastecedores (66,7% dos indivíduos dos 20-29 anos/HM consideram-se abastecedores razoáveis). Os indivíduos das restantes gerações parecem ser relativamente mais optimistas na autoavaliação balançando entre o abastecedor bom e o razoável.

Na avaliação do cônjuge as esposas dos 30-39, 40-49 e dos 70 e mais anos classificam melhor os maridos do que estes as classificam. Nas gerações dos 20-29, dos 50-59 e dos 60-69 anos os maridos classificam melhor as esposas do que estas classificam os cônjuges (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.6.).

Procurámos saber em que medida os cônjuges de ambos os sexos se preocupam com a forma como abastecem a sua família. No conjunto, 43,2% dos maridos e 38,2% das esposas sentem que fazem um bom trabalho e/ou estão satisfeitos com a forma como o fazem, enquanto 36,3% dos maridos e 41,4% das esposas preocupam-se com a forma como desempenham este papel. Estas sentem-se nitidamente mais insatisfeitas do que os maridos quanto ao seu próprio desempenho (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.7.).

A análise geracional revela que entre os cônjuges mais jovens (20-29 anos) situam-se, simultaneamente, as maiores percentagens de indivíduos que sentem que fazem um bom trabalho (entre 66,7%/H e 50%/M) e dos que se preocupam às vezes (33,3%/H e 33,3%/M). Os que mais responderam preocupar-se frequentemente pertencem às gerações entre os 40 e os 70 e mais anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.7.). Apesar disso, as maiores percentagens de respostas em todas as gerações indicam que os cônjuges de ambos os sexos sentem que fazem um bom trabalho ou não pensam muito nisso (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.7.).

As esposas mais insatisfeitas com a forma como ganham dinheiro para a família pertencem, por ordem decrescente, às gerações dos 40-49 (30%), dos 60-69 (25%), dos 50-59 (22%) e dos 70 e mais anos (18,2%). Em relação à avaliação do cônjuge,

a esposa tende a preocupar-se mais frequentemente do que o marido sobre a forma como este abastece a família. Esta maior preocupação pode estar ligada ao facto de haver mais esposas do que maridos a desempenharem isoladamente o papel de gestoras do rendimento familiar apercebendo-se mais directamente do que eles que o dinheiro é insuficiente para satisfazer todas as necessidades e/ou aspirações da família. As esposas que mais se "preocupam frequentemente" e se "preocupam às vezes" com a forma como os maridos abastecem a família pertencem às gerações intermédias e mais idosas, ou seja, por ordem decrescente das percentagens, dos 40-49 (41,4%), dos 50-59 (38%), dos 60-69 (33,3%), dos 70 e mais anos (27,3%) e dos 30-39 (23,3%). Os maridos que mais se preocupam com a forma como as esposas ganham dinheiro (33,3%) e os que mais sentem que elas fazem um bom trabalho (66,7%) pertencem à geração mais jovem (20-29 anos). Apesar de haver alguma insatisfação mais ou menos generalizada dos cônjuges de ambos os sexos, as percentagens de respostas de maridos e de esposas que afirmam sentir que o cônjuge faz um bom trabalho, ou que estão satisfeitos com a forma como este o faz, atingem valores razoáveis.

Em suma, os resultados deixam transparecer que cerca de um terço dos maridos e pouco menos de metade das esposas sentem que não desempenham o papel abastecedor tão bem como gostariam ou poderiam fazê-lo. Apesar disso, o conflito neste papel é pouco frequente: 70% dos maridos e 72,8% das esposas responderam que raramente ou nunca entram em desacordo sobre a forma como o cônjuge ganha dinheiro para a família, 15,8% dos

maridos e 17,3% das esposas mencionaram que discordam algumas vezes, enquanto apenas 10% dos maridos e 6,8% das esposas responderam que discordam muito frequentemente ou frequentemente sobre este assunto (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.8.).

A análise geracional do conflito no papel económico revela que este surge mais frequentemente nos grupos entre os 40 e os 70 e mais anos sendo os maridos que mais o exprimem em relação a si próprio e em relação à esposa (entre 12,9% e 1,5% dos maridos destas gerações discordam muito frequentemente). No grupo etário dos 30-39 anos a situação é contrária sendo a esposa a mais conflituosa em relação à sua própria forma de ganhar dinheiro e em relação à forma como o marido o faz (10% das esposas e 5% dos maridos deste grupo etário discordam frequentemente sobre a forma como o próprio e o cônjuge abastecem a sua família). Entre os indivíduos que discordam algumas vezes sobre a forma como o cônjuge ganha dinheiro, as situações mais frequentes surgem nos maridos dos 20-29 anos (33,3%), nos dos 40-49 anos (23,1%) e nas esposas dos 70 e mais anos (18,2%). Porém, as situações mais frequentes, em termos percentuais, são as de raramente ou nunca entrarem em desacordo.

Procurámos, também, analisar quem toma a decisão final sobre o emprego do próprio e do cônjuge quando há desacordo entre ambos sobre a forma como ganham dinheiro para abastecer a família. A análise global dos resultados revela que as percentagens mais elevadas referem-se à situação de nunca haver desacordo (entre 37,7% e 37,4%) e em segundo lugar à decisão conjunta de ambos os cônjuges sobre o emprego do próprio e do cônjuge (entre 31,6% e 33,5%) (Ver Anexo V, Quadros Nº

V.8.9.). Em terceiro lugar sobressai o modelo em que o marido decide mais do que a esposa sobre o seu próprio emprego e sobre o dela (12,1% e 7,9%), em quarto lugar figura o modelo em que a decisão é sempre do marido em relação ao seu próprio emprego e ao da mulher (10,5% e 8,9%), em quinto lugar surge a situação em que a esposa decide mais do que o marido sobre o seu próprio emprego (3,1%) e sobre o do cônjuge (entre 5,8% e 2,6%), e, finalmente, a situação em que a decisão cabe sempre à esposa em relação ao seu próprio emprego (entre 2,6% e 1,6%) e em relação ao emprego do marido (entre 0% e 1,6%). Saliente-se ainda que as não respostas têm uma expressão significativa: 18,9% dos maridos não responderam sobre quem decide em relação ao emprego das esposas e 5,8% deles não responderam sobre quem decide em relação ao seu próprio emprego; 17,3% das esposas não responderam sobre quem decide em relação ao seu próprio emprego e 8,4% delas não responderam sobre quem decide em relação ao emprego do marido. Estes valores revelam nitidamente que a esposa tem muito menos poder de decisão do que o marido no papel económico/abastecedor.

A análise geracional reforça esta conclusão. Os resultados provam que as não respostas das esposas são superiores às dos maridos concentrando-se mais nas gerações a partir dos 40 anos, fazendo-nos admitir que as mulheres mais idosas têm menos poder decisional do que as mais jovens no papel económico. O modelo em que a decisão é sempre do marido sobre o seu próprio emprego e sobre o emprego da esposa é mais frequente nas gerações a partir dos 40 anos afigurando-se mais intensa nos grupos dos 40-49 e dos 50-59 anos. O modelo em que o marido

decide mais do que a mulher sobre o seu próprio emprego e sobre o da esposa é mais frequente nas gerações dos 30-39, 40-49, 50-59 e 60-69 anos. Por outro lado, o modelo mais democrático, em que ambos decidem igualmente sobre o emprego de ambos cônjuges, é mais frequente nos grupos mais jovens (20-29 e 30-39 anos) e no dos 70 e mais anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.8.9.).

Fica aqui bem claro que, nas famílias deste universo, a dimensão normativa do papel económico é mais democrática e menos tradicional do que a dimensão comportamental. A grande maioria dos inquiridos de todas as gerações respondeu que a esposa deve partilhar o desempenho do papel abastecedor independentemente da sua circunstância, ou seja, de ter filhos pequenos e/ou em idade escolar, ou que o marido ganhe o suficiente para sustentar a família. Os argumentos mais apontados que motivam as esposas deste universo a trabalhar são as necessidades de conviver com os outros e de ajudar a pagar as contas. Os casais mais jovens evidenciam uma atitude mais democrática que os das restantes gerações em relação ao emprego da esposa evidenciando um maior poder de decisão da mulher sobre o seu próprio emprego. É possível que se verifique, futuramente, uma mudança neste sentido em relação ao desempenho e à partilha deste papel. Porém, presentemente, o marido continua a ter maior responsabilidade e maior poder decisional no papel económico/abastecedor.

A nossa análise do papel económico/abastecedor das famílias inquiridas permite-nos admitir que algumas poderão sentir-se relativamente prejudicadas, em termos de rendimento e

de nível de vida se a mulher não partilhar o papel com o marido, embora não seja obrigada a desempenhá-lo, ou seja, tenha uma responsabilidade secundária no seu desempenho. As esposas das gerações mais jovens têm níveis de escolaridade mais elevados e tendem a aumentar a partilha do papel económico em comparação às esposas das restantes gerações, registando-se alguma evolução nesse sentido.

7.3.3. Caracterização do papel doméstico, estrutura normativa e sanções que reforçam as normas

O papel doméstico é tão antigo quanto a família e caracteriza-se por envolver uma série de responsabilidades que, em termos genéricos, procuram responder aos conceitos de limpeza e ordem. Em termos conceptuais o papel doméstico inclui todas as tarefas instrumentais inerentes à preparação dos alimentos, aos cuidados com o vestuário (lavar, passar a ferro, reparar e outros cuidados) cuidar e conservar a habitação e o equipamento doméstico, compras, assuntos financeiros, etc.. Nas sociedades onde a família é economicamente auto-suficiente as tarefas relacionadas com as compras e com as transacções financeiras poderão ser dispensadas e/ou assumirem uma carga mais ligeira. Na análise deste papel é necessário distinguir o papel doméstico ("housekeeper role") do papel de dona de casa ("housewife role"). O último inclui todas as tarefas que as mulheres geralmente executam no espaço que se designa por casa (lar). O papel da dona de casa varia consoante o ciclo de vida familiar podendo incluir tarefas dos papéis de socialização e dos cuidados com as crianças, dos papéis doméstico, sexual, terapêutico, recreativo e do parentesco (e eventualmente do papel abastecedor)⁽¹⁾.

(1) Para aprofundar a discussão sobre o papel de dona de casa, ver Lopata (1966) e (1971).

É comum, em quase todas as sociedades, a maior parte das responsabilidades dos cuidados domésticos recair sobre a mulher. Todavia, ao nível normativo, os resultados do inquérito revelam que estas tarefas não são exclusivamente femininas, embora, em termos globais, se responsabilize mais a mulher. Repare-se que, no apuramento global, as médias ponderadas das respostas são, em todos os casos, superiores a 3,00, ou seja recai mais sobre a esposa (se a média fosse igual 3,00 a norma seria igualitária) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.1).

As tarefas que ambos os cônjuges consideram mais igualitárias referem-se às compras de alimentos e de outros produtos para a família, a preparação de alimentos e de refeições, lavar a louça, tratar da conservação da casa e tratar das questões administrativas. Nestas tarefas as respostas dos maridos oscilam entre os 50,5% e 62,1% sendo as tarefas referentes às compras de outros produtos para a família, tratar da conservação da casa e das questões administrativas, as que tiveram maior percentagens de respostas. As esposas revelam-se normativamente mais igualitárias para as mesmas tarefas, apresentando percentagens de respostas mais elevadas (entre 53,4% e 65,4%) que as dos maridos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.1.). Nas restantes tarefas, nomeadamente, arrumar e limpar a casa, lavar roupa e passar a ferro, a responsabilidade recai muito mais sobre a esposa. Repare-se que as percentagens de respostas de ambos os sexos em relação à exclusividade da esposa no desempenho destas tarefas não ultrapassa os 26,7%. Curiosamente, os valores mais elevados, neste caso, foram os das mulheres.

Analisando a definição normativa das várias tarefas por gerações, verifica-se que (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.1.):

- em relação às compras de alimentos, só as esposas dos 20-29 anos responderam maioritariamente (50%) que a mulher deveria fazê-lo mais do que o marido. Repare-se que a média ponderada das respostas das esposas desta geração é a única que excede 4,00 (4,17). As médias ponderadas das respostas nas restantes gerações são superiores a 3,00, o que significa que a responsabilidade desta tarefa recai mais sobre a esposa, embora seja menos evidente do que a definição dada pelas mulheres mais jovens. As gerações que neste papel têm uma definição mais igualitária são, em primeiro lugar, a dos 40-49 anos, seguindo-se a dos 30-39 anos;

- em relação às outras compras, o comportamento das várias gerações é idêntico ao descrito sobre as compras de alimentos, embora se verifique uma maior tendência para o desempenho mais igualitário, excepto para as esposas mais jovens (20-29 anos) e para os maridos dos 60-69 anos, que atribuem maior responsabilidade à esposa. Os maridos dos 20-29 anos são os únicos cuja média ponderada das respostas é 3,00, o que corresponde à definição igualitária desta tarefa;

- na preparação dos alimentos, mais uma vez são as esposas mais jovens e os maridos dos 60-69 anos que consideram a esposa mais responsável por tal tarefa (note-se que as médias ponderadas das suas respostas são superiores e/ou igual a 4,00);

- na preparação das refeições voltam a ser as esposas mais jovens as únicas a atribuir mais responsabilidade à mulher nesta tarefa do que os elementos femininos e masculinos das restantes gerações (a média ponderada das respostas destas esposas é de 4,17);

- nas tarefas referentes à lavagem da roupa, arrumar a casa, lavar roupa, limpar a casa e passar a ferro verificam-se situações muito semelhantes às anteriores, embora se acentue ligeiramente a feminização do seu desempenho, continuando a destacar-se as esposas dos 20-29 anos e os maridos dos 60-69 anos como os elementos que atribuem à esposa as principais responsabilidades destas tarefas do papel doméstico, enquanto os maridos dos 20-29 anos destacam-se como os mais igualitários (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.1.);

- em relação às tarefas referentes ao tratamento das questões administrativas e à conservação da casa, a atribuição normativa das responsabilidades apresenta diferenças mais significativas segundo as gerações do que nas tarefas anteriores. Os maridos da geração mais jovem continuam a ser os mais igualitários enquanto as esposas da mesma geração continuam a responsabilizar-se muito mais do que os elementos masculinos e femininos das restantes gerações. As tarefas administrativas são as únicas em que ambos os cônjuges dos 40-49 anos e os maridos dos 60-69 anos responsabilizam mais o marido do que a esposa. Quanto às tarefas referentes à conservação da casa, apenas os maridos dos 30-39 e dos 40-49 e as esposas dos 50-59 anos responsabilizam mais o marido do que a esposa. Os elementos masculinos e femininos das restantes gerações atribuem

à esposa mais responsabilidade em todas as tarefas deste papel do que ao marido.

Admite-se, porém, que o emprego da mulher possa contribuir para modificar a percepção de ambos os cônjuges em relação à partilha de responsabilidades no papel doméstico. Num casal onde a mulher não tem emprego é mais provável o marido e a esposa atribuírem maior responsabilidade a esta no desempenho deste papel. Como no nosso universo muitas delas são domésticas não nos surpreende que seja essa a tendência das respostas da maioria dos cônjuges inquiridos.

Para avaliarmos a presença e a intensidade das sanções que asseguram o cumprimento das normas do papel doméstico perguntámos a ambos os cônjuges como reagiriam em relação a uma mulher (esposa/mãe) e em relação à sua família se ela não se ocupasse dos cuidados domésticos (Ver Anexo IV.A, Pergunta Nº 53).

As respostas revelam que as sanções sobre as normas deste papel são relativamente fracas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.2.). Em termos globais, as esposas afiguram-se ligeiramente mais tolerantes do que os maridos. Porém, nas sanções mais fortes, estas apresentam percentagens um pouco mais elevadas. As sanções mais frequentes para ambos os sexos foram, em primeiro lugar, não gostar de falar com essa família muitas vezes (47,4%/H e 43,5%/M), em segundo, não lhes faria qualquer diferença (35,8%/H e 36,6%/M, o que não chega a ser uma sanção, e, em terceiro lugar, não os escolheria para amigos íntimos (18,4%/H e 20,9%/M, neste caso as esposas sancionam

ligeiramente mais do que os maridos). A sanção mais forte, que corresponde a não querer tê-los como vizinhos foi mencionada por 3,7% dos maridos e 5,2% das esposas (aqui as mulheres são um pouco mais duras) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.2.).

Analisando as respostas por sexos e gerações verificamos que 66,7% dos maridos e 33,3% das esposas dos 20-29 e 22,2% e 30%, respectivamente, dos 30-39 anos foram os que mais responderam que não os escolhiam para amigos íntimos. Entre os mais indiferentes figuram 44,6% dos maridos e 50% das esposas dos 50-59 anos. Os que responderam não gostar de falar com essa família muitas vezes apresentam uma distribuição percentual mais homogênea, embora 66,7% dos maridos e 83,3% das esposas da geração mais jovem evidenciem esta como a principal sanção. Os casais dos 30-39 anos foram os que mais responderam que impediam brincadeira entre os filhos (entre 11,1%/H e 20%/M), enquanto a sanção mais forte, ou seja, a de não querer tê-los como vizinhos, foi mais mencionada por ambos os cônjuges dos 40-49 anos (7,7%/H e 7,1%/M) e por 8% das esposas dos 50-59 anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.2.).

Procurámos, também, analisar em que medida os inquiridos reprovam a esposa e o marido que não se ocupa dos cuidados domésticos (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 54). Os maridos tendem a reprovar mais fortemente as esposas do que estas os reprovam quando não se ocupam desses cuidados. Os maridos (66,7%) e as esposas (50%) da geração mais jovem e os cônjuges da geração de 70 e mais anos (64,7%/H e 54,5%/M) são os que mais reprovam a esposa que não se ocupa das tarefas domésticas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.3.). A reprovação em relação ao marido que não

se ocupa dessas tarefas é mais acentuada por parte dos próprios homens, principalmente das gerações dos 20-29 (66,7%), dos 60-69 (61,3% e dos 70 e mais anos (58,8%). Curiosamente as esposas mais jovens são, em relação às das restantes gerações, as que apresentam a menor percentagem (33,3% contra 54,5%) referente à reprovação mais forte e as que mais responderam que não se preocupam com isso. Estas respostas levam-nos a admitir que as esposas mais jovens são, em relação a qualquer dos cônjuges, mais tolerantes do que as das restantes gerações, embora continuem a considerar importante o desempenho dessas tarefas (note-se que as médias ponderadas das esposas dos 20-29 anos é de 2,00, enquanto as restantes médias estão mais próximas de 1,00) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.3.).

Considerámos igualmente importante detectar a existência e/ou ausência de sanções destinadas a reforçar o papel doméstico, no sentido de nos apercebermos do valor atribuído a este papel dentro da sua própria família. Para tal, perguntámos a ambos os cônjuges qual a importância que atribuíam ao facto das tarefas domésticas serem bem desempenhadas, quer pelo próprio, quer pelo cônjuge (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 55).

As respostas globais revelam que os maridos sobrevalorizam ligeiramente mais do que as esposas o facto das tarefas serem bem desempenhadas, quer sejam realizadas por si próprios ou pelos cônjuges (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.4). Em termos globais os maridos afiguram-se mais exigentes em relação a si próprios e às esposas (note-se que 64,2% dos maridos responderam que era extremamente importante que eles próprios desempenhassem bem as tarefas domésticas, enquanto 67,4% deles

responderam que era extremamente importante as esposas desempenharem bem as tarefas domésticas). Em termos globais as esposas afiguram-se menos exigentes que os maridos, quer em relação a si próprias, quer em relação ao cônjuge (62,3% consideram ser extremamente importante para elas desempenhar bem as tarefas, enquanto 59,7% responderam que era extremamente importante que o marido as desempenhasse bem). Em termos globais, 96,8% dos maridos consideram extremamente importante e/ou importante que eles próprios desempenhem bem as tarefas domésticas, enquanto, em relação ao bom desempenho da esposa essa percentagem é de 96,3% . As respostas globais das esposas aproximam-se destes valores, embora tenham percentagens relativamente mais baixas (94,2%) em relação à exigência da sua própria perfeição e (90,6%) em relação à perfeição que exigem dos maridos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.4.).

Estas percentagens globais demonstram, inequivocamente, o elevado valor que ambos os cônjuges atribuem ao papel doméstico. Vejamos, porém, como essa importância se exprime pelas várias gerações. A análise geracional das médias ponderadas das respostas (quanto mais próxima de 1,00, maior é o grau de exigência) revela que os maridos dos vários grupos de idade tendem a sobrevalorizar mais do que as esposas, sendo os mais exigentes os das gerações a partir dos 50 anos. Os maridos mais idosos (70 e mais anos) revelam-se, incomparavelmente mais exigentes do que os das restantes gerações, quer em relação à sua própria perfeição com que executam as tarefas, quer em relação à perfeição que exigem das esposas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.4.).

Em relação à avaliação recíproca, as esposas de todas as gerações revelam-se sempre mais condescendentes (menos exigentes) em relação aos maridos do que estes o são em relação a elas. Mais uma vez o grau de exigência é superior nos cônjuges de ambos sexos a partir das gerações dos 50 anos. Os cônjuges mais idosos são os que mais valorizam as tarefas bem desempenhadas (note-se que as médias ponderadas da avaliação recíproca são de 1,00 caso dos maridos em relação à perfeição do desempenho das esposas e de 1,09 na avaliação destas em relação à perfeição do desempenho dos maridos).

A análise da importância atribuída ao bom desempenho do papel doméstico revela que ele continua a ser muito valorizado pelos cônjuges de ambos os sexos de todas as gerações, embora se verifique que, principalmente as esposas mais jovens, demonstrem um menor constrangimento em relação ao seu desempenho. Este facto leva-nos a admitir que estas sentem-se menos controladas que as das gerações mais idosas (quer pelo marido, quer pelos vizinhos), revelando-se mais à vontade no seu desempenho, continuando, porém a considerá-lo importante (note-se que as esposas mais jovens são as que têm a média ponderada das respostas mais distante de 1,00, ou seja, 1,50. A média de 1,00 corresponde, neste caso, à valorização máxima. Por outro lado, a média das respostas dos maridos de 70 e mais anos em relação à valorização da perfeição das esposas no desempenho das tarefas doméstica é de 1,00, enquanto as médias das esposas da mesma geração em relação à avaliação da perfeição do marido é de 1,06) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.4.).

Em suma, apesar das sanções em relação às famílias que não desempenham convenientemente os cuidados domésticos não serem demasiado duras, verifica-se que os cônjuges de ambos os sexos evidenciam fortes sentimentos negativos em relação ao marido e à esposa, e principalmente em relação a esta, caso não se empenhe devidamente dos cuidados domésticos. Em relação à sua própria família, apesar de se verificar nas gerações mais jovens uma ligeiríssima tendência para a diminuição do controle, mantém-se uma percepção recíproca muito perspicaz de ambos os cônjuges em relação ao desempenho deste papel.

7.3.3.1. - O desempenho do papel doméstico: a identificação, a competência, o esforço, o conflito e variações subculturais e situacionais no desempenho do papel

No que se refere ao desempenho do papel doméstico verifica-se que, tanto os homens, como as mulheres responderam que a esposa desempenha muito mais do que o marido em quase todas as tarefas, excepto nas relacionadas com a conservação da casa e com as questões administrativas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.5.).

A análise por gerações e sexos confirma que ao nível comportamental não se registaram alterações significativas no desempenho das tarefas deste papel continuando a mulher a assumir as principais responsabilidades. Atendendo aos valores das médias ponderadas das respostas dos cônjuges de ambos os sexos

verifica-se que há gerações onde a mulher está mais sobrecarregada (situam-se neste caso as médias ponderadas de valor igual ou superior a 4,00) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.5.).

A análise por tarefas segundo o sexo e as gerações revela-nos que:

- nas tarefas de compra de alimentos e de outras compras para a família as esposas são reconhecidamente mais sobrecarregadas que os maridos, sendo consideradas como quase exclusivas da esposa pelas mulheres do 20-29 anos, pelos homens dos 30-39 anos e pelos homens dos 70 e mais anos;

- na tarefa da preparação dos alimentos, a quase exclusividade do desempenho da esposa é reconhecida pelos cônjuges ambos os sexos dos 20-29 anos, esposas dos 30-39 anos e pelos maridos dos 60-69 e dos 70 e mais anos;

- na tarefa da preparação das refeições a quase exclusividade do desempenho da esposa é reconhecida pelos cônjuges de ambos os sexos dos 20-29 e dos 30-39 anos e ainda pelo maridos dos 70 e mais anos;

- nas tarefas da lavagem da louça, da arrumação da casa e de limpeza da casa a quase exclusividade do desempenho da esposa é reconhecida por ambos os sexos dos 20-29 e dos 30-39 anos, pelas mulheres dos 60-69 anos e pelos homens dos 70 e mais anos;

- na tarefa da lavagem da roupa a quase exclusividade do desempenho da esposa é reconhecido por ambos os sexos dos 20-29, dos 30-39, dos 40-49, dos 60-69 e pelos homens de 70 e

mais anos. Esta é, entre todas as tarefas domésticas, a mais feminizada, não se verificando qualquer inversão da tendência;

- na tarefa de passar a ferro a situação é praticamente idêntica à da lavagem da roupa, embora as mulheres dos 60-69 anos admitam alguma ajuda no seu desempenho;

- nas tarefas da conservação da casa e do tratamento das questões financeiras os maridos dos 20-29 anos tendem a responder igualmente, embora as esposas desta geração considerem que assumem mais o seu desempenho do que o marido. Apenas os homens da geração dos 60-69 anos admitem que desempenham mais que a esposa a tarefa de conservação da casa. Nas questões administrativas, os homens dos 20-29 e dos 30-39 anos responderam que desempenham igualmente esta tarefa, enquanto o marido é reconhecidamente mais envolvido no desempenho das questões administrativas pelas esposas dos 40-49 anos, pelos cônjuges de ambos os sexos dos 50-59 anos e pelos maridos dos 60-69 anos.

Esta descrição do desempenho das diferentes tarefas domésticas por sexos e por gerações evidencia claramente que houve, neste universo, um reforço da feminização do desempenho do papel doméstico, nas gerações mais jovens, facto que é nitidamente contraditório com as evoluções mais recentes evidenciadas pelos estudos realizados nas sociedades industrializadas do mundo ocidental. Pode dizer-se que o desempenho do papel doméstico, neste universo, está praticamente feminizado e cristalizado.

A análise da identificação com o papel doméstico permite-nos compreender melhor o valor e as sanções que lhe são atribuídas. Para tal perguntámos a ambos os cônjuges se, caso pudessem pagar, estariam dispostos a ter uma pessoa para os ajudar no desempenho destas tarefas (Ver Anexo IV.A. Pergunta Nº 58).

Surpreendentemente, verificamos que a maioria dos maridos e das esposas responderam que poderiam fazê-lo (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.6.). Apenas 6,3% dos homens e 9,4% das mulheres responderam que talvez não e 4,2% dos homens e 3,9% das mulheres responderam que de certeza que não pagariam a ninguém para os ajudar no desempenho das tarefas domésticas.

Analisando estas respostas por sexos e por gerações observamos que os cônjuges de ambos os sexos dos 40-49, dos 50-59 e as esposas dos 60-69 foram os que mais responderam que não pagariam a outrem para os ajudar neste papel (Ver Anexo V, Quadro Nº V.9.6.). Os casais mais jovens são os que mais admitem pagar a uma pessoa que os ajude. Analisando estas respostas em termos de identificação com o papel podemos concluir que apesar do desempenho deste papel se encontrar muito feminizado, a identificação com ele não é tão grande como a análise do desempenho nos pode fazer crer. Compreendemos agora que a maior sobrecarga das mulheres mais jovens nas tarefas domésticas não decorre propriamente de uma hipotética "forte identificação com o papel doméstico" como a análise imediata das respostas nos permite admitir, mas sim, e talvez principalmente, por falta de ajudas no seu desempenho.

Curiosamente, as percentagens dos maridos que admitem pagar a alguém que ajudasse a desempenhar as tarefas domésticas são superiores às das mulheres. Seria mais provável que acontecesse o contrário uma vez que seriam as esposas as principais beneficiadas com a ajuda, e não os maridos. Estes valores levam-nos a crer que estas mulheres sentem-se, de facto, mais identificadas com o papel doméstico do que os homens.

Para analisarmos a competência para o papel pedimos que cada elemento do casal autoavaliasse o seu desempenho e avaliasse o do seu cônjuge (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 57). A análise das respostas globais revelam que nem os maridos nem as esposas se sentem totalmente satisfeitos com seu desempenho. Apenas 22,1% dos homens se consideram excepcionais e/ou melhores do que a média das pessoas no desempenho das tarefas domésticas, 37,4% consideram que desempenham bem e 36,3% classificaram-se como razoáveis e/ou não muito bons (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.7.). O marido tende a avaliar qualitativamente melhor a esposa do que esta tende a avaliar o cônjuge. Em relação à autoavaliação das esposas, apenas 25% delas se consideram excepcionalmente boas domésticas e/ou que tratam melhor do que a média, 44% consideram que cuidam bem das suas tarefas e 27,7% classificaram-se como razoáveis.

A análise da avaliação da competência para o papel, por sexos e por gerações feita pelo próprio e pelo cônjuge revelam-nos que:

- em relação à autoavaliação, as esposas dos 40-49 e dos 50-59 anos e os cônjuges de ambos os sexos dos 70 e mais anos

tendem a classificar-se qualitativamente melhor que os elementos das restante gerações;

- na avaliação do cônjuge as esposas dos 20-29, dos 30-39 e dos 50-59 anos são as que tendem a classificar mais desfavoravelmente os maridos, enquanto estes tendem, em todas as gerações, a classificar qualitativamente melhor as esposas.

Para analisarmos o esforço do papel pedimos aos dois elementos do casal para se autoavaliarem e avaliarem o cônjuge sobre o que sentem em relação à forma como desempenham as tarefas domésticas (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 59). A análise das respostas revela que tanto os maridos como as esposas esforçam-se por cumprir as tarefas domésticas, embora se revelem relativamente preocupados com a forma como as fazem (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.8.). Além disso, a análise recíproca demonstra que cada um tem consciência de que o cônjuge também se preocupa com o seu próprio desempenho (44,2% dos homens e 43,5% das mulheres revelaram que se preocupam frequentemente e/ou às vezes, enquanto 36,3% dos homens e 39,2% das mulheres consideram que fazem um bom trabalho e/ou estão satisfeitos com a forma como o fazem).

A avaliação recíproca aproxima-se muito da auto-avaliação, o que significa que os cônjuges não escondem um ao outro as preocupações em relação ao desempenho que cada um faz. Os cônjuges sentem o efeito deste controle fazendo aumentar a sensação de esforço e de insatisfação na qualidade do desempenho.



A análise do esforço do papel por sexos e por gerações revela que os maridos dos 20-29 e dos 30-39 anos são os que menos pensam sobre a forma como eles próprios e as esposas desempenham as tarefas domésticas contrariamente aos maridos das restantes gerações, e, principalmente, os da geração de 70 e mais anos. Na auto-avaliação, os cônjuges de ambos os sexos da geração mais jovem (dos 20-29 anos) afiguram-se como os mais despreocupados e os que revelam menos esforço no desempenho das tarefas domésticas.

Em suma, a explicação para o elevado esforço deste papel é, em parte, derivado pela sensação do controle exercido pelo cônjuge, e ainda, pela revelação de baixa competência de desempenho que cada um dos cônjuges manifestou na sua auto-avaliação.

Para analisarmos o conflito no papel perguntámos a ambos os cônjuges com que frequência discordam sobre a forma como desempenham as tarefas domésticas (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 60). A análise global das respostas de ambos os sexos revela que o conflito neste papel é pouco frequente; 12,6% dos maridos e 15,2% das esposas responderam que discordam algumas vezes, 42,1% dos maridos e 34% das esposas revelaram que discordam raramente enquanto 37,9% dos maridos e 42,9% das esposas responderam que nunca discordam. Os que discordam mais frequentemente não ultrapassam os 3,2% no caso dos maridos e 4,7% no caso das esposas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.9.).

A análise do conflito no papel doméstico segundo o sexo e as gerações revela que os maridos dos 20-29 e dos 40-49 anos,

as esposas dos 60-69 anos e os cônjuges de ambos os sexos de 70 e mais anos são os que mais discordam algumas vezes. Entre os que responderam discordar muito frequentemente figuram as esposas de 70 e mais anos, os cônjuges de ambos os sexos dos 60-69 anos e as esposas dos 50-59 e dos 40-49 anos. As mulheres mais jovens são as menos conflituosas em relação às das restantes gerações, registando-se um agravamento progressivo do conflito nas gerações mais idosas. A análise do conflito manifestado pelo cônjuge revela que os casais dos 40-49, dos 70 e mais anos e os maridos dos 50-59 e as esposas dos 60-69 anos são os que mais acusam o cônjuge de discordar sobre o desempenho das tarefas domésticas. Em termos genéricos os maridos das várias gerações, excepto os dos 20-29 anos, tendem a considerar as esposas menos conflituosas do que estas consideram os maridos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.9.).

Em caso de conflito, procurámos saber como resolviam a situação. Para o efeito perguntámos a ambos os cônjuges quem toma a decisão final quando discordam entre si sobre a forma como desempenham as tarefas domésticas (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 61). A análise global das respostas é pouco explícita revelando uma tendência igualitária ou a ausência de conflito (Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.10.).

A análise da resolução do conflito no papel doméstico, por sexos e grupos de idade, dá-nos uma visão mais realista do fenómeno revelando-nos que:

- em todos os grupos de idade as percentagens de maridos que tomam uma decisão unilateral são geralmente inferiores às das decisões unilaterais das esposas;

- em todos os grupos de idade, excepto no dos 20-29 anos, a esposa tem relativamente mais poder de decisão do que o marido em relação às tarefas que ele próprio desempenha;

- em relação à tomada de decisão sobre as tarefas desempenhadas pelo cônjuge revela-se a mesma tendência em todas as gerações confirmando-se que a esposa tem maior poder decisio-
nal no desempenho do papel doméstico. Este caso é particular-
mente visível em relação aos homens dos 30-39 e dos 40-49 anos
(Ver Anexo V, Quadros Nº V.9.10.)

Ficou demonstrado que no universo do nosso estudo a dis-
tribuição geral e o desempenho do papel doméstico é em grande
medida da responsabilidade da esposa, embora o marido partilhe
o desempenho de algumas tarefas. Comparando os resultados das
respostas dos cônjuges de ambos os sexos referentes à defi-
nição normativa deste papel com as do seu desempenho verifica-
-se que a mulher desempenha-o mais do que as normas lhe atri-
buem.

Slocum e Nye (1976) num dos seus estudos sobre os papéis
abastecedor/económico e doméstico alertam-nos para alguns por-
menores a ter em consideração. Entre eles destacamos os se-
guintes:

- o emprego da esposa tende a aumentar a partilha do ma-
rido no papel doméstico, quer no domínio normativo, quer no

domínio comportamental (Slocum e Nye, 1976: 96). No nosso universo a maioria das esposas são domésticas, podendo admitir-se que, por esse facto a participação do marido seja bastante fraca;

- o nível educacional dos cônjuges e a classe social em que se situam tem grande influência na partilha do marido no desempenho do papel doméstico. Os homens com níveis educacionais mais elevados (secundário ou superior) tendem a aceitar mais facilmente algumas responsabilidades no papel doméstico, enquanto os que têm níveis educacionais mais baixos sentem que este papel é da inteira responsabilidade da esposa. Note-se, porém, que neste aspecto a relação não é totalmente linear. Por outro lado, nem todas as esposas aceitam de bom grado partilhar com o marido o papel doméstico. As mulheres com níveis educacionais mais elevados (graus universitários) afiguram-se muito mais receptivas à norma da partilha da responsabilidade neste papel do que as de níveis de educação secundária e/ou inferior (Slocum e Nye, 1976: 96-97).

No nosso universo os níveis educacionais dos cônjuges são, na grande maioria, bastante baixos, situando-se a maior parte das famílias na classe inferior. Indo ao encontro das tendências verificadas em estudos semelhantes e atendendo às advertências dos investigadores, podemos reconhecer que a maior responsabilidade das esposas do nosso universo, no papel doméstico, é coerente com a classe social a que a maioria destas famílias pertence e com os seus níveis educacionais;

- a preferência religiosa não apresenta qualquer relação no que respeita à norma da partilha nem no desempenho do papel. Porém, ao nível da participação religiosa verifica-se uma relação entre ambos. A norma da segregação do papel tem mais aderentes entre os cônjuges que se afirmam como não praticantes, ou seja, estes tendem a atribuir à esposa quase toda a responsabilidade do papel doméstico. Entre os maridos afigura-se uma relação linear entre a prática religiosa e a adesão à norma da partilha do papel. No caso das mulheres, é mais frequente as que nunca foram praticantes aderirem mais facilmente à norma da segregação (Slocum e Nye, 1976: 97).

No nosso universo, 37,4% dos maridos responderam que não têm religião e 57,4% consideram-se católicos. Entre estes, a grande maioria é não praticante. Em relação às esposas, 23% não têm religião, 71,8% são católicas, embora muitas delas sejam não praticantes. Relacionando as características da nossa amostra com as normas do papel e com as características do seu desempenho, ou seja, com uma forte segregação, os resultados da nossa pesquisa afiguram-se coerentes com as tendências verificadas noutros estudos e com as advertências referidas pelos vários investigadores;

- a composição da família (sua dimensão, número de filhos) influencia a partilha do papel. Os vários estudos realizados sobre o papel doméstico revelam que nas famílias com mais de três crianças, ambos os cônjuges estão mais receptivos para suportar a partilha deste papel, embora a relação não seja linear. Nas famílias com cinco ou mais filhos diminui a probabilidade de se aceitar a partilha do papel. Este facto

sugere que nas famílias mais numerosas pode verificar-se uma especialização por parte da esposa/mãe encarando as tarefas domésticas como o seu modo de vida dedicando-se inteiramente a elas (Slocum e Nye, 1976: 97)⁽¹⁾.

Nas famílias com elementos deficientes podem ocorrer diferenças nas normas e nos comportamentos. Nestas famílias o marido afigura-se menos receptivo para aceitar a partilha dos papéis, embora, na prática, dê mais assistência ao papel doméstico (Slocum e Nye, 1976: 97). Estes autores referem ainda que não é surpreendente o facto do marido ser "requisitado" para ajudar se for necessário, porém, não é nada óbvia a razão (ou motivo) que os pode levar a pensar que não deveriam ajudar. Estas famílias caracterizam-se quase sempre por uma sobrecarga de papéis. Nestes casos é mais provável o marido apresentar maior responsabilidade nos papéis abastecedor e dos cuidados com as crianças, libertando mais a esposa de outros papéis para atribuir-lhe mais responsabilidade nos cuidados com o elemento deficiente da família. As esposas destas famílias não diferem das restantes no que respeita à sua estrutura normativa. No entanto, devido aos condicionalismos do seu dia a dia, figuram entre as que mais beneficiam da partilha do papel doméstico com o marido (Slocum e Nye, 1976: 97-98).

O nosso universo caracteriza-se por famílias pequenas, encontrando-se apenas nove com mais de três filhos, não havendo abertamente uma sobrecarga manifesta neste papel.

(1) Sobre este assunto ver um estudo sobre a dimensão da família (Nye et al., 1970)

Estas condições, aliadas à referidas anteriormente podem, explicar, em grande medida, a fraca partilha do marido no papel doméstico.

7.4. O PAPEL DO PARENTESCO

Na sociologia da vida familiar há pelo menos duas generalizações que são praticamente aceites em todas as sociedades. Uma delas refere-se à existência das obrigações do parentesco, a outra refere que o alcance e a natureza dessas obrigações variam dentro da mesma sociedade e entre sociedades.

7.4.1. Caracterização do papel do parentesco, definição normativa e sanções do papel

Na literatura sociológica e antropológica encontramos inúmeros exemplos de comportamentos decorrentes da existência de normas sobre as obrigações familiares. Para além de comportamentos existem afirmações explícitas sobre as normas que regulam a interacção com os parentes. Farber elaborou uma lista das principais características das normas sobre o "relacionamento ideal entre parentes". Entre elas figuram: a participação nos rituais e cerimónias, a promoção do bem estar dos membros da família, disponibilizar os recursos pessoais colocando-os à disposição dos membros da família, confiar nos

parentes e maximizar a comunicação entre eles (Farber, 1964, in Nye, 1976: 61).

As obrigações do parentesco assumem uma dimensão particularmente importante que ultrapassa quaisquer outras quando comparadas com as dos restantes papéis familiares. Modernamente admite-se que o contexto e a intensidade da interacção entre os parentes mudou, embora haja estudos que confirmam as obrigações do parentesco e formas de interacção na sociedade urbana moderna⁽¹⁾. Argumenta-se que a família perdeu determinadas funções, que as estruturas de parentesco enfraqueceram ou que assumem hoje menor importância da que assumiram noutros tempos (Nye, 1976). Farber sintetiza estes acontecimentos referindo que a perda de importância das estruturas do parentesco alargado nas sociedades contemporâneas implica que ele continue a existir principalmente por razões emocionais e sentimentais (Farber, 1964: 188, cf Nye, 1976: 61-62).

Se se verificou, de facto, uma perda de importância das estruturas torna-se bastante oportuno fazer uma avaliação da importância relativa das normas do parentesco. Temos de reconhecer que ao nível científico não tem havido grande empenho na avaliação da eficácia das normas que regulam as relações de parentesco, nem na medição do grau com que o não desempenho é entendido como digno de sanção. Como a viabilidade das responsabilidades do parentesco se tornou um assunto susceptível

(1) Para aprofundar este assunto ver Adams (1968 e 1970), Litwak e Szelenyi (1969) e Sussman e Burchinal (1962).

de contestação procuramos, neste capítulo, abordar a existência do papel do parentesco considerando-o como hipotético analisando alguns dos seus aspectos e as ideias dos indivíduos sobre o seu desempenho, se deve ser obrigatório ou optativo.

Foram vários os investigadores que de uma forma ou outra enfrentaram e se ocuparam da estrutura normativa das famílias nucleares modernas. Bahr, referindo-se às conclusões do estudo que Reiss (1962) realizou em Boston, refere que 90% dos inquiridos concordavam "que as pessoas têm obrigação de se manter em contacto com os parentes" (Bahr in Nye, 1976:62). Além disso verificou que as mulheres estavam mais receptivas do que os homens para aderir sem restrições às obrigações do parentesco. As pessoas mais idosas foram as que mais responderam não ter visto suficientemente os seus parentes, enquanto os casais mais novos (nas primeiras fases do ciclo de vida familiar responderam que viram suficientemente os seus parentes. Quase metade da amostra referiu os rituais familiares (casamentos, baptizados, funerais, etc.) como as principais razões para os contactos entre parentes. Reiss concluiu, também, que "a obrigação de estar presente em tais acontecimentos ou a resposta dos que manifestaram essa necessidade era determinada pelo grau da relação. As normas culturais referentes às obrigações do parentesco alargado influenciam a interacção em relação a esta dimensão" (Reiss, 1962: 337, cf. Bahr in Nye, 1976: 62). Além disso, Reiss refere que apenas uma pequena proporção da interacção com os parentes se referia a tais obrigações relacionadas com os acontecimentos familiares especiais (Bahr in Nye, 1976: 62).

Bahr refere-se ainda ao estudo de Leichter e Mitchell que incidiu sobre famílias de judeus residentes em Nova Iorque. Para estes autores a noção de obrigação do parentesco constitui uma parte fundamental da definição de laço de parentesco ("kinship bond"):

Os laços de parentesco são vínculos de obrigação e de sentimento entre os que detêm um estatuto específico recíproco. O conceito de laço ("bond") implica que certas relações dentro de uma rede ("network") sejam acordados a priori e que estes modelem a organização da rede; ou seja, os laços mais fortes funcionam como elementos de ligação para outras relações ... para determinados fins dá-se prioridade a alguns laços de parentesco (Leichter e Mitchell, 1967: 19 cf. Bahr in Nye, 1976: 62-63).

Neste estudo a maioria dos inquiridos afirmou que havia fortes obrigações de interacção com os parentes. Sessenta e três por cento concordaram que 'é egoísmo para afastar-se dos seus parentes' e setenta e dois por cento concordaram que 'independentemente do que os irmãos ou irmãs tenham feito, nunca se deve deixar de falar com eles'. De igual modo, apesar de se valorizar bastante o sucesso, noventa e um por cento concordaram que 'mesmo se alguns parentes forem melhor sucedidos do que outros, isso não deverá impedi-los de se juntarem sempre que puderem' (Leichter e Mitchell, 1967: 73-75, 129, 217 cf. Bahr in Nye, 1976: 63).

Os comentários de Leichter e Mitchell sobre as obrigações de interacção entre os parentes são importantes pontos de re-

ferência para o nosso estudo sobre os indicadores de comunicação entre os parentes:

Os valores do parentesco vinculam claramente a obrigação de manter contactos com os parentes pelo telefone assim como por outros meios Faltar à comunicação pelo telefone é uma transgressão das obrigações do parentesco como qualquer outra falta à interacção As descrições das entrevistas demonstram que as perspectivas sobre as obrigações são, por vezes, sentidas tão fortemente que se mantêm contactos telefonónicos mesmo quando são inconvenientes (Leichter e Mitchell, 1967: 104-105 cf. Bahr in Nye, 1976: 63).

A componente normativa dos vínculos do parentesco foi também referida por Adams (1968: 80, 82) no seu estudo sobre residentes casados de Greensboro (Carolina do Norte). Adams refere que na sua amostra o sentimento de dever ou de obrigação foi mencionado como uma importante razão para manter os contactos entre os parentes. Entre estes, oitenta e cinco por cento mencionaram algumas espécies de obrigações como razões importantes para se manter o contacto dependendo este da intimidade (proximidade emocional) e do local de residência dos parentes (Bahr in Nye, 1976: 63).

Salientamos mais uma vez que vamos tratar o papel do parentesco como hipotético. Provar-se-à a sua existência se:

- a maioria dos casais afirmar que há obrigações ou deveres para com os parentes e;

- houver sanções pelo seu não desempenho.

No nosso estudo a avaliação da obrigação ou do dever baseia-se na análise das respostas à seguinte pergunta "na sua opinião a quem cabe na família a obrigação ou o dever de cumprir as seguintes tarefas em relação aos seus próprios familiares?" Nesta pergunta incluímos uma lista de dez tarefas (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 62).

A análise das respostas mostra que a maioria dos maridos e das esposas afirma a existência de deveres em relação aos parentes e manifestam sentimentos de reprovação pelo não desempenho das obrigações de parentesco (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.1. e Nº V.10.2.).

A análise global das médias ponderadas das respostas tende a atribuir, ligeiramente maior obrigatoriedade destas tarefas à esposa isoladamente do que ao casal. Todavia, as percentagens mais elevadas de respostas tendem a atribuir o dever ao casal. As percentagens de respostas de ambos os cônjuges em relação a todas as tarefas são relativamente próximas. Entre 41,2% e 49,7% dos inquiridos responderam que a obrigação recai mais fortemente sobre ambos os cônjuges. Em segundo lugar, entre 16,2% e 22,6% responderam que tanto faz, é indiferente ser o marido ou a esposa (neste caso as percentagens mais elevadas são as dos homens), em terceiro lugar, entre 12,6% e 14,7% responderam que não é obrigação de ninguém, em quarto lugar, é dever só da esposa, com percentagens entre 8,4% e 10,5% (sendo, neste caso, as percentagens dos maridos relativamente mais elevadas que as das mulheres). As não respostas atingem percentagens razoáveis em todas as tarefas oscilando entre 6,8% e 11,0% (neste caso as mais elevadas foram as das mulheres).

Fazendo uma análise do dever de cada tarefa por gerações verifica-se que:

- o dever de fazer visitas, em todas as gerações, as maiores percentagens de respostas recai sobre ambos os cônjuges. Fazendo uma análise mais minuciosa das médias ponderadas das respostas por sexos e grupos de idade verificam-se algumas variações. Os maridos mais jovens (20-29 anos) foram os únicos a considerar tal tarefa igualitária, enquanto as esposas do mesmo grupo etário foram, em relação às restantes gerações, as que mais atribuíram este dever à mulher isoladamente do que ao casal. As gerações que mais tendem a atribuir este dever só à esposa foram as dos 30-39 anos e a dos 60-69 anos (cônjuges de ambos os sexos);

- a análise do dever de entreter, brincar e recrear, revela tendências idênticas às verificadas na tarefa anterior, sendo os maridos mais jovens, os únicos a responder de uma forma igualitária enquanto as esposas da mesma geração tendem a atribuir esse dever mais à mulher. As gerações que mais atribuem este dever só à esposa foram ambos os cônjuges dos 60-69 anos e os maridos dos 30-39 e dos 70 e mais anos;

- no dever das restantes tarefas mantêm-se as mesmas tendência das respostas verificadas nos dois casos anteriores em relação às respectivas gerações, recaindo mais sobre a mulher isoladamente (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.1.). As únicas excepções em relação às situações anteriores surgem nas respostas dos maridos dos 20-29 anos que tendem a atribuir mais obrigação só ao homem, do que à mulher e/ou ao casal nas tare-

fas de ajudar nas emergências, tratar de assuntos de negócios e decidir sobre a assistência econômica a parentes. Este facto denota que os maridos, neste caso os mais jovens, tendem a autoconsiderar-se mais aptos ou com maior poder de decisão do que as esposas na ajuda dos assuntos económicos dos seus parentes.

Em suma, as esposas mais jovens tendem a demonstrar um elevado sentido de obrigação e de dever em relação aos parentes, sentido este que parece superior aos cônjuges de ambos os sexos das restantes gerações. Os maridos mais jovens evidenciam tendências mais igualitárias na definição normativa da maioria das tarefas e mais vontade de partilhar o papel do que os maridos das restantes gerações. Apesar disso, os homens mais jovens são os únicos que tendem a atribuir mais ao marido, isoladamente, do que ao casal e/ou à mulher as principais responsabilidades nos deveres e obrigações de carácter económico com os parentes, ou seja, nas situações mais delicadas e que envolvem maior risco.

Para analisarmos a reprovação e as sanções do papel perguntámos a ambos os cônjuges se aprovam ou reprovam o não cumprimento dos deveres/obrigações das tarefas incluídas na Pergunta Nº 63 (Ver Anexo IV.A.) em relação aos parentes e as sanções que aplicariam a um casal que não cumprisse tais obrigações/deveres em relação aos seus familiares (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 64).

A análise global das respostas demonstra que a maioria dos cônjuges de ambos os sexos (na ordem dos três quartos, em

cada sexo) reprova fortemente ou apenas reprova o não cumprimento dessas tarefas em relação aos parentes (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.2.). Os maridos reprovam mais fortemente oscilando as suas respostas entre 42,1% e 54,2%, enquanto as das mulheres oscilam entre 39,3% e 49,7% . A aprovação do não cumprimento apenas é assinalado nas tarefas de não ajuda econômica (0,5% dos maridos e 1% das esposas) e de um casal não viver junto com parentes (0,5% dos homens e 1,6% das mulheres). As respostas globais referentes às sanções e à reprovação do não cumprimento destas tarefas em relação aos parentes evidenciam que o papel existe.

A análise das respostas por sexos e grupos de idade revela-nos que a reprovação é comum a ambos sexos e a todas as gerações. As reprovações menos fortes, ou seja, os indivíduos que se manifestam mais indiferentes ao não cumprimentos dos deveres/obrigações, em todas as tarefas, em relação aos parentes são as esposas mais jovens (dos 20-29 anos) e os maridos dos 30-39 anos. Por outro lado, os homens mais jovens (dos 20-29 anos) afiguram-se como os mais críticos comparativamente aos das outras gerações, sendo os que reprovam mais fortemente o não cumprimento dos deveres em relação aos parentes.

A análise dos Quadros Nº V.10.3. (Ver Anexo V) revela-nos as principais sanções que os cônjuges de ambos os sexos aplicariam a uma família que não desempenhasse o papel do parentesco. A sanção mais apontada foi a de não gostar de falar com essa família muitas vezes (49,5%/H e 46,6%/M), em segundo lugar, responderam que não lhes faria qualquer diferença

(30,5%/H e 33%/M), e, em terceiro lugar, não os escolheriam para amigos íntimos (22,1%/H e 21,5%/M). A sanção mais forte, que corresponde à de não querer ter essa família como vizinhos, apenas foi mencionada por 3,2% dos maridos e 4,2% das esposas.

A análise das sanções por sexos e grupos de idades revela-nos que os indivíduos de ambos os sexos entre os 20 e os 39 anos preferem, mais do que os das restantes gerações, utilizar sanções intermédias apontando, principalmente, as de não gostar de falar com eles muitas vezes e de não escolhê-los para amigos íntimos. A sanção mais forte que corresponde à de não querer tê-los como vizinhos, apesar de atingir percentagens baixas, apenas foi mencionada por indivíduos entre os 40 e 70 e mais anos oscilando entre 8% das esposas dos 50-59 anos e 1,8% dos maridos dos 50-59 anos. Os indivíduos que se manifestaram menos indiferentes ao não cumprimento dos deveres/obrigações em relação aos parentes foram as mulheres dos 20-29 anos e os homens dos 30-39 anos.

Em suma, as análises das normas e das sanções confirmam a existência do papel do parentesco neste universo. Apesar disso, se estes indivíduos aplicassem sanções às famílias que não desempenham o papel de acordo com as normas mais comuns neste universo seriam relativamente moderadas, provavelmente por tratar-se de um meio urbano onde a rede de relações com os parentes se afigura mais fraca.

**7.4.2. - O desempenho do papel do parentesco:
a competência, o esforço, o conflito
e variações subculturais e situacionais
no desempenho do papel**

A nossa análise do desempenho do papel do parentesco é feita em função das respostas às Perguntas Nºs 65 e 66 (Ver Anexo IV.A.). As respostas à Pergunta Nº 65 indicam-nos as tarefas que os indivíduos desempenham para aos seus parentes. Nesta análise procuramos identificar a divisão do trabalho por sexos no desempenho do papel, principalmente na questão "Quem escreve e telefona aos parentes?" Nas respostas à Pergunta Nº 66 os indivíduos identificam os parentes com quem comunicam mais frequentemente.

Para avaliarmos a diferença entre as normas e o desempenho do papel perguntámos aos cônjuges de ambos os sexos quem desempenha as tarefas incluídas na Pergunta nº 65 (Ver Anexo IV.A.). As percentagens mais elevadas de respostas (entre 41,1% e 72,1%) concentram-se no desempenho igualitário do papel. Curiosamente as maiores percentagens de respostas no desempenho igualitário foram as dos maridos. Todavia, a análise das médias ponderadas das respostas admitem que o desempenho da maioria das tarefas do papel recaem mais sobre a esposa. As respostas dos cônjuges de ambos os sexos sobre o desempenho das tarefas referentes às visitas, entretenimento, escrever, telefonar, ajudar nas emergências, ajudar deficientes e idosos e assistir às crianças, revelam, nitidamente, que são mais desempenhadas pelas esposas do que pelos maridos.

Estes reconhecem um envolvimento superior da esposa no desempenho do papel, enquanto as mulheres tendem a responder que os maridos desempenham relativamente mais do que elas nos assuntos de negócios (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.4.).

A análise do desempenho das várias tarefas por sexos e grupos de idade revela-nos que:

- nas visitas, no entretenimento/brincar e na ajuda às emergências ambos os sexos de todas as gerações responderam que as mulheres tendem a envolver-se mais no desempenho desses deveres/obrigações. Esta situação é mais evidente nas esposas mais jovens (dos 20-29 anos) cuja média ponderada das respostas é igual a 4,00 (esta média significa que a mulher desempenha mais do que o marido);

- nas tarefas de escrever e telefonar aos parentes, ambos sexos de todas as gerações tendem a responder que as esposas desempenham ligeiramente mais que os maridos, situação que é mais evidente nas respostas dos homens mais jovens (20-29 anos), cuja média é igual a 4,00;

- na ajuda aos deficientes/idosos, no tratamento de assuntos de negócios e na decisão sobre a ajuda económica aos parentes as médias ponderadas das respostas diferem segundo os sexos e gerações embora a tendência geral indique que o desempenho recai ligeiramente mais sobre as esposas. Apenas os maridos dos 20-29 anos e os cônjuges de ambos os sexos dos 40-49 anos responderam que o marido tende a desempenhar mais essa tarefa do que a esposa;

- na tarefa de ir viver junto, a percentagem de respostas tende a ser superior no caso das esposas, excepto nas gerações dos 40-49 e 50-59 anos.

A análise do desempenho revela que a esposa está visivelmente mais envolvida no papel do parentesco do que o marido, mesmo nas tarefas em que, principalmente os homens mais jovens, na definição normativa, atribuíam maior responsabilidade ao homem, ou seja, nas mesmas tarefas em que as mulheres tendem a responder que os homens desempenham relativamente mais do que elas (assuntos de negócios) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.4.).

A análise das respostas à Pergunta Nº 66 dá-nos uma ideia da frequência com que os indivíduos comunicam com os seus parentes (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.5.). Curiosamente as maiores percentagens foram de não respostas (ambos os sexos) oscilando entre 19,9% e 70,2%, consoante os parentes e sexo do inquirido. Em segundo lugar, por ordem decrescente surgem as percentagens dos que responderam que nunca comunicam com os parentes, oscilando entre 2,6% e 26,7%, consoante os parentes e o sexo do inquirido. A análise global das médias ponderadas das respostas revela-nos que os tios, os avós, irmã e pais são os parentes que os inquiridos tendem a comunicar mais do que uma vez por semana ou só aos fins de semana, enquanto que com os sobrinhos tendem a comunicar uma ou duas vezes por mês.

A análise da frequência da comunicação com os parentes segundo o sexo e a geração revela-nos que (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.5.):

- na comunicação com o pai, em quase todas as gerações as maiores percentagens figuram, para ambos os sexos, nas situações de não resposta (entre 16,7% e 100%, recorde-se que os indivíduos mais idosos já não têm pais, facto que faz subir as percentagens) e nunca comunicam (entre 13,8% e 33,3%), em terceiro lugar comunicam diariamente (entre 4,0% e 16,7%). No grupo etário dos 20-29 anos 100% dos homens e 33% das mulheres não responderam, enquanto 16,7% delas comunicam todos os dias, 16,7% mais do que uma vez por semana e 33,3% nunca comunicam. Na geração dos 30-39 anos, e principalmente as esposas, tendem a comunicar com o pai uma ou duas vezes por mês, ou apenas, de vez enquanto. A frequência de comunicação com a mãe é muito idêntica à verificada com a do pai, excepto na comunicação diária que é inferior (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.5.);

- na comunicação com irmã/irmão as percentagens mais elevadas, de ambos os sexos, correspondem às situações de não respostas (entre 33,3% e 66,7%) e nunca comunicam (entre 5,4% e 50%), em terceiro lugar comunicam raramente (entre 5,7% e 14,3%), em quarto lugar comunicam de vez enquanto (entre 3,2% e 16,7%) e em quinto lugar comunicam diariamente (entre 3,1% e 16,7%). Entre os que responderam afirmativamente, as gerações mais jovens (dos 20-39) e os indivíduos dos 60 aos 70 e mais anos tendem a comunicar com os irmãos/irmãs diariamente ou mais do que uma vez por semana. Este facto leva-nos a admitir a hipótese de viverem na mesma cidade ou muito perto.

Em todas as gerações, excepto na de 70 e mais anos, as percentagens dos que responderam comunicar com os irmãos/irmãs de vez enquanto é razoável para ambos os sexos. Os valores

globais destas percentagens provam que existe uma comunicação mais ou menos intensa entre irmãos/irmãs (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.5.);

- na comunicação com avó/avô as maiores percentagens, para ambos os sexos, encontram-se nas situações de não respostas (entre 50% e 100%, valores influenciados pelos indivíduos mais idosos que já não têm estes parentes) e nunca comunicam entre (16,7% e 50%). Em terceiro lugar comunicam uma ou duas vezes por mês (entre 3,3% e 33,3%), em quarto lugar comunicam de vez enquanto (entre 1,4% e 16,7%) e em quinto lugar comunicam raramente (entre 1,5% e 5,7%). Entre os que responderam comunicar diariamente com avós figuram 33,3% das esposas dos 20-29 anos (com a avó). Admite-se, neste caso, que os avós residem na mesma localidade dos netos ou relativamente próximo.

Por outro lado, há ainda 3,3% das esposas dos 30-39 anos que comunicam com a avó uma ou duas vezes por mês, e entre 1,5% e 3,4% dos indivíduos das gerações dos 40-49 e dos 50-59 anos que o fazem de vez enquanto ou raramente, sendo na sua maioria mulheres. Estes valores levam-nos a admitir as hipóteses de que são poucos os indivíduos destes grupos etários que ainda têm avós, ou vivem longe e/ou estão internados em lares fora do local de residência dos netos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.5.);

- na comunicação com tio/tia as maiores percentagens, para ambos os sexos, encontram-se igualmente nas situações de não resposta (entre 33,3% e 72,7%, valores igualmente influen-

ciados pelos indivíduos mais idosos) e nunca comunicam (entre 5,7% e 33,3%), em terceiro lugar comunicam de vez enquanto (entre 1,4% e 33,3%), em quarto lugar comunicam diariamente (entre 1,5% e 16,7%) e em quinto lugar comunicam raramente (entre 4,2% e 14,3%). A comunicação revela-se mais intensa nos cônjuges de ambos os sexos das gerações mais jovens (20-29 e dos 30-39 anos) e ainda a partir dos 60 anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.5.);

- na comunicação com sobrinho/sobrinha as maiores percentagens registam-se em comunicam de vez enquanto (entre 7,1% e 33,3%), em segundo lugar figuram as não respostas (entre 5,9% e 33,3%), em terceiro e quarto lugares situam-se em comunicam todos os dias ou mais do que uma vez por semana (entre 2,0% e 33,3%) e em quinto lugar comunicam raramente (entre 4,2% e 16,7%). A comunicação entre sobrinhos, tal como entre irmãos, é relativamente frequente, o que pressupõe alguma proximidade física, provavelmente residentes na mesma cidade, facto que facilita a comunicação entre si (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.5.);

- na comunicação com outros parentes as maiores percentagens situam-se nas situações de comunicam vez enquanto (entre 9,1% e 66,7%), nas não respostas (entre 16,7% e 33,3%), em comunicam todos os dias (entre 6,0% e 33,3%), comunicam várias vezes por ano (entre 3,1% e 33,3%), comunicam raramente (entre 6,2% e 13,3%), nunca comunicam (entre 1,5% e 18,2%) e comunicam uma vez por ano (entre 1,4% e 8,9%) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.5.).

A presente análise prova a existência do papel do parentesco neste universo. Os casais mais jovens (dos 20-29 e dos 30-39 anos), provavelmente por terem mais mobilidade, comunicam relativamente mais com os seus parentes do que os indivíduos das restantes gerações. As percentagens mais elevadas da frequência de comunicação destes indivíduos verificam-se em "mais do que uma vez por semana" e "de vez em quando". Recorde-se que foram as gerações mais jovens as que, normativamente, manifestaram maior discordância com o não cumprimento dos deveres/obrigações em relação aos parentes.

A análise das respostas prova que existem relações algo frequentes com os parentes mais próximos embora não nos permita concluir que haja diferenças significativas na comunicação de ambos os cônjuges com as respectivas famílias de origem. Com os dados disponíveis não é possível verificar claramente se o marido mantém mais contactos com os parentes da esposa do que com os seus próprios parentes e/ou se a esposa mantém mais contactos com os parentes do marido do que com os seus. Estudos idênticos realizados noutros meios tendem a verificar mais frequentemente a primeira situação, ou seja, o marido tende a contactar mais com os parentes da esposa do que com os seus.

O esforço no desempenho do papel do parentesco pode avaliar-se através da divergência existente entre o que se sente que cada um deve fazer e a percepção que se tem do que cada um faz (em relação aos parentes). Elaborámos também uma questão para avaliar a competência e a reacção pessoal de cada um em relação ao seu próprio desempenho (Ver Anexo IV.A., Pergunta

Nº 67). Perguntámos a ambos os cônjuges como se sentem em relação a si e ao seu cônjuge sobre a forma como cada um desempenha as obrigações para com os parentes. As respostas estão ordenadas desde "melhor do que qualquer pessoa" até "pior do que qualquer pessoa" (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.6.).

As respostas dos maridos e das esposas são muito semelhantes, quer na autoavaliação, quer na avaliação recíproca. A análise global permite concluir que a competência está longe do que consideram a perfeição, facto que parece ter-se generalizado e tolerado. A maioria dos inquiridos considera que desempenha tão bem como os outros (entre 33,5% e 34,7%) e/ou razoavelmente (entre 35,1% e 34%), enquanto 3,2% dos maridos e 2,1% das esposas responderam que desempenham pior do que qualquer pessoa. Apenas 18,9% dos maridos e 20,4% das esposas consideram que desempenham melhor que a maioria e 3,2% dos maridos e 4,2% das esposas responderam que desempenham melhor que qualquer um. O marido tende a avaliar qualitativamente melhor o desempenho da esposa do que esta se autoavalia e/ou avalia o desempenho do cônjuge (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.6.).

A análise da competência por sexos e grupos de idade revela que na autoavaliação as esposas dos 20-29 anos, os cônjuges de ambos os sexos dos 30-39 anos e os maridos dos 50-59 anos tendem a considerar-se mais competentes do que os cônjuges das restantes gerações. Os que se autoavaliaram como pior do que as outras pessoas pertencem, principalmente, às gerações mais idosas (ambos os sexos dos 60-69 e dos 70 e mais anos e ainda 3,1% dos maridos dos 40-49 anos e 4% das esposas

dos 50-59 anos). Nos grupos etários a partir dos 60 anos as percentagens dos maridos que responderam desempenhar pior do que as outras pessoas (entre 6,5% e 11,8%) são superiores às das esposas (entre 4,2% e 9,1%).

Na avaliação recíproca as percentagens não apresentam grandes diferenças em relação à autoavaliação principalmente nas gerações mais jovens entre os 20 e os 49 anos. Nas gerações a partir dos 50 anos a avaliação recíproca tende a ser mais favorável para os cônjuges de ambos os sexos do que manifestaram na autoavaliação, embora muito ligeiramente. Neste caso as esposas são relativamente mais generosas na avaliação dos maridos do que estes em relação a elas. Esta análise permite-nos concluir que os cônjuges mais idosos de ambos os sexos têm perfeita consciência de que não são muito competentes no desempenho dos deveres/obrigações para com os parentes, mas, apesar disso, sentem que os outros também não desempenham esse papel muito melhor do que eles, o que contribui para aliviar-lhes um eventual sentimento de culpa.

Para analisarmos o esforço do papel elaborámos a Pergunta Nº 68 (Ver Anexo IV.A.). As respostas estão ordenadas desde "preocupa-se frequentemente" até "está completamente satisfeito/a". A análise global das respostas revela que 42,7% dos maridos e 40,8% das esposas responderam que preocupam-se frequentemente e/ou às vezes sobre a forma como se relacionam com os parentes, 13,7% dos maridos e 17,3% das esposas não pensam muito nisso, enquanto 40,5% dos maridos e 38,7% das esposas sentem que fazem um bom trabalho e/ou estão satisfeitos com a forma como o fazem. Estes números permitem-nos

concluir que a maior parte das famílias reconhece que poderia cumprir melhor o relacionamento e/ou o cumprimento das obrigações para com os parentes. Os maridos, aparentemente, parecem preocupar-se ligeiramente mais do que as esposas, talvez pela sua omissão delegando nelas grande parte do desempenho dessas tarefas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.7.).

Apesar dos casais não estarem totalmente satisfeitos com a forma como cumprem as obrigações/deveres com os parentes, parecem procurar, ao mesmo tempo, um sentimento de desculpabilização; apercebemo-nos de que cada um sente-se tão envolvido neste papel como qualquer outro e apercebemo-nos também de que se sentem aliviados por terem a noção de que o desempenho deste papel na sociedade mais vasta fica igualmente àquem do que consideram que poderia/deveria ser.

A análise por sexos e grupos de idade sobre a forma como os inquiridos se relacionam com os seus próprios parentes revela que os cônjuges de ambos os sexos da geração mais jovem (dos 20-29 anos), os maridos dos 30-39 anos e as esposas dos 70 e mais anos são os que menos se preocupam com a perfeição com que o fazem. Por outro lado, em relação à percepção que cada um tem sobre a forma como o seu cônjuge se relaciona com os parentes por aliança, mais uma vez são os cônjuges de ambos os sexos da geração mais jovem e os maridos dos 30-39 anos que menos se preocupam com a perfeição com que o fazem. Os maridos dos 20-29 anos e os dos 70 e mais anos figuram entre os cônjuges que se sentem mais satisfeitos sobre a forma como se relacionam com os seus próprios parentes e com os da esposa, o que pressupõe que se relacionam com alguma frequência. Por

outro lado, as esposas mais jovens (dos 20-29 anos) e os maridos dos 30-39 anos figuram entre os que mais responderam não pensar muito sobre este assunto, provavelmente por sentirem que não fogem às suas obrigações em relação aos parentes mais próximos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.7.)..

Para analisarmos o conflito no papel do parentesco elaborámos duas questões, Perguntas Nº 69 e 70 (Ver Anexo IV.A.). A primeira questiona os casais sobre a frequência com que discordam entre si sobre assuntos relacionados com os respectivos parentes (da esposa e/ou do marido). A segunda questiona-os sobre a forma como resolvem esses conflitos.

A análise global dos dados revela-nos que neste universo o papel do parentesco não dá origem a grandes conflitos nos casais. Apenas 7,4% dos maridos e 7,3% das esposas discordam muito frequentemente e/ou frequentemente sobre assuntos respeitantes aos seus próprios parentes e/ou aos parentes do cônjuge, 13% dos maridos e 17% das esposas discordam algumas vezes, enquanto a maioria dos cônjuges de ambos os sexos (76,9%/H e 70,1%/M) responderam que raramente e/ou nunca entram em desacordo sobre estes assuntos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.8.).

A análise por sexos e grupos de idade permite-nos concluir que os indivíduos de ambos os sexos da geração mais jovem (20-29 anos), os maridos dos 30-39 e dos 60-69 anos e as esposas dos 50-59 anos são entre todos os que mais raramente, ou nunca, entram em conflito provocado por assuntos referentes

aos parentes, quer do próprio, quer do cônjuge (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.8.).

Quanto à forma de resolução do conflito no papel do parentesco, a análise global dos dados revela-nos que (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.9.):

- quando o conflito se relaciona com parentes do marido, a decisão tende a ser ligeiramente mais igualitária do que quando se relaciona com os parentes da esposa;

- a esposa tem ligeiramente mais poder decisional do que o marido na resolução do conflito no papel do parentesco, principalmente quando o conflito envolve os parentes dela.

A análise por sexos e grupos de idade revela que apesar da tomada de decisão tender maioritariamente para uma resolução igualitária, as esposas das gerações dos 30-39, 40-49 anos, 50-59 e dos 60-69 anos tendem, em termos percentuais, a decidir mais vezes isoladamente do que o marido, quer em relação aos seus próprios parentes, quer em relação aos do cônjuge. Curiosamente, os homens da geração dos 20-29 anos foram os únicos a responder que a decisão final era totalmente igualitária, enquanto apenas 50% das mulheres responderam dessa forma e a outra metade respondeu que nunca há desacordo sobre essas decisões (Ver Anexo V, Quadros Nº V.10.9.).

Em suma, no nosso universo, as esposas de todas as gerações, excepto as dos 70 e mais anos (repare-se que nesta geração são elevadas as percentagens de não respostas a esta questão), tendem a assumir, ligeiramente, maior poder de decisão

do que os maridos na resolução dos conflitos gerados por assuntos relacionados com os seus próprios parentes e/ou com os do côm-juge.

A título de curiosidade e para possuímos alguns elementos de possível comparação com o nosso estudo consideramos oportuno mencionar as principais conclusões de estudos semelhantes sobre o papel do parentesco realizados nos EUA durante as décadas de sessenta e setenta. Bahr (1976) referindo-se a essas pesquisas revela-nos que se identificaram diferenças nas normas e nas formas de interação do papel do parentesco segundo os estratos sociais. As principais conclusões retiradas desses estudos foram que:

- a importância atribuída às obrigações do parentesco tende a ser mais forte para indivíduos que cresceram e viveram em pequenas comunidades e mais fraca para os que cresceram e viveram em comunidades mais vastas;

- variáveis situacionais como o emprego da mulher (entre outras), afectam a frequência de interação com os parentes (cf. Bahr in Nye, 1976: 72).

Vejamos mais pormenorizadamente as principais conclusões desses estudos em função da localidade de residência na infância, do estatuto socio-económico, do emprego da mulher, da religião e da dimensão da família.

Em relação à localidade de residência na infância, os investigadores levantaram a questão "os indivíduos nascidos e criados nos meios rurais são mais orientados para as relações

de parentesco do que os nascidos e criados nas cidades?" Os resultados demonstraram que tal não era verdade em relação à expressão das obrigações de escrever, telefonar ou visitar independentemente do local de residência (rural ou não rural). A grande maioria (85%) afirmou a existência de obrigações para manter a comunicação com os parentes. Porém, no que toca à assistência financeira (económica) verificaram-se diferenças: os maridos nascidos nas zonas rurais manifestaram maior aptidão que os nascidos nas zonas urbanas para reconhecer essa assistência como uma obrigação em relação aos parentes. Esta diferença não se manifestou nas mulheres (cf. Bahr, in Nye, 1976: 72 e 73). Os indivíduos nascidos e criados nos meios rurais reprovavam mais a não comunicação com os parentes do que os nascidos e criados no meio urbano (cf. Bahr, in Nye, 1976: 73).

No nosso universo esta relação não sobressai. Relembramos, porém, que a maior parte dos inquiridos são oriundos de zonas rurais. Registe-se também que a não ajuda económica aos parentes não é muito sancionada.

No que respeita ao estatuto sócio-económico os estudos americanos verificaram que nas mulheres existia uma relação directa entre o rendimento familiar e o sentimento de obrigação de assistir financeiramente os seus próprios parentes. Os maridos também manifestaram esta relação, embora menos consistentemente. Para cada uma das outras obrigações (escrever, telefonar e visitar), as mulheres de rendimentos mais elevados manifestaram-se mais aptas para reconhecer as obrigações do

parentesco. Estes aspectos não se revelaram entre os maridos (cf. Bahr, in Nye, 1976: 73).

No nosso estudo verifica-se o inverso, os maridos e esposas de menores rendimentos são os que mais reprovam a falta de apoio financeiro aos parentes, provavelmente por serem os que mais necessitam e/ou beneficiam dele ou já beneficiaram. As esposas domésticas são as que mais reprovam a falta de cumprimento dos deveres em relação aos parentes.

Nos estudos americanos verificou-se uma relação inversa entre o estatuto sócio-económico, medido segundo o rendimento, educação e ocupação e a proporção de homens que consideram a comunicação com os parentes como sendo mais da responsabilidade da mulher. Os maridos com alguma educação superior eram os que menos tendiam a considerar as tarefas de escrever ou telefonar aos seus parentes como responsabilidade da esposa. Além disso, tendem a considerar estas tarefas como sendo, primeiramente, da responsabilidade do marido (cf. Bahr, in Nye, 1976: 73 e 74). Encontrou-se um padrão semelhante segundo o rendimento familiar: quanto mais elevado era o rendimento familiar menos homens tendiam a definir a comunicação com os parentes como principal obrigação da esposa (cf. Bahr, in Nye, 1976: 74).

No nosso estudo verifica-se que os maridos correspondentes às classes de rendimento familiar mais baixas tendem a reprovar mais fortemente que as esposas o não cumprimento de todos os deveres para com os parentes.

Nos estudos americanos os maridos com níveis mais elevados de educação tendem a sancionar mais do que os restantes o não desempenho das responsabilidades do parentesco. As maiores diferenças entre marido e mulher registaram-se nos casais com níveis inferiores de educação, manifestando as mulheres as maiores taxas de reprovação, principalmente na não comunicação com os parentes. Os indivíduos mais afluentes e com níveis de educação mais elevados tendem a afirmar as obrigações do parentesco e os maridos destas categorias tendem a assumir mais a responsabilidade pessoal do que a delegá-la inteiramente ou em grande parte à esposa (cf. Bahr, in Nye, 1976: 74).

No nosso estudo verifica-se que os cônjuges com 1 a 4 anos de escolaridade são os que mais sancionam a falta de cumprimento de todos os deveres para com os parentes. Os cônjuges totalmente analfabetos e os de 7 a 9 anos de escolaridade e os 10 a 12 anos são os que menos sancionam o não cumprimento desses deveres em relação aos parentes.

Outra hipótese levantada pelos investigadores foi a de saber se "há diferenças segundo as classes sociais na percepção da competência e no esforço do papel?" Os resultados dos estudos americanos sugerem que sim. Verificou-se uma relação positiva entre o rendimento familiar e a percepção da competência dos maridos e das esposas. Verificou-se igualmente uma associação entre o rendimento e o esforço do papel, embora se manifeste segundo o sexo. No caso dos maridos, quanto mais alto é o rendimento maior é o esforço. No caso das esposas a tendência verifica-se em sentido contrário; quanto maior é o rendimento familiar menor é o esforço do papel (cf.

Bahr in Nye, 1976: 74). Os maridos de estatuto mais baixos são os que menos afirmam as obrigações do papel e os que menos sancionam o não desempenho, ou seja os que menos contribuem para reforçar as normas (cf. Bahr in Nye, 1976: 74).

No nosso estudo essas relações são menos evidentes. Verifica-se que os indivíduos de ambos os sexos entre 1 a 4 anos de escolaridade, que são a maioria, são os que mais reconhecem que desempenham razoavelmente as obrigações/deveres para com os parentes. Os restantes indivíduos com mais escolaridade (entre 5 a 6 anos e de 10 a 12 anos de escolaridade, ambos os sexos) tendem a considerar-se mais competentes no desempenho das obrigações com os parentes. Os cônjuges pertencentes a famílias de classes de rendimento mais baixos tendem a considerar que desempenham razoavelmente bem, ou tão bem como os outros, as obrigações em relação aos parentes. Os cônjuges pertencentes a classes de rendimento mais elevadas tendem a considerar que desempenham tão bem como os outros.

Nos estudos americanos a maior parte das esposas com níveis de educação superior tendem a sentir-se competentes no papel do parentesco e a referir menor esforço. No caso dos maridos sucede o contrário, quanto mais elevado é o seu nível educacional maior é o esforço manifestado. (cf. Bahr in Nye, 1976: 74). As esposas de níveis educacionais mais baixos sentem as responsabilidades do parentesco tão fortemente como as mais educadas, embora grande parte delas se sinta mal preparada para o seu desempenho. Verificam-se situações (padrões) semelhantes na análise dos efeitos do estatuto ocupacional (cf. Bahr in Nye, 1976: 74).

No nosso estudo os cônjuges de ambos os sexos que têm entre 1 e 4 anos de escolaridade apresentam as maiores percentagens dos que sentem que fazem um bom trabalho. No mesmo nível de escolaridade encontram-se as maiores percentagens de indivíduos de ambos os sexos que responderam preocupar-se frequentemente sobre a forma como se relacionam com os seus parentes. Em todas as categorias sócio-profissionais, principalmente os trabalhadores da indústria, os empregados de serviços, os reformados e as domésticas apresentam simultaneamente as maiores percentagens de indivíduos de ambos os sexos, (excepto na de domésticas que só tem mulheres) que em primeiro lugar sentem que fazem um bom trabalho e em segundo lugar, com valores muito próximos, figuram os que responderam que se preocupam frequentemente com a forma como se relacionam com os parentes. Em suma, não se verifica uma relação directa entre os níveis de instrução e o estatuto sócio-profissional com a forma como se relacionam com os parentes. O nosso universo é pouco diversificado para evidenciar diferenças significativas neste tipo de análise.

Nos estudos americanos verificou-se que em relação ao emprego da mulher, as que trabalham, pelo menos quarenta horas ou mais por semana, são as que menos tendem a afirmar as obrigações do parentesco e as que se sentem menos culpadas na sua interacção com os parentes. As que trabalham a part-time tendem a afirmar mais que as anteriores essas obrigações, sentem-nas mais e preocupam-se mais com o seu desempenho do papel. Este facto fez alguns investigadores supor que as esposas que trabalham a part-time estão mais integradas nas relações de

grupo com as crianças e com o marido (Hoffman e Nye, 1974) e, de igual modo, com os parentes (cf. Bahr in Nye, 1976: 75).

As esposas que trabalham mais do que quarenta horas e os maridos que trabalham mais de quarenta e oito horas por semana tendem a preocupar-se menos com as relações de parentesco do que os cônjuges que trabalham menos horas. A baixa incidência do esforço do papel entre os inquiridos que trabalham muitas horas sugere que uma das maneiras de resolver o esforço no papel do parentesco consiste em expandir o papel económico/abastecedor (cf. Bahr in Nye, 1976: 75).

No nosso estudo as domésticas são simultaneamente as que mais sentem que fazem um bom trabalho e em segundo lugar as que se preocupam frequentemente. As horas de trabalho não parecem influenciar directamente o sentimento de culpa das esposas no que respeita à forma como se relacionam com os parentes.

Quanto à preferência religiosa os estudos americanos registaram algumas diferenças significativas. Para qualquer tipo de obrigação de parentesco, os que não têm preferência religiosa são os que menos tendem a afirmar a existência das obrigações do parentesco e os que menos sancionam o não desempenho do papel. Entre os que exprimem desacordo pelo não desempenho, os protestantes fundamentalistas figuram em primeiro lugar, os protestantes não fundamentalistas em segundo e os católicos em terceiro. Um dado curioso sobre a relação entre a preferência religiosa e o papel do parentesco consiste no facto dos maridos protestantes fundamentalistas autotransclassificarem-se como

os mais competentes neste papel e as respectivas esposas autotclassificaram-se como as menos competentes em relação às restantes das outras religiões (cf. Bahr in Nye, 1976: 76).

No nosso estudo os católicos de ambos os sexos são simultaneamente os que detêm as maiores percentagens de indivíduos que responderam sentir que fazem um bom trabalho e em segundo lugar os que mais responderam que se preocupam frequentemente, com valores muito próximos. As maiores percentagens de respostas dos que sentem que fazem um bom trabalho são dos indivíduos que responderam não ter religião.

Quanto à dimensão familiar, os estudos americanos revelaram que os pais das famílias mais pequenas são os que menos tendem a afirmar as obrigações do parentesco, enquanto os pais das famílias mais amplas manifestam-se mais orientados para afirmar essas obrigações. Parece haver uma associação directa entre o número de filhos e a afirmação das obrigações do parentesco. Todavia, quanto maior for a família menor é a possibilidade da mãe dessa família reprovar o não desempenho dos deveres do parentesco. Por esse motivo os pais das famílias mais numerosas são geralmente mais tolerados na infracção das normas do que os pais das famílias mais pequenas. Se esta afirmação é verdadeira, pode-se supor que as pessoas que têm famílias numerosas tendem a desempenhar menos satisfatoriamente, em termos pessoais, as suas obrigações com os parentes do que os indivíduos que têm famílias pequenas (cf. Bahr in Nye, 1976: 76).

A percepção da competência no papel do parentesco varia inversamente com a dimensão da família. A dimensão da família exerce uma forte influência no esforço do papel. As esposas com uma ou duas crianças tendem a mencionar menos esforço do que as mulheres com cinco ou mais filhos. A relação entre a dimensão da família e o esforço do papel é nitidamente positiva; quanto maior é o número de filhos mais a mãe se preocupa com o desempenho das responsabilidades do parentesco (cf. Bahr in Nye, 1976: 77).

No nosso universo não há famílias muito numerosas (com mais de cinco filhos) não revelando as tendências dos estudos americanos. De qualquer modo, quer as famílias mais pequenas quer as mais numerosas manifestam preocupações muito idênticas em relação à forma como se relacionam com os seus parentes.

7.5. O PAPEL TERAPEUTICO

O papel terapeutico foi incluído neste trabalho a título experimental por ser considerado um papel emergente, ou seja, admite-se que esteja a ser incorporado na estrutura social. À partida desconhecemos se este papel existe neste universo. A sua conceptualização segue a perspectiva proposta por Nye (1976: 111-130) apresentando muitas semelhanças com a função de higiene mental apresentada por Blood e Wolfe (1960). No presente estudo conceptualizamos os papéis em termos de comportamento e não em termos de produto ou resultado do compor-

tamento. O comportamento deste papel, tal como o apresentamos, é considerado terapeutico por assistir e/ou ajudar o cônjuge a enfrentar com êxito os problemas com que se defronta. Este tem um âmbito mais vasto do que o papel de higiene mental apresentado por Blood e Wolfe (1960), que apenas se relaciona com os problemas exteriores ao casal. Como se sabe, alguns problemas são resultantes da interacção entre os cônjuges, dos seus sentimentos em relação um ao outro, e do significado que cada um atribui às acções ou atitudes do outro. Além disso, o papel terapeutico pode desempenhar-se entre os cônjuges, pode envolver outros membros da família, indivíduos não pertencentes à família e pode também desempenhar-se entre grupos. Vejamos as semelhanças entre o papel terapeutico e a higiene mental apresentada por Blood e Wolfe:

A psicoterapia não se aplica a qualquer pessoa, nem dura para sempre. Ela assemelha-se à ajuda que toda a gente necessita para enfrentar os problemas emocionais do dia a dia. As pessoas necessitam de oportunidades para desabafar, para exprimir os seus sentimentos, de ajuda para interpretar as suas dificuldades, de apoio emocional e de encorajamento (Blood e Wolfe, 1960: 180, in Nye, 1976: 112).

Os problemas fazem parte da vida do ser humano. Se estes forem demasiado complicados e se o indivíduo viver numa sociedade diferenciada e tiver recursos financeiros suficientes poderá recorrer a um terapeuta profissional para tentar resolvê-los. Independentemente de se poder, ou não, recorrer a essa ajuda, há pessoas que preferem partilhar os seus problemas com

o cônjuge, com outros parentes, com amigos, ou tentam resolvê-los sózinhas (cf. Nye, 1976: 112).

O estudo de Blood e Wolfe realizado em Detroit revelou que metade das esposas revelavam sempre, ou quase sempre, ao marido as suas más experiências e apenas um quarto delas raramente ou nunca recorriam ao marido para esse fim. Cerca de metade dos maridos agiam positivamente ajudando as esposas a resolver os seus problemas, enquanto dezoito por cento dos maridos limitavam-se a ouvir passivamente (Blood e Wolfe, 1960: 206, cf. Nye, 1976: 112). Se se considerar o acto de ouvir como uma contribuição, cerca de oitenta por cento dos maridos das mulheres desse universo que mencionaram contar ao cônjuge os seus problemas contribuem de algum modo para a sua resolução (cf. Nye, 1976: 112).

7.5.1. Caracterização do papel terapêutico: aspectos conceptuais

Os dados que acabámos de referir, demonstram a presença de um papel de suporte muito semelhante ao que hoje se designa por papel terapêutico. Modernamente utiliza-se este termo para descrever o comportamento. A presença deste papel era já evidente para alguns autores em meados da década de cinquenta (Parsons e Bales, 1956). O comportamento de apoio/suporte entre os cônjuges é perfeitamente compatível com o conceito que Blood e Wolfe mediram no seu estudo de Detroit. De então para cá não se registou grande desenvolvimento de conceitos, quer

de higiene mental, quer do papel terapeutico (cf. Nye, 1976: 112).

Alguns investigadores estudaram partes do papel terapeutico ao analisarem como os cônjuges superavam as suas depressões ou estados de mau humor. Entre eles figuram Komarovsky que estudou uma amostra de famílias de "colarinhos azuis". No seu estudo verificou que cerca de metade dos indivíduos procuravam ajuda conversando com outras pessoas enquanto os restantes utilizavam outra actividade para afastar o problema ou não faziam nada para superá-lo. Entre os que procuravam ajuda nas outras pessoas, cerca de metade conseguiam obter mais ajuda do cônjuge do que qualquer outra fonte. A esposa é considerada como recurso particularmente importante para os maridos com maiores níveis de escolaridade; 30% dos maridos consideram a esposa como a ajuda mais importante para superar os problemas emocionais (Komarovsky, 1962: 187, cf. Nye, 1976: 113). Os maridos com níveis de escolaridade mais baixos sentem dificuldade em comunicar os seus problemas e de receber ajuda por intermédio da interacção quer com a esposa, quer com os outros. Komarovsky menciona o termo terapeutico ao referir que "os maridos com níveis inferiores de escolaridade que não conseguem obter alívio emocional na interacção social têm menos probabilidade de beneficiar da função terapeutica do casamento e de cumpri-la com êxito em relação às suas esposas" (Komarovsky, 1962, cf. Nye, 1976: 113). Esta autora mencionou o termo "terapeutico" mas não o desenvolveu nem o utilizou extensivamente. A sua investigação incide mais sobre comunicação e partilha de problemas do que sobre a resolução desses problemas.

Goode também se refere esporadicamente a algumas partes do papel terapêutico ao discutir as mudanças verificadas nas formas de organização familiar ao passar-se da família extensa para a conjugal:

A partir do momento em que o grupo alargado de parentes perde importância no que respeita ao suporte emocional e a partir do momento em que o casamento se baseia na atracção mútua, a pequena unidade conjugal constitui o lugar principal onde se mantém o equilíbrio emocional do indivíduo (do marido e da esposa), onde os seus problemas psíquicos podem ser resolvidos ou melhorados. Pelo menos não há outro lugar onde possam ir (Goode, 1963: 9, cf. Nye, 1976: 113).

Outros autores como Gurin, Veroff e Feld, realizaram nos EUA um estudo a nível nacional sobre saúde mental. Nesse estudo perguntaram aos inquiridos como superavam as suas preocupações e períodos de depressão. Cerca de 30% responderam que se dirigiam a outras pessoas para contar as suas preocupações e perto de 25% procuravam ajuda semelhante nos períodos de depressão. Entre os que responderam que procuravam a ajuda de outros, 56% mencionaram o cônjuge como primeira fonte de ajuda nas suas preocupações, mas apenas 17% mencionaram o cônjuge como primeiro recurso nos períodos de infelicidade (Cf. Nye, 1976: 113). A conceptualização dos problemas feita por estes autores, quer se trate de "preocupação" ou de "período de depressão" afigura-se relativamente mais restrito do que o utilizado por Komarovsky e do que o nosso conceito, tal como o definimos no presente estudo. Verifica-se, porém, que estes autores consideram a resolução de problemas como uma faceta do

dia a dia da existência humana. Esse estudo confirmou que os cônjuges são as primeiras pessoas procuradas para ajudar e que respondem favoravelmente a esse apelo (Gurin et. al., 1960: 12, cf. Nye, 1976: 114).

Whyte descreve alguns aspectos importantes do papel terapêutico baseando-se em descrições de esposas de executivos:

Em primeiro lugar, dizem as esposas, elas têm de ser boas ouvintes. Eles descrevem o trabalho de forma pouco clara. Elas devem ser receptoras de som ("sounding boards"), estações de reabastecimento ("refueling stations"), muros de lamentações ("wailing walls"). Mas elas falam sem ressentimento. As mulheres parecem sentir que, alimentar o ego do homem (do marido), é não só uma bela maneira de satisfazerem o seu próprio ego, mas também, uma forma de terapia que se torna cada vez mais necessária, pela forma de vida corporativa. Os psicólogos concordam totalmente. 'A maioria dos executivos são pessoas muito sós' disse uma delas. 'A melhor coisa que uma esposa pode fazer é deixá-lo desabafar as preocupações que ele não pode confessar no seu gabinete' (Whyte, 1952: 178, cf. Nye, 1976: 114).

Esta descrição prova que Whyte é conhecedor das necessidades de alguns maridos executivos notáveis por intermédio de alguns tipos de desempenho do papel terapêutico das suas esposas. Porém, Whyte não vê aquelas esposas a desempenharem a imensidade de situações inerentes à resolução de problemas que fazem parte do papel terapêutico. De igual modo, Whyte desconhece qualquer reciprocidade no desempenho do papel terapêutico do marido em relação à esposa. No que respeita a este último aspecto a abordagem de Whyte é semelhante à de Parsons e

Zelditch. Para analisar este papel é fundamental conhecer o seu conteúdo. Nesse sentido é importante aprofundá-lo encarando-o enquanto papel da responsabilidade da esposa e da mãe.

Os exemplos de pesquisa que acabámos de referir indicam que houve vários investigadores que procuraram medir comportamentos que fazem parte do que se considera o papel terapêutico.

Papel terapêutico e papel expressivo são conceitos que apresentam alguma simultaneidade. Zelditch (1955) utilizou o termo "papel expressivo" a par do de "papel instrumental" considerando ambos como comportamento nas análises de pequenos grupos. Apesar disso, não apresenta nenhuma definição precisa limitando-se a fazer uma série de afirmações sobre o papel. Mais tarde, ao testar a ideia de que o papel instrumental era geralmente delegado ao homem e o papel expressivo à mulher, desenvolveu um conjunto de indicadores para ambos os papéis (cf. Nye, 1976: 115). A partir destes é possível aproximarmos-nos do conteúdo do papel expressivo.

Zelditch afirma:

Ego será considerado o líder expressivo da família nuclear se ... Ego é o mediador, conciliador, da família; Ego resolve (apazigua) as disputas, resolve hostilidades na família. Ego é afectuoso, solícito, afável, emotiva para as crianças da família; Ego é quem conforta, o consolador, é relativamente indulgente, relativamente impune (Zelditch, 1955: 318, cf. Nye, 1976: 115).

Apercebemo-nos de que, em termos analíticos, há duas ideias diferentes que compõem o papel expressivo. O termo em si significa comunicar, exprimir. Enquanto tal, tanto pode comunicar de uma forma negativa e hostil como de uma forma afectuosa e de apoio. Todavia, os indicadores mencionados por Zelditch são todos positivos. Em termos literários ambos aparecem misturados, por isso o termo expressivo passou a designar comunicação de emoções positivas e comportamento que encoraja tais emoções entre os outros membros da família. Registe-se, porém, que esse comportamento não se aplica apenas aos problemas que dele necessitam. Admite-se, pelo menos aparentemente, que a necessidade de tal comportamento está sempre presente no grupo familiar e que a necessidade ultrapassa sempre a quantidade de comportamento expressivo disponível (cf. Nye, 1976: 115).

É possível identificar conteúdos comuns aos papéis expressivo e terapêutico. Por exemplo, a resolução de problemas envolve quase sempre sentimentos de insegurança, falta de apreço/estima ou de amor. Perante esta situação, o indivíduo que desempenha o papel terapêutico deve estar preparado para proporcionar o suporte emocional de que o outro necessita. O conteúdo emocional é, sem dúvida, importante para resolver grande parte dos problemas. Todavia, o papel terapêutico possui um conteúdo muito mais amplo. Por exemplo, ouvir e dar oportunidade aos membros da família para se exprimir verbalmente, agir como suporte auditivo "sounding board" para as ideias ou reacções do outro, fornecer informação adicional, conceitos ou pontos de vista e agir concretamente de forma a

partilhar na resolução do problema, são acções que estão simultaneamente envolvidas no desempenho do papel terapeutico. Daqui deduz-se que o conceito de papel terapeutico abrange um âmbito consideravelmente mais vasto de responsabilidades e de acções do que o de papel expressivo.

Verifica-se outra diferença importante no que respeita à pretensão dos dois papéis. O papel terapeutico incide sobre os problemas. Por exemplo, quem desempenha o papel não dá amor nem transmite confiança a não ser que se aperceba de que o outro elemento da família dê sinais de sentimentos de rejeição ou de insegurança. Parte-se do princípio de que a maioria das pessoas sente-se, quase sempre, suficientemente segura e aceita não tendo uma necessidade contínua desse suporte por parte de outro membro da família. A pretensão em relação ao papel expressivo é relativamente diferente. Neste caso parte-se do princípio de que tais necessidades são contínuas e prementes.

Em resumo, as necessidades de suporte emocional no papel expressivo parecem estar limitadas ao marido e às crianças desde que a mulher/mãe desempenhe o papel. A pretensão deste papel pode resumir-se da seguinte forma: as tensões dos adultos têm a sua origem no meio-ambiente exterior mas as das crianças podem surgir dentro da família. Estas pretensões não pertencem ao papel terapeutico. A pretensão apresentada por Blood e Wolfe é a de que as esposas e as mães também têm problemas e que os maridos desempenham, pelo menos, o papel terapeutico (Blood e Wolfe, 1960, cf. Nye, 1976: 116).

Outros autores, como Levinger e Litwak, procuraram relacionar o papel terapêutico com o papel sócio-emocional. Levinger procurou descrever um papel familiar a partir de uma pesquisa sobre pequenos grupos, utilizando um termo mais descritivo, o de papel sócio-emocional. Para tal, Levinger secundariza a dimensão comunicativa do papel e dá particular atenção aos aspectos das relações e às características emocionais da família. Este autor põs em causa a noção de que as tarefas mais pesadas dos papéis recaem sobre o homem e que as tarefas sócio-emocionais são do domínio feminino. Ambos são especialistas quer nas tarefas pesadas quer nas sócio-emocionais. Levinger admite que o comportamento sócio-emocional deve ser recíproco (Levinger, 1964, cf. Nye, 1976: 116).

Em 1970 Litwak também criticou a separação dos comportamentos instrumental e sócio-emocional escrevendo:

Tem-se admitido que para os pequenos grupos, como as famílias, continuarem a existir devem cumprir-se duas funções essenciais que exigem líderes diferentes. O líder instrumental garante que o grupo se ocupe dos seus objetivos de uma forma eficaz. O líder sócio-emocional garante a coesão do grupo. Estas duas funções geralmente devem estar nas mãos de duas pessoas diferentes uma vez que frequentemente comportam elementos contraditórios.... Esta linha de raciocínio faz várias afirmações que no meu ponto de vista são incorrectas. Parte do princípio de que a esposa não tem tensões iguais às do marido. Por exemplo, segundo esta ordem de ideias, os seguintes acontecimentos não produzem tensões para a mulher iguais a qualquer outra sentida pelo marido nas suas experiências de vida: o nascimento de um filho; a saída dos filhos de casa dos pais; as doenças dos filhos, a adaptação a novos

vizinhos e/ou a novos lugares de residência; doenças, etc.. Se a mulher tiver grandes ansiedades, não há nenhuma pessoa ideal (de acordo com este conceito baseado na divisão ligada ao sexo) que possa socorrê-la. Na minha opinião é incorrecto dizer-se que a mulher não tem ansiedades que sejam iguais, ou mesmo maiores que as dos homens. Como consequência, a divisão do trabalho até então defendida não satisfaria, em princípio, as necessidades da família no que respeita ao alívio das tensões....

É difícil saber como uma família (com as suas múltiplas tarefas e membros limitados) sobreviveriam, mesmo como princípio, se o marido fosse responsável por todas as tarefas instrumentais e a esposa se ocupasse apenas das tarefas ligadas ao alívio das tensões emocionais. A divisão do trabalho em tarefas separadas e líderes sócio-emocionais que fazem sentido num grupo experimental que se ocupa de uma só tarefa torna-se inoperante se aplicada indiscriminadamente a um grupo primário de duas pessoas com múltiplas tarefas (Litwak, 1970: 361-362, cf Nye, 1976: 116-117).

A formulação de Litwak sobre o papel terapeutico é substancialmente diferente da conceptualização do papel sócio-emocional apresentada por Levinger. A de Levinger é menos abrangente não incluindo todas as relações sociais entre os membros da família, incluindo apenas os comportamentos que estão envolvidos na resolução dos problemas ("problem-solving"). A conceptualização de Litwak é muito mais abrangente entrando em linha de conta com os problemas cuja origem é exterior ao grupo familiar e incluindo inúmeras actividades e comportamentos ao mesmo tempo que se proporciona apoio emocional aos outros membros da família.

Em resumo pode dizer-se que há uma sobreposição no conteúdo e nos conceitos dos papéis expressivo, sócio-emocional e terapêutico. Todos eles envolvem comunicação entre os indivíduos e incluem no seu conteúdo, em doses variáveis, apoio e/ou suporte emocional. Embora haja sobreposição, o papel terapêutico tem um conteúdo muito mais amplo, conteúdo esse, que não aparece conceptualizado nos outros papéis. Por outro lado verifica-se, também, que existe algum conteúdo do papel sócio-emocional que não está incluído no papel terapêutico. Além disso, há diferenças significativas no que respeita à natureza das necessidades humanas e sobre quem desempenha o papel.

A conceptualização que optámos no nosso trabalho tem muitos elementos comuns à apresentada por Blood e Wolfe. As principais diferenças encontram-se na identificação conceptual e não no comportamento incluído. Blood e Wolfe referem-se à "função de saúde mental no casamento" e dentro desta função identificam e descrevem o comportamento terapêutico, enquanto no nosso trabalho preferimos identificar o papel a partir do seu conteúdo - terapia. Partilhamos com esses autores a hipótese de que a terapia satisfaz necessidades, presumivelmente semelhantes na frequência e urgência para o marido e para a esposa e ambos os cônjuges desempenham o papel de um para o outro e para os seus filhos e/ou outros elementos da família (cf. Nye, 1976: 118).

Vejamos seguidamente o que revelam os dados da nossa pesquisa.

7.5.2. - Definição normativa do papel terapeutico

A literatura sociológica menciona quatro tipos de soluções para quem ajuda a resolver um problema: (1) ouvir a descrição do problema, (2) mostrar-se compreensivo, (3) dar segurança e afecto, e (4) oferecer-se para ajudar a resolvê-lo. A mesma literatura refere apenas dois tipos de comportamento reprováveis no desempenho do papel: reagir com críticas em relação à pessoa que lhe confia o problema e (2) não guardar segredo e/ou contar a terceiros pessoas as confidências que lhe foram feitas. Em 1973, no Congresso Mundial sobre Saúde Mental e na Terceira Conferência Anual sobre Investigação Familiar, os terapeutas sugeriram um terceiro comportamento reprovável que consiste em tomar conta do problema e impor as suas próprias soluções sobre o confidente.

Relembramos que considerámos o papel terapeutico como hipotético. A hipótese de tal papel existir no nosso universo está sujeita a dois testes, ou seja, diz-se que ele existe se a maioria dos inquiridos responder que os cônjuges têm o dever/obrigação de desempenhá-lo e se for evidente que são aplicados alguns tipos de sanções pelo não desempenho das normas e pela violação dos comportamentos, ou seja, pela opção por comportamentos reprováveis.

Para averiguar a existência da componente normativa do papel elaborámos as Perguntas Nº 71 e 72 (Ver Anexo IV.A.).

A análise global das respostas à Pergunta Nº 71 revela que 51,1% dos maridos e 50,8% das esposas responderam que a mulher deve ajudar o marido a resolver os seus problemas pessoais. Todavia, fazendo a análise por sexos e grupos de idade verifica-se que nas gerações dos 20-29, 40-49 e 50-59 anos entre 50% e 54% dos cônjuges de ambos os sexos responderam que a esposa deve fazê-lo, enquanto as respostas de ambos os sexos das gerações dos 30-39, 60-69 e dos maridos de 70 e mais anos, (referentes à mesma questão, ou seja, se a mulher deve ajudar o marido) não atingem os 50% oscilando entre 43,3% e 48,4% . Os maridos dos 20-29 anos foram os únicos que, na totalidade, responderam que a esposa deve ajudar o marido, enquanto apenas 50% das mulheres da mesma geração responderam da mesma forma. Esta geração é, em relação às restantes, a que apresenta maior desequilíbrio nas respostas entre os cônjuges de ambos os sexos. Repare-se que nesta geração (20-29 anos) encontra-se a maior percentagem de mulheres (33,3%) a responder que a esposa não deveria ajudar o marido a resolver os seus problemas pessoais (Ver Anexo V, Quadros Nº V.11.1.).

Em relação à Pergunta Nº 72 (Ver Anexo VI.A.), 75,8% dos maridos e 73,3% das esposas responderam que reprovam fortemente e/ou apenas reprovam que o marido e/ou a esposa não ajude o cônjuge a resolver tais problemas. A análise por sexos e grupos de idade indica que em todas as gerações, excepto nas mulheres dos 20-29 anos, existe a norma de que os cônjuges devem entreajudar-se na resolução dos problemas pessoais reprovando fortemente, ou apenas reprovando, o não desempenho do papel quer da esposa quer do marido em relação ao respectivo

cônjuge. Curiosamente, as esposas dos 20-29 anos (33,3%) são as que mais aprovam a não entreatada dos cônjugues na resolução dos problemas pessoais de cada um (Ver Anexo V, Quadros Nº V.11.2.).

Em resumo, as análises dos Quadros Nº V.11.1. e V.11.2. provam que neste universo, a maioria dos maridos e das esposas indicam que ambos os cônjuges têm o dever de desempenhar o papel terapeutico, manifestando desejo que o papel seja desempenhado pelo respectivo cônjuge.

Procurámos também analisar em que medida ambos os cônjuges se reprovam entre si, caso haja quebra de sigilo dos problemas que foram confiados um ao outro, ou seja, se qualquer deles partilhar com terceiras pessoas os problemas pessoais que lhe foram revelados pelo cônjuge. A análise global dos resultados indica que mais de 60% dos cônjuges de ambos os sexos reprovam fortemente a quebra de sigilo de qualquer problema, embora o relacionado com os problemas sexuais seja o mais reprovado, principalmente pelas mulheres (68,9%/H e 71,2%/M, ver Anexo V, Quadros Nº V.11.3.).

A análise por sexos e grupos de idade revela-nos que os cônjuges de ambos os sexos de todas as gerações tendem a reprovam fortemente a quebra de sigilo de todos os problemas mencionados na Pergunta Nº 73 (Ver Anexo IV.A.). Todavia, os maridos mais jovens (33,3% dos 20-29 anos) afiguram-se como os mais tolerantes em relação à quebra de sigilo da esposa quer nos problemas financeiros, sexuais, problemas com as crianças, quer sobre outros problemas familiares (Ver Anexo V, Quadros

Nº V.11.3.). Entre todos os problemas mencionados na Pergunta Nº 73, os que causam menos preocupação, caso sejam partilhados com terceiros, são, de um modo geral, os problemas com as crianças e outros problemas familiares. Em ambos os casos, os cônjuges mais jovens, e principalmente os maridos (dos 20-29 anos), são, em relação aos restantes, os que menos parecem preocupar-se se o cônjuge revelar os seus problemas a terceiros.

De um modo geral, pode dizer-se que, neste universo, o desempenho do papel terapeutico aproxima-se das prescrições normativas do papel. Recorde-se que ambos os sexos manifestam que o seu desempenho é um dever dos cônjuges, não só da esposa em relação ao marido, mas também, deste em relação à esposa, sendo o não desempenho fortemente reprovado pela maioria dos inquiridos de ambos os sexos.

Vejamos em que medida os conjuges são procurados como confidentes dos problemas pessoais (Ver pergunta Nº 74, Anexo IV.A.). Os cônjuges afiguram-se como os confidentes preferenciais dos casais de quase todas as gerações, exepcto na dos 20-29 e dos 70 e mais anos, para ambos os sexos. Repare-se que apenas 33,3% dos maridos e das esposas dos 20-29 anos responderam que contam ao cônjuge os seus problemas pessoais, e apenas 47,1% dos maridos e 36,4% das esposas de 70 e mais anos responderam que o fazem. Nas restantes gerações, mais de metade dos inquiridos de ambos os sexos consideram o cônjuge como o principal confidente de tais problemas. Curiosamente, os cônjuges que mais confidenciam entre si os problemas pessoais são os de 30-39 anos, principalmente os maridos, cujas percen-

tagens de respostas atingem os 83,3%, enquanto as das esposas não ultrapassam os 63,3% .

Em termos globais, confirma-se que são maioritariamente os maridos que mais confidenciam às esposas os seus problemas (excepto os da geração dos 50-59 anos), facto que, à partida, nos leva a admitir a hipótese de que elas poderão desempenhar mais o papel para os maridos do que estes em relação a elas, hipótese que pode não confirmar-se (Ver Anexo V, Quadros Nº V.11.4.).

Em geral, verifica-se que a maioria dos cônjuges de ambos os sexos (66,1%/H e 64,5%/M) responderam que os cônjuges mostram-se compreensivos, enquanto apenas 15,3% dos homens e 16,4% das mulheres responderam que o cônjuge tenta ajudar a resolver os seus problemas pessoais. A análise deste facto, por sexos e grupos de idade revela-nos que de um modo geral os cônjuges mostram-se compreensivos e tentam ajudar. Os maridos mais jovens (dos 20-29 anos) foram os únicos que, na totalidade, responderam que as esposas tentam ajudá-los, enquanto as esposas do mesmo grupo etário mostraram-se mais divididas (50% responderam que os maridos mostravam-se compreensivos e outros 50% responderam que eles tentam ajudá-las a resolver os problemas pessoais que as afligem).

As esposas das gerações dos 60-69 anos e as dos 70 e mais anos, não só apresentam o maior número de não respostas, mas também se afiguram como as menos satisfeitas com a forma com os maridos desempenham o papel. Nota-se a mesma insatisfação em relação aos maridos das mesmas gerações (10,5% dos homens

de 60-69 anos responderam que as suas esposas preferem que eles não as aborream). Registe-se que nestes dois grupos de idade verificam-se, em ambos os sexos, as percentagens mais elevadas de respostas na situação em que o cônjuge ouve os problemas mas não faz nada por resolvê-los. Recorde-se que, apesar das esposas mais jovens terem a maior percentagem de respostas na situação "a mulher não deve ajudar o marido", verifica-se, curiosamente, que elas são bastante activas no papel (100% dos maridos desta geração responderam que as esposas tentam ajudá-los, o que significa que o desempenham, embora, pelo menos aparentemente, não o considerem totalmente como seu dever/obrigação). Em suma, as esposas afiguram-se relativamente mais activas do que os maridos no desempenho do papel terapeutico.

7.5.3. O desempenho do papel terapeutico: a competência, a identificação e o esforço do papel

Quando um indivíduo tem um problema dispõe de várias alternativas para tentar resolvê-lo. Verificámos que no nosso universo de estudo grande parte deles recorre frequentemente ao cônjuge como principal ajuda. Porém, pode acontecer que o cônjuge nem sempre esteja na disposição de ajudar, ou sinta que não tem esse dever/obrigação, ou não seja considerado competente para desempenhar o papel. Nestes casos a resolução do problema pode ocorrer fora da família nuclear e recorrer-se à ajuda de um outro parente (por exemplo irmão/irmã, ou outro)

ou ainda ser resolvido fora das fronteiras do parentesco, recorrendo-se à ajuda de amigos e/ou de conselheiros profissionais.

Para determinar quem desempenha o papel terapeutico elaborámos a Pergunta Nº 75 referente à frequência com que os inquiridos de ambos os sexos recorrem ao cônjuge e/ou a outros elementos da família e/ou a terceiros para confidenciar os seus problemas e/ou para pedir ajuda na sua resolução (Ver Anexo IV.A).

Analisemos seguidamente as respostas à Pergunta Nº 75 (Ver Anexo V, Quadros Nº V.11.5.). Curiosamente as maiores percentagens são de não resposta, para ambos os sexos, facto que não pode passar despercebido e que pode ser sintomático de que os inquiridos nem sempre se sentem satisfeitos com a forma como os outros os ajudam a resolver os seus problemas pessoais preferindo não responder. Porém, entre os que responderam, 51,6% dos homens e 49,2% das mulheres recorrem ao cônjuge frequentemente para contar, falar e procurar ajuda para resolver os seus problemas (Ver Anexo V, Quadros Nº V.11.5.). Mais uma vez se confirma que as esposas são mais procuradas pelos maridos do que estes pelas esposas nos pedidos de ajuda para resolução dos seus problemas.

A análise das respostas de ambos os sexos e por grupos de idade em relação à frequência com que recorrem a outros elementos da família e/ou a terceiros para falar, contar e pedir ajuda na resolução dos problemas pessoais, revela que, em segundo lugar recorrem a uma pessoa amiga do mesmo sexo, e, em

terceiro lugar, a um vizinho/vizinha. Confirma-se mais uma vez que os casais mais idosos são os que menos desempenham o papel terapeutico entre si, recorrendo mais do que os cônjuges das outras gerações à ajuda de amigos do mesmo sexo (Ver Anexo V, Quadros Nº V.11.5.).

Registe-se ainda que, neste universo, o pai e a mãe só ocasionalmente funcionam como recurso na resolução dos problemas dos filhos, o que nos faz admitir que não são considerados pelos filhos de ambos sexos como muito bons ajudantes no desempenho do papel terapeutico. Além disso, no recurso aos pais, as maiores percentagens concentram-se nas não respostas e na situação de "nunca", ou seja nunca recorrem ao pai e/ou à mãe (Ver Anexo V, Quadros Nº V.11.5.).

Em resumo, os resultados evidenciam um lugar predominante da esposa no desempenho do papel terapeutico, excepto na geração dos 70 e mais anos. Porém, a maioria dos indivíduos de ambos os sexos respondeu que partilhavam frequentemente os seus problemas com o cônjuge, o que significa que, neste universo, tanto a esposa como o marido funcionam como agentes terapeuticos. Este facto desafia as afirmações de Parsons e de Zelditch quando defendem que esta função é fundamentalmente atribuída à mulher. Em contrapartida, os resultados reforçam as observações de Litwak ao mencionar que as esposas enfrentam tantas frustrações e problemas como os maridos.

A análise dos resultados revela que as esposas mais jovens recorrem mais frequentemente do que as restantes à ajuda de outros parentes e de não familiares. De um modo geral veri-

fica-se uma ligeira diferença na interação dos indivíduos de ambos os sexos com os pais e irmãos, embora com a mãe seja relativamente mais frequente. Esta interação é mais frequente nos casais mais jovens, nomeadamente nos dos 20-29 e dos 30-39 anos. O recurso ao conselheiro profissional e ao padre não é significativo para os cônjuges de nenhum grupo de idade e sexo.

Os resultados revelam ainda que as esposas dos 60-69 anos e os maridos de 70 e mais anos apresentam maior probabilidade de discutir os seus problemas pessoais com outras pessoas e com um parente do mesmo sexo ou com um amigo/amiga caso não o façam com o respectivo cônjuge.

Os cônjuges variam na competência com que desempenham o papel terapêutico. Quando um deles se recusa a desempenhar o papel pode agravar o problema se demonstrar um comportamento negativo e hostil. A competência pode ser avaliada em relação a um desempenho perfeito, a um desempenho mínimo ou em relação à forma padrão de desempenho num determinado grupo de referência. No nosso estudo procurámos avaliar a competência utilizando um critério geral. Para tal perguntámos aos inquiridos como se sentem em relação à forma como ajudam o cônjuge a resolver os seus problemas e como acham que o seu cônjuge o/a ajuda a si (Ver Pergunta Nº 76 do Anexo IV.A.).

A análise global dos dados revela que a maioria dos cônjuges não se sente totalmente satisfeito com a forma como o faz (69,5% dos maridos e 69,1% das esposas responderam que desempenham medianamente e/ou razoavelmente o papel). Apenas

8,9% dos maridos e 10,5% das esposas responderam que desempenham excepcionalmente bem, enquanto 11,6% dos maridos e 7,3% das esposas responderam que desempenham melhor que a média. A avaliação recíproca é muito semelhante à autoavaliação embora as esposas tendam, em termos globais, a avaliar o desempenho do papel mais positivamente que os maridos (Ver Quadros Nº V.11.6.).

A análise por sexos e grupos de idade revela que em todas as gerações a tendência das respostas situam-se no desempenho mediano e/ou razoável. Verifica-se também que os casais dos 30-39 e dos 50-59 anos têm as maiores percentagens de respostas em que ambos os cônjuges são excepcionalmente bons no desempenho do papel terapeutico. Confirma-se mais uma vez que as esposas dos 60-69 e os maridos dos 70 e mais anos são os mais insatisfeitos com o desempenho do cônjuge. A análise recíproca confirma a mesma tendência (Ver Quadros Nº V.11.6.).

Prosseguindo a análise do desempenho do papel terapeutico procurámos saber como se identificam com ele e como se sentem os maridos e as esposas ao ajudarem os cônjuges a resolverem os seus problemas pessoais (Ver Pergunta Nº 77, Anexo IV.A.). Para esta análise considerámos que o desempenho activo e positivo é mais competente que a audição passiva e/ou a reacção negativa. A análise global das respostas revela que 34,7% dos maridos e 45% das esposas querem sempre ajudar o cônjuge e 31,6% dos maridos e 19,4% das esposas geralmente querem ajudar. Em suma, 66,3% dos maridos e 64,4% das esposas, consideram-se competentes e identificam-se com o papel.

Entre os que não se identificam com papel e se consideram menos competentes contam-se 21,1% dos maridos e 25,1% das esposas respondendo que não se interessam muito em ajudar o cônjuge, 9,5% dos maridos e 4,7% das esposas que geralmente não querem ajudar e 1,1% dos maridos e 0,5% das esposas que nunca querem ajudar. Em suma, 31,7% dos maridos e 30,3% das esposas não se identificam com o papel autotranscritivo classificando-se como incompetentes no seu desempenho (Ver Quadros Nº V.11.7.).

Algumas pesquisas sobre atitudes, realizadas nos EUA, revelaram que nem sempre se verifica uma correlação entre a proporção dos que demonstram uma atitude de querer ajudar e o comportamento que adoptam no seu desempenho. A fadiga, outras obrigações, a falta de confiança na sua própria habilidade para desempenhar bem uma determinada tarefa ou as limitações da capacidade do cônjuge para beneficiar e fazer uso de determinados tipos de ajuda podem ser algumas das razões que levam muitos cônjuges a não desempenharem de forma mais activa o papel terapêutico de uma forma mais activa.

O papel terapêutico assume-se como um grande valor. Para determinar a distribuição e a intensidade do valor que este papel detém perguntámos aos inquiridos em que medida é importante para cada um dos cônjuges ter alguém com quem partilhar os seus problemas pessoais (Ver Pergunta Nº 78, Anexo IV.A.). A análise global das respostas revela que a maioria dos cônjuges de ambos os sexos (75,8% dos maridos e 78,5% das esposas) consideram muito importante ou apenas importante ter alguém que os ajude a resolver os seus problemas pessoais (Ver Quadros Nº V.11.8.). As esposas tendem a sobrevalorizar relativa-

mente mais o papel do que os maridos embora as diferenças sejam pequenas. A análise por sexos e grupos de idade confirmam a tendência geral. Verificamos, porém, com alguma surpresa, que a geração dos 30-39 anos apresentam as maiores percentagens de respostas na categoria "pouco importante" (para 22,2% dos maridos e para 23,3% das esposas) o que é contraditório com as respostas dadas pela mesma geração às Perguntas Nº 73, 74 e 75. Admitimos que a Pergunta Nº 78 não fosse bem formulada ou bem redigida, e talvez por isso, algo incompreendida pelos casais deste grupo etário.

Os cônjuges ao desempenharem o papel terapeutico não garantem que o façam com o nível de competência que cada um reconhece ter, ou que o cônjuge e/ou os grupos de referência consideram adequada.

São muitos os cônjuges que apesar de se esforçarem sentem-se desconfortáveis com a forma como desempenham o papel terapeutico.

Para avaliarmos o esforço do papel perguntámos aos inquiridos como se sentem em relação à forma como ajudam o cônjuge a resolver os seus problemas pessoais (Ver Pergunta Nº 79, Anexo IV).

A análise global das respostas prova que a grande maioria dos maridos (74,7%) e das esposas (74,9) preocupam-se frequentemente ou preocupam-se às vezes com a forma como o fazem, enquanto apenas 16,9% dos maridos e 12,1% das esposas sentem que fazem um bom trabalho ou estão satisfeitos com a forma como desempenham o papel (Ver Quadros Nº V.11.9.).

A análise por sexos e grupos de idade revela as mesmas tendências embora os maridos da geração mais jovem (dos 20-29 anos) e as esposas da geração mais idosa (70 e mais anos) pareçam preocupar-se mais frequentemente que os cônjuges de ambos os sexos dos restantes grupos etários. Curiosamente, nas gerações dos 20-29, 60-69 e 70 e mais anos nenhum dos cônjuges respondeu que estava satisfeito com a forma como desempenha o papel terapêutico, enquanto os maridos dos 20-29 e dos 30-39 anos sejam os que mais sentem que fazem um bom trabalho. Em contrapartida, a geração dos 70 e mais anos é a única onde nenhum dos cônjuges de ambos os sexos respondeu sentir que fazia um bom trabalho. Em suma, os casais mais idosos estão perfeitamente conscientes da sua incompetência no desempenho do papel terapêutico facto que os preocupa frequentemente (Ver Quadros Nº V.11.9.).

Alguns estudos mais recentes chamam a atenção para a distribuição social do comportamento do papel terapêutico. Acredita-se que as novas formas de cultura não se desenvolvem com a mesma velocidade em todos os componentes de uma sociedade complexa. Devido aos avanços da educação que expõe a juventude a novas ideias e a novos comportamentos alternativos espera-se que a mudança social ocorra primeiramente na classe média. Da mesma forma, tendo em conta a simpatia religiosa acredita-se, por vezes, que os protestantes "liberais" tendem a mudar as suas atitudes e comportamentos mais rapidamente do que os indivíduos pertencentes a grupos religiosos mais conservadores. Além disso, existem outras situações específicas que tendem a aumentar a necessidade de terapia ou afectam a

disponibilidade do cônjuge para proporcioná-la. A presença de uma pessoa incapacitada na família ou um número elevado de filhos são exemplos de situações que podem aumentar essa necessidade. O emprego da esposa a tempo inteiro, ou o trabalho suplementar do marido que se prolonga pela noite fora são exemplos de situações em que nenhum dos cônjuges tem tempo e energia suficientes para desempenhar o papel terapêutico.

Tendo em conta os exemplos apontados, admite-se que a classe social e as organizações religiosas afectam o desempenho do papel terapêutico devido às diferenças subculturais no que respeita às normas e aos deveres de cada um. O nosso universo não é suficientemente diversificado ao ponto de evidenciar as possíveis diferenças subculturais verificadas noutros estudos.

7.6. O PAPEL RECREATIVO

Ao longo das duas últimas décadas, mas principalmente na de oitenta, verificou-se na sociedade portuguesa uma mudança significativa na relação entre o trabalho e o lazer. Esta mudança verificou-se primeiramente nos países mais desenvolvidos e tem-se expandido por outros países que conheceram melhorias significativas de condições de vida. Alguns autores americanos como Clawson (1964) e Davis (1970), baseando-se em estudos empíricos, mencionam grande parte dos factores que contribuem para essa mudança referindo-se igualmente à complexidade dos

mesmos. As férias pagas, a diminuição do número de horas de trabalho semanal, os fins de semana prolongados, a possibilidade de fazer férias repartidas, etc., proporcionam um aumento de tempo para a dedicação às actividades de recreio. A elevação do nível de vida e uma maior distribuição do rendimento funcionam como incentivos para o envolvimento dos indivíduos numa variedade cada vez maior de actividades recreativas, principalmente fora de casa.

7.6.1. Caracterização do papel recreativo

Alguns dos primeiros estudos sobre as actividades de recreio realizados em meados dos anos cinquenta e finais da década de sessenta, por basearem-se sobretudo no background sócio-económico e nas características individuais dos utilizadores de algumas actividades recreativas, pouco contribuíram para explicar as variações das actividades de recreio familiar. Além disso, esses estudos dão uma visão implícita de que as actividades recreativas existem num contexto relativamente livre de constrangimentos normativos (cf. Carlson, in Nye, 1976: 132). Presentemente continua a haver pouca investigação empírica sobre os padrões de interacção associados ao recreio familiar. Continua a ser frequente considerar-se o recreio como uma actividade individual afectada pelas características do indivíduo. Carlson sugere uma hipótese alternativa de que as actividades de recreio são primeiramente actividades de grupo e que as escolhas de recreio obedecem às orienta-

ções/limitações impostas pelo grupo responsável pela tomada de decisão e pelas normas e valores do grupo de referência.

No nosso estudo a análise do papel recreativo obedece a esta última hipótese. Admite-se que os cônjuges apreendem o recreio dentro de um contexto normativo. Se verificarmos a existência de um conjunto de expectativas no que respeita ao recreio familiar e se estas forem reforçadas por sanções negativas quando se falha no seu desempenho, admite-se que o papel existe no nosso universo de estudo.

DeGrazia (1962), Dumazedier (1967), Clawson (1964), Burch e Taves (1961) Arendt (1959), etc., figuram entre os vários autores que tentaram definir recreio e/ou lazer. Dumazedier ao estudar os trabalhadores franceses identificou algumas limitações e funções do lazer. No nosso estudo caracterizamos o recreio de uma forma idêntica à deste autor. Quando Dumazedier perguntou aos inquiridos para indicar tipos de actividades que contrasta com o lazer, as respostas permitiram elaborar a seguinte lista:

- (1) o emprego;
- (2) trabalho suplementar ou biscates ocasionais;
- (3) tarefas domésticas (trabalhos domésticos, tratamento de animais, jardinagem, etc.);
- (4) cuidar de pessoas (dar-lhes banho e vesti-las, adormecê-las);
- (5) rituais e cerimónias familiares, sociais e religiosas;
- (6) obrigações (visitas, aniversários, encontros políticos, obrigações com a igreja; e
- (7) estudo necessário (para reuniões, para exames escolares ou profissionais) (cf. Carlson, in Nye, 1976: 133).

Posteriormente, quando lhes pediram para elaborar uma lista das funções do lazer as respostas ficaram agrupadas em três categorias: relaxe/descontração, entretenimento e desenvolvimento pessoal (Dumazedier, 1967: 13-14, cf. Nye, 1976: 133). Baseando-se nestas respostas definiu recreio como "uma actividade distinta das obrigações do trabalho, da família e da sociedade - para a qual o indivíduo se dirige de livre vontade, quer para se descontraír, para se divertir ou aumentar os seus conhecimentos e a sua participação social espontânea, para exercer livremente a sua capacidade criativa" (Dumazedier, 1967: 16-17, cf. Nye, 1976: 133). Esta definição encerra alguns elementos que podem ser contraditórios. Por exemplo, o livre exercício da capacidade criativa dum indivíduo, pode perfeitamente fazer parte da sua ocupação/emprego em vez de ser um aspecto de recreio ou de lazer. Por outro lado, o recreio, tal como Dumazedier o utiliza, inclui três elementos: relaxe/descontração, entretenimento e desenvolvimento pessoal. Admite-se que haja actividades que não se enquadram claramente no domínio do trabalho nem do recreio. Por exemplo algumas actividades domésticas como costurar, tricotar, jardinar, etc., podem simultaneamente ser meio obrigatórias, meio agradáveis. Além disso, há actividades que para algumas pessoas são consideradas como recreio, enquanto para outras são entendidas como trabalho. A interrelação entre trabalho e recreio é muito subjectiva.

No nosso estudo atendemos a essa subjectividade permitindo que os inquiridos definissem o recreio dentro da sua escala de referência.

Antes de procedermos à análise do papel recreativo no nosso universo, consideramos oportuno fazer uma breve referência às principais pesquisas realizadas sobre este papel.

O recreio familiar aparece na literatura sociológica (por exemplo, em Ogburn, 1938) apenas mencionado como uma actividade. Mais tarde, Bates (1956) conceptualiza-o como um papel. A maioria dos estudos neste domínio têm um carácter meramente descritivo baseando-se, sobretudo, nos tipos de recreio que as famílias adoptam e nos factores que afectam tais actividades.

Nye (1958) analisa os efeitos do estatuto profissional das mães sobre as actividades recreativas da família. A partir desse estudo concluiu que: (1) o emprego das mães provoca uma diminuição do recreio que envolve participação social fora da família, e (2) o recreio intra-familiar e comercial não são muito afectados pelo emprego das mães (cf. Carlson, in Nye, 1976: 135).

Burch (1966) e Harry (1970) analisaram os efeitos do ciclo de vida familiar sobre as escolhas recreativas. Burch concluiu que o ciclo de vida familiar tem efeitos no tipo de campismo familiar. Harry concluiu que a presença de crianças tem um efeito negativo na adesão (enquanto membro) e na participação das mulheres/esposas nas associações voluntárias (cf. Carlson, in Nye, 1976: 135).

Gerson (1960) estuda o recreio familiar analisando o seu efeito sobre a satisfação conjugal. A partir daí concluiu que existe uma correlação entre o número de variáveis de lazer e a satisfação conjugal entre casais universitários. A relação pa-

rece ser mais forte para os maridos do que para as esposas. West e Merriam (1969), fazendo um estudo semelhante ao de Gerson (1960) verificam uma relação positiva entre a solidariedade familiar e o recreio fora de casa. Uma das dificuldades deste tipo de pesquisas consiste em determinar a relação causa-efeito. Fica no ar a seguinte questão "é o recreio conjunto que causa solidariedade familiar ou é a solidariedade familiar que facilita o recreio conjunto?" (cf. Carlson, in Nye, 1976: 135).

Blood e Wolfe (1960) ao estudarem as famílias de Detroit analisam o recreio como elemento de discórdia conjugal. Do seu estudo concluíram que, de facto, o recreio constitui uma área de conflito/desacordo muito mais importante do que a literatura sociológica sugere (cf. Carlson, in Nye, 1976: 135).

Komarovsky (1962) apresenta uma visão descritiva das actividades de lazer entre as classes trabalhadoras embora indique que as escolhas e as decisões recreativas têm maior probabilidade de ser uma função do contexto normativo mais geral da família. Esta autora afirma que:

As diferenças na extensão da vida social conjunta parece ser explicada menos pelos obstáculos externos do que pelas atitudes em relação a eles. Nem a presença nem a ausência de crianças pequenas, nem a distância da residência em relação à comunidade, nem o nível de rendimento afectam a relativa frequência dos contactos sociais conjuntos (Komarovsky, 1962: 317, cf. Carlson, in Nye, 1976: 135).

Connor e al. (1955) identificam uma relação entre o recreio e um aspecto do comportamento do papel. Verificam que os pais que viam o seu papel como tradicional tinham maior probabilidade de participar no recreio com os seus filhos do que os pais que viam o papel de um bom pai como sendo mais voltado para o desenvolvimento (cf. Carlson, in Nye, 1976: 135-136).

Komarovsky e Connor e al. sugerem que a actividade recreativa pode estar relacionada com outras expectativas familiares, embora nenhum deles avance no sentido da conceptualização do papel recreativo. Gerson (1960) sintetiza a pesquisa sobre o recreio familiar da seguinte forma:

Os estudos empíricos sobre o comportamento do lazer tendem a focar a forma de passar o tempo livre nos vários tipos de actividade negligenciando de algum modo as variáveis dinâmicas relacionadas com a satisfação que se retira do lazer ou das motivações que estão por trás das escolhas das actividades do tempo livre (Gerson, 1960: 360, cf. Carlson, in Nye, 1976: 136).

Admite-se que as maiores aproximações a uma formulação do papel recreativo se encontram em Ogburn (1938) ao incluir o recreio numa função da família e em Bates (1956) ao referir-se ao companheiro de folguedos/brincadeiras ("playmate") como um papel na posição de mãe e pai. Apesar disso, nem Ogburn nem Bates conseguem delinear detalhadamente o papel nem desenvolvem indicadores que permitem medi-lo.

Ninguém duvida do elevado valor que se atribui ao recreio e verifica-se que os cônjuges têm um sentido de dever em rela-

ção a ele. Permanece a falta de conceptualização específica e tem-se pesquisado pouco no sentido de testar a existência de normas e de sanções respeitantes a este papel. No nosso estudo consideramos o papel recreativo como hipotético embora acreditemos que ele exista.

7.6.2. - Definição normativa do papel

A conceptualização de papel aqui adoptada pressupõe que se verifique a existência de normas, funcionando estas como primeira indicação da existência do papel. Para tal elaborámos duas questões. Uma delas pergunta qual dos cônjuges (se algum) deve organizar e empenhar-se no recreio familiar (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 80). A outra questão pergunta se os inquiridos reprovam o cônjuge que falha na organização e no empenho do recreio familiar. A última é considerada uma sanção que reforça a norma. O grau com que os cônjuges apreendem as normas sociais existentes no domínio do recreio afectam e reflectem a importância atribuída ao recreio familiar. O aumento da quantidade de tempo e dos recursos financeiros dedicados ao recreio familiar é um fenómeno relativamente recente. Por esse motivo seria de esperar que os aspectos normativos de tal papel fossem algo vagos quando comparados com os das actividades mais tradicionais da família, uma vez que estas têm maior probabilidade de serem prescritas a alguns membros e aos quais se aplicam fortes sanções para reforçar as normas. Parte-se do princípio de que as actividades familiares que

surgiram recentemente como resultado da mudança social estejam menos sujeitas a fortes expectativas do papel. O comportamento do recreio familiar insere-se neste domínio. Não nos podemos surpreender se houver grande variação nas responsabilidades de proporcionar o recreio familiar, se na verdade se verificar que elas existem.

A análise global dos resultados revela que a maior proporção de respostas de ambos os sexos indica que a responsabilidade cabe a ambos os cônjuges (50%/H e 53%/M) e em segundo lugar sugere que a iniciativa do recreio familiar é opcional, podendo vir de um ou do outro cônjuge, o importante é o seu cumprimento (31,6%/H e 33,9%/M). Curiosamente, é superior a percentagem de esposas que responderam que ambos os cônjuges têm o dever de organizar e proporcionar o recreio familiar. É importante salientar que apenas 5,8% dos maridos e 5,8% das esposas responderam que não é obrigação de ninguém (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.1.).

A análise das respostas por sexos e grupos de idade revela sensivelmente a mesma tendência. A principal diferença regista-se nos maridos dos 20-29 anos que consideram totalmente igualitária/conjunta a obrigação de iniciar e organizar o recreio familiar enquanto as restantes gerações oscilam entre a obrigação igualitária/conjunta e a opcional embora a maior percentagem de respostas tenha maior incidência para o dever igualitário (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.1.). Estas percentagens revelam que existe, neste universo, um mínimo de expectativas em relação a quem deve desempenhar o papel. Por outro lado, se existe a sensação de que ele deve ser desem-

penhado, tal facto reforça a existência, mesmo que hipotética, desse papel paternal (desempenhado pelos pais, pelo pai e/ou pela mãe).

A força das normas associadas a este papel e as sanções negativas pelo seu não desempenho são avaliadas segundo o grau com que se reprova o cônjuge que não organiza nem se empenha no recreio familiar. No nosso universo, a maioria dos maridos (64,7%) e das esposas (60,2%) reprovam fortemente e/ou apenas reprovam o cônjuge que não se empenha no papel, enquanto 28,9% dos maridos e 31,9% das esposas responderam que não se preocupam que o cônjuge se recuse a organizar e a cumprir o recreio familiar (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.2.).

A análise por sexos e grupos de idade revela que os cônjuges de ambos os sexos de todas as gerações, excepto as esposas dos 20-29 anos, tendem a reprovar fortemente e/ou apenas a reprovar o não cumprimento do papel pelo cônjuge. Curiosamente as esposas mais jovens apresentam a maior percentagem de respostas aprovando que o cônjuge não se ocupe do recreio familiar. Na geração mais idosa mais de metade dos maridos e das esposas reprovam fortemente o cônjuge que não desempenha o papel (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.2.).

Em suma, a maioria dos inquiridos sente que há responsabilidades referentes ao recreio familiar, embora não as atribuam a nenhum dos cônjuges em particular preferindo responder que o dever pertence a ambos ou é opcional, ou seja, não importa quem tem a iniciativa, pode ser de qualquer deles. Apesar da maioria dos inquiridos reprovar o não cumprimento do

papel, verifica-se que a sanção mais forte (reprova fortemente) é, comparativamente, menos penalizante do que as sanções relativas a outros papéis (excepto para ambos os sexos dos 70 e mais anos que apresentam a sanção mais forte no papel recreativo em comparação com as das restantes gerações). Admite-se que este papel seja mais parental do que especificamente do pai ou da mãe. Os pais sentem, provavelmente, maior responsabilidade em proporcionar recreio para os seus filhos do que para o casal.

7.6.3. O desempenho do papel recreativo: a competência, o tempo dedicado ao recreio familiar, o conflito e o poder do papel

As prescrições normativas proporcionam as linhas de orientação para o comportamento do papel. Quanto mais cristalizadas estiverem essas prescrições maior é a probabilidade do comportamento ser concordante com as normas. Dito de outra forma, os custos/sanções serão maiores para aqueles que se desviam das expectativas normativas fortes do que quando essas expectativas são fracas.

O desempenho do papel acompanha as tendências verificadas nas prescrições (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.1.), embora haja algumas discrepâncias. Comparando as expectativas com o desempenho verifica-se uma diminuição da intensidade do desempenho no que se refere à iniciativa conjunta e um aumento na iniciativa opcional (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.3.). Verifica-

-se que 42,1% dos maridos e 43,5% das esposas responderam que iniciam e cumprem o recreio familiar contra 50%/H e 53,9%/M, respectivamente, manifestados nas prescrições normativas. No desempenho a iniciativa opcional mantém-se em segundo lugar com 41,6% das respostas dos maridos e 38,7% das respostas das esposas contra os 31,6%/H e 31,9%/M, respectivamente, das respostas referentes às prescrições normativas, o que significa, simultaneamente, um valor mais elevado e muito próximo da iniciativa conjunta, principalmente no caso das respostas dos maridos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.3.).

Em termos globais, a iniciativa conjunta surge como predominante para ambos os sexos, embora a iniciativa opcional, no caso dos maridos, seja praticamente idêntica. A análise por sexos e grupos de idade revela que a tendência geral se mantém em todas as gerações, em termos de comportamento, embora nas mais jovens (dos 20-29 e dos 30-39 anos) os maridos manifeste maior iniciativa do que as esposas quando comparados com os maridos das restantes gerações (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.3.). Verifica-se ainda que uma percentagem relativamente significativa das esposas dos 60-69 anos responderam que têm mais iniciativa do que os maridos (8,3%) ou que são sempre elas a iniciar o recreio familiar (4,2%). As gerações que revelam menor desempenho do papel são as dos 50-59 e dos 60-69 anos havendo entre 2,0% e 4,2% de respostas na situação em que ninguém o organiza ou inicia. Entre os maridos que responderam ser sempre eles a organizar e iniciar o recreio familiar, figuram 6,5% dos de 60-69 anos e 5,9% dos de 70 e mais anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.3.).

A análise que se segue incide mais concretamente sobre as atitudes dos inquiridos em relação à importância que os cônjuges atribuem ao recreio familiar, à sua competência no desempenho do papel e à quantidade de tempo que dedicam às actividades recreativas.

Para medir a competência dos cônjuges no desempenho do papel recreativo perguntámos aos inquiridos como se sentem enquanto organizadores e cumpridores do recreio familiar e como avaliam o respectivo cônjuge no desempenho da mesma tarefa (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 83).

A análise global das respostas revela que a maioria dos maridos e das esposas não se sentem totalmente satisfeitos com a forma como organizam e cumprem o recreio familiar (33,2% dos maridos e 35,6% das esposas responderam que organizavam medianamente, enquanto 27,4%/H e 29,8%/M responderam que organizam razoavelmente). Entre os que se consideram mais competentes apenas figuram 8,4% dos maridos e 7,9% das esposas que se autotclassificaram como excepcionalmente bons e 21,1% dos maridos e 16,8% das esposas que consideram organizar o recreio familiar melhor que a média dos indivíduos. Em geral os maridos tendem a autoavaliar-se qualitativamente melhor do que as esposas, embora muito ligeiramente. Na avaliação recíproca os maridos e as esposas tendem a considerar os respectivos cônjuges mais competentes do que ambos se autoavaliam (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.4.). Todavia, a explicação para o facto da maioria dos cônjuges de ambos os sexos sentir que não desempenha muito bem o recreio familiar não é óbvia. Admite-se que essa sensação decorra do simples facto deste papel ser rela-

tivamente novo na nossa sociedade e por disporem de poucos elementos (padrões) de base para fazerem a sua avaliação.

O sentimento (noção) sobre a quantidade de tempo gasto com o recreio familiar constitui outro indicador de avaliação dos membros da família sobre o seu comportamento no papel. No nosso estudo perguntámos aos conjugues se estavam ou não satisfeitos com a quantidade de tempo que dedicam (gastam) ao recreio familiar (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 85).

A análise global das respostas revela que 66,3% dos maridos e 70,7% das esposas gostariam de dedicar mais tempo ao recreio familiar, 26,3% dos maridos e 21,5% das esposas responderam que dedicam o tempo suficiente e apenas 0,5% das esposas responderam que desejariam menos tempo. As esposas tendem a desejar mais tempo para o recreio do que os maridos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.6.).

A análise por sexos e grupos de idade revela que ambos os sexos de todas as gerações desejariam dedicar mais tempo ao recreio familiar. Os mais desejosos de tempo são os maridos mais jovens (100% dos 20-29 anos) e as esposas dos 30-39 anos (86,7%). Imediatamente a seguir figuram os cônjuges de ambos os sexos das gerações dos 30-39, 40-49 e 70 e mais anos (entre 70,6% e 72,7%) e finalmente os casais dos 50-59 (66,1%/H e 62,0%/M) e os dos 60-69 anos (48,4%/H e 58,3%/M) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.6.).

Outra abordagem sobre o desempenho do papel recreativo consiste em avaliar em que medida é importante para cada um

dos cônjuges partilhar o recreio familiar. Para tal elaborámos a Pergunta Nº 85 (Ver Anexo IV.A.).

A análise global das respostas à Pergunta Nº 85 revela que a maioria dos maridos e das esposas consideram bastante importante partilhar o recreio familiar, ou seja, que ambos os cônjuges o vivam conjuntamente (32,6% dos maridos e 34,0% das esposas consideram extremamente importante a partilha do recreio, 51,6% dos maridos e 49,2% das esposas consideram importante, 8,9% dos homens e 8,4% das mulheres responderam que era pouco importante e apenas entre 1,1%/H e 1,6%/M responderam que não tinha qualquer importância (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.5.).

A análise das respostas por sexos e grupos de idade sobre o valor do papel e importância da sua partilha entre os cônjuges revela que a maioria dos casais de todas as gerações consideram importante ou extremamente importante. Curiosamente, entre as maiores percentagens de indivíduos que responderam ser pouco importante figuram cônjuges da geração dos 30-39 anos (16,7%/H e 13,3%/M), os maridos de 70 e mais anos (11,8%), ambos os cônjuges dos 50-59 anos (8,9%/H e 8,0%/M), dos 40-49 anos (7,7%/H e 8,6%/M) e dos 60-69 anos (6,5%/H e 8,3%/M). Os dados não nos permitem afirmar que o papel recreativo seja mais importante para os maridos do que para as esposas ou vice-versa. Essa importância parece variar segundo as gerações não se verificando uma tendência constante.

Outro aspecto importante na análise do papel recreativo consiste na auto-avaliação e na avaliação recíproca dos cônjuges sobre o esforço do papel. Para tal perguntámos aos inquiridos qual o grau com cada um e o respectivo cônjuge se preocupa sobre a forma como conduzem o recreio familiar (Ver Anxo IV.A., Pergunta Nº 86).

A análise global das respostas revela que nenhum dos sexos se sente plenamente satisfeito com a forma como conduz o recreio familiar. Apesar disso, os maridos tendem a sentir-se relativamente mais confortados do que as esposas sobre a forma como o fazem, 40,0% dos maridos sentem que fazem o melhor enquanto apenas 36,6% das esposas responderam da mesma forma. Apesar destes valores, 12,6% dos maridos e 15,2% das esposas responderam que se preocupam frequentemente sobre a forma como conduzem o recreio familiar, 16,3% dos homens e 15,2% das mulheres responderam que se preocupam às vezes e 20,5% dos maridos e 21,5% das esposas manifestaram que não pensam muito nisso (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.7.).

A análise por sexos e grupos de idade revela que em todas as gerações a maior parte dos cônjuges de ambos os sexos sente que faz um bom trabalho, embora os dos 20-29 anos e os maridos dos 30-39 e dos 70 e mais anos pareçam ser os mais satisfeitos com a forma como cumprem o recreio familiar. Entre os cônjuges que mais responderam preocupar-se frequentemente figuram as esposas dos 30-39 anos (16,7%), ambos os sexos dos 40-49 (15,4%/H e 16,1%/M), dos 50-59 anos (16,1%/H e 14,0%/M) e dos 60-69 anos (12,9%/H e 12,5%/M) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.7.). A análise recíproca do esforço do papel aproxima-se

da revelada pela autoavaliação. Os dados não nos permitem afirmar qual dos cônjuges tende a preocupar-se mais e/ou a apresentar maior probabilidade de sentimento de culpa pela forma como conduz o recreio familiar uma vez que a situação varia de geração em geração. Apesar disso, verifica-se que ambos os cônjuges têm a noção do dever de proporcionar recreio para os seus familiares.

Para medir o conflito no papel perguntámos aos cônjuges com que frequência discordam sobre o recreio familiar (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 87).

A análise global dos dados revela que a maioria dos cônjuges raramente ou nunca discordam entre si sobre este assunto (37,4% dos maridos e 42,9% das esposas responderam que discordam raramente, 33,7% dos maridos e 32,5% das esposas nunca discordam). Entre os cônjuges que responderam haver conflito 18,4% dos maridos e 14,7% das esposas discordam algumas vezes, enquanto 5,8% dos maridos e 4,7% das esposas responderam que discordam muito frequentemente e/ou frequentemente (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.8.).

A análise das médias ponderadas por sexos e grupos de idade revela-nos que, em termos gerais os maridos dos 50-59, dos 20-29 e as esposas dos 40-49 anos parecem ser os que mais discordam sobre o recreio familiar. Entre os cônjuges menos conflituosos figuram os maridos dos 60-69 e as esposas dos 20-29 anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.8.).

Para medir o poder no papel recreativo perguntámos aos inquiridos quem toma a decisão final se os cônjuges não chegarem a acordo (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 88).

Conforme referimos anteriormente o conflito neste papel é pouco expressivo. Por esse motivo não admira que a análise global das respostas à Pergunta Nº 88 revele que a decisão final é maioritariamente conjunta e/ou igualitária (54,2%/H e 51,3%/M). Em segundo lugar as percentagens revelam que nunca há desacordo (27,4%/H e 30,4%/M). Nos casos de desacordo o marido tende mais que a esposa a tomar isoladamente a decisão, embora seja pouco expressiva (2,1% dos maridos e 1,6% das esposas responderam que é sempre o marido que toma a decisão final enquanto 2,6% dos maridos e 3,1% das esposas responderam que o marido decide mais do que a mulher) (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.9.).

A análise por sexos e grupos de idade revela que a tendência para a decisão igualitária se mantém em todas as gerações e em ambos os sexos. Todavia, os maridos dos 30-39 anos, segundo as respostas das mulheres, parecem decidir ligeiramente mais do que as esposas, enquanto nas gerações dos 40-49, dos 50-59 e dos 60-69 anos parecem ser as esposas que decidem mais do que os maridos. Aparentemente, o poder neste papel afigura-se muito igualitário. É difícil saber se é o marido ou a esposa que tem mais poder no papel, tudo depende da percepção dos cônjuges em relação à decisão final (Ver Anexo V, Quadros Nº V.12.9.).

Admite-se que as expectativas do papel recreativo sejam afectada por algumas variáveis subculturais. Esta hipótese baseia-se na noção de que as expectativas do papel podem ser uma função do sistema de valores dos cônjuges. Por outro lado, numa determinada família o comportamento relacionado com as expectativas básicas podem ser modificadas por várias situações específicas de uma família.

No que se refere às respostas das esposas as variáveis relacionadas com o seu próprio emprego e o nível educacional não se afiguram relevantes. As esposas empregadas ou não e independentemente dos níveis educacionais e dos níveis de rendimento tendem a desejar maior quantidade de tempo para o recreio familiar do que os maridos. As esposas domésticas tendem a sentir menos sentimento de culpa pela forma como se ocupam do recreio familiar.

7.7. O PAPEL SEXUAL

Os aspectos sexuais do casamento têm merecido especial atenção por parte de investigadores de inúmeras áreas das ciências sociais. Os primeiros relatórios surgiram nos finais da década de quarenta tendo-se prosseguido até estudos mais recentes. Entre os trabalhos mais conhecidos sobre os aspectos sexuais do casamento salientamos os de Kinsey (1948, 1953), Mowrer (1954), Ellis (1954), Wallin e Clark (1958a, 1958b), Wallin (1960), Pineo (1961), Clark e Wallin (1964), Dentler e Pineo (1960), Gebhard (1966), Masters e Johnson (1966, 1970), Bell (1971), entre outros.

A maioria destes estudos não possui um suporte conceptual. Além disso, utilizaram dados insuficientes que pudessem servir de base ao desenvolvimento de uma construção teórica destinada ao estudo da sexualidade entre os cônjuges (cf. John Carlson, in Nye, 1976: 101).

No nosso estudo analisamos o comportamento sexual na óptica do papel, ou seja, procuramos determinar em que medida os cônjuges definem o seu comportamento sexual em termos de prescrições e proibições e que tipos de sanções se utilizam face ao não desempenho do papel. É frequente encontrar-se na literatura relativa ao comportamento sexual, a noção de obrigações do papel no que respeita à função sexual da família. Apesar disso, nenhuma literatura trata este assunto de uma forma totalmente explícita e completa.

7.7.1. Caracterização do papel sexual e sua definição normativa

É frequente discutir-se os deveres/obrigações dos maridos e das esposas no que respeita ao sexo, embora, até hoje, não se tenha ainda conceptualizado como um papel. Komarovsky refere no seu estudo que grande proporção de esposas de baixo nível educacional consideravam que era dever/obrigação da esposa admitir ter relações sexuais com o marido, quer o acto lhe agradasse ou não (Komarovsky, 1962: 83, cf. Carlson, in Nye, 1976: 102). Este aspecto referido por Komarovsky reflecte o lugar tradicional atribuído ao sexo no casamento, ou seja, atribuíam-se prescrições e sanções às esposas, mas não aos maridos. Todavia, Komarovsky verificou que um número relativamente grande de homens das classes mais baixas preocupavam-se com a responsabilidade sexual das suas esposas fazendo notar-lhes essa preocupação (Komarovsky, 1962: 84, cf. Carlson, in Nye, 1976: 102). Rainwater (1965) refere-se a preocupações semelhantes verificando que muitos maridos mostravam-se preocupados com a satisfação sexual das esposas.

Nenhum destes estudos avançou para uma conceptualização do papel sexual. Foote (1957) e Lewis e Brissett (1967) escreveram artigos sobre a actividade sexual em termos de prazer e de trabalho. Foote argumenta que nos seres humanos o sexo está relativamente separado da procriação, principalmente após o aparecimento de contraceptivos bastante eficazes, tornando-se uma forma de prazer. Lewis e Brissett argumentam que o sexo

torna-se enfadonho em termos éticos quando obedece a técnicas e orientações que se destinam a obter a satisfação sexual. Estes autores defendem estes argumentos baseando-se na literatura disponível e nos manuais sobre o tema. Estes manuais sugerem que o marido tem a responsabilidade de satisfazer as necessidades sexuais da sua esposa.

Enquanto alguns destes estudos admitem a possibilidade de mudança do papel sexual, pouco se tem investigado especificamente sobre as responsabilidades sexuais utilizando uma base conceptual. Alguns desses estudos provam que muitos maridos preocupam-se com o prazer sexual das suas esposas. Este facto sugere que existem valores, normas e padrões de comportamento consistentes com o conceito de papel no comportamento sexual masculino.

Vejamos seguidamente como ambos os cônjuges do nosso universo definem normativamente este papel e a forma como o desempenham.

Admite-se que, tradicionalmente, seria o marido a iniciar a actividade sexual e que as esposas sexualmente agressivas seriam vistas como desviadas. Os pressupostos do nosso estudo afastam-se desse princípio tradicional.

Em primeiro lugar salientamos o elevado número de não respostas, principalmente dos cônjuges de ambos os sexos com mais idade e principalmente das esposas dos 60-69 e dos 70 e mais anos. A análise geral dos dados revela que a maioria dos maridos e das esposas responderam que o início da relação sexual cabe ao marido e à mulher igualmente ou a qualquer dos

cônjuges indiferentemente (38,9% dos maridos e 38,2% das esposas responderam que cabe ao marido e à mulher igualmente, enquanto 21,6% dos maridos e 21,5% das esposas responderam que tanto faz, não interessa quem inicia). Em terceiro lugar, com valores algo apreciáveis, situam-se as percentagens dos que responderam que não é obrigação de ninguém (14,2% dos maridos e 12,6% das esposas, Ver Anexo V, Quadros Nº V.13.1.).

A análise por sexos e grupos de idade revela que em todas as gerações se mantém a tendência maioritária de ser o marido e a mulher igualmente a iniciar a relação, ou qualquer deles indiferentemente. Apesar disso, registam-se algumas diferenças segundo as gerações. Entre os que responderam que o marido inicia mais vezes que a mulher figuram as esposas dos 20-29 anos, (16,7%), ambos os cônjuges dos 40-49 (7,7%/H e 5,7%/M), dos 50-59 (10,7%/H e 8,0%/M) e dos 60-69 (3,2%/H e 8,3%/M). Entre os que responderam que a mulher inicia mais vezes que o marido figuram, em primeiro lugar, ambos os cônjuges dos 60-69 anos (6,5%/H e 8,3%/M) e, em segundo lugar, os dos 30-39 anos (5,6%/H e 3,3%/M). Entre os cônjuges que responderam que só o marido inicia contam-se 9,7% dos maridos dos 60-69 anos, ambos os cônjuges dos 50-59 anos (3,6%/H e 8,0%/M) e 2,9% das mulheres dos 40-49 anos. Entre os que responderam que só a mulher inicia contam-se 2,9% das esposas dos 40-49 anos, 2,0% das esposas dos 50-59 anos e 5,9% dos maridos dos 70 e mais anos (Ver Anexo V, Quadros Nº V.13.1.).

A análise destes números prova que as respostas dos maridos e das esposas apresentam algumas diferenças entre si, em termos percentuais. Este facto pode ser indício de algumas

divergências no desempenho do papel uma vez que exige participação mútua. Por outro lado, estas diferenças poderão indicar que existe alguma ansiedade no desempenho do papel. Porém, em termos globais, a análise das respostas indicam que o papel tende a ser desempenhado de forma igualitária embora as percentagens de maridos que iniciam a relação mais vezes do que a esposa sejam nitidamente superiores às da situação inversa (ou seja, da mulher iniciar mais vezes a relação do que o marido).

Para avaliarmos as sanções do papel perguntámos aos inquiridos como reagem em relação a um cônjuge que só raramente admite ter relações sexuais e como reagem em relação a um cônjuge que mantenha relações sexuais fora do casamento (Ver Anexo IV.A., Perguntas Nº 90 e 91).

A análise global das respostas à Pergunta Nº 90 revela que a maioria dos inquiridos de ambos os sexos reprovam fortemente um cônjuge que só raramente admite ter relações sexuais (41,1% dos maridos e 35,6% das esposas), 22,1% dos maridos e 21,5% das esposas reprovam medianamente, 18,4% dos maridos e 25,7% das esposas responderam que não se preocupam com isso e apenas 2,6% dos maridos e 1,6% das esposas aprovam esse comportamento. Os homens tendem a reprovar mais fortemente do que as mulheres qualquer dos cônjuges (marido e/ou esposa) que só raramente admite ter relações.

A análise por sexos e grupos de idade revela que em quase todas as gerações, excepto as dos 40-49 e a dos 70 e mais anos, os maridos tendem a reprovar mais do que as esposas a

recusa da mulher em ter relações do que a recusa do homem (Ver Anexo V, Quadros Nº V.13.2.). As respostas a esta questão proporcionam um indicador da noção da responsabilidade dos cônjuges em relação ao seu envolvimento nas actividades sexuais. As respostas demonstram claramente uma reprovação daqueles que recusam ter relações embora os homens tendam a reprovar mais fortemente que as mulheres.

Outro aspecto da definição normativa do papel sexual refere-se à sua exclusividade no casal. A análise global das respostas à Pergunta Nº 91 revela que 65,8% dos homens e 69,1% das mulheres reprovam fortemente que a esposa mantenha relações sexuais fora do casamento, enquanto 55,3% dos maridos e 60,7% das esposas reprovam fortemente esse mesmo comportamento por parte do marido (Ver Anexo V., Quadros Nº V.13.3.). Apenas 1,6% dos maridos e 1,0% das esposas responderam que aprovam o homem e/ou a mulher que mantenha relações extra-conjugais. As esposas das gerações dos 20-29, dos 30-39 e dos 50-59 anos tendem a reprovar mais fortemente do que os maridos das mesmas gerações as relações extra-conjugais dos maridos. Além disso, tanto os maridos com as esposas reprovam mais as relações extra-conjugais das mulheres do que as dos homens.

A análise por sexos e grupos de idade revela que os cônjuges da geração mais jovem (20-29 anos) são os que mais aprovam as relações extra conjugais do homem e da mulher (16,7% destas esposas aprovam as relações extra-conjugais do homem e da mulher, enquanto 33,3% dos maridos da mesma geração responderam que não se preocupam com isso. Apesar destes valores serem elevados, pode dizer-se que neste universo existem nor-

mas convencionais em relação ao comportamento sexual nas famílias sendo maioritária a opinião de que a actividade sexual deve cumprir-se dentro da família.

7.7.2. - O desempenho do papel sexual: o prazer na actividade sexual, a importância dessa actividade, a frequência do desejo sexual e o esforço do papel

Como referimos anteriormente, a análise global das respostas sobre quem deve iniciar a relação sexual tende a responsabilizar ambos os cônjuges igualmente embora as mulheres da geração mais jovem (20-29 anos) tendam a responsabilizar relativamente mais o marido nessa tarefa.

A análise das respostas sobre a reacção dos cônjuges quando um deles deseja ter relações sexuais e o outro não (Pergunta Nº 92 - Ver Anexo IV.A.) e sobre qual dos cônjuges deseja ter relações mais frequentemente (Pergunta Nº 95 - Ver Anexo IV.A.) levam-nos a admitir que o desempenho do papel não é totalmente coerente com as expectativas normativas de ambos os sexos (Ver Anexo V, Quadros Nºs V.13.1., V.13.4. e V.13.7.). As expectativas normativas revelam tendências praticamente igualitárias quanto ao dever de iniciar a relação enquanto as respostas sobre a frequência do desejo sexual revelam percentagens superiores da parte dos maridos. Estes resultados afiguram-se consistentes com as expectativas normativas das esposas mas revelam-se inconsistentes com as preferências de muitos maridos que desejando ter relações sexuais

com muito mais frequência do que elas responderam que o início da relação deveria ser igualitária ou igualmente partilhada.

Estas divergências são importantes e merecem uma chamada de atenção por revelarem, geralmente, que a comunicação entre os cônjuges é mínima no que respeita aos aspectos sexuais. Este facto verifica-se em todas as gerações e leva-nos a admitir que os maridos gostariam que as suas esposas participassem muito mais na actividade sexual. Por outro lado, as esposas parecem não se importar muito que sejam os maridos a assumir as responsabilidades deste papel.

Uma das explicações possíveis para esta situação reside na importância que a actividade sexual tem para cada um dos cônjuges. Embora os dados da nossa pesquisa provem que esta actividade é importante para os cônjuges de ambos os sexos, verifica-se que os maridos sobrevalorizam-na mais do que as esposas, havendo algumas que preferiam evitá-la por não sentirem qualquer prazer (Ver Anexo V, Quadros Nº V.13.5. e V.13.6.). Entre estas, as maiores percentagens situam-se nas gerações dos 20-29 (33,3%), dos 30-39 (16,7%) e dos 70 e mais anos (18,2%). Este facto, aliado ou não ao da recusa e/ou ao da não participação na relação sexual quando um dos cônjuges a deseja e o outro não, são frequentemente apontados como causadores de sentimentos de insatisfação entre os cônjuges no que respeita à actividade sexual.

Porém, em relação à participação do cônjuge na relação sexual quando apenas um a deseja e o outro não (Pergunta Nº 92), 28,9% dos maridos e 26,7% das esposas responderam que

essa situação nunca se verifica. Entre os casais que manifestaram esse acontecimento, 5,8% dos maridos e 8,9% das mulheres responderam que o cônjuge participa sempre, 26,8% dos maridos e 25,7% das esposas responderam que o cônjuge geralmente participa, 15,8% dos maridos e 10,5% das esposas responderam que o cônjuge participa ocasionalmente e apenas 3,7% dos maridos e 5,2% das esposas responderam que o cônjuge nunca participa (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.4.).

Estas percentagens revelam que ambos os cônjuges reconhecem a existência do papel sexual no casal e o dever recíproco do seu desempenho. Os casais que mais mencionaram a nunca participação do cônjuge quando apenas um deseja ter relações sexuais e o outro não, situam-se nas gerações entre os 40 e os 70 e mais anos, sendo particularmente as esposas dos 40 aos 69 anos que mais evidenciam esta situação. As esposas das gerações dos 40-49 (4,3%), dos 50-59 (8%) e dos 60-69 anos (12,5%) são as que mais se queixam da não participação do marido quando o desejo de ter relações sexuais é apenas delas. Por outro lado, os maridos dos 40-49 (1,5%), dos 50-59 (3,6%), dos 60-69 (9,7%) e dos 70 e mais anos (5,9%) revelam que as esposas nunca participam quando a vontade da relação é apenas deles (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.4.). Estes valores revelam que as esposas tendem a envolver-se mais nas relação sexuais quando são desejadas pelo marido do que os maridos se envolvem quando apenas as esposas as desejam.

Para avaliarmos a qualidade do desempenho deste papel perguntámos a ambos os cônjuges com que frequência sentem prazer na actividade sexual e com que frequência se apercebem de

que o cônjuge disfruta desse prazer (Ver Anexo IV.A., Pergunta Nº 95). A elevada percentagem de não respostas (entre 19,5% e 20,5% no caso dos maridos e entre 21,5% e 22% no caso das esposas) prejudica bastante a avaliação do desempenho do papel sexual. As respostas globais a esta questão revelam que ambos os cônjuges reconhecem que os maridos disfrutam de mais prazer na relação sexual do que as esposas (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.5.). Entre 63,7% dos maridos que afirmaram sentir prazer na actividade sexual, 29,5% responderam que o sentem sempre e 23,2% destes afirmaram que as esposas também disfrutam sempre desse prazer. Os restantes 34,2% desses maridos responderam que sentem quase sempre prazer enquanto 37,9% deles afirmaram que as esposas também disfrutam quase sempre desse prazer. Quanto às respostas das esposas 43,5% afirmaram que a actividade sexual lhes proporciona prazer. Entre estas, 22% responderam que tinham sempre prazer e 34% quase sempre.

Por outro lado 16,9% dos maridos e 22,5% das esposas assumem-se como mal sucedidos na actividade sexual. Entre os 16,9% destes maridos, 5,3% responderam que só raramente sentem prazer e 6,3% deles reconhecem que acontece o mesmo com as suas esposas. Os restantes 11,6% destes maridos responderam que nunca sentem prazer nessa actividade e 12,1% deles afirmam que as esposas também nunca o sentem. Quanto aos 22,5% das esposas mal sucedidas sexualmente, 9,9% responderam que só raramente disfrutam de prazer e 6,8% destas reconhecem que a situação é idêntica para os seus maridos. Os restantes 12,6% destas esposas afirmaram que nunca sentem prazer na actividade

sexual e responderam que sucede exactamente o mesmo aos seus maridos.

As análises por gerações dão-nos um visão mais realista do desempenho do papel. As gerações mais jovem (20-29 anos) e a mais idosa (70 e mais anos) afiguram-se as mais mal sucedidas sexualmente, para ambos os cônjuges, sendo particularmente pior para as esposas e entre estas para as mais jovens. Note-se que 33,3% dos maridos dos 20-29 anos afirmaram que só raramente sentem prazer na actividade sexual, enquanto 16,7% e 33,3% das esposas desta geração responderam, respectivamente, que raramente ou nunca sentem prazer nessa actividade. Afigura-se agora mais claro que tenha sido esta geração a mais tolerante das relações sexuais extra-conjugais. Admite-se que ela esteja mal educada sexualmente e/ou imatura despenalizando de algum modo, os cônjuges que procuram encontrar fora do casamento a sua satisfação na actividade sexual. Recorde-se ainda que no papel terapeutico os maridos dos 20-29 anos foram os que mais responderam não se sentir incomodados com o facto dos cônjuges revelarem a terceiros os seus problemas, nomeadamente, os sexuais. Todavia, reconhece-se que esta geração apresenta algumas dificuldades de comunicação entre os cônjuges dando origem ao aparecimento de sentimentos de insatisfação entre si no que respeita à sua actividade sexual. Nas restantes gerações a situação afigura-se menos grave embora as percentagens de esposas que só raramente ou nunca sentem prazer sejam sempre superiores à dos maridos (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.5.).

A importância que cada um dos cônjuges atribui à actividade sexual é um elemento indispensável à avaliação deste papel. Em geral os maridos tendem a valorizá-la mais do que as esposas. Os resultados revelam que para 76,3% dos maridos e para 68% das esposas a actividade sexual oscila entre o extremamente importante (32,6% H e 22% M), o muito importante (23,2% H e 27,2% M) e importante (20,5% H e 18,8% M), enquanto apenas 4,3% dos maridos e 11,5% das esposas consideram essa actividade pouco importante ou sem qualquer importância (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.6.).

A análise por gerações revela que em todas elas a actividade sexual é importante para ambos os cônjuges. De acordo com as respostas expressas os maridos que mais a valorizam, ou seja, os que mais a consideram extremamente importante situam-se, por ordem decrescente, nas gerações dos 60-69 anos (41,9%, enquanto apenas 16,7% das esposas da mesma geração lhe atribuem a mesma importância), dos 30-39 anos (38,9% dos maridos contra 26,7% das esposas), dos 20-29 anos (33,3% registando-se a mesma percentagem para as esposas desta geração) e na dos 50-59 anos (32,1% dos maridos contra 22% das esposas da mesma geração). As esposas que atribuem menos importância à actividade sexual pertencem, por ordem decrescente, às gerações dos 50-59 anos (24%), dos 70 e mais anos (18,2%) e dos 20-29 anos (16,7%).

Estas diferenças de importância em relação à actividade sexual tornam-se mais significativas quando cada cônjuge se apercebe da importância que o outro cônjuge atribui a essa actividade no casal. Em termos globais, a análise da distri-

buição da avaliação recíproca dos cônjuges sobre a importância da actividade sexual nos casais do nosso universo revela que os maridos apercebem-se de que essa actividade é menos importante para as suas esposas do que elas mencionaram nas suas respostas. Estas diferenças levam-nos a admitir que os maridos revelam mais apetência para a actividade sexual, compreendendo-se assim, que sejam eles a iniciar mais vezes as relações sexuais. Estas conclusões são idênticas às verificadas por Blood e Wolfe (1960); Komarovsky, 1963; Clark e Wallin (1965).

Em termos comportamentais não se registaram alterações no desempenho do papel sexual entre as várias gerações deste universo.

Sabe-se que o desejo sexual não corresponde exactamente ao desempenho do papel. Todavia, a frequência desse desejo pode ser utilizada indirectamente para verificar em que medida o desejo mútuo dos cônjuges constitui um factor no desempenho do papel. A análise global das respostas revela que apesar de haver semelhanças na percepção recíproca dos cônjuges em relação ao desejo sexual de cada um, verifica-se uma grande diferença na frequência global desejada pelos maridos e pelas esposas (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.7.). Quanto aos maridos, 19,5% não responderam, 17,4% responderam que desejavam ter relações sexuais com muito mais frequência do que as esposas, enquanto nenhum dos maridos (0%) afirmou que as esposas desejam ter relações com muito mais frequência do que eles (este caso apenas foi assinalado por 3,3% das esposas dos 30-39 anos). Apesar de 20,9% das esposas não terem respondido, as suas res-

postas são muito semelhantes às dos maridos havendo apenas 0,5% do total de esposas a responder que desejavam ter relações com muito mais frequência do que estes. As diferenças mantêm-se muito mais significativas se à situação anterior juntarmos as percentagens dos maridos que responderam desejar ter relações um pouco mais frequentemente do que as esposas. Neste caso passam para 47,4% os maridos que desejam ter relações mais frequentemente que as esposas e apenas 2,6% deles afirmaram que estas as desejam com mais frequência do que eles. Curiosamente, na avaliação recíproca as respostas das esposas aproximam-se das dos maridos (42,4% responderam que estes desejam ter relações com mais frequência que elas, enquanto apenas 1% delas afirmam desejá-las com mais frequência do que os maridos, Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.7.). Registe-se, porém, que as maiores percentagens de respostas de ambos os cônjuges, e principalmente das esposas, correspondem à situação de que ambos desejam ter relações com a mesma frequência (30,5% dos maridos e 35,6% das esposas).

A análise por gerações fica muito prejudicada pelo facto de haver elevadas percentagens de não respostas de cônjuges de ambos os sexos em todas elas, excepto na dos 20-29 anos. Todavia, a análise dos dados disponíveis revelam que as esposas dos 30-39 anos (3,3%), os maridos dos 40-49 anos (4,6%) e os maridos dos 70 e mais anos (5,9%) foram os cônjuges que mais manifestaram que a esposas desejam ter relações com mais frequência do que os maridos e apenas 3,3% das esposas dos 30-39 anos responderam que desejam ter relações muito mais frequentemente que os maridos (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.7.).

A análise dos dados dos cônjuges que responderam a esta questão permite-nos concluir que a maioria dos maridos (58,8%) e apenas 1,3% das esposas manifestam um déficite na frequência da actividade sexual. Este facto merece uma chamada de atenção uma vez que a maioria dos cônjuges respondeu que esta actividade era importante para eles (apenas 11,5% das esposas a consideram pouco importante). Temos de admitir que grande parte das esposas desinteressa-se da actividade sexual por não desfrutar de qualquer prazer. Em suma, pode dizer-se que as esposas experimentam um déficite no prazer sexual enquanto os maridos experimentam um déficite na frequência das relações.

O cumprimento das responsabilidades dos cônjuges em relação ao desempenho de qualquer papel implica a adopção de comportamentos adequados. Em relação ao papel sexual, a forma como cada um o desempenha gera sentimentos em relação ao esforço e/ou à qualidade do seu desempenho, ou seja, se é ou não adequado, satisfatório ou não satisfatório. A análise global dos dados referentes ao total de cônjuges de cada sexo que responderam a esta questão prova que a maioria dos maridos (60%) e cerca de metade das esposas preocupam-se com a forma como desempenham o papel sexual, 23,7% dos maridos e 31,6% das esposas não pensam muito no assunto e apenas 16% dos maridos e 19% das esposas responderam sentir que desempenham bem o papel e/ou estão satisfeitos com a forma como o fazem (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.8.). Estas percentagens levam-nos a admitir que grande parte da preocupação das esposas no desempenho do papel prende-se com sua recusa ou com a sua manifestação de desinteresse em ter relações quando não as desejam, sentindo-se

culpadas por não satisfazerem o desejo sexual unilateral dos maridos como eles gostariam. Por outro lado, grande parte dos maridos que se preocupa com o seu desempenho do papel reconhecem que não conseguem estimular suficientemente as suas esposas nem proporcionar-lhes momentos de prazer durante o acto sexual. Aparentemente, as percentagens revelam maior sentimento de culpa por parte dos maridos do que das esposas (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.8.).

A análise por gerações revela que os maridos dos 20-29 e dos 50-59 anos e as esposas dos 30-39, dos 40-49 e dos 50-59 anos são os cônjuges que se preocupam mais frequentemente com o seu desempenho do papel sexual (Ver Anexo V, Quadro Nº V.13.8.).

7.8. CONCLUSÃO

Terminada a análise das diferentes características dos papéis familiares e não obstante o elevado número de não respostas em algumas questões, concluímos que a metodologia utilizada revelou-se suficientemente eficaz no fornecimento de informações indispensáveis à análise das normas, dos comportamentos e das características psicológicas relacionadas com a estrutura e o desempenho dos papéis familiares nas várias gerações do nosso universo de estudo.

Em primeiro lugar, e em termos qualitativos globais, destacamos a fraca evolução cultural das várias gerações de famílias deste universo no que respeita à mobilidade social em geral, à estrutura familiar, à estrutura dos papéis familiares e sociais, às atitudes, às normas e aos comportamentos. Por esse motivo pode concluir-se que o efeito geracional, associado a aspectos mais vastos da participação e da interacção de ambos os sexos na sociedade, detém, neste universo, algum poder explicativo para o carácter tradicional da sociedade alentejana. Nas gerações mais jovens, e principalmente por forte influência das mulheres, os papéis familiares, ditos tradicionais, e mesmos nos chamados papéis emergentes, mantêm-se características muito semelhantes às verificadas nas gerações mais idosas, afigurando-se praticamente cristalizados ou estagnados. Apesar de confirmarmos a existência dos papéis não tradicionais, conclui-se que estes manifestam-se de uma forma algo incipiente não se verificando evoluções significativas através das gerações, contrariamente ao que acontece noutros meios e contextos sociais coexistentes nas sociedades ocidentais, industriais.

A análise dos dados confirma e reforça a nossa hipótese permitindo-nos identificar algumas condições culturais reproduzidas no nosso universo de estudo que conferem ao factor geração algum poder explicativo do carácter tradicional da sociedade alentejana.

Verificámos que antes e após a migração a rede de interacções sociais destas famílias não se alterou substancialmente em densidade nem em qualidade. A migração apenas contribuiu

para transferir e juntar famílias de uma determinada classe social e com características muito semelhantes, num novo local, continuando a reproduzir numa zona diferente da da sua origem os mesmos padrões culturais. As famílias migrantes mantiveram a sua estrutura, as relações e os comportamentos. As diferenças que verificámos em algumas gerações, principalmente nas mais jovens, em nada denotam sinais de uma mudança estrutural. Essas diferenças são, sobretudo, sintomas de adaptação a situações conjunturais, e possivelmente de alguma evolução, que surgem por arrastamento e por necessidade de adaptação a situações novas.

A rede de parentes e as relações de parentesco mantêm-se próximas das verificadas antes da migração não se registando grandes alterações de então para cá. Verifica-se praticamente o mesmo no que se refere à rede de relações sociais, ou seja, as interacções tendem a estabelecer-se entre grupos e entre pessoas de características muito homogéneas em termos de classe social, nível educacional, situação económica e profissional. Estas condições ao favorecerem a homogamia, funcionam simultaneamente como entrave à diversidade cultural facilitando a reprodução dos padrões culturais já existentes.

A mobilidade geográfica, apesar de ter colocado estas famílias num meio mais complexo, embora algo homogénio, e de lhes ter proporcionado um leque mais amplo de interacções não contribuiu significativamente para diversificar e alterar qualidade do meio social, ou seja, dos seus actores e das suas interacções. Os padrões culturais das gerações mais idosas, assim como os seus efeitos, têm-se reproduzido praticamente da

mesma forma, verificando-se situações de invariância, ou seja, de persistência das normas, atitudes e comportamentos. Esta reprodução cultural tem sido alimentada, por uma estrutura tradicional dos papéis familiares, pela homogeneidade social, ou seja, pela fraca diversidade (em termos de classe social) dos actores do meio ambiente social onde vivem e pela respectiva rede de interações que aí se estabelece, pela imobilidade social dos indivíduos de ambos os sexos e/ou por uma fraca mobilidade ascendente entre as várias gerações familiares em termos educacionais, profissionais e económicos. Estas condições impõem, à partida, limites à escolha do cônjuge, que tende a ser da mesma classe social, aos níveis de envolvimento e de participação dos indivíduos de ambos os sexos na sociedade mais vasta, e principalmente das mulheres, nos vários sectores da actividade económica e da vida social e política, condicionando e retardando, ao longo das várias gerações, as possibilidades de acesso e de assimilação dos principais factores socializantes indispensáveis ao desenvolvimento cultural, em todas as dimensões da vida humana, ou seja, social, familiar, e pessoal, que no seu conjunto são susceptíveis de provocar mudança.

As conclusões a que chegámos e cujo desenvolvimento reservamos para a conclusão final do trabalho são perfeitamente compatíveis com as conclusões retiradas nos restantes capítulos e complementares das que retirámos por intermédio da nossa observação da realidade, dentro dos limites do observável, e das análises de conteúdo das entrevistas que inicialmente fizemos a algumas famílias alentejanas de várias gera-

ções, também residentes na freguesia onde realizámos a nossa pesquisa. Consequentemente, o nosso estudo permite-nos concluir que neste universo não houve mudanças nas estruturas dos papéis, nas normas e nos comportamentos, apenas se registam evoluções em algumas gerações, mais visíveis nas dos 30-39 e dos 40-49 anos, evoluções essas que surgem praticamente por necessidade imperiosa de adaptação às complexidades do ciclo de vida que atravessam, de adaptação ao meio onde vivem e também, inevitavelmente, aos sinais dos tempos.



CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Após a análise de cada papel em relação a um conjunto de características que lhe são inerentes, desde as prescrições normativas ao aparecimento de conflitos e às suas formas de resolução, as principais conclusões a retirar da nossa pesquisa referem-se às evoluções dessas características ao longo das gerações do nosso universo de estudo. Procurámos identificar os papéis onde as normas tendem a tornar-se mais prescritivas, os que tendem a ser mais permissivos, aqueles onde se verifica uma tendência de aumento de esforço no seu desempenho, quais deles originam maior conflito, quais os mais partilhados e os mais segregados, salientando em que medida as tendências mais recentes entraram, ou não, na cultura das famílias alentejanas, nomeadamente na das gerações mais jovens.

A literatura sociológica mais recente refere que nos últimos anos tem-se verificado uma tendência para aumentar a partilha no desempenho dos papéis familiares registando-se uma diminuição da segregação das diferentes tarefas, um aumento da ajuda dos pais/maridos no papel dos cuidados com as crianças e nas tarefas domésticas ao mesmo tempo que aumenta o número de mulheres que trabalham fora de casa. No nosso universo verificámos a existência de algumas diferenças geracionais nas atitudes e nos comportamentos e diferenças algo significativas entre as atitudes dos sexos da mesma geração, não permitindo vislumbrar claramente em que sentido evoluem as diferenças entretanto observadas. A análise dos dados prova que as esposas tendem a segregar mais do que os maridos, quer nas atitudes,

quer nos comportamentos, principalmente as mais novas. Nos papéis tradicionais os maridos das gerações mais jovens, em termos normativos, revelam-se muito mais colaborantes do que o são efectivamente, em termos comportamentais. Admitimos que as esposas, mesmo as mais jovens, por razões culturais, por receio de perda de poder decisional nos papéis tradicionais, ou por mera desconfiança da competência do desempenho masculino, continuam a resistir a uma maior partilha do marido nesses papéis, ou seja, continuam a apropriar-se da quase totalidade das tarefas, alimentando culturalmente a sua segregação. Este facto revela-nos que ao longo das várias gerações não se registaram mudanças na estrutura dos papéis familiares mantendo-se o seu carácter tradicional, o que significa que os papéis continuam sexualmente bem definidos.

Conclui-se que neste universo mantém-se a reprodução de condições culturais desfavoráveis à mudança e ao seu acompanhamento, condições essas que ao serem sucessivamente veiculadas e assimiladas de geração em geração limitam a velocidade da sua evolução cultural e simultaneamente da sua capacidade de acompanhamento das evoluções/mudanças verificadas na sociedade mais vasta. Estas limitações sucessivamente reproduzidas e incorporadas produzem um efeito retardador da actividade geracional (ou seja, do "activismo" geracional) e da sua evolução cultural, cujos efeitos, encarados numa perspectiva global, nos permitem concluir que o factor geração contém elementos explicativos do carácter tradicional destas famílias alentejanas.

Vejamos concretamente as principais conclusões que a análise dos dados nos permitiu retirar em relação a cada papel e/ou em relação a alguns conjuntos de papéis familiares:

- ao analisarmos os dois papéis associados à paternidade (o socializante e o dos cuidados com as crianças) procurámos explorar as dimensões normativa e comportamental, a avaliação do desempenho feita pelos próprios cônjuges e os aspectos do conflito em cada papel. Na nossa análise preocupámo-nos em explicar as variações geracionais através de algumas variáveis independentes como, classes de rendimento, níveis de escolaridade, ocupação da mulher, idade dos cônjuges e fase do ciclo de vida familiar.

À excepção dos dados do Euroscopie, dos Inquéritos às Receitas e Despesas Familiares e do estudo da Direcção Geral da Família intitulado *A vida quotidiana das famílias portuguesas* (1988) não dispomos de outras fontes referentes ao passado recente sobre as famílias portuguesas para compararmos as nossas conclusões. Além disso, estes estudos utilizam metodologias diferentes. A avaliar pelas variações geracionais, tudo leva a crer que não houve mudança, pelo menos neste universo, quer ao nível das normas, quer ao nível dos comportamentos. Os maridos, mesmo os mais novos continuam a ter uma fraca participação e as mulheres não diminuíram de forma significativa o seu envolvimento nestes papéis ao longo dos últimos sessenta ou setenta anos. Além disso, a imagem destas famílias não apresenta, em nenhuma das gerações, sinais de "instabilidade" normativa e comportamental que nos permita especular sobre futuras mudanças. Apercebemo-nos, porém, de alguma evolução,

principalmente a partir da geração dos 30-39 anos. Essa evolução, embora fraca, pode ser meramente temporal e conjuntural, ou ser já um sintoma de que estes casais (pais) procuram corresponder melhor às exigências da sociedade actual. Esta geração apresenta mais do que qualquer outra, uma evolução no sentido de uma maior partilha de ambos os cônjuges nas tarefas da socialização e dos cuidados com as crianças. Curiosamente, esta tendência não se verifica, por enquanto, nos casais mais jovens (20-29 anos) com filhos pequenos. Admitimos, porém, que quando estes entrarem numa nova fase do seu ciclo de vida, ou seja, quando os filhos entrarem para a escola e se encaminharem para a adolescência, estes pais possam mudar as actuais formas de desempenho de maneira a corresponder melhor e de uma forma mais igualitária do que as restantes gerações, ao apelo crescente da sociedade e das suas instituições ao reforço de desempenho dos pais nas tarefas da socialização e da educação dos jovens. Todavia, permanece-nos a dúvida sobre a preparação e capacidade de adaptação da maioria destes pais para responder positivamente aos novos apelos da actual sociedade portuguesa. Mais uma vez receamos que as limitações impostas pelos padrões culturais com que foram socializados e a que estiveram sujeitos ao longo das sucessivas gerações possam impedi-los de colocar-se à altura das situações.

Perante a complexidade real que constitui o papel da socialização das crianças afigura-se-nos preocupante não sentirmos da parte dos pais (pai e mãe) deste universo uma ansiedade em relação ao futuro dos filhos. Este facto deixa trans-

parecer uma fraca ambição e empenho por parte destes, e provavelmente dos próprios filhos, em estabelecer metas e objetivos exigentes para a sua família e para si próprios, parecendo-nos confiantes de que desempenham um bom trabalho. Desconhecemos se esta fraca ambição resulta da falta de meios económicos, de falta de informação/conhecimento ou se resulta por receio da solidão ou do isolamento. Admitimos que os pais receiem o afastamento dos filhos, quando adultos, por via da mobilidade, sobretudo ascendente. Admitimos que estes pais receiem a diferença cultural entre a sua geração e a dos filhos, parecendo evitar que se corte o vínculo baseado na igualdade cultural, ou seja, dos costumes tradicionais que até então, pelo menos aparentemente, as tem mantido coesas.

No nosso universo, e, apesar de se falar insistentemente no movimento das mulheres e da sua reivindicação para a redefinição do papel dos sexos e para uma distribuição mais igualitária dos papéis familiares, apenas identificámos essa tendência no domínio normativo. A este nível a maioria das famílias segue um modelo igualitário, porém, no domínio comportamental tal não se verifica, sendo a mulher/mãe quem mais se envolve e responsabiliza pela maioria das tarefas, não se notando nenhum decréscimo do seu esforço nesse sentido nem um acréscimo verdadeiramente significativo do envolvimento do marido/pai. As mães, para além de se empenharem mais do que os pais no desempenho das tarefas destes dois papéis, detêm igualmente maior poder de decisão, sendo geralmente elas quem toma a decisão final em caso de conflito.

As formas de desempenho dos papéis socializante e dos cuidados com as crianças afiguram-se relativamente estagnadas, não tendo acompanhado as tendências mais recentes verificadas nas sociedades industrializadas, e concretamente, as mudanças observadas na sociedade portuguesa. Entre essas mudanças mencionamos, a título de exemplo, a concentração populacional (concentração urbana) e a crescente valorização e proliferação das famílias pequenas, factos que contribuem para diminuir o tempo e o esforço investidos nestes papéis; redução da carga das tarefas domésticas ao longo dos anos devido à maior contracção das famílias e ao recurso a equipamentos de tecnologia moderna; e o aumento de oportunidades de emprego para as mulheres que desejam trabalhar fora de casa.

Tudo leva a crer que este universo, embora se componha de famílias pequenas, por pertencerem à classe inferior e por serem maioritariamente pouco classificadas em termos educacionais e profissionais, não acompanha o ritmo das restantes mudanças sociais permanecendo sucessivamente à margem das que se encontram melhor preparados para enfrentar os novos desafios e acompanhar as mudanças mais recentes, perpetuando a divisão tradicional das tarefas nestes dois papéis familiares. A maioria das famílias do nosso universo, mesmo as mais jovens, pertence aos estratos inferiores da sociedade em termos de educação formal e de níveis de rendimento. Estas famílias, devido à sua fraca integração decorrente de um baixo nível de participação na vida social, devido à sua ausência, ou ao seu relativo afastamento em relação às posições sociais que têm maior probabilidade de desencadear os principais

mecanismos responsáveis pelas mudanças mais recentes, devido aos efeitos até então reproduzidos pela relação entre os factores educação, trabalho/emprego, rendimento, desenvolvimento familiar, desenvolvimento pessoal, e principalmente, devido à fraca participação da mulher no mercado de trabalho e/ou do seu baixo estatuto profissional, não reúnem as condições mais favoráveis ao acompanhamento do ritmo das restantes mudanças verificadas na sociedade mais vasta. A mudança, propriamente dita, afigura-se associada a níveis mais elevados de participação na vida económica, social, cultural e política. As mudanças comportamentais, ou seja, nas formas de desempenho dos cônjuges nestes dois papéis, poderão eventualmente ocorrer, caso se alterem os seus padrões culturais ao nível das necessidades e das exigências, ou seja, se se elevar o nível de envolvimento de ambos sexos em todos os aspectos da participação social (cultural/educacional, profissional e económico), e em particular da mulher. Neste universo, mantendo-se as actuais características, não se vislumbram mudanças, apenas algumas evoluções qualitativas, e mesmo estas tendem a processar-se a um ritmo muito lento;

- em relação aos papéis abastecedor/económico e doméstico sabe-se que desde sempre foram considerados como papéis tradicionais da família. Igualmente tradicional é a atribuição da responsabilidade do papel abastecedor/económico ao marido e a do papel doméstico à esposa. Apesar disso, a maioria das mulheres de todas as gerações do nosso universo considera que deveria partilhar o papel abastecedor assim como a maioria dos indivíduos de ambos os sexos consideram que deveriam partilhar

o papel doméstico. Os nossos dados provam que há grandes divergências entre o que se deveria fazer e o que se faz e/ou entre os que defendem que o papel deveria ser igualmente partilhado e a forma como o fazem efectivamente. Sabe-se, também, que estes factores variam com a idade, o grau de instrução, a dimensão da família, o rendimento e a classe social. É necessário que estes aspectos dos papéis familiares sejam re-estudados em vários meios sociais para nos apercebermos se entretanto ocorrem ou não algumas mudanças.

Apercebemo-nos das diferenças consideráveis no que respeita às prescrições, aos valores e à respectiva identificação de ambos os sexos nestes dois papéis. Verifica-se em todas as gerações que o homem que não trabalha para abastecer a família sofre sanções de vária ordem que vão da reprovação geral a outras muito mais severas. De igual modo, a mulher de qualquer geração que não cuida das tarefas domésticas sofre sanções de vária ordem dando origem a que os outros formem uma má opinião a seu respeito.

A diferença entre as sanções nestes dois papéis é bastante considerável e baseia-se fundamentalmente na disponibilidade e/ou na indisponibilidade de substitutos em cada uma das circunstâncias. Dito de outra forma, uma família pode viver numa casa desarrumada e pouco asseada, comer enlatados ou usar alimentos pré-cozinhados, mas se ninguém ganhar dinheiro para a sustentar facilmente cairá numa forma de vida marginal.

Outra grande diferença entre as sanções destes papéis consiste nas consequências que advêm para os seus dependentes.

Uma família que vive numa casa descuidada, que se alimenta de comida pouco apetitosa, não tem grandes consequências em termos sociais. Não se pode dizer o mesmo de uma família onde ninguém ganha para a sustentar, acabando por cair na miséria, vivendo da caridade pública ou beneficiando de outras soluções previstas pelos Serviços de Segurança Social. Queremos dizer que é mais fácil arranjar substitutos para o papel doméstico do que para o papel económico/abastecedor. Neste aspecto o nosso universo caracteriza-se por possuir 42% de famílias onde as mulheres são domésticas não dispendo de outro substituto imediato para o papel económico; apenas em 23,7% das famílias inquiridas a mulher tem emprego partilhando o papel económico com o marido podendo, eventualmente, ser o seu substituto; e em 18,4% das famílias a mulher é reformada sendo igualmente a eventual substituta do marido no papel abastecedor/económico. Em suma, apenas em 42,1% das famílias do nosso universo as mulheres podem, de algum modo, ser substitutas do marido no papel abastecedor/económico. Todavia, essa substituição nem sempre oferece garantias suficientes para atender a todas as necessidades dos seus elementos, uma vez que grande parte das remunerações por elas auferidas, e principalmente pelas reformadas, é bastante baixa.

As mulheres, apesar de terem um forte desempenho no papel doméstico, não manifestam uma grande identificação com ele, nem se consideram totalmente satisfeitas com a forma como o fazem (principalmente as mais jovens). Recorde-se que muitos homens e muitas mulheres responderam que se tivessem possibilidades económicas estariam dispostos a pagar a uma empregada

para ajudar a cuidar das tarefas domésticas. Apesar da sua fraca identificação com o papel, ambos os sexos valorizam-no bastante e consideram muito importante que essas tarefas sejam bem desempenhadas. Se o papel doméstico é muito valorizado e as mulheres se identificam pouco com o seu desempenho admite-se que ele seja fonte de ansiedade para as esposas.

O esforço no desempenho não atinge proporções significativas, quer no papel abastecedor/económico, quer no papel doméstico, em nenhuma das gerações, o que significa que estas famílias não se preocupam muito em melhorar o seu desempenho. No papel abastecedor há percentagens apreciáveis de indivíduos de ambos os sexos que se consideram abastecedores meramente razoáveis, parecendo, no entanto, aceitar e acomodar-se facilmente a essa situação não revelando ansiedade por esse motivo. Verifica-se a mesma tendência em relação ao papel doméstico havendo percentagens consideráveis de indivíduos de ambos os sexos, mais os homens do que as mulheres, que se autoavaliaram como razoáveis e foram reconhecidos pelo cônjuge como tal. Além disso verifica-se que o conflito nestes papéis é pouco frequente.

Em suma, neste universo, o papel doméstico mantém as suas características mais tradicionais revelando algumas variações que, por enquanto, se afiguram tão insignificantes que não permite identificar quaisquer mudanças noutra sentença, mas sim de um reforço da cristalização do papel. Acreditamos, porém, que com outro universo, com características totalmente diferentes deste em termos de classe social e de níveis educacionais, pudéssemos tirar conclusões mais próximas das ten-

dências actuais reveladas por estudos feitos sobre famílias nas sociedades ocidentais;

- em relação ao papel do parentesco, a análise dos dados demonstra-nos que em todas as gerações este papel faz parte das posições de marido e de esposa uma vez que ambos afirmam a existência de obrigações em relação aos parentes, demonstrando, também, capacidade de sancionar o não cumprimento de tais obrigações. Apesar de tudo, as sanções afiguram-se bastante ligeiras em todas as gerações. A quase generalização deste facto parece tornar-se num dado adquirido, o que nos permite admitir que tal procedimento constitui uma forma subtil dos cônjuges em geral se desculpabilizarem do seu desempenho pouco satisfatório.

Na verdade, o papel do parentesco inclui tarefas muito mais importantes do que as de escrever, telefonar ou visitar. Por exemplo, a partilha de recursos económicos ou de outros recursos familiares, enquanto dimensões do papel do parentesco, têm sido pouco exploradas em termos de conteúdo e de qualidade na comunicação com os parentes. Referimo-nos, por exemplo, a trocas simbólicas por intermédio da participação nos rituais familiares, ou ao papel dos parentes como modelo ou como agentes de socialização. A abordagem dessas dimensões, por acrescentar demasiadas dificuldades operacionais não foram incluídas nesta pesquisa. Todavia, reconhecemos o carácter multidimensional do papel do parentesco. Recorde-se que, o facto do nosso universo ser relativamente homogéneo não nos permite visualizar nem analisar uma grande diversidade de situações. Porém, tal não invalidou que tentássemos encontrar elementos

de comparação com outros estudos semelhantes, embora, à partida, as situações contextuais e situacionais não fossem idênticas e/ou equivalentes, nem contemporâneas. Reconhecemos, também, que as definições sobre o comportamento adequado em relação aos parentes, as diferenças sexuais nas responsabilidades do parentesco, a vontade e a intensidade com que se aplicam as sanções pelo não desempenho das obrigações para com os parentes e o impacto dos factores do background social para as tarefas de "assistência económica em alturas de crise" diferem substancialmente em relação às restantes tarefas do parentesco.

Verificámos que as mulheres, em geral, comunicam mais com os parentes e têm relativamente maior poder de decisão que os maridos em caso de conflito no papel. Todavia, desconhecemos se elas mantêm o maior poder de decisão quando se trata de assuntos relacionados com a distribuição dos recursos familiares, principalmente de natureza económica. A análise desta dimensão do papel do parentesco requer uma abordagem muito mais específica e complexa que ultrapassa o âmbito e o objectivo desta pesquisa.

No nosso universo verifica-se que as mulheres desempenham relativamente mais o papel do parentesco registando-se um déficite de desempenho por parte dos maridos. Estes preferem delegar nas esposas uma parte dessas tarefas. O desempenho relativamente maior das mulheres no papel do parentesco em relação ao dos maridos explica-se, em parte, pela sua maior disponibilidade de tempo. Recorde-se que muitas delas são domésticas, mas mesmo assim cerca de metade destas afirmam preo-

cupar-se frequentemente com a forma como se relacionam com os seus parentes.

Aparentemente, o desempenho deste papel no nosso universo de estudo parece não apresentar grandes diferenças geracionais, quer em relação aos parentes da esposa, quer em relação aos parentes do marido, nem se afigura que origine grandes conflitos entre os cônjuges. Apesar de tudo sabe-se que a maioria das investigações realizadas nos países ocidentais (principalmente nos EUA) tendem a demonstrar que a mulher desenvolve mais as relações com os seus próprios parentes negligenciando as relações com os parentes do marido. O maior desempenho da mulher no papel do parentesco tende a fortalecer mais a relação com a sua família de procriação, incluindo o marido, do que com os parentes do marido.

A análise dos resultados da nossa pesquisa, devido à relativa uniformidade do nosso universo, não nos permite afirmar com segurança que o sexo do indivíduo, a idade, os factores contextuais e o background socio-cultural (local de nascimento, local onde cresceu, meio rural/meio urbano, nível de instrução do marido e da esposa, estatuto sócio-profissional de ambos, horário e/ou a totalidade de horas de trabalho de ambos os sexos por semana, rendimento familiar, número de filhos, etc.) tendem a influenciar o desempenho das várias tarefas do papel do parentesco. Conforme referimos, este papel não origina grandes conflitos entre os cônjuges e quando surgem verifica-se uma ligeira tendência para a esposa deter relativamente mais poder do que o marido na sua resolução.

Em suma, no nosso universo, o comportamento no papel do parentesco não aparece muito definido sexualmente embora se saiba que a natureza da divisão do trabalho segundo o sexo varie normativamente de família para família e influencie de algum modo esse comportamento;

- no que se refere ao papel terapeutico, a análise dos resultados confirma a existência deste papel no nosso universo de estudo permitindo identificar a sua definição normativa, as sanções e aos comportamentos. Todavia, verifica-se que há uma minoria de cônjuges de ambos os sexos que não o consideram como um dever reconhecendo-se incompetentes no seu desempenho, principalmente nas gerações mais idosas. Apesar da existência do papel ser inegável verifica-se que não se encontra cristalizado como alguns dos papéis familiares tradicionais registrando-se algumas diferenças no desempenho com base no sexo. As esposas, principalmente as de meia idade e as mais jovens, tentam mais ajudar a resolver os problemas dos maridos do que estes as ajudam. Apercebemo-nos de um ligeiro desfazamento, entre ambos os sexos, entre o que se dá e o que se procura ou necessita. Apesar disso, as esposas parecem desempenhar o papel terapeutico de uma forma mais positiva do que os maridos e tendem a valorizá-lo mais de que eles. Consequentemente, as esposas tendem, mais do que os maridos, a procurar ajuda fora da família.

É frequente verificar-se alguma especulação a propósito da maior proporção de esposas do que de maridos que procuram desempenhar o papel terapeutico de forma positiva. Dizem al-

guns autores que esta é uma das formas que as esposas encontram para se manterem informadas sobre o emprego dos maridos e das suas actividades relacionadas com o emprego. Através do desempenho positivo do papel terapeutico elas conseguem participar mais activamente nas decisões relacionadas com as actividades destes. Quaisquer alterações nos empregos dos maridos, quer em termos de aumento de salário, prestígio ou de segurança são de máximo interesse para as esposas. Por outro lado, afirmam os mesmos autores, ser muito menos provável que os maridos mantenham o mesmo interesse em relação aos empregos das esposas visto que, em regra, elas contribuem com uma fracção mais pequena para o rendimento familiar. "Muitas esposas querem que os maridos falem mais com elas mas muitos homens querem que as mulheres falem menos" (Nye, 1976: 130).

O valor atribuído ao papel terapeutico, a identificação com ele e o esforço que os cônjuges lhe dedicam tendem, em todas as gerações, a ser inferiores aos verificados na maioria dos papéis familiares. Este facto revela que o desempenho deste papel encontra-se ainda numa fase muito incipiente, certamente devido ao facto de nos seus padrões culturais não se ter ainda instalado o hábito dos cônjuges partilharem todas as tarefas e preocupações e por não se sentirem à altura de poder entreatuar-se. Além disso, o déficite de desempenho deste papel evidencia falta de reconhecimento da sua importância para a saúde mental do indivíduo, para a sensação de bem-estar, para a viabilidade do casamento e para o desenvolvimento pessoal e familiar. As investigações mais recentes conseguiram provar que a relação do papel terapeutico com a satisfação no casa-

mento é superior à verificada para a maioria dos restantes papéis familiares (cf. Nye, 1976: 130);

- em relação ao papel recreativo, a análise dos dados revela-nos que a grande maioria dos inquiridos admite que os cônjuges e os pais têm o dever de proporcionar recreio para a família não atribuindo essa responsabilidade a nenhum dos cônjuges em particular, podendo ser da iniciativa de um ou do outro, ou de ambos igualmente. Em termos normativos pode dizer-se que o papel recreativo é partilhado existindo sanções, embora muito leves quando comparadas com as dos papéis tradicionais que visam o reforço do papel.

Os dados do nosso estudo confirmam a hipótese original de que o papel recreativo é um papel emergente embora, neste universo, se afigure numa fase muito embrionária. Sabe-se, porém, que as normas e as expectativas nesta área do funcionamento familiar são bastante flexíveis e muito influenciadas pelas mudanças rápidas que vão ocorrendo na sociedade portuguesa. Nas análises futuras sobre o papel recreativo afigura-se de grande interesse aprofundar as definições relacionadas com as actividades de recreio familiar e individual assim como dos seus efeitos noutras actividades familiares e nas suas formas de interacção em geral. É frequente encontrar-se em literatura sociológica e psicossociológica, que trata de problemas familiares, recomendações para intensificar o recreio familiar como forma de tratar os conflitos evitando a alienação dos seus membros;

- em relação ao papel sexual verifica-se que não se registaram alterações significativas no comportamento sexual dos casais ao longo das várias gerações. A maioria das esposas e dos maridos encaram a actividade sexual como uma actividade do casal.

Em termos normativos, a iniciativa do acto sexual tende a ser igualitária, todavia, em termos comportamentais verifica-se que o marido tende a iniciá-lo mais vezes do que a esposa. Estes tendem a valorizar mais o papel sexual do que elas, revelam maior desejo pela actividade sexual e gostariam que as esposas tivessem uma participação mais activa e revelassem maior interesse pelo papel. Quanto à forma como os cônjuges o desempenham, os maridos tendem a revelar maior sentimento de culpa do que as esposas. No que respeita às relações extra-conjugais, a maioria dos cônjuges de todos os grupos de idade reprova tal comportamento sendo, no entanto, os da geração mais jovem os mais tolerantes. Em termos comportamentais, o papel sexual dos casais deste universo mantém as características tradicionais verificando-se que a maioria dos cônjuges sente-se insatisfeita com a forma como o desempenha.

Para finalizar, salientamos que a estrutura dos papéis familiares dos casais do nosso universo, por apresentar características tradicionais, onde a partilha dos papéis quase não existe, mantém as tarefas, os poderes e as oportunidades muito definidos sexualmente não se vislumbrando, mesmo nas gerações mais jovens, sinais de "instabilidade" suficiente que nos indiquem, para já, quaisquer vestígios de mudança.

Conseguimos provar que as mobilidades geográfica e sectorial e a própria diversidade e complexidade do meio, só por si, não constituem condições suficientes para alterar a estrutura dos papéis, as atitudes e os comportamentos de ambos os sexos das várias gerações dentro da família e fora dela. É necessário acontecer algo mais nos domínios cultural e da interacção para que as características tradicionais destas famílias possam evoluir num determinado sentido, e possivelmente, provocar mudança. Os dados do nosso estudo revelam que, até ao momento, os sinais da invariância sobrepõem-se aos da mudança. Se esta situação se verifica e se mantém num meio urbano/industrial e muito mais diversificado do que os meios donde estas famílias migraram (rural e/ou urbano, ou seja, de aldeias, vilas e cidades ainda muito ligadas às tradições rurais e agrícolas) admite-se que nos seus locais de origem as famílias que lá permanecem, incluindo as das gerações mais jovens, por não se terem alterado, qualitativamente, as condições do meio ambiente social, económico, tecnológico e político, mantêm-se as mesmas formas de interacção e os mesmos padrões culturais tradicionais continuando a reproduzir uma estrutura de papéis familiares igualmente tradicional. Estes factores, não sendo os únicos, afiguram-se, de algum modo, responsáveis pelo carácter tradicional da sociedade alentejana funcionando como agentes bloqueadores do desenvolvimento pessoal, familiar e societal.

BIBLIOGRAFIA

(Inclui as obras consultadas e citadas no texto)

1 - BIBLIOGRAFIA GERAL

- ADAMS, Bert N. (1970), Isolation, function, and beyond: American kinship in the 1960s, *Journal of Marriage and the Family* 32 (Novembro): 575-597.
- (1968) *Kinship in an Urban Setting*, Chicago, Markham.
- AFONSO, A. Martins (s.d.), *História da civilização portuguesa*, Porto, Porto Editora, 3ª Edição.
- ALARCÃO, Alberto (1969), *Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações internas: 1921-1960*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- ALDOUS, Joan, HILL, Reuben (1967), *International bibliography of research in marriage and the family - 1900-1964*, Minneapolis, University of Minnesota.
- ALMEIDA, Ana Nunes de (1984), *Comportamentos demográficos e estratégias familiares*, Lisboa, Instituto de Ciências sociais.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1984), Temas e conceitos nas teorias da estratificação social, *Análise Social*, Nº 2-3.
- (1982), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa, ISCTE/Universidade Técnica de Lisboa (Dissertação de Doutoramento).
- (1981), Alguns problemas da teoria das classes sociais, *Análise Social*, Nº 2.
- (1977), Sobre a monografia rural, *Análise Social*, Nº 4.
- AMEAL, João (1974), *História de Portugal: das origens até 1940*, Porto, Livraria Tavares Martins.
- ANDERSON, Michel (1984), *Elementos para a história da família ocidental: 1500-1914*, Lisboa, Editorial Quercus.

- ANTUNES, M. L. Marinho (1981), Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português, *Análise Social*, Nº 65.
- ARENDT, Hannah (1959), *The Human Condition*, Garden City, N.Y.: Doubleday.
- ARIÈS, Phillipe (1972), D'hier à aujourd'hui, d'une civilisation à l'autre, in *Couples et familles dans la société d'aujourd'hui*, Metz, Éditions Chronique Sociale de France.
- (1960), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancient Regime*, Paris, Librairie Plon.
- ARON, Raymond (1967), *Les étapes de la pensée sociologique*, Paris, Editions Gallimard.
- AUDIRAC, Pierre-Alain (1982), Cohabitation et mariage: qui vit avec qui?, *Economie et Statistic*, Jul.
- BAHR, Howard M., (1976), The kinship role, in F. Ivan Nye (1976), *Role structure and analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.
- BAHR, Stephen J. (1976), Role competence, role norms and marital control, in Nye (1976), *Role structure and analysis of the family*, Londres, Sage Library of Social Research, vol. 24.
- BALANDIER, G. (1983), Essai d'identification du Quotidien, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXXIV.
- (1957), *Afrique ambiguë*, Paris, Plon.
- BANTON, Michael (1965), *Roles*, New York, Basic Books.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1984), *Política agrária (anos trinta - 1974)*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia (Dissertação de Doutoramento).
- (1981), Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta - 1974), *Revista Crítica de Ciências sociais*, Nº 7/8.

- BAREL, Ives (1984), *La société du vide*, Paris, Éditions du Seuil.
- (1973), *La reproduction social Systèmes vivants, invariance et changement*, Paris, Anthropos.
- BARROS, Afonso de (1981), Modalidades de pequena agricultura, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 7/8.
- BARROS, Afonso de, MENDES, Fernando R. (1982), *Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- BARTHEZ, Alice (1982), *Famille travail et agriculture*, Paris, Economica.
- BASTO, E. Alberto Lima (1942), *A casa rural*, Lisboa, Ministério da Economia.
- BATES, Frederick L. (1956), Position, role and status: a reformulation of concepts, *Social Forces*, 34 (May): 313-321.
- BELL, Robert (1971), Female sexual satisfaction as related to levels of education, in *Sexual Behavior* (Novembro): 8-15.
- BERARDO, Felix (1981), Family research and theory: emergent topics in the 1970s and the prospects for the 1980s, *Journal of Marriage and the Family*, May.
- BERGER, Joseph, ZELDITCH, Morris (1969), Sociological theory and modern society - a review, *American Sociological Review*, Nº3.
- BERKNER, Lutz K. (1973), Recent research on the history of the family in western Europe, *Journal of Marriage and the Family*, Nº 3.
- BIDDLE, B. J., THOMAS, E. J. (1966), *Role theory: concepts and research*, New York, John Wiley.

- BLALOCK, Hubert (1968), *The measurement problem: a gap between the languages of theory and research*, in Blalock, Hubert ed. (1968), *Methodology in social research*, New York, McGraw Hill.
- BLOCH, Marc (s.d.), *La société féodale*, Paris, Edition Albin Michel, (5^e ed.).
- BLOOD, Robert e WOLFE, Donald (1960), *Husbands and wives: the dynamics of married living*, New York, Free Press.
- BOTT, Elizabeth (1971), *Family and social network*, Londres, Tavistock.
- BOUDON, Raymond (1985), *La place du désordre*, Paris, Puf.
- (1979a), *La logique du social. Introduction à L'analyse sociologique*, Paris, Hachette.
- (1979b), *Efeitos preversos e ordem social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- (1973), *L'inegalité des chances. La mobilité sociale dans les sociétés industrielles*, Paris, Armand Colin.
- (1970), Notes sur la notion de théorie dans les sciences sociales, *Archives Européennes de Sociologie*, N^o2.
- (1967), Remarques sur la notion de fonction, *Revue Française de Sociologie*, N^o 2.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- (1972), Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction, *Annales*, N^o 4/5.
- (1962), Celibat et conditions paysanne, *Études Rurales*, 5-6, Avr-sept.
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude, PASSERON, Jean-Claude (1968), *Le métier du sociologue*, Paris, Mouton/Bordas.
- BOURGUIÉRE, André (1986), Pour une typologie des formes d'organisation domestique de L'Europe moderne (siècles XVI-XIX), *Annales*, N^o3.

- (1972), *Famille et société, Annales*, Nº 4/5.
- BOURGUIÈRE, André et al. (1986), *Histoire de la Famille*, Paris, Armand Colin, 2º volume.
- BOURRICAUD, François (1977), *L'individualisme institutionnel. Essai sur la sociologie de Talcott Parsons*, Paris, PUF.
- (1975), *Contre le sociologisme: une critique et des propositions*, *Revue Française de Sociologie*, Vol. XVI -
-Supplement.
- (1955), Introduction. En marge de l'oeuvre de Talcott Parsons: la sociologie et la théorie de l'action, in Parsons, T. ed. (1965), *Éléments pour une sociologie de l'action*, Paris, Librairie Plon.
- BRANTIL, George (1982), *Catolicismo*, Lisboa, Editorial Verbo, Coleção "Grandes Religiões do Mundo", Vol. IX.
- BRONFENBRENNER, Urie (1958), Socialization and social class through time and space, in E. E. Maccoby et al. (eds.) *Readings in Social Psychology*, New York, Holt, Rinehart & Winston.
- BURCH, William (1966), Wilderness - The life cycle and forest recreational choice, in *Journal of Forestry* 64: 606-610.
- BURCH, William e TAVES, Marvin (1961), Changing functions of recreation in human society: outdoor recreation in the Upper Great Lakes area, in *Lake States Forest Experiment Station*, Station Paper 89: 8-16.
- BURR, W. R., HILL, Reuben, NYE, Ivan, REISS, I. L. (1979), *Contemporary theories about the family*, New York, The Free Press (2 vols.).
- CABRAL, João de Pina (1984), As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho, *Análise Social*, Nº 1.

- CABRAL, Manuel Villaverde (1981a.), A ética dos estudos camponeses: notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu futuro em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 7/8.
- (1981b.), *Pluriactivité et strategies paysannes: quelques elements de reflexion*, Madrid, II Séminaire International Méditerranéen d' études Rurales (não publicado).
- CARLSON, John (1976), The recreational role, in F. Ivan Nye (1976), *Role structure and analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.
- (1976), The sexual role, in F. Ivan Nye (1976), *Role structure and analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.
- CARRILHO, M. José, PEIXOTO, João, PORTELA, Rui, PATRÍCIO, Lurdes, GONÇALVES, Cristina (1993), *Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981-1991*, Gabinete de Estudos Demográficos, INE.
- CASTELLS, Manuel (1972), As novas fronteiras da metodologia sociológica, *Análise Social*, Nº 35/36.
- CAVACO, Carminda (1980), *A agricultura a tempo parcial em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- HAZEL, François (1974), *La théorie analytique de la société dans l'oeuvre de Talcott Parsons*, Paris, Mouton.
- CHILDE, Gordon (1958), *The prehistory of european society*, Londres, Penguin Books.
- (1954), *La naissance de la civilisation*, Paris, Gonthier, Collection "Mediations".
- CLARK, Alexander L., WALLIN, Paul (1965), Womens' sexual responsiveness and the duration and quality of their marriages, in *American Journal of Sociology* 71: 187-196.

- (1964), The accuracy of husbands' and wives' reports on the frequency of marital coitus, in *Population Studies* 18: 165- 173.
- CLAYTON, Richard (1979), *The Family, Marriage and Social Change*, D.C. Heath Company, Massachusetts, 2ª Edição.
- CLAWSON, Marion (1964), How much leisure, now and in the future, in James Charlesworth (ed.) *Leisure in America: Blessing ou Curse?* Philadelphia, American Academy of Political and Social Science Monograph 4: 1-20.
- COMTE, Auguste (1963), *Système de politique positive*, in Laubier, J. ed. (1963), *Auguste Comte - textes choisis*, Paris P.U.F.
- CONIM, Custódio (1975), Algumas considerações sobre a situação demográfica portuguesa de 1960 a 1975, *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, INE.
- CONIM, Custódio e CARRILHO, Maria José (1989), *Situação demográfica portuguesa e perspectivas de evolução - Portugal, 1960-2000*, Cadernos IED, 16, Lisboa.
- CONNOR, Ruth, JOANNIS, Theodore B. Jr. WALTERS, James (1955), Family recreation in relation to role conception of family members, in *Marriage and Family Living* 17: 306-309.
- CORDOVIL, Francisco (1979), *Estruturas das explorações agrícolas. O Produto Agrícola Bruto como instrumento de análise e determinação - ensaio para 1968-70*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- COSTA, Adélia (1992), *Representações Sociais de homens e de mulheres: Portugal 1991*, Cadernos Condição Feminina, 34, Negócios, Lisboa.

COSTA, António Firmino (1985), Espaços urbanos e espaços rurais, in *Análise Social*, Nº 3-4-5.

COVAS, M. das Mercês (1992), Life in Continental Portugal, *International Handbook of Gender Roles*, New York, Leonore Loeb Adler ed..

(1992), *Família e Escola: um Binómio ou um Contínuum Educativo?* Comunicação apresentada no Painel sobre "A Família no Processo Educativo" promovido pela Associação de Pais da Escola Secundária Gabriel Pereira, realizado em Évora em 27 de Fevereiro de 1992 (não publicado).

(1991), Evolução de algumas características demográficas da família em Portugal Continental, nas décadas de 70 e 80: abordagem distrital, comunicação apresentada no seminário "Famílias e contextos sociais: os espaços e os tempos da diversidade", (não publicado).

(1990a.), A agricultura familiar em Portugal: que extensão para o seu desenvolvimento?, *Economia e Sociologia*, Nº 49, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social.

(1990b.), The feminization of urban and rural poverty and the situation of women in the portuguese labor market, New York, "Fourth International Interdisciplinary Congress on Women", (não publicado).

(1989a.), Contributos para a análise da produção familiar de bens e serviços em função do tempo, in *Seleccção de comunicações do seminário tempo para o trabalho tempo para a família* (versão reduzida), Lisboa, Direcção Geral da Família, Ministério do Emprego e da Segurança Social.

(1989b.), Evolução de algumas situações familiares em Portugal: sua relação com o desempenho do papel económico e com o papel doméstico da família, *Economia e Sociologia*, Évora, Nº 47, Gabinete de Investigação e Accão Social.

- CUISENIER, Jean ed. (1977), *Le cycle de la vie familiale dans les sociétés européennes*, Paris, Mouton.
- (1969), Sur l'action économique, *Revue Française de Sociologie*, Vol. X.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- DAVIS, H. (1970), Technological change and recreation planning, in B. L. Driver (ed.) *Elements of Outdoor Recreation Planning*, Ann Arbor, Mich.: University Microfilms: 113-120.
- DAVY, Georges (1931), La famille et la parenté d'après Durkheim, *Sociologues d'Hier et d'Aujourd'hui*, Paris, Alcan.
- DEACON, Ruth E., FIREBAUGH, Francille M. (1981), *Family resources management: principles and applications*, Boston, Allyn and Bacon, Inc..
- DE GRAZIA, Sebastian (1962), *Of Time, Work, and Leisure*, Nova Iorque, Twentieth Century Fund.
- DENTLER, Robert, PINEO, Peter (1960), Sexual adjustment and personal growth of husbands: a panel analysis, in *Marriage and Family Living* 22: 45-48.
- DEMOS, John, BOOCOCK, Serane eds. (1978), *Turning points. Historical and Sociological essays on the family*, Chicago, Chicago University Press.
- DESCAMPS, Paul (1935), *Le Portugal: la vie social actuelle*, Paris, Firman-Didot.
- DEVREUX, Anne-Marie (1984), La parentalité dans le travail. Rôles de sexe et rapports sociaux, in *Le sexe au travail. Structures familiales et système productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

- DUMAZEDIER, Jaffre (1967), *Toward a Society of Leisure*, (Traduzido do Francês por Stewart E. McClure), Nova Iorque, Free Press.
- DURHEIM, Émile (1984), *A divisão do trabalho social*, Lisboa, Editorial Presença.
- (1975), *Textes*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- DUVALL, Evelyn (1962), *Family development*, Filadélfia, Lip-pincott.
- ELDER, Glen (1978), Approaches to social change in the family, in Demos, J., Boocock, S. eds. (1978), *Turning points, Historical and sociological essays on the family*, Chicago, Chicago University Press.
- ELDER JR., Glenn H. (1981), History and the family: the discovery of complexity, *Journal of Marriage and the family*, Agosto.
- ELÍADE, Mircea (s.d.), *História das ideias e das crenças religiosas*, Porto, Rés Editora, III Vol..
- ELLIS, Albert (1954), Female sexual responses and marital relations, in *Social Problems* 1 (Abril): 152-154.
- ENGELS, Friederich (1976), *A origem da família da propriedade e do estado*, Lisboa, Editorial Presença.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés (1980), *Comunidade rural ao norte do Tejo*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- ETZIONI, Amitai (1967), *Organizações modernas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- EVANGELISTA, João (1971), Um século de população portuguesa 1864-1960, Lisboa, Publicação do Centro de Estudos Demográficos, INE.
- FARBER, B. (1964), *Family Organization and Interaction*, São Francisco, Chandler.

- FERRÃO, João (1985), *Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-81)*, *Análise Social*, Nº 3/4/5.
- (1982), *Evolução e estrutura regional das classes sociais (1960-70)*, *Finisterra*, Nº 34.
- FELDMAN, Arnold S., HURD, Christopher, *The experience of modernization*, in *Sociometry*, Nº 29, pp. 378-95.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1984), *Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris, Éditions du Seuil (ed. rev.).
- FOOTE, Nelson (1957), *Sex as play*, in *Social Problems* 1 (Abril): 159-163.
- FOX, Robin (1972), *Sistemas de parentesco e matrimonio*, Madrid, Alianza Universidad.
- FREITAS, Eduardo, ALMEIDA, J. Ferreira, CABRAL, M. Villaverde (1976), *Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura. Estruturas agrárias em Portugal Continental, 1950-1970*, Lisboa, Editorial Presença.
- GAMA, António (1987), *Industria e produção de um espaço peri-urbano*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 22.
- GALHANO, Fernando (1985), *Desenho Etnográfico*, 1-Portugal, Centro de Estudos de Etnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Museu de Etnologia.
- GASPAR, Jorge (1978), *Aspectos geográficos do analfabetismo em Portugal*, in Gusmão, M. J., Marques, A.J.G. eds. (1978), *Educação de adultos*, Braga, Universidade do Minho.
- GEBHARD, Paul (1966), *Factors in marital orgasm*, in *Journal of Social Issues* 22: 90.

- GECAS, Viktor (1976), The socialization and child care roles, in F. Ivan Nye (1976), *Role structure and analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.
- GERSON, W. M. (1960), Leisure and marital satisfaction of college married couples, in *Marriage and Family Living* 22: 360-361.
- GIDDENS, Anthony (1987), *La constitution de la société*, Paris, PUF.
- (1984), *Capitalismo e moderna teoria social*, Lisboa, Editorial Presença (2ª edição).
- GIRÃO, Amorim (1951), *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalese Editora.
- GIRARD, Alain (1984), *L'homme et le nombre des hommes*, Paris, PUF.
- (1981), *Le choix du conjoint. Une enquête psycho-sociologique en France*, Paris, Presses Universitaires de France.
- GIROD, Roger (1981), Mobilité sequentielle, *Revue Française de Sociologie*, Nº 1.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1977), *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia (3ª ed.).
- GOLDEY, Patrícia (1981), Emigração e estrutura familiar. Estudo de um caso no Minho, *Estudos Contemporâneos*, Nº 2/3.
- GOODE, William (1971), Introduction. Social and family patterns, in Goode, W., Hopkins, E., McClure, H. eds. (1971), *Social systems and family patterns. A propositional inventory*, Indianapolis, The Boobs-Merril Company Inc..
- (1970), *World revolution and family patterns*, New York, The Free Press.
- (1967), Family and Mobility, in Bendix, R., Lipset, S.

- (1967), *Class status and power. Social stratification in comparative perspective*, New York, The Free Press, (2^a ed.).
- (1964), *The family*, New Jersey, Englewood Cliffs, Prentice Hall Inc..
- (1963), *Family and World Revolution*, Nova Iorque, Free Press.
- (1959), The sociology of the family, in Robert K. Merton et al. (eds.) *Sociology Today*, New York, Basic Books.
- GOODE, William, HOPKINS, Elizabeth, MCCLURE, Helen (1971), *Social systems and family patterns. A propositional inventory*, Indianapolis, The Boobs-Merril Company Inc..
- GOODY, Jack (1985), *L'évolution de la famille et du mariage en Europe*, Paris, Armand Colin.
- (1978), The evolution of the family, in Laslett, P.ed. (1978), *Household and family in part-time*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (1968), The fission of domestic groups among the LoDagaba, in Goody, J. ed. (1968), *The Developmental cycle in domestic groups*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GOSSIAUX, Jean-François (1977), Chronologie da la vie familiale, in Cuisenier, J. ed. (1977), *Le cycle de la vie familiale dans les sociétés européennes*, Paris, Mouton.
- GOULDNER, Alvin W. (1979), *Renovation y critica*, Madrid, Alianza Universidad.
- GROSS, Neal A., MASON, Word S., MCEACHERN, Alexander W. (1958), *Explorations in role analysis*, New York, John Wiley.
- GUILBERT, Madeleine (1966), *Les fonctions des femmes dans l'industrie*, Paris, La Haye, Mouton.

- GURIN, Gerald, VEROFF, Joseph, FELD, Sheila (1960), *Americans View Their Mental Health*, Nova Iorque, Basic Books.
- HACKER, Helen (1957) "The new burdens of masculinity", *Marriage and Family Living*, 19 (August), pp. 227-234.
- HAJNAL, John (1983), Two kinds of preindustrial household formation system, in Wall R., Robin, J., Laslett, P. eds. (1980), *Family forms in historical Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HAREVEN, Tamara (1978a.), The dynamics of kin in an industrial society, in Demos, J., Boocock, S. eds. (1978), *Turning points. Historical and sociological essays on the family*, Chicago, Chicago University Press.
- (1978b.), Family time and historical time, in Rossi, A., Kagan, J., Hareven, T. eds. (1978), *The family*, New York, W. W. Norton & Co..
- HARRY, Joseph (1970), Family localism and social participation, in *American Journal of Sociology* 75: 821-827.
- HEATH, Anthony (1976), *Rational choice and social exchange*, London, Cambridge University Press.
- HEISS, Jerold (1968), *Family roles and interaction*, Chicago, Rand McNally.
- HESS, H. (1970), Ethnology and developmental psychology, in P. Mussen (ed.) *Carmichael's Manuel of Child Psychology*. New York, John Wiley.
- HERTZBERG, Arthur (1981), *Judaísmo*, Lisboa, Editorial Verbo, Coleção "Grandes Religiões do Mundo", Vol V.
- HILL, Reuben, HANSEN, Donald (1960), The identification of conceptual frameworks in family study, *Marriage and Family Living*, Nº 22.
- HILL, Reuben, RODGERS, Roy (1964), The developmental approach, in H. Christensen (edit.), *Handbook of Marriage and Family*, Chicago, Rand McNally.

- HOMANS, George (1961), *Social behavior: its elementary forms*, New York, Harcourt, Brare & World.
- INKELES, Alex (1969), Making men modern: on the causes and consequences of individual change in six developing countries, in *American Journal of Sociology*, Nº 75, pp. 208-25.
- JACKSON, Jay (1972), *Role*, London, Cambridge University Press.
 (1966), "A conceptual and measurement model for norms and roles", *Pacific Sociological Review*, 9 (Spring), pp. 35-47.
- JASPERS, Karl (1977), Método e visão do mundo em Weber, in Cohn, G. ed. (1977), *Para ler os clássicos*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora.
- JESUÍNO, Baltazar Martins (1984), *Situação do analfabetismo nos distritos do Continente, em 1981*, Lisboa, Direcção Geral da Educação de Adultos.
- KAHL, Joseph (1968), *Measurement of modernism*, Austin, University of Texas Press.
- KELLERHALS Jean, ROUSSEL, Louis (1987), Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances des recherches: 1965-1986, *L' Année Sociologique*, Nº 37.
- KERCKHOFF, Alan (1972), *Socialization and Social Class*, Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall.
 (1965), Nuclear and extended family relationships: a normative and behavioral analysis, in Shanas, E., Streib, G. eds. (1965), *Social structure and the family. Generational relations*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall Inc..
- KESSLER, Denis, MASSON, André eds. (1985), *Cycles de vie et générations*, Paris, Economica.

- KINSEY, Alfred, POMEROY, Wardwell, MARTIN, Clyde (1948), *Sexual Behavior in the Human Male*, Philadelphia, W. B. Saunders.
- KINSEY, Alfred, GEBHARD, Paul (1953), *Sexual Behavior in the Human Female*, Philadelphia, W. B. Saunders.
- KOENIG, Daniel, BAYER, Alan E. (1966), The institutional frame of reference in family study, in Nye, I., Berardo F. eds. (1966), *Emerging conceptual frameworks in family analysis*, New York, The MacMillan Co..
- KOMAROVSKY, Mirra (1962), *Blue Collar Marriage*, Nova Iorque, Random House.
- KONIG, René (1981), *La familia en nuestro tiempo*, Madrid, Siglo XXI.
- (1970), Old problems and new queries in family sociology, in René Konig e R. Hill eds., *Families in East West*, Paris, Mouton.
- LASLETT, Peter (1983), Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared, in Wall, R., Robin, J., Laslett, P. eds. (1983), *Family forms in historical Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (1978), *Household and family in past time*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (1972), La famille et le ménage: approches historiques, *Annales*, Nº 4/5.
- LAUWE, Paul-Henry Chombart (1968), Dynamique des aspirations et changements des institutions, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XLIV.
- LAWRANCE, Denise (1988), *Home and housing: changing family patterns in Alto Alentejo*, paper apresentado na American Association Annual Meetings, Novembro, Phoenix, Arizona.

- LEAL, Augusto S. A. Barbosa de Pinho (1873), *Portugal antigo e moderno. Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeológico, histórico, biographico etymológico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal*, Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira & Ca..
- LEBRUN, François (1983), *A vida conjugal no Antigo Regime*, Évora, Edições Rolin.
- LEICHTER, Hope Jensen, MITCHELL, William E. (1967), *Kinship and casework*, Nova Iorque, Russell Sage.
- LE MASTERS, E. E. (1974), *Parenthood in Modern America*, Homewood, Ill.: Dorsey.
- LEMMENECHIER, B. (1978) The economics of conjugal roles, in Louis Levy-Garboua, *Sociological Economics*, Londres, Sage.
- LERNER, Daniel (1958), *The passing of traditional society*, Illinois, Glencoe, Ill.: The Free Press of Glencoe.
- LE PLAY, Pierre Guillaume Frédéric (1879), *Les ouvriers européens*, Paris.
- LESLIE, Gerald (1982), *The family in social context*, New York, Oxford University Press (5ª ed.).
- LEVINGER, George (1966), Sources of marital dissatisfaction among applicants for divorce, *American Journal Orthopsychiatry* 36, pp. 806-807.
- LEVY-STRAUSS, Claude (1983), *Le regard éloigné*, Paris, Plon.
- (1979), La famille, in Claude Levi-Strauss, *Textes de et sur Claude Levi-Strauss*, Paris, Gallimard.
- (1975), *Raça e História*, Editorial Presença, 2ª Edição.
- (1967), *Les structures elementaires de la parenté*, Paris/ /La Haye, Mouton (2ª ed.).
- (1958), *Antropologie structurale*, Paris, Plon.

- LERY, Alain (1984), Les actives de 1982 n'ont pas moins d'enfants que celles de 1968, *Economie et Statistique*, Nov-Déc.
- LEVINGER, George (1966), Sources of marital dissatisfaction among applicants for divorce, in *American Journal of Orthopsychiatry* 36: 803-807.
- (1964), Task and social behavior in marriage, in *Sociometry* 27 (Dezembro): 433-448.
- LEWIS, Lionel S., BRISSETT, Dennis (1967), Sex as work: a study of avocational counseling, in *Social Problems* 15 (Verão): 8-18.
- LIMA, Aida Valadas de (1984), A agricultura a tempo parcial em Portugal - uma primeira aproximação à sua quantificação, *Análise Social*, Nº 2.
- LIMA, A. Mesquitela (1984), A família e a mulher portuguesas. Alguns aspectos sócio-antropológicos, *Ethnologia*, Nº 2.
- LINTON, Ralph (1945), *The cultural background of personality*, New York, Appleton-Century-Crofts.
- (1936), *The study of man*, New York, Appleton-Century-Crofts.
- LISON-TOLOSANA, Carmelo (1976), The ethics of inheritance, in Peristiany, J.G. ed. (1976), *Mediterranean family structures*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LITWAK, Eugene, FIGUEIRA Josefina (1970), Technological innovation and ideal forms of family structure in an industrial democratic society, in Reuben Hill e Rene Konig (eds.) *Family East and West*, Paris, Mouton,
- (1965), Extended kin relations in an industrial democratic society, in Shanas, E., Streib, G.F. eds. (1965), *Social structure and the family. Generational relations*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall Inc..

- (1960a.), Occupational mobility and extended family cohesion, *American Sociological Review*, N^o 1.
- (1960b.), Geographical mobility and extended family cohesion, *American Sociological Review*, N^o 3.
- LITWAK, Eugene e SZELENYI, Ivan (1969), Primary group structures and their functions: kin, neighbors, and friends, *American Sociological Review* 34 (Agosto): 465-481.
- LIVI-BACCI, Massimo (1978), Le changement démographique et le cycle de vie des femmes, in Sullerot, E. ed. (1978), *Le fait féminin*, Paris, Fayard.
- (1972), *A century of portuguese fertility*, Princeton, Princeton University Press.
- LOPATA, Helena Z. (1971), *Ocupation: Housewife*, New York, Oxford University Press.
- (1966), The life cycle of the social role of the housewife, *Sociology and Social Research* 51 (October): 5-22.
- LOURENÇO, Nelson (1988), *Família rural e indústria: mudança social na área de influência de Leiria*, Lisboa, dissertação de doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências sociais e Humanas.
- (1984), The rural family in Portugal: 1950-80, in Symes, D. ed. (1984), *Comparative research on rural families: 1950-80. The rural families in Denmark, GDR, Norway, Poland, Portugal, Turkey, United Kingdom and Jugoslavia: 1950-1980*, Vienna, Vienna Centre.
- (1982), Domination et société rurale. Industrialisation et corporatisme: le cas de la Beira Maritime, *Sociologie Ruralis*, N^o 2.
- MARC, Nicole, MARCHAN, Olivier (1984), La population active de 1975 à 1982: les facteurs d'une forte croissance, *Économie et Statistique*, Nov-Déc.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1976), *História de Portugal* (II vol.), Lisboa, Palas Editores.
- MASTERS, William, JOHNSON, Virginia (1970), *Human Sexual Inadequacy*, Boston, Little, Brown.
(1966), *Human Sexual Response*, Boston, Little Brown.
- MATTOSO, José (1986), A mulher e a família, in Actas do Colóquio *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Vol. I.
(1985), *Identificação de um país*, Lisboa, Vol. I.
- MAUSS, Marcel (1975), *Oeuvres*, Vol. 3, Paris, Les Editions de Minuit.
(1947), *Traité d'ethnographie*, Paris, Payot.
- MEAD, George, H. (1934), *Mind, self and society*, Chicago, University of Chicago Press.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1982), Acerca dos contrastes da propriedade rústica em Portugal Continental, *Finis-terra*, Nº 34.
- MENDRAS, Henry (1984), *La fin des paysans. Vingt ans après*, Le paradou, Actes du Sud.
(1976), *Sociétés paysannes*, Paris, Armand Colin.
(1975), *Éléments de sociologie*, Paris, Armand Colin, Collection U.
(1974), Un schéma d'analyse de la paysannerie occidentale, in Mendras, H., Jollivet, M., *Les collectivités rurales françaises (Tome II)*, Paris, Armand Colin.
- MENDRAS, Henry, FORSÉ, Michel (1983), *Le changement social*, Paris, Armand Colin.
- MERTON, Robert K. (1967), *On Theoretical Sociology*, New York, The Free Press.
(1957), *Social Theory and social structure*, New York, The Free Press.

- (1953), *Éléments de méthode sociologique*, Paris, Plon.
- MICHEL, Andrée (1983), *Sociologia da família e do casamento*, Porto, Rés Editora.
- (1970), *La sociologie de la famille*, Paris, Mouton.
- (1969), *Famille, industrialization, logement*, Paris, Armand Colin.
- MILLS, C. Wright (1959), *The sociological imagination*, New York, Oxford University Press.
- MOGEY, John (1971), *Sociology of marriage and the family behavior: 1957-1968. A trend report and bibliography*, The Hague/Paris, Mouton.
- (1969), Research on the family: the search for world trends, *Journal of Marriage and the Family*, Nº 2.
- MONICA, Maria Filomena (1978), *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- MONTEIRO, Ana (1989), *Subsídios para o estudo das raízes da família ocidental*, Lisboa, Direcção geral da Família.
- MOORE, Wilbert (1965), *Impact of industry*, New Jersey, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- MORGAN, Lewis, H. (1976), *A sociedade primitiva*, Lisboa, Editorial Presença.
- MOWRER, Harriet (1954), Sex and marital adjustment: a critique of Kinsey's approach, in *Social Problems* 1 (Abril): 147-152.
- MURDOCK, G. P. (1957-1959), World Ethnographic Sample, in *American Anthropologist*, pp. 664-87.
- NAZARETH, J. Manuel (1988), *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.

- (1984), Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais, *Análise Social*, Nº 2-3.
- (1983), A nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do séc. XIX, in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. Oliveira Marques*, (Vol. II, séc. XVI-XX), Lisboa, Estampa.
- (1979), *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações sociais.
- (1978), A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70, *Análise Social*, Nº 56.
- (1977a.), Análise regional do declíneo da fecundidade da população portuguesa (1930-70), *Análise Social*, Nº 52.
- (1977b.), As inter-relações entre família e emigração em Portugal: estudo exploratório, *Economia e Sociologia*, Nº 23.
- NAZARETH, Manuel, SOUSA, Fernando de (1983), A demografia portuguesa em finais do antigo regime in *Revista de História Económica e Social*, 4, Lisboa, Sá da Costa.
- (1981) Aspectos Sociodemográficos de Salvaterra de Magos nos finais do séc. XVIII in *Análise Social*, Nº 2.
- NEEDHAM, Rodney (1977), *La parenté en question*, Paris Éditions du Seuil.
- NIMKOFF, M. F., MIDDLETON, Russel (1960), Types of family types of economy, in *American Journal of Sociology*, Nº 66, pp. 215-25.
- NISBET, Robert (1984), *La tradition sociologique*, Paris, PUF.
- (1979), El problema del cambio social, in Nisbet, R., Kunh, T., White, L. eds. (1979), *Cambio social*, Madrid, Alianza Editorial.
- NUNES, A, Sedas (1977), *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

- NYE, F. Ivan, MACDOUGAL, Evelyn (1958), "Do families have sub-cultures?", *Sociology and Family Research*, 44 (May-June), pp.311-316.
- NYE, Ivan F. (1980), Family mini-theories as special instances of choice and exchange theory, *Journal of Marriage and the Family*, NQ3.
- (1978), Is choice and exchange theory the key?, *Journal of Marriage and the Family*, NQ 2.
- (1976), *Role structure and the analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.
- (1976), The therapeutic role, in *Role structure and the analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.
- NYE, Ivan, BERARDO, Felix (1973), *The family its structure and interaction*, New York, Macmillan Publishing Co., Inc.,
- (1966), *Emerging conceptual frameworks in family analysis*, New York, The Macmillan Company.
- NYE, Ivan, GECAS, Viktor, (1976), The role concept: review and delineation, in Nye (1976), *Role structure and the analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.
- NYE, F. Ivan, CARLSON, John, GARRETT, Gerald (1970), Family size, interaction, affect and stress, *Journal of Marriage and the Family*, 32 (Maio).
- NYE, F. Ivan (1976), Role constructs: measurement, in NYE, F. Ivan (1976), *Role structure and the analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.
- OGBURN, William F. (1938), The changing family, *Family* 19 (Julho): 139-143.
- (1922), *Social Change*, New York, Viking Press.
- OGBURN, W. F., NIMKOFF, M. N. (1955), *Technology and the changing family*, Boston, Houghton Mifflin.

- OGBURN, William, TIBBITS, Clark (1934), *The family and its functions, Report of the President Research Committee on social trends in the United States*, New York: MacGraw-Hill Book Company, pp. 661-708.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1979), Casas, in Serrão, Joel (Direcção de) (1979), *Diccionario de História de Portugal*, (Vol.I), Porto, Livraria figueirinhas.
- O'NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiros. Desigualdade social numa aldeia transmontana: 1870-1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PACHECO, Maria da Graça (1985), *Taxas de analfabetismo, por grupos etários, sexo, e distritos em 1981*, Lisboa, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral-Divisão de Estatística.
- PARSONS, Talcott (1982), *El sistema social*, Madrid, Alianza Editorial.
- (1974a.), *La sociedad. Perspectivas evolutivas Y comparativas*, México, Editorial Trillas.
- (1974b.), *Os sistemas das sociedades modernas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- (1971), A estrutura social da família, in Anshen, R. N. ed.
- (1971), *A Família. Sua função e destino*, Lisboa, Meridiano.
- (1968a.), *La estructura de la accion social*, Madrid, ed. Guadarrama.
- (1968b.), Interaction: social interaction, in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, (1968), New York, Mac/Millan/The Free Press.
- (1967), *Sociological theory and modern society*, New York, The Free Press.
- (1966), *Estructura Y proceso en las sociedades modernas* Madrid, Instituto de Estudios Politicos.
- (1965), An outline of the social system, in Parsons, T. Shies, E. e outros (1965), *Teories of society-foun-*

- dations of modern sociological theory*, New York, The Free Press.
- (1959), *The social structure of the family*, in Ruth N. Anshen, ed., *The family: its functions and destiny*, New York, Harper and Brothers.
- (1957), *Toward a general theory of action*, Cambridge, Harvard University Press.
- (1956), *The American Family: its relation to personality and to the social structure*, in Parsons, T., Bales, R. eds.
- (1956), *Family. Socialization and interaction process*, London, Routledge & Kegan Paul.
- (1955) *Éléments pour une sociologie de l'action*, Paris, Librairie Plon.
- (1942), *Age and sex in the social structure of the United States*, *American Sociological Review*, 7, Oct., pp. 604-16).
- PARSONS, Talcott, BALES, Robert F. eds. (1956), *Family. Socialization and interaction process*, London, Routledge & Kegan Paul.
- PERISTIANY, J. G. ed. (1976), *Mediterranean family structures*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PICÃO, José da Silva (1983), *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PIMENTEL, Alberto (1904), *Extremadura Portuguesa. Portugal pittoresco e illustrado*, Lisboa, Livraria Guimarães & Co..
- PINEO, Peter (1961), *Disenchantment in later years of marriage*, in *Marriage and Family Living* 23 (Fevereiro): 3-12.
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teo-*

ria e de pesquisa empírica, Lisboa, Edições Afrontamento.

PIZZORNO, Alessandro (1963), Lecture actuelle de Durkheim, *Archives Européennes de Sociologie*, vol. XII.

POINSARD, Leon (1910), *Le Portugal inconnu*, Paris.

PROUDHON (1869), *Essai d'une Philosophie populaire. De la justice dans la Révolution et dans l'église*, Bruxelles, A. Lacroix, Verboekhoven, II estudo, *Amour et Mariage*, cap. III.

RADCLIFFE-BROWN, A. R., FORDE, Daryll (1982), *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (2ª ed.).

RAINWATER, Lee (1965), *Family Design: Marital Sexuality; Family Size, and Contraception*, Chicago, Aldine.

RALLINGS, E. M. (1966), A conceptual framework for studying the family: the situational approach, in Nye, I., Berardo, F. eds. (1966), *Emerging conceptual frameworks in family analysis*, New York, The MacMillan Co..

RAPOPORT, Amos (1972), *Pour une anthropologie de la maison*, Paris, Dunod.

RAPOPORT, Rhona, RAPOPORT, Robert (1971), *Dual-career families*, Middlesex, Penguin Books.

REDCLIFT, Michael (1986), Survival strategies in rural Europe: continuity and change, *Sociologia Ruralis*, Nº 3/4.

REDFIELD, Robert (1955), *The little community. Viewpoints for the study of a human whole*, Chicago, Chicago University Press.

REIS, A. do Carmo (1987), *Atlas de História de Portugal*, Porto, Edições Asa.

- REISS, I, (1965), The universality of the family: a conceptual analysis, *Journal of Marriage and the Family*, 27 (Novembro): 443-453.
- REISS, Paul J. (1962), The extended kinship system: correlates of and attitudes on frequency of interaction, *Marriage and the Family*, 27 (Novembro): 443-453.
- RIBEIRO, Orlando (1986) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo geográfico*, Lisboa, Sá da Costa.
- (1979), Agricultura, in Serrão, Joel (Direcção de) (1979) *Diccionario de História de Portugal*, (Vol. I), Porto, Livraria Figueirinhas.
- (1979), Povoamento, in Serrão, Joel (Direcção de) (1979), *Diccionario de História de Portugal*, (Vol. VI- Adenda), Porto, Livraria Figueirinhas.
- (1970), *Ensaio de geografia humana e regional*; Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- RODGERS, Roy H. (1962), *Improvements in the construction and analysis of the family life categories*, Kalamazoo Michigan, Western Michigan University Press.
- RODMAN, Hyman (1966), Talcott Parsons' View of the Changing American Family, in Hyman Rodman, ed., *Marriage, Family and Society*, New York: Random House, pp. 262-86.
- RODRIGO, Isabel (1986), Feminização da agricultura, *Análise Social*, Nº 3-4.
- (1985), As Estatísticas e o trabalho feminino, *Estudos de Economia*, Nº 3.
- ROGERS, Everett (1969), *Modernization among peasants*, New York, Holt.
- ROGERS, Susan Carol (1979), Espace masculin, espace féminin. Essai sur la différence, *Études Rurales*, Nº 74.
- ROSSI, Alice S. (1968), Transition to parenthood, *Journal of Marriage and the Family* 30: 26-39.

- ROUSSEL, Louis (1979), *L' évolution récente des attitudes et des comportements à l'égard de la famille dans les Etats membres du Conseil de l' Europe*, Strasbourg, Conseil de l'Europe.
- (1976), *La famille après le mariage des enfants. Études des relations entre générations*, Paris, PUF-INED.
- (1975), *Le mariage dans la société française. Faits de population, donnés d'opinion*, Paris, PUF-INED.
- ROWE, George P. (1966), The developmental conceptual framework to the study of the family, in Nye e Berardo, (1966), *Emerging conceptual frameworks in family analysis*, New York, MacMillan Company.
- ROWLAND, Robert (1984), Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada, in *Ler História*, 3, Lisboa, Regra do Jogo, pp. 13-27.
- (1983), Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX): una perspectiva regional, Madrid, in *Actas da las I Jornadas de Demografia Histórica*.
- SAFILIOS-ROTHSCHILD, CONSTANTINA (1970), The study of family power structure: a review 1960-1969, *Journal of Marriage and the Family*, Nº 32, Novembro.
- SAMPAIO, José S. (1980), *Portugal. A educação em números*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SANTOS, Armindo dos (1986), *Configurations spatiales et organization sociale: Structure agraire et système de parenté dans le village de Chãos de la région de Beira Baixa au Portugal*, Paris, EHESS/Laboratoire d' Anthropologie Sociale du College de France (Thèse de Doctorat).
- SARDON, Jean-Paul (1985), Un nouveau modèle matrimonial, *Les Cahiers Français*, Nº 219.
- SEGALEN, Martine (1987), Famille et parenté. Perspectives de recherches en France, *Ethnologie Europaea*, XVII.

- (1986), Current trends in french ethnologie, *Ethnologie Europaea*, XVI.
- (1985), *Quinze générations de bas-bretons*, Paris, PUF.
- (1981), *Sociologie de la famille*, Paris, Armand Colin, Collection U.
- (1980a.), *Mari et femme dans la société paysanne*, Paris, Flammarion.
- (1980b.), Relations familiales. Relations de parenté en milieu urbain, *Gerontologie et Société*, Nº 21.
- (1972), *Nuptialité et alliance. Le choix du conjoint dans une commune de l' Eure*, Paris, G. P. Maisonneuve et Larose.
- SENNETT, Richard (1980), *La famille contre la ville. Les classes moyennes de Chicago à l'ère industrielle (1872-1890)*, Paris, Édition Recherches.
- SERRÃO, Joel (1973), *Fontes da Demografia Portuguesa 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 19.
- SHANAS, Ethel, STREIB, Gordon ed. (1965), *Social structure and the family. Generational relation*, Englewood Cliffs, Prentice Hall Inc..
- SHORTER, Edward (1977), *Naissance de la famille moderne*, Paris, Éditions du Seuil.
- (1974), Différences de classe et sentiment. L'exemple de la France, *Annalles*, Nº 4.
- SILVA, Augusto da (1984), *A família na Arquidiocese de Évora, Separata, Igreja Eborense*.
- (1968), *Sociologia da família*, ISESE.
- SILVA, Manuela (1983), *O emprego das mulheres em Portugal. A "mão invisível" na discriminação sexual no emprego*, Lisboa, Afrontamento.
- (1981), *Emploi, besoin essentiels et industrialization au Portugal*, Genève, ILO (não Publicado).

- (1980), A política industrial em Portugal e seus efeitos no emprego e na repartição de rendimentos, *Economia e Socialismo*, Nº 51.
- SILVA, Manuela e outros (1984), Retorno, emigração, e desenvolvimento regional em Portugal, in *Emigração e retorno na Região Centro*, Coimbra, Comissão de Coordenação da região Centro.
- SOROKIN, Pitirim A. (1937), *Social and Cultural Dynamics*, New York, American Book Company, 4 vols.
- SOROKIN, Pitirim, ZIMMERMAN, Carle, GALPIN, C.J. (1931), *A systematic source book in rural sociology*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- SOUSA, Fernando de (1979), A população portuguesa nos inícios do séc. XIX, Porto.
- SULLEROT, Evelyne (1984), *Pour le meilleur et sans le pire*, Paris, Fayard.
- (1978a.), Le role des femmes en Europe à la fin des années 70, in Sullerot, E. ed.
- (1978b.), *Le fait féminin*, Paris, Fayard.
- (1977a.), Des changements dans le partage des rôles, *Information Social*, 6-7, pp. 6-37.
- (1977b.), *L'évolution des rôles des hommes et des femmes dans la société moderne: Fonctions, droits, responsabilités*, New York, Nations Unies.
- (1975), *L'emploi des femmes et ses problèmes dans les Etats Membres de la Communauté Européenne*, Paris, Commission des Communautés Européennes.
- SUSSMAN, Marvin (1968), Current state and perspectives of research on the family, *Social Science/Information/Sur les Sciences Sociales*, Nº 3.
- (1959), The isolated nuclear family: factor fiction?, *Social Problems*, Nº 6.
- SUSSMAN, Marvin B. e BURCHINAL, Lee G. (1962), Kin family network: unheralded structure in current conceptua-

- lizations of family functioning, *Journal of Marriage and the Family* 24 (Agosto): 231-240.
- SYMES, David, MARSDEN, Terry (1983), Complementary roles and Assymetrical lives. Farmer's Wives in a large farm environment, *Sociologia Ruralis*, Nº 3/4.
- TELES, Inocêncio Galvão (1978), *Direito das sucessões. Noções fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda..
- TIMASHEFF, Nicholas S. (1979), *Teoria Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores (5ª ed.).
- TONNIES, Ferdinand (1955), *Community and association*, London, Routledge & Kegan Paul.
- TURNER, Ralph H. (1970), *Family interaction*, New York, John Wiley.
- (1962), Some family determinants of ambition, *Sociology of Social Research*, Nº 46, July.
- VARELA, Antunes, *Direito da família*,
- VERDON, Michel (1981), Kinship, marriage and the family. An operational approach, *American Journal of Sociology*, Nº 4.
- VERON, Jacques (1988), Activitée féminine et structures familiales. Quelle dépendance?, *Population*, Nº 1.
- VILLAC, Michel (1985), Structure des ménages et des familles, *Les Cahiers Français*, Nº 219.
- (1983), Les structures familiales se transforment profondément, *Economie et Statistique*, Fev..
- VINCENT, Clark (1966), Familia Spongia: the adaptative function, in *Journal of Marriage and Family*, 28, Feb., pp. 29-36.
- VOGEL, Oskar (1984), The rural family in the GDR: 1950-80, in Symes, D. ed. (1984), *Comparative research on rural families in Europe: 1950-80. The rural families in*

Denmark, GDR, Norway, Poland, Portugal, Turkey, United Kingdom and Jugoslavia, Vienna, Vienna Centre.

WALL, Karin (1986), Agricultura e família em Portugal: elementos para uma leitura crítica, in *Portugal Rural*, Braga, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

WALL, Richard, ROBIN Joan, LASLETT, Peter eds. (1983), *Family forms in historical Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.

WALL, Robin, LASLETT, Peter eds. (1983), *Family forms in historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.

WALLIN, Paul (1960), A study of orgasm as a condition of women's enjoyment of intercourse, in *Journal of Social Psychology* 51: 191-198.

WALLIN, Paul, CLARK, Alexander (1958a), Marital satisfaction and husbands' and wives' perception of similarity in their preferred frequency of coitus, in *Journal of Abnormal and Social Psychology* 57: 370-373.

(1958b), Cultural norms and husbands' and wives' reports of their marital partners' preferred frequency of coitus relative to their own, in *Sociometry* 21: 247-254.

WALTER, L. Slocum e NYE, F. Ivan (1976), Provider and housekeeper roles, in Nye (1976), *Role structure and the analysis of the family*, London, Sage Publications, Vol. 24.

WEBER, Max (1971), *Économie et société*, Paris, Plon.

(1956), *História económica geral*, México, Fondo de Cultura Económica, (2ª ed.).

WEIGERT, Andrew J. e THOMAS, Darwin L. (1971), Family as a conditional universal, *Journal of Marriage and the Family*, 33 (Fevereiro): 188-196.

- WEINBERG, Ian (1969), The problem of convergence of industrial societies: a critical look at the state of a theory, in *Comparative Studies in Society and History*, No 11, pp. 1-15.
- WEST, Patrick, MERRIAM, L. C. Jr. (1969) Camping and cohesiveness: a sociological study of the effect of outdoor recreation on family solidarity, in *Minnesota Forestry Research Notes* 201.
- WHYTE, William H. (1953), The wife problem, in Robert F. Winch e Robert McGuinnis (eds.) *Selected Studies in Marriage and the Family*, Nova Iorque, Holt, Rinehart & Winston.
- WILLEMS, Emílio (1963), On Portuguese family structure, in Morgey, J. ed. (1963), *Family and Marriage*, Karmatak, Karmatak University Press.
- WILLIAMS, John Alden (1980), *Islamismo*, Lisboa, Editorial Verbo, Coleção "As grandes religiões do Mundo", Vol. I.
- WINCH, Robert F., BLUMBERG, Rae Lesser (1972), Societal complexity and familial complexity: evidence for the curvilinear hypothesis, *American Journal of Sociology*, No 77, pp. 892-920.
- (1968), Social complexity and familial organization, selected studies in *Marriage and Family*, Robert F, Winch e Louis Wolf Goodman, eds., New York, Holt.
- WISEMAN, Jacqueline P. (1981), The family and its researchers in the Eighties: retrenching, renewing and revitalizing, *Journal of Marriage and the Family*, Maio.
- WOLF, Eric (1971), *Los campesinos*, Barcelona, Editorial Labor.
- WOLFE, Donald M. (1959), Power and authority in the family, in D.S. Cartwright (ed.), *Studies in Social Power*, Cap.7, Ann Arbor, Mich.: Institute for Social Research.

ZELDITCH, Morris, Jr. (1955), Role differentiation in the nuclear family: a comparative study, Capítulo 6, in Talcott Parson e Robert F. Bales, *Family Socialization and Interaction Process*, Nova Iorque, Free Press.

ZIMMERMAN, Carle (1949), *The family of tomorrow: the cultural crisis and the way out*, New York, Harper & Row.

(1947), *Family and civilization*, New York, Harper & Row.

ZNANIECKI, Florian (1965), *Social relations and social role*, San Francisco: Chandler.

ZONABEND, Françoise (1980), *La memoire longue. Temps et histoire au village*, Paris, PUF.

2 - BIBLIOGRAFIA - ESTUDOS, RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES ESTATÍSTICAS

CITE (1982), *Trabalho e emprego das mulheres em Portugal*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1990), *Emprego na Europa*, Luxemburgo.

DGF (1988), *O quotidiano das famílias portuguesas*, Direcção Geral da Família, Lisboa.

EUROSTAT (1981), *Labor force sample survey*, Bruxelas.

(1988), *Inquérito comunitário às forças de trabalho - Resultados 1988*, Luxemburgo.

(1991), *Retrato social da Europa*, Luxemburgo.

(1992), *Population et conditions sociales*, Statistiques Rapides, 1, 2, e 3, Luxemburgo.

(1992), *Chomage*, Population et Conditions Sociales, Thème 3, Juillet, Luxemburgo.

- INIC (1985), *Desenho Etnográfico de Fernando Galhano 1-Portugal*, Centro de Estudos de Etnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Museu de Etnologia.
- INE, *Recenseamento Geral da População (1960, 1970, 1981)*, Lisboa Instituto Nacional de Estatística.
- Inquérito às Receitas e Despesas Familiares, 1970*, I volume, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- (1979), *Inquérito Permanente ao Emprego. I série retrospectiva, 1974-77*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (1982), *Inquérito Permanente ao Emprego. II série retrospectiva, 1974-81*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (1992), *Portugal social: 1985-1990*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (1992), *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (1993), *Censos 91 - Resultados pré-definitivos*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- NAÇÕES UNIDAS (1981), *Le rôle économique de la femme dans la région de la CEE*, Nova Iorque, Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas.
- OCDE (1978), *L'agriculture a temps partiel dans les pays de l'OCDE (3 Vols.)*, Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques.
- (1980), *Les femmes et l'emploi - politiques pour l'égalité des classes*, Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques.
- OIT (1979), *La participation des femmes a L'activité économique dans les pays d'Europe a économie de marché*, Genève, Bureau du Travail.
- Annuaire des Statistiques du Travail (1954, 1956, 1976, 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984)*, Genève, Bureau International du Travail.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
PLANO	IV
INTRODUÇÃO	1

I PARTE

FAMÍLIA E PAPÉIS FAMILIARES: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

CAPÍTULO I - ANÁLISE CRÍTICA DAS PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A FAMÍLIA	15
1.1. - INTRODUÇÃO: OS PERÍODOS DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA SOBRE A FAMÍLIA	16
1.2. - A ABORDAGEM DA FAMÍLIA BASEADA NO VECTOR TEMPORAL	25
1.2.1. A corrente evolucionista	26
1.2.2. A corrente desenvolvimentista	40
1.3. - A ABORDAGEM DA FAMÍLIA BASEADA NO VECTOR FUNCIONAL	46
1.4. - A ABORDAGEM DA FAMÍLIA BASEADA NO VECTOR ESTRUTURAL-FUNCIONAL .	60
1.5. - OS QUADROS CONCEPTUAIS DA SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA	78
1.6. - AS SÍNTESES MAIS RECENTES SOBRE O ESTUDO DA FAMÍLIA	89
1.7. - AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA - - CONCLUSÃO	95
CAPÍTULO II - OS PAPÉIS FAMILIARES: CONCEITOS, TEORIAS E FACTORES DA SUA EVOLUÇÃO	104
2.1. - INTRODUÇÃO	105
2.2. - O CONCEITO DE PAPEL	113
2.2.1. - Posição e papel / posição e papéis	120
2.2.2. - Subdivisões do papel, sectores do papel e ramificações do papel	123

2.2.3. - Aspectos subculturais que influenciam as variações e as uniformidades das definições do papel	126
2.2.4. - Papéis emergentes e papéis em desuso	127
2.2.5. - Esboço dos papéis familiares	128
2.2.6. - As dimensões de análise dos papéis	130
2.3. - ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS TEORIAS SOCIOLOGICAS DOS PAPÉIS FAMILIARES	131
2.3.1. - A teoria parsoniana da segregação dos papéis	132
2.3.2. - A teoria da rede	133
2.3.3. - Aspectos teóricos sobre a hipótese da família de dupla carreira	135
2.3.4. - Aspectos teóricos sobre a hipótese dos custos de oportunidade comparados	138
2.3.5. - A teoria do recurso	140
2.4. - MODELOS FAMILIARES VERSUS PAPÉIS FAMILIARES	143
2.4.1. - Família, sistema industrial e factores de evolução do papel económico	154
2.4.1.1. - Evolução da taxa de actividade feminina	156
2.4.1.1.1. - Evolução da repartição da mão-de-obra feminina por sectores de actividade e duração semanal do trabalho	160
2.4.1.1.2. - Estrutura de idades e participação da mulher no mercado de trabalho.....	172
2.4.1.1.3. - Factores familiares condicionantes da participação da mulher no mercado de trabalho: o estado civil, a idade na maternidade e o número de filhos	179
2.5. - FAMÍLIA, PAPÉIS FAMILIARES E SOCIEDADE: COMPONENTES DE UM NOVO CICLO DE VIDA FAMILIAR - CONCLUSÃO	194

II PARTE

EVOLUÇÃO DE ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA CONJUNTURA DEMOGRÁFICA E FAMILIAR DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

INTRODUÇÃO	201
CAPÍTULO III - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS	207
3.1. EVOLUÇÃO GLOBAL DA POPULAÇÃO: INTRODUÇÃO	208
3.2. EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL	213
3.3. REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADES	219
3.4. EVOLUÇÃO DA NATALIDADE E DA FECUNDIDADE	223
3.5. EVOLUÇÃO DA NUPCIALIDADE	247
3.5.1. Evolução da nupcialidade geral	250
3.5.2. Intensidade da nupcialidade	254
3.5.3. Idade média ao primeiro casamento	257
3.5.4. Celibato definitivo	260
3.5.5. Dissolução do casamento por divórcio e por viuvez	263
3.5.6. Casamento católico e não católico	267
3.6. CONCLUSÃO	269
CAPÍTULO IV - EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS FAMILIARES PORTUGUESAS A PARTIR DE 1970	278
4.1. INTRODUÇÃO	279
4.2. EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS A PARTIR DE 1970	284
4.2.1. Os agregados familiares segundo as categorias sócio- -económicas	293
4.2.2. Os agregados familiares segundo o número de activos	294
4.3. FACTORES DE EVOLUÇÃO DOS PAPÉIS FAMILIARES EM PORTUGAL AO LONGO DO SÉCULO XX	295
4.4. CONCLUSÃO	311

CAPÍTULO V – A CONJUNTURA DEMOGRÁFICA E FAMILIAR DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NA EUROPA DOS DOZE	313
5.1. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO, ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS E DENSIDADE POPULACIONAL NA EUROPA DOS DOZE: INTRODUÇÃO	314
5.2. NATALIDADE/FECUNDIDADE/ESPERANÇA DE VIDA	319
5.3. NUPCIALIDADE/IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO/DIVÓRCIO	323
5.4. MORTALIDADE GERAL/INFANTIL/PERINATAL	326
5.5. AGREGADOS FAMILIARES	330
5.5.1. Agregados familiares segundo o número de filhos	333
5.5.2. Desemprego e agregados familiares	335
5.5.3. Pobreza e agregados familiares	340
5.5.4. Estruturas de consumo dos agregados familiares	342
5.6. CONCLUSÃO	344
CONCLUSÃO	345

III PARTE

GERAÇÕES, SOCIALIZAÇÃO E PAPÉIS FAMILIARES: UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIAS ALENTEJANAS RESIDENTES NUMA FREGUESIA DE SETÚBAL

INTRODUÇÃO	353
CAPÍTULO VI – QUESTÕES METODOLÓGICAS: INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DOS PAPÉIS	359
6.1. INTRODUÇÃO	360
6.2. AS DIMENSÕES NORMATIVAS DO PAPEL	361
6.2.1. Sanções que reforçam as normas	364
6.2.2. As normas sobre a partilha dos papéis	366
6.3. O DESEMPENHO DO PAPEL (DIMENSÃO COMPORTAMENTAL)	367
6.3.1. A competência no desempenho do papel	370
6.3.2. Identificação com o papel	372

7.3.3.1. O desempenho do papel doméstico: a identificação, a competência, o esforço, o conflito e variações subculturais e situacionais no desempenho do papel	496
7.4. O PAPEL DO PARENTESCO	508
7.4.1. Caracterização do papel do parentesco, definição normativa e sanções do papel	508
7.4.2. O desempenho do papel do parentesco: a competência, o esforço, o conflito e variações subculturais e situacionais no desempenho do papel	518
7.5. O PAPEL TERAPEUTICO	538
7.5.1. Caracterização do papel terapeutico: aspectos conceptuais	540
7.5.2. Definição normativa do papel terapeutico	550
7.5.3. O desempenho do papel terapeutico: a competência, a identificação e o esforço do papel	555
7.6. O PAPEL RECREATIVO	563
7.6.1. Caracterização do papel recreativo	564
7.6.2. Definição normativa do papel	570
7.6.3. O desempenho do papel recreativo: a competência, o tempo dedicado ao recreio familiar, o conflito e o poder do papel	573
7.7. O PAPEL SEXUAL	582
7.7.1. Caracterização do papel sexual e sua definição normativa	583
7.7.2. O desempenho do papel sexual: o prazer na actividade sexual, a importância dessa actividade, a frequência do desejo sexual e o esforço do papel	588
7.8. CONCLUSÃO	597
CONCLUSÃO	602
BIBLIOGRAFIA	621
1. BIBLIOGRAFIA GERAL	622
2. BIBLIOGRAFIA – ESTUDOS, RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES ESTATÍSTICAS	655
ÍNDICE	657

